

N.º 1 | 2010

CEM

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

REVISTA DO CITCEM
- CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
TRANSDISCIPLINAR
«CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA»

NESTE NÚMERO:

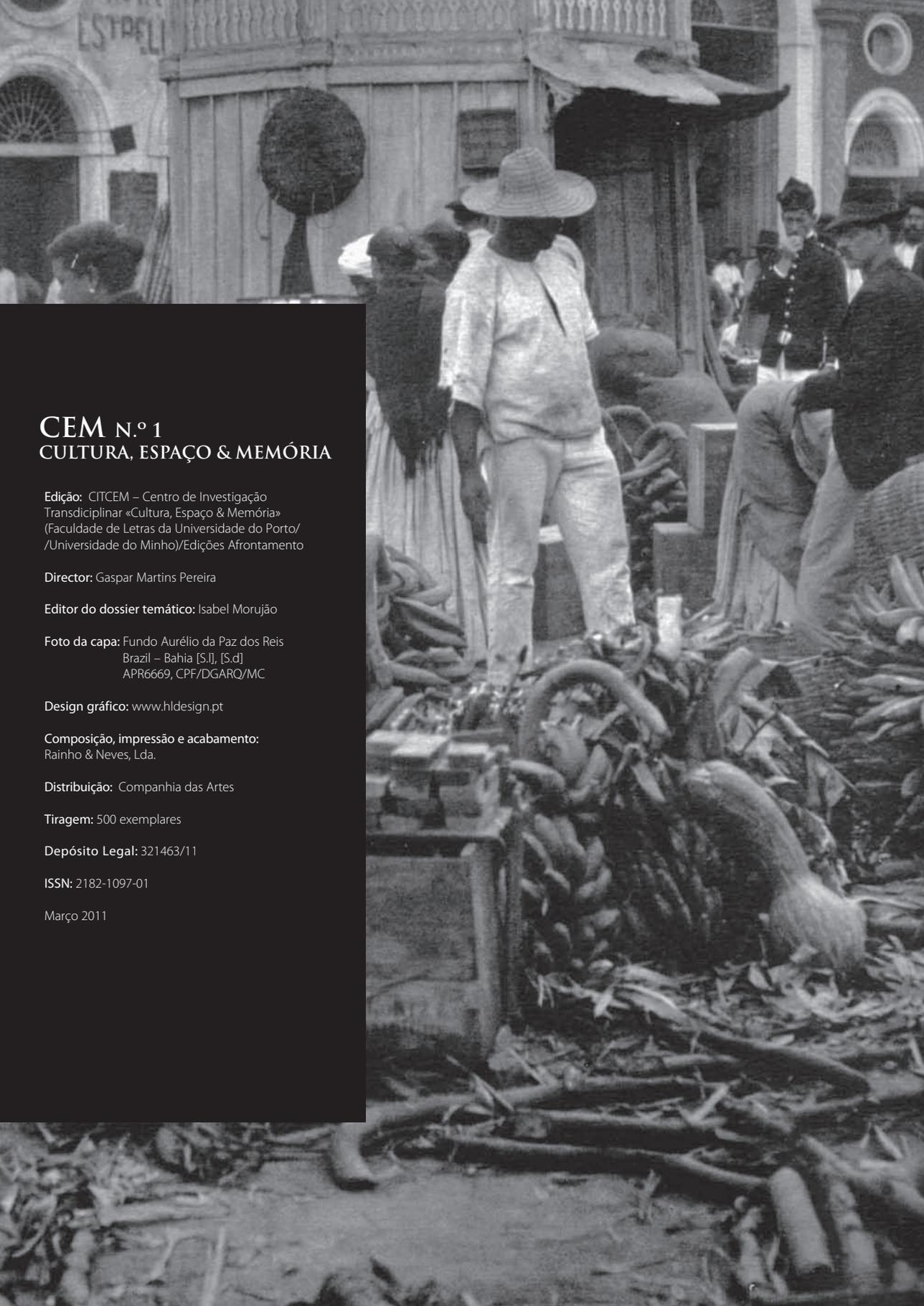
DOSSIER TEMÁTICO

«Viagens e Viajantes»
(ed. Isabel Morujão)

OUTROS ESTUDOS

NOTÍCIAS

CEM N.º 1
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA



CEM N.º 1
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Universidade do Minho)/Edições Afrontamento

Director: Gaspar Martins Pereira

Editor do dossier temático: Isabel Morujão

Foto da capa: Fundo Aurélio da Paz dos Reis
Brazil – Bahia [S.I], [S.d]
APR6669, CPF/DGARQ/MC

Design gráfico: www.hldesign.pt

Composição, impressão e acabamento:
Rainho & Neves, Lda.

Distribuição: Companhia das Artes

Tiragem: 500 exemplares

Depósito Legal: 321463/11

ISSN: 2182-1097-01

Março 2011



EDITORIAL *pág. 5*

APRESENTAÇÃO

VIAGENS & VIAJANTES

■ Isabel Morujão *pág. 7*

NECESSITAS

NAVEGADORES RUSSOS E IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

■ José Milhazes *pág. 11*

AS VIAGENS FERROVIÁRIAS EM PORTUGAL (1845-1896)

■ Hugo Silveira Pereira *pág. 25*

O MAR COMO FRONTEIRA: COOK, BANKS, PARKINSON E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO BRASIL COLONIAL

■ Ângela Domingues *pág. 41*

UTILITAS

AMBROSIO DE MORALES: UN VIAJE PARA LA RECONSTRUCCIÓN DE LA MEMORIA CRISTIANA DE UN REINO

■ Rosa Maria dos Santos

Capelão *pág. 57*

A DOENÇA DE VIAJAR. PORTUGAL NO ROTEIRO DAS EXCURSÕES FOTOGRÁFICAS DOS ANOS 60 DO SÉCULO XIX

■ Maria do Carmo Serén *pág. 73*

A SINGULAR VIAGEM DO FOTÓGRAFO JEAN LAURENT A PORTUGAL, EM 1869

■ Nuno Borges de Araújo *pág. 87*

«PUR BONNE ALLIANCE ET AMISTE FAIRE»: DIPLOMACIA E COMÉRCIO ENTRE PORTUGAL E INGLATERRA NO FINAL DA IDADE MÉDIA

■ Tiago Viúla de Faria,
Flávio Miranda *pág. 109*

CURIOSITAS

A PEREGRINAÇÃO DE FERNÃO MENDES PINTO REVISITADA:

A SUA TEORIA MODERNA DE VIAGEM

■ Arnaldo Saraiva *pág. 129*

JOURNAL OF A VOYAGE TO LISBON, 1793-1794:

A YOUNG MAN'S IMPRESSIONS

OF THE CITY AND ITS SURROUNDINGS

■ Maria Clara Paulino *pág. 143*

FATALITAS

O REGRESSO À ORIGEM:

O TEMA DA VIAGEM NA ICONOGRAFIA FUNERÁRIA EGÍPCIA DA XXI DINASTIA

■ Rogério Sousa *pág. 157*

CANÇÕES D'UM VAGABUNDO:

JOÃO PENHA E A VIAGEM POR TERRA AO PAÍS DOS SONHOS

■ Elsa Pereira *pág. 177*

A LIÇÃO DO NORDESTE.

SEVERINO E BOA-MORTE:

CABRAS MARCADOS PARA MORRER

■ Ana Catarina Oliveira Marques *pág. 187*

VOLUPTUOSITAS

VIAGEM, URBANIDADE E TURISMO NO RIO DE JANEIRO,

COM JOÃO CHAGAS, DE BOND (1897)

■ Jorge Fernandes Alves,

Elsa Pacheco *pág. 203*

ALBERT T'SERSTEVENS, OLIVIER ROLLIN E MAX ALHAU EM PORTUGAL:

APROXIMAÇÕES A UM PAÍS

■ Maria de Fátima Outeirinho *pág. 221*

GENEROSITAS

O "RETÁBULO" DO «VIAJE DELA TIERRA SANCTA» (SARAGOÇA, 1498).

UMA PEREGRINAÇÃO INTERIOR

AOS LUGARES EVANGÉLICOS E A

REPRESENTAÇÃO DE DEUS UNO E TRINO

■ Fr. António-José de Almeida

O. P. *pág. 229*

POR TERRAS DE FRANÇA – VIAGEM PEDAGÓGICA DE UM PROFESSOR

CASAPIANO

■ Cláudia Pinto Ribeiro *pág. 249*

PEREGRINOS E VIAJANTES NO NORTE DE PORTUGAL: AS ESMOLAS DISTRIBUÍDAS

PELA ORDEM TERCEIRA FRANCISCANA

DE BRAGA AOS IRMÃOS «PASSAGEIROS»

(1720-1816)

■ Juliana de Mello Moraes *pág. 263*

OUTROS ESTUDOS

DA IMPERFEIÇÃO, OU O COMPLEXO DE BABEL

■ Luís Adriano Carlos *pág. 273*

UMA ÉPOCA HISTÓRICA, UMA CIDADE, TRÊS MOTINS: ANÁLISE COMPARATIVA

DOS MOTINS DO PORTO DE 1592, 1661

E 1757

■ Bruno Pinheiro, Marcelo Magalhães,

Tiago Reigada *pág. 281*

PROPAGANDA ANTICANCEROSA,

MOBILIZAÇÃO DE ELITES

E CONSCIÊNCIA SANITÁRIA EM

PORTUGAL: DESPERTAR CONSCIÊNCIAS

E EDUCAR PARA A SAÚDE NA PRIMEIRA

METADE DO SÉCULO XX

■ Rui Manuel Pinto Costa *pág. 299*

NOTÍCIAS

pág. 317



Conselho Redactorial

Gaspar Martins Pereira
Francisco Azevedo Mendes
John Greenfield
Carlota Santos
Zulmira Coelho dos Santos
Isabel Pereira Leite
Paula Montes Leal
Ana Paula Soares

Conselho Consultivo

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)
Fátima Sequeira Dias (Universidade dos Açores)
Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)
Francisco Bettencourt (Universidade de Oxford)
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)
Ingrid Kastem (Universidade de Berlim)
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)
Jochen Vogt (Universidade de Essen)
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)
Philippe Braunstein (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris)
Ricardo Mar (Universidade Rovira i Virgil, Tarragona)
Roberto Rusconi (Universidade Roma Tre)
Vicente Fuster Siebert (Universidade Complutense de Madrid)
Vitor Manuel de Aguiar e Silva (Universidade do Minho)
Vittorio Parsi (Universidade Católica de Milão)

Secretariado

Paula Montes Leal, Marlene Cruz

Contactos

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Via Panorâmica, s.n. / 4150-564 PORTO – PORTUGAL
Tel: 226077177; <http://www.citcem.org>; E-mail: citcem@letras.up.pt

Ou:

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»
Dep. de História / ICS / Universidade do Minho / Campus de Gualtar / 4710-057 BRAGA – PORTUGAL
Tel: 253 604 213; <http://www.citcem.org>; E-mail: pfp.citcem@gmail.com

A revista *CEM / cultura, espaço & memória* nasce num tempo inquietante e, simultaneamente, auspicioso de interrogações e de mudança na vida universitária e nos nossos hábitos de investigação. Os desafios colocados, neste princípio de milénio, pela reorganização do sistema de ensino superior e pela aplicação das orientações de Bolonha, tanto como pela crescente integração internacional, obrigam a um novo posicionamento dos centros de investigação, exigindo maior diálogo interdisciplinar e interuniversitário, articulação mais estreita com a formação avançada e formas mais eficazes de criação e difusão do conhecimento. Foram, de resto, estes desafios que presidiram à criação, em Maio de 2007, do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», unindo diversas unidades da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Universidade do Minho, em que se integraram, rapidamente, mais de três centenas de investigadores da área das Humanidades, em especial da história, dos estudos literários e das ciências e técnicas do património, mas mantendo um diálogo frutuoso com outros domínios do conhecimento. Editada pelo CITCEM, a revista *CEM / cultura, espaço & memória*, que agora se inicia, orienta-se pela mesma vontade de estimular trocas de saberes, acolhendo em cada número um dossier temático, sem fronteiras disciplinares, cronológicas ou espaciais. Vocacionada para a divulgação de trabalhos resultantes de investigação original nas áreas que formam a matriz do CITCEM, não deixará de se abrir à colaboração de todos os domínios científicos. Nesta perspectiva, se visa reflectir a produção científica dos investigadores da unidade responsável pela sua edição, a revista estará sempre aberta à colaboração de outros investigadores nacionais ou estrangeiros.

Não por acaso, este primeiro número da revista *CEM / cultura, espaço & memória* integra um dossier temático sobre Viagens & Viajantes, assumindo, desde logo, não só a problemática do diálogo e do confronto com «o outro» e «o outro mundo», a circulação e a comunicação entre lugares e culturas, mediadas por diferentes formas de representação e de memória, mas também a pluralidade de perspectivas e interpretações disciplinares. Além disso, os artigos aqui publicados cobrem um arco temporal que vai desde a Antiguidade até à Época Contemporânea, abarcando uma grande diversidade de contextos. E os números seguintes, já em preparação, um sobre «Religião e Liberdade» (coordenado por Pedro Vilas Boas Tavares e Maria João Reynaud) e outro sobre «Memória material e materiais de memória» (coordenado por Maria Manuela Martins, José Meireles Baptista e José Ramiro Pimenta), seguirão a mesma linha editorial.

Não é fácil lançar uma nova revista nos tempos que correm. Mas a colaboração recebida de tantos colegas na preparação deste primeiro número, enviando-nos artigos e notícias para publicação, muito além das nossas expectativas, aceitando integrar os diversos órgãos da revista ou participar no processo de revisão científica, é um bom augúrio para o caminho longo que se pretende trilhar. Num percurso solidário de aprendizagem, aventura e risco, de descoberta e partilha, como é, afinal, o de todo o conhecimento.

Uma palavra final de agradecimento a todos quantos tornaram possível a edição deste primeiro número da revista *CEM*, realçando, entre as muitas colaborações individuais, o empenhamento da responsável pela coordenação do dossier temático, Isabel Morujão. A nível institucional, a revista contou com o apoio financeira da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Não menos importante foi – e continuará a ser – a cumplicidade da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que aceitou colaborar no processo de arbitragem científica de todos os artigos e que se disponibilizou, ainda, para organizar a edição on-line e efectuar os procedimentos de indexação internacional da revista.

Gaspar Martins Pereira
(Coordenador do CITCEM)

APRESENTAÇÃO

VIAGENS & VIAJANTES

É sob o promissor signo da viagem e do viajante que se inaugura este primeiro volume da Revista *CEM / cultura, espaço & memória*, que recolhe o contributo de vinte artigos e diversas notícias.

A escolha do tema – lembrando a efeméride da celebração do centenário da morte de Matteo Ricci (1552-1610), um distinto jesuíta, ele mesmo viajante, cartógrafo, evangelizador – pareceu auspiciosa para uma publicação do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pelo que a viagem (em sentido amplo) representa em termos de comunicação internacional e intercultural. De facto, a assim designada literatura de viagens, enquanto fecunda mina de sedimentos de cultura, confunde-se com outros géneros, com os quais partilha uma fronteira ténue e de linhas flexíveis. É esta condição de deslocamento que lhe tem aberto lugar a cruzamentos claramente produtivos com áreas de estudo como a história, os estudos literários, a sociologia, a geografia, a arqueologia, a etnografia, etc. É esta natureza que a torna particularmente interessante para a conjugação de esferas de saber tão diversas como as que congregam a investigação produzida no CITCEM e que coagularam neste primeiro número da revista.

Desde finais da década de setenta que a emergência dos *Cultural Studies* rasgou perspectivas mais alargadas para os textos de viagem, ao inseri-los na categoria mais geral de textos culturais, permitindo uma leitura mais cerrada e complexa da sua dimensão ideológica, particularmente no que mais valoriza os relatos de qualquer viagem: o encontro com o «outro», que irmana as sucessivas gerações dos que viajam, sejam eles, na clássica tipologia histórica em que os apresentou Domenico Nucera, turistas, viajantes ou exploradores («Los viajes y la literatura», in *Introducción a la literatura comparada* (2002), Barcelona, Editorial Crítica, p. 284).

Efectivamente, não é por acaso que o cruzamento entre a pesquisa e as narrativas de viagens remonta a séculos tão recuados como o de Heródoto, esse viajante por terras distantes, como o Egipto, a Babilónia, a Ucrânia, a Itália e a Sicília, que fizeram dele uma figura incontornável na associação entre viagens e ciência, como o comprova a célebre revista francesa de Geografia e de Geopolítica, significativamente intitulada *Hérodote*.

O volume que agora se edita é talvez singular, no contexto português, na alargada abordagem disciplinar de um dos tópicos mais comuns da cultura ocidental: o da viagem. De certo modo, ele explicita, de uma forma ainda mais abrangente, a ambição de Pedro

Lillo Carpio, da Universidade de Múrcia, que sonhava para as Humanidades um espaço de reflexão como local de convergência da actual realidade multidisciplinar (Fernando Carmona e José Miguel García, «A Pedro Lillo Carpio», in *Libros de Viaje y Viajeros en la Literatura y en la Historia*, Universidad de Múrcia, 2006, p. 9).

Embora os congressos em torno de viagens e de viajantes tenham começado a proliferar nos últimos anos, ainda são relativamente escassas as obras de carácter transdisciplinar que a eles se dedicam, sendo normalmente os estudos literários os que têm a parte de leão nessas abordagens, como o confirmam os emblemáticos volumes coordenados por Maria Alzira Seixo (*Les récits de voyage: typologie, historicité*, Lisboa, Cosmos, 1998; *A vertigem do Oriente*, Lisboa-Macau, Cosmos, 1999; *O discurso literário da «Peregrinação»*, Lisboa, Cosmos, 1999 e *Travel Writing and Cultural Memory*, Amsterdam, 2000), que continuam a pontuar, no panorama português, como recolhidas isoladas de uma reflexão que urge alargar. Em Espanha, a já referida edição de *Libros de viaje y viajeros en la literatura y en la historia*, dedicada a Pedro Lillo, já propõe um alargamento da reflexão, situando-a simultaneamente na literatura e na história, mas, em rigor, a obra ultrapassa essas fronteiras, ao estudar as viagens de turismo actuais numa perspectiva sociológica. Assim, vivendo-se na era do conhecimento fluido, de campos disciplinares não rigorosamente separáveis, a confluência das várias metodologias e dos diversos campos do saber resultou neste curioso volume que nos permite compreender melhor a constatação de Jacques Lacarrière: «il existe tant de façons de voyager – plus en tout cas que de couleurs dans l’arc-en-ciel» (J. Lacarrière, *Pour une littérature voyageuse*, Brussels, Éditions Complexe, 1999, p. 105).

De facto, apesar da aparente unidade da temática proposta («viagens & viajantes»), o objecto de estudo foi interpretado das formas mais diversas, numa rotação que constitui uma das riquezas deste número. Da viagem exterior à viagem interior, da viagem real à alegórica, da viagem turística à viagem de divulgação de paisagens, passando pela viagem de diplomacia («Pur bonne alliance et amiste faire»), de comércio ou de devoção ou pela viagem pedagógica («Por terras de França – viagem pedagógicas de um professor casapiano») ou de acompanhamento familiar por motivos de saúde (raríssimas, no universo das narrativas de viagem de estrangeiros a Portugal, entre 1750 e 1850, como se vê em «Journal of a voyage to Lisbon»), até à viagem proporcionada pelos novos adventos técnicos dos caminhos-de-ferro em Portugal (ver «As viagens ferroviárias em Portugal») e outras (mesmo as que se situam um pouco na convergência de muitos destes vectores, como se afirma sobre «a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto revisitada»), todos os artigos se deslocam ao longo de um eixo central em rotação caleidoscópica. Se a literatura é simultaneamente produtora e depositária de cultura, a perspectiva dos estudos comparatistas, associada aos métodos da imagologia, permite perceber encontros com o outro, através da mediação de viajantes que escrevem os seus relatos. É o caso dos de Albert T’Serstevens, Olivier Roland e Max Alhau, resultantes da sua percepção de Portugal em momentos muito diversos da vida portuguesa do século XX. Ou do de João Chagas, em relação ao Rio de Janeiro de finais do século XIX. Ou dos de Cook, Banks e Parkinson perspectivando o Brasil colonial.

Fora da esfera da prosa literária, a poesia viaja de espaços físicos concretos para, num itinerário progressivo de «imersão», mapear paisagens humanas e íntimas, como em «A lição do Nordeste», ou para, nos trilhos da intertextualidade e dos *itineraria mentis*, revelar, com João Penha, o poder e a valorização da viagem imaginária.

Assim, a proposta deste dossier temático deu o mote para abordagens muito diversas a textos de viagens e permitiu alargar este número a áreas recentes de investigação, como a da fotografia (ver «A doença de viajar» ou a «Viagem de J. Laurent a Portugal»), dando lugar a artigos que percorrem um arco cronológico de largo fôlego, desde o antigo Egipto até 1997, situando-se no âmbito dos espaços geográficos mais dispersos (França, Rússia, Inglaterra, Espanha, Portugal, Brasil, Oriente, etc.). A totalidade dos artigos permite constatar o modo como cada área de investigação agulhou o seu saber para o tema da viagem e do viajante, de onde resultará, certamente, uma mais alargada e insuspeitada extensão destes conceitos. Tomaram-se como material de reflexão as fontes mais diversas, provenientes de manuscritos inéditos, de publicações esquecidas ou praticamente desconhecidas, jornais, poemas distintos cujo cotejo permitiu perceber as raízes e a consistência de determinada concepção de viagem, fontes arquivísticas pouco trabalhadas, cartas, diários, registos de agremiações (cf. «Peregrinos e viajantes no Norte de Portugal»), notas de viagem, fotografias, representações iconográficas, etc. O viajante recorta-se, assim, entre o peregrino, o navegador, o comerciante, o turista, o poeta, o pedagogo, o cientista, o embaixador, o diplomata, o fotógrafo, o pintor, etc.

Rompendo parcialmente com o clássico paradigma dos estudos da viagem a Portugal realizada por estrangeiros ou da viagem de portugueses em Portugal ou no estrangeiro, a revista não se centra apenas no universo português ou de portugueses e pulveriza os vários sentidos da viagem, que vão da viagem física às representações da viagem até ao Além, propostas, por exemplo, pela leitura iconográfica dos túmulos do Antigo Egipto, ou à viagem interior suscitada pelas estampas que ilustram a tradução espanhola do *Viaje dela Tierra Sancta*, de Bernardo de Breidenbach, em 1498, onde as imagens que ilustram os lugares santos visitados pelo autor cumprem a função de permitir uma viagem aos passos evangélicos vividos nesses lugares, possibilitando a quem lá não foi uma viagem através da contemplação e da meditação espiritual que elas suscitam.

É, pois, uma larga tipologia de viajantes e de viagens que aqui se propõe, pela qual o relato de viagem, enquanto memória cultural que é, permite aceder muitas vezes a um património cultural esquecido, desaparecido ou desvirtuado ou ao qual só se tem acesso através de saberes linguísticos que permitem ler fontes originais (ver, a esse propósito, o artigo de José Milhazes, que, usando fontes em russo, proporciona uma percepção de alguns navegadores russos sobre as colónias portuguesas, no século XIX). Mas também o inverso acontece: partindo de património cultural (fotografias, gravuras, diários, relíquias, monumentos, etc.), alguns artigos reconstituem memórias culturais a preservar para a identidade individual e colectiva do ser humano, cuja condição é, afinal, a de *homo viator* (veja-se, por exemplo, «Ambrosio Morales; un viaje para la reconstrucción de la memoria cristiana de un Reino»).

A produção científica que aqui se reúne congrega investigadores seniores com a mais jovem investigação que se faz nos vários grupos de investigação do CITCEM. A larga adesão desses novos investigadores é, aliás, algo que cumpre registar com agrado, pois aqui publicam o resultado das suas pesquisas, depois de passado o crivo da revisão científica. E se a maior parte das aporções a esta revista provém de investigadores do CITCEM, é com o maior gosto que a CEM acolhe a participação, nas diversas secções previstas pelo seu programa editorial, de investigadores exteriores à Unidade, como Luís Adriano Carlos, Ana Paula Coutinho, Fátima Outeirinho, Elsa Pacheco, Ângela Domingues e Rosa Capelão.

A apresentação de todos estes artigos adoptou, com maior ou menor adequação, a proposta de Théodore de Bry que, na *Historia Americae sive Novi Orbis* (M. Merian, 1634), encontrou seis grandes forças subjacentes ao impulso de viajar: *generositas, curiositas, voluptuositas, utilitas, necessitas e fatalitas*. E, ainda que as taxonomias, neste campo, devam servir para clarificar o tipo de viagem e a motivação do viajante (já para não falar de outras coordenadas, como a expectativa do leitor ou do editor, por exemplo), a complexa problemática das viagens não se deixa apreender facilmente em qualquer tipologia. A adopção destas seis categorias permite acolher, sob designações algo gerais, quer o tipo de viagem, quer o de viajante, quer ainda a perspectiva que cada autor pretendeu dar ao objecto de que se ocupou. Aliás, qualquer alinhamento dos textos que agora se publicam será, necessariamente, parcelar ou insuficiente, pois a sua totalidade apresenta-se sugestivamente como um «navio de espelhos», parafraseando o poeta Mário Cesariny, ao reflectir viagens «do princípio do mundo até ao fim do mundo». É por toda esta diversidade que entre o escritor-viajante e o leitor se estabeleceu, desde sempre, uma nunca esgotada cumplicidade.

Isabel Morujão
Editora da CEM 2010

NAVEGADORES RUSSOS E IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

JOSÉ MILHAZES*

Resumo: Este artigo teve como objectivo dar início ao levantamento de obras escritas por oficiais da marinha russa onde se podem encontrar referências a territórios do Império Colonial Português.

O estudo limita-se ao século XIX, pois foi então que navios russos realizaram numerosas e importantes viagens de circum-navegação, com vista a reforçar os laços económicos com as suas colónias na América do Norte, bem como com outros países.

É de salientar que este trabalho está longe de ser exaustivo, tendo o autor citado apenas uma pequena parte das descrições de Portugal Continental, Brasil, Madeira, Cabo Verde, Açores e Macau, feitas por viajantes russos. Além disso, o espaço físico do artigo obrigou a fazer uma selecção, deixando algumas obras de fora.

Palavras-chave: Império Português; Rússia; Circum-navegação; Século XIX.

Abstract: This paper aims to provide an overview of the written documents by Russian naval officers that include references to the Portuguese Colonial Empire.

The study focuses on the 19th century, since during this period Russian ships accomplished frequent and important circumnavigation trips, in order to reinforce economic ties with its colonies in North America, as well as with other countries.

It is important to highlight that this paper is far from being exhaustive, as it only cites a small part of the descriptions of Continental Portugal, Brazil, Madeira, Cape Verde, Azores and Madeira, made by Russian travellers. In addition, restrictions as to the paper's length obliged us to select some references and leave others out.

Keywords: Portuguese Empire, Russia; Circumnavigation; 19th century.

Terminado o processo de centralização das terras russas em torno do Reino de Moscovo, os czares russos colocam a abertura de saídas para os mares navegáveis durante todo o ano como uma das suas prioridades da política externa. Isso tornou-se mais premente com o estabelecimento de contactos comerciais entre a Inglaterra e o Reino de Moscovo em 1553.

O czar Ivan IV, o Terrível, cujo reinado se estendeu de 1545 a 1584, manteve prolongadas guerras contra a Suécia, Polónia e Lituânia para conseguir fixar-se nas costas do Mar Báltico, mas sem êxito. Essa tarefa foi bem realizada mais tarde pelo czar Pedro I, o Grande, que reinou entre 1695 e 1725, com a vitória na longa Guerra do Norte contra a Suécia, que se prolongou entre 1700 e 1721 e terminou com a conquista pela Rússia de parte significativa das costas do Báltico e da construção aí da nova capital do império: São Petersburgo.

Ao mesmo tempo que se afirmava no Báltico, o Império Russo alargava-se até para o Pacífico, a Leste, e para o Mar Negro, a Sul.

* Correspondente da Agência Lusa, SIC e RDP em Moscovo. Professor de História e Jornalismo no Instituto Piaget de Almada. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

A necessidade de ligações marítimas entre as várias regiões do Império, a luta contra os turcos, não só por terra, mas também através do Mar Mediterrâneo, e a instalação de colónias russas nas costas orientais da América do Norte, a procura de novos mercados comerciais levaram a Rússia a empreender viagens marítimas de circum-navegação. Os navios russos passaram a utilizar portos do extenso Império Colonial Português para se reabastecerem e estabelecerem contactos comerciais, estudos em vários ramos da ciência.

Antes de passarmos à análise das várias viagens, é importante assinalar que neste estudo foram empregues, no fundamental, fontes escritas em russo: diários de bordo, memórias de viagens, cartas, etc.

A primeira viagem de circum-navegação russa foi realizada entre 1803 e 1806 em dois navios: «Nadejda» e «Neva», sob o comando do almirante Ivan Kruzenshtern (1770-1846).

Depois de deixar para trás o Continente Europeu e as Ilhas Canárias, os navios russos chegam à ilha de Santa Catarina a 21 de Dezembro de 1803.

Kruzenshtern legou-nos um pormenorizado diário de bordo, onde fixou observações importantes sobre a passagem por terras brasileiras, nomeadamente a boa recepção de que foi alvo pelas autoridades locais: «O governador, Dom José de Currado, coronel português, com quem eu, Lissianski e vários oficiais fomos ter para apresentar cumprimentos, recebeu-nos com extrema simpatia. Mostrou-se imediatamente pronto em prestar-nos toda a ajuda possível. Enviou um sargento para cada um dos nossos navios e ordenou-lhes que ficassem à nossa disposição. Pegou na lista de todos os víveres de que necessitávamos e deu ordem a um oficial para adquiri-los o mais rapidamente possível em diferentes lugares da ilha e no continente. Ele foi tão atencioso que obrigou os seus homens a partirem lenha para nós; o que eu lhe tinha pedido especialmente, porque esse trabalho, devido ao forte calor, era extremamente penoso, podia prejudicar a saúde dos nossos serviçais. Ele permitiu-nos montar, na pequena ilha de Atomirice, o nosso observatório, que nos era bastante necessário, tanto para verificar o funcionamento dos cronómetros, que, durante a nossa viagem de Tenerife, divergia em todos, como para outras observações úteis, que o doutor Gerner esperava realizar no Hemisfério Sul do céu, ao qual os astrónomos têm acesso raramente»¹.

Não escapou também à atenção do almirante russo o abandono a que estava deixada aquela ilha pela Coroa Portuguesa: «Mas cada viajante, embora eu não tenha tido oportunidade de falar pessoalmente com os portugueses cultos que vivem aqui, pode facilmente constatar que o governo português não presta nenhuma atenção a esta aldeia. Se isso é provocado pela política, então ela é indiscutivelmente a mais falsa; se isso decorre simplesmente do desprezo leviano, isso é ainda mais inaceitável. Que Portugal não vê, em geral, a utilidade que poderia ter das suas possessões nesta parte da Terra é uma verdade reconhecida por todos e não exige mais a mais pequena prova. Em todo o Brasil, a ilha de S. Catarina, com as aldeias que lhe pertencem na parte continental, é a parte destas

¹ Крузенштерн, Иван Фёдорович «Путешествие вокруг света в 1803, 1804, 1805 и 1806 годах на кораблях Надежда и Нева». Москва, 2009 года, с. 58-59 (KRUZENSHTERN, Ivan – *Viagem de circum-navegação nos navios «Nadejda» e «Neva»*. Moscovo, 2009, p. 58-59).

possessões à qual o governo português nunca prestou particular atenção, embora ela não mereça esse desprezo devido à sua situação extremamente favorável, ao clima saudável, terra fértil e outras posições»².

O navegador russo assinala um pormenor curioso: «O chefe da guarnição, quando da nossa passagem, era descendente do glorioso Vasco da Gama. Desde que foram aquarteladas aqui tropas que elas, por decisão do governo, são comandadas por um dos membros dessa gloriosa família. Em 1785, ano em que aqui esteve Laperuz, o comandante das tropas era António da Gama»³.

Depois de visitarem e explorarem as costas da América do Sul, o Pacífico e os territórios russos no Extremo Oriente, os navios russos passaram por Macau, tendo Kruzenshtern registado importantes aspectos da organização política, comercial e social da colónia portuguesa.

Ele ficou surpreendido com a difícil situação dos portugueses face às autoridades chinesas. O almirante russo escreveu: «A situação dos portugueses em Macau é extremamente delicada, tanto mais difícil é a situação do governador por ter contactos frequentes com o Governo Chinês. Embora os governadores se comportem com extremo cuidado, acontecem por vezes casos em que eles, sem a perda extrema de respeito para com a sua nação, pouco respeitada também agora pelos chineses, não ousam aceitar as suas exigências»⁴.

Segundo ele, «se em Macau mandassem os ingleses ou espanhóis, rapidamente poriam fim a essa vergonhosa dependência dos chineses. Essas nações, tendo nas suas mãos importantes países perto da China, poderiam, em Macau, oferecer resistência à força de todo o Estado Chinês»⁵.

Notas importantes sobre as colónias portuguesas do Brasil e de Macau estão contidas no livro «Viagem de circum-navegação no navio *Neva* em 1803-1806», escrito pelo almirante Iúri Lissianski, que comandava o segundo barco da expedição de Kruzenshtern⁶.

É também de assinalar «Cartas de marinheiros russos do Brasil para o Sr. N. N.», escritas pelo oficial Makar Ratmanov⁷.

Entre 1807 e 1809, o veleiro «Diana», sob o comando do tenente Vassili Golovnin, realizou mais uma viagem à volta do mundo, tendo o oficial russo publicado o diário de bordo com informações interessantes sobre o Brasil⁸. Mas voltaremos mais abaixo a este oficial da marinha russa, durante a sua segunda viagem, quando passa pelos Açores.

² *Ibidem*, p. 61.

³ *Ibidem*, p. 62.

⁴ *Ibidem*, p. 451.

⁵ *Ibidem*, p. 460.

⁶ Юрий Фёдорович, Лисянский. «Путешествие вокруг света на корабле «Нева» в 1803-1806 годах». ОГИЗ, Государственное издательство географической литературы, М., 1947 г. (LISSIANSKI, Fiodor – Viagem de circum-navegação no navio «Neva» em 1803-1806. Ed. OGIZ, M. 1947).

⁷ Ратманов, Макар Иванович. «Письма Рускихъ путешественниковъ изъ Бразиліи къ Госп. N. N.». In: «Вестник Европы». Ч. XVI, n.º 15, 1804. (RATMANOV, Mikhail – *Cartas de marinheiros russos do Brasil para o Sr. N. N.* In *Vestnik Evropi*. Parte XVI, n.º 15, 1804).

⁸ Головнин, Василий Михайлович. «Сочинения». Изд-во Главморпути, М-Л : 1949 г. (GOLOVNIN, V. M. – *Obras*. M-L. Editora Glavmorputi, 1949).

As viagens de circum-navegação iriam continuar após as guerras napoleónicas e, antes de regressarmos a elas, iremos concentrar a atenção num episódio curioso ocorrido durante as invasões francesas da Península Ibérica.

A 3 de Novembro de 1807, a esquadra do almirante russo Dmitri Seniavin, que regressava do Mediterrâneo onde tinha infligido uma pesada derrota à Armada turca, entrou na foz do Tejo para fugir a uma forte tempestade no mar, mas ficou aí retida durante quase um ano devido à tempestuosa situação internacional. A 7 de Julho desse ano, a Rússia e a França de Napoleão tinham assinado um Tratado de Paz e Amizade em Tilzite e a Corte de São Petersburgo rompera as relações diplomáticas com Londres. A 17 de Novembro, depois da fuga da família real portuguesa para o Brasil e da ocupação do país pelas tropas francesas, a armada inglesa fechou a barra do Tejo não só aos navios franceses, mas também aos dos aliados de Paris⁹.

O almirante Seniavin viu-se numa situação muito complicada. Por um lado, não podia deixar de cumprir as ordens do czar Alexandre I, mas, por outro lado, as suas simpatias estavam do lado dos ingleses.

O historiador soviético Evgueni Tarle escreveu a propósito: «Era necessário ou salvar a esquadra russa da morte inevitável, desobedecer à vontade dos dois imperadores aliados e ser sujeito ao tribunal militar, ou sujeitar-se incondicionalmente à ordem do czar e transformar-se numa arma obediente, cega dos interesses e considerações do imperador francês e do seu representante, general Junot»¹⁰.

Mas o almirante Seniavin cumprir essa difícil tarefa. Ele compreendeu rapidamente que o general Junot, que havia ocupado Portugal, iria tentar de todas as formas cumprir a vontade de Napoleão, ou seja, provocar a guerra entre a Rússia e Inglaterra pelas mãos do comandante da esquadra russa. Mas o facto é que, não obstante o corte de relações com Londres, o czar Alexandre não pretendia, na realidade, entrar em conflito aberto com os ingleses.

Dmitri Seniavin escreveu ao seu comandante supremo depois do primeiro encontro com Junot: «Consegui compreender de algumas palavras por ele ditas que o governo francês não quer perder a oportunidade que lhe dá a permanência da esquadra de Vossa Alteza aqui, para aumentar as dúvidas do governo inglês sobre as intenções de Vossa Majestade Imperial, e numerosos dos oficiais navais franceses que se encontram aqui dizem abertamente que serão nomeados para a esquadra que me foi confiada para o lugar dos oficiais de origem inglesa»¹¹.

Alexandre I tarda em enviar instruções, mas Seniavin continua a sua política de evitar o envolvimento dos seus barcos e homens no confronto anglo-francês, o que irrita fortemente o imperador gaulês. Napoleão tenta fazer com que o almirante deixe de

⁹ Протопов, А. С., Козменко, В. М., Елманова, Н. С. «История международных отношения и Внешняя Политика России» (1648-2000). М., 2001г., с. 64-74 (PROTOPOV, A. S.; KOZMENKO, V. M.; ELMANOVA, N. S. – *História das Relações Internacionais e da Política Externa da Rússia (1648-2000)*. М., 2001, p. 64-74.

¹⁰ Tarle Евгений Викторович, Соч.: Соч., т. 1-12, М., 1957-62 г. Т. X, с. 329 (TARLE, E. – *Obras em 12 volumes*. Vol. 10, p. 329).

¹¹ Российский Государственный архив Военно-морского флота (РГАВМФ). Ф. Департамент Министерства Флота для эскадри Сенявина, д. 579, л. 15-19 (Arquivo Central Estatal da Frota Militar (ACEFM), f. Departamento do Ministério da Marinha para a Esquadra de Seniavin, d. 579, folhas 15-19).

receber ordens de São Petersburgo e passe a cumprir ordens do conde Tolstói, embaixador russo em Paris, que funcionaria como uma «correia de transmissão» sua.

A esquadra do almirante Seniavin chegou a Lisboa – escrevia Napoleão a Alexandre a 7 de Dezembro de 1807 – Felizmente, as minhas tropas já se devem encontrar lá. Seria bom se Vossa Alteza incumbisse o conde Tolstói de ter poder sobre essa esquadra e sobre as suas tropas, para que, em caso de necessidade, possam ser utilizadas sem esperar ordens directas de Petersburgo. Penso também que este poder directo do embaixador de Vossa Alteza teria boa influência no sentido em que poria fim à desconfiança que por vezes revelam os comandantes face aos sentimentos de França¹².

A pressão sobre o almirante Seniavin aumenta através da instrução da Corte Russa, enviada no início de 1808 para Andrei Dubatchevski, representante diplomático russo em Lisboa, e dirigida a todos os militares russos: «Em relação ao governo que irá existir em Portugal, é necessário que os vossos actos correspondam em tudo à disposição amiga actualmente existente entre a Rússia e a França»¹³.

E, por fim, a 1 de Março do mesmo ano, Alexandre I envia uma ordem aos três comandantes de armadas russas que se encontravam no estrangeiro, entre as quais estava a comandada por Seniavin: «Reconhecendo como útil para o êxito da causa comum e para que seja feito o maior prejuízo ao inimigo colocar as nossas forças navais que se encontram fora da Rússia à disposição de Sua Alteza, o Imperador dos Franceses, ordeno-vos que, em conformidade com isso... o cumprimento indiscutivelmente mais preciso de todas as ordens que vos forem dadas por Sua Alteza, o Imperador Napoleão»¹⁴.

As relações entre Seniavin e Junot tornavam-se cada vez mais tensas, pois os franceses necessitavam de mostrar à Europa a solidez da aliança russo-francesa. Tanto mais num momento em que a guerra popular contra Napoleão em Espanha tomava formas cada vez mais abertas e a Áustria se armava. A entrada em acção da armada russa ancorada em Lisboa contra os ingleses seria um sinal para todos aqueles que consideravam a aliança russo-francesa uma utopia.

Mas o comandante russo não estava disposto a sacrificar a vida dos seus homens e os seus navios em nome da defesa dos interesses franceses em Portugal e, por isso, recorre a um subterfúgio para tentar adiar ou mesmo evitar totalmente o cumprimento das ordens de Napoleão: alega falta de armamentos e homens.

Tendo recebido um relatório enviado por Dmitri Seniavin, datado de 21 de Abril de 1808, Napoleão dá-lhe algumas ordens: estar pronto para sair para o mar a qualquer momento e, para isso, «manter a tripulação em estado de alerta». E vendo que o navio «São Rafael» não se encontrava devidamente equipado, o Imperador francês ordenou ao almirante russo que contactasse Junot para que este recrutasse marinheiros suecos e

¹³ Архив внешней политики России (АВПР). Ф. Канцелярия МИДа, 1808, д. 6660, л. 2 (Arquivo da Política Externa da Rússia (APER), f. Chancelaria do MNE, 1808, d. 6660, folha 2).

¹⁴ ACEFM, f. Departamento do Ministério da Marinha para a Esquadra de Seniavin, d. 579, f. 52-53.

outros que se encontravam em Lisboa. Além disso, se faltassem munições, pólvora ou quaisquer outros materiais, deveria conseguir tudo isso em Lisboa¹⁵.

Mas o oficial russo consegue, sob os mais variados pretextos, manter a neutralidade, explicando a sua posição numa missiva enviada ao czar Alexandre I: «Uns dias antes de me encontrar com o duque [Junot], recebi informação segura de que a Espanha se fez inimiga clara da França e as armas espanholas tinham vencido em várias ocasiões, ao mesmo tempo que as províncias setentrionais de Portugal começaram a fugir do poder dos franceses... e a mais insistente exigência do duque para o reforçar com soldados convenceu-me da situação fraca das tropas francesas em Portugal. Eu, encontrando-me em situação tão difícil, considerei: se tomar o lado dos franceses e assim me ver claramente envolvido em medidas hostis contra os portugueses, ingleses e espanhóis, ficarei sem qualquer meio para salvar a esquadra de Vossa Alteza Imperial do poder desses povos unidos...».

Junot passa dos pedidos pessoais a exigências formais com vista a obrigar Seniavin a cumprir as ordens vindas de Paris e São Petersburgo. A 3 de Julho de 1808, o general francês escreve ao oficial russo: «Senhor almirante, nas difíceis circunstâncias em que me encontro e que advêm nomeadamente da necessidade de defender a esquadra de Sua Alteza, o Imperador Russo, eu penso que o nosso dever comum, bem como o interesse dos nossos senhores, consiste em chegar a um acordo sobre os meios possíveis de ajuda mútua». O objectivo era conseguir fazer com que Seniavin desembarcasse com as suas tropas na margem esquerda do Tejo para defendê-la dos ingleses: «o efeito colossal dessa medida seria incalculável»¹⁶.

Dmitri Seniavin responde imediatamente, começando por sublinhar que ele compreende muito bem o seu dever, que consiste em cumprir à risca as ordens de Napoleão, mas arranja nova argumentação para evitar isso. Desta vez, o almirante russo alega que, caso ele desembarcasse na margem esquerda do Tejo, teria de combater não só contra os ingleses, mas também contra os insurrectos portugueses, coisa de que não tinha sido incumbido. Além disso, considerava que era mais útil para os monarcas francês e russo não atacar a esquadra inglesa, mas continuar no mesmo lugar¹⁷.

Junot ficava cada vez mais furioso e, a 26 de Julho, foi visitar Seniavin ao navio «Tverdii» («Firme») para tentar uma vez mais convencê-lo, mas em vão. Dois dias depois, escreve uma nova carta: «Senhor almirante, visto que a situação em que me encontro se torna dia a dia cada vez mais complicada, considero ser meu dever e uma questão de minha honra conhecer positivamente as vossas intenções e saber se posso esperar receber de Vossa Excelência alguma ajuda. Este é o meu dever, visto que o Imperador, o meu Senhor, considera que a significativa esquadra que o Imperador russo colocou à sua disposição deve, obrigatoriamente, em circunstâncias tão críticas, ajudar com todos os meios o seu exército terrestre, tal como o exército terrestre deve ajudar a esquadra».

Na mesma missiva, Junot passa para o campo das ameaças: «É necessário que o meu Senhor e o vosso saibam que a esquadra russa não desejou prestar-me a mínima

¹⁵ *Correspondance de Napoléon*, t. XVIII. P., 1865, p. 83-84.

¹⁶ APER, f. Chancelaria do MNE, 1808, d. 5191, f. 30-31.

¹⁷ *Ibidem*, f. 25.

ajuda. É preciso que os militares, que irão analisar a minha situação, saibam que eu não estive apenas cercado por todos os lados de inimigos, mas que a esquadra aliada da França, que se encontra em guerra contra Inglaterra, se declarou neutra no momento mais decisivo perante a esquadra inimiga e no momento do desembarque substancial de tropas inglesas, e que o seu comportamento foi para mim mais prejudicial do que se ela estivesse contra mim».

A ira do general Junot é tão grande que começa a referir-se a Seniavin, na mesma carta, na terceira pessoa: «Se o senhor almirante Seniavin se encontra realmente em estado de guerra com os ingleses, como pode ele pensar um só momento que a sua armada não cairá nas mãos deles caso tomem Lisboa? Se o senhor almirante Seniavin tem algum acordo com o almirante inglês, se ele recebeu de alguma forte garantias para a sua armada, será que a honra lhe permitirá abandonar o aliado sem aviso?»¹⁸.

O almirante russo respondeu à missiva no mesmo dia, reafirmando a sua obediência a Napoleão e negando qualquer acordo com os ingleses. Porém, continua a considerar que é inútil fazer desembarcar os seus homens não só porque são menos de mil, mas também porque os russos não compreendem português!¹⁹.

Após a derrota das tropas francesas em Vimieiro, a 9 de Agosto de 1808, Junot vê-se obrigado a abandonar Portugal e o almirante Seniavin, que já tinha estabelecido contactos com o comando da armada inglesa que bloqueava Lisboa em meados de Julho, tentou fazer tudo para que a sua armada não fosse apreendida pelas autoridades de Londres, pois a Rússia e a Inglaterra continuavam formalmente em estado de guerra.

Argumentando a sua posição numa carta dirigida ao almirante inglês Cotton, Seniavin escreve: «O meu comportamento durante os dez meses de permanência em Lisboa, as minhas recusas constantes de participar mesmo que da forma mais mínima nas medidas hostis que me eram propostas [contra os ingleses]... Todos esses motivos convencem-me firmemente que Vossa Excelência terá em atenção as circunstâncias acima assinaladas e que a situação neutra legal seja observada em relação à minha esquadra, enquanto ele estiver no rio Tejo»²⁰.

A armada russa acabou por ser conduzida para o porto inglês de Portsmouth e, em 1809, os oficiais e marinheiros russos regressaram ao seu país, deixando os navios em Inglaterra, tal como exigiram as autoridades de Londres. E não obstante o Governo de Londres ter, em 1812, devolvido alguns dos navios e pago por aqueles que ficaram em Inglaterra, o czar russo acusou o almirante de ter «entregue» a esquadra ao «inimigo».

Passadas as guerras napoleónicas, a Rússia volta novamente às viagens de circum-navegação. Entre 1819 e 1821, Fabian Gottlieb Thaddeus von Bellingshausen comanda uma expedição que, entre outros objectivos, descobre a Antártida.

Bellingshausen deixou-nos um diário de bordo com algumas notas sobre a vida no Rio de Janeiro: «A cidade está situada de forma bastante correcta, mas as ruas, na sua maioria, são estreitas; há algumas praças boas e casas de dois andares; no andar de baixo

¹⁸ *Ibidem*, f. 28-29.

¹⁹ *Ibidem*, f. 30-31.

²⁰ *Ibidem*, f. 45. B.

estão lojas ou oficinas, tais como: merceneiros, sapateiros, alfaiates, polidores de pedras, ourives de prata e ouro, etc. Nos andares estão as habitações. O lixo e todas as porcarias são atirados directamente para as ruas; ao fim da tarde, quando escurece, é impossível andar perto das casas sem correr o risco de ser molhado do andar de cima; na cidade, em geral, é evidente uma sujidade horrível»²¹.

O oficial russo fica impressionado com o peso da religião na vida do Rio de Janeiro: «Todas as colinas estão ocupadas por mosteiros, que enfeitam o aspecto externo da cidade. Pode dizer-se que só quase os monges gozam aqui de ar saudável e das agradáveis vistas das alturas. Durante a nossa permanência, quase diariamente víamos nas ruas e templos procissões; a julgar por isso, um estrangeiro desprevenido concluiria do gosto dos habitantes locais para festas».

O tráfico de escravos não passou despercebido ao oficial russo: «Aqui encontram-se várias tendas onde se vendem negros: homens, mulheres e crianças. Quando se entra nessas tendas asquerosas, vê-se várias filas de negros sentados, cobertos de tanga, os pequenos à frente e os grandes atrás. Em cada tenda encontra-se permanentemente um dos portugueses ou dos negros anteriormente trazidos; é dever desse guarda tentar apresentar esses infelizes da melhor e mais alegre forma quando chegam os compradores. Ele tem na mão um chicote ou uma vara; quando faz um sinal, eles levantam-se, depois saltam entoando canções de dança; se algum deles, segundo o vendedor, olha, salta ou canta de forma insuficientemente alegre, ele incute-lhe vivacidade com a vara. O comprador, depois de escolher o seu escravo, tira-o da fila, vê-lhe a boca, apalpa-lhe todo o corpo, bate-lhe com as mãos em diferentes partes e, depois desses exames, ficando convencido da resistência e saúde do negro, compra-o. Na nossa presença foi vendido um por 200 taleres espanhóis. Na tenda feminina está tudo disposto da mesma ordem, mas com a diferença de que as negras estão cobertas à frente por um pequeno pedaço de tecido azul e algumas têm também os peitos cobertos. Na tenda entraram conosco uma velha e uma jovem menina; eram portuguesas. Depois de combinarem o preço de uma jovem negra, viram-lhe a boca, levantaram-lhe as mãos e afastaram o pedaço de tecido do peito; finalmente, a velha apalpou a barriga com ambas as mãos; parece que o preço pedido pelo dono era demasiadamente grande e elas não compraram essa negra e foram para outra tenda. A revista, a venda, a sujidade, o cheiro nauseabundo exalado pelos numerosos escravos e, finalmente, a vigilância bárbara com chicote ou vara, tudo isso provoca nojo em relação ao dono desumano da tenda»²².

Os comandantes dos navios russos, que chegaram a 2 de Novembro de 1921, foram recebidos pelo rei D. João VI a 9 do mesmo mês: «o rei honrou-me com algumas perguntas sobre o Rio de Janeiro, sobre o porto, sobre o objectivo da nossa viagem, e, depois das saudações normais, fez uma vénia e nós curvamo-nos até à cintura e recuámos sem

²¹ Беллинсгаузен, Фаддэй Фаддеевич «Двукратные изыскания в Южном Ледовитом океане и плавание вокруг света в продолжение 1819, 1820 и 1821 годов», М., 1949, с. 52-59 (BELLINGSHAUSEN, F. F. – Duas buscas no Oceano Glaciar Antártico e viagem de circum-navegação durante 1829, 20 e 21, realizadas nos navios «Vostok» e «Mirni» sob o comando do capitão Bellingshausen, comandante do navio «Vostok»... Moscovo, 1949, p. 52-59).

²² *Ibidem*.

virar as costas, enquanto o rei, que se afastava de nós, virava-se de todas as vezes para receber a vénia»²³.

É importante assinalar que nesta expedição participaram os oficiais Konstantin Torson e Dmitri Zavalichin, dois futuros participantes da Revolução Dezembrista de 25 de Dezembro de 1826, assim é conhecido na Rússia o movimento liberal que tentou derrubar o czar Nicolau I.

A passagem desses dois oficiais pelo Brasil influi fortemente na sua formação ideológica. No interrogatório a que foi sujeito depois da derrota da revolta, Konstantin Torson concretiza as razões que o levaram a aderir ao levantamento: «Vendo diferentes abusos e o desinteresse do governo em emendá-los por via legal, agindo individualmente, convenci-me da necessidade de agir em sociedade para conseguir esse objectivo; então Bestujev informou-me de que existe uma sociedade secreta, cujo objectivo consiste em, após reunir pormenores de abusos e baseando-se na defesa do direito de propriedade e de cada pessoa, elaborar um plano para emendá-los e esperar a morte natural do defunto imperador, informar de tudo o sucessor quando da coroação e convencê-lo a tomar as medidas propostas; considerando o objectivo da sociedade em conformidade com os meus desejos e tendo visto no Brasil um exemplo..., eu perguntei a Bestujev sobre as principais pessoas que dirigiam a sociedade»²⁴.

Dmitri Zavalichin, um dos poucos dezembristas que sobreviveu ao desterro na Sibéria, deixou um diário com numerosas impressões sobre a sua passagem pelo Brasil. Ele escreve: «No Brasil, tinha muitas tarefas para realizar, mas eu queria, obrigatoriamente, conhecer de mais perto a natureza tropical, que surpreendia mesmo as pessoas simples. Aprofundei-me nas florestas virgens, visitei frequentemente o imperador Dom Pedro, no Corcovado e na Serra de Estrela e, por fim, a nova plantação do nosso cônsul-geral Lamsdorf, e só eu de todos os oficiais podia acompanhá-lo nas excursões botânicas, porque aguentava tão bem o frio forte como o calor intenso»²⁵.

Zavalichin conta um facto curioso que poderia ter consequências negativas na sua carreira militar: «Durante a nossa estadia no Brasil, deu-se um acontecimento que assustou fortemente os meus parentes com boatos infundados. É preciso dizer que, quando chegámos ao Brasil, nós encontrámos aí, no lugar de uma colónia portuguesa, um Império recentemente criado. Porém, o novo imperador não era ainda reconhecido por nenhum governo e, por conseguinte, não podíamos ter com ele contactos oficiais. Isso, todavia, não incomodava a prestação de serviços mútuos e, como realizávamos alguns trabalhos no estaleiro brasileiro, nós, pelo nosso lado, tínhamos de fornecer os nossos mestres. Nessa altura, Dom Pedro tinha pressa em armar a frota para rechaçar o presumível ataque dos portugueses e, diariamente, encontrava-se e conversava comigo no estaleiro. Ele tinha falta de bons oficiais navais e, pouco tempo antes, o tenente da armada inglesa Taylor passara ao seu serviço como comandante de corveta. Vendo o destaque de que eu gozava na fragata,

²³ *Ibidem*.

²⁴ Вопросы Комитета и Ответы К. Торсона. Апрель 1926 года. Восстания Декабристов. Т. XIV. М. 1976, с. 201 (*Perguntas do Comité e Respostas de K. Torson. Abril de 1926. Revolta dos Dezembristas*. Т. XIV. Moscovo, 1976, p. 201).

²⁵ Завалишин, Дмитрий. «Воспоминания». М. 2009, с. 85 (ZAVALICHIN, Dmitri – *Memórias*. Moscovo, 2009, p. 85).

Dom Pedro decidiu propor-me o mesmo posto de Taylor na frota brasileira. Claro que eu recusei, mas o caso tornou-se conhecido e, tendo chegado de forma distorcida à Rússia, preocupou os meus parentes, enquanto as cartas enviadas por mim não lhes esclareceu o que realmente deu origem ao boato, como se eu tivesse deixado a frota russa»²⁶.

Mas não era só a paisagem exótica tropical que interessava ao oficial da marinha russa. Dmitri Zavalichin estudou também com atenção a situação política e social naquele território que pouco antes se tornara independente da Coroa de Portugal: «a nossa permanência no Brasil tinha interesse vivo não só do ponto de vista do conhecimento de uma natureza completamente nova para nós, mas também no sentido político. Todas as questões políticas, internacionais e internas, bem como as sociais eram candentes e a situação do Brasil apresentava muitos factos evidentes para esclarecer essas questões, e a presença de um grande número de estrangeiros, bem como de navios militares de diferentes nações, permitia ouvir a discussão multilateral de qualquer fenómeno. Por muito que estivesse ocupado no meu serviço, não só com a carga e os fornecimentos para a fragata, mas também com as viagens às plantações para fazer compras, eu não perdia, porém, a oportunidade de conhecer pormenorizadamente a natureza e diferentes produções, principalmente as próprias do Brasil, e seguir o movimento político e social. E se o conhecimento com o cônsul-geral e a excursão com ele eram para mim úteis do ponto de vista científico, para o estudo da natureza tropical, as visitas ao nosso vice-cônsul, casado com uma brasileira e que vivia de forma muito aberta, constituíram uma oportunidade suprema de observar os problemas políticos e sociais no seu movimento vivo. Todos os dias, quando o calor era forte, entre as 10 e as 4 horas, quando toda a actividade parava e todas as coisas paravam, todos dormem, eu refugiava-me nos limoeiros e laranjeiras no Corcovado e dedicava-me aí à leitura de jornais de todo o tipo, e, a falar verdade, era difícil aos outros compreender quando eu dormia, porque às seis ou tínhamos o jantar ou éramos convidados para os jantares que nos davam ou na cidade, ou em navios estrangeiros, e, ao jantar, até bem depois da meia noite, havia algum baile ou passeio. Não obstante, na manhã seguinte, às sete horas, eu já recebia em terra ou no escritório do cônsul ou no estaleiro todos os que tinham algum assunto ligado à expedição»²⁷.

No interrogatório que se seguiu à derrota da revolta dezembrista, Dmitri Zavalichin declarou que a viagem ao Brasil lhe serviu também para ver as diferenças insuperáveis entre a situação nessa ex-colónia portuguesa e no seu país: «Frequentemente, por baixo do Sol claro do Brasil, eu descansava à sombra de limoeiros e laranjeiras, enquanto que os meus olhos gozavam com a paisagem dos campos cobertos de ananases. Mas poderia ser eu considerado uma pessoa inteligente se quisesse ver obrigatoriamente o mesmo nos países com meio ano de noite? No mundo da moral, tal como no mundo físico, há obstáculos insuperáveis»²⁸.

Notícias sobre a passagem de navios russos por territórios portugueses voltam a aparecer nas notas da segunda viagem de circum-navegação de Vassili Golovnin, realizada

²⁶ *Ibidem*, p. 85-86.

²⁷ *Ibidem*, p. 86-87.

²⁸ «Дело Завалишина, Д. И. Восстания Декабристов». Т. 3. М.-Л. 1927, с. 239 (*Dossier D. I. Zavalichin. Revolta dos Dezembristas*. Т. 3. М.-Л. 1927, p. 239).

no veleiro «Kamtchatka» entre 1817 e 1819, mas, desta vez, além do Brasil, o veleiro entrou no porto do Faial, nos Açores.

Durante os 17 dias que passou no Faial, onde o navio se abasteceu de água e alimentos frescos, Golovnin teve a oportunidade de visitar os lugares mais pitorescos da ilha, tendo-lhe chamado a atenção a Caldeira.

Na hora da partida, escreve: «Partimos satisfeitos com a amável recepção dos nossos conhecidos do Faial, e eles ficaram com o mesmo sentimento. O governador e os seus habitantes não se cansavam de repetir-me que gostariam de ter ali em permanência barcos russos. Ao contrário, quando chega um navio militar inglês, os habitantes querem que ele saia o mais rápido possível, pois os marinheiros embebedam-se em terra e provocam conflitos. Nenhuma das nossas pessoas que autorizei a ir a terra, doze ou mais por dia, andou à pancada ou ficou bêbado»²⁹.

As viagens de circum-navegação russas continuaram durante todo o século XIX, mas há duas delas que merecem uma análise mais atenta. A primeira realizou-se entre 1852 e 1855, sob o comando do capitão Ivan Unkovski (1822-1866), e tinha dois objectivos: inspeccionar os territórios russos na América do Norte (Alasca) e estabelecer relações políticas e comerciais com o Japão.

Porém, para nós é importante o facto de nesta expedição marítima ter participado Ivan Gontcharov, um dos maiores vultos da literatura russa, autor do romance «Oblomov», que nos deixou descrições da viagem, nomeadamente da sua passagem pela Madeira e Cabo Verde.

O primeiro contacto com o vinho da Madeira ficou longe de ter sido o melhor. Gontcharov escreve: «De súbito, os guias pararam junto de uma casinha, gritaram alguma coisa e trouxeram-nos três canecas de vinho. Ofereceram-me a minha e eu não podia recusar: tratava-se de vinho da Madeira, directamente da fonte! Madeira! Mas que porcaria, talvez seja vinho novo. Eu devolvi a caneca. Os guias fizeram uma vénia e esvaziaram num instante as canecas».

O escritor russo mudou de opinião ao almoçar na casa do cônsul russo no Funchal: «O ponto alto do almoço foram o vinho e a sobremesa. Claro que o vinho era da Madeira, tinto e branco. Tanto um como outro eram de uma qualidade suprema, principalmente o tinto, cor de *ruby*».

Mas o ar da Madeira foi o que mais cativou Gontcharov: «Quando respirava o ar da margem montanhosa do Volga, pensava que não podia haver nada de melhor noutro lugar. De manhã, num dia de Verão, abres a janela e no rosto sopra uma frescura tão pura, saudável. Na Madeira, eu senti a frescura do ar do Volga, que bebes como a água mais pura da fonte, mas como que diluída... em Madeira...».

«Ao olhar para trás, para a ilha, desejei que ela ficasse para sempre na minha memória», conclui Gontcharov³⁰.

²⁹ GOLOVNIN, V. M. – *Obras*. M-L. Editora Glavmorputi, 1949, p. 430.

³⁰ Гончаров, Иван Александрович. «Фрегат Паллада». Л., 1986, Т.1, с. 83-96 (GONTCHAROV, Ivan – *Fragata Pallada*. Leningrado, 1986. Vol. 1, p. 83-96).

Konstantin Staniukovitch, oficial da marinha russa, fez uma longa viagem marítima, em 1860-1861, e passou também pela Madeira e Cabo Verde.

No livro «Viagem de Circum-navegação na Korchun», este escritor descreve como algo «fantástico», «irreal» a vista da cidade do Funchal a partir do mar: «As suas pequenas casas encostam-se uma às outras como celas numa colmeia, com uma coroa verde, e sobre elas altas montanhas verdes, onde aqui e ali se pavoneiam casas de campo e villas, mergulhadas em verdura. Numa das montanhas vê-se um mosteiro branco. E tudo isso cercado de árvores tropicais densas e onduladas».

Em Cabo Verde, Staniukovitch ficou apaixonado pelas mornas cabo-verdianas: «Um dos oficiais dirigiu-se ao português para pedir que transmitisse à dona de casa que todos lhe pediam que cantasse alguma canção popular negra. Quando o português lhe transmitiu o pedido, todas as mulheres abanaram afirmativamente a cabeça. Elas sussurraram entre si, talvez para escolher a canção. Por fim, decidiram-se. De súbito, os seus rostos fizeram-se sérios; elas apertaram as maçãs do rosto com as mãos e começaram a cantar muito baixinho. Era algo monótono, extremamente triste e que apertava a alma. Cantavam de forma suprema; as vozes eram jovens e frescas. Nessa canção melancólica ouvia-se lamentos silenciosos e uma tristeza profunda, cheia de resignação... E tudo isso era cantado em voz baixa, monocórdica, monótona. E mais lamentos e tristeza sem fim... Nem um só som maior, nem uma notinha de protesto! Os marinheiros russos sentiram algo de conhecido, familiar nessa canção. Faziam involuntariamente recordar as melancólicas canções russas. As negras cantaram assim durante um quarto de hora e calaram-se. – Então, gostaram? – perguntou o português com ironia. O português – amarelo, magro e antipático – olhou, perplexo, para os russos: mas que bárbaros no campo da música; será que gostaram?! – Qual a letra da canção? – revelou curiosidade Achanin, em quem a canção tinha provocado forte impressão. – As comuns queixas estúpidas: queixam-se dos brancos, têm pena dos irmãos escravos e mais ou menos nesse sentido. Os marinheiros estiveram sentados mais um quarto de hora e saíram, depois de terem pousado num prato uma moeda cada um, como agradecimento pela hospitalidade e o canto...»³¹.

Este artigo não pretende ser uma investigação exaustiva sobre o tema acima apontado, mas visa chamar a atenção para a existência de parte de um enorme espólio escrito referente às relações entre a Rússia e Portugal.

Neste trabalho, abordámos algumas das obras mais emblemáticas da história das viagens de circum-navegação russas, escritas por figuras relevantes como o almirante Ivan Kruzenshtern ou o escritor Ivan Gontcharov, mas trata-se de um número muito restrito. Existem numerosos relatos de viagens publicados em livros e revistas ou à espera de publicação nos arquivos russos.

É de sublinhar que a literatura de viagens era extremamente popular na Rússia do século XIX, pois trazia visões e abordagens de países e civilizações distantes e exóticas. Já na literatura russa da segunda metade do século XVIII Portugal figura como um palco de aventuras e paixões.

31 Станюкович Константин, Михайлович. «Вокруг света на Коршуне». М. 1987, с. 119-136 (STANIUKOVITCH, Konstantin – *Viagem de circum-navegação na «Korchun»*. М., 1987, p. 119-136).

Além disso, este tipo de literatura era um meio importante de transmissão de ideias novas vindas da Europa e da América. Esta foi uma das formas de entrada da Rússia das ideias liberais. As revoluções liberais em Portugal e Espanha, entre outras, tiveram influência significativa na sociedade russa do século XIX. A Revolta dos Dezembristas, de que acima falámos, é um dos exemplos mais flagrantes.

AS VIAGENS FERROVIÁRIAS EM PORTUGAL (1845-1896)

HUGO SILVEIRA PEREIRA*

Resumo: Entre 1852 e 1893 Portugal dotou-se de mais de dois mil quilómetros de caminhos-de-ferro, que alteraram a forma como se viajava no Reino. Os portugueses, que antes apenas circulavam nos rios, junto à costa ou onde a ausência de obstáculos o permitia, passaram a dispor de um novo meio de locomoção que lhes encurtava as distâncias e aumentava o tempo disponível. Este artigo pretende, através dos discursos parlamentares coevos, dos pareceres técnicos da engenharia nacional (manuscritos do Ministério das Obras Públicas ou publicados nas revistas da especialidade) e da literatura da época enumerar e explicar algumas mudanças verificadas nos comportamentos itinerários dos portugueses. Verificar-se-á que o caminho-de-ferro criou novos hábitos, suscitou novas preocupações e desenvolveu novas oportunidades, acabando por se transformar num serviço público usual em Portugal.

Palavras-chave: Caminhos-de-ferro; Transportes; Turismo; Viagens.

Abstract: Between 1852 and 1893 more than two thousand kilometres of railway were built in Portugal, changing the way people travelled across the Kingdom. Before that, travel only took place by river, by sea along the coast or by land where the lack of obstacles allowed it. This new form of transportation shortened distances and thus gave Portuguese travellers more time. Based on contemporary parliamentary debates, the technical opinions of Portuguese engineering (both manuscript in the records of the Ministry of Public Works and published in technical journals) and contemporary fictional literature, this study aims to describe and explain some of the changes to travelling habits in Portugal. We shall see that new habits were brought on by the railway, as well as new concerns and new opportunities, and it quickly became a widely-used public service.

Keywords: Railways; Transportation; Tourism; Travel.

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado pela aceleração do tempo e das viagens graças ao desenvolvimento das redes de caminhos-de-ferro. Em Portugal esse fenómeno também se fez sentir se bem que tardiamente. Apesar dos esforços de Costa Cabral, ainda na década de 1840, só na segunda metade de Oitocentos, com a Regeneração, circulariam em Portugal comboios sobre carris, a imagem de marca do Fontismo.

Como veremos, o caminho-de-ferro alterou o conceito de viagem no País, acelerando-o, contribuindo nesta medida para uma mudança nos hábitos comerciais, culturais e de lazer dos portugueses e nas suas próprias mentalidades. Simultaneamente, a ferrovia daria outras conotações ao conceito a nível político, militar e das relações com o estrangeiro.

AS VIAGENS ANTES DO CAMINHO-DE-FERRO

Em Portugal à entrada do século XIX, os meios e vias de transportes e comunicações eram arcaicos. Antes dos caminhos-de-ferro e das estradas que duravam mais do que um

* Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Bolsheiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Inverno, «os eixos fundamentais dos transportes portugueses eram constituídos pela cabotagem na orla marítima e pela navegação fluvial»¹, uma situação que remontava a épocas muito recuadas e que persistiria em algumas regiões até ao século XX. Em termos de comunicação interna, predominavam fracas estradas, carreiros, barcas de passagem fluvial ou a ausência de obstáculos geográficos, cruzados por almocreves, recoveiros e pouco confortáveis carros movidos a tracção animal (diligências, mala-postas, ómnibus, char-à-bancs, etc.). Comboios, só de muares². A excepção residia em zonas onde houvesse algum interesse imediato a explorar e que fossem servidas por rios, como revelava no parlamento em 1843 o deputado alentejano José Maria Grande: «Tudo quanto exportamos para o estrangeiro não seria exportado, se não se fizesse a condução pelos nossos rios (...). Não ha a menor duvida que o que tem salvado este Paiz de um inteiro isolamento, são as nossas communicações fluviaes»³. Contudo, em grande parte destes rios a navegabilidade era limitada, além de que muitas regiões (30 a 40% do território continental⁴) encontravam-se afastadas de leitos navegáveis.

Em resumo, «os caminhos eram intransitáveis, não havia hospedarias, a segurança era precária»⁵ pelo que «viajar em Portugal era arriscado, moroso, incómodo e, porque dispendioso, reservado a poucos»⁶. Mas mesmo o privilégio destes poucos não era muito agradável a atender às memórias da Marquesa de Rio Maior: «Neste serão, (...) perguntaram a meus pais: – Então, que tal lhes correu ontem a viagem de Alhandra a Lisboa? – Péssima. Saímos às duas da tarde. O Capitão Marques encalhou no Mouchão da Póvoa, apesar de virmos no *Tejo*, que é sempre o melhor. Depois, veio o nevoeiro, e o capitão teve medo de atracar na ponte de Lisboa que está podre; ficámos até à meia-noite na Cova da Piedade, à espera que a maré enchesse. E trazíamos um cabaz de queijos frescos que os endiabrados estudantes de Coimbra, que vinham de Vila Nova, comeram do primeiro ao último. Sobretudo um tal Casal Ribeiro»⁷.

Por outro lado, as longas viagens convidavam à meditação. No trajecto das Vendas Novas a Lisboa, o Marquês de Ficalho, um Par do Reino até imaginou que naqueles areais não havia pântano que não se secasse, pinheiro que não se transformasse em pinhal e estrada que não se transformasse em caminho-de-ferro. Associou-se ao capitalista José Maria Eugénio de Almeida e propôs a construção de uma via-férrea ao governo. No concurso, vendo tamanha concorrência, afastou-se por *patriotismo* para não comprometer a empresa⁸. Apenas não referiu que tanto ele como Eugénio de Almeida eram grandes proprietários alentejanos⁹.

1 SERRÃO, 1962: 269.

2 GUILLEMOIS, 1995.

3 DCD. Sessão de 15 de Março de 1843, 246-247.

4 JUSTINO, 1988-1989: 189.

5 MÓNICA, 1996: 12.

6 ALEGRIA, 1990: 104.

7 Citada em ABRAGÃO, 1956: 4.

8 DL. Sessão da Câmara dos Pares de 12 de Janeiro de 1866, 136.

9 SARDICA, 2005. MÓNICA, 2005-2006: III, 655-656; I, 144-146.

Meditações à parte, as viagens terrestres em Portugal, além de terem um âmbito muito limitado, eram muito demoradas. Segundo Ruben Andresen Leitão, antes dos caminhos-de-ferro, de Lisboa a Elvas levava--se três dias, ao Porto cinco, ao Algarve oito e a Bragança quinze. De tal modo assim era que «o maior terror que póde inspirar-se a um funcionario qualquer, civil ou militar, é ameaçal-o com uma transferencia para Bragança. Suppõe-se que Bragança é a Siberia»¹⁰, diria o deputado bragantino Pires Vilar¹¹ ainda em 1880.

Frequentemente se atribuía a estes factos a responsabilidade pela debilidade do comércio interno e pela falta de progresso nacional, pois acreditava-se que o País era muito rico agrícola e geologicamente. No Panorama de 15 de Julho de 1837 podia-se ler: «os meios de fácil trânsito no interior de qualquer país são o elemento indispensável para a prosperidade do povo e para o progresso da indústria (...). Os carros movidos por vapor sobre caminhos de ferro porão algum dia os povos em contacto a bem dizer imediato (...), ficando deste modo sendo as estradas de ferro para os objectos físicos o que a tipografia foi para o pensamento»¹². No parlamento, em 1851, Luís Augusto Rebelo da Silva afinava pelo mesmo diapasão: «circule a producção, chegue por estas veias e artérias menos onerada dois terços do que hoje chega, e vereis se em seis ou oito annos somos o mesmo povo»¹³, enquanto que o já referido José Maria Grande supunha que «a contribuição que a nossa agricultura paga ás más estradas, é duas ou três vezes superior á que paga ao estado»¹⁴ e numa visão anatómica da economia via as estradas como as artérias da agricultura e da indústria e os caminhos-de-ferro as suas aortas. O próprio rei D. Pedro V depois de viajar nos comboios ingleses ficaria fascinado questionando-se: «que vantagens não retiraria o nosso pobre país de um caminho de ferro!? Quanto não fertilizaria e enriqueceria ele o comércio do Alentejo, que fonte de prosperidade não seria ele para o País?»¹⁵. Era pois crença generalizada e praticamente consensual que pelo desenvolvimento dos transportes e das viagens se resgataria o País.

A CONSTRUÇÃO FERROVIÁRIA

Foi Costa Cabral quem decretou o primeiro caminho-de-ferro em Portugal, entre Lisboa e Espanha, a construir pela Companhia das Obras Públicas. No entanto, a instabilidade sociopolítica da segunda metade da década de 1840 baldou esses esforços que só seriam retomados pelo governo saído do golpe de 1 de Maio de 1851, onde pontificava Fontes Pereira de Melo, para quem os melhoramentos materiais (sobretudo vias de transporte e caminhos-de-ferro) eram o meio para aproximar Portugal das restantes nações da Europa, sendo precisamente «o consenso generalizado em torno deste problema (...)

¹⁰ DCD. 23 de Fevereiro de 1880, 542.

¹¹ MÓNICA, 2005-2006: III, 1080-1081.

¹² Citado em GAIO, 1957: 19-20.

¹³ DCD. 24 de Março de 1851, 270.

¹⁴ GRANDE, 1853: 7.

¹⁵ Citado em TEIXEIRA, 1956: 26.

[que] permitir[ia] que a política de obras públicas do Fontismo tivesse sido acolhida com tanta esperança e tão pouca oposição»¹⁶, mesmo no parlamento, onde o caminho-de-ferro foi acolhido de braços abertos, apenas se criticando o método de o obter¹⁷. No entanto, havia opositores, quanto mais não fossem os que poderiam ser prejudicados pelos caminhos-de-ferro e aqueles para quem as estradas e os rios bastavam.

Seja como for, ao longo da segunda metade do século XIX, seriam construídas várias linhas de caminhos-de-ferro que chegariam a todas as províncias nacionais. Em 1856, a Companhia Central Peninsular de Hardy Hislop leva os carris até ao Carregado. Em 1861, uma companhia de *brasileiros* conclui a linha desde o Barreiro até às Vendas Novas e Setúbal. Em 1859, chega a Portugal D. José de Salamanca que completa as linhas de Leste (1863) e do Norte (1864), entregando depois a exploração à CRCFP, que em 1877 chega ao Porto e em 1880 inaugura o Ramal de Cáceres. Mais a Norte, as Linhas do Minho (incluindo Ramal de Braga) e Douro seriam concluídas em 1882 e 1887, respectivamente. No Alentejo, a Southeastern of Portugal Railway Company liga Vendas Novas a Évora (1863) e Beja (1864). Depois de uma atribulada rescisão contratual, o Estado levaria a via-férrea a Estremoz (1873), Pias (1887) e Algarve (1889). Cruzando o centro do País tínhamos as linhas da Beira Alta e da Beira Baixa: a primeira foi inaugurada pela Companhia da Beira Alta em 1882; a segunda foi-o pela CRCFP em 1893. Ligada à Linha da Beira Alta encontramos a Linha de Lisboa a Torres Vedras e à Figueira com ramal para Sintra, inaugurados na sua totalidade pela CRCFP em 1890. Além destas grandes vias, foram construídos alguns ramais e caminhos-de-ferro de importância secundária: a Linha do Porto à Póvoa e Famalicão (1881), a Linha de Guimarães (1884), a Linha do Tua (1887), o Ramal de Viseu (1890) e o Ramal de Cascais (1895). Dentro das grandes cidades também se construíram caminhos-de-ferro: em Lisboa, do Rossio a Campolide na linha de Lisboa a Torres e Sintra (1891) e desde Benfica até Santa Apolónia (1893). No Porto, ligou-se a estação de Campanhã à Alfândega da cidade (1888) e à estação central em São Bento (1896). A ligação a Leixões far-se-ia pela linha até às pedreiras de São Gemil, que entroncava na linha do Porto a Famalicão na Senhora da Hora. Também Coimbra teve direito a um ramal desde a estação na Linha do Norte até ao centro da cidade, construído pela CRCFP em 1885, sendo depois o prolongamento até Arganil concedido à empresa Fonseca, Santos & Viana¹⁸.

UMA NOVA FORMA DE VIAJAR

«A construção da rede de caminhos-de-ferro em Portugal alterou de forma significativa a mobilidade da população no interior do país, permitindo percorrer maiores distâncias em menos tempo»¹⁹. Em 1864, já era possível ir de comboio de Lisboa a Gaia, de Lisboa a Magacela (a ligação a Madrid só se completou em 1866²⁰) ou do Barreiro ao coração do

¹⁶ JUSTINO, 1988-1989: 173.

¹⁷ PEREIRA, 2008: 153-155.

¹⁸ VIEIRA, 1983; PINHEIRO, 1986; ALEGRIA, 1990; TORRES, 1936; SILVA, 2004 e SILVA & RIBEIRO, 2007-2009.

¹⁹ MATOS [et al.], 2009: 2.

²⁰ ARTOLA, 1978: 248. CP & RENFE, 1981: 3-4.

Alentejo. Pior, em certos casos, era a mera viagem até à estação dos comboios, pelo facto de não haver estradas. Disso se queixou a CRCFP entre 1863 e 1873²¹. Vinte anos depois a queixa mantinha-se, desta feita na voz do deputado duriense Pinto Moreira: «imagine v. ex.^a que aquella gente [de Baião], espalhada pelos outeiros, vê passar todos os dias [...] aquella machina immensa do progresso que a saúda e chama, e ao mesmo tempo reconhece com pezar e descontentamento, que a condemnaram ao verdadeiro supplicio de Tantalos, pois que não póde aproveitar-se d'essa conquista da sciencia e do engenho humano»²². Assim, os viajantes que antes tinham de atravessar barrancos e penhascos para ir a uma qualquer feira, continuaram a ter de os atravessar para chegar às estações, que na maior parte das vezes ficavam afastadas dos centros das localidades para evitar o alto preço das expropriações.

A par desta insuficiência rodoviária havia o receio inicial das pessoas, se bem que as inaugurações e as viagens inaugurais fossem muito concorridas. A novidade atraía, o uso corrente era desconfiado. O deputado e engenheiro Belchior Garcez ilustra o espanto que inicialmente causava e simultaneamente afastava os portugueses dos caminhos-de-ferro: «quando se fez o caminho de ferro do Barreiro ás Vendas Novas, fui eu um dia (...) ás Vendas Novas, e encontrei-me lá com um almocreve, que trazia uns odres de azeite para vender em Lisboa. Os machos vinham doentes, e o homem estava afflicto. Condoído do pobre homem, disse-lhe: – Deixe o gado em Vendas Novas, que ahi lh'o tratam e venha na locomotiva commigo para o Barreiro, que vem de graça. Com difficuldade aceitou a minha offerta (...). Veiu a Lisboa, fez o seu negocio, e no outro dia voltou para as Vendas Novas. Foi ter commigo e disse-me que se não tivesse presenciado o que se passou havia de dizer que era bruxaria, porque ainda que lhe abrissem a cabeça nunca poderia acreditar, se não tivesse visto que em vinte e quatro horas se podia vir de Vendas Novas a Lisboa, vender o azeite, comprar o que se precisava e estar de volta»²³. Com o passar dos tempos, iam-se desacreditando as notícias que diziam que quem «não viajasse à janela dos compartimentos morreria abafado e quem viajasse mais de meia hora ficaria em estado sonâmbulo»²⁴.

A este receio não terá sido alheia a fraca qualidade das primeiríssimas viagens em Portugal ainda no tempo da Companhia Central Peninsular. A 24 de Agosto de 1856, antes da viagem inaugural, D. Pedro V quis visitar a linha, mas o comboio da experiência não foi além de Alverca por não estar instalada a linha do telégrafo até ao Carregado. No dia da inauguração, nova desilusão para o monarca: se à ida tudo correu pelo melhor, à volta uma das máquinas ficou-se por Sacavém. A outra teve de levar metade do comboio para Lisboa e depois voltar para trazer o resto dos convidados, porque «não tinha força para puxar todas as carruagens que lhe atrelaram; e fora-as largando pelo caminho. (...) Esses desprotegidos da sorte, semeados pela linha, ao acaso das debilidades da tracção acelerada, só chegaram alta noite a Lisboa, depois de

²¹ DINIS, 1915-1919: III, 275-276, 459, 509, 565-567; V, 207-208.

²² DCD. 12 de Maio de 1890, 345.

²³ DL. Sessão da Câmara dos Deputados de 4 de Agosto de 1868, 1924.

²⁴ Citado em TEIXEIRA, 1956: 26.

variadíssimas aventuras»²⁵. A novidade que constituiu o Larmanjat (um comboio mono-carril que rolava duas outras rodas em pranchas de madeira assentes na estrada) na década de 1870 também acabou por ser uma desilusão não tanto pela velocidade de 13 km/h, mas pela falta de qualidade da viagem. Dele se esperava que «transforme Sintra em um daqueles confluente de patuscadas onde passem um dia regalados os lisboetas que não têm tempo nem cabedal para se andarem à cata de felicidade um pouco mais longe da casa»²⁶, mas durante as viagens «encheram-se-nos as bocas e os olhos daquele saibro irritante, que nos atacava às ondas com a picante impressão de vidro moído (...). Tapávamos a cara com os lenços para evitar a cegueira ou a asfixia, tanto era o pó. E, então, os solavancos! Nunca os esquecerei..., tão desapiadadamente (sic) lá fui maltratada!» O veredicto era implacável: «Se quiser ir a Sintra (...), nada de *Larmanjat*»²⁷.

De qualquer modo, a frequência dos comboios não era grande. Em 1856, faziam-se duas viagens por dia de ida e volta na Linha até ao Carregado. Em 1863, apenas se dobrou aquela cadência no troço comum das Linhas de Norte e Leste. Em 1866, eram já seis os comboios em ambos os sentidos ligando Lisboa a Gaia, enquanto a ligação Entroncamento – Badajoz apenas era servida de quatro comboios em ambos os sentidos²⁸. A Linha de Sintra veio agilizar a cadência dos comboios, oferecendo (em 1896) oito ligações diárias em cada sentido entre as duas localidades²⁹.

Quanto à velocidade, embora representasse um aumento considerável em relação à que se atingia na altura (segundo Joel Serrão, a velocidade máxima em terra era de 9,5 km/h, atingida por uma diligência puxada por quatro cavalos³⁰), em 1864 não era suficiente para chegar a Gaia em menos de 14 horas e a Badajoz em menos de 12 (média de 23 km/h). Em 1872, Gaia já só estava a 11,5 horas de distância de Lisboa (média de 28 km/h)³¹. Em 1896, com o grosso da rede já construído, a maior velocidade média que se atingia era de 30 km/h na Linha do Norte e na Linha do Minho. Na maioria das outras vias a velocidade média oscilava entre os 20 e os 30 km/h, havendo também ligações (Porto – Aveiro e Porto – Braga) onde os comboios nem à média de 20 km/h chegavam³². A baixa velocidade dos comboios nacionais foi sempre uma constante neste período e posterior (Brito Camacho já no século XX dizia que a velocidade numa linha férrea se mantinha nos 24 km/h³³), sendo umas vezes devidas à própria natureza do terreno, outras à má construção. Em 1860, D. Pedro V referia que uma velocidade de 40 km/h era excessiva para os caminhos-de-ferro peninsulares³⁴. Em 1869, a JCOPM sancionava a abertura do caminho-de-ferro de Beja ao Guadiana, desde que os

²⁵ Marquesa de Rio Maior citada em GAIO, 1957: 37-38. Ver também LEVY, 1981: 2-27.

²⁶ Lady Jackson citada em RIBEIRO, 2002: I, 33-34.

²⁷ Lady Jackson citada em GAIO, 1957: 70-71.

²⁸ GAIO, 1957: 30, 34, 46 e 81. DINIS, 1915-1919: IV, 280-281.

²⁹ GCFPH. Ano IX, n.º 216, 383.

³⁰ SERRÃO, 1999-2000: 450.

³¹ DINIS, 1915-1919: V, 105.

³² GCFPH. Ano IX, n.º 216, 383.

³³ Citado em ABRAGÃO, 1956: 248-249.

³⁴ D. PEDRO V, 1927a: 207.

comboios não ultrapassassem os 30 km/h³⁵. Na segunda metade da década de 1870 na projectada Linha da Beira Alta, vista por grande parte dos políticos portugueses como a verdadeira linha internacional, a JCOPM estimava que os comboios não ultrapassariam os 30 km/h, o que fazia o mesmo órgão ponderar se a verdadeira linha internacional não seria a Linha da Beira Baixa, que apesar de ser mais extensa, permitia aos comboios pelas suas condições de tracção atingirem uma velocidade mais elevada (na ordem dos 40 a 45 km/h), que compensava o excesso de extensão³⁶. No projecto definitivo da Linha da Beira Alta (1876), a JCOPM admitia sem tergiversar que a velocidade média não ultrapassaria os 30 km/h para comboios de passageiros e 20 km/h nos de mercadorias, procurando justificar esse valor com o facto de no caminho-de-ferro do Norte de Espanha as velocidades também não irem além dos 33 km/h³⁷. Não nos esqueçamos de que falamos de linhas internacionais, que supostamente deviam servir de ligação entre o porto de Lisboa e o centro da Europa através de Espanha. Nos outros, as velocidades seriam ainda menores, sobretudo nos caminhos-de-ferro de segunda ordem (como o Larmanjat ou os caminhos-de-ferro de bitola inferior a 1,67 metros) ou nas automotoras que circulariam directamente sobre a estrada sem necessidade de carris, para os quais, a JCOPM recomendava 20 km/h como velocidade máxima³⁸. Isto era tanto mais grave quanto havia notícias de caminhos-de-ferro no estrangeiro que viajavam a velocidades até 60 km/h (se bem que também fossem noticiadas linhas que possibilitavam velocidades muito reduzidas)³⁹. A vertigem da velocidade dependia da percepção de cada um. Se para Lady Charlotte Jackson (em 1877) – habituada aos comboios ingleses que em 1873 atingiam já uma velocidade máxima de 80 km/h e em 1882 circulavam à velocidade média de 60 km/h⁴⁰ – «o comboio viaja devagar, mas sem perigo, pelo menos», para Alberto Pimentel «hoje a locomoção é outra: rápida, certa, vertiginosa. O caminho de ferro devora as distâncias e os episódios»⁴¹. E de facto as viagens a longa distância deixaram de ser medidas em dias, para passarem a ser medidas em horas.

Seja como for, estas velocidades nas linhas internacionais, a par da diferença de bitola em relação à rede europeia, deitavam por terra quaisquer veleidades que os governantes portugueses tivessem em atrair para Portugal o movimento entre a América e a Europa, vencendo os portos de França, e fazer de Lisboa o cais da Europa, tal como confirmava o Conde de Paçô-Vieira (Alfredo Vieira Pinto de Vilas Boas, político regenerador e ministro das Obras Públicas em 1903 e 1904) em 1905: «é tempo de perdermos illusões ácerca das intensas correntes do trafego internacional pelos

35 AHMOP. CSOPM. Livro n.º 30. Consulta de 4 de Outubro de 1869, 115-116.

36 AHMOP. CSOPM. Livro n.º 37. Consulta de 27 de Abril de 1876. AHMOP. CSOPM. Caixa n.º 18. Consulta de 7 de Janeiro de 1875.

37 AHMOP. CSOPM. Livro n.º 37. Consulta de 4 de Março de 1876.

38 AHMOP. CSOPM. Livro n.º 32 e 32-A. Consulta de 24 de Agosto de 1871, 280-299 e 1-8v. AHMOP. CSOPM. Caixa n.º 18. Duas consultas de 3 de Janeiro de 1884.

39 ROPM. Ano IV, n.º 42, 250. ROPM. Ano XXIII. N.ºs 274 a 276, 420-421.

40 ROPM. Ano IV, n.º 47, 457. ROPM. Ano XII, n.º 144, 637.

41 Ambos citados em ABRAGÃO, 1956: 43-44 e 18, respectivamente.

nossos caminhos de ferro. Hajam vista os desoladores dados estatísticos relativos ás ligações existentes»⁴². Para piorar o cenário, as perspectivas do lado de lá da fronteira também não eram animadoras, porque os caminhos-de-ferro espanhóis tinham na segunda metade do século XIX a fama de serem dos mais lentos da Europa⁴³ e nem a escolha da bitola de 1,67 metros lhes permitiu aumentar suficientemente a potência das locomotivas para aumentar a velocidade dos comboios.

Internamente, os caminhos-de-ferro fariam viajar do interior para o litoral os produtos nacionais: cereais, vinho, couros e madeiras do Minho e Douro; trigos, suínos e provavelmente, os minérios e as cortiças do Alentejo, assim como os mármore de Estremoz, os vinhos da região Oeste e os produtos da Beira Alta, todos tão exageradamente elogiados nas sessões parlamentares. Já as manufacturas da Covilhã ficariam de fora deste giro, pelo menos até à chegada do comboio à cidade. Inversamente, também produtos estrangeiros chegados aos portos de Lisboa e Porto (carvão, comestíveis, manufacturas, adubos e cereais) viajavam de comboio pelo País⁴⁴.

O tráfego de passageiros foi também animado. Em 1864, no parlamento (proposta de lei n.º 74-B de João Crisóstomo) tinha-se grande confiança no potencial das vias-férreas do Alentejo para o seu povoamento e colonização o que não se terá realizado de todo, se bem que no Pinhal Novo, José Maria dos Santos tenha aproveitado o caminho-de-ferro e os recursos financeiros que recebeu por casamento para iniciar a colonização agrícola da região⁴⁵.

Um outro movimento esperado – o turístico – teve, sem dúvida, uma grande dimensão a atendermos às palavras de Roberto Espregueira Mendes em 1956: «[o caminho-de-ferro] permitiu (...) o acesso, com dispêndio insignificante, a praias e termas. É o comboio que descobre a paisagem portuguesa e que inicia, a valer, a indústria turística»⁴⁶. Já na década de 1850 o Conde de Claranges Lucotte, depois de obter a concessão da Linha de Sintra, solicita ao governo a concessão de 18 200 metros quadrados na Praia de Pedrouços (nas imediações da linha) para lá construir um estabelecimento de banhos⁴⁷. Na segunda metade da década de 1860, a CRCFP cria comboios de recreio entre Lisboa e Porto, propondo reduções dos preços dos bilhetes em épocas festivas ou de banhos, à semelhança do que se fez mais tarde em França; em finais da década de 1880 e inícios da de 1890 oferece as *viagens circulatorias* em Portugal e Espanha e bilhetes a preço reduzido para visitar as cidades de Castelo Branco e Covilhã; e em 1887 George Nagelmakers inventa o *Sud-Express* que oferecia um novo serviço aos turistas e àqueles que do centro da Europa seguiam para as Américas⁴⁸. Mas também as outras companhias exploradoras enveredaram por esse caminho, oferecendo facilidades aos viajantes (os

⁴² PAÇÓ-VIEIRA, 1905: 126. MÓNICA, 2005-2006: III, 1081-1084.

⁴³ GÓMEZ MENDOZA, 1982: 117.

⁴⁴ ALEGRIA, 1990: 493-496.

⁴⁵ MÓNICA, 2005-2006: III, 581-583.

⁴⁶ Citado em ABRAGÃO, 1956: XIV. PINHEIRO, 2006: 29.

⁴⁷ PEREIRA, 2008: 63 (nota 81).

⁴⁸ LEVY & CARVALHO, 1979.

bilhetes quilométricos) nas suas viagens de excursão⁴⁹. Acompanhando esta oferta iniciou-se a publicação de guias específicos que orientavam os turistas, como o *Novo Guia Luso-Brasileiro do Viajante na Europa*, *O Guia Oficial dos Caminhos de Ferro de Portugal* (que indicava as tarifas especiais que se praticavam durante o Verão nas viagens até às praias ou às termas) ou o *Guia Portátil do Viajante em Portugal*⁵⁰. Simultaneamente, desenvolveu-se a preocupação de tornar as estações aprazíveis para o turista, ao nível do asseio, da eficiência dos serviços e da simpatia dos empregados. As estações eram o primeiro contacto que os turistas tinham com o destino da viagem e nesse sentido se embelezaram as estações com painéis de azulejo, ajardinamento dos espaços circundantes e decorações arrojadas (como são exemplo as estações de São Bento no Porto ou a do Rossio em Lisboa)⁵¹.

O comboio desenvolveu assim, em grande medida, a oferta de transporte para localidades aprazíveis do País, sendo mesmo razão invocada para justificar alguns caminhos-de-ferro no parlamento. Assim aconteceu com as linhas de Sintra («*sítio tão bello e frequentado*», dizia Fontes⁵²), Guimarães e Oeste (aproveitando as termas de Vizela e das Caldas), Algarve (facilitando, segundo o deputado Barros e Cunha, o trânsito para uma «*zona mais temperada*»⁵³) e Cascais: «o comboio de Cascais (...) caiu em cheio no agrado do lisboeta. Enchiam-no em cada domingo, carregados com cestos de farnéis para o almoço (...). Foi o tempo dos bailes na Parada, das festas organizadas pela Rainha, do borboletear duma aristocracia elegante, poderosa e opulenta em torno dos seus Reis a banhos (...) agora animado dum impulso que o leva para o triângulo turístico que assenta seus vértices no jogo, na dança, na helioterapia»⁵⁴. O mesmo aconteceu com a Linha de Sintra, que permitiu «ter, a uma hora de distância, da cidade, um passeio agradável, uma villa interessante, um pouco de ar refrigerante ou vivificador»⁵⁵. Projectadas linhas de americanos (carris assentes sobre as estradas) como as entre a Ponte de Santana e a Ponte de São Martinho ou entre a estação do Valado na Linha do Oeste e a Nazaré (linha esta que apenas deveria funcionar segundo o seu proponente durante a *época balnear* que na altura se estendia desde 1 de Junho até 30 de Novembro⁵⁶) serviram esse propósito. Também em Braga, na década de 1880, a empresa de americanos de Manuel Joaquim Gomes ligava a estação do caminho-de-ferro de Braga ao elevador do Santuário do Bom Jesus, onde o mesmo empresário desenvolveria instalações de recreio a um preço tão módico que multiplicou por sete o número de visitantes do local⁵⁷.

49 DINIS, 1915-1919: IV, 5, 122-124, 131-132. MATOS [et al.], 2009: 5-8 e 10-12.

50 MATOS [et al.], 2009: 6 e 11.

51 MATOS [et al.], 2009: 13-14.

52 DCD. 25 de Junho de 1855, 298.

53 DCD. 9 de Janeiro de 1874, 52-54.

54 Branca de Gonta Colaço e Maria Archer citadas em ABRAGÃO, 1856: 357-359.

55 Leonildo Mendonça da Costa, citado em RIBEIRO, 2002: I, 52.

56 AHMOP. CSOPM. Caixa n.º 31. Consulta de 21 de Dezembro de 1886.

57 CORDEIRO [et al.], 2001: 19-22 e 58.

Não nos esqueçamos também das viagens suburbanas possibilitadas pelas linhas construídas dentro das grandes cidades do Porto e de Lisboa (ligadas também aos americanos a tração animal ou a vapor⁵⁸) ou as que ligavam a capital aos seus arrabaldes: em 1896, haviam dez ligações de Lisboa a Sintra, oito de Lisboa a Cascais e nove de Lisboa a Sacavém⁵⁹.

A viagem de comboio foi-se tornando rotineira (em 1893, os caminhos-de-ferro transportaram seis milhões de passageiros e pouco menos de um milhão e meio toneladas de mercadorias⁶⁰ e em 1904, o engenheiro Fernando de Sousa refere que nenhuma das estações terminos em Portugal tinha capacidade logística para o movimento que albergava⁶¹), malgrado o pouco conforto oferecido pelas carruagens. A já citada Lady Jackson faz-nos uma descrição das carruagens na Linha do Norte: «têm que farte espaço e altura; dez lugares cada uma, uma poltrona no centro, e dois assentos de cada lado; mas as de 1.ª classe [...] são as mais escuras e lúgubres carruagens em que ainda viajei. Coxim e costas são estofadas de um grosseiro rep de lã às listras surrado como o das antigas diligências, as cortinas são da mesma droga tosca; não têm guarda-pó, posto que nesta estação a poeira acama nos caminhos à altura de um pé e o calor não consente que as janelas se fechem; não têm suspensórios em que a gente encoste os cotovelos; (...) é penoso estar ali sentada sem conforto algum. O chão é todo alcatifado, ensaibrado, com a areia que os adventícios trazem consigo, e que ringe desagradavelmente quando os pés se movem. [...] as de 2.ª classe [...] são menos luxuosas, porque não têm estofos, nem assentos divididos, nem alcatifas. A 3.ª é coberta, mas ao ar livre dos lados, e quere-me (sic) parecer que tem poucos ou nenhuns assentos, porque, tirante os que iam encostados às ilhargas, homens e mulheres pareceram-me lá dentro amontoados promiscuamente»⁶². Os próprios viajantes acabavam por tornar a viagem menos que agradável como recordava a actriz Maria Matos: «Lugares reservados, marcados com antecipação, foram logo assaltados por uma avalanche de passageiros que, em cada estação, era reforçada por outros muitos que invadiam as carruagens sem se deterem, numa ânsia sôfrega de arranjar lugar, invadindo tudo [...]. E o pior é que com eles vinham [...] volumes de toda a espécie e os indispensáveis cestos com o farnel»⁶³. Isto quando não se verificavam atrasos e, na pior das hipóteses, descarrilamentos ou acidentes, que não eram tão raros quanto se possa pensar, sobretudo na segunda metade da década de 1860⁶⁴. Nas salas de espera, o cenário não era diferente: «as rimas de gente eram mais densas ainda e atropeladas. Uns dormiam, outros chupavam o cigarrinho, aqueles com o naco de queijo prensado pelo polegar contra a fatia de broa, a navalha a servir ora para cortar, ora de grafo, iam rilhando a sua parva»⁶⁵.

58 GUILLEMOIS, 1995: 51-55.

59 GCFPH. Ano IX, n.º 216, 383.

60 VALÉRIO, 2001: 373.

61 SOUSA, 1912: 5-12.

62 Citada em ABRAGÃO, 1956: 43-44.

63 Citada em ABRAGÃO, 1956: 379.

64 DINS, 1915-1919: IV, 327.

65 Aquilino Ribeiro citado em ABRAGÃO, 1956: 261.

Mas ainda mais apetecida e frequentada do que a viagem para Sintra ou Cascais (se bem que igualmente desconfortável) era a viagem... para o poder. Ao longo dos 40 anos da construção da rede, foram vários os governos que caíram não só mas também por questões imediatamente ligadas aos caminhos-de-ferro: Fontes, em 1856, por não conseguir fazer passar nos Pares um empréstimo para a construção das linhas do Norte e Leste; Loulé, em 1859, na sequência do fracasso do contrato com Sir Morton Peto para a construção da Linha do Norte; os reformistas, em 1871, vítimas de um processo de rescisão com a companhia inglesa dos caminhos-de-ferro do sul e sueste e de um período de três anos sem qualquer avanço na rede ferroviária; Ávila em 1877, por não mostrar a prestação necessária para continuar o desenvolvimento das obras proporcionado pelos regeneradores nos seis anos anteriores. Rapidamente se tornou perceptível que «do que mais se cura é de ver, se a propósito do caminho de ferro nacional, se pôde estabelecer uma especie de viação acelerada para o poder»⁶⁶, muito embora fosse uma viagem nefasta para as capacidades de memória dos políticos pois parecia «que os nobres ministros passam o Lethes quando vão sentar-se n'aquelas cadeiras!»⁶⁷. Era a influência *Sra. D. Política*, segundo o engenheiro Miguel Carlos Correia Pais (técnico com experiência em várias linhas e grande defensor da construção e exploração por conta do Estado⁶⁸), que depois *viajava* para as empresas privadas com quem os governos amiúde negociavam, governos «que querem, a todo o transe, que os caminhos de ferro sejam entregues a companhias, pois é essa a unica maneira de tirarem algum proveito proprio! (...) Foi para esse fim que as companhias se viram forçadas a inventar os administradores, administradores delegados, conselhos de administração, conselhos fiscaes, etc., cargos preenchidos sempre por pessoas de alto cothurno»⁶⁹, que em troca as defendiam nas câmaras. E de facto, Fontes chegou a ser simultaneamente ministro e administrador da CRCFP enquanto defendia no parlamento uma alteração ao contrato entre o governo e esta empresa. Miguel Osório chegou a ser também director da CRCFP ao mesmo tempo que envergava o arminho de Par do Reino. O Visconde de São Januário tornou-se membro do Conselho Fiscal da CRCFP pouco antes de, como ministro da Guerra, aceitar a concessão do Ramal de Cascais contra o parecer da Comissão de Defesa de Lisboa e seu Porto.

Contudo, para as empresas, estas viagens não parecem ter sido tão proveitosas, tendo em conta que só os custos operacionais eram cobertos pelas receitas. A remuneração do capital raramente se verificou a não ser quando o estado o garantia (sistema empregado para a construção das linhas do Oeste, Beira Baixa, Tua e do Ramal de Viseu)⁷⁰. Isto remete para uma pré-noção de serviço público, no que ao transporte e às viagens diz respeito, que se confirma em intervenções de alguns deputados nas câmaras legislativas. Fontes, por exemplo, em 1865 diria: «eu supponho que o thesouro não lucra, supponho mesmo que perde na construcção dos caminhos de ferro (...) e assim mesmo

⁶⁶ Gomes de Castro. DCD. 11 de Abril de 1859, 125.

⁶⁷ Fontes Pereira de Melo. DCD. 1 de Junho de 1857, 16.

⁶⁸ AHMOP. Processo Individual.

⁶⁹ PAIS, 1882: 270.

⁷⁰ ROPM. Ano XXI (fim do volume). Estampa n.º 3 (diagramas do rendimento e despesa).

creio ser uma necessidade impreterível a construção de caminhos de ferro»⁷¹. Do outro lado do espectro político, Braamcamp concordaria numa intervenção em 1878 a propósito da Linha do Algarve: «não é, nem pôde ser uma empresa industrial e lucrativa; é instrumento de civilização que deve ter por fim principal o desenvolver os recursos d'aquelle provincia tão extensa»⁷². Tornou-se notório que era necessário colocar o país a viajar, mesmo que isso significasse prejuízo para o Estado, pois esse prejuízo seria ressarcido pelo desenvolvimento que proporcionava.

A par das viagens pacíficas, havia também o receio das viagens de tropas invasoras pelo caminho-de-ferro. A propósito do contrato Salamanca, Sá da Bandeira avisava contra essa possibilidade, chegando a alvitrar a diferença de bitolas entre as redes portuguesa e espanhola, algo com que não concordava D. Pedro V, para quem o caminho-de-ferro era útil à estratégia mas à qual não se devia submeter inteiramente⁷³. Estes receios manifestaram-se a nível parlamentar e militar em quase todas as linhas, mas o respeito por condições militares na sua construção raramente se verificou, segundo a comissão nomeada em 1927 para estudar a rede geral ferroviária nacional⁷⁴. Preferiu-se, convenientemente, ver os espanhóis como potenciais turistas e comerciantes e não como potenciais soldados.

Os caminhos-de-ferro inspiraram ainda as viagens na imaginação dos artistas. Na literatura, na filatelia e na pintura, «o dinamismo ferroviário trouxe à paisagem um elemento novo de interesse que não deixou de ser aproveitado por quem sabe reproduzir a natureza na sua visão completa»⁷⁵. Na literatura, inúmeros são os exemplos de escritores que descreveram os caminhos-de-ferro nos seus romances, exemplos tão minuciosamente compilados por Frederico Abragão na obra já aqui citada várias vezes, o mesmo se podendo dizer em relação aos selos e aos postais⁷⁶. Na pintura, autores como Marques de Oliveira (*A mulher da linha*), Veloso Salgado (*A menina da sombrinha vermelha*) ou Silva Porto (*O comboio da noite*) inspiraram-se na nova realidade, a qual tão bem souberam retratar. Na música e no teatro, o Larmanjat inspirou Manuel Marti a compor um *Galope brilhante para piano* e Luís de Araújo a escrever a peça teatral *A inauguração do Comboio Larmanjat*⁷⁷.

CONCLUSÃO

O caminho-de-ferro alterou o viajar em Portugal, tornando-o mais rápido, mais barato, mais cómodo e mais seguro em relação àquilo que era antes das estradas de ferro, malgrado a persistência dos acidentes que ocasionalmente se verificavam. Proporcionou

⁷¹ DL. Sessão da Câmara dos Deputados de 6 de Dezembro de 1865, 2789.

⁷² DCD. 29 de Março de 1878, 820.

⁷³ D. PEDRO V, 1927a e 1927b. Ver também os manuscritos de Sá da Bandeira em AHM – Fundo Particular de Sá da Bandeira. Cota: Div 3/18/9/16/16.

⁷⁴ PORTUGAL, 1929: I, 14.

⁷⁵ CP, 1956: 5.

⁷⁶ GARCIA, 2002 e BRANCO, 2006.

⁷⁷ ALMEIDA, 2004: 36.

uma redução do tempo gasto nos percursos entre a capital e os extremos do país, o que se traduziu numa aproximação entre esses pontos. Nas ligações internacionais, essa aproximação verificou-se, mas não foi tão evidente, dada a falta de vontade das companhias e governos espanhóis em estabelecer ligações consistentes a Portugal⁷⁸.

A nível interno, surgiram dois novos movimentos pendulares: o turístico e o sub-urbano. Este possibilitado pelas ligações de Porto e Lisboa aos seus arredores, aquele pela percepção por parte das entidades exploradoras das ferrovias das potencialidades das praias, termas e monumentos nacionais para pôr em movimento milhares de passageiros. Já o movimento militar – que tão útil tinha sido nas guerras da Europa e da América⁷⁹ – foi descurado, apesar do esforço dos militares (nomeadamente do Marquês de Sá da Bandeira) em o colocar na ordem do dia. As linhas, do ponto de vista militar, não serviam da melhor forma os interesses do País⁸⁰ e a própria organização das tropas de caminho-de-ferro teve de esperar pelo final da década de 1880 para ser implementada⁸¹.

No entanto, grande parte dos portugueses não sentiu as vantagens proporcionadas pela viação acelerada. Por um lado, os comboios não chegavam a todas as localidades do país, malgrado uma proposta mirabolante de Luís Vicente de Afonseca para cobrir as estradas nacionais de americanos⁸²; por outro, as estradas não ligavam as povoações próximas das estações aos caminhos-de-ferro. Se é verdade que o caminho-de-ferro contribuiu para unir parte do país, aproximar mercados e romper o isolamento de muitas regiões, outras partes houve que se mantiveram isoladas e desligadas do todo.

Mas sem dúvida que aos portugueses que lhe tinham acesso, o caminho-de-ferro alterou hábitos, concorreu para a criação de novas necessidades, colocou em movimento nas mesmas carruagens «comerciantes, prostitutas, ladrões, técnicos e turistas – uma humanidade toda diferente»⁸³ e acelerou a transmissão das novidades que «com pequeno intervalo [se] divulgavam e [se] discutiam (...) e sobretudo Paris inundava o burgo universitário com os livros de Michelet, Proudhon, Renan, etc...»⁸⁴. E não mais a Marquesa de Rio Maior sofreu com a gula de futuros ministros da Fazenda...

SIGLAS

AHCP – Arquivo Histórico da CP.

AHM – Arquivo Histórico Militar.

AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

BMOPCI – Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

CRCFP – Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses.

CSOPM – Conselho Superior de Obras Públicas e Minas.

DCD – Diário da Câmara dos Deputados.

⁷⁸ MERGER [et al.], 1995: 337-339, 340-341 e 351-354.

⁷⁹ VEIGA, 1895.

⁸⁰ MACHADO, 1875.

⁸¹ ROPM. Ano XXV, n.ºs 297 e 298, 455-505.

⁸² BMOPCI, n.º 1 (Janeiro de 1858), 49-56 e 96-101.

⁸³ Alves Redol citado em ABRAGÃO, 1956, 296-297.

⁸⁴ Joaquim de Carvalho citado em GAIO, 1957: 21.

DL – Diário de Lisboa.

GCFPH – Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha.

JCOPM – Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas.

RM – Revista Militar.

ROPM – Revista de Obras Públicas e Minas.

FONTES MANUSCRITAS

PORTUGAL. AHM. Fundo Particular de Sá da Bandeira.

PORTUGAL. AHMOP. CSOPM – *Livros de Consultas da Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas* (várias consultas entre 1869 e 1878).

PORTUGAL. AHMOP. CSOPM – *Consultas da Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas* (várias consultas entre 1875 e 1892).

FONTES IMPRESSAS

ASSOCIAÇÃO dos Engenheiros Cívicos Portugueses (1870-1892) – *Revista de Obras Públicas e Minas*. Vários números entre 1870 e 1892. Lisboa: Imprensa Nacional.

COSTA, Leonildo de Mendonça (dir.) (1896) – *Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha*. Ano IX, n.º 216.

DINIS, Pedro Guilherme dos Santos (compil.) (1915-1919) – *Compilação de diversos documentos relativos à Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

GRANDE, José Maria (1853) – *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura e sobre os meios de os remover*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MACHADO, Avelar (1875) – «Os caminhos de ferro portuguezes». In *Revista Militar*, tomo XXVII, n.º 3, p. 69-71. Lisboa: Tipografia Universal.

PORTUGAL. Câmara dos Deputados (1851-1860; 1869-1892) – *Diario da Camara dos Deputados*. Vários números entre 1851-1860 e 1869-1892. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Governo (1860-1868) – *Diario de Lisboa*. Vários números entre 1860 e 1868. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1853) – *Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Ministério do Comércio e Comunicações (1929) – *Plano geral da rêde ferroviária do continente*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VEIGA, Alfredo (1895) – «Introdução ao estudo do serviço das tropas de caminhos de ferro». In *Revista do Exercito e da Armada*, vol. V, p. 129-141, 193-202, 269-282. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar.

BIBLIOGRAFIA

ABRAGÃO, Frederico de Quadros (compil.) (1956) – *Cem anos de caminho de ferro na literatura portuguesa*. Lisboa: CP.

ALEGRIA, Maria Fernanda (1990) – *A organização dos transportes em Portugal 1850-1910: as vias e o tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

ALMEIDA, Jaime Fragoso de (2004) – *O incrível comboio Larmanjat*. Lisboa: Medialivros.

ARTOLA, Miguel (dir.) (1978) – *Los ferrocarriles en España. 1844-1943*. Madrid: Banco de España.

BRANCO, Jorge (2006) – *Estações Ferroviárias Portuguesas em postais ilustrados antigos*. [S.l.]: Livros Horizonte.

CORDEIRO, José Manuel Lopes; MENDES, Fernando; VASCONCELOS, António (2001) – *O Elevador do Bom Jesus do Monte*. Braga: Ordem dos Engenheiros – Região Norte.

- CP (1956) – *Cem anos de caminho de ferro em arte e recordações*. Lisboa: Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. [AHMOP].
- CP; RENFE (1981) – *Centenário da ligação Lisboa-Madrid*. Madrid: Artegraf. [AHCP].
- D. PEDRO V (1927a) – «Ainda o Caminho de ferro de Leste. Duas palavras ao sr. capitão Luiz Augusto Pimentel». In ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (publ.) – *Escritos de El-Rei D. Pedro V*, vol. IV, p. 194-208. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ____ (1927b) – «O Caminho de ferro de Leste. A razão económica, e a razão estratégica». In ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (publ.) – *Escritos de El-Rei D. Pedro V*, vol. IV, 173-193. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GAIO, Eduardo Frutuoso (1957) – *Apointamentos da história dos caminhos de ferro em Portugal*. Sintra: Sintra Gráfica.
- GARCIA, Carlos Penha (2002) – *O caminho de ferro na filatelia*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos do Caminho de Ferro.
- GÓMEZ MENDOZA, António (1982) – *Ferrocarriles y cambio económico en España (1855-1913). Un enfoque de nueva historia económica*. Madrid: Alianza Editorial.
- GUILLEMOIS, Isabelle (1995) – *Les transports au Portugal au XIX siècle (de 1843 à 1899) à travers les Viagens na Minha Terra de Almeida Garrett et As Farpas de Ramalho Ortigão*. Bordéus: Université Michel de Montaigne [AHCP].
- JUSTINO, David (1988-1989) – *A formação do espaço económico nacional: Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega.
- LEITÃO, Ruben Andresen (1965) – «Uma polémica real. Polémica de D. Pedro V com o capitão Luís Pimentel». Separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 15, p. 89-131. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- LEVY, Maurício (1981) – «O primeiro comboio de Lisboa ao Carregado». In *História*, n.º 36-37, p. 2-27. Lisboa: Projornal.
- LEVY, Maurício; CARVALHO, Martins de (1979) – «Comboios europeus que fizeram história». In *História*, n.º 14, p. 16-35. Lisboa: Projornal.
- MATOS, Ana Cardoso; RIBEIRO, Elói Figueiredo; BERNARDO, Maria Ana (2009) – «Caminhos-de-ferro e turismo em Portugal (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)». In *V Congresso Historia Ferroviária*. Disponível em <URL: http://www.docutren.com/congresso_palma/pdfs/com/Ses51tur/050113_Bernardo-Cardoso-Figueiredo.pdf>. [Consult. 27.09.2010].
- MERGER, Michèle; CARRERAS, Alberto; GIUNTINI, Andrea (1995) – *Les réseaux européens transnationaux XIX^e-XX^e siècles: quels enjeux?* Nantes: Ouest Éditions.
- MÓNICA, Maria Filomena (org.) (1996) – *A Europa e nós: uma polémica de 1853*. Lisboa: ICS/Quetzal Editores.
- ____ (dir.) (2005-2006) – *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. 3 vols. Lisboa: ICS.
- PAÇÕ-VIEIRA, Conde de (1905) – *Caminhos de Ferro Portuguezes. Subsídios para a sua historia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2008) – *Caminhos-de-ferro nos Debates Parlamentares (1845-1860)*. Tese de mestrado. Porto: FLUP.
- PINHEIRO, Magda (1986) – *Chemins de fer, structure financière de l'État et dépendance extérieure au Portugal: 1850-1890*. Tese de doutoramento. Paris: Université de Paris.
- ____ (2006) – «Caminhos-de-ferro e modernização urbana». In *História*, ano XXVIII, III série, n.º 90, p. 28-31. Lisboa: História.
- RIBEIRO, Manuel Pedrosa (2002) – *Sintra e o caminho de ferro: transformações urbanísticas e de infra-estruturas (1850-1910)*. Tese de mestrado. Lisboa: ISCTE.
- SARDICA, José Miguel (2005) – *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, Política e Sociedade no Século XIX*. Lisboa: Quimera.
- SERRÃO, Joel (1962) – *Temas Oitocentistas II – Para a História de Portugal no século passado: ensaios*. Lisboa: Portugália Editora.

- ____ (1999-2000) – «Caminhos de ferro». In SERRÃO, Joel; BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 447-451. Porto: Figueirinhas.
- SILVA, José Ribeiro da (2004) – *Os comboios em Portugal: do vapor à electricidade*. 2 vols. Queluz: Mensagem.
- SILVA, José Ribeiro da; RIBEIRO, Manuel (2007-2009) – *Os comboios em Portugal*. 3 vols. Lisboa: Terramar.
- SOUSA, Fernando; MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) (2004) – «Portugal e a Regeneração». In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. vol. X. Lisboa: Editorial Presença.
- SOUSA, J. Fernando (1912) – *Douro e Leixões. A questão dos portos commerciaes*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto.
- TEIXEIRA, Luís (1956) – *Crónica da fundação dos caminhos de ferro em Portugal*. Lisboa: CP.
- TORRES, Carlos Manitto (1936) – *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.].
- VALÉRIO, Nuno (coord.) (2001) – *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: INE.
- VIEIRA, António Lopes (1983) – *The role of Britain and France in the finance of portuguese railways 1850-1890. A comparative study in speculation, corruption and inefficiency*. Leicester: University of Leicester. Tese de doutoramento.

O MAR COMO FRONTEIRA

COOK, BANKS, PARKINSON E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO BRASIL COLONIAL

ÂNGELA DOMINGUES*

Resumo: Partindo de uma reflexão sobre a fronteira colonial, este artigo pretende lançar a discussão em torno da noção do mar como fronteira. Na sua atracção pela fronteira continental, os historiadores secundarizam a fronteira marítima. Partindo de um estudo de caso – a primeira viagem de circum-navegação de James Cook e os relatos a ela associados – pretende-se contribuir para um melhor entendimento da fronteira colonial brasileira, bem como da forma como Impérios Europeus do século XVIII se pensavam a si e nas suas relações com os outros Impérios; e ainda, de como a Europa das Luzes se considerava quando se relacionava com as colónias de matriz europeia estabelecidas nos trópicos, ou, neste caso concreto, com o Brasil colonial.

Palavras-chave: Brasil colonial; Iluminismo; Viagens científicas; Pensamento científico.

Abstract: Based on a reflection on colonial borders, this paper intends to discuss the notion of the sea as a border. By focusing excessively on continental borders, historians tend to underrate the maritime borders. Based on a case study, James Cook's first voyage of circumnavigation and corresponding reports, we aim to contribute to a deeper understanding of the Brazilian colonial border, as well as the manner in which the European Empires of the 18th century viewed themselves and their relations with other Empires. We will also explore how the Europe of Enlightenment regarded itself when relating with the European colonies established in the tropics or, in this specific case, with colonial Brazil.

Keywords: Colonial Brazil; Enlightenment; Scientific travel; Scientific thought.

Quando associo numa mesma frase *fronteiras* e *Brasil colonial*, penso simultaneamente em *cartografia* e *religião*. Ou seja, e explicando melhor o que quero dizer, é que, se por um lado, visualizo o triângulo compacto que constitui o subcontinente sul-americano a que se sobrepõe um outro maciço triangular que representa o território brasileiro; por outro, não deixo de pensar no milagre que mantém este Brasil, constituído por uma multiplicidade de outros *brasis*, coeso enquanto entidade política e identitária que faz com que os brasileiros se reconheçam enquanto tal¹. Esta questão não é despicienda, encontrando-se, por exemplo, já plasmada na reflexão política brasileira do período pós-independência: a não-união e a não-uniformidade de opinião existentes entre as diferentes províncias brasileiras eram fenómenos notados e temidos por políticos e pensadores brasileiros de inícios de Oitocentos, enquanto possíveis factores de fragmentação e de divisão política da nação².

Mas *fronteiras* e *Brasil colonial* remetem também para outro tipo de reflexões talvez mais válidas, algumas de natureza conceptual e metodológica que, por mais que se conheçam e estudem, continuam a exercer interesse e fascínio, umas vezes pelas

* Doutorada e mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão. Investigadora do Instituto de Investigação Científica Tropical. Investigadora associada do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Esta referência a vários *brasis* ou a um Brasil com vocações várias remete para a leitura de ALENCASTRO, 2000.

² NEVES & NEVES, 2010.

similitudes, outras pelas dissemelhanças que as fronteiras coloniais sul-americanas têm na sua comparação com as fronteiras europeias e até com as norte-americanas³.

Apesar de ser mais do que óbvio, creio que um ponto de partida imprescindível para quem trabalha com fronteiras e territorialidade durante o período de formação do Brasil colonial passará pela utilização precisa de noções operativas, tais como: limites, fronteiras, demarcações, limites naturais, para além da reflexão inevitável em torno de geopolítica, identidade(s), nacionalidade, princípios legitimadores de soberania e possessão, «negociação ou partilha» de autoridade, válidos para contextos históricos específicos.

Mas outras questões podem ser também de interesse. Uma delas está relacionada com a construção da fronteira do Brasil colonial enquanto processo dinâmico que, iniciado no século XV, e não obstante os processos de correcção do velho tratado de limites ocorridos durante os séculos XVIII e XIX, continua a persistir no tempo.

Uma reflexão sobre a construção histórica da *fronteira* sul-americana encontra-se estruturada, de forma hábil, num artigo que Francisco de Solano escreveu para a *Revista de Índias* (1990). Para este historiador, o Brasil nasceu, tal como nasceram outros territórios portugueses e castelhanos, em Tordesilhas. Nesta perspectiva, o que se interpretou neste tratado foram as zonas de influência e as fronteiras, reservando-se à iniciativa e capacidade de Portugal e Espanha a ocupação, distribuição e utilização do solo e povoamento de terras. Embora rígida, a linha de demarcação era difusa e o desconhecimento geográfico, humano e ecológico da realidade colonial nas regiões fronteiriças era notório. Daí resultou a construção duma fronteira «em perpetuo vaivém, movediça, cambiante e dinâmica» que não coincidirá com a linha demarcadora, uma fronteira em que os habitantes – mamelucos paulistas, habitantes dos sertões paraenses ou castelhanos dos vice-reinados – estiveram mais tempo em contacto do que em luta aberta e tiveram uma autonomia que lhes permitiu desenvolver formas de organização específicas, que implicaram todos os indivíduos sem excepção e pressupuseram o desenvolvimento de contactos que englobam desde os humanos e comerciais aos bélicos.

Acima de tudo, parece-me que, para este autor, a fronteira indeterminada e dinâmica, bem como os contactos que aí se estabelecem, são pontos-de-partida ou pretextos para a comparação primorosamente equilibrada das estruturas sociais, económicas e financeiras e dos vínculos naturalmente desenvolvidos pelas sociedades de fronteira ao longo de três séculos de expansão luso-espanhola⁴. Sobretudo fica claro que, se no processo de construção da fronteira a sul, os contactos entre portugueses e espanhóis foram intensos a partir de Quinhentos, noutras regiões mais a oeste e a norte este processo de aproximação, contacto e, por vezes, de tensão e conflito só viria a registar-se em Setecentos, de que Mato Grosso e a Amazónia são exemplos concretos.

³ É Lúcia Osório da Silva que afirma que se alguns trabalhos da historiografia brasileira e argentina discutem a importância da fronteira na construção das sociedades sul-americanas, poucos consideram que esta experiência seja determinante na formação da identidade nacional e das suas instituições, contrariamente ao que terá ocorrido na América do Norte. Aqui, a fronteira terá contribuído para fortalecer os sentimentos dos americanos de fazerem parte de uma sociedade única e o debate gerado permitiu explicar o que era «ser americano» (SILVA, 2003).

Outro conceito interessante foi divulgado junto do público português nos idos de 1999, pela revista *Oceanos*. Refiro-me ao que AJR Russell-Wood desenvolve no artigo «Fronteiras do Brasil Colonial». Nele, o autor, aplicando ao caso brasileiro o conceito de Frederick Jackson Turner de «fronteira como metáfora», sai da noção de *fronteira* como mero limite físico, territorial, político ou geográfico, para enfatizar o seu significado enquanto área de interacção entre diferentes culturas: no caso brasileiro, a europeia, a ameríndia e a africana. Para além disso, justapõe *fronteira* e *sertão*, termo ambíguo que significava «terra de ninguém», habitada por grupos marginais ou marginalizados pela sociedade colonial. Assim sendo, o *sertão* «não era uma fronteira num sentido político ou geográfico, mas antes, um estado de espírito. Sertão não era uma palavra neutra. Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do mundo civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia terminavam onde o sertão começava»⁵. O sertão significava simultaneamente eficácia de refúgio para os foragidos da justiça, da igreja, da opressão, e hipótese de oportunidade para bandeirantes e intermediários⁶, chegando alguns indivíduos a «fundir-se» com ele, como foi o caso de Domingos António que incorporou a palavra no nome. Violência, evasão e inortodoxia religiosa eram vectores que definiam a «cultura do sertão», por vezes associadas aos confrontos que aconteciam entre as três culturas reunidas no Brasil.

A permeabilidade da fronteira colonial sul-americana parece-me uma outra noção pertinente. Resultante da aplicação dos limites acordados nos gabinetes europeus em territórios anteriormente ocupados por povos índios, ignorava, assim, outros territórios – os ameríndios – que, de há muito, tinham estabelecido estruturas de comunicação, vias de migração, rotas de comércio, relações de parentesco e coligações interétnicas. Ora esta característica acentuou-se com a fixação dos agentes de colonização que, não obstante deverem defender os interesses dos estados coloniais, tinham vontades e interesses próprios, nomeadamente de natureza comercial, que contrariavam a noção de fronteira estanque⁷.

Ainda um outro aspecto que não deixa de me fascinar é que a produção científica luso-brasileira que conheço melhor em torno da *fronteira*, toma sempre como objecto de estudo o continente, o interior e o acto de «produzir a fronteira continental». Inspirados em referências clássicas e ainda modelares, como são os estudos de Jaime Cortesão, Arthur Cezar Ferreira Reis, Luís Ferrand de Almeida ou Francisco de Solano, Mário Clemente Ferreira⁸, João António Lucídio e Nauk Maria de Jesus, Tau Golin⁹, Elisa Fruhauf Garcia¹⁰, Helen Osório e Ângela Domingues, têm vindo a desenvolver estudos sobre a aplicação de procedimentos político-diplomáticos em relação a áreas geográficas

4 SOLANO, 1991: 187-215.

5 RUSSELL-WOOD, 1999: 9.

6 Sobre o conceito v. DOMINGUES, 2009

7 DOMINGUES, 2000: 226 e ss.

8 FERREIRA, 2000.

9 GOLIN, 2002.

10 GARCIA, 2009.

específicas, privilegiando a organização administrativa, militar e religiosa em territórios ibéricos ou luso-franceses, ou ainda na «revelação do espaço», através do conhecimento geográfico e científico-natural e da representação cartográfica, protagonizados, por exemplo, pela actividade de bandeirantes e tropas de demarcação.

Estes trabalhos admitem, então, que a marcha para oeste, para o interior, e que a ocupação de «terras livres» continuam a ser assuntos historiograficamente férteis, sobretudo quando re-perspectivados à luz da afirmação da imagem do soberano na colónia e do fortalecimento do poder e da autoridade do Estado Moderno Português, não raras vezes negociada e partilhada com os poderes locais e os privados, ou da constituição de um sentimento de identidade colonial e pertença nacional, com significado particularmente importante nas franjas marginais das «conquistas brasílicas».

A produção histórica lusa e brasileira encontra, então, e justificadamente, assunto fascinante e inesgotável na gesta épica constituída pela formação territorial do Brasil, seja com domínios hispano-americanos ou com a Caiena, ampliando as vertentes analisadas pelos estudos clássicos sobre o tema ou abrindo ainda novas perspectivas, nomeadamente ao nível da história comparada entre os Impérios e da valorização dos contactos quotidianos (feitos de contrabando, espionagem, fuga, comércio consentido, amizades) que se constituíram entre as populações da «raia»¹¹.

Contudo, na sua atracção pela *fronteira continental*, os historiadores esquecem ou secundarizam «o mar como a mais perfeita das fronteiras»¹². De facto, e apesar das propostas das «novas amarrações da história colonial», esta omissão do mar enquanto fronteira é historicamente enquadrável. A génese desta linha de abordagem/raciocínio que remete para um *horizonte continental* pode já encontrar-se no fino humor da metáfora usada por frei Vicente do Salvador, quando define o fenómeno como «negligência dos Portuguezes, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitam dellas, mas contentão-sse de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos»¹³. Ou seja, apesar de ser dado adquirido que a colonização do Brasil se centrou, nos seus tempos iniciais, no litoral – é aqui que chegam os colonos, que se estabelecem os centros de decisão política, os núcleos urbanos e aldeamentos, fazendas e engenhos; que se desenvolvem áreas produtivas; e se concentram pessoas, produtos, capitais, serviços e ideias –, este é sempre um ponto de partida para o interior, para o continente. As escolhas dos colonos de então e dos historiadores de hoje direccionam-se preferencialmente para o interior, seguindo os índios, as minas, o gado, os indivíduos, num processo de «estender o Império»¹⁴.

À semelhança da fronteira continental, também o litoral é simultaneamente fronteira geográfica e fronteira metáfora, resultado de um processo histórico, linha divisora de soberania, referência na construção e defesa do território colonial nacional. É igualmente uma via de fuga e refúgio, como demonstram os estudos sobre as fugas de escravos rebeldes e a formação de comunidades *maroon* nas Américas¹⁵; e surge como um

11 FERREIRA, 2010

12 NOGUEIRA, 2007: 29.

13 SALVADOR, 2006: vol. II, p. 320.

14 A expressão é de ROSA, 2003: 14.

imenso espaço de oportunidades, tal como é considerado na investigação de Ernst Pijning sobre contrabando e comércio ilícito, ou nos estudos de Luiz Felipe de Alencastro ou de João Fragoso sobre o contínuo intercâmbio entre Brasil e África.

Esta opção de estudar a fronteira marítima poderá, de certo modo, integrar-se, no âmbito da história e da cultura atlânticas, na medida em que «pretende ser um exercício na integração das múltiplas dimensões do mundo atlântico, uma ênfase (...) nas conexões, interconectividade, redes e diásporas que ligam a Europa, as Américas e a África; intercâmbio de indivíduos, de flora, de fauna, de mercadorias e produtos, seja de línguas, de culturas, de manifestações de fé e de costumes e práticas tradicionais». Mas não nega ou renuncia ao conceito de *fronteira* enquanto separação – e também permeabilidade –, entre nações e, logo, enquanto factor de distinção entre indivíduos e culturas. Antes, quando a consideramos num contexto internacional de interacção entre estados e nações europeias no Atlântico Sul, o termo *fronteira* é útil, porque permite uma percepção mais clara, mais lúcida do que é comum e do que é antagónico no encontro (e nos choques) entre *dois mundos*: o europeu continental e o colonial sul-americano¹⁶.

Nesta acepção, o Atlântico, para além de ser uma área compartilhada, moldada por uma história comum onde se cruzam rotas, pessoas, culturas, mercadorias, produtos de todas as partes do mundo, é também um espaço historicamente em tensão, com uma história específica que não pode ser contada isoladamente, mas que terá que ser relacionada com outros impérios, nomeadamente os europeus.

OBSERVAR AS FRONTEIRAS, VER O MUNDO: UM ESTUDO DE CASO

Os sistemas de ventos e correntes do Atlântico Sul fizeram do Brasil um local incontornável para escala de navios em circulação no Atlântico Sul, para quem, depois de algumas semanas a navegar em mar aberto, com a água e alimentos deteriorados, se dirigia aos mares do Sul, através do Cabo Horn ou do estreito de Magalhães, ou rumava em direcção ao Índico, pelo Cabo da Boa Esperança.

Os portos brasileiros tiveram um estatuto *sui generis* como pontos de encontro entre o continente e o oceano, como eixos nos movimentos de pessoas, mercadorias e no intercâmbio de informações, simultaneamente *fronteira física* e *fronteira metáfora*¹⁷. Era nos portos brasileiros que os estrangeiros que viajavam por águas do Atlântico Sul eram avaliados pelas autoridades coloniais em função do grau de ameaça militar ou comercial que podiam representar à «boa ordem da república»¹⁸. Tal como era também aqui que as diferenças civilizacionais e culturais mais se faziam notar, com os recém-chegados a considerarem-se num patamar civilizacional superior perante uma sociedade colonial que, embora de reconhecida matriz europeia, era portuguesa e se desenvolvia nos trópicos.

¹⁵ PRICE, 1996.

¹⁶ RUSSELL-WOOD, 2009: 21

¹⁷ RUSSELL-WOOD, 2009: 57

¹⁸ RUSSELL-WOOD, 2009: 60

De entre estes portos, o Rio de Janeiro parece ser uma escala preferida por quem viajava pelo Atlântico Sul como, aliás, fica bem claro na profusão das descrições de viajantes, divulgadas, por exemplo, em duas antologias recentemente editadas por Jean Marcel Carvalho França¹⁹. A «literatura de viagem» na qual estes relatos se integram, a par da correspondência pessoal, é normalmente valorizada pelos historiadores da ciência e do pensamento científico como mecanismo setecentista de produção e disseminação de conhecimento, e logo, de *comunicar ciência*²⁰. Mas os relatos podem também ser fontes válidas para um melhor entendimento da *fronteira* colonial e, assim, contribuir para um melhor entendimento de como os Impérios se pensavam a si e nas suas relações com os outros Impérios; e já agora, de como a Europa se considerava por contraste com outras civilizações ou com as colónias estabelecidas nos trópicos: «A história nunca foi um exclusivo da Europa, e as histórias dos viajantes, por mais que aleguem objectividade, não terão mais valor que as narrativas dos seus anfitriões. Aqueles que os Europeus conheceram nas suas expedições, também conheceram os Europeus»²¹.

De entre as descrições que foram produzidas por viajantes europeus durante Setecentos, há algumas que merecem, neste momento, uma atenção particular, como as decorrentes da primeira viagem de circum-navegação do capitão James Cook, a saber: três diários de viagem (James Cook, Joseph Banks, Sydney Parkinson) e um «relato oficial», resultante da síntese dos diários de Cook e Banks, publicado numa antologia de textos (John Hawkesworth). As quatro relações detêm particular interesse para o entendimento das questões acima apontadas, sobretudo quando confrontadas com cartas particulares e com correspondência oficial trocada com autoridades portuguesas.

A primeira viagem de circum-navegação de Cook ocorreu num curto período de tempo em que inúmeras expedições financiadas pelos governos de França, Inglaterra, Espanha exploraram o Pacífico, com a obrigação de observar, descrever e publicar e de contribuir para a civilização dos povos bárbaros, ensinando-lhes o significado de bandeiras e canhões, de propriedade e comércio, de comportamento civilizado. «Contudo, sempre estiveram conscientes que este *teatro* sempre fora uma encenação dentro de outra encenação, sobre o mundo, os sistemas do poder, a edificação de impérios, a dominação do mundo e a hegemonia», porque descobrir significava tanto descobrir um local, com descobri-lo para alguém – e transmitir esse conhecimento em livros vendáveis, consumidos por um público curioso e ávido de notícias sobre mundos diferentes, exóticos²².

Os papéis de Cook, Banks e Parkinson espelham indiscutivelmente os seus autores enquanto indivíduos, os seus interesses, objectivos, formação enquanto homens de ciência ou com interesses científicos²³. Enquanto o relato do primeiro reflecte a sua formação como chefe da expedição, representante de nação britânica e oficial de

¹⁹ FRANÇA, 1999 e FRANÇA, 2000.

²⁰ MCCLELLAN, 2003: 89.

²¹ DURRANS, 2003: 224.

²² DENING, 1994: 452.

²³ O propósito primeiro desta viagem de circum-navegação, organizada conjuntamente pela Royal Society e Royal Navy, era claro: observar e registar o trânsito de Vénus na sua passagem pelo sol no local onde o fenómeno estaria claramente visível: o Pacífico Sul e Port Royal, no Tahiti.

marinha, estando repleto de referências náuticas e incidentes de viagem com interesse para a navegação – reconhecimento do litoral e de baías, descrição de portos onde os navios podiam encontrar abastecimento e socorro fácil, profundidade das águas, latitudes e longitudes²⁴ –, o do segundo espelha os interesses de um aristocrata formado na Universidade de Oxford, com preocupações claras em registrar, classificar, descrever espécimes e ordenar mundos que se iam abrindo perante si – povos e nações, produções, hábitos, religião, governos²⁵; e, finalmente, o do terceiro, reflectindo uma posição menos «oficial» e mais espontânea, esclarece questões pouco claras nos outros, descrevendo rotas, sinais de terra, espécies avistadas, mas também a morte de um marinheiro e as intenções, restrições, cautelas, justificações das «atitudes oficiais» dos responsáveis pela viagem²⁶. Quanto ao último relato, o de Hawkesworth, importa salientar que os motivos económicos e culturais imediatos que justificam a disseminação do conhecimento de outros continentes junto dos europeus, entrelaçam-se com uma «estratégia de propaganda», destinada a glorificar a nação inglesa como potência marítima consolidada e a exaltar a coroa britânica na sua iniciativa para, em conjuntura de paz e prosperidade, promover viagens com claros propósitos científicos.

A viagem de Cook e os relatos a que dava origem contribuiriam para o conhecimento e exploração de litorais e ilhas até então desconhecidos, para a segurança dos mares, o progresso do comércio, o desenvolvimento das nações e o bem-estar e felicidade dos povos, iniciativas estas que beneficiariam não só a Inglaterra, como toda a Humanidade. Implícita estava a obtenção de reconhecimento da superioridade marítima e científica britânicas por parte da comunidade internacional (leia-se europeia)²⁷. Uma das estratégias adoptadas para «dar a informação ao mundo» era o texto editado²⁸. Mais do que os manuscritos, os impressos eram acessíveis a um público cada vez maior e mais cosmopolita, que considerava a obra como uma espécie de bem-comum (*bonum publicum*), pertença da comunidade dos filósofos e das pessoas letradas²⁹.

Apesar da diversidade de formação e das «agendas» dos autores dos relatos, depreende-se que há uma espécie de «questionário» que se encontra subjacente às observações que efectuam. Este espelhava o que Cook, Banks e Parkinson, homens ilustrados do seu tempo, valorizavam na recolha de informação, tanto em relação ao «mundo natural», como ao «mundo artificial» e tinha subjacentes interesses ecléticos e propósitos utilitários³⁰: questões ligadas à marinharia e à náutica, de incontestável interesse para a navegação, incidindo particularmente na descrição de sistemas de ventos e correntes, profundidade das águas, condições climatéricas, sinais distintivos de proximidade de terra e formas de identificação de portos; descrição de portos, fortifica-

24 COOK, 1768 (Description of Rio de Janeiro).

25 BANKS, vol. I, 1768.

26 PARKINSON (consultado a 25.01.2010).

27 HAWKESWORTH, 1774.

28 PARKINSON (consultado a 25.01.2010).

29 PUNTIN, 2009: 202.

30 Esta ideia de «questionário» implícito é reforçada quando se comparam os vários relatos, tomando também em consideração locais diferentes como, por exemplo, Madeira e Rio de Janeiro.

ções, sistemas de vigilância e defesa e protocolos de entrada e amaragem; observações filosóficas e naturais, com especial relevo para as botânicas e com interesse económico (frutas, vegetais, plantas medicinais); informação sobre o clima e temperatura do ar; descrição dos habitantes: demografia, diversidade étnica, carácter, temperamento; informação de interesse económico: dados sobre produções agrícolas, estado da agricultura e outras actividades económicas, tais como criação de gado, manufacturas, minas; descrição de núcleos urbanos, traçado de ruas e casas; equipamento urbano (fontes, aquedutos), igrejas; organização política e formas de governo; usos e costumes das populações, nomeadamente descrição de técnicas de conservação de géneros alimentícios, alimentos, moedas.

A passagem de Cook pela baía da Guanabara pode considerar-se do ponto de vista das relações oficiais e individuais como politicamente tensa. Os recém-chegados eram membros de uma nova potência com enorme poder naval; eram estranhos que se imiscuíam na vida quotidiana e no universo mental coloniais; eram estrangeiros vistos com receio, desconfiança e, por vezes, medo, tanto pelas autoridades coloniais, como pelas populações³¹.

No sentido de regular intrusões de estrangeiros, a coroa legislou ao longo do século XVIII com o propósito de limitar ao máximo a presença destes indivíduos em território colonial, legalmente restringida às necessidades imperiosas, decorrentes de abastecimento e aguada, reparo de embarcação e socorro em caso de doenças ou, então, a contactos comerciais limitados, ligados à venda de «carga viva», os escravos, e das mercadorias estritamente necessárias para pagar as prestações de serviços (calafetagem, carpintaria, cuidados médicos) e os alimentos. De igual modo, a fortaleza de Santa Cruz e os fortes no sopé do Pão de Açúcar e colocados à entrada da baía, a cidadela de S. Sebastião e as fortificações da ilha das Cobras, Boa Viagem, S. Domingos, Villegagnon, cumpriam uma função vigilante na defesa da cidade, secundados por vários regimentos de tropas regulares e de milícias na defesa da *fronteira colonial*.

Temendo que os recém-chegados constituíssem uma «ameaça à boa-ordem da república» e quisessem atacar o Rio de Janeiro ou dedicar-se a alguma actividade comercial abusiva, o vice-rei conde de Azambuja aplicou escrupulosamente a legislação que regulamentava a amaragem dos navios a território brasileiro: o oficial que Cook enviou a terra com ordens para ser evasivo sobre o destino final da viagem, foi tomado como «refém» temporário enquanto não se procedeu à inspecção do navio e esta inspecção foi registada num auto de exame que revela como Cook foi inquirido sobre a origem, destino e propósitos da viagem, número de oficiais e tripulação, capacidade da embarcação e quantidade de canhões, o tipo de carga e as razões pelas quais tinha aportado ao Rio de Janeiro³². Não tendo estes contactos iniciais contribuído para apaziguar as desconfianças do conde de Azambuja em relação aos objectivos britânicos, mandou o vice-rei bloquear a embarcação por escaleres e não foi permitido a ninguém ir a bordo sem

³¹ FLORES GUZMÁN, 2005: 33-34.

³² Auto de exame feito ao *Endeavour* a 13 de Novembro de 1768 (AHU, CU_017, cx. 89, doc. 7827).

escolta ou desembarcar sem ser em companhia de uma sentinela e apenas em frente do palácio do vice-rei³³.

Os protestos de Cook, logo secundados pelos de Banks, chegaram sob a forma de vários memoriais e de correspondência enviada para Inglaterra via Lisboa: o modo como a recepção aos ingleses foi conduzida era considerado como «uma indignidade» e «um insulto [que] nunca foi antes admitido por nenhum comandante de hua nau de guerra pertencente a Sua Majestade Britânica» e «huma brexa daquella cordialidade e amizade que tanto tempo tem subsistido entre Suas Majestades Britânica e Fidelíssima»³⁴.

A vigilância imposta aos britânicos destinava-se a impedir o seu desembarque no Rio, algo por que eles ansiavam desde o início, quando tinham avistado o litoral coberto de palmeiras e de árvores que lhes eram desconhecidas. Tentavam iludir este controle descendo por uma corda até um bote e indo depois a terra, o que lhes permitia fazer algumas excursões em zonas menos frequentadas³⁵. Os protestos que expressavam a sua decepção eram particularmente ensurdecedores quando davam conta que a tripulação dum navio espanhol, que tinha chegado na mesma altura, tinha desembarcado tranquilamente, enquanto que eles permaneciam enclausurados no *Endeavour* havia três semanas³⁶.

NUNCA NENHUM GRUPO SE LANÇOU AO MAR QUE FOSSE MAIS INDICADO PARA A CAUSA DA HISTÓRIA NATURAL, NEM QUE CUMPRISSE O PROPÓSITO TÃO ELEGANTEMENTE...

Relatos, correspondência e memoriais são elementos fundamentais para perceber, através deste estudo de caso, as fronteiras culturais existentes entre a sociedade britânica e a sociedade *luso-brasileira*, num período em que a Inglaterra era um *theatrum mundi*, uma referência para os ilustrados.

Nesta apreciação contava o facto de o mundo parecer diferente quando visto de um barco, influenciando o modo como os viajantes se definiam perante os *outros* e em relação a si próprios – «Por duas vezes protestei a sua excelência dizendo-lhe (...) a minha causa e quem eu era». Neste caso, quem eram estes viajantes, ou para ser mais precisa, como se consideravam? Evocando aqui algumas questões já sugeridas por Anne Secord com outros objectivos – o da construção de redes dos circuitos de informação científica estabelecidos na Inglaterra oitocentista, bem como dos princípios de confiança e validação de informação a eles associados³⁷ –, estes indivíduos descreviam-se ao vice-rei conde de Azambuja como súbditos leais da coroa britânica, pessoas confiáveis e credíveis,

33 Ofício do conde de Azambuja a Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a chegada de James Cook ao Rio, de 28 de Novembro de 1768 (AHU, CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647).

34 «O memorial do tenente Diogo Cook, comandante da nao de Sua Magestade Britânica a *Endeavour* a S. Exa. conde Rolim, vice-rei e capitão-general dos Estados do Brasil», de 17 de Novembro de 1768 (AHU, CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647).

35 PARKINSON (consultado a 25.01.2010).

36 British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34 733, fl. 38, Relatório dirigido a Earl de Morton, Presidente da Royal Society, por Daniel Charles Solander, de 1 de Dezembro de 1768.

37 SECORD, 1994: 383 e ss.

com interesses náuticos e científicos, cujo trabalho reverteria em benefício da humanidade em geral. Era o reconhecimento da utilidade da sua missão científica, especialmente concedido por George III, que lhes tinha permitido ingressar na expedição e beneficiar a bordo do *Endeavour* de acomodações e conforto: «Sou um cavalheiro, e um de tal fortuna, que posso, com os meus próprios recursos, organizar apropriadamente e sobre a minha supervisão parte da expedição, que pretende explorar a História Natural dos países por onde passarmos. Para este fim, tenho comigo pessoas bem preparadas que, tal como eu, fizeram desta ciência o seu objecto de estudo»³⁸. Estes indivíduos eram, para além de Joseph Banks, o sueco Daniel Charles Solander, os pintores Sidney Parkinson e Alexander Buchanan, um secretário e quarto criados (de que dois eram negros), integrados numa tripulação constituída por um total de noventa e três pessoas.

O universo dos chefes da expedição regia-se por regras de conduta e códigos de etiqueta próprios da aristocracia setecentista, a que não eram alheias noções tais como as de honra, lealdade, zelo, cortesia, verdade, respeito – e reciprocidade. Afinal, estas regras de conduta de «pessoas de bem» pareciam ser em tudo, menos na última, idênticas às que regiam as decisões de António Rolim de Moura, que, contudo, iam em sentido oposto às pretensões britânicas. De facto, o vice-rei recusava-se a permitir a entrada de Banks em território brasileiro, invocando que considerava estar «a faltar à minha obrigação e à minha honra» se o permitisse³⁹. O factor decisivo que motivava estas divergências parece ser, então, as relações de devoção e lealdade que cada súbdito devia ter com o monarca e na defesa dos interesses do seu país. Ora isso tinha repercussões e consequências a nível político, epistemológico, cultural e científico.

Contudo, a relação entre os súbditos dos estados soberanos implicava, como mencionei, uma reciprocidade que, no entender de Cook, Banks e dos seus homens, não estava a ser observada: «Será necessário lembrar a V. Exa. que os súbditos de S. Majestade Fidelíssima tem sido sempre tratados em diferente maneira em toda a parte dos Domínios de S. Majestade Britânica na Europa, Azia, África e América, donde estou certo que os súbditos de S. Majestade Fidelíssima tem sempre recebido dos officiais de S. Majestade Britânica todo o sinal de gentileza e amizade, porquanto o tal modo he estimado pelos Inglezes hum debito devido a todos os súbditos de hum Rey em paz e amizade com seo Amo»⁴⁰.

O vice-rei surgia aos olhos dos leitores britânicos que liam relatos como os de Cook, Banks e Hawkesworth, como um ignorante que acreditava ainda no sistema geocêntrico e um déspota absoluto que exorbitava os seus poderes, «tão absoluto quanto qualquer monarca na terra»⁴¹, não permitindo que indivíduos ilustrados cumprissem uma missão científica que beneficiaria a Inglaterra e a humanidade. Era capaz de manter um indivíduo preso sem lhe instruir julgamento ou de enviá-lo a Lisboa sem

³⁸ British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34 733, fl. 38 Memória de Joseph Banks, Esq., ao conde Rolim de Moura, vice-rei e governador-general do Brasil, de 17 de Novembro de 1768.

³⁹ British Library, *Miscellaneous Papers*, Add. 34 733, fl. 43v, Resposta de D. António Rolim de Moura a Joseph Banks, Esquire, de 20 de Novembro de 1768.

⁴⁰ AHU, CU, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647, O memorial de José Banks a S. Exa. conde Rolim vice-rey e capitão-general dos Estados do Brasil, de 17 de Novembro de 1768.

⁴¹ COOK, 1768 (*Description of Rio de Janeiro*).

informar a família do facto. Por seu turno, os súbditos do vice-rei eram definidos como «povo problemático» e «gente iletrada e malcriada», «a mais preguiçosa e ignorante raça de todo o mundo», que, habitando um território fertilíssimo, em tudo semelhante às Índias Orientais, continuavam a depender de Lisboa para provimento de produtos tropicais, como café e chocolate⁴².

Banks, numa linha de pensamento próxima à de autores contemporâneos, como Zacharie de Pazzi de Bonneville (1771), Joseph de La Porte (1777), o abade Raynal (1781) – que definiam os espanhóis (e possivelmente, os ibéricos) como uma antítese da modernidade –, considerava que os portugueses estariam numa escala civilizacional «bem atrás do resto da Europa, possivelmente com excepção dos Espanhóis»⁴³. E fundamentava esta afirmação argumentando questões de carácter (inércia, indolência, preguiça e ignorância) e, sobretudo, de falta de iniciativa para implementar manufacturas úteis ou desenvolver técnicas que permitissem o desenvolvimento económico e o aumento de produtividade. Estivessem territórios como o Brasil ou a Madeira «nas mãos de qualquer outro povo, e o seu valor poderia facilmente duplicar devido à excelência do seu clima, que permite cultivar todo o tipo de colheitas, uma vantagem que os portugueses não souberam aproveitar»⁴⁴.

Para além de permitir perceber os pré-juízos e a responsabilidade que os britânicos consideravam ter em relação aos *outros*, a informação analisada permite também perceber os conceitos que a Inglaterra e os ingleses fazem de si próprios, através destes seus representantes e perante a posição que tiveram perante a sociedade colonial luso-brasileira. Os membros de cada sociedade tinham subjacentes ideias, frequentemente não declaradas, deles, dos *outros* e do que lhes conferia identidade, tal como a linguagem, a cor, a etnicidade, a religião, o género: «A noção que cada grupo tinha da sua identidade cultural moldou a sua percepção dos outros, isto por sua vez levou à auto-compreensão de cada grupo»⁴⁵. Assim, perante a «vociferação» de orações e cânticos, uma manifestação da exuberante catolicidade dos luso-brasileiros, os britânicos distanciam-se como protestantes; face às limitações científicas do vice-rei e do seu *entourage*, que confundiam o trânsito de Vénus com a passagem da Estrela do Norte pelo Pólo Sul assumem-se orgulhosos possuidores de um conhecimento científico mais evoluído, afastados das restrições que a religião católica impunha ao conhecimento científico; enquanto homens ilustrados e civis, distanciam-se do comportamento exorbitante e abusivo dum despótico vice-rei.

De igual modo, percebe-se como interpretavam e reflectiam acerca da grande teoria do lugar da humanidade na natureza ou da função redentora que esperavam da civilização europeia (britânica) a nível global. Nesta linha de raciocínio, os europeus ocupavam um lugar cimeiro na hierarquia civilizacional, mas todos os povos, mesmo os mais bárbaros, incivilizados e incultos, podiam progredir e ser «trazidos à civilização»: «A esperança de viver entre as nações bárbaras e ignorantes que ele poderia descobrir,

⁴² BANKS, vol. 1, Dezembro, 1768, 114.

⁴³ BANKS, vol. 1, Setembro 1768, 22; CAÑIZARES-ESGUERA, 2004: 94-95.

⁴⁴ BANKS, vol. 1, Setembro 1768, 31.

⁴⁵ SCHWARTZ, 1994: 3

algo que daria à vida mais valor e que os enriquecesse interiormente, até um certo grau, através do conhecimento ou, pelo menos, com as *produções* da Europa»⁴⁶. Ou seja, a ciência europeia (e os ideais que lhe estavam associados, como progresso, bem-estar, felicidade) deviam ser partilhados e utilizados com vista à obtenção de melhorias económicas e morais⁴⁷.

Questionando o *wishful thinking* que emana de «programas civilizacionais» como este, cumpre, pois, perguntar o que de facto acontecia quando os representantes dos «mundos civilizados» ultrapassavam fronteiras geopolíticas e se deparavam com incompreensões não só políticas como também culturais, geradas por «outros mundos civilizados», como os criados por poderes coloniais no Atlântico Sul? Ou, reformulando a questão, se, como defende Stuart Schwatz, «em termos sociais e religiosos, o Brasil foi criado à semelhança de Portugal, não para transformá-lo ou superá-lo», como pensar as relações que outros europeus (britânicos) desenvolveram com os portugueses na colónia durante a década de 1760 e de que forma é que o aprofundar deste problema pode contribuir para uma melhor compreensão de sentimentos de pertença, de identidades (nacionais e coloniais) ou, ainda, de consciências históricas colectivas⁴⁸?

O Brasil era descrito por Cook, Banks e Parkinson como uma espécie de «terreno virgem» para os naturalistas, uma vez que muitas das espécies animais, vegetais e minerais observadas não eram conhecidas, nem tinham sido estudadas, classificadas e descritas de acordo com os critérios científicos exigidos pela *ciência de Lineu*, ou observadas e medidas através de instrumentos de precisão transportados nesta viagem, como termómetros e microscópios. Apesar de utilizar livros recentes, como os resultantes das viagens de William Dampier⁴⁹, George Anson⁵⁰, do comodoro Byron⁵¹, ou das observações científicas de Edwards e Brissons; apesar de reconhecer validade do saber empírico de marinheiros, pescadores ou carpinteiros para assuntos relacionados com as suas profissões, Joseph Banks possivelmente considerava que as descrições fornecidas por estes indivíduos – que não tinham uma formação científica específica e/ou um conhecimento directo ou actualizado do território brasileiro – não eram suficientemente precisas no que tocava à descrição de espécimes naturais: «De facto, ninguém que conheço, nem os curiosos, esteve aqui desde Margrave e Piso no ano de 1640, é portanto, fácil imaginar o estado da História Natural que este país tem para oferecer»⁵².

Por seu turno, os ibéricos, depois de reconhecidas contribuições epistemológicas ao nível da cosmografia e da náutica (as constelações do hemisfério sul), da botânica e farmacopeia (introdução de novos remédios relacionados com as plantas exóticas dos Novos Mundos) e da geografia em Quatrocentos e Quinhentos (descobrimiento de novas terras), estavam, na opinião dos viajantes do norte da Europa, completamente afastados

⁴⁶ HAWKESWORTH, 1773: 3.

⁴⁷ BLEICHMAR, 2009: 448.

⁴⁸ SCHWARTZ, 1987: 19.

⁴⁹ DAMPIER, 1697.

⁵⁰ WALTER, 1748.

⁵¹ *Byron's voyage*, HAWKESWORTH, 1773.

⁵² BANKS, vol. I, November 1768, Rio de Janeiro 94.

das *ideologias protestante e iluminista* dos países aí situados e do desenvolvimento científico político e económico que aí imperava⁵³.

Na natureza brasílica encontravam-se as flores mais bonitas, os pássaros de plumagem mais elegante, insectos e borboletas de todas as variedades, caranguejos em grande quantidade, «uma visão muito agradável, que se veio a modificar com o passar do tempo porém sem dúvida que cansará com a continuação»⁵⁴. O açúcar, tabaco e abóboras eram de grande qualidade, mas as couves, ervilhas, favas, feijões e nabos, os ananases, melancias, melões, laranjas, limas, bananas, mangas, cajus, maçãs, peras e pêssegos, muitos deles inegavelmente tropicais, eram consideradas como sendo de qualidade inferior às cultivadas nos jardins britânicos ou provadas pelos apurados paladares europeus; umas vezes insípidas ou ácidas, outras vezes sem sabor ou perfume. As laranjas, sendo melhores do que as que se consumiam em Inglaterra, podiam, no entanto, comparar-se às produzidas em Itália e Portugal. Tal como os pastos eram «os piores que alguma vez vi devido à falta de pastagens, e consequentemente a carne vendida era magra e apesar do preço ser razoável, a carne era praticamente incomestível para um inglês»⁵⁵. A mandioca, descrita como um substituto de pão, era utilizada pelos luso-brasileiros em forma de «bolos que sabem como se fossem feitos de serradura»⁵⁶. Contudo, a principal riqueza da colónia consistia nas minas, localizadas no interior, a uma distância indeterminada e com as vias de comunicação fortemente regulamentadas pelas medidas legislativas emanadas do governo regional e controladas pela vigilância das tropas de dragões. Quanto às manufacturas, excepto as redes de algodão, eram de todo inexistentes no país.

Em relação à cidade do Rio de Janeiro, importa notar que a capital dos domínios portugueses na América do Sul era relatada como sendo comparável a cidades como Bristol ou Liverpool: regular e bem construída, de malha urbana quadricular e dotada de boas casas com balcões, aqueduto, inúmeras igrejas, e governada por um sistema «ainda mais despótico que o de Portugal, embora muitas precauções fossem tomadas para esconder esse facto»⁵⁷.

Em suma, a colónia brasileira era considerada por Banks, Parkinson e Cook como um local fertilíssimo e subaproveitado, de bom clima, com abundância de peixes, animais, frutas e muitos outros produtos que não se descreviam porque não tinham sido observados, capaz de produzir tanto géneros de primeira necessidade, como de luxo, com muito pouco esforço ou investimento: «estivesse nas nossas mãos, Ingleses, e rapidamente veríamos resultados, visto haver abundância mesmo nas mãos dos portugueses, os quais considero serem, sem excepções, a mais preguiçosa e ignorante raça em todo o mundo»⁵⁸.

De que forma é que olhares como estes, expressos na *literatura de viagens* setecentista, que enfatizam a imagem de um Brasil detentor de recursos naturais inesgotáveis e subaproveitados, associada a uma presença portuguesa incapaz de explorar na sua

53 CAÑIZARES-ESGUERA, 2004: 93.

54 BANKS, vol. I, November 1768, Rio de Janeiro 94.

55 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114.

56 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114.

57 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 114; COOK, 1768.

58 BANKS, vol. I, December 1768, Rio de Janeiro, 128.

plenitude esses recursos naturais, nomeadamente através do uso de recursos técnicos eficazes, por um lado, e, por outro, de britânicos esforçados, trabalhadores, detentores de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, que tinham por vontade e missão levar a «civilização» aos locais por onde passavam, para a honra e a glória do seu país, em particular, e da humanidade, em geral, estão na origem ou influenciaram, de algum modo, os projectos hegemónicos e expansionistas que, nos inícios de Oitocentos, colocavam o Brasil no âmago das preocupações imperialistas britânicas? E fundar no Brasil, como defendia o «imortal Guilherme Pitt», um Quinto Império que excluísse Napoleão e os franceses dos tesouros dos três reinos da natureza que, até então «enterrados e escondidos», saíam à luz graças à iniciativa e engenho britânicos⁵⁹. O plano era que «Deveria ser-nos dado, exclusivamente, o poder sobre todo o comércio e tesouros da América do Sul», nem que para isso os britânicos tivessem que ceder à França «duas pequenas colónias que os portugueses diziam ter nas Filipinas, em vez daquilo que a França lhes pedia no Brasil»⁶⁰.

Nesta linha de investigação que agora se começa a definir, creio que uma reflexão em torno de fronteira e da sua aplicabilidade em relação a este caso, bem como relatos de viagens como o de Cook, Banks e Hawkesworth para o estudo da questão, são apropriados e válidos. Importa amadurecer questionários e tentativas de resposta.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU, ACL, CU_, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 87, doc. 7647.

AHU, ACL, CU_, *Rio de Janeiro*, 017, cx. 89, doc. 7827.

BRITISH LIBRARY

Miscellaneous Papers, Add. 34 733.

Historical Manuscripts Commission. Reports on the manuscripts of the JB Fortescue esp. Preserved at Dropmore, vol. IX, Londres, Printed for His Majesty's Stationery Office, 1915.

BANKS, Joseph – *The Endeavour Journal of Joseph Banks*. Vol. I. Disponível em <URL: http://www2.sl.nsw.gov.au/banks/series_03/download.cfm>. [Consult. 25.01.2010].

COOK, James – *James Cook's Journal of remarkable occurrences aboard His Majesty's Bark Endeavour, 1768-1771*. Disponível em <URL: http://southseas.nla.gov.au/journals/cook_remarks/001.htm>. [Consult. 25.01.2010].

DAMPIER, William (1697) – *A new voyage round the world describing particularly the isthmus of America, several coasts and islands in the West Indies, the Isles of Cape Verd, the passage by Terra del Fuego, the south sea coasts of Chili, Peru, and Mexico; the Isle of Guam, one of the Ladrones, Mindanao, and other Philippine and East India islands near Cambodia, China, Formosa, Luconia, Celebes, &c., New Holland, Sumatra, Nicobar Isles; the Cape of Good Hope and Santa Hellena: their soil, rivers, harbours, plants, fruits, animals, and inhabitants: their customs, religion, government, trade, &c.* London: Printed for James Knapton. Disponível em <URL: <http://www.galapagos.to/TEXTS/DAMPIER-0.HTM>>. [Consult. 08.03.2010].

⁵⁹ PITT, 1821: 9

⁶⁰ British Library, *Historical Manuscripts Commission. Reports on the manuscripts of the JB Fortescue esp. Preserved at Dropmore*. Londres: Printed for His Majesty's Stationery Office, 1915, vol. IX, p. 143, Carta de Lord Auckland a Lord Grenville de 14 de Novembro de 1807; idem, Carta de Lord Grenville a Henry Dundas, de 11 de Dezembro de 1798.

- HAWKESWORTH, J. (1773) – *An account of the voyages undertaken by the order of His Present Majesty for making discoveries in the Southern Hemisphere and successively performed by Commodore Byron, Captain Wallis, Captain Carteret and Captain Cook in the Dolphin, the Swallow and the Endeavour, drawn up from the journals which were kept by the several commanders, and from the papers of Sir Joseph Banks, Bart.* London. Disponível em <URL: <http://southseas.nla.gov.au/journals/hv23/title.html>>. [Consult. 08.03.2010].
- HAWKESWORTH, J., (1774) – *Relation des voyages entrepris par l'ordre de Sa Majesté Britannique et successivement exécutés par le Commodore Byron, le Capitaine Carteret, le Capitaine Wallis et le Capitaine Cook, dans les vaisseaux le Dauphin, le Swallow, et l'Endeavour.* Traduite de l'anglois, à Paris: Chez Saillant et Nyon et Panckoucke, tomos I a VIII.
- PARKINSON, Sidney – *A journal of a voyage to the South Seas in His Majesty's Ship The Endeavour, faithfully transcribed from the papers of the late Sidney Parkinson, draughtsman to Joseph Banks, Esq. on his late expedition with Dr. Solander, round the world Embellished with views and designs delineated by the author and engraved by capital artists...* Disponível em <URL: <http://southseas.nla.gov.au/journals/parkinson/001.html>>. [Consult. 25.01.2010].
- PITT, Guilherme (1821) – *Discurso do immortal Guilherme Pitt, pronunciado poucos anos antes do seu falecimento, no Parlamento Imperial dos Reinos Unidos da Grã-Bretanha e Irlanda. Contem reflexões e prognósticos dignos de perpétua lembrança dos veneradores deste grande homem de estado.* Lisboa: na Officina de António Rodrigues Galhardo.
- WALTER, Richard (1748) – *Voyage round the world in the years 1740, 41, 42,43, 44 by George Anson, esquire, commander in chief of the squadron of His Majesty's ships sent upon an Expedition to the South-Seas compiled from papers and other Materials of the Right Honourable George lord Anson and published under his direction by... A, Chaplain of his Majesty's ship the Centurion in that expedition.* Londres: printed for the author by John and Paul Knapton. (Versão ed. 1901). Disponível em <URL: <http://www.gutenberg.org/etext/16611>>. [Consult. 08.03.2010].

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2000) – *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras.
- BLEICHMAR, Daniela (2009) – «Visible empire: scientific expeditions and visual culture in the Hispanic enlightenment». In *Postcolonial Studies*, vol. 12, n.º 4, p. 441-466.
- CAÑIZARES-ESGUERA, Jorge (2004) – «Iberian Science in the Renaissance: ignored how much longer?». In *Perspectives on Science*, vol. 12, n.º 1, p. 86-124.
- DENING, Greg (1994) – «The theatricality of observing and being observed: Eighteenth-century Europe “discovers” the? Century Pacific». In SCHWARTZ, Stuart B., ed. – *Implicit understandings: observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the Early Modern Era.* Cambridge: Cambridge University Press.
- DOMINGUES, Ângela (2000) – *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ____ (2009) – «“Régulos e absolutos”: episódios de multiculturalismo e intermediação no norte do Brasil (meados do século XVIII)». In VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes – *Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da época moderna.* São Paulo: Alameda.
- DURRANS, Brian (2003) – «Venture to the exterior». In SLOAN, Kim (ed.) – *Enlightenment. Discovering the world in the eighteenth century.* Londres: The British Museum.
- FERREIRA, Mário Clemente (2000) – *O tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761).* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- ____ (2010) – «O antemural da colónia. Construção da fronteira em Mato Grosso no século XVIII», apresentação de projecto nas 2.^{as} Jornadas *História dos Impérios Ibéricos. Investigações em curso*. CHAM/Pablo de Olavide (FCSH/UNL, Lisboa).
- FLORES GUZMÁN, Ramiro (2005) – «El enemigo frente a las costas. Temores y reacciones frente a la amenaza pirata, 1570-1720». In LAURO, Claudia Rosas (ed.) – *El miedo en el Perú, siglos XVI al XX*, p. 33-50. Lima: Fondo Editorial, PUC-Perú.
- FRANÇA, Jean-Marcel Carvalho (1999) – *Visões do Rio de Janeiro colonial [Antologia de textos (1531-1800)]*. Rio de Janeiro: EdUERJ e José Olympio Ed.
- ____ (2000) – *Outras visões do Rio de Janeiro colonial. Antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.
- GARCIA, Elisa Fruhauf (2009) – *As diversas formas de ser índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- GOLIN, Tau (2002) – *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*, 2 vols. Porto Alegre: L&PM.
- MCCLELLAN III, James (2003) – *Scientific institutions and the organization of science*. In PORTE, Roy, ed. – *Cambridge History of Science. Science. Eighteenth century Science*, vol. 4, p. 87-106. Cambridge: Cambridge University Press.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das (2010) – *Independência, autonomia e liberdade antes do liberalismo no Brasil (1808-1831)*. Comunicação apresentada ao «Colóquio Luso-Brasileiro Territórios e Fronteiras do Poder». Lisboa: ISCTE-IUL.
- NOGUEIRA, Ricardo José Baptista (2007) – «Fronteira: espaço de referência identitária». In *Atelier geográfico*, vol. 1, n.º 2, p. 27-41, Dezembro.
- PRICE, Richard, ed., (1996) – *Maroon societies. Rebel slave communities in the Americas*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- PUNTIN, Isabelle (2009) – «O papel das traduções nos intercâmbios científicos europeus nos séculos XVI e XVII». In BURKE Peter; HSIA, R. Po-chia (org.) – *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP.
- ROSA, Carlos Alberto (2003) – *O urbano colonial na terra da conquista*. In *A terra da conquista. História de Mato Grosso colonial*, p. 11-49. Cuiabá: Editora Adriana.
- RUSSELL-WOOD, AJR (1999) – «Fronteiras no Brasil colonial». In *Oceanos*, n.º 40, p. 8-20, Outubro/Dezembro.
- ____ (2009) – «Sulcando mares: um historiador do Império português enfrenta a “Atlantic History”». In *História*, 28, 1, p. 17-70. São Paulo.
- SALVADOR, Frei Vicente do (2006) – «História do Brasil». In SILVA, Maria Leda Oliveira Alves – *História e política no Brasil de Seiscentos. A História do Brasil de frei Vicente do Salvador*. Lisboa: FCSH/UNL. Dissertação de doutoramento apresentada à FCSH/UNL.
- SCHWATZ, Stuart B., (1987) – «The formation of a colonial identity in Brazil». In CANNY, Nicholas; PAGDEN, Anthony, ed. – *Colonial identity in the Atlantic world (1500-1800)*. Princeton: Princeton University Press.
- ____ (1994) – «Introduction». In SCHWATZ, Stuart B., ed. – *Implicit understandings. Observing, reporting and reflecting on the encounters between Europeans and other peoples in the Early Modern Era*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SECORD, Anne (1994) – «Corresponding interests artisans and gentlemen in the nineteenth-century natural History». In *British Journal for the History of Science*, vol. 27, 4 (Dezembro).
- SILVA, Lúcia Osório (2003) – *Fronteira e identidade nacional*. Disponível em <URL: http://www.abphe.org.br/congresso2005/textos/abphe_2003_101.pdf>. [Consult. 15.01.2010].
- SOLANO, Francisco de (1991) – «Contactos Hispano portugueses en América a lo largo de la frontera brasileña» (1500-1800). In SOLANO, Francisco; BARNABEU, Salvador (coord.) – *Estudios (nuevos y viejos) sobre la frontera*, p. 187-215. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos.

AMBROSIO DE MORALES

UN VIAJE PARA LA RECONSTRUCCIÓN DE LA MEMORIA CRISTIANA DE UN REINO

ROSA MARIA DOS SANTOS CAPELÃO*

Resumen: El objetivo de este trabajo es el análisis del viaje emprendido por el cronista Ambrosio de Morales, entre junio de 1572 y febrero de 1573, por tierras de León, Castilla y Galicia, y por encargo de Felipe II, atendiendo a una dimensión específica: ser este viaje y su protagonista instrumentos para la reafirmación del poder real, a través de la identificación de reliquias, sepulturas reales y libros antiguos. Elementos que transmiten un poder simbólico del que el monarca se quiere apropiarse en su proceso de construcción de un poder centralizado y de una imagen de rey cristiano, integrando en un mismo proyecto religión, política y cultura. Para esto, analizamos la relación del viaje, escrita por su protagonista y su contribución a la colección de reliquias del Real Monasterio de El Escorial.

Plabras-clave: Ambrosio de Morales; Felipe II; Viaje; Reliquias.

Abstract: This paper aims to analyze the journey undertaken by the chronicler Ambrosio de Morales, between June 1572 and February 1573, through Leon, Castile and Galicia, upon request of King Phillip II, paying particular attention to a specific dimension: that this journey and its protagonist be instruments in reaffirming royal power, by identifying relics, royal tombs and ancient books. These are elements which hold a symbolic power which the monarch was seeking to appropriate, in a process to build centralized power and the image of a Christian king, combining in the same project religion, politics and culture. To this end, we will analyze the relation between this journey, as described by the chronicler, and its contribution to the collection of relics held at the Real Monasterio de El Escorial.

Keywords: Ambrosio de Morales; Phillip II; Travels; Relics.

A principios de junio de 1572 Ambrosio de Morales¹ se encuentra en Olmedo con el Señor Velasco, del Consejo de Cámara. Este le entrega una cédula real que le permite llevar a cabo una Comisión atribuida por Felipe II. Pide instrucciones que no se le dan. Solamente se le pide «... y en particular me encomendó mucho trugese gran relación muy en particular de la Cueva donde se hizo fuerte el Rey D. Pelayo, y donde comenzó sus Conquistas. También se trató que trugese mucha averiguación de la Cabeza de S. Lorenzo, que se entendía estaba en un Monasterio de Galicia, sin tenerse noticia donde»².

El objetivo de este trabajo es analizar el valor del viaje de Ambrosio de Morales por tierras de León, Asturias y Galicia entre junio de 1572 y febrero de 1573, atendiendo a una dimensión muy específica, el de ser un instrumento para la configuración del poder real a través de la obtención de información, notablemente de tipo religiosa. Para ello analizaremos la relación que hizo el viajante sobre dicho itinerario.

Este *Santo Viaje*, de patrocinio regio, forma parte de un proceso de legitimación y consolidación dinástica a través de la conjugación de tres elementos que están presentes en su desarrollo y que le dan sentido: religión, dinastía y memoria.

* Estudiante do 3.º Ciclo de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Ambrosio de Morales era en ese tiempo Cronista Real.

² FLOREZ, 1765: 4.

Si por un lado la imagen proyectada de Felipe II es la de un devoto convicto, como nos lo presenta Fray José de Sigüenza³, por otro, tenemos la imagen de un monarca que permitió la utilización de estos mismos aspectos devocionales para manipular y defender intereses en juego. Así por ejemplo encontramos a su Secretario Cristovão de Moura en noviembre de 1579 asegurando a Felipe II que estaba dispuesto a «*compor e tocar caveiras de mortos e dizer que são de virgens*», desde que esto lo apaciguase con el Escrivão da Puri-dade del Cardenal D. Henrique, Miguel de Moura, cuyo «todo negocio são reliquias»⁴. Esta afirmación, dirigida al monarca, sólo es concebible si se cuenta con la tolerancia o convivencia del mismo en este negocio.

En un periodo de confesionalización, fragmentación de la Cristiandad en diferentes Iglesias que tendieron a monopolizar la «cosmovisión» del individuo, estado y sociedad, estandarizando prácticas religiosas y culturales, Felipe II proyectó una imagen de Rey cristiano conciliando el proyecto dinástico y el religioso⁵. Para conseguirlo procedió a la reconstrucción de una identidad usando imágenes y símbolos con una función de agregación.

Tres fueron los pilares sobre los que asentó su poder, símbolos funcionales de su monarquía: Dinastía, Fe y Conocimiento⁶. Dentro de este proyecto Ambrosio de Morales representa un instrumento donde confluyen el interés por la redescubierta de reliquias, libros antiguos, etc. y el gusto por la historia y arqueología. Con sus trabajos contribuyó a la configuración de la *Identidad Hispánica* a través de la reconstrucción de una memoria cristiana como veremos en su viaje.

La materialización más visible de este proceso simbiótico se encuentra en el Real Monasterio de S. Lorenzo del Escorial, sepultura de reyes, santos y conocimiento. Este último en la forma de su Real Biblioteca. Proyecto para el que contribuyó Morales a través de inventariar documentos y librerías, y dando pareceres sobre los testimonio de restos reales y reliquias de santos.

Pasemos a ver el perfil de nuestro viajero, aquellos trabajos que lo unieron a Felipe II, para a continuación analizar e interpretar la relación de su viaje, y finalmente ver qué consecuencias tuvo.

PERFIL DEL VIAJANTE

Ambrosio de Morales nació en 1513 en el seno de una familia cordobesa en la llamada Casa de los Sénecas, en un ambiente familiar que propició su formación humanista. Su padre Antonio de Morales había sido llamado en 1508 por el Cardenal Arzobispo de Toledo Fray Francisco Jiménez de Cisneros, para ocupar la cátedra de filosofía moral y

³ SIGUENZA, 1605.

⁴ BOUZA, 2008: 143.

⁵ RIVERO RODRIGUEZ, 2005: 160.

⁶ LAZURE, 2007.

⁷ Su padre fue Antonio de Morales y su madre Mencia de Oliva. La Casa de los Sénecas perteneciente a la Collación de S. Domingos de Silos y ubicada en el centro de la ciudad Cordobesa, fue cedida a su padre por el Marqués de Priego. REDEL, 1909: 19-29.

metafísica de la reciente Universidad de Alcalá de Henares⁷. El hermano de su madre, el humanista Fernán Pérez de Oliva, en 1524 regresa a su Córdoba natal tras haber estado años en París y Roma, donde llegó a ser protegido de León X. Poco tiempo después se traslada a Salamanca llevándose con él a su sobrino y responsabilizándose de su educación⁸.

En 1533 tras la muerte de su tío, Ambrosio de Morales regresa a su tierra donde toma el estado religioso en San Jerónimo de Valparaíso en la Sierra de Córdoba⁹. Se ve obligado a dejar este estado tras un incidente que delata ciertos rasgos de la psicología de nuestro viajante, a través de un episodio de excesivo fervor religioso. Su biógrafo Fr. Henrique Flórez nos relata cómo nuestro protagonista llevó a cabo un acto que la propia religión prohíbe: el de imitar al filósofo cristiano Orígenes.

«... estraña resolución tomada por el Joven, amante de las castidad, però imprudente en el medio para el fin, pues la raíz del pecado contrario no estava en lo exterior, contra quien agitado de un ímpetu vehemente de amor à la pureza, descargó tan vehemente golpe, que no le dejó muestra de sexo varonil [...] dio una diabólica tentación, y se corto los miembros viriles totalmente, que quedó tan raso como la palma de la mano...»¹⁰.

Después de esto abandonó el hábito y se ordenó en el siglo, pasando a vestir ropas de clero secular. Continuó sus estudios en Alcalá de Henares donde tuvo como profesores al teólogo escolástico Juan de Medina y al dominico Fray Melchor Cano. En 1550 firma como catedrático de retórica de Alcalá, y llega a ser rector del Colegio de S. Felipe y Santiago¹¹. Se dedica a la enseñanza tanto en la universidad como a la instrucción en su propia casa y se jacta, de entre otros, ser su alumno D. Juan de Austria.

Solicita ser Cronista Real haciendo llegar su petición el 12 de agosto de 1563 a las Cortes de Madrid, lo que le es concedido¹².

El Cardenal Arzobispo de Toledo Don Gaspar de Quiroga le da la vicaría y administración de los Hospitales del Puente del Arzobispo en diciembre de 1577, donde residió durante cuatro años, al final de los cuales regresa a su Córdoba. Se establece en el Hospital de S. Sebastián en agosto de 1584 y fallece a 21 de septiembre de 1591 a los 78 años. Fue enterrado en la Iglesia de los Mártires Acisclo y Victoria de Córdoba¹³.

En la universidad de Alcalá que había representado el renacimiento de la antigüedad cristiana y donde la cátedra de retórica fue el coronamiento de los estudios latinos, Ambrosio de Morales encontró un ambiente propicio al estudio del mundo antiguo¹⁴.

8 El humanista Fernán Pérez de Oliva llega a ocupar la cátedra de filosofía moral y a ser rector de teología en la Universidad de Salamanca. REDEL, 1909: 52 y 284.

9 Viste el hábito a los 19 años en 28 Junio 1532 y profesa a 29 de Junio de 1533, haciendo votos según las Reglas de la Orden Jerónima, pasando a llamarse Fr. Ambrosio de S. Paula. FLOREZ, 1765: 5; REDEL, 1909: 67.

10 FLOREZ, 1765: 6; REDEL, 1909: 70.

11 REDEL, 1909: 82 y 113.

12 *Actas de las Cortes de Castilla*, publicadas por acuerdo del Congreso de los Diputados. Madrid. Imp. Nacional. 1861. Tomo I, págs. 230-232. In REDEL, 1909: 125.

13 REDEL, 1909: 263, 275, 310.

14 BATAILLON, 2006: 10-15.

Son sus dos grandes obras, *Las Crónicas de España*¹⁵ y *Las Antigüedades de las Ciudades de España*¹⁶.

Las Crónicas de España, que describían las antigüedades de provincias, regiones, pueblos y ciudades, contribuían para mejorar el conocimiento de España de un rey extranjero, ya que fueron iniciadas bajo el reinado de Carlos V. Para realizar estas dos grandes obras tuvo que recoger y ordenar los materiales, para a continuación analizarlos siguiendo un método diferente a su antecesor, Florián de Ocampo. No estamos ante un mero recopilador pues hace uso de un nuevo método de reconstrucción histórica, donde muestra cierta preocupación por la crítica documental, recorriendo a escrituras y ampliando el concepto de fuente a través de la utilización de los vestigios arqueológicos¹⁷.

Llevar a cabo este trabajo implicó el desplazarse por la geografía peninsular buscando los restos de un pasado imperial, vestigios de antiguas ciudades romanas, monedas, medallas, formando su propia colección, evidenciando su clara formación humanística. Así lo hace en 1569 por tierras andaluzas, entre 1572-1573 por el noroeste peninsular, en 1574 por la Alcarria y la provincia de Cuenca, visitando la Villa de Uclés donde estaba el archivo general de la orden de Santiago.

Además de viajar fue importante el conocimiento de los autores antiguos como Estrabón, Valerio, Plinio, Plutarco o Isidoro. Fue iniciador de los trabajos epigráficos en Castilla, como lo fue en Portugal Lucio Andrés de Resende, autor *De Antiquitate Lusitaniae* (Évora 1593), con quien intercambiaba correspondencia. Fueron varios los alumnos y colaboradores a los que trasmitió el gusto por la arqueología cristiana como lo fueron Benito Arias Montano, Alvar Gómez, Juan Fernández Franco y Fray Alonso de Chacón.

AMBROSIO DE MORALES Y FELIPE II

Este viaje no es el primer encargo regio que tiene Ambrosio de Morales. Sus contactos con Felipe II tienen lugar ya en 1559, cuando este le pide una relación sobre la prisión del Arzobispo de Toledo, D. Fray Bartolomé de Carranza¹⁸. Pronto se convierte en un instrumento del monarca en sus intentos por conocer el Reino, revisando documentos e inventariando librerías que acabarían por enriquecer la Real Biblioteca del Escorial.

La confianza del monarca depositada en su criterio se ve reflejada cuando en 1564 le pide inventariar y dar su parecer sobre los documentos del Capellán Real y catedrático de matemáticas de la Universidad de Alcalá, el cosmógrafo Maestro Pedro de Esquivel, tras la

15 *Las Crónicas de España* iniciadas por Florián de Ocampo (Libros I-V) y continuadas por Morales (Libros VI al XVII), publicados entre 1574 y 1586.

16 *Las Antigüedades de las ciudades de España que van nombradas en la Crónica con las averiguaciones de sus sitios y nombres antiguos, que escribía Ambrosio de Morales & Con un discurso general del autor, donde se enseña todo lo que a estas averiguaciones pertenece para bien entenderlas y entender las antigüedades y las cosas...* Alcalá, por Juan Ñíguez de Lequerica, 1575.

17 RODRIGUEZ SUÁREZ & MARTÍN LOPEZ, 2009; SÁNCHEZ MADRID, 2002.

18 *Prisión del Arzobispo de Toledo D. Fray Bartolomé Carranza... en 22 de Agosto de 1559 escrita por orden del Rey Don Felipe II... por el Cronista Ambrosio de Morales...* p. 465 del Tomo V, de Documentos Inéditos para la Historia de España. In REDEL, 1909: 123.

muerte de este¹⁹. El conocimiento de esta obra influirá en el rigorismo de Morales sobre las distancias presente en sus obras, y en su intento de tener una visión cartográfica del territorio.

En 1566 escribe un informe sobre la Librería del Escorial, donde invita al monarca a seguir los ejemplos de las más famosas bibliotecas del momento, entre ellas la Vaticana²⁰. Entre sus trabajos está el inventariar la librería del Cronista Juan Páez²¹; pronunciarse sobre el *Codice Albendense* y *Vigilano*, ofrecidos por el Conde de Buendía²²; y el inspeccionar la biblioteca del Obispo de Plasencia Don Pedro Ponce de León, donde entre otras, se encontraba la *Emiliense de Concilios y Obras de S. Eulogio*²³.

Ambrosio de Morales es llamado también para trabajos de carácter más devocional como es en 1567 ser designado por Felipe II y su hijo, el príncipe D. Carlos, para intervenir en el proceso de canonización de Fray Diego de Alcalá con el cargo de Procurador²⁴. En marzo 1568 escribe sobre la traslación de las reliquias de S. Justo y Pastor de Huesca a Alcalá²⁵. Es mandado a Córdoba para hacer una relación e informar al monarca sobre la aparición el 21 de noviembre de 1575 en la iglesia de S. Pedro de aquella ciudad de los huesos de Santos mártires²⁶.

En uno de sus últimos trabajos, *Discurso de la verdadera descendencia del Glorioso doctor Santo Domingo y como tuvo su origen de la ilustrísima casa de Guzmán*, contribuye a la legitimación dinástica del monarca a través de un catálogo genealógico donde quiere probar que Felipe II está emparentado con Santo Domingo²⁷.

SANTO VIAJE

En marzo de 1572, Ambrosio de Morales decide emprender una romería a Santiago de Galicia tras haber presentado al Consejo Real los libros 6 al 12 de la *Crónica General de España*. Por esas fechas, habiendo Felipe II recibido una *Relación de las Reliquias, Enterramientos Reales y Libros antiguos que había en la Santa Iglesia de Oviedo*, pide que sea enviada a Alcalá de Henares para que el cronista diese su parecer²⁸.

19 A Esquivel le fue encomendado hacer la descripción y un mapa de España, en lo que fue un intento de una descripción geodésica del territorio. *Parecer de Ambrosio de Morales dado a Felipe segundo, sobre los libros e instrumentos matemáticos del Maestro Esquivel*. In CIFUENTES, 1793: Tomo II, 88-91.

20 *Parecer de Ambrosio de Morales sobre la librería para el Escorial* publicado en «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos» 4, (1874): 465 y ss. Disponible también en <<http://www.archive.org/details/revistadearchiv29spagoog>>. [Junio de 2010].

21 Es posible que las Relaciones Topográficas, se hubiese inspirado en un cuestionario del Cronista Real Juan Páez de Castro, que entre sus *Apuntes Históricas* (Biblioteca del Escorial) está el Memorial de las Cosas Necesarias para Escribir la Historia, donde constan 51 preguntas al respecto. REDEL, 1909: 188.

22 CIFUENTES, 1793: Tomo III, 75.

23 REDEL, 1909: 209.

24 *Carta al príncipe D. Carlos sobre el encargo que le hizo de entender en la Canonización de San Diego de Alcalá y Relación del proceso de Canonización de San Diego de Alcalá*. Mss. 5734, Inventario General de Manuscritos de la Biblioteca Nacional. Tomo XI. Madrid. 1987.

25 MORALES, Ambrosio (1568) – *La Vida, el Martirio, la Invención, las grandezas y las translaciones de los gloriosos niños mártires S. Justo y Pastor...* Alcalá, por Andrés de Angulo.

26 Libro XVII de la *Crónica General de España*, a propósito de los Mártires de Córdoba. In REDEL, 1909: 233 y 294.

27 Impreso en *Las Antigüedades de las Ciudades de España...* Tomo X. Madrid. Oficina de D. Benito Cano. 1792.

28 *Parecer de Ambrosio de Morales dado a Felipe II acerca de las reliquias y libros de Oviedo en el mes de mayo de 1572*. In CIFUENTES, 1793: Tomo II, 93-99.

Ambrosio de Morales responde sobre reliquias «que es lo principal». Hace mención a la existencia de dos tipos de reliquias en la Iglesia de Oviedo, cuya autoridad se basa en haber sido llevadas allí en los tiempos de la «destrucción de España». Las primeras corresponden a la Santa Arca. Siguiendo un testimonio del siglo XII, el del Obispo de Oviedo Pelayo quien escribió sobre las cosas de su tiempo, Morales argumenta que «hay algunas cosas que no satisfacen tanto como sería razón». Estas son el pan que cenó Cristo con sus apóstoles, uno de los treinta dineros, leche de la virgen María y el manto del profeta Elías, pues argumenta que es difícil que se hubiesen conservado y añade «para el santo deseo de su Majestad de traer Reliquias al Real Monasterio, creo no hace esto mucho al caso». Por otro lado, las reliquias que están fuera de la Santa Arca son de *Santos de España*, y entiende que a estas hay que juzgarlas de forma diferente. Ambrosio de Morales cita a S. Isidoro, que aunque todos los Santos ruegan a Dios por todos «... más que particularmente la Divina Providencia dio a cada provincia sus Santos propios, que mas de veras fuesen sus patronos y llamados por los de aquella tierra, tuviesen mas cuenta con que favorecerlos de delante de Dios». Estas si se podrían traer al Escorial, como el cuerpo de S. Eulogio, S. Leocricia, S. Eulalia...

En este parecer dado por el cronista está proyectada la creencia en un pasado cristiano interrumpido por la omnipresente «destrucción de España por los Moros», ciclo histórico que gira en torno a dos ideas: pérdida y restauración. Donde un hilo conductor entre estos dos extremos temporales parece materializarse en la presencia física de los restos de los mártires de aquella época, a través de los cuales fue posible la conservación de la fe durante siglos y la memoria de un pasado glorioso (Evangelizaciones, Reino Visigodo). Estos restos transmiten un poder simbólico del que el monarca se quiere apropiarse, para legitimar su plano político de Reconstruir el Reino sobre los cimientos del Cristianismo. En este plano simbólico los nuevos soldados son los *Santos de España*.

Siendo aquel parecer del agrado de Felipe II, el monarca le asigna una nueva responsabilidad. Le pide que vaya a ver todo lo de Asturias, León y Galicia, por su mandado y real comisión y que trajese «razón y certificación por vista de ojos de las tres cosas ya dichas; Reliquias, Enterramientos Reales, y Libros antiguos, que en todas partes se hallasen». Para esto le fue dada una Cédula Real de Comisión firmada por su secretario Antonio Gracián a 18 de mayo de 1572.

Felipe II que procuró que todo se llevase bien a cabo, escribió a los obispos de León, Oviedo y todos los de Galicia y Generales de S. Benito y Cister con el propósito de que le prestasen su ayuda.

Ambrosio de Morales que a principios de junio de 1572 emprendió un viaje de cariz espiritual, romero en peregrinaje, tuvo que desviarse de su recorrido para responder a las exigencias de un nuevo modelo de viaje, el viajar por encargo real. Tiene una función atribuida muy específica, inventariar para el monarca todo lo que pueda sobre tres aspectos (reliquias, sepulturas reales y libros antiguos) que perfectamente materializan, religión, dinastía y conocimiento.

RELACIÓN DEL VIAJE

Ambrosio de Morales entregó la relación del *Santo Viaje* al secretario Gracián, viernes, 20 de noviembre de 1573. La impresión de dicho trabajo sólo tiene lugar en 1765, y de ello fue responsable Fr. Henríquez Flórez quien hizo uso de un original existente en el Real Monasterio de San Lorenzo. Dice haberse socorrido de esta relación para su *España Sagrada*²⁹.

Es una obra descriptiva, sin acción, escrita en primera persona. El encuadramiento narrativo se hace a partir de marcos espaciales que se van enunciando (ciudad, villa, monasterio, priorato, colegiata) y a continuación hay una secuencia prácticamente tipificada: nombre del local, distancias entre estos expresadas en leguas, si es o no fundación real, si hay o no dotación real, si existen sufragios por algún miembro regio y la existencia de reliquias, sepulturas reales y libros antiguos. En algunos casos añade curiosidades que llaman la atención del cronista.

Hay en la narración un salto temporal, cuando entra en Galicia dejando atrás Asturias y se adelanta a escribir sobre Santiago para de esto mandar relación al monarca.

El autor examina escrupulosamente todo aquello que considera digno de consideración, pregunta, va opinando, dudando, da indicaciones en aspectos a mejorar, y se muestra sorprendido en ciertos momentos.

La intencionalidad de esta narrativa es dar a conocer su contenido a la persona de Felipe II, que es el único destinatario, aunque Ambrosio de Morales sacará provecho de este viaje reflejando algunos contenidos en su *Crónica de España y Las Antigüedades*.

En la relación encontramos transcripciones epigráficas y varias ilustraciones, como el casco de S. Lorenzo, la Cruz de los Ángeles, la Cruz del Rey D. Pelayo y dos Hidrias de las de Canaán de Galilea, una en la Cámara Santa de Oviedo y otra en el priorato benedictino de Cambre.

Hay algunas imprecisiones en cuanto a fechas, nombres de reyes, etc. corregidas por Fr. Flórez que en defensa de nuestro protagonista lo justifica diciendo que en algunos momentos estaría escribiendo de memoria.

De aquellos espacios referenciados en la crónica dice no haber visitado S. Isidro de Dueñas, S. Pedro de Eslonza, Celorio, Santo Antolín, Corias, Villanueva de Oscos, Cambre, Oya, Osera y Zamora sin explicar el por qué. A Lorenzana y Mondoñedo no fue por motivo de haber peste. De estos locales obtiene informaciones a partir de relaciones que le son enviadas. Otras veces se desvía de su trayecto por informaciones que despiertan su curiosidad. Así por ejemplo a Villa Muriel, a una legua de Palencia, fue porque el Presidente en Valladolid le dijo que allí había muchas reliquias³⁰. Más curioso es el desvío que hace cerca de S. Eulalia en el Principado de Asturias a un local llamado *Cora*, donde los viejos le dicen que vieron más de veinte piedras de sepulturas romanas con letras y que fueron usadas en edificaciones, quedando solo tres que nuestro viajante registró³¹.

29 FLORES, Fr. Henríquez (O.S.A) (1747-1775) – *España Sagrada. Theatro geographico-histórico de la iglesia de España...* Madrid, 29 vols.

30 *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 20.

31 *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 67.

En cuanto a los encuadramientos temporales sabemos cuando empezó, cuando acabó y que a 11 de agosto de 1572 estaba en Santiago de Compostela³². Y en relación a las condiciones de transporte durante el viaje la única referencia que tenemos es en el reino de Galicia por ocasión de la visita al priorato de Caveiro entre Mondoñedo y la Coruña, donde nos explica la soledad del local, «... que cuesta muy caro el llegar à el a pie, que à caballo quasi es imposible³³».

De forma sumaria a propósito de su viaje, Ambrosio de Morales escribió sobre 78 monasterios, 34 de la Orden de S. Benito, 24 del Cister, 10 de S. Francisco, 5 de S. Domingo, y 5 de otras órdenes religiosas. Son de fundación real del total de monasterios, 28, 13 de la Orden de S. Benito, 9 de la Orden del Cister y 6 de otras órdenes. Describió 8 monasterios con sepulturas reales, 3 de la Orden de S. Benito, 2 del Cister, 2 de S. Francisco y 1 de S. Juan. Del total de monasterios 7 eran femeninos, 2 de la Orden del Cister, 2 de S. Benito, 2 de S. Francisco y 1 de S. Domingos. Las franciscanas de Santa Clara de Allariz, y las cistercienses de las Huelgas de Valladolid son fundación real y tienen sepulturas reales. Las benedictinas de Santiago son fundación real, pero sin sepulturas reales.

El mayor inventario de sepulturas reales corresponde a S. Isidro de León y la Iglesia del Rey Casto de Oviedo. También hay sepulturas reales en S. Benito, S. Francisco y las Huelgas de Valladolid, las iglesia de Palencia, el monasterio benedictino de Sahagún, la iglesia de S. María de Regla de León, Covadonga, la Iglesia de S. Cruz, Corias, El Espina, Bamba, y la iglesia de S. Juan Bautista de Pravia.

La principal librería es la de la Iglesia de Oviedo pero también son señaladas como relevantes, S. Benito y S. Francisco de Valladolid, los monasterios benedictinos de Sahagún y S. Pedro de Montes, los monasterios cistercienses de Carracedo y del Espina, S. Isidoro de León, la iglesia de S. Cruz, y la iglesia de Astorga.

En cuanto a reliquias, estas son objeto de mayor atención a lo largo de su relación. El rol de reliquias enunciadas es muy vasto habiendo prácticamente en todos los lugares referenciados presencia de ellas.

No debemos olvidar que estamos ante el trabajo de un cronista cristiano, y dan fe de ello las menciones a vidas de mártires y santos, leyendas piadosas, reliquias que obran todo tipo de milagros, y donde se reafirma el carácter heroico de los *Santos Españoles*. Como veremos en su viaje, encontraremos a Ambrosio de Morales cuestionando la autenticidad de ciertos argumentos presentados en la defensa de cierto patrimonio hagiográfico o real. Pero también adopta una postura apologética ante ciertas situaciones que exclusivamente pueden ser comprendidas como formando parte de un sistema de creencias compartidas por nuestro protagonista. Esto no impide el esfuerzo del cronista en la utilización de un método de recogida de información que se pretende riguroso. Por ejemplo, a propósito de las diligencias que hace sobre la cabeza de S. Laurencio cuando entrevistó a cuatro monjas clarisas inquiriendo sobre la procedencia de la reliquia, «Esto todo saqué muy despacio y muy por sus puntos con mucho examen y pre-

³² *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 123.

³³ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 156.

³⁴ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 108.

guntas...»³⁴. Claro está, que se podía estar promocionando o justificando hacia el destinatario de su trabajo.

A continuación, pasamos a interpretar y comprender algunos de los múltiples sentidos y significados que atribuye nuestro viajante a los testimonios que le son presentados, para después acabar posicionándose ante ellos de tres formas, afirmándolos, negándolos o dudándolos. La mayoría están relacionados con reliquias, pues el autor las trata con mayor pormenor que el resto. Estos testimonios se reportan a las *escrituras*, a la *antigüedad* a través de vestigios arqueológicos y criterios artísticos, a la *tradicón* y a la *autoridad*.

AQUELLO QUE AFIRMA

La información escrita es en algunos casos un testimonio dado como válido. Esto lo vemos en el caso de la fundación y dotación real de la abadía de Tuñón, donde el abad hace uso de una escritura original que tiene del año 891. Sobre la dotación de la Iglesia de Lugo, es mencionada una escritura del año de 734 como «la más antigua escritura que se debe hallar en España desde D. Pelayo acá»³⁵.

Los documentos escritos también permiten autenticar reliquias como en el caso del cisterciense monasterio de Mantalla, donde todas las de esta casa «tienen en general un testimonio de harta consideración, y son dos Catálogos de las Reliquias muy antiguos en pergamino» y que dicen haber sido dadas por el Rey D. Fernando y su mujer D. Beatriz³⁶.

A veces advertimos su sorpresa ante la descubierta del contenido de estas escrituras, como en el caso del monasterio benedictino de S. Vicente de Monforte. Fundación «antiquísima» donde en una escritura de 25 de abril del año 792 se menciona un Concilio de Oviedo juntado por el Rey D. Alonso el Casto y donde estaba presente un Legado de la Sede Apostólica llamado Ildeberto. «Digo que es notable cosa, porque con tener ocupada la tierra los Moros tan enteramente, ni de acá podían recurrir a Roma, ni de allá podían venir acá: mas la mucha cristiandad del Rey venció todas las dificultades»³⁷.

Las fuentes epigráficas también pueden ser un testimonio válido, como al afirmar que en la iglesia de Pravia, cerca de Oviedo, está enterrado el Rey D. Silo al tener como testimonio una piedra escrita, «la mas antigua Escritura, ò cifra que se halla desta forma en España... SILO PRINCEPS FECIT». Utiliza el mismo criterio en el monasterio benedictino de S. Clodio, fuera de la ciudad de León y fundado en tiempo de los Godos, cuyo abad S. Vicencio fue martirizado por un Rey godo arriano Richila, «como en una piedra de mucha antigüedad tienen escrito»³⁸.

El trabajo de leer las piedras se muestra en algunos momentos más difíciles que en otros. A propósito de la Iglesia de S. Cruz del Principado de Asturias, de fabrica «antiquísima» edificada por el hijo del Rey D. Pelayo, Favila, hay una piedra sobre el arco de la capilla y «aunque con dificultad, yo la lei» y transcribe su contenido en la relación del

³⁵ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 103 y 116.

³⁶ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 195.

³⁷ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 163.

³⁸ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 110 y 56.

viaje, «por ser la más antigua Escritura que hay en España después de su destrucción, y por eso son de estimar»³⁹, era de 777.

La piedra escrita a veces se convierte en objeto de devoción y ayuda a testificar un episodio «histórico», como en el caso de la iglesia de San Marco de la villa de Padrón donde hay una piedra que dicen tratarse donde estuvo amarrada la barca del Apóstol Santiago. «Visitanla los Peregrinos, y andanla alrededor, besándola por todas partes: y siendo tan manifiestamente piedra Romana, y teniendo tan perfecta forma en las letras, da lugar a creer que pudo ser del tiempo del Emperador Claudio, en que vino acá el Santo Cuerpo»⁴⁰.

Para Ambrosio de Morales la antigüedad no sólo es testificada a través de la epigrama, también esta viene atestiguada por un estilo arquitectónico, como en el caso de la iglesia de S. Mancio en Sahagun donde «ninguno que la viere dejará de entender, si sabe algo de Antigüedades de España, como por lo menos es Fabrica de más de quinientos años»⁴¹. Lo mismo que por criterios artísticos como en el monasterio de S. Benito en Valladolid, donde en un relicario lleno de reliquias menudas y parte del dedo de la mano de S. Ana «el testimonio es la antigüedad de la labor»⁴².

La Tradición es un argumento usado en varias ocasiones como en el monasterio benedictino de S. Claudio, donde hay un sepulcro de piedra en el que está el cuerpo de S. Ramiro, no canonizado, y lo único que lo atestigua es la tradición y devoción que el pueblo allí tiene⁴³.

El testimonio de un relicario también recae sobre el prestigio de su anterior propietario, estándose ante un criterio de autoridad. En S. Benito de Valladolid hay un relicario de plata dorada con reliquias pequeñas de S. Sebastián, S. Lorenzo, S. Pablo y otros Santos con sus títulos y su testimonio está en «haber sido este Relicario del Obispo de León, D. Fulano de Valdivieso, que lo dejó aquí, y el haber sido un notable prelado da más autoridad». En el monasterio benedictino de Sahagún, el testimonio de una caja cuadrada de plata con una canilla de uno de los Santos mártires, S. Facundo y Primitivo, es un Privilegio del Rey D. Alonso III el Magno, de 20 de noviembre del año 905. Y en la iglesia de Astorga, un arca grandecita de plata con reliquias menudas tiene como testimonio haber sido dadas por el Rey D. Alonso el Magno y su mujer D. Jimena⁴⁴.

AQUELLO QUE NIEGA

Ambrosio de morales no se limita a afirmar aquellos testimonios que se le presentan. En algunos momentos los niega y rechaza como cuando critica los contenidos del *Libro de Milagros* del Apóstol Santiago (*Codex Calixtinus*), que según él «... está entero, y fuera harto mejor que no lo estuviera», y dice ser fácil de demostrar que no fue escrito por el

³⁹ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 68.

⁴⁰ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 137.

⁴¹ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 193.

⁴² *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 8.

⁴³ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 56-57.

⁴⁴ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 8, 35-36, 175.

Papa Calixto II, a quien se le atribuía. Y añade «Quien quiera que fue el Autor, puso allí cosas tan deshonestas y feas, que valiera harto mas no haberlo escrito [...] y es lo peor que no muestran aquel Libro sino à personas honradas, que son las que mas se ofenderían con aquello, y les hará mas lástima»⁴⁵.

Los benedictinos de Valladolid tienen una *Historia* para leer en maitines sobre el Rey godo Cindasvindo, enterrado en el priorato de S. Román de Hornija, y que en aquella tierra tienen por santo que «es lástima ver quan fingida y fabulosa es. Ya les he dicho à estos Padres como es cosa indigna de su mucha Religión y prudencia tener aquella Historia, y en aquella figura»⁴⁶.

A lo largo del viaje aparecen críticas a ciertas reliquias. En el monasterio de S. Domingo de León tienen por reliquia muy preciada y engastada «una piedra que dicen que es de las que tiraron a S. Esteban» y que tiene letras y caracteres de lo grabado con agua fuerte y cera, «... y por ellos me parece sería bueno quebrar aquella piedra»⁴⁷.

En el monasterio franciscano de S. Clara de Allariz tienen, entre otras reliquias dadas por la reina Violante mujer del Rey D. Alonso el Sabio, un relicario alto de plata en el cual es «harto donosa, ò llorosa, que en medio, y como en lugar más principal está un pedazo de pellejo de Salamandra con letras en la plana que dicen: De pilis Salamandra qua igne nutritur [...] También hay letras que dicen, como hizo aquel Relicario Helías Patriarca de Gerusalen»⁴⁸.

En el monasterio benedictino de monjas de S. Payo refiere que estas tienen por insigne reliquia, famosa en toda aquella tierra, un Ara en el altar mayor que es una losa de mármol con letras escupidas que dicen haber sido consagrada por los Apóstoles y traída por los discípulos del Apóstol Santiago. Morales transcribe lo que en ella está escrito y dice no haber fundamento para creer esto, «... por tener el Diis Manibus Sacrum, que es consagrar aquella memoria a sus malditos Dioses que tenían los defuntos». Recomendó apagar las letras. Las monjas también dicen que tienen una columna sobre la que fue degollado el Santo Apóstol. Morales lo llama «Disparate», pues es una sepultura de hombre cristiano de unos trescientos años. A continuación transcribe las letras de dos túmulos que allí hay y añade, «de aquí inventan todo lo que quieren»⁴⁹.

AQUELLO QUE DUDA

En otros momentos lo que manifiesta nuestro viajante son dudas sin admitir en forma escrita lo que verdaderamente piensa al respecto. En San Benito de Valladolid, hay un Crucifijo descubierto por un labrador toledano que dicen que nació naturalmente de un árbol. Morales afirma que aunque Dios puede obrar mayores maravillas, «pone alguna sospecha de artificio las facciones, y delicadeza de ellas que vemos en las Mandragoras».

⁴⁵ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 130-131.

⁴⁶ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 11.

⁴⁷ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 58.

⁴⁸ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 159.

⁴⁹ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 132-134.

Días después el Sacristán Mayor le dice que había memoria que este Crucifijo fue del Emperador de Constantinopla y se la envió a Pio II, y este al Arzobispo de Toledo D. Sancho. A lo que añade nuestro viajante, «con esto no se me añadió nada en el crédito, antes me confirmó mas mi duda esta variedad»⁵⁰.

En el monasterio de S. Francisco de Valladolid a propósito de una Cruz de plata en la que están engastadas catorce piedras pequeñas ovales, y redondas, que tienen esculpido al parecer naturalmente de relieve Jesús, Morales refiere que «mas hemos visto ya tantas ficciones de estas, de las que se pueden hacer con agua fuerte, y cera fácilmente, que pone gran sospecha lo de estas piedras»⁵¹.

Hablando de las reliquias de la iglesia colegial de Husillos, cerca de Palencia, escribe «de mala gana pongo un pedazo que muestran de Ligno Crucis», debido al grande tamaño que tiene, mas de tres dedos juntos⁵².

Sobre la iglesia de Covadonga que dicen haber sido labrada por el Rey D. Alonso el Casto y que dura desde entonces milagrosamente sin que la madera se pudra escribe, «mas yo veo manifiestas señales en todo de obra nueva, y no de tiempo de aquel Rey»⁵³.

En la Villa de Muriel, donde fue recomendado por el Presidente en Valladolid, en un cofre de marfil dorado estaba una canilla del brazo del santo tan apreciado por el monarca, S. Lorenzo. Parece ser que la apreciación de Morales no es muy favorable. «El hueso está harto fresco, y con alguna carne fresca. A mi me pareció harto pequeño, y de mochacho, ò de hombre chiquito»⁵⁴.

Sobre las dos ampollas de cristal del Cebreiro, donde dicen que está en una la carne y en la otra la sangre de Cristo en un trapito. «Yo me remito a esto al haberlo visto V. M. que cierto yo no percibí aquello con la evidencia, que en la Bula se narra, y allí no hay mas mención que de la sangre»⁵⁵.

Y su asombro parece manifestarse cuando en la iglesia de Astorga le muestran una muela de S. Cristóbal con un poco de quijada, «cosa monstruoso, pesa doce libras»⁵⁶.

Hay un momento en que deja entrever que sospechaba que no le estaban diciendo la verdad y es cuando en el monasterio benedictino de S. Julián de Samos le mostraron con gran solemnidad la cabeza de S. Eufrasio, uno de los siete verdaderos Apóstoles de España, que allí estaba como refiere el Licenciado Molina en su *Crónica de Galicia* de 1550 y dice que no había más que «unos pocos huesos, ninguno mayor que una uña muy pequeñita, y dicen que aquello tienen por la Cabeza de S. Eufrasio, sin tener otra cosa, y es cierto que yo creyera me engañaban, y me encubrían la Reliquia». Continúa diciendo que confirmó esto en otros monasterios, y realmente no tenían más que aquello⁵⁷.

⁵⁰ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 7-8.

⁵¹ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 13.

⁵² *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 25.

⁵³ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 64.

⁵⁴ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 20.

⁵⁵ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 167.

⁵⁶ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 176.

⁵⁷ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 164-165.

Ambrosio de Morales presentó en su relación los testimonios que atestiguaban las reliquias que serían para traer al Escorial, mas no escribió todo aquello que pensó al respecto, pues como el mismo nos cuenta en el memorial que leyó a Felipe II, al igual que en la información de linaje, «... mas fuera de aquello puedo decir algunas cosas importantes de las que se pueden sentir, y no se pueden ni deben escribir, por no ser bien hecho que anden en boca de muchos»⁵⁸.

CONSECUENCIAS DE ESTE VIAJE

Al inventariar la documentación existente en monasterios, Iglesias, etc., Ambrosio de Morales hizo con que se dispusiese de información para reafirmar o no privilegios, identificar la existencia de jerarquías de lealtades locales, y reconfigurar relaciones entre la corona y el reino. Permitió señalar al monarca la presencia de situaciones, como el «uso, ò abuso de los Obispos», de intitularse Señores de sus Iglesias, como D. Fray Antonio de Lujan que se intitula Obispo y Señor de la Iglesia y Ciudad de Mondoñedo, así como el de Santiago⁵⁹.

Transformado en instrumento real, le fue encomendado identificar cuerpos de santos y reliquias insignes para reconstruir el patrimonio hagiográfico del reino. Tarea nada fácil debido a la existencia de una memoria borrosa sobre los acontecimientos de siglos anteriores, y que no deja de ser menos confusa con los testimonios que están disponibles.

La importancia atribuida a la posesión de estos restos, auspiciada en testimonios dudosos, lleva a situaciones de conflictos como el que tuvo lugar entre la Iglesia de Orense y el monasterio de Sahagún, donde ambos reivindicaban la posesión de los cuerpos de S. Facundo y Primitivo, y cuya contienda llegó a ser trasladada a Roma⁶⁰.

Este proceso de apropiación de unos vestigios de un pasado donde no existían las delimitaciones nacionales como son entendidas en el siglo XVI, es llevado a cabo no solo en España si no también en Portugal.

En su visita a la iglesia de Orense refiere que allí se tiene el cuerpo de S. Eufemia virgen y mártir, quien «bien parece Santa de España, pues hay lugares en el Reyno de León uno, y otro en la Sierra de Córdoba con el nombre de esta Santa»⁶¹. En Santiago refiere que allí está el cuerpo de S. Silvestre Mártir en el Sagrario, en arca muy rica y del que «ninguna noticia hallo de este Santo para darla aquí, aunque la he buscado todo lo que yo he podido, y no es poco»⁶². Solamente refiere que el Arzobispo Gelmírez lo trajo de Portugal, citando a la *Historia Compostelana*.

Tanto S. Eufemia como S. Silvestre son referenciados por la hagiografía portuguesa como siendo mártires de la ciudad de Braga, y aunque sus cuerpos no estén en territorio portugués son considerados Santos Portugueses. Su memoria se remonta a las primeras

⁵⁸ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 207.

⁵⁹ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 116.

⁶⁰ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 150.

⁶¹ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 149.

⁶² *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 122.

persecuciones cristianas, donde en el territorio peninsular no había configuraciones políticas que justifiquen estos adjetivos de españoles o portugueses. Sería interesante comparar los diferentes testimonios que son presentados en la producción hagiográfica a lo largo del siglo XVI y XVII, tanto en España como en Portugal, y que legitiman la transformación de algunos de los considerados primeros mártires peninsulares en santos nacionales reivindicados por ambos.

El cronista acabó su viaje en febrero de 1573 y el último sábado de dicho mes dio relación al Doctor Velasco en la Sala del Consejo, que está en la mesa de la Escalera de Palacio. El primer domingo de marzo dio relación en forma de sumario del *Santo Viaje* al monarca, en su alcoba y por la tarde.

En este memorial Ambrosio de Morales sólo habla de cuerpos santos y reliquias. Dice de ellos que hay muchos y a continuación los enuncia. Afirma haber encontrado buena voluntad en dar al monarca las reliquias, «porque si en alguna parte, como en León, estaban alborotados, bendito Dios se aplacaron con blandura, y con darles mansamente a entender mi comisión, y otras cosas muy bien recibieron»⁶³. Argumenta que se prestaría un buen servicio a Dios trayéndolas para el Escorial donde estarían con mayor decencia y serían así veneradas en más lugares. Para llevar a cabo este trabajo de recolección de reliquias propone siete puntos que habría que tratar⁶⁴.

- 1.º *Traer Breve del Papa para sacar reliquias de todas partes*, pues en algunos monasterios hay bulas con pena de ex comunión si se abren los sepulcros donde están los cuerpos santos.
- 2.º *Que reliquias se han de traer*. Esto es lo más difícil. Recomienda prudencia a la hora de considerar los testimonios que hay sobre las reliquias. También pide tener en cuenta que a veces hay muy poco donde se piensa que hay mucho, y esto lo sabe por experiencia. Hay que tener en cuenta la devoción de los pueblos para que siempre les quede su cuerpo santo, «lo contrario sería sin justicia», y podría provocar desconsuelo para la tierra y ocasión de alboroto.
- 3.º *Quien las ha de sacar*. Afirma al monarca que se le presenta una buena oportunidad para traer las santas reliquias de León y Galicia debido a que por aquellos tiempos iba para Santiago el nuevo Arzobispo, y que este se podría ocupar de este «santo negocio», pues no le falta inteligencia, persona y gravedad, y «se sacarán estas reliquias más autorizadamente y con más facilidad»⁶⁵.
- 4.º *Como se han de hacer los testimonios cuando se saquen*. Responde en forma de procesos y haciendo uso de un notario particular.
- 5.º *Que se ha de dar a las iglesias de donde se sacaren, y en qué manera*. Aquello que se diese es para una mayor decencia y culto prestado a las reliquias. Argumenta que el valor a pagar vendría a ser entre 150 y 300 ducados, conforme a la dignidad de la Iglesia y Monasterio. Este valor sería dado a través de piezas de carmesí

⁶³ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 204.

⁶⁴ *Relación del viaje...* in FLORES, 1765: 206-213.

⁶⁵ Francisco Blanco de Salcedo (1511-1581). Arzobispo de Santiago de Compostela entre 1574 y 1581.

pelo, damasco blanco o turquí, tela de oro rasa, seda, tela de oro, hilo de oro y seda, aderezos para el altar, lámparas...

6.º *Quien las ha de traer*, el propio Arzobispo de Santiago.

7.º *Como se han de traer*, encubiertas, sin estruendo, de forma que por fuera parecían baúles y cajas grandes y se debería de dar cédula de aposento y evitar los malos mesones.

El 21 de noviembre de 1571 y el 12 de abril de 1574 tiene lugar la primera entrega de reliquias en el Escorial. Serán ocho el total de entradas hasta constituir una colección de 7420 reliquias, la mayoría de ellas procedentes de Italia y Alemania. Después de la visita del cronista debieron de empezar las negociaciones, que en algunos casos se sabe que no fueron fáciles como con las Clarisas de Santiago donde tuvo que intervenir el Arzobispo.

Algunas de aquellas reliquias que Ambrosio de Morales identificó y describió sus testimonios en su relación, entraron en el Real Monasterio veinte años después de su viaje. En la sexta entrega que tiene lugar entre junio y julio de 1593 dieron entrada el casco de S. Lorenzo de su Santa Cabeza enviado por la abadesa y monjas de Santa Clara de Santiago⁶⁶; una canilla de S. Mancio enviado por monasterio de la Orden de San Benito de Sahagún⁶⁷; el pie derecho de S. Lorenzo enviado por el abad, prior y cabildo de la Iglesia Colegial de nuestra Señora de Dehesa de la villa de Husillos⁶⁸; la canilla y pedazo de Sudario de S. Torcato, del monasterio benedictino de San Salvador de Celanova⁶⁹; y una reliquia de S. Rosendo también de Celanova⁷⁰.

En la séptima entrega que tiene lugar el 7 de noviembre de 1597 y 21 de agosto de 1598 dieron entrada, la cabeza de S. Eufrasio, dada por el abad y monjes de la Iglesia de Santa María de Omao, abadía y jurisdicción de Samos⁷¹, y la canilla del brazo de S. Ramiro del monasterio benedictino de S. Claudio de León⁷².

CONCLUSIÓN

El viaje de Ambrosio de Morales a través de los antiguos reinos del noroeste peninsular, integrados en una monarquía unificada a la que brevemente se uniría el reino de Portugal, pretendía dar respuesta inicialmente a una dimensión exclusivamente religiosa, la peregrinación a Santiago de Compostela. Sin embargo, acabó por transformarse en un elemento esencial en el proceso de construcción de un poder real centralizado y centralizador a través por un lado, de la identificación de espacios políticos, religiosos y culturales, que en algunos casos vivían de forma autónoma con sus propias lógicas y prioridades. Por otro lado, también buscó señalar las fuentes de un poder simbólico a través de

66 Entrega 6.º Folio 51 n.º 17 (Descripción A.VI.11.) MEDIAVILLA MARTÍN & RODRIGUEZ DÍEZ, 2005: 427.

67 Entrega 6.º Folio 52 n.º 18 (Descripción A.VI.12.) MEDIAVILLA MARTÍN & RODRIGUEZ DÍEZ, 2005: 435.

68 Entrega 6.º Folio 73 n.º 37 y 38 (Descripción A.VI.23.) MEDIAVILLA MARTÍN & RODRIGUEZ DÍEZ, 2005: 484.

69 Entrega 6.º Folio 78 n.º 42 (Descripción A.VI.26.) MEDIAVILLA MARTÍN & RODRIGUEZ DÍEZ, 2005: 505.

70 Entrega 6.º Folio 78 n.º 43 (Descripción A.VI.27.) MEDIAVILLA MARTÍN & RODRIGUEZ DÍEZ, 2005: 513.

71 Entrega 7.º Folio 35 n.º 16 (Descripción A.VII.12.) MEDIAVILLA MARTÍN & RODRIGUEZ DÍEZ, 2005: 617.

72 Entrega 7.º Folio 109 n.º 51 (Descripción A.VII.45.) MEDIAVILLA MARTÍN & RODRIGUEZ DÍEZ, 2005: 798.

elementos religiosos, dinásticos y objetos de conocimiento, pues el poder real además de alimentado por mecanismos de afirmación política y estrategias administrativas, también depende del poder carismático de los símbolos – políticos, religiosos, culturales, que dan sostenibilidad a la persona del monarca. El viaje es en este contexto un medio que se hace imprescindible para la afirmación de un poder político centralizado.

Esto fue posible gracias a una nueva mirada que se vislumbra en nuestro viajero, y la cual nos obliga a referirnos a un encuadramiento contextual específico, el Humanismo. Este estimuló la búsqueda de testimonios de un pasado remoto, de preferencia clásico, el coleccionismo privado, y favoreció que se desarrollase una mirada crítica junto con nuevos procedimientos metodológicos que cuestionaron la autenticidad de ciertos testimonios.

Ambrosio de Morales a lo largo de su viaje identificó sepulturas reales de los tiempos de los godos, la primera dinastía astur-leonesa y posteriormente castellana. Descubrió libros que transmitían una memoria sagrada. Contribuyó a la identificación y configuración cristiana de un reino a partir de la localización física y reconquista de la memoria de Santos Nacionales. A través de la utilización de una metodología de trabajo rigurosa, alargando el concepto de fuente histórica, buscó aquellos testimonios que diesen autoridad al expolio de reyes y santos que vendrían a enriquecer el Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, arquetipo simbólico de una dinámica centralizadora.

En resumen, Ambrosio de Morales fue el instrumento perfecto al servicio de un proyecto que unifica religión, política y cultura, y testigo de ello fue su viaje de patrocinio regio que permitió descubrir y re-construir el patrimonio dinástico y sagrado del reino, uniendo en un plano simbólico un proyecto político y un proyecto religioso, que ayudó a la configuración de la imagen de un Reino cristiano.

BIBLIOGRAFÍA

- BATAILLON, Marcel (2006) – *Erasmus y España*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BOUZA, Fernando (2008) – *D. Felipe I*. Lisboa: Temas & Debates.
- CIFUENTES, Fr. Francisco Valerio (1793) – *Opúsculos Castellanos de Ambrosio de morales, cuyos originales se conservan inéditos en la real Biblioteca del monasterio del Escorial*, 3 tomos. Madrid: Imprenta de D. B. Cano.
- FLOREZ, Fr. Henriquez (O.S.A.) (1765) – *Viage de Ambrosio de Morales por orden del Rey D. Phelipe II a los Reynos de León, y Galicia, y Principado de Asturias*. Madrid: por Antonio Marin (Ed. Facsimile. A Coruña: Órbigo, 2005).
- LAZURE, Guy (2007) – «Possessing the Sacred: Monarchy and Identity in Philip II's Relic Collection at the Escorial». In *Renaissance Quarterly*, 60, p. 58-93. Chicago: Chicago Journals.
- MEDIAVILLA MARTÍN, Benito (O.S.A); RODRIGUEZ DÍEZ, José (O.S.A) (2005) – *Las reliquias del Real Monasterio del Escorial*, vol. I y II. Madrid: Ediciones Escorialenses, San Lorenzo de El Escorial.
- REDEL, Henrike (1909) – *Ambrosio de Morales. Estudio Biográfico*. Córdoba: La Real Academia Española.
- RIVERO RODRIGUEZ, Manuel (2005) – *La España de Don Quijote. Un viaje al Siglo de Oro*. Madrid: Alianza Ed.
- RODRIGUEZ SUÁREZ, Natalia; MARTÍN LOPEZ Encarnación (2009) – *Ambrosio de Morales y la Epigrafía Medieval*. León: Corpus Inscriptionum Hispanae Mediaevalium.
- SÁNCHEZ MADRID, Sebastián (2002) – *Arqueología y Humanismos. Ambrosio de Morales*. Diputación de Córdoba/Universidad de Córdoba.
- SIGUENZA, Fray José (O.S.H) (1605) – «La Fundación del Monasterio de San Lorenzo el Real». Publicado en la tercera parte de la *Historia de la Orden de San Jerónimo*. Madrid.

A DOENÇA DE VIAJAR

PORTUGAL NO ROTEIRO DAS EXCURSÕES FOTOGRÁFICAS DOS ANOS 60 DO SÉCULO XIX

MARIA DO CARMO SERÉN*

Resumo: No ano seguinte ao lançamento oficial da *Fotografia* (1840), organiza-se a fotografia de viagens, nomeadamente a que documenta países exóticos. Estas viagens lúdicas tiveram implemento com a publicação de álbuns fotográficos. Francis Frith, quaker britânico, após três viagens às Terras da Bíblia, fundou a maior firma de impressão do mundo. Frith recusava a industrialização e mostrava o antigo: o que cortava já a Europa num Norte desenvolvido e num Sul atrasado. Olhando para a recente publicação do *Museu de Arte da Catalunha* (2007), Napper i Frith, *Un viatge fotogràfic per la Ibèria del segle XIX*, todas as actuais questões do documento fotográfico exigem nova observação.

Palavras-chave: Viagens fotográficas; Retórica da paisagem; Frith; Napper.

Abstract: In the year following the official introduction of *Photography* (1840), photographic expeditions became widely popular, especially to exotic lands. These recreational excursions were broadly disseminated with the publication of photographic albums. Francis Frith, a British Quaker who travelled to regions of Biblical reference in the Middle East on three occasions, founded the largest printing enterprise in the world. Frith was against industrialization, and only showed the ancient, which already divided Europe into a developed North and backward South. Looking at the recent album Napper i Frith, *Un viatge fotogràfic per la Ibèria del segle XIX*, published by the Catalonia Art Museum (2007), all the current issues on photographic documents require renew observation.

Keywords: Photographic travel; Landscape rhetoric; Frith; Napper.

O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

Ao apresentar na Academia das Ciências de Paris, repetidamente, em 1839, a invenção de Niépce e Daguerre, o astrónomo Arago desenvolveu exemplos práticos para valorizar a eficácia e utilidade da Fotografia nos campos da ciência, da arte, da História, da mesma administração do Estado. Tornou-se habitual citar a sua retórica sobre o quanto acrescentaria à História a hipótese das tropas de Napoleão, na campanha do Egipto, terem levado consigo uma câmara fotográfica.

É um facto que a Fotografia tem acrescentado legibilidade à narrativa histórica e acabaria por prestar múltiplos serviços, nos seus diversos registos, às ciências e à vida pública e individual. Comercializada desde cedo, aproveitando a evolução da rapidez e facilidade dos meios de transporte, tornou-se um dos elementos de promoção e execução das viagens lúdicas do século XIX, que antecedem o turismo do século XX.

O Egipto e as terras de Sham, do Império Otomano (correspondendo ao que hoje são a República Egípcia, Síria, Israel, Jordânia, Palestina e Líbano), bem como a Itália e a Grécia, são os primeiros destinos, cumprindo, afinal uma velha tradição das peregrinações religiosas a Itália ou à Terra Santa.

* Investigadora do CITCEM – Centro do Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Com diversas publicações sobre História da Fotografia e análise da imagem fotográfica.

Mas não se podem esquecer outras motivações muito específicas do século da industrialização, os interesses dos países europeus (desde meados do século, especialmente a Grã-Bretanha e a França), em afirmarem, desenvolverem ou criarem novos mercados para os fluxos de produção. É o tempo da *Pax Britannica* e, no território egípcio, onde o Império Otomano deixara afirmar-se, desde 1805, a dinastia de Mehemet Ali, aceites como Pachás do Egipto dependentes do sultão turco, a industrialização começara a ser orientada com apoio de franceses para a construção do que seria o Canal do Suez (concessão a Lesseps em 1856). Naturalmente que a política e a diplomacia britânica enxameiam o Próximo Oriente, no sentido de obter qualquer forma de administração do Canal que abria o Mediterrânico ao Índico, aproveitando o notável enfraquecimento do império turco, a que Nicolau II chamaria «o doente da Europa». Império que, sabia-se, a França, Inglaterra e a Rússia pretendiam repartir entre si.

A vocação de intervenção da França e Inglaterra tornara-se comum, na Europa, através da Santa Aliança. A Península Ibérica, abrindo caminho para o mar mediterrânico, tinha uma posição estratégica (e, no caso da Espanha, potenciais minérios), que sujeitavam, desde a derrota napoleónica, os seus dois países, Espanha e Portugal, a serem vistos como «zonas de influência». Portugal tornara-se mesmo um satélite da Grã-Bretanha, como a colonização e partilha de África o viria a confirmar. Eram, ambos os países, local de aturada observação da chamada rivalidade anglo-francesa.

É neste sentido que as excursões fotográficas, desenvolvidas logo após três meses da oficialização do invento de Nièpce e Daguerre em França e do conhecimento dos calótipos de Talbot em Inglaterra, se inserem na retórica colonialista e expansionista dos países europeus; as imagens fotográficas, aureoladas de um valor documental aprovado pelo método positivista, expõem-se como prova nas exposições mundiais e internacionais, indiciam a necessidade do apoio industrial e do espírito liberal a países considerados exóticos, mas atrasados, asseguram que essa diferença cultural tem como base a inferioridade rática do grupo mongol e negróide, exigindo a condução do grupo branco. Em breve, seguindo o modelo dos quadros de identificação da polícia francesa, valorizados pela ciência, começam a conhecer-se retratos de africanos judiciosamente mostrados de frente e de perfil.

Em 2003, tendo como objectivo imediato o simpósio «A fotografia como peça museística», organizado pelo Fundo Fotográfico da Fundação Universitária de Navarra em colaboração com o Museu Nacional de Arte da Catalunha, o Fundo de Navarra adquiriu o álbum de R. P. Napper, com 143 fotografias, «Vistas da Andaluzia». Muitas dessas imagens eram conhecidas como pertencentes à vasta colecção das Séries Universais de Francis Frith, que fundara, em 1860, a maior empresa mundial de impressão, em Inglaterra e também a mais duradoira, pois, entregue aos seus herdeiros, apenas fechara em 1968.

Em colaboração com o Museu Victoria & Albert, de Londres, que detém uma vasta colecção da firma F. Frith & Co., seria realizada uma exposição e editado um álbum sob o título *Napper e Frith, Uma viagem fotográfica pela Ibéria do século XIX*.

A investigação prosseguida apresentara a hipótese do pouco conhecido galês Napper ter sido um dos operadores de Frith, elaborando as imagens para a Península Ibérica.

Napper publicitara muitas dessas imagens ou de sequências dessas fotografias num álbum sobre a Andaluzia. Nos dois casos englobam-se imagens que compreendem o que se entendia por Ibéria, Espanha, Gibraltar e Portugal. A perspectiva é obviamente geográfica e não, como querem as autoridades que publicam o álbum de 2007, de confusão política. É obviamente a Península, como porta do Mediterrâneo, que é definida e figurada.

Francis Frith é um caso singular numa história da Fotografia. Dedicado aos negócios, este quaker convicto, rapidamente enriquece e passa a cultivar a fotografia, em Liverpool, produzindo imagens bucólicas da Inglaterra que admira, a das igrejas, castelos e paisagens do Antigo Regime, onde está declaradamente ausente a Grã-Bretanha do progresso industrial. Entre 1856 e 1860, beneficiando dos transportes que o industrialismo proporcionara, inicia, com um amigo seu, a sucessão de três viagens aos lugares da Terra Santa. Um impressor inglês publica as fotografias que vai enviando, em grandes tamanhos a partir das grandes chapas de vidro de Frith e obtém um êxito de vendas assinalável, o que determina a criação, em 1860 da firma de impressão de Frith, no seu regresso da última viagem. A sua grande produção directa acabaria aí. Distribui encomendas de viagens fotográficas a diversos operadores, incluindo Napper, para a Península Ibérica. Irá constituir diversas publicações que englobam países europeus (Bélgica, Áustria, França, Itália, Espanha, Portugal, Suíça, Grécia), regiões africanas, o Egipto e também, Jordânia, Israel, Líbano, Síria, Turquia, China, Japão, Java, Estados Unidos.

Distancia-se portanto da sua missão religiosa e envereda pelo comercial. O ponto de vista é sempre o da cultura anterior ao industrialismo, continua a preferir o património tradicional, as paisagens, os costumes, nomeadamente os populares. As suas séries antecedem nitidamente as diversas «Arte e Natureza» que se multiplicam no último quartel do século. Sabe-se que é sua a letra que indiciava e classificava, sobre as imagens, a sua selecção. Muitas das imagens publicadas na obra em referência, cedidas pela colecção do «Victoria and Albert Museum», apresentam a identificação e número de série.

Napper obedece perfeitamente aos seus objectivos. Produz imagens românticas de paisagens, onde domina a natureza ainda agreste no estilo romântico, o penhasco de Gibraltar e os seus contrabandistas, em nove fotografias, as cidades amuralhadas ou com acidentes rochosos de Valladolid, Ávila, Escorial, Madrid, Aranjuez e Toledo, das Castelas; no norte Miranda do Ebro, Logronho, Burgos, Saragoça, no Nordeste Lérida, Mauresa, Barcelona e Tarragona; no sul, destaca-se Granada, com quatro imagens do Alhambra e, em Sevilha, o Alcácer.

A paisagem, mesmo a urbana, é agreste, montanhosa (Gibraltar, Toledo, Granada) ou acastelada. Igrejas, castelos, colinas amuralhadas. Sevilha é ainda representada por diversos retratos (dez) de populares, incluindo ciganos e camponeses, – sóbrios mas expressivos. Os conventos e as catedrais medievais (Burgos, Logronho, Saragoça, Tarragona, Lisboa (Jerónimos), a Batalha) e, naturalmente o castelo da Penha com a decoração wagneriana do romantismo tardio do rei Fernando.

Frith e os seus operadores criaram com esta colecção um nicho de revivalismo romântico que valorizava o exotismo e a diferença e apurava o encanto nostálgico que atraía os viajantes com dinheiro e os interesses de intervenção da Grã-Bretanha.

Portugal e Espanha viviam então, no levantamento destas fotos agora incluídas nas Viagens na Ibéria (1863), tempos difíceis. A Espanha de Isabel II atravessava uma luta de confronto nas facções que viriam a ser «os Vermelhos» ainda apenas liberais com tendências republicanas e os «Negros», que representavam o país tradicional, com os seus fidalgos apeados e os camponeses conduzidos pelos seus padres para manter a velha sobrevivência dos tempos antigos, produzir na terra ingrata o que servia apenas para consumir no agregado familiar. O país ocupara com certa negligência e ineficácia, Marrocos. Para o liberalismo descontente com a condução do industrialismo, a inoperância das obras de protecção à agricultura das novas empresas agrárias e as intrigas da Corte, o general Prim era o chefe carismático de todas as revoltas e todas as expectativas. Em Portugal, a instabilidade também merecia uma análise pouco moderna: a família real, desde o início da década de sessenta sucumbia com a cólera *morbus*, a recente rainha D. Estefânia, Augusto, João, irmãos do rei, e o próprio D. Pedro V. A constatação desta inusitada série de mortes faz avançar boatos de conspiração e envenenamento que é atribuída ao ministro, o Duque de Loulé (que esperaria ver um filho seu candidato ao trono vago), às religiosas que Pedro V, consentira residirem em Portugal, aos federalistas. Tumultos diversos nasciam com violência em Lisboa, os ministérios caíam sem cessar ao longo da década.

A Espanha compreendia, em 1857, 15,5 milhões de habitantes, Portugal, em 1864, cerca de 3,8 milhões. Os dois países possuíam uma maioritária agricultura tradicional, uma industrialização pontual e finanças difíceis. Mas eram ainda potências coloniais, com mercados de matérias-primas que o industrialismo europeu não pretendia perder.

As fotografias de Napper que circulavam na Europa e no Mundo sob a assinatura da Empresa Frith mostravam uma Ibéria exótica (com o seu Alhambra, as Capelas Imperfeitas e o Palácio da Pena), mas turbulenta e atrasada, os confins dessa Europa que vivia o século da razão e do progresso. Mostravam o que se torna uma realidade para quem as vê.

Ao publicar-se, em 2007, o álbum de recuperação do espaço Ibérico em 1863, a concepção de veracidade do documento foi profundamente alterada. O documento fotográfico, admite-se hoje, é indissociável das técnicas de persuasão visual, tendo relações óbvias com a ideologia. Inclui ainda as ambiguidades que a fazem debater-se entre o instrumental e o artístico. Estas imagens surgem precisamente entre os discursos da arte (no caso, essencialmente a romântica) e o positivismo filosófico. Neste avulta a noção de arquivo como instrumento epistemológico do saber: a lógica de produção do conhecimento é a lógica de produção de arquivos.

A característica distintiva é aceitar o documento com carácter universal, o que irá constituir a utopia da fotografia moderna, precisamente a noção de comunicação universal, uma comunicação que dá a centralidade à visão na identificação do conhecimento e leva à fragmentação do arquivo do mundo.

Hoje, o debate sobre o valor do documento visual está ainda em aberto, já que a digitalização abriu novas brechas sobre a sua avaliação. No século XX verifica-se uma verdadeira revolução do documento e um crescimento inusitado dos arquivos, que a tecnologia digital apenas resolve em parte. Hoje o documento espectraliza-se e perde o

seu realismo visual, colocando-se a questão de uma era post-histórica. Em todo o caso é sempre com um saber do presente que se analisa uma imagem fotográfica. Para o que, necessariamente têm de contribuir diversos analistas, fazendo cruzar diversas interpretações que permitam avaliar do visível e do invisível que o documento transporta¹.

ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS E A «DOENÇA DE VIAJAR»

Pelos anos 30 do século XIX conheciam-se guias de viagem, como os de Thomas Roscoe, com litografias de artistas e desenhadores. De 1837 é o guia «Picturesque sketches in Spain», promovendo uma imagem romântica da Andaluzia para os viajantes ingleses. Tal como o Egipto nas campanhas napoleónicas, a Andaluzia ainda significava para muitos ingleses, a revolta organizada em Espanha contra os franceses que resultara na primeira decisiva derrota de Napoleão, «Bailén» e, na sequência disso, o papel de Wellington nas campanhas peninsulares.

Viajar que, ao longo do século XVIII se tornara uma prática de teor iluminista, atraindo alguns eleitos, mostra-se, no século da industrialização do mundo, quando transportes e comunicações e também os equipamentos melhoram as condições da viagem, como um novo género, a viagem de sentido lúdico, que antecede já o turismo do século XX.

É também neste contexto que os álbuns fotográficos se inserem, quando as fotografias se comercializam em grandes edições.

Francis Frith não fora, naturalmente, o primeiro a publicar as suas imagens. Em 1840 o óptico francês Lerebours lançou o primeiro de uma colecção de álbuns, «Excursões daguerrianas», com estampas elaboradas mecanicamente, utilizando a matriz fotográfica como uma matriz de impressão. Prolonga a publicação até 1844, tendo obtido 120 imagens, produzidas por operadores seus deslocados aos quatro continentes.

As estampas, gravuras de água-tinta, tinham pormenores acrescentados, como animais, barcos ou carruagens. Nesse mesmo ano já se tinha publicado um álbum com estampas gravadas a partir de daguerreótipo, «Paris e os seus arredores reproduzidos ao daguerreótipo», mas resultando de um trabalho de cópia de desenhadores.

O pintor Horace Vernet foi um dos operadores de Lerebours no Egipto; levou consigo material fotográfico (material com tenda que pesava um mínimo de cinquenta quilos), mas pouco conhecimento fotográfico; desenvolveu-o ao encontrar no Cairo outro pintor mais experiente.

A captura de terras exóticas corresponde precisamente ao momento de desenvolvimento de excursões arqueológicas no Próximo e Médio Oriente, que já eram acompanhadas por fotógrafos, ainda mais num sentido publicitário do que para fotografar espécies arqueológicas. O Egipto era o território mais procurado. Entre 1842 e 1844 um fotógrafo francês, Joseph Philibert Girault de Prangey recolhe mil fotos de

¹ RIBALTA, 2008: 7-11; 54-66.

arquitectura árabe no Médio Oriente. Paralelamente a fotografia era usada por cientistas e astrónomos (que faziam representar o Sol ou a Lua) ou médicos, nomeadamente em observações frenológicas (na Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1842, fotos do crânio do assassino Matos Lobo, pelo médico May Figueira). Em breve, com o uso de microscópios ou lentes de grande aumento, surgirá a prática de fixação da imagem do muito pequeno, que entusiasma tanto biólogos e médicos como químicos e geólogos.

A partir de 1851 a prática da fotografia do negativo, positivado em papel, com o uso do colódio húmido, facilita tremendamente a reprodução da imagem fotográfica. De 1850 a 1855 a Sociedade Heliográfica Francesa, pretendendo criar um museu de imagens, envia um grupo de conhecidos fotógrafos para captar imagens em França, utilizando os métodos fotográficos que livremente seleccionassem. Partem Bayard para a Normandia, Le Gray para a Aquitânia, o alemão naturalizado francês Baldus, para a Borgonha e o Delfinado, Le Sec para a Champanha e Alsácia-Lorena.

Também em 1851, é fundado perto de Lille o primeiro laboratório para produzir imagens fotográficas em série, reunindo as fotos em álbuns. Publica-se, então, o «Álbum fotográfico do artista e do amador publicado sob a direcção de M. Blanquart-Évrard» – entregue em fascículos ao longo do ano, contendo cada um três estampas, acompanhadas de informações sobre as representações. Blanquart-Évrard publicará ainda 8 álbuns, antes de criar em colaboração uma outra firma. Em 1852 imprimirá também fotografias de Maxime Du Camp, de outra firma editora, sobre o Egipto, Núbia e Palestina. Du Camp financiara uma viagem fotográfica e de exploração «orientalista romântica» com o escritor Gustave Flaubert. Trouxe cerca de 200 calótipos; 127 constavam do álbum de Lille.

Francis Frith, de uma família quaker do Derbyshire sofreu o que foi diagnosticado como uma crise nervosa e mística e foi trabalhar para Liverpool, dedicando-se à venda por grosso de produtos alimentares, coincidindo com a crise da batata que reduzira a Irlanda à miséria. Frith soube aproveitar na compra e venda, as carreiras de navios que ligavam Liverpool à América. Enriquece em cinco anos e retira-se dos negócios. Interessa-se então por fotografia, usa placas de colódio húmido entre 1851-1853 para fazer paisagens românticas inglesas e inscreve-se na Sociedade Fotográfica daquela cidade.

Muda-se para Reigate, a sul de Londres e, em 1856 inicia com o seu amigo Francis Wenham a primeira das suas três viagens ao Próximo Oriente, munido de material fotográfico e chapas de vidro, algumas de grande formato (40 x 50 cm).

Alugam um veleiro e calmamente visitam lugares típicos da arqueologia, no Nilo, desde o Cairo até à segunda catarata (Pirâmide Keops e esfinge, mesquitas e cidadela no Cairo, o templo de Philae, o Ramesuem em Tebas, Dendera, o obelisco de Karnac...) com uma tripulação de 11 pessoas. Regressam a Inglaterra num navio a vapor. Entrega as suas imagens para publicação e três meses depois regressa de novo, agora com o objectivo de se demorar na Terra Santa, para onde parte desde o Cairo. Fotografa Jaffa, Jerusalém, Hebron, o Mar Morto, Nazareth, Damasco, na Síria, Baalbek, no Líbano.

Acentua-se o objectivo da peregrinação religiosa, visitam os locais sagrados da fé cristã. A viagem é, naturalmente aventureira, Frith negocia com beduínos, suborna oficiais, visita mesquitas. Obtém cerca de 100 fotografias.

De novo em Inglaterra, planeia casar-se com uma senhora quaker. Entretanto a firma que recebera as suas fotos estereoscópicas do Egipto (Negretti & Zamba) publica-as ampliadas. A grande revista de arte de então da Grã-Bretanha, a «The Art Journal» apresenta um ensaio sobre a beleza fotográfica, coincidindo com a exposição em Londres de vistas panorâmicas do Cairo de Frith. É o êxito total.

Adia o casamento e planeia uma terceira viagem ao Oriente. Navega de novo no Nilo até à Núbia e Etiópia. Excursiona 18 dias pelo deserto para fotografar o templo de Saleb. Regressa ao Cairo, compra um par de cavalos árabes e aluga diversos camelos para atravessar o Sinai, que simbolicamente percorre em 40 dias, seguindo os passos de Moisés e os israelitas. Pretendia ir ainda a Petra, desde o Golfo de Accaba, mas uma guerra entre príncipes rivais impedem-no. Vem por Gaza. Durante algum tempo vive em más condições no Monte das Oliveiras (Jerusalém), como fazendo um retiro religioso. Regressa em 1860 por Esmirna, Constantinopla e ilhas gregas. Estivera fora cerca de um ano. Casa então com Mary Ann e passa a levar uma vida sossegada de pai de família.

Respondendo à procura das suas fotos cria em Reigate, em 1860, uma firma de impressão, «F. Frith & Co.» e publica, com 76 fotos de albumina, originais e o texto explicativo que escrevera, o álbum «Egipt and Palestine». Fez mais de 152.000 impressões. Em 1862 compra o inventário de negativos de Roger Fenton, que se retira.

Organiza um pequeno grupo de fotógrafos, de que se não conhece a identidade, que fotografam em diversas regiões do mundo. Ele selecciona as imagens e publica-as em «Séries Universais» que dão à sua firma o estatuto da melhor firma impressora do mundo.

Com a mulher e os filhos visita alguns países da Europa e locais ingleses, publicando também essas fotografias. Os filhos tomarão conta da empresa quando ele se retira para fazer viagens ao sul de França no Inverno e ir escrevendo textos de elogio e devoção da sociedade quaker a que pertence (Sociedade dos Amigos Quaker, com o jornal de divulgação «Friend»). Morre em Cannes com 76 anos (1898) e a sua firma mantém-se, como se disse, até 1968.

No álbum de Frith sobre a Terra Santa, o editor afirmava que as suas fotografias transmitiam aos seus clientes a «doença de viajar».

A «Viagem na Ibéria», o álbum de Frith e a «Viagem na Andaluzia» de Napper não coincidem totalmente; há imagens com o ponto de vista ligeiramente deslocado, que parecem diferentes afastamentos da perspectiva das fotografias estereoscópicas, que Napper poderia ter utilizado, enviando apenas uma foto para Frith; outras, sem a referência de Frith e portanto destinadas à publicação do operador, são pontos de vista com maior ou menor aproximação.

Sabe-se pouco sobre Napper, mas conhecem-se as suas imagens extremamente românticas e nostálgicas obtidas em Gales.

Sabendo-se o objectivo comercial de Frith com as suas Séries Universais, as fotografias encomendadas teriam de ser documentais. E neste tipo de imagens procura-se o máximo de realidade e informação. Napper cumpre o objectivo, mas sempre que se lhe torna possível inscreve o romantismo nas suas fotografias, seja através da escolha do tema (retratos de contrabandistas em Gibraltar (Foto 1), ou retratos de camponeses e giganos),

quer pela representação de uma natureza agreste, penedia ou elevações, o alcantilado das povoações, os monumentos de um passado distante, medieval ou muçulmano no caso de Alhambra ou Sevilha, as muralhas ou cidades históricas, enfim o testemunho claro de um tempo anterior ao da industrialização.



Foto 1 – R. P. Napper, *Gibraltar, Grupo de Contrabandistas*, 1863-1869.



Foto 2 – Napper, *Pastor andaluz*.

Duas das suas perspectivas da cidade do Porto, ambas tiradas de Vila Nova de Gaia, destacam em primeiro plano a paisagem urbana do Antigo Regime. São colocadas paralelamente às imagens actuais de Augusto Lemos, de um seu projecto fotográfico, cumprindo este fotógrafo e arqueólogo português, escrupulosamente, a posição do fotógrafo galês na tomada de vista das suas imagens. Só a análise do pormenor nos dá o que separa as imagens – além dos cerca de 150 anos que passaram do primeiro para o segundo registo.

Antes, como hoje, a cidade parece ainda enquadrada pelos seus muros, descendo das colinas para o rio. Mas um olhar atento encontra as alterações na malha urbana.

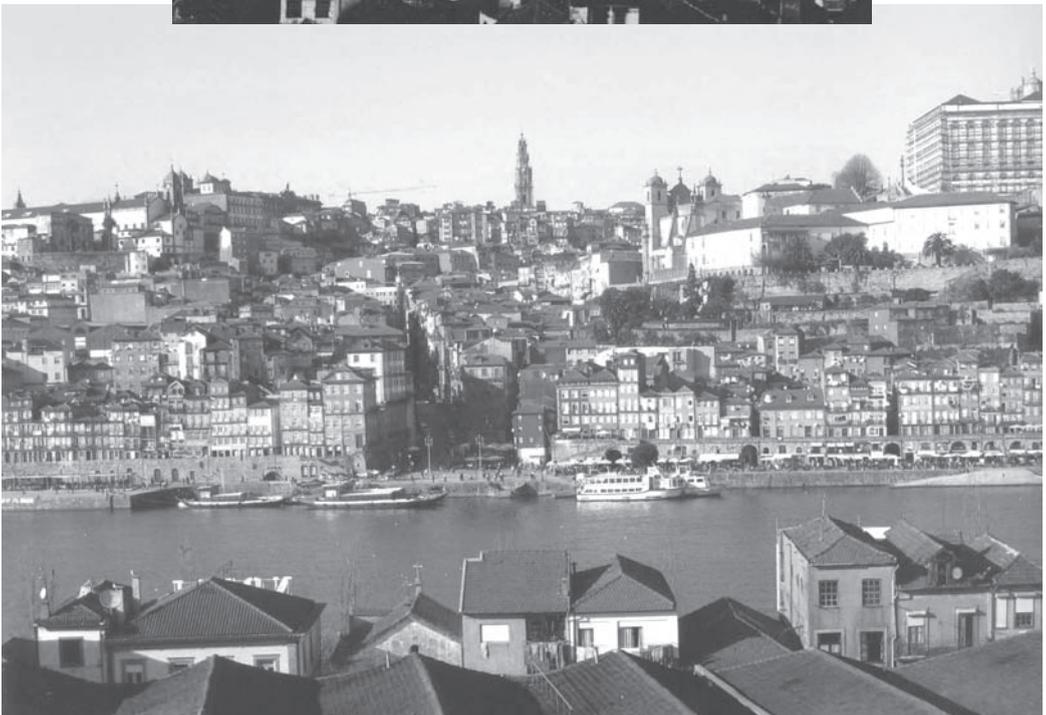


Foto 3 – Napper, (?) Portugal, Porto, Vista da estação de comboio. Augusto Lemos, 2009.



Foto 4 – Napper (?), Portugal, Porto, Vista da Catedral. Augusto Lemos, 2009.

São imagens da colecção de Frith, tudo leva a que sejam atribuídas a Napper, mas não há comprovação absoluta.

Tanto a «Spain» de Frith como as «Vistas da Andaluzia» de Napper, dão-nos a civilização que o industrialismo no norte da Europa começa a transformar. Há uma austeridade que irá manter-se nos álbuns fotográficos e na fotografia documental. A *Pax Britannica* já dominava o mundo; o imperialismo das grandes potências dividia, com a ajuda dos fotógrafos, a Europa entre a Europa do Norte, em progresso e a Europa do Sul, que permanecia entre o exotismo e o encantamento rural. Imagens como estas, de um

revivalismo do Antigo Regime «pinturesco», quando ilustrativas do sul da Europa ou dos «países exóticos» a dominar, são de grande conveniência política e ideológica.

Claro que a novela «Cármén» de Prosper Merimée saíra em 1845 na «Revista dos Dois Mundos», precisamente a revista que mais iria contribuir para a ideia europeia do atraso cultural e do exotismo dos dois países da Península Ibérica já indiciara esta retórica. «Cármén» fala da visão romântica sobre o grupo cigano; o interesse da novela faria Bizet criar a sua famosa Ópera, em 1875. A Espanha das montanhas agrestes e dos planaltos secos parecia criar a rudeza tumultuosa dos seus homens. A ideia sobre Portugal era mais suave. Embora invariavelmente amorfa e decididamente parada no tempo.

A doença de viajar já se instalara na burguesia e nos escritores liberais. Byron, na sua viagem para a Grécia, passara um tempo em Portugal; detestara Lisboa, mas considerara Sintra «o novo paraíso». São ainda informações devidas aos seus pares nas Letras que provocam muitas das viagens. Hans Christian Anderson visitara Portugal em 1866, poucos anos depois de Napper; nesse ano e no seguinte as suas cartas «Viagens em Portugal» saíam na imprensa dinamarquesa, antes de serem reunidas num livro. O conhecido escritor era um viajante compulsivo mas tinha um verdadeiro terror do mar (veio e foi por terra) e da incomodidade das viagens, o que lhe provocará diversos comentários contra as estradas e alguns transportes portugueses. Quando quis oferecer fotografias suas, mandou pedi-las para casa, achava os fotógrafos de Lisboa muito caros e desenhou para um familiar o que mais o encantou na visita, o aqueduto das Águas Livres. Apesar de ter visitado com gosto, acompanhado dos seus hospedeiros, os O'Neill, Lisboa e arredores, Setúbal, Aveiro e Coimbra, permanecendo no país de 6 de Maio até 14 de Agosto, manteve a ideia de um Portugal rural, simpaticamente resguardado no seu bucolismo e muitos jardins. Jardins privados, naturalmente, embora refira com prazer o jardim público de Setúbal e a Quinta das Lágrimas em Coimbra. Guardou na memória o Aqueduto, Palmela e Sintra. E distinguiu, claramente, a Espanha que deixou para trás do Portugal que começava a conhecer da janela do comboio: «... como voar da Idade Média para o Presente. Tudo à minha volta era lavado, casas amigáveis, bosques espessos, campos cultivados e, nas maiores estações, era possível sair para tomar um refresco. Como um súbito sentimento de conforto da Inglaterra dos nossos dias contra o resto do mundo vivo. Pinturesca, bela, com as suas casas brancas por entre as árvores, a nossa primeira cidade portuguesa apareceu – Elvas»².

Nos anos sessenta do século XIX já se tinham instalado em todas as cidades portuguesas, nomeadamente em Lisboa e Porto, diversas casas fotográficas que usavam o colódio. E os amadores fotográficos produziam diversas paisagens do país. O amador portuense Anthero Frederico de Seabra deixou belíssimas imagens do Porto e arredores ribeirinhos. Em 1861, na Exposição Industrial do Porto, no Palácio da Bolsa, fotografias suas estavam expostas ao lado de notáveis ampliações da Casa Fritz e fotos documentais do arquitecto fundador da Sociedade de Arquitectura, Joaquim Possidónio Narciso da Silva.

² ANDERSON, 1972: 16.

É indiscutível que o padrão documental, exilando das fotos qualquer indício de progresso industrial, domina esta fotografia de monumentos e paisagens, uns anos antes de se publicarem as imagens de Napper. O género da paisagem documental iria dividir-se claramente em dois tipos, o que testemunha o progresso industrial e o que reanima o pinturesco, apelando para a memória do passado ilustrado pela história monumental e o apaziguamento romantizado de bucólicas paisagens do Antigo Regime, onde as ruínas têm o seu lugar. De novo Anderson, numa viagem de Lisboa para Aveiro:

(...) colinas arborizadas, ruínas solitárias, grupos de gente – tudo na variedade da Paisagem. Numa sombra de pitorescas oliveiras sentava-se um pastor de porcos, com a sua vara, uma delicada ilustração da parábola bíblica. Comia pão com queijo, molhando-os com água, não com vinho – tão frugal é o camponês português³.

É este também o olhar dos fotógrafos do património e da paisagem. Napper, nesta fotografia que lhe é atribuída, fotografa o Porto, a partir de Gaia; o primeiro plano é dominante no ponto de vista e, com ele e através dele, a mercantil cidade do Porto envelhece num tempo perdido na história, para desfrute do olhar.

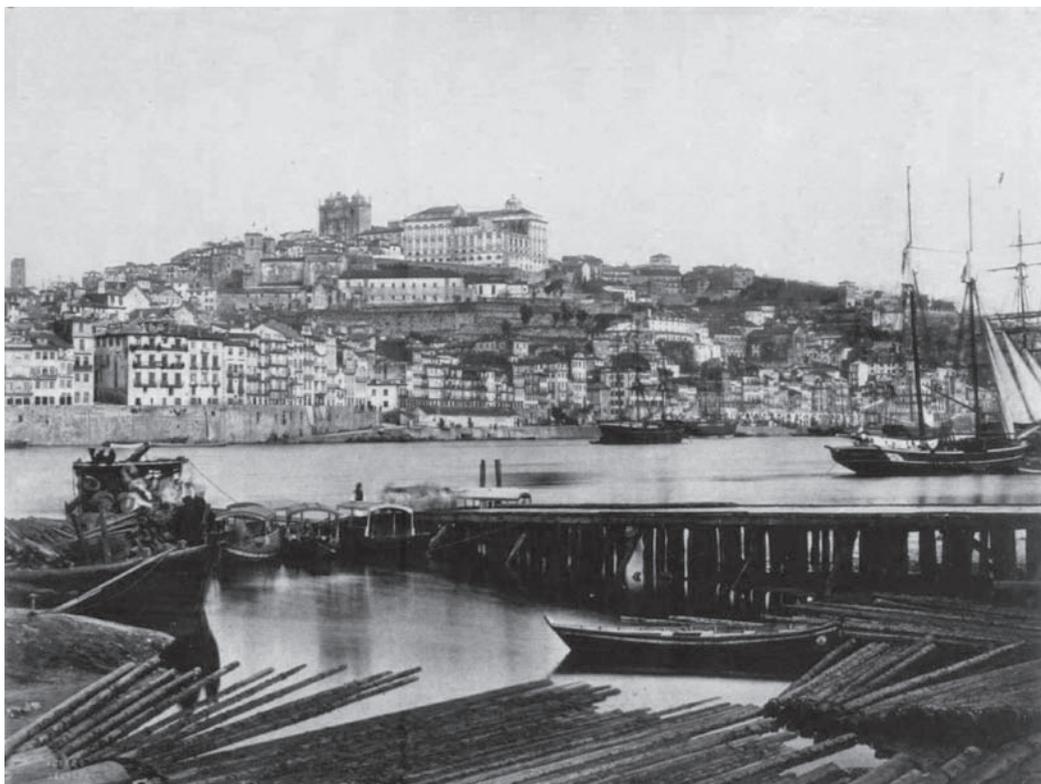


Foto 5 – Napper, Portugal, Porto, 1863.

³ ANDERSON, 1972: 56.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSEN, Hans Christian (1972) – *A Visit to Portugal*. London: The Garden City Press Limited.
- BATCHEN, Geoffrey (2001) – *Each wild idea: writing, photography, history*. Cambridge, Mass., London: The MIT Press.
- LE GOFF, Jacques (1991) – *El orden de la memoria: el tiempo como imaginario*. Barcelona: Paidós.
- NAPPER i FRITH (2007) – *Un viatge fotogràfic per la Ibèria del segle XIX*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya/Fondo Fotografico de Universidade de Navarra.
- BASELLS, David (2007) – «Els fotògrafs viatgers». In *Un viatge fotogràfic per la Ibèria del segle XIX*, p. 13-15. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya/Fondo Fotografico de Universidade de Navarra.
- FONTANELLA, Lee (2007) – «Document, romanç i refugi nostàlgic». In *Un viatge fotogràfic per la Ibèria del segle XIX*, p. 33-49. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya/Fondo Fotografico de Universidade de Navarra.
- NICKEL, Douglas (2007) – «Biografia de Francis Frith». In *Un viatge fotogràfic per la Ibèria del segle XIX*, p. 16-23. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya/Fondo Fotografico de Universidade de Navarra.
- RIBALTA, Jorge (2008) – *Arquivo Universal, la condición del documento y la utopia fotogràfica moderna*. Barcelona: Museu d'Art Contemporànea de Barcelona.
- SERÉN, Maria do Carmo (2009) – «A Fotografia em Portugal». In *Col. Arte Portuguesa*. Lisboa: Ubu Editores, SA.
- SICARD, Monique (2006) – *Imagens de ciência e aparelhos de visão (século XV-XX)*. Lisboa: Edições 70.

FOTOGRAFIAS

Augusto Lemos, 2009.

Napper: in *Napper i Frith, ... MNAC/FF/UN* (desconheço a origem precisa).

A SINGULAR VIAGEM DO FOTOGRAFO JEAN LAURENT A PORTUGAL, EM 1869

NUNO ARAÚJO*

Resumo: Jean Laurent, fotógrafo francês estabelecido em Madrid, reproduziu obras de arte das principais coleções de Espanha, e efectuou um vasto levantamento de vistas de localidades e obras de arquitectura deste país. No final do Inverno e Primavera de 1869 esteve em Portugal, onde fotografou a família real e ampliou este levantamento a toda a Península Ibérica. Viajou pelo país de comboio e fez transportar num vagão o seu pequeno carro-laboratório, que descia em cada localidade do seu roteiro, para sensibilizar e revelar as imagens obtidas pelo processo do colódio húmido. Provavelmente foi o primeiro fotógrafo a explorar as potencialidades do caminho-de-ferro recentemente implantado na Península. O seu vasto espólio de imagens pode ser considerado como o mais significativo de entre os produzidos por fotógrafos que abordaram globalmente o território peninsular durante o século XIX.

Palavras-chave: Fotografia; Viagem; Século XIX; Património.

Abstract: Jean Laurent, a French photographer established in Madrid, reproduced works of art from major collections in Spain, and undertook an extensive survey of views of places and works of architecture in this country. In late winter and spring of 1869, he visited Portugal, where he photographed the royal family and extended his survey to the entire Iberian Peninsula. He travelled the country mostly by train with his small laboratory car, which he unloaded at each location of his itinerary, to sensitize and develop the images obtained with the wet collodion process. He was probably the first photographer to explore the potential of the railway, recently built in the Iberian Peninsula. His collection of images can be regarded as the most significant among those produced by photographers who globally depicted the Peninsula during the 19th century.

Keywords: Photography; Travel; 19th century; Heritage.

J. LAURENT, UM FRANCÊS EM MADRID

Jean Laurent nasceu em Garchizy (Nièvre, França), a 23 de Julho de 1816. Em 1843 já se encontrava em Madrid, a trabalhar na fabricação de caixas de cartão para pastelaria, e de papéis e telas para a encadernação de livros, negócio em que se manteve até finais de 1855. Data desse ano o seu interesse pela fotografia e, no ano seguinte, já tinha alugado um espaço na carrera San Geronimo, n.º 39, no centro desta cidade, onde estabeleceu o seu estúdio fotográfico, e anos antes estivera instalado o fotógrafo inglês Charles Clifford. No ano seguinte tirou vistas de Madrid e arredores, em grandes formatos, por vezes montados para fazer panorâmicas, bem como imagens estereoscópicas. Apesar do seu interesse por este tema fotográfico, o retrato era, como para a maioria dos *ateliers* fotográficos, a sua principal fonte de rendimento. Em 1861, publicou o seu primeiro catálogo

* Investigador do CITCEM (grupo «Paisagens, Fronteiras e Poderes»).

de retratos de figuras notáveis de Espanha, incluindo os da rainha D. Isabel II, que lhe terão valido a possibilidade de usar o título, comercialmente vantajoso, de *Fotógrafo de S. M. la Reina*¹. Foi membro empenhado da *Société Française de Photographie*, desde 15 Abril de 1859 até à data da sua morte em 1886, tendo acompanhado a actualidade fotográfica, não só nos aspectos da sua evolução técnica e estética, como da produção fotográfica internacional². Participou com imagens fotográficas em várias exposições, sendo de destacar a *London Photographic Society Exhibition* (1858) e a *Exposition Universelle de Paris* (1867 e 1878).

Creemos que no seu percurso profissional foi decisivo o contacto com a obra de Charles Clifford, que fotografara obras públicas do Estado espanhol, vistas de cidades, aldeias e edifícios monumentais, obras de arte, objectos de arte militar do museu da *Real Armería de Madrid*, e costumes de algumas regiões de Espanha, em grandes formatos³. Devido ao seu elevado nível profissional e à consequente obtenção de contratos do Estado e empresas para efectuar o mesmo tipo de trabalhos, Laurent foi um continuador do programa temático desenvolvido por Clifford, tendo-lhe conferido outra dimensão. A produção de imagens fotográficas de Espanha, subordinadas a estes temas, realizada por Laurent e pelos seus colaboradores, não sendo de qualidade inferior, foi quantitativamente muito superior à de Clifford. Se há muitas afinidades e talvez demasiadas coincidências no trabalho dos dois fotógrafos, os documentos que permitem estabelecer uma ligação entre ambos são, porém, escassos e de frágil consistência.

Além do trabalho que desenvolveu por iniciativa pessoal, são de destacar os trabalhos de reprodução de obras de arte do Museu do Prado, que continuou a ser efectuada pelo seu estabelecimento muito depois do seu falecimento, e o levantamento fotográfico de obras públicas, iniciado em 1858, com a encomenda de imagens da linha de caminho de ferro de Madrid a Alicante. Abordou este tema de forma mais ampla no Inverno de 1866-1867, com o registo das principais obras públicas de Espanha (estradas, caminhos de ferro, pontes, canais, portos e faróis). Este trabalho foi realizado com José Martínez Sánchez, tendo Laurent fotografado a metade ocidental do país e Martínez Sánchez a oriental. Tratou-se de um trabalho realizado por encomenda oficial, tendo sido expostos álbuns com estas imagens na secção espanhola da *Exposition Universelle de Paris* de 1867⁴. Com Martínez Sánchez desenvolveu ainda uma variante do processo de impressão de positivos sobre papel colódio-cloreto, cuja patente registaram em França, em 1866, e a que deram o nome de papel leptográfico⁵.

No final dos anos 60 do século XIX, o arquivo de vistas, monumentos e obras de arte de Espanha de Laurent ultrapassava já os dois milhares de imagens.

1 TEIXIDOR, 2007: 37-39; TEIXIDOR, 2008: 21-26; *Catálogo de los retratos [...]*, 1861; GUTIÉRREZ MARTÍNEZ & NÁJERA COLINO, 2005-[-...].

2 *Bulletin de la Société Française de Photographie*. Paris: S.F.P., tomo V, Mai. 1859: 113.

3 Fontanella, 1999.

4 TEIXIDOR, 2007: 37-38; TEIXIDOR, 2008: 21-23.

5 MAYNÉS-TOLOSA, 2000; CARTIER-BRESSON, 2008: 92-95.

CONTEXTO POLÍTICO DA VIAGEM DE J. LAURENT A PORTUGAL

Em Setembro de 1868, um golpe de Estado depôs a rainha D. Isabel II de Espanha. Laurent, que fotografara a família real e usava o título de *Fotógrafo de S. M.* desde cerca de 1861, tanto nos cartões das suas imagens como no seu carro-laboratório (Figura 2a), eliminou logo essas referências. Num primeiro momento fê-lo raspando esta distinção dos cartões que tinha impressos, e depois, possivelmente já no início dos anos 70, imprimindo outros sem essa referência e substituindo as armas reais de Espanha por um monograma com as suas iniciais JL. No seu carro-laboratório também retirou a frase *Fotog.º de [S. M.] La Reina* e a coroa real. Além disso, em 1869, Laurent retratou os membros do Governo Provisório. Quando vem a Portugal, já eram perceptíveis estes sinais de adaptação a uma nova realidade política.



Figura 2a – Carro-laboratório de J. Laurent com um colaborador(?) preparando uma chapa de colódio-húmido, em Valladolid, 1872. Detalhe do negativo da imagem C-1502 do catálogo da casa Laurent (IPCE. Ministerio de Cultura de España).

Em 1869, o novo governo procurava resolver a instabilidade política interna encontrando um novo soberano para ocupar o trono de Espanha. Pretendiam um rei de perfil liberal, que defendesse a constituição espanhola que se estava a redigir e a tentar aprovar, e que, simultaneamente, não contribuisse para o agravamento da tensão política existente entre a França de Napoleão III e a Prússia⁶. Para a maioria dos políticos espanhóis também era uma forma de evitar que a degradação da ordem interna favorecesse a implantação de uma república ou, pior ainda, a restauração do regime deposto.

A crise sucessória no trono espanhol e o jogo de forças políticas que então se travava na Europa levantaram uma «onda» de iberismo em Espanha, que chegou a Portugal sob várias formas, nomeadamente na oferta do trono do país vizinho ao rei D. Luís I, o que veio a ser publicamente negado⁷ e, na recusa deste, a seu pai D. Fernando II⁸. As ofertas tentadoras também se estenderam a figuras de menor importância sob a forma de condecorações enviadas desde Madrid⁹. Naturalmente, face ao perigo que significava para a independência nacional, e apesar da ideia iberista também contar com os seus apoiantes em Portugal¹⁰, este esforço de sedução espanhol gerou uma reacção nacionalista, que cresceu progressivamente, como o atestam os comentários políticos nos jornais portugueses deste período¹¹, nomeadamente com a ameaça açoreana de integração nos Estados Unidos¹², ou mesmo da implantação de uma república¹³.

Espanha tinha os olhos postos em Portugal, porque na família real portuguesa encontrara uma figura com o perfil político necessário para resolver os seus problemas de política interna e externa¹⁴: D. Fernando II, um homem liberal, culto e dedicado às artes, que deixaria a política aos espanhóis, e cuja subida ao trono não iria agravar a tensão crescente entre a França e a Prússia, porque, sendo um príncipe germânico, simpatizava com o regime de Napoleão III, com quem mantinha boas relações¹⁵. Aliás, o próprio Napoleão, pretendendo evitar a subida de Leopold von Hohenzollern, príncipe herdeiro da Prússia, ao trono de Espanha, enviou uma missiva a D. Fernando pedindo-lhe para aceitar a proposta espanhola. Outro ponto a favor de D. Fernando, no quadro da política externa, era ser primo direito do falecido marido da rainha Vitória, do Reino Unido, com quem também mantinha as melhores relações. A sua escolha tinha ainda a vantagem de

6 COMELLAS, 2008: 221-250; Vários artigos n.º *O Diário de Notícias*, entre 2 de Março e 18 de Abril de 1869; *O Diário Popular*. Lisboa, n.º 904 (2 Abr. 1869): [3], e n.ºs ss.

7 *O Diário Popular*. Lisboa, suplemento ao n.º 1074 (27 Set. 1869).

8 BAHAMONDE & MARTÍNEZ, 2007: 569-570; COMELLAS, 2008: 232-234; REBELO, 2006: 75-83; SILVEIRA & FERNANDES, 2006: 165, 170, 171; Várias notícias no *Diário de Notícias*, no *Jornal do Commercio*, e n.º *O Diário Popular*, entre Fevereiro e Abril de 1869.

9 *O Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 1243 (6 Mar. 1869): 1.

10 CATROGA, 1993: 566-577; *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 1245 (9 Mar. 1869): 1; n.º 1280 (20 Abr. 1869): 2.

11 CATROGA, 1993: 566-577; vários artigos no *Diário de Notícias*, entre 9 Março de 1869 e 16 Abril de 1869.

12 *O Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 1265 (2 Abr. 1869): 1.

13 *O Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 1257 (23 Mar. 1869): 2.

14 Não é de negligenciar o facto de, nesta altura, estar a residir temporariamente em Lisboa outro candidato ao trono espanhol: António d'Orléans, Duque de Montpensier, que desde há muito o pretendia, e cujas acções nesse sentido lhe valeram o exílio (várias notícias no *Diário de Notícias*, no *Jornal do Commercio*, e n.º *O Diário Popular*, entre Março e Junho de 1869).

15 *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 1246 (19 Mar. 1869): 2; n.º 1258 (24 Mar. 1869): 1-2; *O Diário Popular*. Lisboa, n.º 856 (10 Fev. 1869): [2].

ser um passo dado na direcção da desejada reunificação dos reinos de Espanha e Portugal. Não querendo pôr em risco a independência portuguesa, D. Fernando II recusou mais do que uma vez a oferta espanhola, chegando, nalguns momentos, a causar uma certa tensão entre os governos dos dois países¹⁶.

A família real portuguesa não pretendia entrar neste problemático cenário. Estava mais preocupada em assegurar a independência, em manter-se fora do conflito europeu que tinha a França de Napoleão III como epicentro, e em resolver a crise financeira que o país atravessava¹⁷.

J. Laurent chegou a Portugal para fotografar cerca do início de Março de 1869 e esteve cá pelo menos durante parte da Primavera desse ano. A sua viagem neste momento muito peculiar da vida política dos reinos de Espanha e de Portugal pode não ser uma coincidência. Laurent já vendera no seu estabelecimento fotográfico um retrato de D. Luís e D. Maria Pia, reproduzido a partir de um original de Francisco Augusto Gomes, Fotógrafo da Casa Real portuguesa desde 1861¹⁸. Mais do que na breve visita da rainha D. Isabel II a Lisboa, durante a segunda semana de Dezembro de 1866, o momento em que Laurent vem a Portugal foi o mais oportuno para fotografar a família real portuguesa e vender os seus retratos em Madrid. Os espanhóis estariam naturalmente curiosos de conhecer a imagem da pessoa que podia vir a presidir ao destino político do seu país, bem como a dos seus familiares. A hipotética união dos dois reinos, pretendida por muitos espanhóis e menos portugueses, mesmo que a médio prazo, era mais um argumento a favor da ampliação do seu vasto catálogo de imagens de Espanha e de obras de arte espanholas às terras portuguesas.

Provavelmente também não foi por acaso que outro fotógrafo estrangeiro residente em Espanha, neste caso Luis Tarszenski¹⁹, mais conhecido por *Conde de Lipa*, fez uma digressão fotográfica em Portugal no mesmo ano de 1869, embora de âmbito geográfico mais limitado que Laurent, ampliando o seu levantamento de imagens religiosas e de igrejas espanholas ao centro de Portugal²⁰. Depois da sua passagem por Lisboa, onde, segundo se noticiou, foi encarregado por *Suas majestades* da reprodução de quadros muito importantes²¹, o *Conde de Lipa*, que anteriormente utilizara nos seus cartões fotográficos o título de *Fotógrafo de S. M. la Reina [de España]*, com as armas reais deste país, passou a usar o de *Fotógrafo de S. A. R. D. Augusto, Infante de Portugal*, acompanhado das armas reais portuguesas²², o que nos leva a crer que provavelmente o retratou. Lipa também comercializou um retrato do rei D. Fernando II, reproduzido a partir de uma fotografia tirada no estabelecimento fotográfico de José Nunes da Silveira, em Lisboa²³.

16 REBELO, 2006: 75-83; vários artigos no *Diário de Notícias*, entre 11 Mar. 1869 e 21 de Abril de 1869.

17 SILVEIRA & FERNANDES, 2006: 162-180; JUSTINO, 1989: vol. II, 82-87.

18 Imagem fotográfica, colecção particular; MATOS, 2009: 162.

19 Em Espanha o seu apelido também aparece escrito Tardszenski ou Fardzeński.

20 Imagens fotográficas, col. particulares.

21 *O Diário Popular*. Lisboa, n.º 950 (20 Mai. 1869): [2].

22 *O Diário Popular*. Lisboa, n.º 952 (22 Mai. 1869): [4]; cartão de imagem fotográfica, col. particular.

23 Imagem fotográfica, col. particular.

Da leitura das notícias inéditas que abaixo apresentamos, supomos que Jean Laurent fotografou a família real portuguesa em finais de Março ou na primeira quinzena de Abril de 1869²⁴. Curioso é o facto de Laurent ter fotografado toda a família real, Elise Hensler, futura Condessa d'Edla e futura esposa de D. Fernando II²⁵, e não ter fotografado a rainha D. Maria Pia. O seu eventual conhecimento da aparente viragem política de Laurent não seria um motivo que justificasse a sua ausência da sessão fotográfica. Já o facto de ele ter fotografado ou ir fotografar Elise Hensler, que a rainha tolerava mal, era uma explicação possível para este facto²⁶. Entre Abril e Junho de 1869, os periódicos lisboetas referem-se algumas vezes ao seu mau estado de saúde, embora não sejam esclarecedores relativamente à causa do seu mal-estar.

TÉCNICA FOTOGRÁFICA E MOBILIDADE

A técnica fotográfica utilizada por Laurent na época da sua viagem a Portugal, em 1869, era a dominante entre os profissionais neste período. Obtinha-se um negativo pelo processo do colódio-húmido, emulsionando uma chapa de vidro com colódio, sensibilizando-a com sais de prata numa câmara escura, e colocando-a no *chassis* da máquina fotográfica, à prova de luz. Depois de seleccionado o enquadramento, este *chassis* era colocado na máquina, com o colódio ainda húmido, uma vez que a emulsão perdia sensibilidade com a secagem, tirava-se a fotografia com uma exposição variável que, em condições normais de luz, podia ser de alguns segundos, e revelava-se logo de seguida. O negativo assim obtido era estável e mais tarde imprimia-se em papel fotográfico por contacto²⁷. O papel predominantemente utilizado nesta época era o papel albuminado²⁸, embora Laurent tenha usado outras técnicas de impressão, nomeadamente o já referido papel leptográfico. As suas impressões em papel não estão convenientemente estudadas, como aliás a da maioria dos outros fotógrafos pelo que, a não ser em casos óbvios, será pouco correcto identificá-las sem algumas reservas.

Pelo facto de as chapas foto-sensíveis terem de ser usadas antes de o colódio secar, a técnica do colódio-húmido exigia que, ao fotografar fora do seu atelier, o fotógrafo transportasse consigo um laboratório portátil. A quantidade e o peso do material fotográfico e de laboratório implicavam que, quase sempre, o fotógrafo andasse acompanhado de um assistente, que o ajudava a carregar, a descarregar e a fazer uso de uma parafernália de objectos de peso considerável. Estes laboratórios assumiram diversas formas ao longo do período em que este processo se utilizou (ca. 1851-1880). Podiam ter o aspecto de uma tenda de campanha, de um volume avantajado que se colocava sobre um tripé, ou serem um «quarto sobre rodas», ou seja, um carro-laboratório puxado por cavalo(s) ou mula(s).

²⁴ Estes retratos foram reproduzidos e comercializados pelos fotógrafos lisboetas Damião da Graça e Joaquim Coelho da Rocha.

²⁵ Ambos os actos se realizaram a 10 de Junho de 1869 (REBELO, 2006: 51-61).

²⁶ REBELO, 2006: 63-74; SILVEIRA & FERNANDES, 2006: 70-72, 84-87.

²⁷ CARTIER-BRESSON, 2008: 48-55; BARRESWIL & DAVANNE, 1864: 126-202.

²⁸ CARTIER-BRESSON, 2008: 104-110; BARRESWIL & DAVANNE, 1864: 315-343.

Em vez do carro-laboratório comum, onde o fotógrafo entrava e se fechava para revelar, Laurent construiu um curioso carro-laboratório. De pequenas dimensões e altura inferior à de um homem, tinha quatro rodas com molas amortecedoras, sendo as duas de trás fixas e as da frente de eixo móvel. Às da frente estava fixo um varão para tracção que terminava com uma pega. Este varão flectia para cima e podia colocar-se na posição vertical quando se parava o carro para trabalhar. As rodas eram por vezes calçadas com pequenas pedras para o estabilizar e horizontalizar. O corpo do carro, propriamente dito, era um paralelepípedo com duas portas de abrir, que ocupavam toda a extensão de um dos lados. Deste lado do tejadilho saía um grande pano escuro, provavelmente duplo, para melhor isolar a luz do exterior, que



Figura 2b – Carro-laboratório de J. Laurent com o pano que isolava a câmara escura da luz exterior, em Salamanca, ca. 1866. Detalhe de negativo C-378-2 (ou 379) do catálogo da casa Laurent (IPCE. Ministerio de Cultura de España).

cobria as portas parcialmente abertas e o espaço entre elas, onde o fotógrafo, em pé ou sentado num pequeno banco de dobrar, sensibilizava e revelava as chapas emulsionadas. Do lado oposto às portas, uma abertura oval deixava entrar uma ténue luz através de um filtro de cor, permitindo alguma visibilidade sem velar as emulsões sensibilizadas. Tanto quanto pudemos perceber, deste lado do tejadilho estava fixo um oleado ou grosso tecido impermeabilizado que o cobria, bem como a parte superior do pano do laboratório, do lado oposto, proporcionando um melhor isolamento da luz exterior. Nas deslocações, este tecido protegia da chuva e do pó os objectos que fossem colocados sobre o tejadilho. Este era circundado por um delgado varão metálico que resguardava esses objectos e permitia o uso de cordas para a sua fixação, bem como a do varão do carro na posição vertical (Figura 2a-2b). Em nenhuma das imagens que conhecemos se vê um banco para o condutor se sentar, nem um apoio para os pés. Ao contrário dos carros-laboratório comuns nessa época, e na ausência de um banco, a sua condução não podia ser feita de forma convencional. Provavelmente atrelava-se a um carro de cavalos, que o fotógrafo alugava em cada localidade onde parava, para efectuar as suas deslocações. Pensamos que Laurent usou um veículo com as dimensões mínimas necessárias para revelar chapas de grande formato, em vez de um carro convencional de maiores dimensões, por ser particularmente adequado para o transporte pelo caminho de ferro. As suas dimensões reduzidas facilitavam a sua carga e descarga de um vagão de mercadorias e, prova-

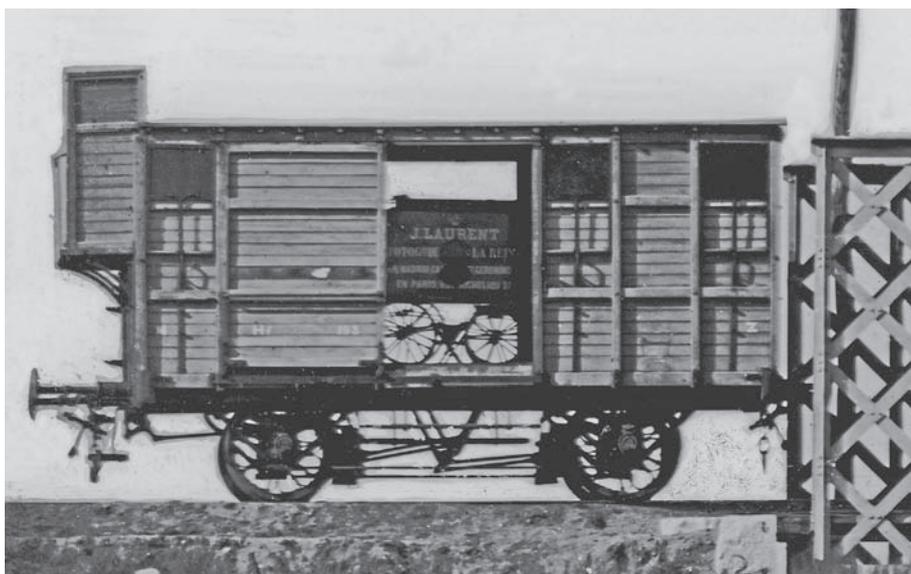


Figura 2c – Carro-laboratório de J. Laurent dentro de um vagão ferroviário, na ponte ferroviária de Castronuño (linha de Medina del Campo a Zamora), 1867-1868. Detalhe do negativo da imagem C-501 do catálogo da casa Laurent (IPCE. Ministerio de Cultura de España).

velmente, foi este o pensamento que presidiu à sua concepção. De facto, conceber um carro-laboratório com estas características faz todo o sentido, se atentarmos no facto de que um dos primeiros trabalhos por encomenda que Laurent teve como fotógrafo em Espanha, foi efectuar um levantamento da linha de caminho de ferro de Madrid a Alicante, em 1858, e que voltou a fotografar obras públicas, incluindo outras linhas de caminho de ferro, no Inverno de 1866-67²⁹, tendo voltado a fazê-lo em datas posteriores. Numa das imagens tiradas por Laurent ou um dos seus fotógrafos, em 1868, vê-se claramente o seu carro-laboratório dentro de um vagão ferroviário (Figura 2c). Neste caso concreto, estavam a tirar uma vista de uma ponte do caminho de ferro entre Medina e Zamora e, dada a proximidade, não foi necessário tirar o laboratório do vagão. Por isso, vemos o carro-laboratório operacional, com a portinhola oval do filtro aberta e o banco desdobrável junto às rodas. Noutras imagens suas, este carro aparece dentro do espaço fotografado, preparado para desempenhar as tarefas da revelação³⁰.

Estes elementos permitem-nos reconstituir o *modus operandi* de Laurent em viagem. Sempre que possível deslocava-se de comboio, transportando consigo o carro-laboratório. Chegado à localidade onde ia fotografar, descarregava-o do vagão e tratava de alugar o veículo de tracção animal necessário para a sua deslocação. Nesse mesmo dia ou no dia seguinte, iria visitar os locais de interesse que, é de supor, teriam sido objecto de uma pesquisa e selecção prévia, anotaria a hora do dia conveniente para fotografar as várias perspectivas de cada um (não desperdiçando a oportunidade de o fazer caso a luz

²⁹ TEIXIDOR, 2007: 37-38.

³⁰ TEIXIDOR, 2007: 40-46; TEIXIDOR, 2008: 22 e 29.

fosse propícia e levasse consigo tudo o que necessitava). Na maioria dos casos, estando uma luz adequada, devia deslocar-se aos locais que pretendia fotografar no dia ou dias seguintes. Terminada a tarefa naquela localidade, apanhava o combóio para a próxima, e assim sucessivamente. Quando pretendia ir a cidades ou lugares que não eram servidos pelo combóio tinha de seguir caminho pela estrada existente e, terminada a necessária digressão, regressava à linha do caminho de ferro.

A VIAGEM DE JEAN LAURENT A PORTUGAL, EM 1869

Pouco antes do final do Inverno de 1869, J. Laurent chegou, como já referimos, a Portugal para fotografar a família real portuguesa e ampliar o seu projecto fotográfico a toda a Península Ibérica. Tendo em conta que as fotografias anteriores do seu catálogo parecem ser de Madrid³¹, supomos que veio de combóio directamente para Lisboa, e a partir daqui efectuou as suas deslocações às outras localidades portuguesas.

Na altura em que Laurent veio a Portugal, o caminho de ferro já servia uma parte significativa dos trajectos que percorreu. Outros apenas se podiam fazer utilizando transportes de tracção animal, ou no dorso de cavalos e mulas³². Em 1869, o caminho de ferro ligava Madrid a Lisboa, atravessando a fronteira por Badajoz-Elvas, e Lisboa (estação de Santa Apolónia, no Cais dos Soldados) a Vila Nova de Gaia (estação das Devesas). A norte do rio Douro ainda não estava construído. Na margem sul do Tejo, o caminho de ferro estava em funcionamento do Barreiro até Setúbal, Évora e Beja (Figura 1)³³.



Figura 1 – Mapa dos caminhos de ferro na Península Ibérica, em 1879 (Roswag, 1879).

31 Segundo informação de Carlos Teixidor, do Instituto del Patrimonio Cultural de España (Madrid), onde se preservam os negativos originais da casa Laurent, em correspondência particular, a numeração que consta nas imagens fotográficas da casa Laurent corresponde à sobreposição de dois critérios: a ordem cronológica da obtenção dos *clichés* originais e a ordenação do catálogo. A gestão pontual destes critérios essenciais, fez-se segundo uma lógica de organização do arquivo de complexa interpretação.

32 MENDES, 1993: 373-377.

33 GAIO, 1957; JUSTINO, 1989: vol. II, 176-179.

Na sua vinda a Portugal, Laurent trouxe consigo o seu carro-laboratório. Ele aparece em várias imagens, preparado para nele serem reveladas as fotografias: no pequeno espaço arborizado ao lado da Basílica da Estrela (n.º 800bis, em grande formato e versão estereoscópica), encostado à torre de Belém (n.º 806, em grande formato e versão estereoscópica³⁴), em imagens do mosteiro da Batalha (n.ºs 831 e 832, em grande formato e versão estereoscópica). Nestas imagens da Batalha, o laboratório aparece coberto por um grande guarda-sol, branco ou de tom claro, para o proteger do calor do sol³⁵.

Como se pode deduzir dos negativos ainda existentes de Portugal, Laurent fotografou com pelo menos duas máquinas fotográficas de formatos diferentes: uma de grande formato, visível na imagem n.º 832, produzindo negativos sobre chapa de vidro com 27 x 36 cm, e uma máquina para chapas de 13 x 18 cm, com uma só objectiva, que foi usada para obter imagens estereoscópicas em duas fotografias sucessivas, na mesma chapa, deslocando ligeiramente a câmara na horizontal, como se pode verificar pela diferente de posição das pessoas nas duas imagens de algumas das suas estereoscopias. Não sabemos se as chapas panorâmicas com 27 x 60 cm foram obtidas com a mesma máquina que produziu as imagens de 27 x 36 cm, alterando o chassis e a objectiva, ou com uma terceira máquina. Todos estes formatos foram impressos por contacto, sem ampliação. Laurent tirava sempre mais do que uma fotografia do mesmo tema e enquadramento, para o caso de um negativo sobre vidro se partir³⁶.

Especula-se sobre a hipótese de Laurent ter feito uma ou mais viagens a Portugal para fotografar. Das escassas referências a Laurent que encontramos na imprensa portuguesa, até agora desconhecidas, ou pelo menos inéditas³⁷, apenas podemos apenas afirmar com segurança que veio a Portugal no ano de 1869³⁸, o que as datações provisórias, obtidas pela análise comparativa das suas imagens de Coimbra com dados da história local, e a observação detalhada de uma imagem de Évora já indicavam³⁹.

34 TEIXIDOR, 2007: 42-43.

35 Informação de Carlos Teixeira.

36 TEIXIDOR, 2007: 41.

37 Três delas foram-nos gentilmente indicadas pelo investigador José Luís Madeira que efectuou uma vasta pesquisa em periódicos de Lisboa (*Diário Popular*. Lisboa, n.º 918, 16 Abr. 1869; n.º 923, 21 Abr. 1869; n.º 991, 5 Jul. 1869).

38 A afirmação de António Sena (SENA, 1998: 46) que «O fotógrafo J. Laurent [...] vem, pela primeira vez, a Portugal, por volta de 1861» baseia-se na sua interpretação de uma nota bibliográfica na obra *Arte Românica em Portugal*, de Joaquim de Vasconcelos, escrita a 4 Jan. 1914: «VI.-Documentos illustrativos e estudo dos monumentos / [...] / 4. Collecções avulsas de estampas, isto é, photographias, mas sem texto. Serie da Casa Laurent, de Madrid – pequena collecção de Monumentos, publicada de 1861 – ou 1862 a 1866» (VASCONCELLOS & ABREU, 1918: 75). Sena toma esta nota como relativa a Portugal mas, de facto, Vasconcelos visitou muitos dos edifícios fotografados por Laurent em Espanha, entre 1871 e 1876 (VASCONCELLOS, 1884: 33, nota 2), e neste texto faz várias referências a edifícios situados neste país, publicando mesmo algumas imagens de exemplos espanhóis. A própria bibliografia inclui muitos textos sobre arquitectura e arte espanhola. Assim, pensamos que Vasconcelos se está a referir à datação das suas fotografias de Espanha e Portugal, e não apenas às imagens obtidas em Portugal.

39 As imagens de Coimbra com os n.ºs 858 e 859 do catálogo de Laurent (RAMIRES, 2001: fig. 25), mostram uma pequena estrutura que protegia uma araucária plantada no centro do pátio da Universidade e que, numa notícia publicada a 25 de Setembro de 1869, se dizia ter sido plantada «ainda não ha muito tempo», mas que era urgente remover porque se tinha desenvolvido de tal forma que os seus ramos inferiores já iam de encontro ao abrigo de madeira (*O Tribuno Popular*. Coimbra, 25 Set. 1869: 4). Pouco tempo é bastante relativo, mas leva a pensar, como aconteceu a Alexandre Ramires, que a visita de Laurent a Coimbra terá ocorrido durante o final da Primavera ou o Verão desse ano; noutra imagem de Coimbra, de que só conhecemos o negativo não legendado nem numerado e uma reprodução actual (RAMIRES, 2001: 24), e que

J. Laurent chegou à capital portuguesa cerca da primeira semana de Março desse ano⁴⁰. No dia 9 de Março, um jornalista local afirmou ter visto no atelier do fotógrafo J. Plessix, provavelmente seu compatriota, estabelecido em Lisboa na rua Nova dos Mártires, n.º 46, a magnífica colecção de fotografias executadas e publicadas por Laurent. Sob o título *Obras monumentaes*, descreve da seguinte forma estas imagens:

Esta collecção consta de reproduções dos mais afamados quadros da galeria de Madrid, e dos mais ricos e curiosos objectos do museu da mesma cidade.

Consta a collecção de não menos de 600 photographias, da maior perfeição.

É bem notorio que a galeria e o museu de Madrid são riquissimos de obras d'arte e de monumentos historicos.

Os quadros dos grandes mestres, Raphael, Ticiano, Rubens, Corregio, Teniers, Murillo, Velasquez, e outros tambem insignes, alli os encontra o amator, reproduzidos com a perfeição que a photographia comporta. As reproduções dos quadros de Raphael são, sobre todas, admiraveis; vem logo depois as de Murillo, de muita belleza.

É uma collecção preciosa; as maiores bellezas d'aquellas obras monumentaes, a composição e a expressão, alli se podem apreciar.

As reproduções dos objectos do museu são delicadissimas; capacetes, gorjaes, espadas, punhaes, escudos, armaduras completas, estandartes, tropheus; armaduras de cavallos, estribos, esporas de todas as epocas, e de personagens illustrissimos.

Alli se vê a espada do cavalleiro Francisco I, que elle perdeu na batalha de Pavia, e logo a do seu vencedor Carlos V, a espada de Boabdil, o ultimo rei de Granada, e a do valoroso Gonçalo de Cordova; o preciosissimo gorjal do tigre do Meio Dia, Filipe II; e não só as espadas: os capacetes, as proprias armaduras; é uma collecção imensa, e em que com a maior nitidez se vêem e se admiram os magnificos labores de todos esses objectos, notaveis não só pelo seu valor historico, senão tambem pelo seu merito artistico.

Alli está tambem a liteira e a cadeira que usava em campanha o imperador Carlos V.

Uma observação: no catalogo vemos indicada uma das mais bellas armaduras do museu como pertencente a Filippe II, a quem fôra dada por el-rei D. Manuel, não póde ser; D. Manuel morreu em 1521, e Filippe II nasceu em 1527.

Talvez a armadura fosse offerecida pelo monarcha portuguez a Carlos V, ou então por João III a Filippe II.

supomos ser a imagem esquerda do panorama catalogado com o n.º 861, vemos, aparentemente concluída, a obra do Passeio e Largo das Ameias, junto ao Mondego. Comparando as notícias do periódicos desta época com o que é visível na imagem, pensamos que não foi obtida antes do início de Março de 1869 (*O Tribuna Popular*, Coimbra, n.º 1364, 3 Mar. 1869: 3; n.º 1354, 27 Jan. 1869: 3), o que é consistente com a datação da imagem do pátio da Universidade. Em Évora, Carlos Teixidor observou na imagem com o n.º 878 a data de 1868 inscrita no gradeamento da catedral. Aliando a este facto o conhecimento de no carro-laboratório de Laurent, que se vê na imagem da Torre de Belém (n.º 806), não aparecer a coroa e o título de *Fotógrafo de S. M.* D. Isabel II de Espanha, deposta em Setembro de 1868, de num cartão com o retrato de D. Luís I estar raspado o «S. M.» que se referia a esta rainha, o que o permite datar dos «meses seguintes à revolução», e de as imagens de Portugal já aparecerem no catálogo publicado por Laurent em 1872, Teixidor indicou como provável a data de 1869 para a sua viagem a Portugal (TEIXIDOR, 2007: 33, 99; TEIXIDOR, 1997: [2]).

40 *O Diario Popular*. Lisboa, n.º 883 (10 Mar. 1869): [1].

No entretanto a armadura é de incomparavel belleza.

Egualmente na collecção se acham cavalleiros completamente armados a cavallo.

Além d'isto, tambem mr. Laurent, tem uma copiosa collecção de vistas dos monumentos mais notaveis de Hespanha, executadas com inexcedivel perfeição.

[...]

Um amator de bellas-artes e de antiguidades, tem com que se regalar na variadissima collecção de mr. Laurent⁴¹.

Outro jornalista afirmou que «Está em Lisboa mr. Laurent, photographo francez muito notável. Tivemos occasião de ver alguns trabalhos d'este artista que gosa de grande reputação em Madrid onde se acha estabelecido, e maravilhou-nos a perfeita execução de todos elles»⁴². Por estas notícias e pelo anúncio que publicou entre 10 e 14 de Março⁴³ ficamos a saber que J. Laurent, fotógrafo e editor fotográfico, estabelecido em Madrid na carreira «S. Jeronymo», n.º 39, e em Paris na rua Richelieu, n.º 27⁴⁴, na sua vinda a Portugal traz consigo o seu catálogo de fotografias e um bom portfólio com amostras da sua coleção de reproduções de obras de arte, incluindo objectos da *Real Armeria de Madrid*, e fotografias de edificios monumentais e vistas de Espanha. Supomos que, feita a encomenda, enviaria aos compradores as imagens desde Madrid, uma vez que o próprio anuncia em Lisboa que as pessoas que desejassem «adquirir as magnificas photographias dos quadros e objectos de museus, de Hespanha» podiam «dirigir-se á rua Nova dos Martyres n.º 46, onde lhes será logo patente o catalogo, e os specimens de todos os quadros e objectos».

No dia 8 de Março, segundo um jornalista⁴⁵, ou no dia 9, segundo outro⁴⁶, Laurent foi fotografar as antigas carruagens da Casa Real e a fachada de Santa Maria de Belém. A 9 de Março Laurent já teria acordado com o Marquês de Sousa Holstein, reproduzir alguns dos quadros da galeria da Academia das Belas Artes⁴⁷. De facto, também lá fotografou um conjunto de obras de ourivesaria antiga (Figura 3)⁴⁸. No dia 4 de Abril já tirara «varios retratos de el-rei o senhor D. Fernando» que «tambem o encarregára de reproduzir alguns objectos artisticos da sua preciosa collecção»⁴⁹. No dia 15 de Abril foi ao castelo tirar uma vista da cidade⁵⁰. A 16 de Abril noticiou-se que «Mr. Laurent tem tirado diversas photographias de quadros da galeria real da Ajuda, e da academia das Bellas Artes»⁵¹, e no dia 21 de Abril que «Este artista encontrou por parte dos nossos reis um acolhimento extremamente sympathico. Tanto o sr. D. Fernando como o sr. D. Luiz

⁴¹ *Jornal do Commercio*. Lisboa, n.º 4606 (9 Mar. 1869): [1].

⁴² *O Diario Popular*. Lisboa, n.º 918 (16 Abr. 1869): [2].

⁴³ *Jornal do Commercio*. Lisboa, n.º 4607 (10 Mar. 1869): [4], ao n.º 4611 (14 Mar. 1869): [4].

⁴⁴ Local onde comercializou as suas imagens fotográficas (MAYNES-TOLOSA, 2000: 13-14).

⁴⁵ *O Diario Popular*. Lisboa, n.º 883 (10 Mar. 1869): [1].

⁴⁶ *Jornal do Commercio*. Lisboa, n.º 4607 (9 Mar. 1869): [1].

⁴⁷ *Jornal do Commercio*. Lisboa, n.º 4606 (9 Mar. 1869): [1].

⁴⁸ *Oeuvres d'art [...]*, 1872: 184-185.

⁴⁹ *Diario de Noticias*. Lisboa, n.º 1267 (4 Abr. 1869): 1.

⁵⁰ *O Diario Popular*. Lisboa, n.º 918 (16 Abr. 1869): [2].

⁵¹ *O Diario Popular*. Lisboa, n.º 918 (16 Abr. 1869): [2].



Figura 3 – J. Laurent (Madrid) – B-221. Calice en vermeil du monastère d'Alcobaça, à l'Académie royale des Beaux-Arts de Lisbonne, 1869. Dim. 33,7 x 25,3 cm (Col. particular).

tem-n'ó incumbido de variadíssimos trabalhos, já em retratos, já em reprodução de diversas mobílias e baixellas»⁵². Um jornalista lisboeta reagiu a estas encomendas afirmando:

Não estranhamos a bisarria dos nossos principes em querer obsequiar um artista de paiz estrangeiro. Entretanto, como nós possuimos alguns photographos não inferiores aos que lá fôra mais celebridade ganham, seria para desejar que nestas commissões de merecimento elles fossem tambem contemplados.

Na adopção d'esta medida lucrava o paiz tambem, para se não dizer irreflectidamente que é tal a mingua de artistas entre nós, que se torna preciso recorrer aos estranhos.

*É até de suppor que em os nossos reis encarando a questão por este lado, sejam os primeiros a reconhecer a conveniencia de não serem esquecidos aquelles que no paiz trabalham por se exaltar e progredir*⁵³.

Esta observação não é, certamente, alheia à visita efectuada ao «gabinete photographico do sr. A. C. Pardal e Filho», situado na rua Direita de S. Paulo, n.º 216, 2.º andar, que se relata na mesma página do mesmo jornal, e onde se afirma:

Maravillhou-nos o bom arranjo de suas officinas, e ainda mais a propriedade com que os productos são executados, o que muito acredita a pericia com que no desempenho de seus trabalhos se esmeram os distinctos artistas, que poderão ser imitados, mas não excedidos, tornando-se por isso dignos da protecção dos seus concidadãos, á qual elles, por suas maneiras delicadas e attentiosas, sabem corresponder.

Em breve tencionam estes cavalheiros fazer uma publicação photographica, na qual vão copiar alguns objectos d'arte que existem na academia de bellas artes, saindo uma estampa por mez em formato igual ao do nosso jornal, custando cada uma 300 réis para os srs. assignantes, pagos no acto da entrega de cada estampa.

*Nas principaes livrarias d'esta capital se recebem as assignaturas para esta publicação, que tambem recommendamos*⁵⁴.

No anúncio que Laurent publicou num periódico de Lisboa entre 10 e 14 de Março, afirmou que em breve sairia «para as provincias, a fim de emprehender os seus trabalhos photographicos». Por esse motivo prevenia «os proprietarios de palacios e edificios

⁵² O *Diario Popular*. Lisboa, n.º 923 (21 Abr. 1869): [3].

⁵³ O *Diario Popular*. Lisboa, n.º 923 (21 Abr. 1869): [3].

⁵⁴ O *Diario Popular*. Lisboa, n.º 923 (21 Abr. 1869): [3]; Trata-se da *Publicação photographica de A. C. Pardal & Filho*, que efectivamente foi publicada entre Junho de 1869 e, pelo menos, Maio de 1879.

notáveis que os desejem fazer reproduzir» que disso se encarregaria. O local de contacto continuava a ser o atelier de Plessix na rua Nova dos Martyres, n.º 46⁵⁵.

Não é clara a data da sua partida de Lisboa para fotografar noutras cidades portuguesas. Se um jornalista lisboeta afirmou a 4 de Abril que Laurent «esteve n'esta cidade»⁵⁶, outro publicou a 16 e a 21 de Abril que Laurent se encontrava em Lisboa⁵⁷. Será que Laurent efectuou a sua viagem de Sintra a Tomar e mesmo ao norte entre meados de Março e meados de Abril, ou houve um erro por parte do primeiro destes periódicos, e apenas terá partido para o norte em finais de Abril ou mesmo em Maio?

Até ao momento não encontramos registos escritos da passagem de Laurent noutras cidades do país. É compreensível que tendo estado nelas muito menos tempo do que em Lisboa, onde além das vistas do espaço urbano, de edifícios e monumentos, fotografou coches no palácio de Belém, retratou a família real, reproduziu obras de arte das colecções da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, e das particulares do rei D. Luís I, no palácio da Ajuda, de D. Fernando II e do marquês de Sousa Holstein, Laurent não tenha publicado anúncios para vender as suas imagens – que podem ter ficado no atelier de Plessix para venda e angariar encomendas durante a sua deslocação ao norte do país – nem tenha despertado o interesse que justificaria uma notícia num periódico local.

Em cada uma destas cidades, estando uma boa luz, Laurent apenas precisaria de ficar entre um a três dias para fotografar. Era o tempo suficiente para localizar os edifícios, determinar as horas apropriadas para tirar cada vista e para as executar. Nalguns sítios, como em Sintra e em Coimbra, vendo as suas imagens, é claro que terá necessitado de pelo menos um dia para fotografar, por causa da posição adequada do sol. Nesta última cidade, o investigador Alexandre Ramires considera a possibilidade de um anúncio intitulado «Pedido», publicado a 19 de Junho de 1869 num periódico local, se referir a Laurent⁵⁸.

Tal como as pesquisas em periódicos locais das cidades portuguesas por onde passou, exceptuando os de Lisboa, as pesquisas nos registos temporários de estrangeiros e de passaportes nos arquivos dos governos civis desta época que sobreviveram, também têm sido infrutíferas. Dada esta ausência de documentos e a previsível dificuldade em obter uma

55 *Jornal do Commercio*. Lisboa, n.º 4607 (10 Mar. 1869): [4], ao n.º 4611 (14 Mar. 1869): [4].

56 *Diário de Notícias*. Lisboa, n.º 1267 (4 Abr. 1869): 1.

57 *O Diário Popular*. Lisboa, n.º 918 (6.ª f.ª, 16 Abr. 1869): [2]; n.º 923 (4.ª f.ª, 21 Abr. 1869): [3].

58 «UM PHOTOGRAPHO CURIOSO, desejando tirar a vista do exterior do monumento da Sé Velha, pede a quem competir que mande completar a collecção de vasos, que ali se observam, e collocar outro cortiço, que faça symetria com o que ali existe.» *O Conimbricense*. Coimbra, n.º 2285, 19 Jun. 1869: 4). De facto, J. Laurent fotografou a referida fachada, tudo indica que neste ano e, possivelmente, por esta altura. Se, por enquanto, não é de excluir a possibilidade da publicação deste anúncio coincidir com a passagem de Laurent por Coimbra, não parece fazer muito sentido pensar que podia resultar da sua iniciativa, uma vez que ele apenas deve ter estado em Coimbra uns breves dias, no máximo. Se ele pretendesse que fizessem este arranjo, era estranho que colocasse um anúncio num periódico, ou pedisse a alguém para o fazer, em vez de fazer o pedido directamente aos responsáveis pelo edifício. A surtir efeito, tal podia acontecer apenas depois da sua partida. Parece-nos mais credível que este anúncio tenha sido colocado por um fotógrafo local, quando muito por um itinerante que tencionasse fotografar em Coimbra por um período razoável de tempo, ou mesmo que o anunciante não fosse sequer um fotógrafo, mas um simples cidadão indignado com esta negligência, a quem ocorreu que a ameaça da comercialização de um registo fotográfico com o «desarranjo arquitectónico» pudesse constituir uma forma de pressão eficaz sobre os responsáveis pela conservação do dito edifício.

datação das imagens ao dia ou mesmo ao mês, por enquanto apenas podemos efectuar uma reconstituição hipotética do seu trajecto pelo país, baseando-nos na ordem numérica que atribuiu às suas imagens da série C⁵⁹, e nas vias de comunicação então existentes.

De Lisboa, Laurent ter-se-á deslocado a Sintra, por estrada, onde fotografou o Paço Real (n.º 817), o castelo da Pena (n.ºs 818-824bis) e o pavilhão de Monserrate (n.ºs 825-827). De Sintra terá seguido para Mafra, onde fotografou o palácio-convento (n.º 828). Daqui, não é claro se continuou por estrada até Alcobaça, ou se se dirigiu para leste para apanhar o combóio até ao Entroncamento. De uma ou de outra forma, a próxima paragem é Alcobaça, onde fotografou o mosteiro (n.ºs 829-830). Daqui terá seguido para a Batalha, cujo mosteiro registou com especial interesse (n.ºs 831-847bis). Da Batalha ter-se-á dirigido a Tomar, onde fotografou o castelo e o convento, e tirou vistas gerais (n.ºs 848-853). De Tomar deve ter-se deslocado até à estação do Entroncamento, ou ao apeadeiro da linha de caminho de ferro do Norte mais próximo, carregando o seu carro-laboratório num vagão, e partido para Coimbra. Outra possibilidade, embora nos pareça menos provável, seria ter-se dirigido de Tomar para Coimbra por estrada. Nesta cidade também fotografou uma série de edifícios e vistas panorâmicas (n.ºs 854-861), e dela seguiu em direcção ao Porto. Em 1869 a linha do caminho de ferro do Norte terminava na estação das Devezas, em Vila Nova de Gaia, de onde terá descido até à parte baixa da vila e atravessado para o Porto pela ponte pênsil. Todo o percurso a norte do rio Douro foi feito por estradas. No Porto tirou algumas vistas panorâmicas e fotografou a Sé e a igreja e torre dos Clérigos (n.ºs 863-868). Do Porto terá seguido para Braga, onde registou a igreja do Bom Jesus (n.º 869), e daí para Guimarães, onde fotografou a igreja de N.ª Sra. da Oliveira (n.ºs 870-871/Figura 4a). De Guimarães terá regressado ao Porto, e voltado à estação de Vila Nova de Gaia para apanhar o combóio com destino a Lisboa. Numa primeira estimativa, cremos que esta viagem tenha durado cerca de um mês a mês e meio, dois no máximo.

Tudo indica que, regressado da sua viagem ao norte do país, Laurent tenha chegado de combóio a Lisboa e ali tenha estado pelo menos uns dias. Deve ter procurado J. Plessix e saber que imagens vendeu ou foram encomendadas no seu estabelecimento, ter-se reabastecido de chapas e produtos químicos fotográficos, e aproveitado para tirar novas fotografias de alguns edifícios.

A sua segunda passagem por Lisboa poderia eventualmente explicar porque nos aparecem outras imagens de edifícios já fotografados em que é visível a passagem de um intervalo razoável de tempo, denunciado, por exemplo, pela mudança da folhagem das árvores nas duas imagens da Basílica da Estrela (n.ºs C-800 e C-800 bis). O facto de usar para estas novas imagens o «bis» a seguir ao número das primeiras obtidas, permitiu-lhe manter a ordem geográfica na numeração do catálogo. Apesar disso, as imagens com os números C-805 e C-805bis (Casa Pia), aparentam ter sido tiradas na mesma altura. As B-232bis (cofre esmaltado da colecção da Academia Real de Belas Artes de Lisboa) e C-817bis (panorâmica da Batalha) podem ter sido tiradas na mesma altura que as B-232

59 Ver nota 31.

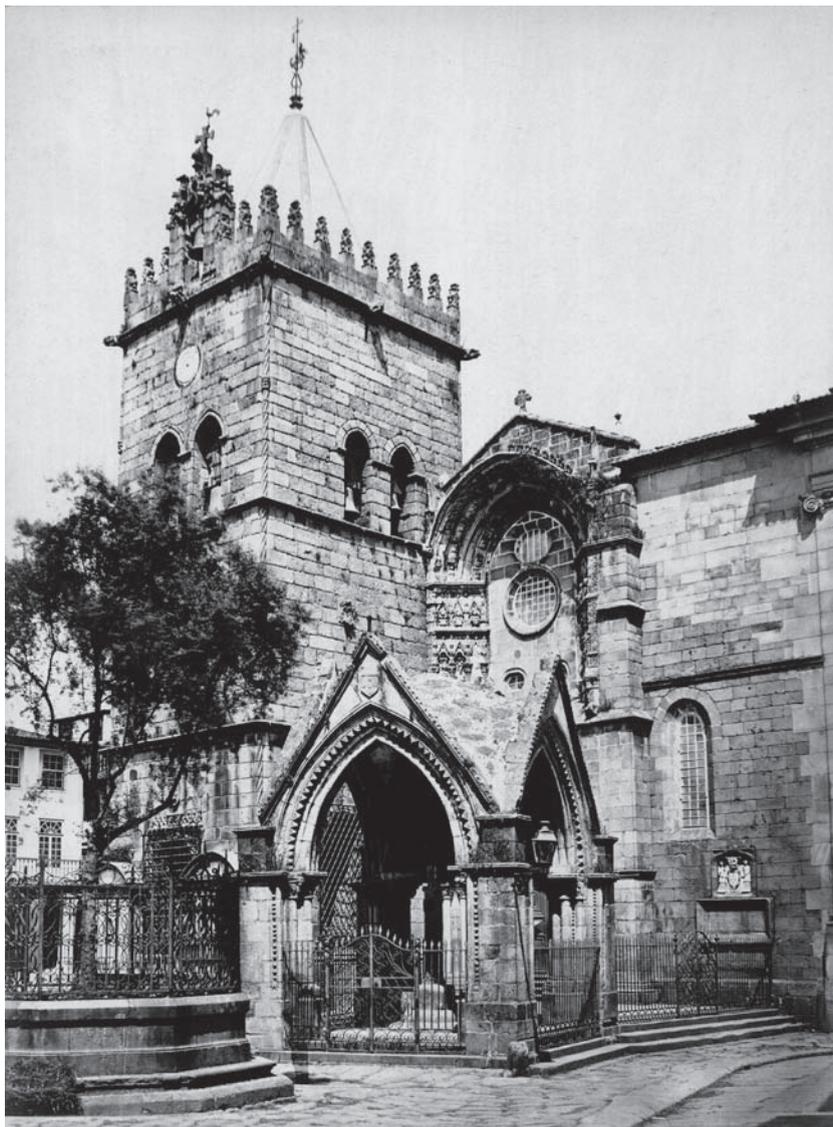


Figura 4a – J. Laurent (Madrid) – C-870. *Guimaraens. Vue de Notre Dame des Oliviers*, 1869. Dim. 34,1 x 25,4 cm (Col. particular).

e C-817, respectivamente, correspondendo apenas à inclusão no catálogo de uma segunda vista do mesmo tema, que inicialmente não se previa incluir, ou que não se terá numerado na altura em que foi tirada, facto que também se verifica em fotografias suas de Espanha⁶⁰.

A 5 de Julho, possivelmente depois da partida definitiva de Laurent de Lisboa, noticia-se que na loja do sr. Margotteau, dourador, situada na rua Nova do Carmo, n.ºs 36 e 38, que, entre outras coisas, vendia espelhos e caixilhos, e onde, com uma certa

⁶⁰ Informação de Carlos Teixidor.

regularidade, se exibiam obras de arte incluindo fotografias, pelo menos desde 1851, se encontravam expostas duas ampliações fotográficas, mais concretamente, os retratos de D. Luís I e do infante D. Augusto:

O primeiro pertence ao sr. Laurent, photographo hespanhol: o segundo pertence ao sr. Henrique Nunes, actualmente o nosso primeiro artista naquelle genero.

Não queremos fazer comparações, para que se não diga que somos pouco generosos em relação aos estranhos. Entretanto sentimos que o sr. Laurent não tivesse escolhido algum retrato d'el-rei já devidamente apreciado, para delle tirar a sua amplificação. Assim deu-se a uma fadiga esteril, porque nem a sua photographia prima pela composição, nem pela fôrma por que foi executada. Os escuros do retrato saíram-lhe excessivamente empastados, e mais parecem o resultado mediocre de um estudo a carvão, do que o esforço louvavel de uma obra de arte.

Não acontece o mesmo com o retrato do infante, cuja suavidade de tons reconhece-se logo á primeira vista. Apenas se pôde notar nesta amplificação uma desharmonia causada pelos claros da calça, mas nisso não é culpado o photographo. Ao sr. Nunes damos, pois, sinceros parabens pela excellencia do seu cliché.

Quando se vêem artistas assim, deve se experimentar uma viva alegria, porque ao menos provam elles que a boa vontade e o estudo ainda não abandonaram de todo este paiz⁶¹.

Não questionando as apreciações feitas aos trabalhos fotográficos de Jean Laurent, de Augusto César Pardal e de Henrique Nunes, convém referir que estes comentários se fizeram num momento político muito específico. Conhecendo a qualidade do trabalho de Laurent, é possível que por detrás destes argumentos técnicos esteja um sentimento nacionalista, algo exacerbado pela questão da sucessão no trono de Espanha, e pelas referências da imprensa ao crescente sentimento iberista neste país.

Segundo a ordem do catálogo, após o seu regresso a Lisboa, Laurent ter-se-á deslocado de barco à margem sul do Tejo, onde terá tomado o combóio na estação do Barreiro para Setúbal (linha do Sul e ramal do Sado). Aí tirou algumas imagens (n.ºs C-874 a C-876), e tudo indica que tomou novamente o combóio para Évora na recém-nacionalizada linha de Sul e Sueste⁶², sendo as imagens desta cidade (n.ºs C-877 a C-885 e B-238 a B-242) as últimas a ser obtidas em Portugal. Entre a sua saída de Lisboa e a conclusão das fotografias em Évora pode não ter passado mais do que uma semana.

Há que considerar a possibilidade, até agora nunca equacionada, de Laurent poder ter deixado Évora tão cedo como no fim de Abril ou na primeira semana de Maio, mas as suas últimas fotografias de Portugal também podem ter sido feitas numa data bem mais tardia. De Évora, Laurent deve ter seguido por estrada para Estremoz, e daí para Elvas, onde pode ter tomado o combóio da linha de Leste para Badajoz.

Outras questões surgirão, certamente, ao estudar mais detalhadamente as imagens portuguesas e confrontar a sua informação visual com os elementos de datação da

⁶¹ O *Diario Popular*. Lisboa, n.º 991 (5 Jul. 1869): [3].

⁶² *Diario do Governo*. Lisboa, n.º 55, 11 Mar. 1869, p. 297.

história local. Tanto este trabalho, como uma pesquisa mais aprofundada da documentação escrita, poderão contribuir para esclarecer se Laurent ou um dos seus colaboradores franceses, ou mesmo um fotógrafo contratado para o efeito, efectuou em data posterior mais algumas imagens de Portugal para incluir no seu arquivo e catálogo, ou se apenas efectuou esta viagem, agora confirmada por várias notícias e um anúncio seu nos periódicos de Lisboa, com actividade fotográfica iniciada nesta cidade em Março de 1869, e com data aproximada do seu regresso a Espanha ainda por determinar.

No seu trajecto de regresso a Madrid⁶³, Laurent terá passado por Cáceres (catálogo Laurent n.ºs C-886 e C-887) e Trujillo (n.ºs C-888 a C-890). Nenhuma das localidades era servida pelo caminho de ferro, pelo que parte significativa da Extremadura foi necessariamente feita por estrada. De Badajoz não sabemos se continuou de comboio até Mérida e só aí terá apanhado a estrada ou, menos provavelmente, terá tomado a estrada directamente para Cáceres. Voltamos a referir que este percurso é apenas conjectural, e baseado na ordem numérica das imagens da série C (vistas e monumentos arquitectónicos) do seu catálogo.

Em finais de Novembro de 1869 a esposa de J. Laurent, Maria Amália Daillencq, natural de Hastings, em França, falece em Madrid. Supomos que nesta data Laurent já estivesse de volta a esta cidade, mas, se assim não fosse, é provável que então tenha regressado.

ARQUIVO E COMERCIALIZAÇÃO DAS IMAGENS PORTUGUESAS DE J. LAURENT

Após esta viagem e o levantamento fotográfico que efectuou em Portugal, Laurent introduziu nos seus cartões no formato *Cabinet Portrait* (ca. 11 x 16,5 cm)⁶⁴, a legenda *Musées, monuments et coutumes de l'Espagne et du Portugal*, afirmando desta forma a amplitude peninsular que o seu trabalho adquirira. A maioria das legendas das imagens fotográficas e os catálogos, destinados sobretudo ao mercado europeu, eram escritos em francês, a língua da Europa culta da época.

Segundo Carlos Teixidor, Laurent terá trazido de Portugal «mais de 450 negativos originais, em placas de vidro emulsionadas com colódio. Estes negativos correspondiam a 200 títulos ou motivos diferentes, uma vez que, normalmente Laurent obtinha dois negativos de cada enquadramento, e, por vezes, também placas estereoscópicas»⁶⁵.

As imagens obtidas em Portugal apareceram pela primeira vez no seu catálogo de 1872⁶⁶. Nele não se referem as imagens estereoscópicas. No catálogo de 1879⁶⁷ consta um total de 328 imagens obtidas neste país, sendo 101 reproduções de obras de arte em grande formato (ca. 27 x 36 cm): 65 reproduções de pinturas (série A, com os n.ºs 678 a

⁶³ Cremos que se terá dirigido a Madrid, uma vez que no catálogo, as imagens com numeração a seguir às de Trujillo são as de um largo trajecto pela costa mediterrânica, que não deve ter sido feita imediatamente a seguir, e, mesmo que fosse, Madrid ficava em caminho.

⁶⁴ Em inglês; também designado por *Carte Album* ou *Portrait Album* (francês), ou *Tarjeta Americana* (castelhano).

⁶⁵ TEIXIDOR, 1997: [2]; TEIXIDOR, 2007: 47.

⁶⁶ *Oeuvres d'art* [...], 1872, que lista mais de 3.000 imagens.

⁶⁷ *Guide du touriste* [...], 1879.

738) e 36 imagens de escultura, ourivesaria, baixos-relevos e carruagens (série B, com os n.ºs 208 a 242), e 150 vistas de cidades e edifícios monumentais (série C, n.ºs 800 a 885). Destas, 80 são em grande formato (ca. 27 x 36 cm), algumas panorâmicas de espaços urbanos, doze destas obtidas em placas de 27 x 60 cm⁶⁸, ou compostas por um número variável de imagens montadas (entre duas a sete), obtidas em grande formato, e 70 vistas estereoscópicas (negativos 13 x 18 cm) dos mesmos temas. Entre estas últimas encontramos algumas com duas imagens do mesmo tema, que correspondem em grande formato a vistas panorâmicas, permitindo obter uma percepção tridimensional de duas partes do respectivo panorama. Desta forma, pela lógica do enquadramento e pela observação das imagens em ambos os formatos, podemos dizer sem incorrer em erro, que, regra geral, em primeiro lugar enquadrava a imagem em grande formato e só depois fotografava o mesmo tema estereoscopicamente. Nas 328 imagens acima referidas incluímos sete vistas estereoscópicas de Belém, Sintra, Monserrate, Setúbal e Évora, que foram acrescentadas no suplemento da edição de 1879, com uma numeração diferente e antecedida da letra S. A sua edição datará de cerca de 1879. Segundo Teixidor estas imagens não foram obtidas posteriormente, mas serão contemporâneas das anteriores. Ainda segundo o mesmo autor, a letra S está relacionada com a organização interna do arquivo de Laurent, e apenas aparece num conjunto de imagens estereoscópicas de Espanha e Portugal que não tem equivalente em grande formato⁶⁹.

Quando o catálogo de 1879 é editado, a firma J. Laurent & C.^{ie} está no seu auge. Não se trata apenas de um catálogo de imagens, mas de uma publicação composta de um guia de viagem pela Península Ibérica, com um roteiro escrito por Alfonso Roswag, marido da enteada de Laurent e seu colaborador, de um mapa da Península Ibérica com a rede de caminhos de ferro (Figura 1), e de uma segunda parte constituída pelo catálogo, com mais de 5000 imagens de obras de arte das coleções de Espanha e de Portugal, bem como vistas dos locais e edifícios que os turistas visitaram ou gostariam de ter visitado, com vista à sua posterior aquisição. Trata-se pois de uma perspicaz forma de aliar o desenvolvimento do turismo, fomentado pela comodidade que significava viajar na recente rede de caminho de ferro, à componente comercial da sua firma. Além de fotógrafo Laurent era um competente homem de negócios.

Sabendo que um bom catálogo não bastava para uma comercialização eficaz no potencial mercado europeu, Laurent não só vendia as suas imagens no seu atelier de Madrid (carrera de San Geronimo, 39), no Museu do Prado, cujas obras de arte reproduzira, e no seu estabelecimento de Paris (rue de Richelieu, 27 e mais tarde 90), como estabeleceu acordos de depósito e venda com uma série de estabelecimentos comerciais espalhados pelo país (mais de vinte em Espanha) e pela Europa (Londres, Stüttgart, Viena, Bruxelas e Roma).

Em Portugal, no seu catálogo de 1879 refere-se como seu depositário em Lisboa, o Depósito Geral de Estampas de A. de Matos Antunes (rua do Chiado, 88), uma casa com

⁶⁸ TEIXIDOR, 2007: 47.

⁶⁹ Informação de Carlos Teixidor.

grande tradição na comercialização de imagens e material fotográfico, e no Porto, o estabelecimento de Manuel Costenla (rua de Santo António, 198-202)⁷⁰, que antes de Antunes fora o proprietário do referido estabelecimento lisboeta. No que se refere a Portugal, os catálogos da casa Laurent de datas posteriores não introduzem alterações significativas ao de 1879⁷¹.

Sabemos que a Academia Portuense de Belas Artes tinha na sua biblioteca três álbuns de imagens de J. Laurent, em grande formato: dois volumes de reproduções de obras de arte do Museu do Prado e uma coleção de vistas de Portugal, incluindo panoramas dobrados, provavelmente adquiridos para os seus professores e alunos estudarem as obras de arte ali reproduzidas, e para a partir delas fazerem exercícios de desenho por cópia. Alguns artistas portugueses fizeram uso de imagens de Laurent com os mesmos objectivos, e para a partir delas executarem gravuras. Historiadores de arte, como Joaquim de Vasconcelos, adquiriram ou consultaram as suas imagens para informar os seus estudos⁷².

Muitas das imagens obtidas por Laurent em Portugal foram reproduzidas para ilustrar artigos sobre Portugal em publicações estrangeiras e nacionais. Salientamos, a título de exemplo, algumas gravuras publicadas no periódico francês *L'Illustration*⁷³ apenas um ano após a realização das fotografias em Portugal, no *Le Magasin Pittoresque*⁷⁴, na *La Ilustración Española y Americana*⁷⁵ e no *Ocidente* (Lisboa, 1880-1892/Figura 4b), passado mais de um década.

Pelo falecimento da esposa de Laurent, a filha do seu primeiro casamento Catalina Melina Dosch, herda metade do estabelecimento fotográfico (1873). No início de 1874 Laurent e Catalina associam-se a Manuel Sánchez Rubio na firma J. Laurent y C.^{ia}, ficando este com 20% da sociedade. Sánchez Rubio deixa-a em Novembro de 1875 e, em 1878, Laurent e a enteada renovam a sociedade por 10 anos, mas, a 4 de Julho de 1881, Laurent cede-lhe por venda a sua quota na sociedade, tendo Catalina continuado a actividade fotográfica e a comercialização das imagens do arquivo da casa⁷⁶ com o seu marido Alfonso Roswag. Em 1883, o arquivo da casa Laurent contava com 12 000 negativos de vistas urbanas, edifícios históricos, obras de arte e obras públicas, «tipos» e costumes de Espanha.

Laurent faleceu em Madrid, a 24 de Novembro de 1886, sem descendência. No seu registo de óbito consta a versão espanhola do seu nome: Juan Bautista Laurent y Minier. Com o falecimento de Roswag em 1900, o estabelecimento e o seu arquivo foram vendidos a Joseph Lacoste, que lhe deu continuidade. Em 1916 o estabelecimento está na posse de Juana Roig Villalonga, e desta vai parar às mãos de N. Portugal. Em Dezembro de 1930 passa a pertencer a Joaquín Ruiz Vernacci, que o mantém até à data do seu falecimento em 1975, ano em que a sua família vendeu o arquivo ao Estado espanhol.

⁷⁰ *Guide du Touriste [...]*, 1879: X.

⁷¹ Informação de Carlos Teixidor.

⁷² Nota bibliográfica na obra de VASCONCELLOS, 1918: 75; VASCONCELLOS, 1884: 33-34; SENA, 1998: 90.

⁷³ *L'illustration: journal universel*. Paris (4 Jun. 1870): 408.

⁷⁴ *Le Magasin Pittoresque* / Édouard Charton (dir.). Paris, tomo XLI, n.º 5 (Fev. 1873): 109; n.º 24 (Jun. 1873): 188-189.

⁷⁵ *La Ilustración Española y Americana*. Madrid, ano XX, n.º 28 (30 Jul. 1876), p. 61; ano XXV, n.º 4 (30 Jan. 1881); 59, 65.

⁷⁶ TEIXIDOR, 2007: 38-39; TEIXIDOR, 2008: 26; GUTIÉRREZ MARTÍNEZ, 2007: 11-19.

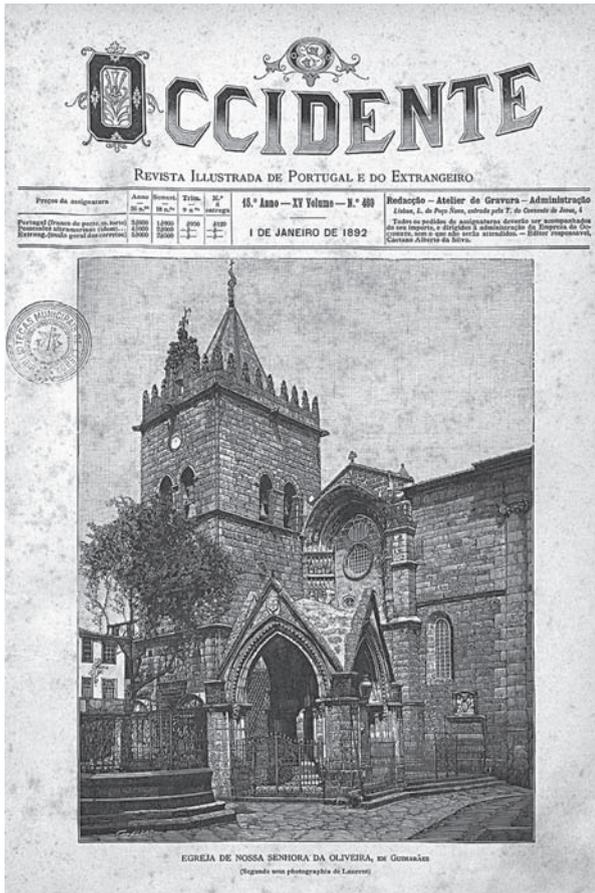


Figura 4b – Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães (Segundo uma photographia de Laurent). «O Occidente: revista illustrada de Portugal e do extranjeiro», 15.º ano, XV vol., n.º 469 (1 Jan. 1892). Lisboa, p. 1.

Nem todos os negativos que Laurent tirou em Portugal sobreviveram, mas ainda existem 230, preservados em Madrid, no arquivo que tomou o nome do seu último proprietário, sob a tutela do Instituto do Património Cultural de Espanha, e onde ainda se podem obter reproduções das imagens que Laurent tirou em Portugal em 1869⁷⁷.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. – J. Laurent. In *Wikipedia: a enciclopédia livre*/Teixidor Cadenas, Carlos [et al.] Wikimedia Foundation. Disponível em <URL: http://es.wikipedia.org/wiki/J._Laurent>. [Consult. 16.08.2010].
- AA. VV. – Jean Laurent (fotógrafo). In *Wikipedia: a enciclopédia livre*/Teixidor Cadenas, Carlos [et al.] Wikimedia Foundation. Disponível em <URL: [http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jean_Laurent_\(fot%C3%B3grafo\)&oldid=21456968](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jean_Laurent_(fot%C3%B3grafo)&oldid=21456968)>. [Consult. 16.08.2010].
- BADÍA VILLASECA, Sara (coord.) (2001) – *Jean Laurent*. Tucson: Center for Creative Photography, The University of Arizona. Disponível em <URL: <http://www.cfa.arizona.edu/laurent/>>. [Consult. 12.06.2010].

⁷⁷ Instituto del Patrimonio Cultural de España. Archivo Ruiz Vernacci. Disponível em <URL: <http://www.mcu.es/patrimonio/MC/IPHE/Documentacion/Fototeca/ArchivoRuiz/RefHistorica.html>>. [Consult. 16.06.2010]; TEIXIDOR, 2007: 47.

- BAHAMONDE, Ángel; MARTÍNEZ, Jesús A. (2007) – *Historia de España: siglo XIX*. 5.ª ed. Madrid: Cátedra.
- BARRESWIL; DAVANNE (1864) – *Tratado practico de fotografia ó sea química fotográfica [...]*/revisto e aumentado por Benito de Cereceda. Madrid: Carlos Bailly-Bailliere.
- CARTIER-BRESSON, Anne, dir. (2008) – *Le Vocabulaire technique de la photographie*. Paris: Marval.
- Catálogo de los retratos [...]* (1861) – *Catálogo de los retratos que se venden en casa de J. Laurent, fotógrafo de S. M. la Reina*. Madrid: [J. Laurent].
- CATROGA, Fernando (1993) – «Nacionalistas e iberistas». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, 5.º vol., p. 563-577. [S. l.]: Círculo de Leitores.
- COMELLAS, José Luís (2008) – *Historia de España Contemporánea*. 9.ª ed. Madrid: RIALP.
- FONTANELLA, Lee (1999) – *Clifford en España: un fotógrafo en la corte de Isabel II*. [Madrid]: Ediciones El Viso.
- GAIO, Eduardo Frutuoso (1957) – *Apointamentos para a história dos caminhos de ferro em Portugal*. Sintra: [s. n.].
- Guide du touriste [...]* (1879) – *Guide du touriste en Espagne et en Portugal, ou itinéraire à travers ces pays, au point de vue artistique, monumental et pittoresque: catalogue [...]*. Madrid/Paris/Stuttgart: J. Laurent et C.^{ie}.
- GUTIÉRREZ MARTÍNEZ, Ana (2007) – «J. Laurent, por tierras de España y Portugal». In MARTOS CAUSAPÉ, Felix; RUIZ ROJO, José Antonio – *La Casa Laurent y Guadalajara: fotografías, 1862-1902*. Guadalajara: Diputación Provincial de Guadalajara. Servicio de Cultura/Centro de Fotografía y la Imagen Histórica de Guadalajara, p. 9-19.
- GUTIÉRREZ MARTÍNEZ, Ana; NÁJERA COLINO, Purificación (2005-[...]) – *Jean Laurent en el Museo Municipal de Madrid: retratos* [3 tomos publicados]. Madrid: Museo Municipal de Madrid.
- JUSTINO, David (1989) – *A Formação do espaço económico nacional: Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega.
- Oeuvres d'art [...]* (1872) – *Oeuvres d'art en photographie: l'Espagne et le Portugal au point de vue artistique, monumental et pittoresque: catalogue [...]*. Madrid/Paris: J. Laurent.
- MATOS, Lourenço Correia de (2009) – *Os Fornecedores da Casa Real (1821-1910)*. Lisboa: Dislivro Histórica.
- MAYNÉS-TOLOSA, Pau (2000) – *Jean Laurent et le papier leptographique: traitement d'oeuvres de la Société française de photographie et de l'École nationale des ponts et chaussées*. Paris: École Nationale du Patrimoine – Institut de formation des restaurateurs d'oeuvres d'art (ENP-IFROA), Section photographie. Memória de licenciatura.
- MENDES, J. Amado (1993) – «Transportes». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, 5.º vol., p. 369-379 [S.l.]: Círculo de Leitores.
- RAMIRES, Alexandre (2001) – *Revelar Coimbra: os inícios da imagem fotográfica em Coimbra 1842-1900*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- REBELO, Teresa (2006) – *Condessa d'Edla: a cantora de ópera quasi rainha de Portugal e de Espanha*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- ROSWAG, A. (1879) – *Nouveau Guide du Touriste en Espagne et Portugal. Itinéraire artistique*. Madrid/Paris: J. Laurent et C.^{ie}, 1879. Madrid/Paris/Stuttgart: J. Laurent et C.^{ie}.
- SENA, António (1998) – *História da imagem fotográfica em Portugal, 1839-1997*. 1.ª ed. Porto: Porto Editora.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge (2006) – *D. Luís I*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- TEIXIDOR, Carlos (2008) – «Fotografias de Sevilla, años 1857-1880, por Juan Laurent». In *Sevilla artística y monumental. 1857-1880: fotografías de J. Laurent*, p. 20-45. Madrid: Fundación Mapfre/Ministerio de Cultura.
- ____ (2007) – *Laurent em Portugal*. In ALMEIDA, Carmen (coord.) – *Évora desaparecida: fotografia e património 1839...1919*, p. 33-48, 94-121. Évora: Câmara Municipal de Évora/Centro de Investigação de Estudos de História (CIDHEUS), Universidade de Évora.
- ____ (1997) – *Negativos de Portugal de J. Laurent (años 1868-1870), conservados em Madrid, en el Instituto do Património Histórico Espanhol*. Encontros de Conservação de Fotografia, 5 Dez. 1997. Lisboa: Arquivo Fotográfico Municipal.
- VASCONCELLOS, Joaquim de; ABREU, Marques (1918) – *Arte românica em Portugal*. Porto: Marques Abreu.
- VASCONCELLOS, Joaquim de (1884) – «Indústrias históricas e indústrias caseiras. II – O Tijolo na arquitectura». In *Revista Illustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, n.º 3 (Março), p. 33-34.

«PUR BONE ALLIANCE ET AMISTE FAIRE»

DIPLOMACIA E COMÉRCIO ENTRE PORTUGAL E INGLATERRA NO FINAL DA IDADE MÉDIA

TIAGO VIÚLA DE FARIA*
FLÁVIO MIRANDA**

Resumo: *Este artigo pretende estudar as relações entre Portugal e a Inglaterra desde meados do século XIV até às primeiras décadas do seguinte, através de uma análise combinada aos tratados, embaixadas e actividade mercantil em Inglaterra, na qual se procura entender que nexos terão existido entre diplomacia e comércio. Nesta perspectiva, a primeira parte caracteriza alguns acordos políticos e económicos obtidos em Inglaterra, bem como o perfil dos agentes diplomáticos, enquanto na segunda parte é apresentado um estudo de caso em que se pretende perceber qual o efeito da actividade diplomática sobre o comércio.*

Palavras-chave: *Diplomacia; Comércio; Portugal, Inglaterra.*

Abstract: *Our aim is to understand correlations between diplomacy and trade in Anglo-Portuguese relations from the mid-fourteenth century to the first decades of the fifteenth century. This we achieve through a combined analysis of treaties, their context and personnel involved, against the perceived development of Portuguese mercantile activity in England. The first section sets out to demonstrate how varying political and economic interests were reflected on the making of treaties, while in the second section a case-study of the effects of diplomacy on trade is presented.*

Keywords: *Diplomacy; Trade; Portugal; England.*

O tratado de Windsor e «a mais velha aliança do mundo» têm dado o mote para vários colóquios, publicações e debates ao longo dos anos, mas algumas questões têm ficado em aberto e são fundamentais para a compreensão desta aliança e das que a precederam: Qual a dinâmica da diplomacia nas relações luso-inglesas? De que forma se estabeleceu essa aliança? Como foram articulados os interesses políticos e corporativos? Que benefícios resultaram dos estatutos e tratados? No fundo, pretende-se perceber como se formaram as alianças políticas e económicas, quem foram os emissários diplomáticos, como se fizeram os tratados e qual o efeito prático nas relações comerciais.

Este artigo encontra-se dividido em duas secções: 1. As transacções da diplomacia – analisando-se as raízes da aliança, os interesses expressos nos tratados e os perfis dos emissários portugueses que os negociaram; 2. Mercadores de Portugal em Inglaterra – perspectivando-se as relações comerciais e o real impacto dos tratados nos negócios de mercadores portugueses em Inglaterra.

* St. John's College, Oxford. Bolseiro de Doutoramento em História (FCT). Colaborador do CITCEM e IEM.

** Universidade do Porto. Bolseiro de Doutoramento em História (FCT). Colaborador do CITCEM.

1. AS TRANSACÇÕES DA DIPLOMACIA

Aquilo que primeiro vem à cabeça quando falamos de «relações internacionais» são contactos políticos, vínculo que tende a definir-se pela salubridade das ligações entre dois países; ou seja, são a natureza, a afabilidade, a fluidez das ligações entre estados que, de certo modo, simplificam o nosso entendimento do que é uma tessitura bastante complexa. Quando se diz «relações anglo-portuguesas na Idade Média» no que é que pensamos logo? Àqueles que já ouviram qualquer coisa sobre relações anglo-portuguesas, ou relações anglo-portuguesas na Idade Média, ocorre logo «o tratado de Windsor».

E é natural que pensemos de imediato no tratado de Windsor (1386) como elemento definidor das relações entre Portugal e Inglaterra. Porquê? Talvez por dois motivos principais. O primeiro é possivelmente historiográfico – se quisermos, é o tratado mais «importante» da história anglo-portuguesa. Depois, simplesmente por ser um tratado. É um marco; como o tendem a ser, aliás, todos os tratados que acabam por perdurar. Mas é preciso lembrar que qualquer convenção desse género supõe que já havia intercâmbio social, político, económico, comercial. Os tratados anglo-portugueses de que falaremos adiante devem ser por isso entendidos não no seu valor absoluto, mas sim relativo, como elementos que confirmam e estimulam ligações já existentes.

Este artigo trata da relação entre diplomacia e comércio. Ou seja, trata daquilo que percebemos à partida como expressões da política e da economia. A historiografia anglo-portuguesa tem necessariamente olhado para estas duas últimas como factores complementares, mas distintos, das relações internacionais. E é, realmente, uma visão que quando aplicada ao caso anglo-português parece apropriada. Isto porque, como veremos, a economia e a política surgem aí, por vezes, de forma algo desfasada, desencontrada, se bem que nunca se desliguem uma da outra. Esta matriz é particularmente visível em três tratados anglo-portugueses assinados na segunda metade do século XIV¹. Veremos que os tratados de 1353, de 1373 e de 1386 não são redundantes entre si; são complementares. Grosseiramente, o de 1353 é «económico», enquanto o de 1373 é «político». O de 1386 é uma espécie de súpula dos dois. E é assim que têm sido vistos quase sempre, como tendo objectivos diferentes entre si.

A tendência para a distinção (e, com isso, uma certa separação) entre política e economia vem de longe e tem persistido. Os dois primeiros trabalhos modernos de maior vulto sobre relações anglo-portuguesas medievais foram publicados no início do século XX pela mesma autora. Em 1906, V. M. Shillington salientou as interacções políticas, diplomáticas e militares, falando da ligação económica como enquadramento parcial às relações mais recuadas, dos séculos XII e XIII, entre os dois povos e coroas. No seu livro de 1907, o primeiro capítulo é sobre a aliança entre Inglaterra e Portugal, e o segundo sobre as relações comerciais. Subentende-se um grau de separação entre política e economia – entre relações políticas e relações económicas² Vejamos também alguns

¹ Outros tratados, convenções, declarações, deste período foram deixados de fora porque são mais marginais à ilustração que se faz aqui da relação entre política e economia.

² SHILLINGTON, 1906: 111 e seguintes; CHAPMAN & SHILLINGTON, 1907.

exemplos de que maneira o «tratado económico» de 1353 e o «tratado político» de 1373 têm sido considerados em articulação. Nas suas narrativas ou contextualizações cronológicas, a maioria dos historiadores passa habitualmente sem grandes considerações de 1353 para 1373: E. Prestage fê-lo em 1934, como também os portugueses C. H. Sousa, J. de Almada, e A. M. Guedes, nas décadas de 1930 a 1950³. Também a dimensão económica da política pode facilmente ser relegada para o pano de fundo, como aconteceu nos trabalhos de V. Rau e H. Livermore a propósito dos *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa*, e que começam por salientar o tratado que comemoram (o de 1373), excluindo o de 1353⁴. Mais recentemente, também na resenha de 1995 «Em Revisita a uma Aliança» J. B. de Macedo salta directamente dos acordos comerciais de 1294 para os políticos de 1373⁵. Compare-se estas abordagens com aquelas propostas em 1986 por L. A. da Fonseca sobre o contexto do tratado de Windsor, em que este é visto como a alternativa política que assegurava aos portugueses o «acesso preferencial ao espaço atlântico» – ou seja, como uma tentativa de salvaguarda das relações económicas com Inglaterra e outros parceiros norte-europeus⁶. Mas a tentativa de Fonseca de associar mais intimamente as esferas política e económica é praticamente excepcional, talvez porque essa seja em muitos aspectos uma tarefa problemática. De facto, os dois mundos relacionam-se, mas veremos que não são a mesma coisa – e isto tem expressão mesmo nas relações formais entre estados.

Ora, se vemos nos tratados os tais marcos importantes (discutivelmente, determinantes) nas relações internacionais, e se reconhecemos também à partida que no século XIV anglo-português houve uma diversidade de tratados, que tiveram propósitos distintos entre si (o que, como se vê, é reconhecido com naturalidade pelos historiadores), então nesse caso fará sentido olharmos para cada um destes tratados na sua individualidade e nos objectivos que expressam. A partir daí será possível procurar relações com quem os negociou e tentar perceber se o perfil desses agentes tem a ver com os objectivos das embaixadas, e em que medida. E quando às diferenças entre economia e política? Implicam necessariamente traçarmos uma distinção clara também entre comércio e diplomacia?

O tratado de Londres 20 de Outubro de 1353 continha oito cláusulas, acordadas pelo período de 50 anos entre o rei Edward III de Inglaterra (1327-1377) e «les bones Gentz, Marchauntz, Mariners, et les Comunalties de la Marisme, des Citees et Villes, de Ulixbon, et de Port du Portugal, du Roialme et de Seignurie de Roi de Portugale et de Algarbe»⁷. Era assegurado o livre-trânsito de pessoas e mercadorias entre domínios (sujeito aos impostos em vigor), marítimos ou terrestres, bem como o livre acesso

3 PRESTAGE, 1934: 71-2; SOUSA, 1939: 20 e seguintes; ALMADA, 1946: 7; ALMADA, 1955: 7-8; GUEDES, 1943: 71-4. Este último contextualiza melhor a evolução política entre 1353 e 1373.

4 Veja-se também o artigo de P. E. Russell na mesma obra, que refere um ou dois marcos nas relações económicas anteriores a 1373.

5 MACEDO, 1995: 20.

6 FONSECA, 1986: 10-28 e Cap. 4.

7 Publicado em RYMER, 1704-35: vol. 5, p. 763; paráfrase em português em GUEDES, 1943: 71-4.

português aos portos de Inglaterra e Bretanha para a partir daí se pescar. Também se garantia a segurança dos súbditos e bens das duas coroas, devendo ser arquivados os litígios pendentes entre mercadores. Entre outras cláusulas, que reflectem a instabilidade e a insegurança no mar, eram estas as principais disposições que ofereciam à economia anglo-portuguesa condições de prosperar⁸.

O tratado de Londres de 16 de Junho 1373, que veio na sequência de um outro tratado (celebrado no ano anterior, em Tagilde, com o duque de Lancaster, pretendente ao trono de Castela), tem quatro cláusulas, acordadas perpetuamente entre os monarcas Fernando (1367-1383) e Leonor de Portugal e Edward III de Inglaterra e os seus sucessores⁹. Prometia-se amizade e aliança contra quaisquer inimigos de ambas as partes, que ficavam inibidas de lhes prestar auxílio, por mar ou por terra, e de acolher exilados políticos. Ficava prevista a colaboração militar quando necessário, com o envio de homens de armas, arceiros, besteiros e vasos de guerra. Por fim, estipulava-se como haveria de ser o comando das forças militares aliadas.

À semelhança do de 1373, o tratado de Windsor de 9 de Maio de 1386 era também firmado em perpetuidade, agora entre João I de Portugal (1385-1433) e Richard II de Inglaterra (1377-1399) e seus sucessores¹⁰. Continha treze cláusulas – mais do que os acordos de 1353 e 1373 em conjunto. Logo na primeira cláusula previa-se o auxílio mútuo contra inimigos de qualquer uma das duas partes; e na segunda o livre-trânsito de pessoas e mercadorias nos domínios das duas coroas. Estas duas alíneas sintetizam desde logo a amplitude do tratado: em essência, aquilo que se estabelecera antes, em tratados separados, ficava agora integrado num documento compósito. E o restante clausulado igualmente reúne, actualiza e expande, numa autêntica carta de princípios, o que já tinha sido definido em 1353 e em 1373. A plataforma de como deveriam decorrer as relações anglo-portuguesas era assim elevada a um novo nível, pelo menos do ponto de vista formal. Convencionava-se uma associação muito abrangente, que incorporaria os planos económico, social, militar, político, jurídico – e daí a menos de um ano, também dinástico, com o casamento de João I com uma princesa plantageneta.

Existiu, portanto, uma diferença visível de objectivos económicos e políticos entre os tratados de 1353 e 1373, a que se seguiu uma confluência em 1386. Melhor dizendo, existiu uma diferença bastante marcada entre objectivos que em 1353 tinham a ver essencialmente com a economia, não obstante a dimensão política óbvia (ou não fosse o tratado celebrado com o próprio monarca inglês), e que em 1373 se prendiam com aspectos de estratégia e aliança militar, sendo então a sua expressão política mais directa e evidente. Mas como explicar esta sucessão de tratados que culmina em Windsor? De forma

⁸ Essas outras cláusulas são vistas em maior pormenor na tese de doutoramento em preparação. O tratado de 1353 não foi exclusivamente um convénio económico; pelo contrário. As bases do tratado político-militar de 1373 encontram-se aqui. Por exemplo, uma parte ficava proibida de prestar qualquer tipo de auxílio aos adversários da outra. Portanto, logo em 1353 os mercadores portugueses tomaram a opção de não se associarem aos castelhanos ou aos franceses – o que diz bastante das prioridades económicas portuguesas nesta altura.

⁹ Publicado em RYMER, 1704-35: vol. 7, p. 15; veja-se tradução em português em ALMADA, 1946: 9-16.

¹⁰ Publicado por exemplo em RYMER, 1704-35: vol. 7, p. 515; traduzido para português por exemplo em ALMADA, 1946: 17-23. Sobre o tratado de Windsor é imprescindível a leitura de CUTTINO, 1985: 14-9.

mais uma vez simplificada: temos um tratado económico, um tratado político, e um tratado misto no espaço de trinta e três anos. Como explicar uma aproximação diplomática e, em simultâneo, um desfasamento dos vários objectivos? Isto é em parte explicado pelo desenrolar dos acontecimentos na Europa política e económica da altura, mas também é fundamental ter em conta a iniciativa de uma série de agentes, também políticos e económicos, directamente interessados no processo diplomático. Lá chegaremos.

O que se passava no início da década de 1350? Poucos anos antes, tinham falhado negociações para casar uma das filhas de Afonso IV (1325-1357) com o herdeiro do trono de Inglaterra. Leonor acabou por casar com Pere «o Cerimonioso», rei de Aragão, servindo necessidades políticas que terão parecido à coroa portuguesa mais prementes. Com elas saíam goradas também as expectativas daqueles que, fora da corte, mais interesse tinham numa progressiva formalização das relações anglo-portuguesas: os homens de negócios, os mercadores. Estes poderão ter usado como modelo para o seu próprio tratado (de 1353) um acordo feito em 1351 entre os ingleses e as povoações costeiras da Biscaia e de Castela, à revelia do senhor local e do próprio rei de Castela¹¹. A instabilidade das relações políticas com Castela (a aliança franco-castelhana de 1337 foi renovada em Julho de 1352) e as suas repercussões comerciais eram razões mais do que suficientes para os ingleses enfileirarem com os portugueses num acordo como o de 1353.

Já as circunstâncias do tratado de 1373 são bastante diferentes. A luta pelo trono de Castela na década de 1360, que culminou em 1369 com a morte de Pedro I às mãos do seu irmão bastardo Enrique de Trastámara (Enrique II, 1369-1379), que era apoiado pela casa reinante francesa, precipitou a intervenção inglesa na Península Ibérica. As condições estavam criadas para uma contra-aliança anglo-portuguesa, com o objectivo expresso de apoiar a campanha do duque de Lancaster e da sua mulher (a herdeira directa de Pedro I) à coroa castelhana – conjuntura política que terá repercussões no comércio, como se verá na segunda secção do artigo. Essa aliança tomará forma em Tagilde (10 Julho 1372), onde se convencionou uma coligação militar entre o duque e os monarcas de Portugal. Este plano nunca chegou a concretizar-se no terreno, e os portugueses acabaram por sair derrotados também politicamente da «segunda guerra fernandina», que obrigou o governo português a profundas concessões aos castelhanos. Pela paz de Santarém (de 19 de Março de 1373) concede-se a Castela a mão da herdeira do trono português, promete-se fechar os portos nacionais aos ingleses, e inclusivamente enviar forças navais contra eles.

Sem entrar nas controvérsias sobre o «jogo duplo» do governo português, era crucial nesta altura libertar o país da crescente influência política e militar (e, com ela, económica) de Castela. Ingleses e portugueses tinham, neste quadro, toda a urgência em formar uma liga que ajudasse a estancar a superioridade franco-castelhana. O governo português não perdeu tempo e de imediato chegou a um novo tratado (o de 16 de Junho de 1373), agora entre a coroa portuguesa e a própria coroa de Inglaterra. Os mercadores

¹¹ Compare-se o tratado de 1353 com este (publicado em RYMER, 1704-35: vol. 5, p. 717). Ver também CHILDS, 1978: 28-9.

que se movimentavam no espaço anglo-português não parecem ter sido ouvidos nem achados para o caso, e nem era necessário que o fossem, vigorando o tratado de 1353¹².

Com Windsor será diferente. Em 1386, surgia uma nova oportunidade para o duque de Lancaster tentar a invasão de Castela, enquanto os Valois de França preparavam uma autêntica reedição da invasão normanda de 1066 – não é por acaso que no mesmo dia em que se assinou Windsor os portugueses também se comprometeram a enviar galés para auxiliar os ingleses. Quanto às relações anglo-castelhanas, estavam de um modo geral desgastadas, principalmente graças à pertinácia dos Trastámara ao lado dos franceses, o que fazia com que os ingleses renovassem a atenção ao parceiro português, apesar das debilidades que este mostrava. Em Portugal, entre guerras e rebeliões, os apoiantes do rei usurpador João I procuravam desesperadamente um aliado fora de portas, que desse legitimidade política e substância militar ao novo governo, fragilizado face a ameaças internas e externas. Por tudo isto, o contexto de Windsor é eminentemente político, militar, estratégico. Mas os homens de negócios – talvez mais até os de Portugal – viram aqui uma oportunidade. A inclusão de cláusulas económicas no tratado de 1386 é um indicador claro da visibilidade e do peso políticos que a mudança de dinastia trouxe a alguma da burguesia mercantil portuguesa. E apesar o acordo de 1353 ainda não ter expirado, é claro que este não se podia comparar às garantias que um pacto sem prazo de validade transmitia.

Agora que conhecemos melhor os três tratados e os seus contextos, bem como as principais forças interessadas na sua elaboração em cada fase, vejamos quem levou a cabo a tarefa de os negociar¹³. Há mesmo muito pouca informação sobre os procedimentos que conduziram à assinatura do tratado de 1353. A informação também é escassa quanto a quem, da parte das cidades de Lisboa e Porto e das comunidades marítimas de Portugal, foi a Inglaterra negociá-lo. O documento refere apenas Afonso Martins, dito «Alho», um mercador do Porto¹⁴. Ainda que o documento anglo-biscaíno-castelhano de 1351 possa ter servido de base a este, é bem seguro que Afonso Martins estava suficientemente à vontade para, em nome dos seus mandatários, tratar, numa corte estrangeira e ao mais alto nível, um instrumento (legal e ainda para mais redigido em anglo-normando) que iria regular juridicamente aspectos fundamentais da economia anglo-portuguesa por um período de meio século. Para além de diplomata, Alho chegou a ser procurador da câmara do Porto, mas fora isso sabemos muito pouco do seu *background*¹⁵. Este mercador talvez saísse da norma; simplesmente não sabemos. Mas o que é certo é que a mais influente burguesia marítima portuguesa de meados do século XIV era suficientemente organizada

¹² Para além de que o comércio anglo-português continuava a ser favorecido: em 1367 Fernando deu aos ingleses privilégios jurídicos em Lisboa (SANTARÉM, 1842: 67), e em 1371 Edward III reiterou os direitos dos portugueses que comerciavam com Inglaterra (RYMER, 1704-35: vol. 6, p. 703).

¹³ A relação aqui sugerida entre as embaixadas e o perfil dos agentes diplomáticos é desenvolvida na tese de doutoramento.

¹⁴ Alho já tinha estado em Inglaterra no ano anterior, também em missão diplomática, com «Gomezium de Lynpas», mercador de Lisboa, e é possível que os dois tenham começado a negociar o tratado nessa altura (RYMER, 1704-35: vol. 5, p. 741).

¹⁵ Mais elementos sobre este personagem em MIRANDA, 2010a: 47-55.

entre si, e política e economicamente influente, ao ponto de vincular com uma coroa estrangeira, *motu proprio*, um tratado comercial de abrangência internacional – o qual podia inclusivamente ter implicações político-estratégicas¹⁶.

Em 1373, os enviados de Portugal estão mais dentro do que é habitual na diplomacia da época: são indigitados um elemento da nobreza e um clérigo. Vasco Domingues, chantre na diocese de Braga, veio a desempenhar, depois desta embaixada, funções eclesiásticas e administrativas de relativa importância. O papel que teve nas negociações parece ter-lhe sido dado por causa da sua preparação escolar, e talvez por alguma experiência pessoal acumulada. O galego Xoán Fernández de Andeiro é uma figura bem melhor estudada. Tratava-se de um hábil (e polémico) estratega ao serviço do governo português, que tinha um interesse político, mas também pessoal, no estreitamento das ligações anglo-portuguesas. Era privado não só dos monarcas portugueses, mas também na corte legitimista do duque de Lancaster (o pseudo-rei de Castela), e por isso estava excepcionalmente preparado enquanto diplomata para esta missão¹⁷. É interessante notar que (como, aliás, acontecerá em 1386) os parceiros de negociações de Domingues e Andeiro lhes correspondem em estatuto social e em formação: eram eles um notável da corte inglesa e um clérigo na arquidiocese de Cantuária. Saliente-se também que entre as testemunhas deste tratado de 1373 se contavam Juan Gutiérrez, apaniguado do duque de Lancaster e seu *insider* em assuntos políticos castelhanos, bem como Pedro Dias, comendador da Ordem de Santiago em Portugal¹⁸. A presença de Dias é notável não só porque demonstra a confiança política e estratégica colocada nas ordens militares (ou pelo menos nesta ordem militar), aqui expressa pelo envio de um seu cavaleiro – na qualidade de representante da coroa portuguesa –, mas também pelo facto de, em 1386, um dos dois enviados portugueses que assinaram o tratado de Windsor ter sido outro freire de Santiago, nada menos que o mestre da ordem Fernando Afonso de Albuquerque.

O perfil dos emissários que trataram Windsor é muito similar ao dos seus antecessores de 1373: um fidalgo e um escolar. Albuquerque, um membro da alta nobreza, fazia-se acompanhar de um alto funcionário público, Lourenço Eanes Fogaça. Na verdade, estes dois diplomatas compunham a segunda missão enviada por João I com o objectivo de firmar uma aliança com os ingleses. Albuquerque e Fogaça partiram de Lisboa em Março de 1384 com as mesmas instruções que outros dois embaixadores, Thomas Daniel e Lourenço Martins, tinham já levado em finais de 1383, no seguimento da proclamação do mestre de Avis como regente. O que talvez passará despercebido é que estes quatro emissários tinham características e origens muito distintas entre si. O legista Fogaça era chanceler-mor de João I e um diplomata experimentado (inclusivamente em Inglaterra), ao passo que Albuquerque terá provavelmente sido escolhido pela sua experiência na administração militar, que era fundamental aos objectivos da missão. De Lourenço Martins sabe-se que era escudeiro do mestre, o que leva a crer que foi seleccionado por

16 Veja-se os comentários na n. 8, acima, e também aqueles feitos por CHILDS, 1978: 5, 28-9.

17 Sobre Andeiro e Domingues veja-se principalmente RUSSELL, 1995: cap. 1, e VAZ, 1973.

18 «Petro Didaci, Milite, Commendatore Ordinis Sancti Jacobi in Portugalia» (RYMER, 1704-35: vol. 7, p. 15).

motivos de confiança pessoal. Quanto a Thomas Daniel, era mercador, e temos dados suficientes que permitem situá-lo no comércio entre Bristol e Lisboa e nos seus meios administrativos; era um homem de negócios influente – e afluente¹⁹.

Os quatro indivíduos parecem ter muito pouco em comum. Também não é difícil ver que as duas equipas são muito diferentes no seu estatuto e função social, nos seus interesses económicos e políticos, e mesmo nas suas relações clientelares. O que explica então o envio a Inglaterra de duas embaixadas, com representantes tão diversos, mas com um objectivo idêntico, num espaço de poucos meses? Explica-se, em parte, porque a primeira missão não tinha dignidade suficiente – como diz Fernão Lopes²⁰. Também é possível que esses primeiros emissários pura e simplesmente não tivessem a capacidade técnica necessária ao bom desempenho das negociações. Mas o que é assinalável é que a uma primeira embaixada, liderada por um mercador, segue-se outra liderada por um grande senhor. Os objectivos diplomáticos e políticos eram os mesmos, mas o perfil dos emissários muito diferente. O que é certo – e aí reside a explicação – é que o resultado das negociações, consubstanciado no tratado de Windsor, se apresenta também como uma expressão de interesses variados e complementares: trata-se da conjugação de uma série de objectivos da coroa portuguesa e de agentes políticos seus satélites. Interesses esses que poderiam ser, e de facto eram, económicos, políticos, militares, jurídicos, de estabelecimento e fortalecimento de redes em vários níveis.

Não quer isto dizer que os tratados anglo-portugueses tenham sido o resultado directo do perfil e dos interesses (particulares e/ou, especialmente, corporativos) de quem os negociou, mas sim que estes indivíduos eram, na maioria dos casos, escolhidos a dedo e que se procurava empregar na diplomacia os recursos humanos mais apropriados aos objectivos em mente. Também parece ser o caso que estes diversos agentes diplomáticos exerceriam algum tipo de pressão, ou influência, junto à coroa, e que não tinham necessariamente de estar em absoluta consonância entre si, já que os seus próprios perfis socioeconómicos e interesses particulares eram frequentemente distintos. Um bom exemplo disto é o contencioso surgido a certa altura entre Thomas Daniel e Fernando Afonso de Albuquerque (colegas num mesmo projecto diplomático, mas não na mesma embaixada): em 1385, Albuquerque apresentou em Inglaterra uma petição em que se queixava do apresamento, que entendia ilegal, que Daniel fizera de um navio mercante português²¹.

E quanto à tradicional, e tendencial, distinção entre «política» e «economia» quando se discute as relações anglo-portuguesas deste período? Na verdade, ela não parece encontrar qualquer correspondência numa hipotética separação entre «diplomacia» e «comércio». As missões diplomáticas, os objectivos e os agentes são variados. Complementares, mas variados. E, como vimos, é frequente encontrarmos na diplomacia objectivos, missões e agentes intimamente ligados à burguesia e ao comércio. Tanto quanto nela também se encontra a intervenção de nobres, burocratas e servidores régios.

¹⁹ Algumas destas ideias (e bibliografia) sobre os últimos quatro emissários mencionados são desenvolvidas em FARIA, 2009: 211-3 e notas.

²⁰ ALMEIDA & BASTO: 1990: cap. 47.

²¹ Veja-se principalmente TNA *Ancient Petitions* 300/14985.

Portanto, e à luz das relações anglo-portuguesas deste tempo, o mundo da diplomacia é fluido – um reflexo claro da grande diversidade de interesses e de realidades em jogo. É um mundo plural, em que propósitos mais ou menos distintos acabam por se encontrar e combinar também por via de quem com eles interage.

2. MERCADORES DE PORTUGAL EM INGLATERRA

A liberdade é condição essencial para o desenvolvimento económico²². Foi precisamente em busca de liberdade e de segurança que representantes das povoações marítimas e mercadores de Porto e Lisboa se dirigiram a Edward III, para que o rei inglês outorgasse um estatuto com garantias especiais para a prossecução dos negócios. Mas o que é intrigante é que na década seguinte à entrada em vigor do tratado – de 1353 a 1363 – existem apenas dois registos sobre a presença de mercadores de Portugal em Inglaterra. O primeiro, de 1357, é uma carta do rei inglês a Afonso IV, garantindo que os bens resgatados de um navio português, que havia sido atacado por franceses, seriam inteiramente restituídos, ao abrigo da convenção entre os dois países²³. O segundo, de 1361, é um documento administrativo no qual Edward III determina o valor das taxas a cobrar sobre a importação de vinho a mercadores de várias nações (França, Espanha, Portugal, Navarra, Lombardia, Toscana, Provença, Catalunha, Aquitânia...), não sendo de todo um documento exclusivo sobre mercadores de Portugal em Inglaterra²⁴. Face a estes dados, algumas questões: Que efeito teve o estatuto de 1353 nas relações comerciais entre os dois reinos? Houve um aumento de comércio e uma diminuição dos conflitos? Que repercussões teve o tratado de Windsor na actividade mercantil com destino a Inglaterra?

Estas são apenas algumas das perguntas de partida desta segunda parte, que se encontra dividida nas seguintes secções: 1) números e variações da actividade portuguesa em Inglaterra; 2) estudo de caso da relação entre os tratados e a variação comercial.

2.1. PORTUGAL E INGLATERRA EM FACTOS E NÚMEROS

Durante o Verão de 1320, o mercador portuense Martim de Bek partiu em direcção a Inglaterra no *Jesus Cristo*; a bordo estariam certamente vinho, azeite, uvas passas e figos, produtos tradicionalmente exportados para o norte da Europa²⁵. Mas o navio nunca chegou ao destino, por se ter afundado ao largo da Ilha de Wight, e em 5 de Agosto de 1320 foi registado como perdido.

Este caso apresenta três aspectos comuns a muita da documentação que regista a actividade dos mercadores de Portugal em Inglaterra: 1) as dificuldades de navegação, que provocavam vários desastres; 2) os ataques e roubos efectuados a mercadores de Portugal, tanto em terra como no mar; 3) a natureza judicial/informativa do processo. É importante

²² EPSTEIN, 2000.

²³ RYMER: vol. 6, p. 14-15.

²⁴ CPR Edward III, Part 1, vol. 11, p. 580.

²⁵ CPR Edward II, Part 1, vol. 3, p. 538, 546.

sublinhar os últimos dois pontos por uma razão: as fontes são maioritariamente de natureza jurídica, como se verá no Quadro 1, e são limitadas em número. Embora ao longo do artigo se utilize quadros, gráficos e médias, é fundamental que se perceba as limitações destes mesmos números; qualquer leitura meramente quantitativa deve ser evitada, porque pode condicionar as interpretações. Mas atente-se no quadro seguinte.

Quadro 1: Natureza dos documentos relativos à actividade de mercadores de Portugal em Inglaterra na Idade Média

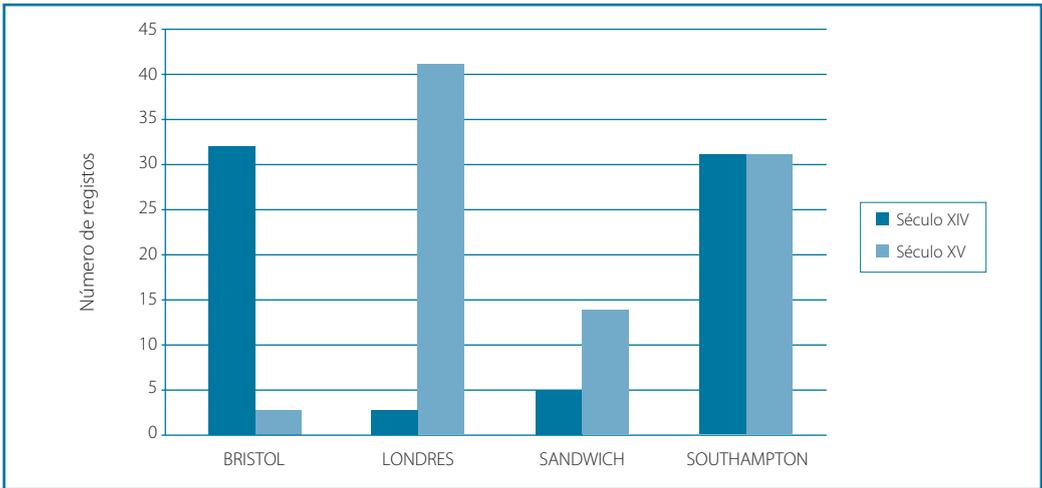
NATUREZA DOS DOCUMENTOS	NÚMERO DE REGISTOS
Administrativos	7
Económicos	167
Judiciais	182
Militares	4
Outros	7
Sociais	4
Taxas/Impostos	3

A leitura do Quadro 1 fornece uma ideia sobre a natureza das fontes e o argumento em torno do exemplo da embarcação de Martim de Bek, que se enquadra nas fontes judiciais – estas representam 49% dos registos, superando em cinco por cento as de teor económico. É importante apresentar estes números por uma razão: de uma forma ou de outra, as conclusões estarão sempre comprometidas pelos dados disponíveis. Se tivesse havido um menor número de conflitos isso significaria que teríamos mais fontes comerciais disponíveis, com dados que poderiam alterar a interpretação daquilo que foi o comércio português em Inglaterra?

Trabalhando os dados disponíveis, é possível chegar a alguns números da actividade mercantil portuguesa em Inglaterra. Em particular, dados sobre quais eram os portos de destino e os principais produtos exportados. Nos séculos XIV e XV destacam-se quatro portos para o comércio e viagens de escala em Inglaterra: Bristol, Londres, Sandwich e Southampton.

Em termos absolutos, Southampton lidera com 39% dos registos, seguido de Londres (28%), Bristol (21%) e Sandwich (12%). Como se pode ver no Gráfico 1, Bristol era o porto com maior movimento de portugueses ao longo do século XIV (com 45% de entradas), seguido de Southampton (com 44%); Sandwich e Londres eram relativamente secundárias. Mas é interessante verificar que há uma mudança evidente de porto de destino durante o século XV: com a excepção de Southampton, que se mantém estável no número de registos, Bristol regista uma queda absoluta para uns insignificantes três por cento e Londres passa de quatro para quarenta e seis por cento²⁶.

²⁶ CHILDS, 1992.

Gráfico 1: Destino dos mercadores portugueses em Inglaterra

Estes números sugerem duas questões: Por que razão Southampton se manteve estável ao longo do tempo? O decréscimo de Bristol e o aumento de Londres como destinos terão sido motivados por uma questão estratégica ou pela busca de lucro?

O interesse dos mercadores portugueses por Bristol parece ter sido efémero: estiveram lá enquanto era lucrativo e abandonaram a partir do momento em que outros mercados se tornaram mais apetecíveis²⁷. Mas a explicação para este caso não é tão simples e há três razões que podem justificar a presença e ausência de Bristol. A primeira razão relaciona-se com o clima instável que se vive ao longo do século XIV, decorrente da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), e que, apesar dos salvo-condutos concedidos, transformou o Canal da Mancha num local perigoso para navios de nações estrangeiras. Assim sendo, seria natural que os portugueses navegassem para Bristol, uma das mais importantes cidades mercantis do século XIV. A segunda razão, associada com a primeira, está ligada ao desenvolvimento do direito marítimo e à viragem dos portugueses para Londres e para as cidades da Flandres. A terceira razão prende-se com uma questão de concorrência: Bristol era uma cidade de mercadores, que frequentemente enviava os seus navios para Porto e Lisboa. Com o fim da Guerra dos Cem Anos, o preço do vinho da Gasconha sofre um aumento incontrolável para os mercadores ingleses, que o costumavam comprar para vender em Castela. Como alternativa, os mercadores de Bristol escolhem o vinho português como substituto para esse negócio triangular. Este facto é comprovado pelos registos portuários dessa cidade, verificando-se um aumento significativo de vinho importado para Inglaterra em navios de Bristol, a partir da década de 1460²⁸.

O caso de Southampton é diferente e isso deve-se principalmente à sua posição estratégica, que faz desta cidade um ponto de escala na interligação do comércio entre o

²⁷ CHILDS, 1997: 42.

²⁸ CARUS-WILSON, 1933: 220-221.

Atlântico (Portugal) e as rotas do Canal e Mar do Norte (Londres, Harfleur, Middelburg, Bruges). Da análise da documentação inglesa ressalta ainda um outro factor que evidencia esta interpretação: cerca de quarenta e três por cento da actividade mercantil portuguesa em Southampton estava integrada em redes comerciais. Isto significa que havia estrangeiros nos navios de Portugal, portugueses nos navios estrangeiros e que as rotas não eram exclusivamente unidireccionais. Um exemplo de uma rede comercial mais vasta diz respeito a um caso que ocorreu em 1407, quando Nicolau Eanes enviou uma petição aos oficiais do rei de Inglaterra para o isentarem em Southampton de uma taxa sobre o vinho, que havia sido paga em Waterford (Irlanda)²⁹. Apenas 28% dos mercadores de Portugal em Inglaterra actua em rede, com mercadores e navios de outras nações; geralmente, verifica-se a partilha de embarcação: mestre e navio portugueses, com mercadores de Portugal, Inglaterra, Itália e Flandres³⁰. A situação de Nicolau Eanes é um pouco diferente e original: temos este indivíduo em Southampton com vinho português, depois de ter passado pela Irlanda e a bordo de uma embarcação chamada *Katerine*, de Gdansk. É uma rede de contactos a funcionar em pleno.

O caso de Londres está relacionado com os anteriores e com o desenvolvimento da actividade mercantil portuguesa. Sendo cada vez mais o centro da vida política e económica do reino, Londres surgia como uma cidade potencialmente mais atractiva e com gostos mais diversificados. Ao contrário de Southampton e Bristol, Londres era o destino de mercadorias portuguesas mais variadas: laranjas, lampreias, azeite, vinho, plantas tintureiras, sal, açúcar e até papagaios³¹.

Enquanto destino económico, a Inglaterra foi privilegiada pelos mercadores de Portugal, especialmente durante o século XIV. E é precisamente por essa função económica que os homens de negócios do Porto e de Lisboa tomaram a iniciativa de enquadrar legalmente o comércio entre os dois reinos. O que se segue é um estudo de caso em que tentaremos perceber o impacto da diplomacia e dos tratados nos negócios feitos pelos mercadores de Portugal em Inglaterra.

2.2. TRATADOS, DIPLOMACIA E COMÉRCIO: ESTUDO DE CASO

O tratado de 1353, celebrado entre o rei Edward III e mercadores de Portugal, tinha sobretudo dois objectivos: garantir a segurança aos mercadores de ambos os reinos e proibir os ataques de corsários e piratas. Para além dos aspectos formais e políticos, discutidos na primeira parte deste artigo, é importante analisar se este acordo trouxe benefícios económicos que se tenham reflectido numa aproximação comercial ou na redução de conflitos entre mercadores de Portugal e Inglaterra. O tratado de 1353 foi suficiente para reduzir os conflitos comerciais e aumentar o comércio? O tratado de

²⁹ TNA *Ancient Petitions* 248/12396.

³⁰ Os números foram calculados para um seminário que teve lugar em St. John's College, Oxford, a 28 de Maio de 2010: *English and Portuguese in Exchange (1100-1500)*.

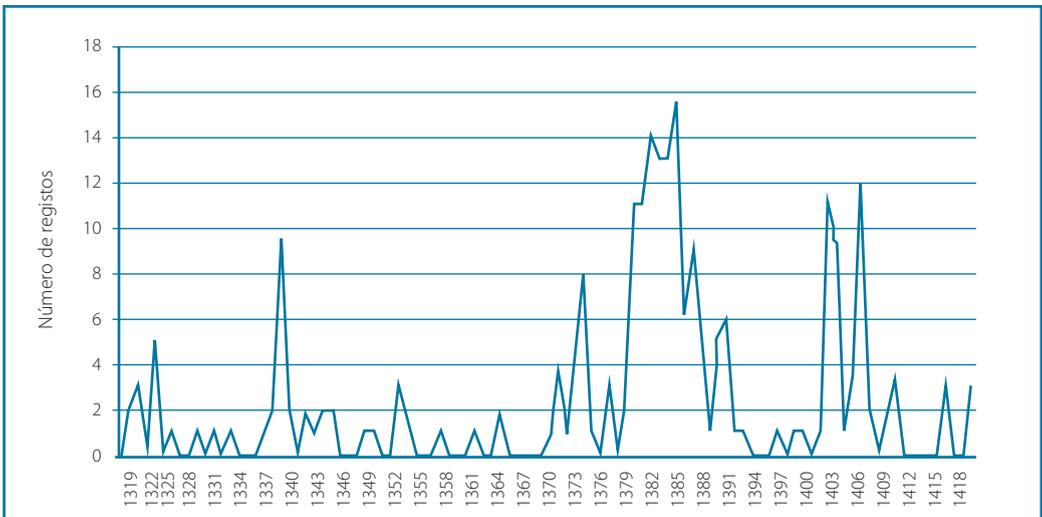
³¹ TNA *Particulars of Customs Accounts* (E 122), *passim*. Os papagaios são um produto e consequência da expansão oceânica de Portugal e surgem em Londres apenas no final do século XV: E 122/194/23, 78/9.

Windsor (1386) marcou um ponto de viragem nas relações económicas entre Portugal e Inglaterra? Verifica-se um aumento exponencial das trocas? Por que razão um mercador do Porto pediu uma cópia do estatuto de 1353 alguns anos após Windsor?

Para se tentar resolver os problemas anteriores, definimos primeiro um período cronológico coerente para análise: a diferença entre 1353 (tratado de Afonso Martins Alho) e 1386 (tratado de Windsor) é de trinta e três anos. Pegando nesse valor, estabeleceram-se três intervalos de tempo: a) 1319-1352; b) 1353-1386; c) 1387-1420. Em cada um destes períodos procurar-se-á saber quantos salvo-condutos foram outorgados, o número de embarcações que completaram com sucesso as transacções comerciais e quantos tiveram de recorrer à justiça em virtude de esquemas, apreensões ilegais de mercadorias ou roubos.

A actividade mercantil portuguesa em Inglaterra nem sempre foi constante e equilibrada, verificando-se oscilações significativas nos registos portuários. Embora o factor de atracção e lucro do mercado possa ser considerado válido – exportar-se-ia sempre para o destino mais proveitoso; afinal, o comércio medieval não era estratégico mas oportunista³² –, também se deve considerar o problema de uma outra perspectiva: a deficiente produção nacional, incapaz de suprir necessidades internas e externas, e o débil conjunto de mercadores, inapto a competir – em quantidade e frequência efectiva em Inglaterra – com os mercadores de Castela e do País Basco, que exportavam produtos semelhantes aos portugueses (especialmente vinho e azeite)³³.

Gráfico 2: Frequência da actividade mercantil portuguesa em Inglaterra (1319-1420)



Por todas as razões enunciadas, não é de admirar que o Gráfico 2, que apresenta a frequência e variação da actividade mercantil portuguesa entre 1319 e 1420, demonstre que o comércio era errático e em volume bastante reduzido, salvo algumas excepções.

32 VAN DOOSSELAERE, 2009: 5. A ideia do comércio oportunista é defendida pelo autor.

33 CHILDS, 1978.

Para este período temos disponíveis 237 registos, o que dá uma média de 2,32 por ano; valor modesto e condicionado pelo facto de haver um elevado número de anos sem qualquer actividade comercial: ao todo, são quarenta e quatro anos em que *a)* nenhum navio português entrou em Inglaterra ou *b)* os livros de contas se perderam³⁴. Quanto aos restantes registos existe um outro problema: o caso do navio *Jesus Cristo*, de Martim Bek, surge por cinco vezes entre 1320 e 1336, interferindo nas ocorrências das petições e do que se presume ser a actividade portuguesa em Inglaterra³⁵.

Feitas estas considerações, atente-se no Quadro 2.

Quadro 2: Número de ocorrências da actividade mercantil portuguesa em Inglaterra em três períodos

	Período A (1319-1352)	Período B (1353-1386)	Período C (1387-1420)
Anos sem registos	16	15	13
Petições	19	65	45
Registos comerciais	0	29	24
Salvo-condutos	9	7	1
Total	44	116	83
Média de documentos	1,33	3,52	2,52

Um dos primeiros aspectos a evidenciar é que não há uma grande diminuição do número de anos sem registos em Inglaterra depois dos tratados de 1353 e 1386; os valores ficam bastante próximos da média de 14,66 anos por intervalo de tempo. Por outro lado, a média de documentos aumenta para mais do dobro no *período B*, ao mesmo tempo que se verifica um maior número de petições e referências a embarcações portuguesas nos portos ingleses. O que mais se destaca neste *período A* é mesmo o número considerável de petições, fruto de conflitos comerciais em águas inglesas. Sublinhe-se que não há um único registo comercial entre 1319 e 1352, mas temos dezanove queixas apresentadas às autoridades inglesas. Cansados desta situação, os mercadores de Portugal chegaram a pedir uma intervenção diplomática junto do rei inglês para que acabassem os saques de que eram alvo. Em 8 de Janeiro de 1343, Edward III recebeu uma carta de Afonso IV na qual reclamava a propósito da pilhagem de navios de Portugal no porto de Brest; em resposta, o rei inglês garantiu que restituiria os bens ilegalmente apreendidos³⁶. Alguns meses mais tarde, em 24 de Junho, nova queixa junto do rei inglês por causa de várias peças de tecido de Tournois que foram pilhados perto de Dartmouth³⁷. Mas não se pense

³⁴ Os registos correspondem às fontes disponíveis citadas ao longo do artigo.

³⁵ O caso foi aberto no dia 5 de Agosto de 1320 e prolongou-se durante mais de uma década; mesmo assim, não há um documento que prove que Martim de Bek tenha sido inteiramente ressarcido das suas perdas ou que os culpados tenham sido penalizados. CPR Edward II, part 1, vol. 3, p. 538; part 1, vol. 4, p. 380; part 2, vol. 4, p. 315; Edward III, part 1, vol. 3, p. 298.

³⁶ CCR 17 Edward III, part 2, p. 257.

³⁷ CCR 17 Edward III, part 2, p. 218-219. Está publicada em DP, suplemento ao vol. I, p. 394, uma carta de Edward III a Afonso IV em que o primeiro garante a restituição dos panos tomados em Brest e que enviou cartas para os seus súbditos de Bordeaux e Bayonne para que não atacassem os portugueses.

que os mercadores portugueses eram inocentes no mar, porque há ocorrências semelhantes contra os ingleses; num estudo sobre o litoral atlântico durante a Idade Média, Marc Russon verificou que uma das mais antigas cartas de represália foi outorgada por Edward I (1272-1307) aos de Bayonne, para que pudessem reparar danos provocados por portugueses num navio chamado *Sainte Marie*, em 1295³⁸.

Mas foi justamente o mesmo Edward I quem, em 1303, procurou eliminar a *lex talionis* aplicada aos mares – de olho por olho, navio por navio – através da instituição da *Carta Mercatoria*³⁹, ao mesmo tempo que por quase toda a Europa se desenvolvia o direito marítimo⁴⁰. Pela salvaguarda de direitos comerciais, Afonso Martins Alho e Gomes «Lympas» lideraram a elaboração de um acordo que foi oficializado em 1353 e que marcou o início de uma nova conjuntura. Mas este *período B* (1353-1386) deve ser analisado com algumas cautelas: embora os números apresentem um acréscimo nas relações comerciais, petições e média de registos, convirá enquadrá-los nos acontecimentos históricos e políticas comerciais. Até 1370 – três anos depois da morte de Afonso IV – há apenas meia dúzia de registos de actividade mercantil em Inglaterra (cfr. Gráfico 2); valor que aumenta exponencialmente a partir da década de 1370, durante o reinado de Fernando – o «formoso», o «inconstante», mas também rei «mercador», que surge por mais de uma vez nos registos portuários ingleses⁴¹. Uma segunda explicação poderá estar relacionada com a conjuntura vivida em Castela: a morte de Pedro I por Enrique de Trastámara deu início a um clima de hostilidade com a Inglaterra, afastando os mercadores castelhanos dos mares ingleses.

As fontes inglesas comprovam esta teoria: a partir de 1369 há uma quebra abismal de mercadores e comércio castelhano nos portos de Inglaterra, ao mesmo tempo que se verifica um aumento do comércio português. Mas este argumento serve também para justificar o inverso: as relações políticas e comerciais anglo-castelhanas começaram a ser reparadas dezanove anos depois e, a partir de 1388, o comércio que saía da Península Ibérica para Inglaterra registou uma diminuição nos barcos portugueses (também atestada pelo Gráfico 2) e um aumento dos castelhanos⁴². Face às vicissitudes da política e diplomacia internacionais, o tratado de Windsor nunca poderia servir de momento charneira para o comércio português. A prevalência de Portugal sobre Castela foi efémera e as características económicas do reino eram débeis demais para assegurar um ritmo elevado de exportações.

O *período C* (1387-1420) inicia-se logo a seguir a uma mudança de dinastia em Portugal, em que um bastardo assume o trono, e define-se pela concretização de uma aliança com a Inglaterra, consubstanciada pelo tratado de Windsor. O impacto político –

38 RUSSON, 2004: 300-301; RYMER, 150-151.

39 SPUFFORD, 2003: 222.

40 BENSON, 1989; CONSTABLE, 1994; KIM, 2000; SERNA VALLEJO, 2004. Este tema do direito dos mares não será aprofundado neste artigo. Algumas considerações sobre os mercadores de Portugal e a relação com as instituições judiciais da Flandres em MIRANDA, 2010b.

41 Surge frequentemente em documentação inglesa. Por exemplo em TNA *Particulars of Customs Accounts* 16/11 e *passim*; CCR Richard II, vol. 2, p. 58.

42 CHILDS, 1978: 40-44.

e sobretudo simbólico – do tratado é indiscutível. O efeito e resultado práticos é que não, especialmente do ponto de vista comercial.

Usar o argumento de que a situação interna do país teve impacto nas rotas internacionais não parece ser inteiramente válido, porque é durante a crise de 1383-1385 que se verifica o maior número de registos em Inglaterra. Mas será certamente lógico referir que o empréstimo contraído por Afonso de Albuquerque, mestre da Ordem de Santiago, e Lourenço Eanes Fogaça, chanceler de Portugal, causou interferências de longa data no comércio português. Ao recorrerem aos mercadores de Londres para obterem dinheiro para pagar a contratação de mercenários, que foram enviados para auxiliar João I, deram como garantia os bens dos mercadores de Portugal; durante anos e anos houve queixas dos portugueses contra as apreensões ilegais das suas mercadorias e apesar das tentativas de Richard II para normalizar a questão, só em Março de 1404 e mais tarde em Fevereiro de 1412, é que o problema relativo às dívidas do mestre de Santiago aos mercadores parece ter sido sanado, assegurando-se a regularização das rotas comerciais⁴³.

A importância da Inglaterra enquanto destino – ou a aparente incapacidade de Windsor funcionar como tratado de vertente comercial – é visível ainda na década de 1390, quando Diogo Afonso lidera uma embaixada ao Parlamento inglês, com um pedido da vereação do Porto para que a validade das disposições de 1353 fosse confirmada⁴⁴. Terá surtido efeito? Anos mais tarde, vive-se novo pico de actividade, mas esporádico e nunca contínuo. Nesta altura, os mercadores de Portugal começariam a trocar a Inglaterra pela Flandres, desfrutando da liberdade de comércio em vigor desde 1384 e renovada em 1387⁴⁵.

Ainda que esporádico e irregular, o comércio português em Inglaterra foi importante. O sucesso ou fracasso desta relação comercial não dependia apenas do destino; dependia sobretudo da origem. E Portugal já se sabe como era: pobre, com indústria subdesenvolvida e um valor demográfico insignificante. Depois, era vizinho de Castela: adversário político e concorrente comercial. Só juntando todas as variáveis e explicações podemos chegar a uma ideia daquilo que foi a relação política e económica entre Portugal e Inglaterra. Mas a ideia não fica completa, porque temos vários anos sem um único registo em Inglaterra. Se não se tratar apenas de um problema de ausência de fontes, para onde terão ido os mercadores de Portugal?

3. CONCLUSÃO

Ao longo do século XIV a Inglaterra tornou-se no principal aliado e parceiro comercial de Portugal, pelo número de embaixadas trocadas, tratados assinados e actividade mercantil. Percebeu-se a especificidade de cada momento: interesses políticos e de negócios por vezes convergiam na formação de embaixadas *ad hoc*, com missões concre-

⁴³ RYMER: vol. 8, p. 352. FARIA, 2009, *passim*. Convém referir que o problema não estava apenas do lado inglês. Os portugueses tinham dívidas por pagar e João I foi sujeito a anos de pressão e ameaças diplomáticas da parte da coroa inglesa para resolver a questão.

⁴⁴ CPR Richard II, part 2, vol. 6, p. 102.

⁴⁵ PAVIOT, 1995: docs. 1, 4, 5, 6.

tas para objectivos imediatos, mas frequentemente de longo prazo⁴⁶. Em 1353, estatutos económicos; em 1373, uma coligação militar; em 1386, uma «carta de princípios». Numa altura em que não existiam embaixadas ou embaixadores residentes, a ideia de que haveria pouca especialização na diplomacia deve pôr-se em causa: os intervenientes em cada uma destas missões estavam bem preparados e revelaram-se quase sempre as pessoas certas para as levarem a bom porto.

Houve interesse comercial, quando pirataria e corso afectavam os mares e porque a Inglaterra seria um destino minimamente lucrativo. Houve aproximação política sobretudo por interesse e protecção: Castela tornara-se oponente de Inglaterra e amiga da França; assim, Portugal alinhava-se com o inimigo do inimigo, buscava auxílio e fomentava laços materializados em acordos e colaborações, que acabaram por se confirmar em Windsor – aliança que resultou num processo de cadência de interesses: corporativos, diplomáticos, régios; mercadores, embaixadores, governantes; que é como quem diz, lucro, estratégia, política.

Em era pré-estatística não fica claro o resultado dos números apresentados: verifica-se um aumento de mercadores em Inglaterra, mas as petições parecem nunca diminuir; e após os tratados não é evidente que tenha ocorrido um aumento dos negócios e, como é óbvio, do lucro. O crescimento surge sempre como esporádico, ténue e efémero. Do ponto de vista do comércio, é difícil chegar a conclusões definitivas. No campo da diplomacia, o efeito simbólico será tremendo e com repercussões ao longo dos séculos – Methuen, auxílio inglês durante as invasões francesas, participação na Primeira Guerra Mundial. Melhor ou pior em determinados momentos, Inglaterra e Portugal tornaram-se velhos parceiros, em *boa aliança e amizade*.

FONTES

The National Archives. Kew, Londres.[TNA].

«Particulars of Customs Accounts» (E 122).

«Ancient Petitions» (SC 8).

Calendar of the Close Rolls [CCR].

Calendar of the Patent Rolls [CPR].

RYMER, Thomas (ed.) (1704-1735; 1869) – *Fædera, conventiones, litteræ, et cujuscunque generis acta publica inter Reges Angliæ...*

MARQUES, João da Silva (coord.) (1944) – *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*. Lisboa [DP].

PAVIOT, Jacques (1995) – *Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482): recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Paris: Centre culturel Calouste Gulbenkian [PB].

SANTARÉM, Visconde de (M. F. Leitão e Carvalhosa) (ed.) (1842) – *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...*, vol. 1. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

⁴⁶ A ideia de embaixadas *ad hoc* foi desenvolvida por Bernard Guenée, citado em HOMEM, 1986: 222-3.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1973) – *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa/600 Years of Anglo-Portuguese Alliance. Catalogue of an exhibition at the British Museum, Department of Manuscripts, Bible Room – 11 June to 22 July 1973*. Londres: H. M. Government/BBC/Canning House.
- ALMADA, José de (1946) – *A Aliança Inglesa. Subsídios para o seu estudo*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ____ (1955) – *Para a História da Aliança Luso-Britânica*. Lisboa: Imprensa Nacional/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- ALMEIDA, Mário Lopes de; BASTO, António Magalhães (eds.) (1990) – *Fernão Lopes, Crónica de D. João I*, vol. 1. Lisboa: Livraria Civilização Editora.
- BENSON, Bruce L. (1989) – «The Spontaneous Evolution of Commercial Law». In *Southern Economic Journal*, vol. 55, n.º 3, p. 644-661.
- CARUS-WILSON, E. M. (1933) – «The Overseas Trade of Bristol». In POWER, Eileen; POSTAN, M. M. (coord.) – *Studies in English trade in the fifteenth century*. [S.l.]: Routledge.
- CHAPMAN, Anne Wallis; SHILLINGTON, Violet Mary (1907) – *The Commercial Relations of England and Portugal*. Londres: Routledge.
- CHILDS, Wendy R. (1978) – *Anglo-Castilian trade in the later Middle Ages*. Manchester: Manchester University Press; Rowman and Littlefield.
- ____ (1992) – «Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century». In *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 2, p. 195-219.
- ____ (1997) – «Anglo-Portuguese relations in the fourteenth century». In GILLESPIE, James L. – *The Age of Richard II*, p. 27-49. New York: Sutton Publishing.
- CONSTABLE, Marianne (1994) – *The law of the other: the mixed jury and changing conceptions of citizenship, law, and knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- CUTTINO, George P. (1985) – *English medieval diplomacy*. Bloomington: Indiana University Press.
- EPSTEIN, Stephan R. (2000) – *Freedom and growth: the rise of states and markets in Europe, 1300-1750*: Routledge explorations in economic history. London: Routledge.
- FARIA, Tiago Viúla de (2009) – «“Por proll e serviço do reino”? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e suas consequências nas relações com Inglaterra». In COELHO, Maria Helena; GOMES, Saúl António; REBELO, A. Manuel Ribeiro (coord.) – *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas, vol. 2, p. 209-227. Porto de Mós, Alcobaça, Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais/Sociedad Española de Estudios Medievales.
- FONSECA, Luís Adão da (1986) – *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GUEDES, Armando Marques (1943) – *A Aliança Inglesa (Notas de História Diplomática): 1373-1943*. Lisboa: Editorial Enciclopédia.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1986) – «Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média a propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor». In *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, p. 221-240. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.
- KIM, Keechang (2000) – *Aliens in medieval law: the origins of modern citizenship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACEDO, Jorge Borges de (1995) – «An Alliance Revisited/Em Revisita a uma Aliança». In DELAFORCE, Angela; RIBEIRO, José Sommer (coord.) – *Portugal e o Reino Unido: A Aliança Revisitada*, p. 26-31. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MIRANDA, Flávio (2010a) – *A cidade dos mercadores: da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*. Matosinhos: QuidNovi.

- _____ (2010b) – «Commerce, conflits et justice: les marchands portugais en Flandre à la fin du Moyen Âge». In *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, vol. 117, p. 193-208.
- PRESTAGE, Edgar (1934) – «The Anglo-Portuguese alliance». In *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 17, p. 69-100.
- RUSSELL, Peter E. (1995) – *Portugal, Spain and the African Atlantic, 1343-1490: Chivalry and Crusade from John of Gaunt to Henry the Navigator*. Aldershot: Variorum.
- RUSSON, Marc (2004) – *Les côtes guerrières: mer, guerre et pouvoirs au Moyen Âge: France, façade océanique XIII^e-XV^e siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes (Collection «Histoire»).
- SERNA VALLEJO, Margarita (2004) – *Los Roles d'Oléron: El coutumier marítimo del Atlántico y del Báltico de época medieval y moderna*. Santander: Centro de Estudios Montañeses.
- SHILLINGTON, Violet Mary (1906) – «The Beginnings of the Anglo-Portuguese Alliance». In *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 20 (new series), p. 109-32.
- SOUSA, Carlos Hermenegildo de (1939) – *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Porto: Edições Marânus.
- SPUFFORD, Peter (2003) – *Power and profit: the merchant in medieval Europe*. New York: Thames & Hudson.
- TORRE, Manuel G. da, ed. (1988) – *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de Outubro de 1986)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- VAN DOOSSELAERE, Quentin (2009) – *Commercial agreements and social dynamics in medieval Genoa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VAZ, A. Luís (1973) – *Vasco Domingues, Plenipotenciário da Aliança Anglo-Portuguesa de 1373*. Braga: O Arauto.

A PEREGRINAÇÃO DE FERNAO MÊNDES PINTO REVISITADA

A SUA TEORIA MODERNA DA VIAGEM

ARNALDO SARAIVA*

Resumo: Nesta revisita à Peregrinação, que no nosso tempo, como no século em que foi publicada, continua a conhecer um sucesso invulgar, avançam-se razões desse sucesso, e apontam-se áreas privilegiadas da sua crítica – às vezes sem relevância estético-literária, como a das «mentiras» histórico-biográficas – e áreas deficitárias, com especial relevo para a teoria da viagem; precisado o sentido laico e religioso de «peregrinação», que implica o plano autobiográfico e diegético e a estrutura narrativa, um tipo de aventureiro e um retirado memorialista, a obra única de Mendes Pinto até pela obsessão da ideia de viagem e pela tonalidade anti-épica parece próxima da melhor e moderna literatura do género.

Palavras-chave: Fernão Mendes Pinto; Literatura de viagens; Anti-épico; Memorialismo.

Abstract: In revisiting the Peregrinação, which in our time as in the century it was published, has enjoyed unusual success, reasons for this popularity are put forward, and privileged areas of its critiques are highlighted – some without aesthetic-literary relevance, such as the historical-biographical «lies» – and areas which have been neglected, such as those with particular importance for the theory of travel. The lay and religious meaning of «peregrinação (pilgrimage)» is explored, which implies focus on the autobiographical and diegetic plane and narrative structure, a type of adventurer and secluded memoirist, the unique work of Mendes Pinto, even for its obsession with the idea of journey and anti-epic tone, seems close to the best of modern literature of the genre.

Keywords: Fernão Mendes Pinto; Travel literature; Anti-epic; Memorialism.

No ano de 1614 podem assinalar-se alguns acontecimentos relevantes:

- entre a Suécia (governada por Gustavo Adolfo), e a Rússia (governada desde o ano anterior pelo primeiro Romanov, Miguel), iniciou-se uma guerra para conseguir o domínio do Báltico;
- em França, a rainha Maria de Médicis convocou os Estados Gerais, que depois só voltariam a ser convocados durante a Revolução Francesa, a fim de travar os seus opositores nobres;
- no Japão, o shogun Tokugawa Iyeyasu promulgou o Edito da Expulsão Cristã, proibindo as doutrinas e as práticas do cristianismo;
- na Alemanha, as lutas religiosas levaram ao Treaty of Xantem, que dividiu domínios ou ducados entre calvinistas e católicos;
- em Espanha, morreu o pintor de origem cretense, El Greco;
- na Inglaterra, John Webster concluiu a sua tragédia *The Duchess of Malfi*, obra prima do teatro elisabetiano (e Shakespeare, como Cervantes, morreria dois anos depois).

* Professor catedrático da FLUP. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Mas é bom lembrar que, nesse mesmo ano, foram publicadas em Portugal, sob o reinado de Filipe II, a *Quarta Década da Ásia*, de João de Barros, e, sobretudo, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

Como não era raro ao tempo, a *Peregrinação* tinha um amplo e publicitário subtítulo-resumo, não garantidamente da autoria de Fernão Mendes Pinto, e susceptível de aguçar a curiosidade dos leitores ou dos clientes do editor lisboeta Pedro Craesbeek, por sinal o flamengo Peeter Van Craesbeeck, que, meia dúzia de anos depois, Filipe II nomearia impressor régio. Na metade superior da capa e do frontispício da obra podia ler-se:

Peregrinação de Fernam Mendez Pinto. Em que se da conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio no reyno da China, no da Tartaria, no do Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no do Calaminhan, no de Pegü, no de Martauão, & em outros muytos reynos & senhórios das partes Orientais, de que nestas nossas do Ocidente ha muyto pouca ou nenhũa noticia.

E também da conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim dela trata brevemente de algũas cousas & da morte do Santo Padre mestre Francisco Xavier, unica luz & resplandor daquellas partes do Oriente & Reytor nellas universal da Companhia de Iesus.



De Fernão Mendes Pinto, que nomeia duas vezes («Escrita pelo mesmo Fernão Mendes Pinto»), é que não se diz nada, mas dirá muito a obra. E o que esta diz não contraria a imagem que se colhe dos poucos dados biográficos seguros que dele se conhecem, a acreditarmos nalguns que ele próprio veiculou na mesma obra e nas suas escassas cartas:

- que nasceu por volta de 1510 no seio de uma família pobre de Montemor-o-Velho, a poucos quilómetros de Coimbra, no seu tempo e durante séculos sede da principal universidade portuguesa;
- que por um tio foi levado em 1521 para casa de uma nobre senhora de Lisboa, onde, cerca de um ano e meio depois, teve um «caso» misterioso, de que só diz que lhe «pôs a vida em tanto risco», que teve logo de fugir de casa;
- que depois da fuga precipitada foi de barco em direcção a Setúbal, mas, atacado esse barco por corsários franceses, foi pela primeira vez prisioneiro, durante 13 dias;
- que serviu noutra casa nobre de Setúbal, de onde também saiu, partindo a 11 de Março de 1537 de Lisboa, e desembarcando na Índia (Diu) em 5 de Setembro do mesmo ano;
- que andou por vários lugares orientais – Índia, Malaca, Samatra, Java, China, Macau, Japão, etc. –, cumprindo diversas tarefas ou missões e passando por experiências muito diferenciadas (da prática de soldado e de pirata à de noviço ou irmão leigo da Companhia de Jesus, da extrema pobreza ao enriquecimento rápido) e às vezes muito difíceis ou ousadas, tendo sido «treze vezes cativo e dezassete vendido» e regressando em Setembro de 1558 a Lisboa, que deixara 21 anos antes;
- que, já em Portugal, casou com mulher certamente bem mais jovem (pois ela morreu em 1623), que lhe deu filhos, e fixou-se na quinta do Pragal, em frente de Lisboa, perto de Almada, «vila» de que chegou a ser juiz, e quinta onde terá escrito a *Peregrinação*, e onde morreu com mais de 70 anos, em 8 de Julho de 1583.

Quer isto dizer que os 226 capítulos da *Peregrinação* foram compostos bem antes da sua publicação, póstuma de 31 anos; nos mesmos ou noutros moldes, o autor já a projectara no Oriente, pois, numa carta redigida em 5/12/1654, diz aos seus «irmãos» da Companhia de Jesus que lhes dará «alguma relação» do «discurso» da sua vida e dos seus trabalhos. Supõe-se que o autor a começou em 1569, quando andaria perto dos 60 anos, e a terminou cerca de dez anos depois, tendo-a portanto escrito já longe dos tempos e dos espaços nela referenciados, e numa idade favorável à narração memorialística e autobiográfica, com as virtudes e os defeitos que tal narração como regra implica: a enunciação próxima da oralidade (há memórias que fazem concessões ao discurso reflexivo e à demora descritiva, mas as memórias são mais frequentemente colecções de contos), a fluência e a flutuação narrativa, a invocação e o privilégio da experiência própria – mesmo se, como também ocorre na *Peregrinação*, há recurso ao livresco – algumas falhas ou trocas referenciais, a fixação em cenas ou pormenores exemplares, mesmo quando anedóticos, a tendência para a reconstrução encarecedora, a passagem consciente ou inconsciente do vivido ao fictivo.

A mistura da história e da estória (da verdade e da ficção), que geraria o tão repetido trocadilho «Fernão mentes? Minto», a referência a terras e gentes estranhas para a maior parte dos leitores de então, mesmo que já houvesse um importante conjunto de relatos sobre o Oriente, mas também a *verve* e a ironia, às vezes brilhando no interior de cenas dramáticas e de longas ou desdobradas frases, garantiram, mau grado o *décalage* entre a produção e a publicação, o sucesso imediato e internacional da *Peregrinação*, mensurável em edições, completas ou parciais, em antologias, em traduções, em comentários, que nos nossos dias se multiplicaram, e se valem de novos suportes e de novas linguagens, sejam as do teatro (por exemplo, de Helder Costa / *A Barraca*), as do documentário cinematográfico e até da banda desenhada (José Ruy), ou as da canção, que pode ser tão popular como a de Fausto (*Por Este Rio Acima*, 1982).

Francisco Leite de Faria já em 1995 inventariou em livro *As Muitas Edições da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*¹. Assinalemos apenas que só no decurso do século XX foram feitas edições em

- 1908-1910 – com prefácio de Brito Rebelo (Lisboa, Livraria Ferreira)
- 1930-1931 – com nota bio-bibliográfica de Jordão de Freitas (Aguda/Vila Nova de Gaia, Cosmópolis)
- 1944-1945 – ed. de Costa Pimpão e César Pegado (Porto, Portucalense Editora)
- 1952-1953 – ed./com pref./de Adolfo Casais Monteiro (Lisboa/Rio de Janeiro, Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro/Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil)
- 1961-1984 – ed. de António José Saraiva (Lisboa, Sá da Costa)
- 1971 – ed. de Maria Alberta Menéres (Lisboa, Afrodite/Fernando Ribeiro de Melo)
- 1983 – reed. da ed. de Adolfo Casais Monteiro, 1952-1953 (Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda)
- 1983? – ed. de Neves Águas (Lisboa, Publicações Europa-América)
- 1984 – ed. de Aníbal Pinto de Castro (Porto, Lello & Irmão)
- 1995 – ed. fac-similada da de 1614, com apresentação de José Manuel Garcia

E note-se que várias destas edições tiveram reimpressões globais ou parciais.

Também seria interessante assinalar as muitas traduções que a *Peregrinação* conheceu, as primeiras das quais pouco depois da edição *princeps*:

- 1620 – em castelhano, por Herrera Maldonado (Madrid)
- 1628 – em francês, por Bernard Figuier (Paris)
- 1652 – em neerlandês (Amesterdão)
- 1653 – em inglês (Londres: *The Voyages and Adventures of Fernand Mendez Pinto*)
- 1671 – em alemão (Amesterdão)

¹ FARIA, (1995).

Com tanta edição, não admira que também seja impressionante a recepção crítica da obra de Fernão Mendes Pinto, que talvez tenha começado quando ela começou a ser escrita: o jesuíta Cipriano Soares dizia, num texto de 1569, que Fernão Mendes Pinto estava a escrever «un comentário de las cosas que vió en diuersos Reynos»². Evidentemente que não é possível aqui e agora dar conta das reacções que, ao longo de séculos, a *Peregrinação* provocou nos leitores e nos críticos. Digamos apenas que muitos destes se empenharam em analisar o que nela é histórico ou não (a verdade e a ficção); e assinalo que o nome de Fernão Mendes Pinto nem comparece na mais recente *História de Portugal*, editada no ano passado e já em 5.^a edição, da responsabilidade dos «novos historiadores» Rui Ramos, Bernardo de Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro. Outros ocuparam-se especialmente da sua geografia, da sua sociologia, da sua ideologia, da sua antropologia ou etnografia, da sua narrativa, da sua linguagem, do seu memorialismo, do seu autobiografismo.

Conviria assinalar que o interesse da *Peregrinação* vem também da sua violentação das fronteiras textuais determinadas por poéticas ou retóricas antigas, medievais e posteriores. Com razão escreveu José Manuel Garcia na sua «apresentação» da edição facsimilada:

*Com um carácter autobiográfico e reflectindo de forma directa as experiências de um português que andou por muito tempo em inúmeras terras longínquas, essa obra soube reunir todos os géneros literários então existentes, desde a crónica ao relato de naufrágios, cercos e batalhas, passando pela descritiva de terras e gentes (Geografia e Antropologia), a epistolografia, a roteirística e até as prosas doutrinárias, a crítica social e o panegírico, sem esquecer o recurso à cartografia*³.

Mas houve evidentemente estudiosos que se distinguiram na análise de Fernão Mendes Pinto ou da *Peregrinação*. Por exemplo: Cristóvão Aires, que, no início do século XX, em 1904, encontrou novos «subsídios» para o estudo da vida e a obra de Fernão Mendes⁴; Adolfo Casais Monteiro, que foi dos primeiros a sublinhar a pouca relevância da discussão sobre a ficção e a verdade na narrativa de Fernão Mendes Pinto, a importância da sua oralidade, a sua marginalidade estilística, tudo se conjugando para produzir «a mais viva, a mais apaixonante e a mais bela obra romanesca do seu século»; António José Saraiva, que, em estudos ou prefácios veementes, apresentou a *Peregrinação* como um «romance picaresco» e deu o seu autor como um «anti-herói» ou um «pícaro», contrastante «com os heróis dos crimes e dos outros livros de viagem» – distinguindo também a *Peregrinação* como «O mais interessante livro de viagens do século XVI português e um dos mais interessantes da literatura mundial»; Eduardo Lourenço, que viu em Fernão Mendes Pinto um precursor de Montesquieu e de Voltaire, que o definiu como um «aventureiro-penitente» e que assinalou a sua curiosidade infatigável e a sua

² GARCIA, 1995: 13.

³ GARCÍA, 1995: 8.

⁴ AIRES, 1904.

«inocência prodigiosa»⁵; Maria Alzira Seixo, que viu na *Peregrinação* marcas da narrativa medieval mas também a ideologia renascentista e a sensibilidade barroca⁶; Rebecca Catz, que, na tese de 1972, *Iconoclasm as Literary Technique: A Study of the Satiric Devices Used in the Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, traduzida em 1978 para português com o título *A Sátira Social de Fernão Mendes Pinto*, ou no livro *Fernão Mendes Pinto – Sátira e Anti-Cruzada na Peregrinação* (1981), soube medir a energia crítica e o alcance da sátira ou do protesto de um autor que supôs de origem ou cultura judaica, que – confessou numa entrevista ao *Boletim da Associação dos Professores de História* (n.º 3, Lisboa, 1989) – considerava como «um revolucionário, um não-conformista, /... / o pensador mais revolucionário da sua época, um génio original, ousado, e de ideias muito adiantadas, muito além da sua época, um homem universal». João David Pinto Correia lamentou «a visão uniformizadora» da ensaísta, mas não deixou de assinalar a sua qualidade universitária⁷ e Aníbal Pinto de Castro julgou insuficientes os seus argumentos⁸, alinhando com o Armando Cortesão que, em 1943, escreveu na *Seara Nova* (n.º 842) o estudo «Fernão Mendes Pinto não era de origem judaica», mas não deixou de coincidir com ela ao assinalar na *Peregrinação* uma «profunda filosofia moral e religiosa».

Outros autores dão-nos conta, em ensaios por vezes breves, do variado mundo de interesses que desperta a obra de Fernão Mendes Pinto. Veja-se, por exemplo, de Maria Alzira Seixo, «O discurso literário da *Peregrinação*»; de Alberto Carvalho «a representação do espaço» na mesma obra⁹; de Maria Luisa Cusati¹⁰, «O léxico marítimo de Fernão Mendes Pinto»; de Erilde Reali a «Nota sobre o exotismo linguístico da *Peregrinação*» ou a tese sobre a «*Peregrinação* inconclusa»¹¹; de José Gómez Tabanera¹², o estudo sobre «o conhecimento etnográfico do longínquo Oriente» na *Peregrinação*; de Clemente Segundo Pinho¹³ as notas sobre a «lexicografia» de Fernão Mendes Pinto; e, de Alfredo Margarido¹⁴, o texto sobre a «mutiplicité des sens dans l'écriture de Fernão Mendes Pinto».

Eduardo Prado Coelho, num texto de 1989, que apareceu como prefácio à edição de 2001 da *Peregrinação*, da responsabilidade de Maria Alberta Menéres, fez uma excelente enumeração¹⁵ do que sobre essa obra «já se considera adquirido»:

1. Carácter picaresco; desenho de um anti-herói; sentido crítico dessa atitude.
2. Quase total diluição do sujeito da enunciação no sujeito do enunciado.
3. António Faria será Fernão Mendes Pinto? – hipótese que me ficou de uma primeira leitura adolescente da versão organizada por Aquilino Ribeiro.

⁵ LOURENÇO, 1989: 1053-1062.

⁶ SEIXO, 1999: 191-211.

⁷ CORREIA, 1983: 85-86.

⁸ CASTRO, 1984.

⁹ CARVALHO, 1999: 165-183.

¹⁰ CUSATI, 1971: 227-233.

¹¹ REALI, 1969: 225-233.

¹² GÓMEZ TABANERA, 1972.

¹³ PINHO, 1966.

¹⁴ MARGARIDO, 1990: 159-199.

¹⁵ COELHO, 2001: 12-13.

4. Visão (premeditadamente?) ingénuo dos acontecimentos, crítica severa (involuntária?)
5. Utilização do exótico como instrumento de crítica social. A descrição exótica é levada a um extremo tal, que se converte em proposta de utopia – utopia política, social, religiosa.
6. Conceção (algo implícita) de um Deus que se situa acima da pluralidade das religiões e dos rituais.
7. Riqueza psicológica das figuras.
8. A descrição é feita de um ponto de vista utilitário. A paisagem não chega a existir como paisagem, contemplação despreocupada. Os elementos descritivos fazem parte de uma manobra prática muito concreta, e com interesses definidos.
9. Obsessão numérica.
10. Exagero, desmesura, mentira: «Mentes? Minto».
11. Grande apuro na arte de narrar episódios breves.
12. Sentido teatral das situações.

Se hoje contemplamos a bibliografia sobre a *Peregrinação*, podemos encontrar áreas privilegiadas, e áreas claramente deficitárias, como a dos estudos sobre a formação cultural de Fernão Mendes Pinto, a dos estudos estilísticos e a dos estudos intertextuais. Mau grado contribuições como as de Aníbal Pinto de Castro, ainda está por fazer o estudo sistemático dos autores lidos por Fernão Mendes Pinto, ou dos que dele beneficiaram, alguns com nomes tão sonantes como os de Jonathan Swift e Guimarães Rosa. Mas também nos parece que ainda está por estudar a teoria da viagem, ou da literatura de viagem da *Peregrinação*.

Quase toda a crítica chama a atenção para este título, em que quase todos vêem uma conotação e justificação religiosa. Eduardo Lourenço falou na duplicidade do título completo, mas só porque mistura as referências a aventuras e a Francisco Xavier; Alberto Carvalho também referiu a sua «expressiva duplicidade funcional», mas vendo na palavra «peregrinação» um substantivo e um verbo. O padre José da Silva Lima publicou em 2007 *A Peregrinação: Percursos e Palavra*, mas não se ocupou da história da palavra nem pensou especialmente na obra de Fernão Mendes Pinto, como pensou o padre Domingos Maurício, que até se deu ao gozo do trocadilho: «A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e algumas opiniões peregrinas»¹⁶. José Luís García¹⁷ admitiu a leitura religiosa do título, mas considerou que pode haver outras. Na realidade «peregrinação» deriva de «peregrinus», que designava pura e simplesmente «estrangeiro» e que, de acordo com Alain Rey¹⁸, deriva de «peregre» ou «pereгри», que para alguns é composto de «ager» (campo) mais «per» – «o que anda pelo campo, pela terra» – e para outros de «ager» e do elemento indo-europeu «paro» – afastado, longínquo, exilado; terá sido no século XI ou

¹⁶ MAURÍCIO, 1962: 565-573.

¹⁷ GARCÍA, 1995.

¹⁸ REY, 1992.

XII que a palavra pas sou a nomear um viajante religioso, sem que, como no caso da palavra «anedota», o segundo sentido tenha abolido o primeiro. Note-se, aliás, que já foi admitida por Francis M. Rogers a hipótese de Fernão Mendes Pinto ter lido o livro que se chamava *Peregrinaggio di Tre Giovani Fugliuoli del Re di Serendippo*, publicada por Armeno Christoforo em 1557¹⁹, que o Chevallier de Mailly traduziu em 1719 por *Le Voyage et les Aventures des Trois Princes de Serendip*.

O conceito de «peregrinação» não implica necessariamente o mundo ocidental ou cristão (veja-se, a propósito, *Histoire des Pèlerinages non Chrétiens – Entre Magique et Sacré, le Chemin des Dieux*²⁰) ou não implica obrigatoriamente o mundo religioso, que encontramos, por exemplo, na etimologia de «romaria» ou de «romagem», palavras que remetem para a Roma cristã; mas essas palavras também podem ser usadas como metáforas de viagens pagãs ou laicas. A «peregrinação» religiosa, diferente da outra, supõe a existência de um «centro» ou pólo religioso, de um lugar sagrado ou de um santuário a que se chegue para cumprir promessas ou para obter algum bem material ou espiritual e de que pelo menos se deseje voltar regenerado, purificado, abençoado: Delfos, Roma, Benares, Meca, Santiago de Compostela, Fátima...

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto está carregada de alusões ao divino – Deus, Nosso Senhor, Senhor Omnipotente, Jesus Cristo, Rei do Céu, Providência Divina, Nossa Senhora, Nossa Senhora das Dores, S. Pedro, S. Miguel, Santa Luzia...; contém muitas referências a missões e a padres, como o P. Belchior e o P. Francisco Xavier; alude com frequência a rituais religiosos – procissões, confissões públicas, orações, pedidos de clemência e de misericórdia divina. Mas não fala de nenhuma peregrinação propriamente dita, nem nenhum dos seus personagens parece preocupado com alguma, ou com o objectivo final da chegada a um santuário, a um centro ou a um lugar sagrado. Bem pelo contrário: se valorizarmos, como devemos valorizar, e a crítica tem valorizado, o episódio narrado no Cap. LXXVI, sobre a invasão, o assalto, o saque e a violação do santuário búdico de Calemplui por António de Faria e seus companheiros, teremos de falar com pertinência de uma *anti-peregrinação* na *Peregrinação*.

Não se pense, porém, que o título *Peregrinação* é impertinente ou irrelevante, e que poderia ser facilmente substituído por supostos sinónimos como jornada, passeio, caminhada, expedição, deambulação... A «peregrinação» – e a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto – não fala de uma unidade temporal, como a «jornada» (à letra, um dia de viagem), mas de um tempo desestruturado ou sincopado; não sugere a ideia, como «caminhada», de uma linearidade espacial, um percurso contínuo, um itinerário ou uma rota mais ou menos definida, mas, sim, a de alguma errância ou vagabundagem; não projecta, como «passeio», ou «deambulação», um viajante dado ao ócio ou ao lazer, *flâneur*, turista, mas um viajante que se expõe a perigos e sacrifícios e enfrenta medos e obstáculos; não supõe uma viagem organizada e com um objectivo científico, militar ou outro, como «expedição», mas uma viagem solta, à solta.

¹⁹ GARCÍA, 1995: 13.

²⁰ CHELINI & BRANTHOMME, 1987.

Tanto que até mesmo quando à partida poderia prever-se o serviço de causas nobres, religiosas ou não, o «peregrino» ou os «peregrinos» de Fernão Mendes Pinto podem ver-se instigados pela natureza ou pelos homens (tempestades, temporais, naufrágios, pestes, massacres, fomes, doenças, mas também guerras, perseguições, conflitos, aventuras, paixões, ambições, ganâncias, vinganças...) a mudar de itinerário ou de rota, a cometer crimes, a roubar e violentar, a perder-se em «feitos tão sujos» ou «tão fora de toda a razão e entendimento humano». Fernão Mendes Pinto, que escrevia na década de 60, talvez tivesse lido ou tivesse tido conhecimento da obra corajosa que, em 1552, publicara em Sevilha o padre Bartolomé de las Casas com o também expressivo título *Brevisima Relación de la Destrucción de las Indias*, em que dá conta dos massacres e dos crimes cometidos pelos colonizadores espanhóis em terras americanas.

Mas a palavra «peregrinação» não remete apenas para a diegese da obra ou para as aventuras do autor e dos seus companheiros. Ela comparece logo no primeiro capítulo, na seguinte passagem: «E tomando para princípio desta minha peregrinação o que passei neste Reino». Pode não ser evidente que «peregrinação» implica aqui a presente narrativa ou narração, mas no último capítulo, onde também curiosamente comparece, há menos lugar para dúvidas: «por causa dos desventurados sucessos que atrás no decurso desta minha tão longa peregrinação, largamente deixo contados». Estamos, assim, perante dois tipos de peregrinação, a do narrado e a da narração ou do narrar, que parecem equivaler-se, como se escrever (e recordar) fosse também um modo de peregrinar, ou como se houvesse identificação entre o «decurso» ou «discurso» da vida e o da memória ou da escrita que se dá explicitamente – mesmo se duvidosamente – como autobiográfica.

Na *Peregrinação* entram inúmeros personagens, e alguns com grande destaque (António de Faria, os padres Belchior e Francisco Xavier...), mas não será demasiado ousado dá-la como um «romance» de personagem, com um narrador homo e autodiegético, que às vezes se vê só

- *E vendo-me a mim só*
- *E cabendo-me a mim um dia ir ao mato*

às vezes se vê integrado num grupo, reduzido ou amplo

- *eu e os outros tão desamparados como eu*
- *Jorge Mendes e os outros dois de nós*
- *um dos nossos*
- *e mandando-nos a todos nós*

e às vezes desaparece de cena, narrando na terceira pessoa, mas quase sempre por pouco tempo.

Em qualquer dos casos, falando de si ou de outros, narrando em directo ou por interposta pessoa, Fernão Mendes Pinto sabe seleccionar o interessante e o essencial, que nunca perde de vista mesmo em frases muito longas ou parentéticas, foge à tentação do enfeite

aliteratado («para não gastar palavras no encarecimento»), preza o discurso directo e oralizante, mas bem menos a descrição – ainda que goste muito de números e possa ser minucioso, por exemplo, na célebre descrição de Pequim. O que parece preocupá-lo é a intensidade, a vivacidade ou a vitalidade evocativa e narrativa, não receando por isso recorrer a vários tipos de texto, como referiu o já citado José Manuel Garcia, nem se preocupando com os cânones literários do seu tempo.

Embora saibamos pouco sobre a formação cultural de Fernão Mendes Pinto, e embora dele só conheçamos um livro e algumas cartas, facilmente nos damos conta do seu saber literário e linguístico; a *Peregrinação* está bem longe de ser a «rude e tosca escritura» que o tópico da modéstia o leva a anunciar logo nas primeiras linhas, onde também diz, modestamente, que a destina apenas a seus filhos («só para eles é minha intenção escrevê-la»); mas 6 ou 7 linhas adiante prevê um auditório bem mais vasto: «Daqui por um lado tomem os homens motivo de não desanimarem». E a verdade é que a recepção da sua obra lhe garantiu um lugar honroso na história da literatura portuguesa, na história da literatura universal e, em especial, na história da literatura de viagens.

Na *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto afirma-se como escritor, mas também se evidencia com outras qualidades: mercador, marinheiro, militar, diplomata, irmão leigo dos jesuítas, e até pirata, mas sobretudo viajante. Não é por acaso que a *Peregrinação* é «um dos mais interessantes» livros de viagens da literatura universal, como escreveu António José Saraiva. Fidelino de Figueiredo apontou entre as características da literatura portuguesa a existência de um ciclo de literatura de viagens, ligada aos descobrimentos, e ocupando um lugar importante na história da literatura universal²¹. E sabemos que, se quase não há literatura que não aluda a viagens, há uma importante área da literatura universal constituída por específicos livros de viagens. Estes têm de ter a viagem como tema central ou dominante; e o tema pode desdobrar-se em subtemas, do tipo: motivações da viagem, duração da viagem, espaços iniciais, mediais e finais da viagem, experiências da viagem, consequências da viagem.

Fernão Mendes Pinto não é muito explícito a respeito dos motivos da sua viagem. Confessa que até cerca dos 12 anos viveu «na miséria e estreiteza da casa de seu pai» em Montemor-o-Velho, que um tio o levou (sua primeira viagem) para Lisboa, onde serviu uma senhora nobre cerca de ano e meio, e de onde, com a vida em risco, se viu obrigado a fugir (segunda viagem) – sem «saber por onde ia» –, para o Cais da Pedra, aí tomando uma caravela para Setúbal (terceira viagem, esta já marítima); tal caravela foi tomada por corsários franceses, que o maltrataram e aos outros sequestrados, e que o queriam ir vender a Larache, no Norte de África, mas depois rumaram em direcção a França, acabando por o soltar numa praia não longe de Setúbal, onde por outro ano e meio serviu, como moço de câmara, o fidalgo Francisco de Faria; mas como o que aí ganhava não bastava para a sua «sustentação», resolveu embarcar para a Índia, em 1537.

Dir-se-ia que a experiência em Portugal do iniciante viajante como que prenunciava a do viajante futuro, que durante 21 anos iria passar por «muitos e grandes trabalhos e

21 FIGUEIREDO, 1993.

infortúnios», tendo sido «treze vezes cativo e dezassete vendido». Embora nada diga sobre a opção pelo Oriente, e não pela África ou pelo Brasil, sabe-se do lugar que o Oriente ocupava então no imaginário português, e não custa acreditar que ele aparecesse como lugar utópico, como o que em 1516 inventara Thomas Morus, ou quase utópico, um lugar de atracção para quem, como Fernão Mendes Pinto, queria «fugir» da Pátria madrastra, ou queria simplesmente sobreviver dignamente, se não euforicamente.

A macroviagem de Fernão Mendes Pinto, feita sobretudo a pé ou em barcos de vários tipos – galé, galeota, batel, junco, lanchara, fusta, manchua, etc. – mas também, eventualmente, em lombo de animal, teve uma *duração* de 21 anos, implicou a travessia de um vasto *espaço* – terrestre, marítimo, fluvial, sobretudo litoral – que se estendia da Etiópia aos confins da Ásia, pediu ou determinou vários tipos de *visão* – panorâmica, grande plano, interna, externa, parada, em movimento... –, obrigou, por circunstâncias ou acidentes muito diversos, a mudanças de direcção ou de rota, a interrupções, a recuos e avanços, obedeceu a diferentes motivações: curiosidade e aventura, comércio e negócios, diplomacia e contactos, catequese ou missões religiosas...

Na sua generalidade, a macroviagem e as microviagens de Fernão Mendes Pinto revelaram-se deceptivas, salvo como experiências humanas ou lições de vida, que quis deixar como herança aos filhos, a quem sabia que não poderia deixar a herança de grandes bens materiais. Nem a capacidade de adaptação e a resistência de que o viajante sempre deu provas, nem o modo humanista como soube avaliar culturas que nunca julgou inferiores à sua o impediram de regressar à Pátria, carregado não de «ouro, aljófar pedrarias» ou de pimenta e canela, mas de frustrações e de culpas, que de algum modo também quer confessar e expiar escrevendo a *Peregrinação*. «Pobre de mim!» – exclama ele por seis vezes ao longo da sua obra.

Este objectivo religioso, idêntico ao de um peregrino cristão, comparecia claramente ao lado do objectivo laico com que Fernão Mendes Pinto justificara a produção da obra e a sua autopromoção, ou a da sua vida, como *exemplum*: «por um lado tomem os homens motivo de não desanimarem com os trabalhos da vida para deixarem de fazer o que devem, porque não há nenhuns, por grandes que sejam, com que não possa a natureza humana, ajudada do favor divino, e por outra me ajudem a dar graças ao Senhor omnipotente por usar comigo da sua infinita misericórdia, apesar de todos os meus pecados, porque eu entendo e confesso que deles me nasceram todos os males que por mim passaram, e dela as forças e o ânimo para os poder passar e escapar deles com vida» (Cap. I).

Neste sentido, as viagens de Fernão Mendes Pinto e todas as viagens, pelo que supõem de busca, de provas ou provações e de aquisição de conhecimentos, parecem cumprir funções religiosas para que a literatura sempre apontou. Ao contrário do que frequentemente se diz, a literatura de viagens não nasceu com os gregos; já a encontrávamos no *Livro dos Mortos* egípcio, cujos textos, escritos antes do século XVII a. C., sinalizam a viagem do morto para a imortalidade, como já a encontrávamos nos mais antigos livros da Babilónia, da China, da Índia e também no Velho Testamento. Sabemos do sucesso de alguns mitos relacionáveis com a viagem – Aashverus, os Argonautas,

Ulisses, Ícaro, Sísifo. Sabemos da exemplaridade de obras como a *Odisseia*, a *Divina Comédia*, *Os Lusíadas*, o *Dom Quixote*, ou, noutro registo, o *João de Calais*, ou a *Viagem a São Saruê*. Sabemos da fortuna das concepções do homem como *homo viator*, ou da vida como viagem, e da viagem como metáfora da vida vivida ou por viver.

Mas, nas últimas décadas, os livros de literatura de viagens multiplicaram-se e diversificaram-se, ao mesmo tempo que se impunha o turismo de massa, ou que se assistia à proliferação de transportes, de diverso tipo, à invenção das intercomunicações planetárias e até às primeiras viagens astronáuticas. A melhor literatura de viagens (Bruce Chatwin, Paul Theroux...) projecta um novo tipo de viajante, que se parece com o viajante da *Peregrinação*: curioso, inquiridor, atento, menos interessado no espectáculo exótico do que no conhecimento ou no entendimento dos humanos, dos seus comportamentos ou sentimentos, por mais distintos que sejam; despido de etnocentrismos ou de preconceitos de superioridade cultural; com apurado sentido crítico mas também com intenso sentido convivial; e com uma insaciável ou sempre renovada volúpia da viagem.

Na literatura das últimas décadas podemos encontrar teorias da viagem ou da literatura de viagem que a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto também parece autorizar. Por exemplo, a dos versos de Pessoa (*Cancioneiro*)

*Viajar! Perder países!
 Ser outro constantemente.*

Ou a dos versos de Antonio Machado (*Campo de Castilla*):

*Caminante, no hay camino,
 se hace camino al andar.*

Ou a de Paul Theroux que, no livro *O Velho Expresso da Patagónia*, concebe a viagem como um acto de desaparecimento, ou defende que o mais importante na viagem não é a chegada a um lugar qualquer, mas é a própria viagem, as peripécias ou vicissitudes do percurso, a sucessiva ultrapassagem das provas, das provações e das privações, a abertura ou a entrega às experiências do caminho...

Como Ulisses, Fernão Mendes Pinto também fechou o ciclo ou o círculo da viagem, retornando à terra de onde partira, e onde o não esperava nenhuma Penélope (só depois conheceria a mulher com quem casou e de quem teve filhos). Mas dele não poderia dizer-se exactamente o que o poeta seu contemporâneo Joachim du Bellay (1522-1560) escreveu num célebre soneto: «Heureux qui, comme Ulysse, a fait un beau voyage»²²...

No momento em que se dispõe a contar a sua viagem longa no espaço e no tempo, nem ela lhe parece bela, pois a vê pontuada de «trabalhos e infortúnios», ou até de «males» e «pecados», nem o presente – mau grado o retorno «plein d'usage et raison» e a consciência da sobrevivência, por que dá «graças ao Rei do Céu» – lhe parece risonho,

²² DU BELLAY, 1558.

pois se recolhe «com essa miséria» que trouxera consigo, e para obter uma reforma ou uma pensão, que só chegou poucos meses antes de morrer, teve de enfrentar uma burocracia que lhe deu trabalhos «mais pesados» do que os da viagem, queixando-se respeitosamente do «quão pouco» conseguiu com os seus «serviços de vinte e um anos».

É possível que o fim da viagem lhe lembrasse o fim da vida, e a entrada na velhice estimulasse o pessimismo, a lamúria e a religiosidade do resistente viajante e aventureiro de outrora. Mas a verdade é que ele não era só um daqueles aventureiros portugueses corajosos, pragmáticos e vivaços que contribuíram para a construção de um grande império; ele era também o escritor de uma obra que seria dada como obra prima da literatura mundial e que fala justamente dos «trabalhos» duros e custosos dessa construção, de uma obra que António José Saraiva com alguma razão classificou como «anti-epopeia»²³.

Nela, como na epopeia que Camões acabara de compor e de publicar, nós vemos bem como o «bicho da terra tão pequeno», ou o «pobre» e «desamparado» viajante do Oriente e do Ocidente, por feitos valorosos, pela sua coragem, pela sua atenção e pelo seu esforço pôde, afinal, fazer a viagem gloriosa que o levou à imortalidade, que o foi da lei da morte libertando.

BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Cristóvão (1904) – *Fernão Mendes Pinto. Subsídios para a sua bibliografia e para o estudo da sua obra*. Lisboa.
- CARVALHO, Alberto (1999) – «Representação do espaço em “Peregrinação de Fernão Mendes Pinto”». In *A Vertigem do Oriente, Modalidades discursivas no encontro de culturas*, p. 165-183. Lisboa – Macau: Instituto Português do Oriente.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1984) – *Introdução a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Porto: Lello & Irmão – Editores.
- CATZ, Rebecca (1978) – *A sátira social de Fernão Mendes Pinto: análise crítica da Peregrinação*, 358 p. Lisboa: Prelo. (Coleção «Estudos e ensaios», 2).
- ____ (1981) – *Fernão Mendes Pinto: sátira e anti-cruzada na «Peregrinação»*, 128 p. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CATZ, Rebecca (1989) – *Fernão Mendes Pinto. Peregrinação e cartas*. 2 vols. Fixação de texto de Rebecca Catz. Lisboa: Afrodite, 1989.
- CHELINI, Jean; BRANTHOMME, Henry (1987) – *Histoire des pèlerinages non chrétiens – Entre magique et sacré, le chemin des dieux*. Paris. Hachette.
- COELHO, Eduardo Prado (2001) – *Prefácio à obra PINTO, Fernão Mendes – Peregrinação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- CORREIA, João David Pinto (1983) – Recensão a CATZ, Rebecca – «Fernão Mendes Pinto: Sátira e Anticruzada na “Peregrinação”». Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981. *Revista Colóquio/Letras. Recensões Críticas*, n.º 74 (Julho), p. 85-86.
- CORTESÃO, Armando (1943) – «Fernão Mendes Pinto não Era de Origem Judaica». *Seara Nova*, n.º 842.
- CUSATI, Maria Luisa (1971) – *Note Lessicali: Terminologia mercantile nella peregrinação di Fernão Mendes*, p. 227-233. Napoli.

²³ SARAIVA, 1980: 343-492, 352.

- DU BELLAY, Joachim (1558) – Soneto *Heureux qui, comme Ulysse, a fait un beau voyage*. In *Les Regrets autres oeuvres poétiques de Joachim Du Bellay...* A Paris: de l'imprimerie F. Morel.
- FARIA, Francisco Leite de (1995) – *As muitas edições da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto*. Maia: Castoliva Editora; Comissão Nacional para os Descobrimentos.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1993) – *A Épica Portuguesa no Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GARCIA, José Manuel (1995) – Apresentação de PINTO, Fernão Mendes – *Peregrinação*, p. 13 (ed. facsimilada da ed. de Lisboa: Por Pedro Crasbeeck, 1614). Maia: Castoliva.
- GÓMEZ TABANERA, José (1972) – *Fernão Mendes Pinto y el conocimiento etnográfico de Lejano Oriente en el siglo XVI*. Porto: Junta Distrital.
- LAS CASAS, Bartolomé de (1552) – *Brevissima relacion de la destruycion de las Índias*. Seville: Sebastian Trugillo.
- LIMA, José da Silva Lima (2007) – *«A Peregrinação»: Percursos e Palavra*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LOURENÇO, Eduardo (1989) – «Peregrinação e Crítica Cultural Indirecta». In *Fernão Mendes Pinto, Peregrinação e Cartas. Comentários Críticos*, 2.º vol., p. 1053-1062. Lisboa: Edições Afródite.
- MACHADO, Antonio (2006) – *Campos de Castilla*. 15.ª ed. Madrid: Cátedra.
- MARGARIDO, Alfredo (1990) – *La multiplicité des sens dans l'écriture de Fernão Mendes Pinto et quelques problèmes de la littérature de voyages au XVI^e siècle*. Lisboa: Edições «O Jornal»/Limiar, p. 159-199 (separata de «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. XI).
- MAURÍCIO, Domingos (1962) – «A “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto e algumas opiniões peregrinas». *Brotéria*, vol. 74, p. 565-573. Lisboa.
- MONTEIRO, Adolfo Casais (1983) – *Peregrinação. Fernão Mendes Pinto*. Transcr. de Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PESSOA, Fernando (1990) – *Cancioneiro*. Lisboa: Multilar (Colecção «Obras de Fernando Pessoa. Poesia», 5).
- PINHO, Clemêncio Segundo (1966) – *A Linguagem de Fernão Mendes Pinto segundo un sistema de Conceitos*. São Paulo: Universidade de Araraquara.
- RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- REALI, Erilde Melillo (1969) – *Note sull'esotismo linguistico nella «Peregrinação» di Fernão Mendes Pinto*. «Annali», II, p. 225-233. Istituto Universitario Orientale, Sezione Romanza.
- REY, Alain (1992) – *Dictionnaire historique de la langue française*.
- SARAIVA, António José (1980) – «Fernão Mendes Pinto ou a sátira picaresca da ideologia senhorial». In *História da Cultura em Portugal*, vol. III, p. 343-492; 352. Lisboa.
- SEIXO, Maria Alzira (1999) – «Rotas semânticas e narrativas». In SEIXO, Maria Alzira; ZURBACH, Christine (org.) – *O Discurso Literário da Peregrinação*, p. 191-211. Lisboa.
- THEROUX, Paul (2009) – *Velho Expresso da Patagónia*. [Lisboa]: Quetzal Editores (Colecção «Serpente emplumada»).

JOURNAL OF A VOYAGE TO LISBON. 1793-1794

A YOUNG MAN'S IMPRESSIONS OF THE CITY AND ITS SURROUNDINGS

MARIA CLARA PAULINO*

Abstract: In November 1793 seventeen-year-old William Withering left England in the company of his father, who suffered from consumption; a few weeks later they arrived in the coast of Lisbon. In *Journal of a Voyage to Lisbon. 1793-1794*, a manuscript, Withering wrote a daily record of his experiences from the moment he left home, in Birmingham, until his return.

In this paper we focus our attention on the 168 pages of the manuscript dedicated to Lisbon and its surroundings, where father and son resided for five months. We examine them against the background of the history and «culture» of travel literature, in particular that between mid-18th and mid-19th cent. Most of our sources are from the universe of travel literature and literary history.

We emphasize the singularity of this travel account, which derives from factors such as the reputation of the author's father (known as the «English Linneus»), and the accessibility to places and objects it facilitated; the Enlightenment travel writing conventions the author followed; and the author's young age.

Keywords: Journal; Manuscript; Lisbon; Late 18th century.

Resumo: Em Novembro de 1793 William Withering, de dezassete anos de idade, parte de Inglaterra na companhia de seu pai que sofre de tuberculose. Umhas semanas mais tarde avista a costa de Lisboa. Em *Journal of a Voyage to Lisbon. 1793-1794*, manuscrito, Withering regista as suas experiências diariamente, desde a partida de sua casa em Birmingham até ao seu regresso.

A nossa atenção centra-se nas 168 páginas do manuscrito dedicadas a Lisboa e arredores, onde pai e filho residem durante cinco meses. Examinamo-las no contexto da história e da «cultura» da literatura de viagem, em particular o período que decorre entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Para tal utilizámos, sobretudo, fontes do universo da literatura de viagem e da história literária.

Sublinhamos ainda a singularidade deste relato de viagem, que advém de factores como a reputação do pai do autor (o «Lineu Inglês»), a qual facilitou o acesso a determinados objectos e locais; as convenções da escrita de viagem do Iluminismo, que o autor seguiu; e o facto de este ser ainda muito jovem.

Palavras-chave: Diário; Manuscrito; Lisboa; Fins do século XVIII.

On 24th November 1793, eight days after embarking on the *Expedition* in Falmouth, seventeen-year-old William Withering wrote in his *Journal of a Voyage to Lisbon. 1793-1794*:

Very fine day. N. E. wind. The Rock of Lisbon was first seen at 6 o'clock in the morning. The sun very warm. (...) As we approach'd nearer the land the Cintra Hills appear'd very beautiful & with a Telescope we could perceive the Palace of Mafra¹.

* Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

General notes:

a. When quoting, we have opted to maintain the original spelling and punctuation of the manuscript.

b. The dates found in brackets after the name of a travel writer indicate the date the visit occurred, not the date of publication.

1 WITHERING, 1793-1794. V. Fig. 1.

The 360-page manuscript² is a detailed record of his journey from the moment he left Birmingham, on the first day of October 1793, to his return five months later, a few weeks after leaving Portugal. He traveled with his father, who hoped to find relief for his consumptive symptoms in the warmer climate of southern Europe. Among those looking for the healing properties of the Lisbon weather, not many recorded their experiences. In a universe of more than fifty European and North-American visitors to Portugal whose accounts were published between 1750 and 1850, only three, including Withering, traveled for reasons related to health³. At the end of the 18th century, a more common reason for visiting was diplomacy, as in the case of Clarke (1761-62)⁴ – and diplomacy could involve more or less secret goals, as with Dumouriez (1766)⁵ and Cormatin (1777)⁶. To others, like J. Friedrich von Weech (1823)⁷, Lisbon was a point of passage to the Americas. Very few came, as Richard Twiss (1772-73)⁸ did, simply to know Portugal, a country largely peripheral to most travelers' circuits and certainly not included in the Grand Tour⁹. In a letter to Baretti in 1761, Dr. Johnson writes that there is no country Europeans are less familiar with than Spain, by which he means the Iberian Peninsula¹⁰. The first travel guides on Portugal and Spain were published around the time of Withering's visit, that of Hans Ottokar Reichard in 1793¹¹. After the publication of the first two cantos of Byron's *Childe Harold*¹², in 1812, there was a surge in the number of visitors; later, travelers of the Romantic period searching for the exotic and unusual would find it within the European continent in places like Portugal, Spain and Greece¹³. And yet, as late as 1845 Dorothy Quillinan wrote that Portugal was a «labyrinth to strangers»¹⁴.

In some ways, Withering's journal is unlike other travel accounts on Portugal at the turn of the century¹⁵. Its singularity derives, to a large extent, from the author's reasons for the visit, his father's profession and reputation, his own education and background, and his young age.

Dr. Withering's ill health circumscribed his son to areas close to Lisbon. They did not venture even to Sintra, which the doctor had visited during a previous stay in Portugal from September 1792 to June 1793. He was then accompanied by his daughter Charlotte. In a letter to James Watt of March 1793, he mentions how his health improved as he approached southern latitudes:

2 168 pages are dedicated to Lisbon and surrounding areas.

3 Cf. PAULINO, 2009; PAULINO (KULMACZ), 2001.

4 CLARKE, 1763.

5 DUMOURIEZ, 1775.

6 CORMATIN, 1798.

7 WEECH, 1831.

8 TWISS, 1775.

9 NUGENT, T. [et al.], 1749: xi; cf. also CHANEY, 1998; and BLACK, 1985.

10 BOSWELL, 1887: 104; Baretti is the author of *A Journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*, published in 1770.

11 REICHARD, 1791

12 BYRON, 1812 (translated into Portuguese as *Peregrinação de Childe Harold: poema*, published in Lisbon in 1883).

13 Cf. BUZARD, 1993: 41-49.

14 QUILLINAN, 1847: vi.

(...) reaching Cape Finisterra in three days, the recovery of my strength and appetite began to take place. The more southern latitude was evident in the fine atmosphere and warmer land (...) ¹⁶.

One may safely assume that he derived significant relief from this first stay, for he came again five months later. The second visit, however, did not produce the same results, and he would die of the disease five years later.

Known as the «English Linneaus», Dr. Withering was an eminent figure of the English Enlightenment. His spirit of scientific inquiry, and his connections, determined what our young author had access to. The doctor was famous for having discovered the medical applications of *Digitalis*, and generally considered a pioneer of modern medicine ¹⁷. He made important contributions to the fields of geology, archeology and botany and was a member of the Lunar Society ¹⁸, founded in England in 1766 for the exchange and dissemination of ideas; other members were Erasmus Darwin and Josiah Wedgwood ¹⁹, James Watt ²⁰, Matthew Boulton ²¹, and Joseph Priestley ²². His presence in Lisbon did not go unnoticed: at times, they would have «30 or 40 visitors [this] morning». In their rare visits to the capital, father and son took part in the social life and mingled with the powerful and the wealthy:

(...) about 5 o’Clock E. P. & I set off to spend the Even. at Mr. Walpole’s, the British Envoy. We arrived there about 8 o’Clock & found a great deal of company; there were all the Foreign Ministers & most of the Portuguese Nobility. We had a little Concert ‘till about 9 o’Clock (...).

But they were not fond of Lisbon, with its «abominable hotels» and «dirty streets». Their preference was for research-related activities in the countryside, where Withering searched for special plants to be used by his father in lectures organized by the Royal Academy of Sciences of Lisbon. The Academy would soon publish Dr. Withering’s essay on the chemical properties of the water in Caldas da Rainha ²³. Members of the Academy Domenico Vandelli, Mariano da Conceição Veloso and José Correia da Serra ²⁴ were

¹⁵ PAULINO, 2009; PAULINO (KULMACZ), 2001.

¹⁶ WITHERING, 1793. V. Fig. 4. James Watt (1736-1819), Scottish mechanical engineer, major contributor to the development of the steam engine.

¹⁷ On this topic cf. FULTON, 1953.

¹⁸ Cf. ROBINSON, 1955: 349-35.

¹⁹ Both grandfathers of Charles Darwin; Erasmus Darwin (1731-1802) was a poet, botanist, and renowned naturalist. Josiah Wedgwood (1730-1795) was responsible for the industrialization of traditional manufacturing processes, in particular of pottery.

²⁰ V. footnote 16 *supra*.

²¹ Matthew Boulton (1728-1809), eminent Birmingham industrialist, pioneer of the British industrial engineering; in 1775 he developed a partnership with Watt to manufacture and commercialize the steam engine. The company Boulton and Watt held commercial interests in Lisbon regarding minting (ROBINSON, 1955: 352).

²² Joseph Priestley (1733-1804), theologian, contributor to the fields of philosophy and political theory.

²³ WITHERING, 1795. He had engaged in this research during his first visit.

²⁴ Dr. Domenico Vandelli (1735-1816), first Director of the Ajuda Botanical Garden; Father José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), botanist in charge of classifying flora and fauna at the Royal Garden and Museum of Ajuda; Father José Correia da Serra (1750-1823), researcher in botany and geology, founder of the Royal Academy of Sciences of Lisbon.

frequent guests of the Witherings and often acted as guides, facilitating access to areas and collections «not commonly exhibited to Strangers». For example, in the Palace of Belém:

The Abbé Correa introduced us to a Gentleman by whom we were shewn the Collection of Paintings (...). The walls of many large apartments were entirely covered by them, in general they are very bad, but there are some exceedingly good ones; most of them are from Rome. The Cielings are magnificently gilt & tolerably well painted, but seem to be decaying from damp. (...) We were next shewn an immense quantity of Gold & Silver plate belonging to the Crown. There was 48 dozen of solid Silver plates with Dishes, [illegible] and all kinds of ornaments in Proportion: 24 dozen of rich silver Gilt Plates, with Knives & Forks &c. in proportion & an amazing number of handsome ornaments of Gold & Silver of prodigious value. In all there was enough to supply 12 large tables magnificently. There is likewise handsome services of fine China.

Inevitably, young Withering's personal background, education, and the people he emulated influenced what he recorded and, more significantly perhaps, the way he responded to what he saw. The decision to write about his journey was not surprising. By the middle of the 18th century the popularity of travel writing was high. European libraries found it difficult to respond adequately to readers' demands for this kind of literature in the original language and in translation²⁵. Travel texts filled many shelves in the private libraries of men like Joseph Addison (1672-1719), John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776), Edward Gibbon (1737-1794), and Thomas Jefferson (1743-1826)²⁶. In Locke's library, along with texts on geography, travel literature made up the fifth largest section of books, far outweighing those on philosophy, natural sciences, general literature and history²⁷. In a way, writing an account of his journey was almost to be expected of Withering Jr.

Equally not surprising is his decision to write a journal rather than an account, a narrative, a collection of letters or, later, a memoir. The inclusive nature of travel literature welcomed any of these forms, even hybrid ones blending fact and fiction and, in some cases, literary genres²⁸, a circumstance that gives rise to formal and classification challenges²⁹. Yet, a journal suited him well as he could make daily, sometimes twice daily entries recording what he observed almost immediately, in line with the prescribed

In the letter to James Watt cited above Dr. Withering writes: «Dr. Vandelli, the professor of botany certainly possessed a spirit of inquiry when he first came here, but inactivity had adopted him for now and he is grown rusty in science which he neither wanted ability nor opportunity to adorn. (...) The royal society here is barely kept alive by the zeal and activity of the secretary, the Abbada Correa, but he I think will soon desert it».

²⁵ ADAMS, 1988: xxiv and 75.

²⁶ Cf. BATTEN, 1978: 2.

²⁷ Travel texts are the most commonly cited in John Locke's *An essay concerning human understanding*, published in 1894. On this topic cf. PAXMAN, 2003: 184.

²⁸ For example, Mary Shelley includes letters and diaries written during her travels through Europe in 1814 and 1816 in *Frankenstein or The Modern Prometheus*, published in 1818. Cf. COLBERT, 2004: 7.

²⁹ As early as 1964 the then President of the *Modern Language Association* defended the inclusion in academic literary study curricula of «neglected literary forms», in particular travel literature (HILTON, 1966: 836-37). However, some researchers continue to deny it the status of literary genre. On this controversy cf. HOOPER & YOUNGS, 2004: 13.

behavior of the «patriotic traveler» as defined by the German philanthropist and traveler Count Leopold Berchtold. Author of an immensely successful book containing advice for travelers³⁰, published in 1789, Berchtold suggests that trustworthy information must be noted down *in loco* and transferred at the end of the day to a well organized journal³¹. Withering may not have read Berchtold, but he had been brought up among people of a similar mind. Not all information mattered to him; only that which was useful, factual, objective. The golden rule determined that the authorial presence must not intrude in the description of the (always external) object³². Accordingly, very little in his journal gives the reader a glimpse of his temperament, or of his personal response to his circumstances in a foreign country with a progressively weaker father who, at times, fainted and coughed blood. Such emotions as he must have experienced he kept to himself and thus his account stands in striking opposition to those, rapidly becoming fashionable, that offered the reader what would become the norm in the Romantic period: the singular experience³³, the personal impression, digression³⁴.

A young man of the Enlightenment, Withering followed on the footsteps of Plutarch, who exalted the virtues of the journey with the goal of collecting of knowledge³⁵. The Enlightenment emphasis on reason and exhaustive thematic knowledge was reflected in a particular love of encyclopedias and collections, including those of travel literature³⁶. Travelers followed the precepts established by the British Royal Society, returning to their countries with data and drawings that could be put to good use by scientists as well as the common reader³⁷. Accordingly, Withering turned the last forty three pages of his manuscript into a chapter-structured collection of information organized around themes: Portuguese jewelry, wine, beasts, cattle, the royal stables, the navy, and etiquette. Working within the framework of the *ars apodemica*³⁸ and the distinction between deambulation (*vagari*) and the purposeful journey (*peregrinari*)³⁹, he clearly chose the latter, never missing an opportunity to add to his collection of plants and rocks, as when he walked to Alcântara to collect «some Agates from the valley. There are some very fine ones as well as good marble, but they are difficult to procure». And perhaps to prevent any danger of *vagari*, he devised his own plan of study:

30 Cf. BERCHTOLD, 1789: 43; Cf. STAGL, 1995: 221-22.

31 Cf. BERCHTOLD, 1789.

32 Cf. BATTEN, 1978: 63.

33 Cf. STOCKING, 1968: 441-42.

34 Examples of such journals are the extremely successful *Italienische Reise* by Goethe (1816 and 1817) and *Reisebilder* by Heinrich Heine (1826 and 1831).

35 Cf. PETERS, 2001: 596-97.

36 One finds encyclopedic works already in the 17th century. Some pertinent examples are ABELIN, 1643; ANON, 1643; and BOEHSE, 1698.

37 Cf. ADAMS, 1988: viii.

38 A formal methodology of travel first conceptualized in Germany, *ars apodemica* or *prudential peregrinandi* was known in English as *the art of travel*, in French as *l'art de voyager* and in German as *Reisekunst*. It surfaced at the end of the 16th century and was followed through the end of the 18th century. Its aim was to codify and improve on the travel practices of the Middle Ages and the Renaissance by combining German didacticism, Italian realism and French methodology. From the end of the 16th cent. till the end of the 18th cent. about three hundred *ars apodemica* works were published containing prescriptive rules to be applied to the collection and organization of information (STAGL, 2005: 57, 227).

39 Cf. *idem*.

I began to follow some regular plan of study. I got up at 7 o'clock, & at 1/2 past I went into the Study & learnt French till 9. From 9 to 10, at breakfast. From 10 to 12 Botany or drawing. From 12 to 1, reading Latin. From 1 to 3, walking, riding, or anything else. From 3 to 4 at dinner. From 4 to 6 write latin Exercise. At 6, tea time. From after tea till 9 o'clock, (the time for even prayers), studying Mathematics with Papa, or sometimes dancing.

Dr. Withering also exerted a direct influence on his son's response to the observed. When he visited Sintra during his first stay, he described it succinctly as «The Elyseum of this country, where the rich spend their time during the heat of the summer»⁴⁰. Aside from that, he mentioned only its geographic position and the temperature variations through the day. Even though he was not writing a travel account, one must wonder how a place so consensually worthy of the highest praise held no more interest to him than as a source of measurable data. His son inherited this preoccupation with measurements and facts, yet it must be said this did not render him immune to error. Sometimes his information is inaccurate, as in the description of what may well be the most minutely dissected Lisbon public square in contemporary travel literature, Praça do Comércio with its equestrian statue of King D. José I:

We rode through a very handsome square, in which is the famous Equestrian Statue of King John [my italics]. One side of this Square is a Royal Palace which is not finished; another side is the Exchange, a very handsome edifice, the 3d side is not yet finished & on the 4th side is the River. Out of this Square go two of the principal streets call'd the Goldsmith's & the Silversmith's Streets.

The belief in rational explanation led the young man to rather extraordinary conclusions when he walked up a hill in Almada, near Lisbon, and saw what was left of a Moorish castle. He was sure he could identify a mosque and skulls lying around:

The skulls of the Moors were easily distinguished from those of the Christians; the former being accustomed to go with their heads bare were much thicker & more able to bear the heat of the sun. The latter being cover'd were thinner (V. Fig. 3).

Naturally, young Withering's interest was aroused by collections such as the «Queen's Natural Curiosities», kept «in very good order» although the room «does not have good lighting». His taste was for Neoclassical uniformity and restraint, whether in clothing, architecture, or landscape. He admired the «noble» Aqueduct of Alcântara for its clean lines, strength («it stood the great Earthquake») and imposing measurements, and disliked anything that deviated from a notion of beauty and decorum that at times seems to blend with a certain English taste. For example, the «Fidalgos» attending the Grand Ball of Dec. 18 in honour of the Queen of Portugal wore «immense quantities of

⁴⁰ WITHERING, 1793. V. Fig. 4.

Diamonds upon Satin Clothes, richly embroidered with Silk & gold. They looked very fine & tawdry but not half so genteel as a plain dressed English Gentleman».

These preferences find clear expression in his descriptions of religious buildings⁴¹. In the vestry of the Church of St. Roque he was shown «a remarkable fine piece & very large, which was the frontispiece to the great Altar, it is made of solid Silver, some parts richly gilt, & ornamented with historical devices». He also saw the robes of the priests, «some of which are very splendid; cover'd with the richest embroidery of gold & silver, set with diamonds» and «also some silver stands of great weight, in which were deposited the skulls and bones of Martyrs». In the Chapel of St. John the Baptist:

The altar was composed of the richest marbles & most precious stones (...). The walls are covered with very fine Mosaic with [?] some parts of which are equal to the finest painting; the floor likewise of the same work, & the whole lighted with large [illegible] in immense candlesticks of massey Silver gilt.

St. Roque is unfavorably compared to buildings like the «New Convent»⁴², where ornaments, he thought, were more elegant. Although not one of the paintings on the walls was found to be good, «the general effect of the inside of this noble edifice is very fine». Seen from a distance, the «New Convent (...) makes a very Handsome appearance but the noble simplicity of a large dome is spoiled by too much frippery & inelligent workmanship»⁴³. And on the outside there was

(...) a striking instance of that carelessness & inattention, (which the Portuguese shew in most of their buildings), to the uniformity of the edifice, for they have built a range of stables against the principal side front & erected a large wooden cavement against one of the domes (...)

He disliked the disparity between the exterior, the old structure, of the Cathedral and its interior, which looked new due to recent repairs. The grand altar «is almost entirely new». The pillars, «of white veined scariola» are too heavy and large for the size of the building, and the Capitals are gilded. On the positive side, «[it] has two pretty good Organs». However, preferable to all others were the church and monastery of Jerónimos, where the cloisters

[were] wonderfully fine, in the Gothic stile⁴⁴, surrounding a large court, in the middle of which is water with fountains, which makes them always cool & agreeable. The Church itself is certainly very much more magnificent than the famous St. Rocques. The pillars are elegantly

⁴¹ For a discussion on the English and Southern Europe's churches and religious practices cf. PEMBLE, 1987.

⁴² Real Basílica e Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus (Royal Basilica and Convent of the Holy Heart of Jesus de Jesus); the designation of «New Convent» is due to its recent construction (it was completed a few years before Withering's visit).

⁴³ It is interesting to note that Heinrich Friedrich Link (1797-1799), German botanist, follower of Linneus, who traveled through Portugal between 1797 and 1799, expressed a similar view: the white lime stone gives the building a pleasant and aesthetically successful exterior but the architect showed poor taste when he overloaded it with ornamentation (LINK, 1801: 219).

⁴⁴ The style of the church and monastery of Jerónimos is a controversial topic among foreign visitors. In general they waver between classifying it as Moorish, or Gothic, and they are uncertain as to what kind of Gothic it is. Vd. PAULINO, 2009: 196-97.

light & very lofty, the Altars are magnificent gold & Silver gilt & the Pulpits are made of beautiful marble.

One finds the same aesthetic preferences in Withering's description of exterior, non-urban spaces, such as «quintas»⁴⁵, gardens, and scenery in general, which reveal a more engaged observer. He was fond of Braço de Prata, where they first resided

(...) formerly the residence of the French Ambassador, it was about 4 Miles from Lisbon higher up the River & pleasantly situated in a Quinta or Orchard upon the banks of the Tagus which was there 12 Miles over. We had likewise a small wood to walk in (overhanging the River) which is a very scarce thing in Portugal. (...) The country was well wooded with Olive Trees. There were some of the most beautiful prospects I ever saw (...).

As he was of the house they moved into a few months later, situated in «St. Josè de riba Mer, or St. Joseph upon the banks of the Sea (so call'd from the St. Josè Convent a little way off)». He went for long walks, both around the house and in the garden of the convent, «which is laid out in a most curious stile»: the walks were made of «Dutch tiles» and the walls and fountains «are entirely covered with shell-work». The house itself was

delightfully situated upon the banks of the Tagus, about 5 miles from Lisbon, 1 from Belem lower down (...) open to the South, with a charming prospect of the River & the opposite shore & a very extensive view of the Forts, the Bar & the Atlantic Ocean from the hills behind the house. The Quintas on this side Lisbon are planted with Oranges, those on the other side with Olives, which are not near so beautiful as the former.

In both passages just quoted, the adjectives «beautiful» and «charming», and the adverb «delightfully», contrast with the vocabulary he used to describe «most of the gardens in Portugal», whose artificiality displeased him. The garden of the S. José residence was «laid out in the Chinese manner, as are most of the Gardens in Portugal, with flights of steps, Basins of water with Gold & Silver Fish, Fountains & C.». In Caxias

[t]he Royal Gardens (...) are laid out in a very odd manner; terraces one above another to a great height, ornamented with Rock Work, Fountains, Statues, Chinese Temples &c. painted with bright colours, which have a very remarkable appearance.

45 Unable to find an adequate equivalent to the Portuguese word «quinta», travel writers do not venture into translation. The inclusive, multi-functional character of the Portuguese «quinta», a space that combines farming, leisure and entertainment, and often landscaped gardens, makes it essentially different from a «farm», a «country house» or an «estate», a «landgut» (German), or a «ferme» (French). In his travel account, Heinrich Friedrich Link explains that «quinta» designates an enclosed area surrounded by walls or hedges, simultaneously used as a vegetable garden, an orchard, a place for farming and for entertainment. «Quintas», he adds, do not have artistic pretensions and are delightful in their simplicity. In the rare cases when they are destined only for entertainment, the prevailing fashion is French as exemplified by the «quinta» of the Marquess of Abrantes in Benfica (LINK, 1801: 231).

Withering shows no inclination to join in the new taste emerging in travel texts from the middle of the 18th century. Between then and the mid-19th century, travel literature reflected, and helped shape, the movement from the Neoclassical to the Romantic sensibility; there was a prolonged Pre-Romantic phase during which writers exalted «the picturesque»⁴⁶, a concept defined by William Gilpin in three influential essays⁴⁷ published the year prior to Withering's journey. The Grand Tour helped develop aesthetic sensibility by exposing the traveler to the real scenery of the Alps and Italy, as well as to Italian landscape painting⁴⁸. There is a vast bibliography on the dynamic relationship between travel literature and the formation of the taste of large sections of European society, which became increasingly aware of the Mediterranean landscape features⁴⁹ as travelers brought home engravings and drawings. Withering compares the Aqueduct of Alcântara to the engravings he had seen before his visit, and concludes: «None of the prints which I have seen give an adequate idea of the magnitude of it».

By the time he arrived in Portugal, the taste for geometrically laid gardens with straight walks and carefully placed statuary had given rise to a preference for the irregular feature, the unexpected turn, the «natural» look, in short, «the picturesque»; yet, much more to his liking are the gardens at the Palace of Belém:

(...) laid out in a very regular manner, with long streight walks with tall crop't hedges on both sides, ornamented with Statues; the Spaces between the walks are planted with Trees, chiefly oranges. We ascended a handsome flight of Steps, which brought us to a Garden, laid out in little forms with box [illegible] neatly cut, overhanging the River, in which stood the Menagerie, a most charming edifice & excellently well adapted to the Purpose, ornamented with white Statues which appeared very beautiful against the dark blue, & the orange blossoms which perfumed the air made it quite delightful⁵⁰.

The words «picturesque» and «enchanted» were often used from early on in the century to describe a view that struck travelers powerfully, such as Lisbon seen from the sea, at first in the distance, then closer as the ships came slowly up the river. Withering did not remain unaffected, but he did remain dutifully descriptive:

About 8 we anchored off Cintra (...). A delighful day, & we had a most charming prospect before us of the Hills, the light house, the Town of Cascaes, with Forts, a pretty little white Convent situated in an orange Grove. About 2 o'clock we weighed anchor & proceeded with a

46 On the relationship between the pre-romantic sensibility in Portugal and the appreciation and acquisition of painting between 1780 and 1825 cf. ARAÚJO, 1991.

47 GILPIN, 1792.

48 Cf. HUSSEY, 2003.

49 Cf. PEMBLE, 1987: 7-9.

50 R. B. FISHER (1808-1811) remarks that there is little to admire in this very formal garden. The long walks have tall hedges on both sides that cross at right angles and continue into very long avenues; here and there one sees a fountain (FISHER, 1811); Lt. Gen. COCKBURN (1811) dislikes the garden, laid out in the old-fashioned way with cut hedges, with very long walks cutting across the park and others that go all the way around it (COCKBURN, 1815).

gentle breeze towards Lisbon. (...) This entrance into the Tagus, with the great number of fine buildings, palaces, churches &c, is reckoned one of the grandest sights in Europe. Before we arrived at the City we passed Belem, which is a town, built in an irregular manner, & composed chiefly of fine Buildings, such as its famous old Church, by the river side, which is the finest in the Country; the Adjuda Palace, a long, white edifice on the top of the Hill, the Church, built on the spot, in which the late King was attempted to be assassinated, & many other Churches & Noblemen's houses. There is likewise part of an old Castle, which stands by the water side. Opposite here you see the hill & the ruins of Almada (...). Further on we had a delightful view of the city, which is situated upon a number of small hills, forming a crescent, & one of the principal objects which presents itself is the new Convent, which appears from river up.

There are a few moments in this journal when Withering's young age gets the better of him and he allows us a glimpse of his excitement and love of adventure. At such times writing was not enough and he felt compelled to draw the objects of his attention (v. Figs. 2 and 3). In Porto Brandão, for example, he came across precipices, miniature «deserts of Arabia» and donkeys that were «beasts»:

Mr. White came about 10 o'Clock to take us across the Water. We had a delightful row over the river to a small place call'd Porto Brandao, from whence we proceeded on Burros up the country (...) We passed over several high hills [illegible] this beautiful Valleys, where the meadows were entirely covered with wild chamomile (...). After travelling 3 or 4 miles on our Burros we at last came to a Precipice which seemed impracticable for the Buros to descend. We dismounted and left our Beasts to the care of the servants. From the top of this precipice there is an extensive view of the Ocean, Cape Aspichel & the Coast (call'd Costa) with the huts of the fishermen upon it. We descended first & when we looked up from the plain below it was astonishing to see the men and Buros come down. (...) We directed our Course across a large track of Sand (the Deserts of Arabia in miniature) & carried at the huts close to the Sea side. They are in general built of rushes & are inhabited by a very different set of people to those who live on the Northern side of the Tagus. They are chiefly fishermen, who are very stout & muscular & much accustomed to great danger in [illegible] the bar & rowing about the rocks & breakers of the coast, which they do in half-moon shaped boats, which are only to be found amongst these hardy people. In these they venture out in the roughest seas (...) (V. Fig. 2).

In Almada he found traces of a Moorish Castle, human bones, perpendicular rocks, and tremendous heights:

We had a delightful row up the River as far as Almada, where we landed. We walked thro' the Town, which is small & dirty, till we came to the top of the Hill on which was formerly a Moorish Castle of great strength, of which there is now scarcely sufficient remaining to trace the ground plan, but to the best of my knowledge it is thus – a. appears to have been the great entrance; b. a smaller gate way, now remaining; c. remains of a wall, parallel to a.; d. round towers; e. square towers; f. wall next the Sea, upon a high & nearly perpendicular rock; impregnable; o. the mosque

in which we saw many human bones. This castle is built on a rock of calcareous marble (V. Fig. 3). From this place (...) the prospect exceeds anything I recollect having seen before. You can see distinctly, on one side, far into the Atlantic, the Bar, the 2 forts, the opposite shore, Belem & the whole South side of the City of Lisbon; on the other, the country on both sides the Tagus, which is covered with Pine trees on the S. side & has a very fine appearance, the Mountains of the Arrabeda & Palmela. We descended this high hill on the north side, down a good road which is cut out of the rocks, which are here a tremendous height & nearly perpendicular.

At the end of April 1794 Withering and his father left Lisbon on board the King George. A reader of this journal will wonder what became of this young man, so attentive to his father, so deeply shaped by his upbringing. We know only that, as an adult, he cared about keeping the memory of his father alive. He published Dr. Withering's biography, a collection of his scientific treatises⁵¹, and was responsible for four posthumous editions of *An Arrangement of British Plants according to the latest Improvements of the Linnean System*⁵². Of himself, we have next to nothing except, of course, his journal of a voyage to Lisbon.

WORKS CITED

- ABELIN, Johann Philipp (ed.) (1643) – *Theatrum Europæum, oder, ausfuehrliche vnd wahrhafftige Beschreibung aller vnd jeder denckwuerdiger Geschichten*. Frankfurt: M. Merian.
- ADAMS, PERCY G. (ed.) (1988) – *Travel Literature through the Ages. An Anthology*. New York & London: Garland Publishing, Inc.
- ANON (1643) – *Kurtze Jedoch Wahrhafftige Beschreibung der Vortrefflichen Weitberuehmten Haupt-Stadt Lisbona in Portugal*. Zwickaw.
- ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de (1991) – *Experiência da Natureza e Sensibilidade Pré-Romântica em Portugal. Temas de pintura e seu consumo (1780-1825)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ph.D. dissertation.
- BATTEN, Charles L. (1978) – *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth-Century Travel Literature*. University of California Press.
- BARETTI, Giuseppe Marc'Antonio (1770) – *A Journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*. London: T. Davies, 4 vols.
- BERCHTOLD, Count Leopold (1789) – *An Essay to direct and extend the Inquiries of Patriotic Travellers; with further Observations on the Means of preserving the Life, Health, & Property*. London: For the author, vol. I.
- BOEHSE, August, ed. (1698) – *Curieuse und historische Reisen durch Europa*. Leipzig.
- BOSWELL, James (1887) – *Boswell's Life of Johnson, Including Boswell's Journal of a Tour to the Hebrides and Johnson's Diary of a Journey into North Wales*. Ed. George Birkbeck Hill. Oxford: Clarendon Press.
- BUZARD (1993) – *The Beaten Track European Tourism, Literature, and the Ways to Culture, 1800-1918*. Oxford University Press.
- BYRON, Lord (1812) – *Childe Harold's Pilgrimage, a Romaunt: and other poems*. London: John Murray.
- CAMPBELL, Mary (1988) – *The Witness and the Other World: Exotic European Travel Writing, 400-1600*. Ithaca: Cornell University Press.

⁵¹ Cf. URBAN, 1822.

⁵² WITHERING, 1818.

- CLARKE, Rev. Edward (1763) – *Letters concerning the Spanish nation: written at Madrid during the years 1760 and 1761*. London: T. Becket, P. A. De Hondt.
- COCKBURN, Lt. Gen. (1815) – *A voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily and Malta, in 1810 & 11, including a description of Sicily and the Lipari Islands, and an excursion in Portugal*, 2 vols. Dublin: J. Harding.
- COLBERT, Benjamin (2004) – *Bibliography of British Travel Writing, 1780-1840: The European Tour, 1814-1818 (excluding Britain and Ireland)*. «Cardiff Corvey: Reading the Romantic Text», 13 (Winter).
- CORMATIN, Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux, Baron of (1798) – *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressans sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour*. Revu, corrigé sur le Manuscrit, et augmenté de Notes sur la situation actuelle de ce Royaume et de ses Colonies, par J. Fr. Bourgoing, ci-devant Ministre plénipotentiaire de la République Française en Espagne, membre associé de l'Institut National. Paris: Chez F. Buisson, 2 vols.
- DUMOURIEZ, Charles-François, General (1775) – *État présent du royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*. A Lausanne: François Grasset & Comp.
- FISHER, R. B., Esq. (1811) – *A sketch of the city of Lisbon, and its environs with some observations on the manners, disposition, and character of the Portuguese nation*. London: Printed for J. Ridgway.
- FULTON, John F. (1953) – «The Place of William Withering in Scientific Medicine». *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*. Oxford University Press.
- GILPIN, William (1792) – *Three Essays: On Picturesque Beauty, On Picturesque Travel, and On Sketching Landscape*. London: Strand.
- GOETHE, Johann Wolfgang von (1976) – *Italienische Reise*. Mit 40 Zeichn. d. Autors. hrsg. u. mit e. nachw. vers. von Christoph Michel. Frankfurt am Main: Insel-Verlag.
- HEINE, Heinrich (1826-1831) – *Reisebilder*, 4 vols. Hamburg: Hoffmann & Campe.
- HILTON (1966) – «The Significance of Travel Literature, with Special Reference to the Spanish – and Portuguese-Speaking World». In *Hispania*, vol. 49, n.º 4 (Dec.). American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, p. 836-845.
- HOOVER, Glenn; YOUNGS, Tim, eds. (2004) – *Defining Travel: On the Travel Book, Travel Writing and Terminology. Perspectives on Travel Writing*. Aldershot: Ashgate.
- HUSSEY, Christopher (1967) – *The Picturesque. Studies in a Point of View*. London: Frank Cass and Company Limited.
- LINK, Heinrich Friedrich (1801) – *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien, und vorzueglich Portugal*. Kiel: C. G. Fleckeisen.
- LOCKE, John (1894) – *An essay concerning human understanding*. Oxford: Clarendon Press.
- NUGENT, T. [et al.] (1749) – *The grand tour*. London: S. Birt, D. Browne, A. Millar and G. Hawkins.
- PAULINO (KULMACZ), Maria Clara Loureiro Borges (2001) – *Arte e Património em Portugal: olhares norte-europeus entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. M. A. Thesis. Available at <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18651>>.
- PAULINO, Maria Clara Loureiro Borges (2009) – *Olhares de Europeus e Norte-Americanos em Viagem por Portugal. Fontes para Estudos de Arte e Património (ca. 1750-1850)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ph.D. dissertation. Available at <URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25412>>.
- PAXMAN, David B. (2003) – *Voyage into Language: Space and the Linguistic Encounter, 1500-1800*. Ashgate Publishing.
- PEMBLE, John (1987) – *The Mediterranean Passion. Victorians and Edwardians in the South*. Oxford: Clarendon Press.
- PETERS, Edgard (2001) – «The Desire to Know the Secrets of the World». In *Journal of the History of Ideas*, vol. 62, n.º 4, p. 593-610. University of Pennsylvania Press.

- QUILLINAN, Dorothy (Wordsworth) (1847) – Preface. *Journal of a few months' residence in Portugal and glimpses of the South of Spain*, 2 vols. London: Bradbury and Evans.
- REICHARD, Hans Ottokar (1971) – *Guide d'Espagne et du Portugal*. 1793. Paris: Les Ed. de la Courtille.
- ROBINSON, Eric (1955) – «An English Jacobin: James Watt, Junior, 1769-1848». In *Cambridge Historical Journal*, vol. 11, n.º 3. Cambridge University Press.
- SHELLEY, Mary (1818) – *Frankenstein or The Modern Prometheus*. London: Lackington, Hughes &.
- STAGL, Justin (1995) – *A History of Curiosity. The Theory of Travel 1550-1800*. London: Routledge.
- STOCKING, Marion Kingston (1968) – *The Journals of Claire Clairmont*. Appendix A. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- URBAN, Sylvanus, Gentl., ed. (1822) – Review. *The Miscellaneous Tracts of the late William Withering. To Which is Prefixed a Memoir of his Life, Character and Writings*. «The Gentleman's magazine, and historical chronicle» (Jun.-Dec.). London: John Nichols & Son, p. 45-46.
- WEECH, J. Friedrich von (1831) – *Reise ueber England und Portugal nach Brasilien und den Vereinigten Staaten des La-Plata-Stromes waehrend den Jarhen 1823 bis 1827*. Muenchen, Fr. R. X. Auer.
- WITHERING, W., Dr. (1795) – *Analyse chimica da aqua das Caldas da Rainha. A chemical analysis of the water of Caldas da Rainha*. Printed by the Royal Academy at Lisbon in Portuguese and English.
- WITHERING, W., M. D. (1818) – *An Arrangement of British Plants according to the latest Improvements of the Linnican System, with an Introduction to the Study of Botany. Illustrated with Copperplates*. 6th ed. corrected and enlarged by William Withering, Esq. London, 4 vols.
- WITHERING, William (1793-1794) – *Journal of a voyage to Lisbon. 1793-1794*. [Manuscript]. Soho Archives Collection, Birmingham City Archives. 386806 [IIR 21].
- WITHERING, William, Dr. (1793) – Letter to James Watt Esq. [Manuscript]. March 1793. Soho Archives Collection, Birmingham City Archives [MS 3219/4/89/12].

O REGRESSO À ORIGEM

O TEMA DA VIAGEM NA ICONOGRAFIA FUNERÁRIA EGÍPCIA DA XXI DINASTIA

ROGÉRIO SOUSA*

Resumo: O presente estudo procura caracterizar as representações egípcias da vida no Além como um caminho, uma viagem rumo ao renascimento. Embora esta viagem tenha sido evocada desde os textos funerários do Império Antigo, só no Império Novo é que as etapas desta viagem foram transpostas para a iconografia. É no entanto na decoração pictórica dos sarcófagos da XXI dinastia que encontramos o desenvolvimento pleno destes temas. O nosso estudo incide, portanto, sobre as vinhetas que ilustram a vida do defunto no Além, recorrendo à decoração pictórica dos sarcófagos antropomórficos da XXI dinastia, alguns dos quais só agora começam a ser estudados, como os sarcófagos conservados na Sociedade de Geografia de Lisboa. Procurámos neste estudo enfatizar o carácter narrativo destas representações e apresentamos algumas das vinhetas mais importantes da iconografia egípcia encadeadas de acordo com as etapas da viagem do defunto na Duat.

Palavras-chave: Ataúde; Iconografia; Egípto; Morte.

Abstract: This study aims to describe the Egyptian representations of the afterlife as a path, a journey to rebirth. Although this journey has been described since the funerary texts of the Old Kingdom, it was only in the New Kingdom that its several stages were illustrated and codified in iconography. However, it is only among the pictorial decoration of the coffins of the 21st Dynasty that we find the full development of these themes. Our study focuses on the vignettes used in the decoration of the 21st Dynasty anthropomorphic coffins that illustrate the afterlife of the deceased. Some of this rich iconographic repertoire is only now beginning to be studied. We will focus our analysis on the coffins held at the Sociedade de Geografia de Lisboa. And highlight the narrative character of these representations, describing some of the most important vignettes as episodic allusions to the journey of the deceased in the Duat.

Keywords: Coffin; Iconography; Egypt; Death.

Tomaremos como ponto de partida para o nosso estudo o importante espólio de ataúdes egípcios da XXI dinastia conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa. Estes objectos são oriundos de Bab el-Gassus, o túmulo colectivo dos sacerdotes de Amon descoberto intacto em 1891 na necrópole tebana, e integram uma importante colecção de artefactos aí encontrados, actualmente dispersa por alguns dos mais importantes museus do mundo. Estes ataúdes, abundantemente decorados com pinturas e inscrições, encontram-se entre os mais importantes documentos para estudar as crenças religiosas do antigo Egípto. Mais do que uma mera colecção de imagens justapostas, estes ataúdes ilustram a vida no Além com uma sequência narrativa inspirada na visão da morte divulgada no «Livro dos Mortos». Todas as grandes compilações de textos funerários, desde os «Textos das Pirâmides» do Império Antigo (c. 2686-2160 a. C.), ao «Livro dos Mortos» do Império Novo, passando pelos «Textos dos Sarcófagos» do Império Médio (c. 2055-1650 a. C.), apresentavam alusões a uma viagem que pressupunha uma elabo-

* Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte; Bolseiro de pós-Doutoramento da FCT; Investigador do CITCEM.

rada «cartografia» do Além e, quase à semelhança de um guia medieval do peregrino, tinham como intuito guiar o viajante que percorria o mundo dos mortos para que chegasse ao seu destino em segurança. Em todos estes textos, a representação da morte como uma viagem sideral ou ctónica conferia às representações da morte um aspecto surpreendentemente dinâmico.

Esta viagem cósmica era integrada num quadro de crenças sobre a natureza da vida humana e requeria um conjunto de práticas funerárias formuladas a partir de um horizonte mítico que importa antes de mais clarificar.

1. A REPRESENTAÇÃO DA MORTE E AS PRÁTICAS RITUAIS DE REPOSIÇÃO DA VIDA

A imagem que melhor caracteriza a representação egípcia da vida é a da caminhada. O próprio signo hieroglífico que significa «vida», *ankh*, evoca a forma de uma sandália e cunhava a vida com a conotação de dinamismo e de dignidade subjacentes a este luxuoso objecto¹. A ideia do percurso vital tinha aliás uma forte conotação solar e certamente se inspirava no próprio caminho encetado pelo deus Sol entre as montanhas do Oriente e do Ocidente. Tal como Ré, o deus Sol, o defunto aspirava a continuar esta caminhada no Além, já depois da morte. Estabelecia-se, portanto, um caminho de continuidade entre a morte e a vida, um caminho que se iniciava no mundo terreno e que prosseguia no Além. Este caminho era, no entanto, perigosamente interrompido com o advento da morte corporal. No mito de Osíris, a morte física era a demonstração do triunfo de Set, o deus que personificava o mal e a cupidez². O fratricídio de Osíris, o deus que personificava o bem e a ordem civilizadora, tinha subjacente a ideia de injustiça, e era esta noção que configurava a imagem egípcia da morte: a de um atentado que de modo algum se afigurava na ordem natural das coisas e que introduzia o estado de inércia e de letargia, típicos da morte, que interrompia a fluidez e o movimento característicos da vida. O cadáver distinguia-se do corpo pelo facto de ter sido alvo de um crime que pusera termo à acção conectiva do coração, o principal garante da vida. Com a morte, o coração parava, pondo assim um fim à caminhada vital³. A fonte do percurso vital emanava portanto do coração, o agente unificador e animador do corpo, e quando esta corrente cessava, sobrevinha a morte que tornava o cadáver inanimado, estático e aspectivo⁴, ou seja, uma realidade desprovida de um agente unificador em que as partes perdiam a ligação entre si.

¹ Para as conotações do termo *ankh* ver FAULKNER, 1999: 43.

² Ver SOUSA, 2009a: 172.

³ ASSMANN, 2003: 58. Ver também SOUSA, 2009a: 178.

⁴ A aspectividade é para Brunner-Traut a base cognitiva do pensamento egípcio. Trata-se de um pensamento que justapõe aditivamente vários elementos sem que se estabeleçam princípios organizadores e estruturantes que integrem o particular no todo. Para Assmann, no entanto, este é apenas um dos aspectos do modo de pensar da civilização egípcia. Às manifestações «visíveis» do pensamento aspectivo, bem expressas na arte, seria preciso acrescentar as formulações conectivas que justamente estabelecem a unidade entre o particular e o todo. Para o autor o princípio de conectividade manifesta-se claramente nas crenças relacionadas com o corpo, onde se destaca a função do coração como garante de conectividade. ASSMANN, 2003: 52-55. Ver também SHÄFER, 1980: 421-446.

Era para retomar a reposição da justiça e para assegurar o domínio sobre a corrupção e a morte que todas as práticas funerárias eram encetadas. A viagem no Além pressupunha, portanto, que esta «anomalia» havia sido combatida e que a ordem natural das coisas, ou seja, a vida e a harmonia, tinha sido reposta. A mumificação, em primeiro lugar, tinha como intuito assegurar a transformação do cadáver num corpo que pudesse assegurar a vida eterna.

A preparação do cadáver, que ocorria num pavilhão especialmente construído para o efeito junto às margens do Nilo, o «lugar da pureza», constituía, portanto, um tempo de retiro momentâneo do defunto. Do ponto de vista mítico, o cadáver era visto como a imagem (sempre chocante) de Osíris dilacerado por Set e as práticas de embalsamamento repetiam sobre o cadáver os cuidados amorosos que Ísis e Anúbis haviam dispensado ao cadáver retalhado de Osíris. O embalsamamento visava, através da dádiva dos fluxos e dos bálsamos impregnados de essência divina (os óleos aromáticos), retirar do cadáver todos os elementos que provocavam a podridão e a corrupção, tidos como manifestações de Set. Assim, o mal e o pecado eram removidos do corpo do defunto e substituídos, através do cuidado amoroso de Ísis e Anúbis, pelo amor, pela pureza e pela luminosidade. O corpo embalsamado consistia, na verdade, num corpo santo transfigurado pelos poderes do bem e do amor. Só por essa razão é que a múmia podia aspirar à imortalidade. O embalsamamento conduzia, deste modo, à criação de um corpo divino capaz de enfrentar a eternidade.

Num lugar contíguo, a preparação da múmia prosseguia no «lugar da beleza». Era aí que tinha lugar a maquilhagem da múmia, o enfaixamento e a deposição de amuletos. Não nos podemos esquecer que cada amuleto constituía um hieróglifo a três dimensões e que, um após outro, a colocação de amuletos sobre a múmia ia redigindo um «texto» que dispunha em torno da múmia a força protectora da palavra⁵. Com a sua configuração final, a múmia era, antes de mais, uma representação: para além do «texto» mágico redigido à sua volta, a múmia possuía agora a aparência de um deus. Na realidade, a configuração mumiforme que hoje associamos inequivocamente aos mortos do antigo Egipto, aos olhos dos embalsamadores já não era um cadáver, mas sim o corpo «vivo» de Osíris. Com o corpo envolto em ligaduras e o rosto coberto por uma máscara, a múmia representava a transformação do defunto num deus ctónico que, como Osíris, regressava à vida graças ao princípio de conectividade conferido pelo amor de Ísis e de Anúbis.

Da realidade «aspectiva» da morte, onde o cadáver não era mais do que uma justaposição de elementos separados, o amor introduzia de novo a conectividade da vida no coração e no corpo de Osíris.

A múmia assim confeccionada só ficava verdadeiramente pronta no dia do enterramento quando, uma vez erguida diante do túmulo, sobre ela se realizava o ritual da abertura da boca (em egípcio, *uepet-rá*⁶ ou *uep-rá*⁷). Do ponto de vista mitológico, este

⁵ Para uma apresentação sucinta acerca dos amuletos egípcios ver ANDREWS, 1994: 6-13. Ver também ARAÚJO, 2001b: 66-67.

⁶ Em ASSMANN, 2003: 457.

⁷ Em ARAÚJO, 2001a: 20.

ritual era visto como a reatualização do castigo de Set e com ele procurava-se restabelecer a dignidade e o estatuto social do defunto. Do mesmo modo como Ísis devolvera ao cadáver de Osíris o princípio de conectividade física através do amor, também Hórus, que presidia a este ciclo ritual, devolvia o princípio de conectividade social a Osíris, restituindo-lhe a sua dignidade⁸.

A intervenção de Hórus vinha, deste modo, completar, no plano social, a reanimação que Ísis começara no plano estritamente corporal. O isolamento era uma manifestação da morte e opunha-se ao completo restabelecimento da vida que pressupunha a reposição da conectividade física e social. Deste modo, o princípio de conectividade devia manifestar-se tanto na reconstituição do corpo como na preservação da identidade e do estatuto social do defunto que o túmulo procurava garantir⁹. Uma diferença importante separava os procedimentos mágicos associados à regeneração do corpo dos que se destinavam a assegurar a preservação da identidade social do defunto. Enquanto a reconstituição do corpo através da confecção da múmia remetia para a constelação homem-mulher e constituía um fenómeno de carácter sexual, a reconstituição da identidade social garantida pelo túmulo remetia para a constelação pai-filho e contava com a intensidade do amor filial para ser eficaz. A múmia e o túmulo reflectiam, portanto, a acção ritual requerida para restituir a conectividade física e social necessária para que o defunto pudesse ser dotado de vida e assim conseguisse retomar a sua «caminhada» nos domínios do Além.

2. O ATAÚDE E O TÚMULO COMO SUPORTES PICTÓRICOS

Tradicionalmente, o sarcófago e o túmulo apresentavam uma estreita ligação entre si. Nos enterramentos mais arcaicos, túmulo e sarcófago sobrepunham-se quase inteiramente. No Império Antigo, a configuração típica do sarcófago era a de um palácio, o que indica que a sua função seria a de recriar uma morada de eternidade para proteger a múmia e assegurar a perenidade do *ka*, uma intencionalidade em tudo idêntica à do próprio túmulo. Mais tarde, já no Império Novo, o túmulo passou a ser visto como um templo equipado com uma cripta subterrânea onde o defunto era instalado no interior de um sarcófago com a configuração de um relicário onde a sua múmia era colocada para aí figurar como uma estátua divina.

Sobretudo na região tebana, para além dos sarcófagos tradicionais, passou-se a utilizar um ou mais ataúdes que tipicamente adoptavam uma configuração mumiforme, representando o defunto com a fisionomia e os atributos de um deus: se o defunto era um homem, o seu queixo estava adornado com uma barba divina, tinha a cabeça cingida por uma larga cabeleira tripartida, como a dos deuses, e o peito adornado com um colorido colar *usekh*. Este ataúde antropomórfico apresentava portanto o defunto com a imagem plena de um deus osirificado.

⁸ Em ASSMANN, 2003: 80.

⁹ *Ibidem*: 74.

Este tipo de ataúde antropomórfico (alguns autores designam-nos mesmo de osiriformes¹⁰) era em geral feito de madeira e, embora representasse o defunto com os traços de um deus osirificado, na verdade simbolizava o ventre da deusa mãe. A madeira usada no ataúde simbolizava a árvore sagrada que, através da resina usada na mumificação e da madeira usada no ataúde, assegurava a imortalidade e a regeneração ao defunto. O ataúde envolvia deste modo a múmia num ventre de madeira, onde a deusa mãe regenerava o defunto e o transformava num deus vivo. É, por essa razão, que aos pés deste tipo de ataúde se lê, sobretudo a partir da Época Baixa (664-332 a. C.), a inscrição *neb-ankh*, «senhor de vida», expressão que assinalava condignamente a reposição da ordem cósmica requerida para que a vida no Além pudesse prosseguir¹¹.

O ataúde antropomórfico era, portanto, visto como um espaço de socialização e de renascimento onde o defunto se encontrava com a mãe divina, em geral Nut ou Hathor, para aí se regenerar e, sob a protecção dos quatro filhos de Hórus (Imseti, Duamutef, Hapi e Kebehsenuf), aí alcançar a integração cósmica plena.

Espelhando estas crenças, os ataúdes antropomórficos eram decorados com representações aladas da deusa Nut. Em alguns casos, toda a superfície do ataúde era decorada com as asas da deusa conferindo um belo efeito «emplumado» que está na origem da sua designação actual (ataúdes de tipo *richi*, ou seja, «de plumas»)¹² e do qual os três ataúdes antropomórficos de Tutankhamon constituem sumptuosos exemplares¹³. No entanto, normalmente a representação de Nut era circunscrita à tampa do ataúde onde era representada pousada sobre o peito estendendo as suas asas protectoras sobre o defunto. Representações dos quatro filhos de Hórus também são comuns nas paredes laterais do ataúde¹⁴.

A decoração pictórica do túmulo completava, de certo modo, as representações colocadas sobre o ataúde. O egiptólogo alemão Jan Assmann realizou um trabalho notável na clarificação do simbolismo das representações tumulares e da sua evolução, identificando quatro grandes categorias de representações¹⁵:

1. Representações de carácter biográfico – acompanhavam em geral a inscrição do nome, títulos ou referências biográficas. São normalmente constituídas por cenas relativas à sua vida e funções que exerceu¹⁶.
2. Representações do equipamento funerário do defunto – normalmente traduz-se na representação da produção, transporte e apresentação de oferendas ao defunto¹⁷.

¹⁰ SHEIKOSLESAMI, 2009: 363.

¹¹ É precisamente este o caso do ataúde antropomórfico (41.01.091) conservado no Museu de História Natural da Universidade do Porto. Ver SOUSA, 2008: 204-205. Também o ataúde do sacerdote Pabasa, incluído na colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia, tem na base uma decoração formada pela inscrição hieroglífica repetida de «Senhor de vida e de prosperidade». Ver ARAÚJO, 1993: 294-299.

¹² IKRAM & DODSON, 1998: 205-208.

¹³ REEVES, 1990: 106-108.

¹⁴ Exemplar deste tipo de decoração é o ataúde da dama Henujudjebu. Ver BERMAN, 1993: 270-275.

¹⁵ Ver ASSMANN, 2003: 296.

¹⁶ Ver por exemplo NEWBERRY, 1900: pl. XVI.

¹⁷ Ver a decoração do túmulo tebano de Djoserkaresoneb, em DAVIES, 1963: Pl. I-II.

3. Representação de rituais de passagem – consistem em representações do cortejo fúnebre e dos rituais executados diante do túmulo, como o ritual de abertura da boca e os de purificação¹⁸.
4. Representações do mundo do Além – envolvem as cenas mais complexas como o julgamento dos mortos, a figuração das portas do Além, a adoração dos deuses, a representação dos campos do paraíso, ou da navegação na barca solar, entre outras.

No Império Novo a representação dos rituais funerários (3) torna-se canónica, acrescentando-se aos temas convencionais (1 e 2) representados desde o Império Antigo. As representações dos rituais de passagem (3) e da vida do defunto no Além (4) tornam-se dominantes da decoração do túmulo. As representações que a nós mais nos interessam, as que evocam a vida do defunto no Além, começaram por decorar a câmara funerária mas o interesse que despertaram foi tal que, no período ramsésida (1295-1069 a. C.) se haviam tornado no tema dominante da decoração pictórica do túmulo.

De um modo geral, até ao final do Império Novo, a decoração do ataúde antropomórfico e a decoração do túmulo complementavam-se: o ataúde recebia a representação da união do defunto com a deusa mãe que promovia a sua solarização (o seu renascimento sob a forma de Sol nascente), ao passo que o túmulo ilustrava a sua osirificação (a sua passagem para o mundo dos mortos e a sua proclamação como um deus justificado, ou seja, uma manifestação de Osíris). A iconografia do ataúde estava deste modo mais conotada com a temática da conectividade corporal e com o renascimento, ao passo que a decoração do túmulo estava mais conotada com a conectividade social e a justificação. No final do Império Novo, sobretudo na região tebana verificou-se uma importante viragem que comprometeu esta repartição simbólica. A partir daí, os túmulos seriam desapossados da sua função de suporte pictórico, a qual passou a ser inteiramente confiada aos ataúdes. Vamos pois ver como e em que circunstâncias esta alteração se verificou.

3. A XXI DINASTIA E A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS

Com o final do Império Novo (1550-1069 a. C.) chegava ao fim uma das épocas de maior dinamismo da civilização egípcia. A decadência política que se agravou ao longo de toda a XX dinastia (1186-1069 a. C.) conduziu o país à fragmentação que caracterizou o Terceiro Período Intermediário (1069-664 a. C.), com os faraós da XXI dinastia (1069-945 a. C.) sedeados em Tânis, no Delta Oriental, e os sumo sacerdotes de Amon à cabeça de um estado teocrático com sede em Karnak, o antigo templo dinástico de Amon-Ré. No que diz respeito especificamente às práticas funerárias, os tempos eram conturbados. A necrópole real tebana, o Vale dos Reis, tinha sido espoliada dos seus tesouros (numa operação que provavelmente foi orquestrada pelos próprios sacerdotes de Amon) e as

¹⁸ Ver, por exemplo, a decoração do túmulo tebano de Nebamun em SÄVE-SÖDERBERGH: 1957: pl. XXIV-XXVI.

múmias reais recolhidas em esconderijos colectivos¹⁹. Idêntica situação ter-se-á registado nos túmulos dos particulares conduzindo à falência das expectativas de continuidade do culto funerário tal como este se organizara até aí, centrado na construção de um túmulo regido por uma noção de família nuclear. Regra geral, o túmulo egípcio albergava os restos mortais de um casal e o culto funerário era garantido, pelo menos nominalmente, pelo seu primogénito²⁰.

Com a XXI dinastia, uma noção corporativa face ao Além parece ter levado a melhor. No Norte, em Tânis, os soberanos já não se faziam sepultar em túmulos individuais, nem tão pouco em necrópoles reais. Os túmulos reais de Psusennes I, Amenemope e Chechank II, encontrados praticamente intactos por Pierre Montet em Tânis, revelaram que, talvez para assegurar maior protecção face ao risco de espoliação, os faraós elegeram os recintos templários para se fazerem sepultar. No Sul, em Tebas, também os sacerdotes de Amon reorganizaram o culto e as práticas funerárias de forma a reforçar a segurança dos túmulos. Aí, a noção de família nuclear que regia a estruturação do espaço funerário deu lugar à corporação sacerdotal: os enterramentos, agora colectivos, eram organizados pelo clero de Amon tendo em conta uma noção de família alargada constituída pelo corpo sacerdotal tebano como um todo. Neste novo enquadramento, os túmulos saqueados da necrópole foram ocupados e utilizados para albergar enterramentos colectivos. Para além da reutilização de antigos túmulos, o clero de Amon lançou-se também na construção de grandes túmulos colectivos, como o TT 320 (um dos esconderijos de múmias reais) e Bab el-Gassus, ambos situados nas imediações do templo funerário de Hatchepsut. Apesar da grandiosidade destas galerias subterrâneas, nenhuma atenção foi dada à decoração parietal. As suas galerias, que se encontram entre as maiores da necrópole tebana, foram toscamente talhadas transferindo todo o esplendor da decoração pictórica para os ataúdes que assim se tornavam auto-suficientes no que diz respeito ao equipamento mágico²¹. Num certo sentido, os ataúdes tebanos da XXI dinastia reflectiam uma noção do Além ameaçada pela precariedade das instituições do mundo dos vivos e os mortos partiam agora para a sua viagem no Além como «refugiados», levando consigo apenas o essencial para assegurar o sucesso da viagem.

Os belos e sumptuosos ataúdes da XXI dinastia, na sua maior parte originários de Tebas, têm subjacente uma penosa visão do Além, em que o tradicional laço solidário que ligava os vivos e os mortos se encontrava ameaçado, para não dizer totalmente desacreditado. Devido à óbvia impossibilidade de representar nas paredes dos túmulos colectivos todas as personalidades aí depositadas, os novos ataúdes recebiam nas suas paredes as figurações dos rituais funerários e a viagem do defunto nos domínios do Além. Investidos com esta função mágica, os ataúdes tornavam-se de certo modo «auto-suficientes», locupletando-se das representações tumulares de modo, diríamos, «preventivo», já que a instabilidade dos tempos não garantia que a múmia repousasse eternamente no mesmo lugar.

¹⁹ TAYLOR, 2000: 333.

²⁰ Na prática era o sacerdote do *ka* que se encarregava da organização do culto funerário. Ver DONADONI, 1990: 215-236.

²¹ NIWINSKI, 1988: 15.

Por estas razões, os ataúdes da XXI dinastia constituem um dos mais valiosos repositórios acerca das representações egípcias da morte. Se antes o defunto partia para o Além com um enxoval extenso com o qual podia efectivamente viver numa morada de eternidade equipada de um modo bastante idêntico à da casa que usufruía em vida, agora o defunto partia para o Além munido essencialmente de representações. Antes dispersas pela decoração parietal do túmulo, as representações que ilustravam a vida do defunto no Além passaram a ser pintadas sobre os ataúdes de modo a dotarem estes objectos com todo o equipamento mágico proporcionado pela iconografia. Era na iconografia, e já não nos tradicionais equipamentos e mobiliários funerários, que estes «refugiados do Além» confiavam para assegurar uma existência perene.

A alteração do suporte de representação obrigou a uma concentração pictórica que foi ainda acentuada pela inusitada desmultiplicação de símbolos e signos usados em cada imagem. Contrariando a simplicidade e o carácter austero da tradição pictórica egípcia, as vinhetas da XXI dinastia apresentam o *horror vacui* que lhes atribui uma densidade que lhes é típica: as representações multiplicam-se no seio da mesma vinhetas preenchendo todos os espaços disponíveis. Ora esta densidade, por vezes, revela-se auto-explicativa, explicitando as conotações semânticas de certos símbolos e clarificando as relações simbólicas entre as diversas representações, o que torna as vinhetas elaboradas neste período especialmente importantes para clarificar o sentido de certos símbolos.

Do ponto de vista iconográfico, cada ataúde recriava o programa decorativo que antes era disposto por todo um túmulo. O que é mais curioso, do ponto de vista da história da arte, é que o programa decorativo destes ataúdes segue de modo particularmente próximo a decoração dos túmulos particulares do período ramsésida, onde as cenas da vida do Além predominavam.

Tal como nos túmulos ramsésidas a distribuição das cenas obedecia a um esquema próprio que tinha em conta o plano arquitectónico do túmulo, também a decoração dos ataúdes não era aparentemente feita ao acaso. A distribuição do programa decorativo no seio do ataúde recriava, portanto, um esquema espacial que dotava o ataúde com uma estrutura narrativa semelhante à que se observava na decoração parietal dos túmulos ramsésidas.

Embora transferido para um novo horizonte de representação, o ataúde, o tema da viagem do defunto no Além permanecia central, desdobrando-se em motivos e temas aparentemente distintos mas que eram unificados através do caminho que o defunto percorria. São estes temas e motivos iconográficos que iremos agora caracterizar sumariamente.

4. O PERCURSO DO DEFUNTO NA SAÍDA PARA O DIA

A viagem do defunto no Além, tal como é evocada no «Livro dos Mortos», iniciava-se com o nascer do deus Sol. Era o momento do defunto «sair para o dia» e se reunir à travessia da barca solar pelos céus. A *peret em heru*²², constituía uma das divisões mais

²² Literalmente «saída para o dia».

importantes do «Livro dos Mortos», tanto mais que era sob essa designação que esta composição de textos mágicos era conhecida na Antiguidade²³.

O defunto preparava-se para regressar à luz do dia, mas não exactamente para o mundo terreno, o mundo dos vivos. O percurso solar que o defunto iria percorrer tinha correspondências com a geografia religiosa do Egipto, em particular com a região heliopolitana e menfita, mas a dimensão em que se situava já não se regia pela linearidade do mundo dos vivos: «Eu sou o ontem, a alvorada do dia de hoje e o amanhã»²⁴. O tempo que regia a viagem do defunto era o mesmo que imperava sobre a Duat, o outro mundo, um tempo primordial onde a regeneração era possível e onde o princípio e o fim estavam ligados²⁵. É, portanto, esta circularidade que rege o caminho do defunto na Duat colocando-o, desde o início, num caminho de retorno.

A REPRESENTAÇÃO COSMOLÓGICA DE GEB E NUT

Do ponto de vista iconográfico, a saída para o dia era evocada através da representação cosmológica do casal divino Geb e Nut sobre as paredes dos ataúdes. Nestas representações Geb, o deus da terra, é representado deitado no chão. Sobre ele ergue-se o deus Chu, o deus da luz, que ergue sobre os seus braços a deusa celeste, Nut. A composição, uma das mais importantes do repertório iconográfico dos ataúdes da XXI dinastia, não representa a criação do mundo, como habitualmente se sugere, mas sim os elementos simbólicos da saída para o dia.



Figura 1 – Representação cosmológica da união do céu e da terra. Papiro funerário proveniente da necrópole tebana, Terceiro Período Intermediário.

O corpo da deusa decorado com estrelas e, por vezes, com um curso de água (a deusa evocava precisamente as águas celestes portadoras de vida) figura suspenso no ar evocando a abóbada celeste sobre a qual navegava a barca solar. Enquanto Geb jaz por terra, Chu, o pilar cósmico, ergue o céu sob os seus braços. Com esta vinheta o defunto, sob a forma de ave *ba*²⁶, vislumbrava os fundamentos do universo que regiam a navegação da barca solar no firmamento.

²³ O antigo título desta compilação de textos funerários era «Capítulos de sair para o dia».

²⁴ Capítulo 64 do «Livro dos Mortos». Ver versão francesa em BARGUET, 1967: 102-105.

²⁵ Sobre as conotações cosmológicas da Duat ver SOUSA, 2006: 315-316.

²⁶ O *ba* era uma das manifestações da natureza humana. Estava conotado com a manifestação de poder divino. Ver ARAÚJO, 2001c: 131-132.

O COMBATE COM APOPIS

Ainda conotada com a temática da «saída para o dia», outra vinheta importante representava a barca solar sobre uma serpente retorcida, ilustrando o momento mais crítico da navegação celeste do Sol onde a sua responsabilidade na manutenção da ordem cósmica era duramente colocada à prova.

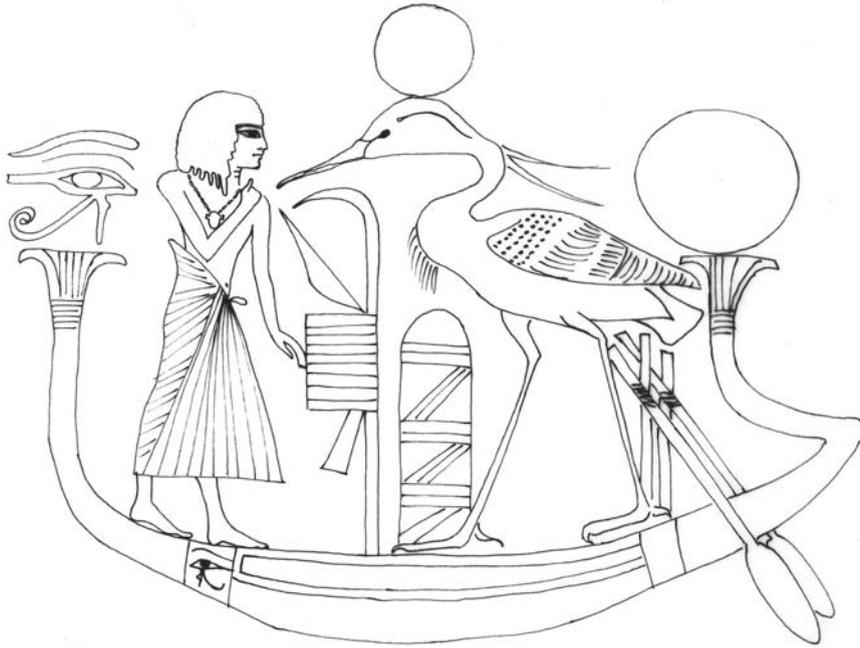


Figura 2 – Representação da barca solar. Deir el-Medina, túmulo de Irinefer (TT 290). Desenho do autor.

Embora muitas variações sejam possíveis, as representações mais completas desta vinheta incluem o deus Set que, posicionado na proa da barca, arremessa uma lança à serpente. Trata-se da ilustração do Capítulo 108 do «Livro dos Mortos» que evoca a passagem da barca solar pelo cume da montanha de Baku, onde o céu repousava e onde habitava uma serpente monstruosa que atacava Ré e a sua barca, «provocando uma grande confusão na navegação»²⁷. Era o próprio Set, o mais temível dos deuses, que, surgindo à proa da barca, punha o monstro em respeito:

*Recua diante da ponta da lança que empunho! (...) Recua diante de mim, pois eu sou o macho (...), aquele cujo poder mágico é grande*²⁸.

Depois de cumprir a sua responsabilidade e dominar o monstro, a barca de Ré prosseguia viagem rumo aos paradisíacos Campos de Iaru.

²⁷ Capítulo 108 do «Livro dos Mortos», versão francesa em BARGUET, 1967: 142.

²⁸ *Ibidem*.

A ÁRVORE DO PARAÍSO

A navegação da barca solar culminava na visita aos Campos de Iaru²⁹. Esta região era um lugar de vida eterna, o domínio da deusa árvore³⁰. O Capítulo 110 descreve este lugar como uma paisagem mítica onde todas as necessidades vitais do defunto eram satisfeitas e onde o seu poder de vida era reforçado:

*Palavras ditas por N. quando louva a assembleia divina no duplo Campo da Satisfação. (...) Eu vivo em Hotep (...) o meu poder mágico é potente, o vigor está no meu coração, pois eu recordo-me do que havia esquecido. Eu ando, trabalho e semeio. (...) Sou forte, como e bebo, trabalho, faço a colheita, copulo e faço amor, os meus encantamentos mágicos são poderosos, não tenho censuras nem inquietações e o meu coração está feliz. (...) Ó senhora das Duas Terras, estabeleci firmemente o meu poder mágico, pois recordo-me de tudo o que havia esquecido. Eu estou pleno de vida, sem sofrer injúrias ou acusações! Concede-me a alegria do coração e a paz. (...) Eu vim aqui, o meu coração e a minha cabeça estão intactos sob a influência da coroa branca. Eu guio os que estão no céu e reconforto os que estão na terra (...)*³¹.



Figura 3 – Representação da deusa-árvore. Ataúde exterior de Pakheru (CG 6122/6121, National Museum of Alexandria). Desenho do autor.

²⁹ No «Livro dos Mortos» também esta região também se podia denominar «Campos de Hotep», ou Campos da Satisfação.

³⁰ Em certas fórmulas, este lugar é descrito como uma cidade que liberta o defunto da morte: «Ele olha, o que aproxima desta cidade (...) Quem aí chega não perece (lit.: *não toca o chão*). Quem aí entra torna-se um deus. Olha, através dessa visão, Khentiamenti, tornas-te um deus no seu centro». Em ASSMANN, 2003: 239. O lugar de vida eterna também podia ser descrito como uma margem situada do outro lado de uma grande extensão de água que o defunto atravessava sob a forma de uma ave.

³¹ Capítulo 110 do «Livro dos Mortos», versão francesa em BARGUET, 1967: 145-147.

A alegria, a satisfação e a paz eram o corolário do poder da vida conquistado nos Campos de Iaru onde o poder de vida se manifestava em pleno³². Nas vinhetas que evocam os campos de Iaru, o defunto apresenta-se diante da árvore sagrada que preside a este domínio. A deusa mãe figura entre os ramos frondosos da árvore. Habitualmente é a deusa Nut, a mãe divina, que aí é representada, mas também Hathor, Neit, Ísis ou Néftis podem aí figurar na qualidade de deusa da *khet-ankh*, «árvore da vida». Munida de um tabuleiro com frutos e alimentos, a deusa derrama um vaso de libações sobre o defunto que, juntando as mãos, recolhe a água de vida concedida pela deusa para nela se desedentar.

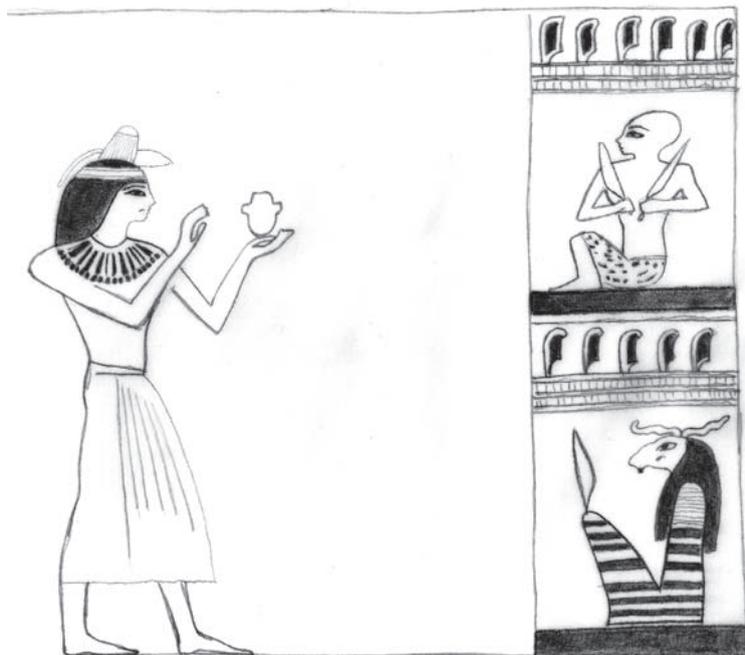


Figura 4 – Representação do defunto diante dos guardiões dos portais do Além. Papiro funerário de Userhatmose (SR 10249, Museu Egípcio do Cairo), Terceiro Período Intermediário. Desenho do autor.

O mundo terreno era, ao que tudo indica, a inspiração para a representação destes campos míticos do Além. Diodoro da Sicília referia a existência do lago de Akherusia uma região da necrópole menfita dedicada ao culto funerário. Também fontes egípcias mencionam a existência, na região menfita, de uma zona de cursos de água e jardins chamada Sekhet Iaru (Campos de Iaru) onde os mortos gozavam de felicidade, de paz e de abundância eterna. Um jardim deste tipo, que afinal seria um território sagrado dedicado à deusa árvore, era o arquétipo dos jardins funerários que, sobretudo no Império Novo, se articulavam simbólica e ritualmente com o túmulo. Jardins deste tipo estavam decorados com um pequeno lago, onde se evocava a peregrinação a Abido através da navegação de pequenas barcas, e com um sicómoro sagrado, tido como uma

³² Em ASSMANN, 2003: 356. Também em *Ibidem*: 342.

manifestação da deusa Nut. Concebidos talvez para recriar os Campos de Iaru, estes jardins eram evocados através das vinhetas da árvore da vida representadas no ataúde.

5. O PERCURSO NO TEMPLO DA DUAT

Após a permanência nestes domínios paradisíacos, o defunto prosseguia então numa peregrinação pelas cidades sagradas do Egito como Buto (Capítulo 112), Hieracômpolis (Capítulo 113), Hermópolis (Capítulos 114 e 116) e Heliópolis (Capítulo 115), onde participava nos cultos que aí se celebravam. As vinhetas que representam o defunto diante de divindades, oficiando diante delas, evocam provavelmente estas peregrinações que antecederiam a chegada à necrópole de Ra-setau, a entrada do mundo inferior (Capítulos 117-119) onde Osíris presidia³³. O mundo inferior, a Duat, era visto como um templo de Osíris, uma noção que já se detecta no «Livro dos Dois Caminhos» do Império Médio, e que conferia a este território as conotações de pureza, de sacralidade e de mistério. Era este percurso a etapa mais crítica do caminho do defunto pelo Além, uma vez que a sua sacralidade era assegurada por guardiões vigilantes que impediam o acesso a todos os que não tivessem o conhecimento e a pureza para aceder às regiões mais sagradas da Duat, o lugar onde o mistério da regeneração do mundo se manifestava. Uma vez mais, era sobre o coração que a responsabilidade pela continuidade da caminhada do defunto recaía. O percurso ctónico pela Duat requeria, portanto, o exame da consciência do defunto, do qual dependia a vida ou a danação eternas.



Figura 5 – Representação do defunto diante da deusa que personifica a Duat. Ataúde de um sacerdote de Amon proveniente da necrópole tebana, Terceiro Período Intermediário. Desenho em NIWINSKY, 1999: 6.

³³ Ver BARGUET, 2001: 22-24.

A PESAGEM DO CORAÇÃO

Embora a noção de uma pesagem do coração remonte ao Império Médio, foi somente a partir do Império Novo que esta ideia foi transposta para a iconografia, originando a mais importante das representações da vida do defunto no Além. Constituindo um momento decisivo para a admissão do defunto na Duat (caso fosse considerado um justo) ou para a sua aniquilação definitiva (caso fosse considerado ímpio), esta representação era pintada nos ataúdes com intuítos mágicos, para assegurar um resultado positivo na pesagem do coração.

A balança constitui a imagem central destas composições. Habitualmente num dos pratos da balança está o coração e no outro uma pluma, o símbolo evocativo de Maet, a personificação da ordem cósmica. Enquanto Anúbis manuseava a balança, o defunto aguardava pelo resultado. Por vezes é representado com os braços erguidos, em gesto de júbilo, e com um amuleto cordiforme ao peito que assinalava o êxito da operação de pesagem. Anúbis, normalmente acorocado, intercedia pelo defunto e segurava na balança de modo a que o equilíbrio não fosse comprometido. Sob os braços da balança acotovelam-se outras representações que raramente figuram em vinhetas de outros períodos. Uma destas novas representações é o hieróglifo *pet*, «céu», que evoca simultaneamente Nut, a mãe divina, e Meskhenet, a deusa personificada no tijolo do nascimento. Por perto figura uma silhueta divina acorocada empunhando os ceptros reais *heka* e *nekhakha* que parece representar o defunto como uma divindade. Um cofre, simbolizando a Duat, e o olho *udjat* constituem outras alusões ao significado obstétrico da balança maética que, ao detectar a pureza do coração do defunto, lhe facultava uma purificação redentora.

Diante da balança ergue-se o relicário de Osíris, onde o deus preside à operação. Diante do trono, Tot comunica o resultado ao deus, acompanhado de perto por Ammut, «A devoradora de mortos», o monstro compósito que devorava o coração daqueles que ao longo da vida terrena não se haviam pautado pela ética maética aprumada pelos princípios de verdade, justiça e harmonia. Por perto, estava também o Lago de Fogo, vigiado por demónios e para onde eram lançados aqueles cujo coração estava corrompido. Não havia lugar para eles na Duat e a destruição total votá-los-ia à temida e definitiva segunda morte.

Para o justo, era o momento para o júbilo: o defunto justificado é representado de braços erguidos, em atitude de júbilo e com o peito adornado pelo amuleto do coração que evoca precisamente o reconhecimento do valor maético do seu coração por parte da assembleia divina³⁴. Para ele a existência no Além seria a de um deus.

Estas elaboradas representações naturalmente não eram entendidas literalmente. A ideia subjacente à psicostasia remetia para um julgamento do defunto baseado num processo avaliativo totalmente objectivo que resultava da comparação do coração (aqui entendido no sentido de consciência) com a harmonia cósmica. O destino do defunto no Além era decidido com base nesta comparação que afinal era uma metáfora para referir que a vida no Além só era oferecida aos que, ao longo da sua vida terrena, se haviam

³⁴ Ver SOUSA, 2007: 65.

comportado de acordo com os princípios de equilíbrio, verdade e justiça da *maet*. A «maetização» da conduta reflectia-se afinal na iluminação da consciência que se tornava ligeira e luminosa como a pluma de Maet, afirmando-se então como símbolo de verdade, harmonia e luz³⁵. A vinheta da psicostasia ilustra, deste modo, a iluminação do coração do defunto, uma iluminação que não é conquistada graças a um êxtase místico, mas sim através de uma visão dir-se-ia «ecológica» do comportamento: um a um, o valor ético de cada acção vinha imprimir-se no coração do homem ao longo da sua vida gerando, no momento da psicostasia, um somatório final do qual dependia as suas possibilidades de vida eterna.

Estas vinhetas eram, portanto, lidas como uma metáfora acerca da virtude e do seu poder de transformação da consciência: se o comportamento do homem se regera pelas normas da verdade e da justiça, a sua consciência ia-se enchendo de luz e chegava ao Além tão leve como a ligeira pluma de Maet. Se, pelo contrário, o seu comportamento fora egoísta e injusto, o seu coração tornava-se corrompido e podre. Nesse caso, nenhuma esperança de vida eterna restava ao pecador e o monstro Ammut, composto por temíveis feras selvagens, não tardaria em tragá-lo, provocando-lhe assim a temida e definitiva segunda morte. No Além não havia destino para o pecador. A Duat, o território dos deuses e dos mortos, era um domínio sagrado que só o poder da virtude podia abrir.

A representação da pesagem do coração demonstrava afinal que a imortalidade era um dom da virtude e que a transformação num deus dependia inteiramente da conduta e do saber do homem, que eram os principais atributos do coração³⁶. A representação da pesagem do coração tinha, enquanto tal, um carácter mágico e era pintada sobre as paredes laterais do ataúde para que pudesse assegurar o desejado resultado e preventivamente remover toda a impureza moral que pudesse ainda existir na consciência do defunto, completando assim o trabalho que os embalsamadores haviam começado com o cadáver. Verificava-se, com a pesagem do coração, uma autêntica «mumificação moral» que possibilitava enfim a transformação do defunto num deus e a conquista da imortalidade³⁷.

OS PORTAIS SAGRADOS DO ALÉM

Após a pesagem do coração, tinha lugar a etapa mais importante do seu caminho no Além. O mundo inferior abria-se para o defunto como um templo sagrado. Neste percurso, como os pilones de um templo, os sete portais do Além garantiam o acesso à região mais sagrada da Duat, a região onde era possível empreender a regeneração do defunto³⁸. No entanto, para aí chegar, o defunto teria de continuar a dar mostras de

35 Estas crenças motivaram mesmo a identificação entre o coração e o prumo da balança, levando à elaboração prumos com a forma de coração usadas em vulgares balanças usadas na vida terrena. Ver Idem, 2009: 69-78. Ver também o exemplar conservado Museu da Farmácia em ARAÚJO, 2008: 119.

36 Para uma caracterização sumária da noção de coração ver SOUSA, 2001: 234-236.

37 Ver *idem*, 2009: 202.

38 A sucessão de portas estabelece um paralelo entre o Além e um templo. A ideia de flanquear portais ao longo do caminho do Além já está presente no «Livro dos Dois Caminhos». Nesta composição do Império Médio, o defunto entra na «Morada da Lua», o templo de Tot onde se dá a regeneração do morto. Também aqui o defunto passa por sete

pureza, razão pela qual se defrontava com os temíveis guardiões do Além diante de cada um dos portais do templo. Apesar do seu aspecto terrífico, estas entidades participavam do séquito de Osíris e encarregavam-se de defender o território sagrado da presença de Set e dos seus acólitos. O defunto tinha, portanto, que dar mostras de pureza diante destes demónios necessitando, para tal, de apresentar o seu coração. Graças à pureza, o defunto podia atravessar esta barreira e penetrar no domínio secreto de Osíris, onde se empreendia a sua regeneração. A pureza era, deste modo, a chave para abrir os portais do Além e aceder ao mistério que eles protegem³⁹. No interior das muralhas deste templo subterrâneo, no círculo mais interior, recuado e mais santo de todos, tinha lugar o maior mistério de todos.

O RETORNO À ORIGEM

O «Livro dos Mortos» terminava, em geral, com o Capítulo 162, onde a vaca sagrada Ahet, uma manifestação de Hathor, acolhia o defunto para o regenerar no seu ventre. Ilustrativa deste regresso ao ventre materno é a vinheta que representa o defunto diante da vaca sagrada que emerge da montanha tebana para o receber. Trata-se da prefiguração de um mistério profundo também representado em grande escala no interior do próprio ataúde. Aí, a grande deusa mãe é representada no fundo do ataúde com forma humana. A sua silhueta esbelta recorta-se elegantemente contra um céu polvilhado de estrelas onde figuram outros símbolos do Além. Ela abre os seus braços para acolher a múmia do defunto que aí se encaixava como uma representação «viva» de Osíris, o seu filho⁴⁰.

A deusa, simbolizada pelo ataúde, não abrigava somente o defunto, mas animava-o com o seu próprio coração, a sua palavra e a sua magia:

*Tu entras em mim e abraço a tua imagem
Eu sou o teu ataúde que esconde a tua imagem secreta
O meu coração está contigo como teu
Ele fala-te como «O que está à dianteira do cofre de Nut»
A minha boca está pronta a glorificar o teu ba
A minha magia é a protecção dos teus membros⁴¹.*

pórticos guardados por monstros ameaçadores que velam pela sacralidade desses lugares. Para Barguet, trata-se, sem equívocos, da descrição do plano de um templo. A viagem do defunto corresponderia, deste modo, à iniciação do sacerdote e à sua apresentação diante do relicário divino. Ver BARGUET, 2001: 13-31. Também o conto demótico *Setne-Khaemuaset e Siosíris* apresenta uma idêntica concepção do Além. Quando Setne, guiado pela mão de Siosíris, entra em Ra-setau, atravessa sete salas até chegar à comparência de Osíris. Ver ARAÚJO, 2005: 264-265.

39 O carácter secreto destes domínios é enfatizado com o desdobramento simbólico do número de portas. Completude e universalidade parecem, efectivamente, estar muito conotados com o significado mágico do número 7 que reúne a magia do número três (pluralidade) e do número quatro (totalidade). Sobre a magia contida nestes números ver WILKINSON, 1994: 146.

40 Um bom paradigma pode ver-se na colecção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia (ataúde exterior de Pabasa: n.º inv. E 332), da Época Greco-Romana. Ver ARAÚJO, 1993: 303.

41 *Texto de Nut*, em ASSMANN, 2003: 253.

Era este ventre sagrado afinal o lugar que o defunto pretendia atingir na sua viagem. Este era o *summum bonum*, o fim mais almejado do caminho no Além. Só os justos podiam rejuvenescer no ventre da grande mãe, ligando-se para sempre ao percurso do Sol. Era aí, no ventre secreto da deusa cósmica, que se realizava a fusão dos ciclos mitológicos de Ré e de Osiris. Um circuito ligava o fim ao princípio, a vida e a morte. A morte, a descida ao mundo inferior de Osiris e a justificação do defunto, culminava com o regresso ao ventre da deusa celeste e o renascimento do defunto sob a forma do Sol nascente⁴².

6. CONCLUSÃO

O imaginário da morte apresentava a vida no Além como um caminho de regresso à origem, ao ventre da grande mãe cósmica que facultava o acesso ao renascimento e estabelecia um paralelo entre o defunto e o Sol que quotidianamente era tragado pela deusa celeste para se regenerar e ser dado à luz em cada manhã.

A representação egípcia da morte como uma viagem é também congruente com a concepção da vida como uma caminhada. Estes caminhos que no fundo eram o mesmo alicerçavam-se, tanto na vida terrena, como na vida do Além, em valores éticos de verdade e de justiça. Era o respeito pela *maet* que unificava o caminho terreno e o percurso no Além. Mais: era a observância da *maet* que abria o caminho da Duat e que, num certo sentido, levava o homem a trilhá-lo ainda em vida, graças à sabedoria e ao culto divino⁴³.

Apesar da continuidade entre o caminho terreno e o caminho do Além, não podemos pensar que os dois trajectos fossem qualitativamente idênticos. Ao longo da vida terrena o caminho era regido por uma noção linear do tempo, o tempo *djet*, ao passo que na Duat, o território das divindades onde o tempo linear não se fazia sentir, a noção de tempo cíclico, o tempo *neheh*, sobrepunha-se permitindo a regeneração e o regresso ao tempo mítico da origem da criação. Uma vez flanqueadas as fronteiras da Duat (tanto na vida terrena como na vida do Além), o caminho que aí era empreendido conduzia necessariamente à regeneração e ao renascimento, os quais eram desencadeados pela anulação do tempo que aí ocorria⁴⁴.

Esta concepção da vida terrena e da vida após a morte inspirava-se no modelo mítico do percurso do deus Sol que em cada dia nascia no horizonte oriental sob a forma de Khepri, ascendia ao zénite sob a forma de Ré e declinava rumo ao poente sob a forma de Atum. Ao longo deste percurso linear, as três manifestações do deus Sol evocavam as três idades do homem: a meninice, a maturidade e a velhice. Ao longo da sua vida terrena, o homem percorria portanto um caminho idêntico ao percurso diurno do Sol⁴⁵. Depois

⁴² A proclamação como um justo (lit. «justo de voz», *maé kheru*) era o culminar do percurso no Além e permitia ao defunto a afirmação do seu estatuto divino.

⁴³ SOUSA, 2009a: 154-176.

⁴⁴ HORNUNG, 1992: 137-150.

⁴⁵ Em ASSMANN, 2003: 267. Estas crenças reflectiam-se naturalmente no modo como os vivos encaravam o aproximar da morte. Ao chegar a velhice, o homem via na morte a possibilidade de rejuvenescer: «Ah, que eu possa rejuvenescer, pois a velhice chegou, a fragilidade venceu-me, os meus olhos estão pesados e os meus braços inertes, as minhas pernas deixaram de seguir o meu coração cansado. Estou prestes a passar. Que eu seja levado à cidade da eternidade, para que possa seguir a senhora do universo. Então ela dirá as palavras benéficas. Versão francesa em *ibidem*: 281.

de flanquear a fronteira entre os mundos, situada para lá das montanhas ocidentais, o Sol mergulhava na Duat e empreendia um caminho de regeneração, de onde regressava regenerado na manhã seguinte, pronto a repetir um novo ciclo. Do mesmo modo, também a vida do defunto no Além era vista como um caminho que o conduzia ao renascimento através da anulação do tempo e do regresso à origem.

Era no fundo este quadro de representações teológicas que permitia conceber um caminho capaz de ligar as duas dimensões do cosmos, já que estas estavam inevitavelmente dissociadas por uma ruptura cosmológica essencial. O tempo linear regia a vida na terra, conduzindo inevitavelmente ao desgaste, à doença e à morte, todas elas marcas da *isefet*, o princípio de esvaziamento da ordem cósmica, ao passo que o tempo cíclico era uma prerrogativa da Duat e, mais genericamente, do céu que envolvia o cosmos, onde a *maet*, a ordem cósmica, reinava com toda a sua pureza e plenitude, como na primeira manhã do mundo. Através da prática da *maet* o homem encetava um caminho interior através do qual rumava para o mundo celeste das divindades onde desejava viver eternamente como uma delas. A formulação da vida eterna não corresponde, portanto, a um mero desejo de permanência no tempo (embora tal sobrevivência também fosse desejada, nomeadamente através da manutenção do nome sobre a terra através da construção de um memorial funerário), mas sim a uma aspiração de dissolução nas águas primordiais da Duat. Viver eternamente requeria portanto uma dissolução regeneradora que apenas podia ocorrer literalmente «nos confins do mundo», uma vez que era apenas aí, nos limites da criação, que essas forças se faziam sentir.

Ao leitor destas páginas não terá certamente escapado a desconcertante familiaridade que muitas destas imagens despertam no nosso próprio imaginário colectivo, volvidos mais de três milénios sobre a sua criação. O julgamento dos mortos, a vida eterna, a árvore da vida, ou a fonte da eterna juventude são imagens que se impactaram indelevelmente nas representações da morte que tanta influência tiveram nas culturas ocidentais, de tal modo que hoje nos parecem arquétipos universais de formulação quase espontânea, tal é a correspondência que estabelecemos entre elas e as aspirações que julgamos naturais do ser humano diante da morte. No entanto, embora não fosse esse o nosso principal objectivo ao apresentar aqui uma panorâmica das imagens da morte no antigo Egipto, o que o estudo destas imagens nos alerta é que cada uma delas apresenta uma genealogia própria e é no quadro das representações cosmológicas desta civilização que encontramos a sua génese. Na verdade, a força deste imaginário não se baseava tanto no seu carácter «espontâneo» mas sim na sua desconcertante coerência com o quadro cosmológico que o fundamentava. E efectivamente, a força deste imaginário foi tal que haveria de sobreviver à própria civilização que o criou.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREWS, Carol (1998) – *Amulets of Ancient Egypt*. Austin: University of Texas Press.
- ARAÚJO, Luís Manuel de (2001a) – «Abertura da boca». In *idem* (dir.) – *Dicionário do Antigo Egipto*, p. 20-21. Lisboa: Editorial Caminho.

- ____ (2001b) – «Amuletos». In *idem* (dir.) – *Dicionário do Antigo Egipto*, p. 66-67. Lisboa: Editorial Caminho.
- ____ (2001c) – «Ba». In *idem* (dir.) – *Dicionário do Antigo Egipto*, p. 131-132. Lisboa: Editorial Caminho.
- ____ (1993) – *Antiguidades Egípcias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ____ (2005) – *Mitos e Lendas do Antigo Egipto*. Lisboa: Livros e Livros.
- ASSMANN, Jan (2003) – *Mort et au-delà dans l'Égypte ancienne*. Mónaco: Éditions du Rocher.
- BARGUET, Paul (1967) – *Le Livre des Morts des Anciens Égyptiens*. Paris: Les Éditions du Cerf.
- ____ (2001) – *Aspects de la pensée religieuse de l'Égypte ancienne*. Paris: La Maison de Vie.
- BASSO, Paula; ARAÚJO, Luís Manuel de (2008) – *A Farmácia no Mundo Pré-Clássico e nas Culturas Tradicionais*. Lisboa: Museu da Farmácia.
- BERMAN, Lawrence (1993) – *Aménophis III, le Pharaon-Soleil*. Paris: Réunion des Musées Nationaux.
- DAVIES, Nina de Garis (1963) – *Scenes from the Theban Tombs*. Oxford: Griffiths Institute, 1963.
- DONADONI, Sérgio (1990) – «O Morto». In *idem* (coord.) – *O Homem Egípcio*, p. 215-236. Lisboa: Editorial Presença.
- IKRAM, Salima; DODSON, Aidan (1998) – *The Mummy in Ancient Egypt*. Londres: Thames & Hudson.
- FAULKNER, Raymond (1999) – *A Concise Dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute.
- HORNUNG, Erik (1992) – *Les Dieux de l'Égypte: L'Un et le Multiple*. Paris: Flammarion.
- NEWBERRY, Percy (1900) – *The Life of Rekhmara*. Westminster: Archibald Constable and Co LTD.
- NIWINSKI, Andrzej (1988) – *XXI dynasty Coffins from Thebes: Chronological and Typological Studies*. Mainz am Reihn: Verlag Philipp von Zabern.
- ____ (1999) – *The Second Find of Deir el-Bahari (Coffins)*. Cairo: Supreme Council of Antiquities of Egypt, Institute of Archaeology of the Warsaw University & Polish Centre of Mediterranean Archaeology in Cairo.
- REEVES, Nicholas (1900) – *The complete Tutankhamun: The King, the Tomb, the Royal Treasure*. Londres: Thames and Hudson.
- SÄVE-SÖDERBERGH, Torgny (1914) – *Four Eighteenth Dynasty Tombs*. Oxford: Griffith Institute.
- SCHÄFER, Heinrich (1986) – *Principles of Egyptian Art*. Oxford: Griffith Institute.
- SHEIKOSLESLAMI, Cynthia May (2009) – «The end of the Lybian Period and the resurgence of the cult of Montu». In BROEKMAN, G. P. F.; DEMAREE, R. J.; KAPER, Olaf E. (coord.) – *The Libyan Period in Egypt: Historical and Cultural Studies Into the 21st-24th Dynasties: Proceedings of a Conference at Leiden University*, p. 361-374. Louvain: Peeters.
- SOUSA, Rogério Ferreira de (2009a) – *Iniciação e Mistério no Antigo Egipto*. Lisboa: Esquilo.
- ____ (2009b) – «Symbolism and Meaning of Pendulum Heart Amulets». In *Göttinger Miszellen*, 221, p. 69-79. Göttingen, Seminar für Ägyptologie und Koptologie.
- ____ (2008) – «Os Mistérios do Além no Antigo Egipto: Questões sobre a exploração museológica de um quadro conceptual». In *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, p. 185-208. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ____ (2007) – «The meaning of the heart amulets in Egyptian Art». In *Journal of the American Research Center in Egypt*, 43, p. 59-70. Cairo, San Antonio: American Research Center in Egypt.
- ____ (2006) – «O imaginário simbólico da criação do mundo no antigo Egipto». In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, II vol., p. 313-334. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ____ (2001) – «Coração». In ARAÚJO, Luís Manuel de (dir.) – *Dicionário do Antigo Egipto*, p. 234-236. Lisboa: Editorial Caminho.
- TAYLOR, John (2002) – «The Third Intermediate Period». In SHAW, Ian (coord.) – *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press.
- WILKINSON, Richard (1994) – *Symbol and Magic in Egyptian Art*. Londres: Thames & Hudson.

CANÇÕES D'UM VAGABUNDO

JOÃO PENHA E A VIAGEM POR TERRA AO PAÍS DOS SONHOS

ELSA PEREIRA*

Resumo: Este artigo procura abordar algumas das modulações ou metamorfizações da Viagem, no universo lírico de João Penha (*1839-1919). Significativamente plasmado, ao nível paratextual, em diversas obras deste autor, o tema da viagem constitui tópico recorrente, alternando entre a perigrinatio literaris e os sentidos ascendente e descendente da peregrinatio amoris. Integrando-se na primeira zona em que Maria Alzira Seixo agrupou a poética da viagem, este périplo imaginário e interior identifica-se assim com o profundo motus animi continuus do poeta bracarense, que muito expressivamente logrou condensar a chave interpretativa da sua Obra naquele que foi também o título mais controverso: a Viagem por Terra ao País dos Sonhos.

Palavras-chave: Viagem; Interior; Anábase; Catábase.

Abstract: This article aims to address some of the modulations of the Voyage in the literary work of João Penha (*1839-1919). Paratextually displayed in several books by this author, the Journey becomes a recurrent topic, alternating the perigrinatio literaris with the ups and downs of the peregrinatio amoris. This imaginary and interior journey (which could be included in the first area that Maria Alzira Seixo identified on the Poetics of the Voyage) coincides, in short, with a deep motus animi continuus of the poet, who succeeded in condensing the interpretation key of his work in the most original and controversial of his titles: The Overland Journey to the Dreamland.

Keywords: Anabasis; Catabasis.

Em 1897, João Penha dava à estampa o seu segundo livro de poesias, intitulado *Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos*. Ao nível paratextual, o tema da viagem e do viajante recorre-se-á entretanto noutras obras deste autor, nomeadamente a colectânea *Por Montes e Valles* e outros textos reunidos em volume póstumo, cujo principal ensaio se intitulava «De Paris a Lisboa: viagem a todo o vapor pela literatura contemporânea».

Na verdade, o tema da viagem, em sentido literal, mas sobretudo metafórico, perpassa toda a obra daquele que foi o principal mentor da Segunda Geração Coimbrã. Não deixa de ser irónico, se pensarmos que, depois da cidade dos estudantes – onde pass(e)ou os anos de 1864-1873 –, o «nervoso mestre, domador valente/ da Rima e do Soneto português»¹, apenas saía de Braga para veranejar à Póvoa de Varzim, e dessa rota nunca mais saiu, nem mesmo perante a insistência dos amigos². Segundo o próprio confessava a Antero de Figueiredo, depois de Coimbra, João Penha regressou ao Minho, e aí se plantou para sempre como uma árvore³.

* Estudante do Doutoramento em Literaturas e Culturas Românica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Bolseira da FCT (SFRH/BD/41413/2007).

¹ O epíteto é de Gonçalves Crespo, no célebre soneto «João Penha», incluído nos «Nocturnos» (CRESPO, 1897: 293-294).

² Vejam-se, no epistolário do poeta, os repetidos convites endereçados nomeadamente por Luis de Andrade (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 547, março 8, fl. 6) e pelo Conde de Valençãs, Luís Jardim (ADB, *Espólio de João Penha*, Ms. 552, fls. 5-6; Ms. 552, fls. 9-10; Ms. 552, fls. 69-70).

³ Sobre o assunto, brincava João Penha, a 7-IV-1903: «vivo no Monte Branco, no Jungfrau, vivo em Braga, onde, araucaria de nova especie, me plantei para sempre. E porque? Porque ganharia aqui raizes de velho querco? Porque ahi onde o meu amigo tem a protuberancia, ou bossa da locomocão, tenho eu uma fossa! É por isso, e talvez porque durante muitas das minhas existencias anteriores, eu fosse arvore» (BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1168).

Ao mesmo amigo, aliás, o poeta tecia, em 1898, algumas considerações jocosas sobre o inconveniente de viajar, aconselhando então Antero a permanecer em casa, sentado numa poltrona, e um pouco como Xavier de Maistre (em *Voyage Autour de Ma Chambre*) deambular comodamente através das páginas dos livros:

Quanto á sua viagem a Italia, direi que a reprovó.

Florença serviria, se não fossem os terríveis nevoeiros do Arno, factores diabolicos de catarrhos e rheumatismos. Napoles tambem serviria, se não fossem as exhalações do Venuvio. Só la pode viver, quem la nasceu. Veneza tem o inconveniente de transformar o homem branco em preto, ou mesmo dito de Veneza, e o homem pedestre em manta. Palermo ou Messina poderiam acceitar-se sem os terramotos, e as vespervas sicilianas... dos realejos. Roma tem os dous partidos, em luta de braço a braço, os marais pontins, e as pneumonias. Genova é simplesmente commercial, apezar dos seus museus e do palacio dos Dorias. Ahi Joaquim d'Araujo.

Em fim, mal por mal, Milão, – apezar dos petardos do anarchismo.

Este assumpto é muito grave, e por isso deve ser pensado maduramente. Em todo o caso não vá só, se não quizer ser assassinado a cada passo. Olhe: fique em Lisboa, que é uma excellente estancia de inverno, e viaje, commodamente sentado numa poltrona, percorrendo com os olhos o Tour du Monde, e mil outras revistas do mesmo género.

BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1154(15b)

De resto, a sugestão de Penha, aqui apresentada em tom humorístico e desassombrado, coincidia não apenas com um lema de vida (ditado pela necessidade e a força das circunstâncias), mas encontrava eco sobretudo no seu pensamento e cosmovisão lírica. Na melhor tradição petrarquista, o que a obra deste autor parece sugerir também, em última instância, é que é inútil fazer viagens exteriores, deslocar-se no espaço físico e percorrer os lugares geográficos, já que a viagem interior, essa, privilegiará sempre os caminhos metafóricos do *itinerarium mentis*.

Efectivamente, mesmo que o tema do viajante apareça também convocado em sentido referencial (sobretudo em textos em prosa⁴), é a viagem interior (reconhecida por Maria Alzira Seixo como um dos traços caracterizadores da herança romântica⁵) que encontramos predominantemente na obra de João Penha.

⁴ Em «Adeus, Manuel» (PENHA, 1923: 103-108), por exemplo, narra-se a pitoresca partida de um homem para o Brasil, ensombrada pelo eco da despedida, na voz de um papagaio. Também no artigo «Um conde italiano» (*idem*: 109-114) João Penha evoca a grandiosa paisagem itálica, para depois situar a viagem de Belli di Leonardi, o conde que rumou ao Novo Mundo, estabelecendo-se na Baía, onde cultivou o estudo da Língua Portuguesa.

⁵ «Curioso será reparar como, a partir do Romantismo, a viagem se instala numa expectativa sem limites, entre a ânsia e o sonho, ao sabor dos ímpetos de fuga e de evasão [...], sendo a viagem literária contemporânea, na maioria dos casos, um percurso interior do espaço secundarizado» (SEIXO, 1998: 15). Neste sentido, valeria a pena evocar o exemplo fundador de *Viagens na Minha Terra*, no que ele tem de modelar para a ideia de viagem na literatura pós-romântica, menorizando a deslocação real e empírica, para sobressair enquanto périplo abstracto, digressivo, simbólico ou mesmo mítico: «Éstas minhas interessantes viagens hão-de ser uma obra-prima, erudita, brilhante de pensamentos novos, uma coisa digna do século. Preciso de o dizer ao leitor, para que ele esteja prevenido; não cuide que são quaisquer dessas rabiscaduras da moda que, com o titulo de *Impressões de Viagem*, ou outro que tal, fatigam as imprensas da Europa [...]. Primeiro que tudo, a minha obra é um símbolo... é um mito» (GARRETT, 1994: 21).

Um pouco à imagem de Dante, na *Divina Comédia*, a sua obra abarca várias viagens interiores: de anábase ou sublimação pelo amor, de catábase ou descida ao inferno da desilusão afectiva, e ainda a viagem literária, que atravessa e presta homenagem aos nomes, textos e polémicas que lhe eram coevos.

A VIAGEM LITERÁRIA

Significativamente, um dos textos que João Penha projectava editar nas suas *Excavações Litterarias* (acabando por sair a título póstumo, no livro *O Canto do Cysne*) intitulava-se «De Paris a Lisboa: viagem a todo o vapor pela literatura contemporânea» (PENHA, 1923: 152-164). Aí o poeta revisita alguns dos mais importantes nomes e movimentos da cena literária coeva, dando corpo a um autêntico périplo pelas ideias e posições estéticas do momento.

De modo análogo também, o livro mais programático, que reúne alguns dos seus textos ideológicos, recebeu o título *Por Montes e Valles*, aparecendo então classificado como uma «viagem de recreio pelo mundo literário»:

Na maior parte dos livros modernos, e até em muitos dos antigos, os títulos não têm relação alguma, pelo menos visível, com o seu conteúdo. São apenas como que rotulos ou marcas de commercio que não servem senão para evitar confusões. É um systema commodo, mas que nunca seguirei. Como o que este volume contém é uma simples viagem de recreio, mais ou menos acidentada, pelo mundo litterario, mundo em que, como em todos os mundos possíveis, ha altos e baixos, não me pareceu de todo o ponto desarrazoado o que lhe dei: Por montes e vales.

(PENHA, 1899: 227)

Como o autor faz questão de sublinhar, a escolha do título está pois longe de ser arbitrária, encontrando afinidades naquilo que Maria Alzira Seixo sistematizou numa articulação entre a viagem e a dimensão escrita do discurso⁶. A expedição literária de *Por Montes e Valles* inscreve-se assim, também ela, no nível da imaginação⁷, e por isso João Penha, discorrendo sobre as ancestrais relações que unem poesia e música, não hesita em arriscar uma insólita tradução do «Romance mauresque», em que a Península Ibérica surge flanqueada pela Figueira da Foz (ao Norte) e Setúbal (ao Sul)⁸. É que, «no sonho

⁶ Em causa está uma «deslocação desta vez auto-referencial, isto é, inserindo a sua significação de deslocação de espaços no próprio espaço do texto [...]. As duas categorias (narrativa e viagem) confundem-se, de facto, e Mallarmé consagrou essa fusão na metáfora célebre dos *Écrits sur le Livre*: “l’écriture marche, noir sur blanc...”» (SEIXO, 1998: 23-24).

⁷ A «viagem imaginária (que recobre [...] todos os relatos de viagem [...] sem referência de acontecimento circunstancial)» corresponde à primeira «zona» em que a mesma ensaísta agrupou a poética da viagem (SEIXO, 1998: 17).

⁸ Vd. polémica originalmente travada na imprensa periódica e depois incluída nas pp. 31-53 de *Por Montes e Valles*. Em foco estava a seguinte tradução do «Romance mauresque» (HUGO, 2006: 73-75), que João Penha incluíra no artigo «A escola nephelibata»: «Arrastando a cimitarra,/ Percorrera a Hespanha inteira,/ De Setubal á Figueira,/ Em procura de Mudarra» (1891a). A versão do poeta bracarense visava sobretudo realçar, através da «notação vigorosa dos versos», a imagem de D. Rodrigo «arrastando o ruidoso alfange» por «montes e valles, em procura de uma especie de phantasma, que lhe escapa, e a quem pretende trucidar» (1891a), mas Pinheiro Chagas (1891) e um terceiro contendor anónimo logo

em que vivem [os poetas], as coisas reais da existência, todos os factos, e todas as sciencias, revestem aspectos insolitos, que o vulgo não compreende», e por isso a arte poética será sempre uma excursão idealizada ao reino do sonho e da fantasia:

A vida dos poetas, e sobretudo dos nephelibatas, é um sonho continuado, que só finda quando seus espiritos radiosos se lhes desprendem dos invólucros terrenos, e partem, impellidos pelas leis mysteriosas da evolução da vida através do Universo, para outros mundos talvez mais felizes.

(PENHA, 1899: 43)

Ainda no mesmo sentido, aliás, deverá ler-se também o título que João Penha escolheu para o segundo livro de poesia, dado à estampa justamente quando passavam quinze anos desde a publicação das *Rimas*. Para esse volume, aguardado com grande expectativa entre numerosos admiradores e amigos, o autor chegou a ponderar títulos como *Novas Rimas* e *Canções d'um Vagabundo*⁹, mas acabou elegendo o que ele próprio sugerira, meses antes, para um livro de Antero de Figueiredo¹⁰: *Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos*.

Longe de antever a polémica que haveria de seguir-se, o poeta bracarense admitia, em correspondência trocada com o amigo, algum pretensiosismo¹¹ no título «longo» e «suggestivo»¹², mas sobre o mesmo escreveu apenas no prefácio:

Direi ainda, quanto ao título: Viagem por terra ao paiz dos sonhos que, se o escolhi, foi porque me pareceu que nos meus versos, além do seu elemento real e essencialmente humano, havia tambem a projecção ideal d'esse mesmo elemento pelo sonho e pela fantasia.

(PENHA, 1898: 10)

A peculiaridade da escolha, no entanto, haveria de causar estranheza, entre os contendores da Questão Literária¹³ que imediatamente aflorou nas páginas dos jornais, sobretudo pelo arrojado metafórico, ironicamente destacado por Delfim de Brito Guimarães, em artigo publicado na *Mala da Europa*¹⁴.

O esclarecimento do autor aparecerá sob a forma de folhetim, publicado no *Jornal do Commercio*, onde, rebatendo as várias críticas do adversário, Penha concretiza, relati-

haveriam de reagir contra a inverosímil tradução de *Figuère* por *Figueira* (da Foz), pois tal não equivalia a «atravessar a Hespanha inteira». Penha rebaterá as críticas, em «A escola nephelibata» (1891b) e «Chateaupers á la rescousse» (PENHA, 1899: 47-53).

⁹ A este propósito, vejam-se as seguintes cartas: BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(2), M-AF-1144(13), M-AF-1144(10).

¹⁰ Trata-se do livro que Antero de Figueiredo acabou publicando sob o título *Partindo da Terra* (1897).

¹¹ Vd. carta datada de 12-VII-1897 (BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(13)).

¹² Vd. carta datada de 15-VI-1897 (BPMP, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(10)).

¹³ Esta polémica, centrada em torno dos dodecassílabos que João Penha exercita em duas composições da *Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos*, encontra-se também compilada em PENHA, 1899: 89-164 e GUIMARÃES, 1898.

¹⁴ «Ha n'isto, cremos bem, uma imagem simbolista que a nossa intelligencia não alcança» (GUIMARÃES, 1897).

vamente ao título, a « projecção ideal » a que já aludira no prefácio, evocando para isso o encontro verídico com uma jovem enferma, que teria inspirado um dos poemas¹⁵:

Esta simples historia, absolutamente real, é o que eu metrifiquei na Moribunda, e lá se encontra até á parte em que digo que me cheguei confrangido ao leito onde a enferma jazia. Como não fosse poetico o facto occorrido depois, fiz a projecção ideal da parte real, pelo modo que pode ler-se no final da composição.

(PENHA, 1898: 2)

Esse permanente debate entre realidade e idealismo; a travessia visionária, que tanto pode ter sentido ascendente (partindo da terra «para os seus vôos ás regiões do mysterio» – PENHA, 1899: 209) como descendente (precipitando-se dos lugares etéreos do sonho, em franca colisão com «este globo sublunar» – *idem, ibidem*), constitui, na verdade, uma das chaves de significação profunda na obra de João Penha, que em estilo muito próprio soube conciliar a mais elevada sublimação lírica e o concretismo das situações rasteiras ou comezinhas¹⁶.

Talvez por isso, um dos poemas lendários que correram a academia coimbrã, entre as folhas pardas da sebenta, interpelasse um divagante professor de abstracta Filosofia sobre matéria tão vil e contrastante:

*Eis que te partes para além do espaço
Envolvido na estola do infinito!
Leve-te Deus em paz, amigo Brito!
Nós ficamos, por mêdo do cansaço.
[...]
Lá d'esses sitios, em que ethéreo voas,
Responde a isto que d'aqui pergunto,
Não em prosa que é vil, mas n'estas lôas,*

*Em que resumo o delicado assumpto:
«As femeas no infinito, diz, são boas?
Ha bons vinhos por lá, ha bom presunto?»*

(PENHA, 1905: 297-298)

15 A composição que João Penha convoca para ilustrar o seu argumento é o poema «Moribunda»: «No grande leito ebúrneo, macilenta a face,/ Acurvada ao seu mal, e já sem movimento./ Esperava infeliz, de momento a momento/ O golpe derradeiro, o triste desenlace.// Era como uma flor que brisa ao chão lançasse,/ E naquelle profundo e mésto abatimento./ Sempre de olhos fechados, muda e sem alento./ Não respondera a Deus, se Deus a interrogasse.// Cheguei-me compungido, e então lhe disse: "Quando/ Déres entrada, além, no ethéreo azul infindo./ E entre os anjos ditosos resurgires, voando.// Extaticos dirão: Oh ceus! que rosto lindo!/ E viverás feliz, mais que na terra, amando!"// Então abri os olhos, e expirou sorrindo» (PENHA, 1898: 219-220).

16 «[...] um poeta vive em dois mundos distinctos: o do seu pensamento, onde tudo é idealizado, e o das cousas reaes, que o cercam, e em que vive» (PENHA, 1923: 158).

A VIAGEM INTERIOR: DO VOO ANABÁTICO AO PRECIPÍCIO DA CATÁBASE

Desde a época medieval que a ideia de viagem está profundamente ligada ao tópicos da *peregrinatio*, não apenas enquanto experiência humana de fuga, exílio ou saudade, mas sobretudo como busca do amor e do conhecimento. Uma das primeiras composições incluídas nas *Novas Rimas* (o mais romântico e significativamente também o livro preferido de João Penha) intitulava-se «O trovador e Margarida d'Escossia» e aí o poeta evoca as andanças perdidas de Alain Chartier, o provençal amoroso que percorrera toda a Europa, desde «a nobre e fria Bretanha» até «às plagas do Egypto», «em procura d'um sonho»; «mas, por mais que o procurasse,/ um puro amor não» achou, senão quando, enfim esgotado «de tanto andar», «cahe-lhe aos pés o bandolim/ e de cançado adormece», pondo termo à demanda (PENHA, 1905: 15-19).

De modo análogo, também D. Juan, o «viajante esfaimado através dos corpos e das almas»¹⁷ que os poetas românticos reabilitaram como símbolo da busca pelo Absoluto¹⁸, obtém particular importância no universo lírico de João Penha, que nele se projecta e identifica, atravessando «a Hespanha inteira» (PENHA, 1898: 71), «com os alforjes repletos» de «sonhos» e «illusões» (PENHA, 1905: 73-74).

Em ambos os casos, a viagem inscreve-se num tempo e num espaço míticos, e o destino nómada do sujeito adquire conotações anabáticas, inerentes à busca do amor sublime e à tentativa de elevação através do voo do pensamento. Um pouco à imagem de «Pégaso» (PENHA, 1905: 42), o cavalo alado dos adejos poéticos, também o amante procura assim elevar «a alma» às «regiões distantes» (*idem*: 140) de uma «terra dos sonhos» (*idem*: 54), que sistematicamente encontramos em vários poemas dedicados a Zulmira de Mello, a principal musa inspiradora das *Novas Rimas*.

Caracterizada através de uma imagética neo-romântica da ordem do sonho e da fantasia, esta jovem poetisa personifica, na verdade, o idealismo amoroso de João Penha, e a sua imagem – de fada pura, casta e virtuosa – coincide naturalmente com uma *donna angelicata*, semelhante à «Laura» de «Petrarca» (*idem*: 95-96) ou à «Beatriz do Poeta abstruso» (PENHA, 1906: 48), que a partir do Purgatório conduz o sujeito para o Infinito, rumo à luz do Paraíso.

Não será aliás por acaso que avultam, neste mesmo livro, as referências aos domínios mágicos das fadas e outros seres alados, como anjos e pássaros (PENHA, 1905: 217). O *Dreamland*, esse «paiz das lúcidas chimeras» (*idem*: 48) – «onde se vive de sonhos,/ onde só ha primaveras,/ dias serenos, risonhos» (*idem*: 217) –, constitui, na verdade, um dos elementos românticos de maior conotação utópica e conjuga-se, na obra de Penha, com as representações judaico-cristãs do Paraíso Celestial (PENHA, 1914: 101) e do Jardim do Éden (*idem*: 70), bem como as tradições antigas da Ilha dos Amores (PENHA, 1905: 190) e dos montes Parnaso (PENHA, 1923: 32) ou Olimpo (PENHA, 1905: 109), que o sujeito intrépido escala, no rasto da inspiração lírica.

¹⁷ A expressão é de RODRIGUES, 2005: 9.

¹⁸ «Também D. João, o gozador impenitente e libertino do teatro seiscentista, se transforma com o romantismo num peregrino do Absoluto, buscando reencontrar através do amor, como Fausto através da ciência, o paraíso perdido, o segredo do universo, a unidade primordial» (SILVA, 1999: 546).

Ao adoptar o amor como guia do percurso ascensional, no entanto, geram-se inevitavelmente «os tristes desenganos,/ lírios do mal na estrada percorrida» (*idem*: 302), e por isso são frequentes também as modulações do precipício e da viagem catabática:

*Ai d'aquelle que um dia se abalance
A procurar na vida uma alma pura!
Bem depressa verá quão pouco dura
Essa illusão, se de a sonhar não canse.*

*Era feliz, mas em funéreo transe
A luz se me desfez em sombra escura.
Ai! de mim! era um sonho de loucura,
Um castello no ar, o meu romance.*

*Desfeito o sonho que em minh'alma tinha,
Dos labios afastei a amarga esponja,
E menti-te em meus versos linha a linha:*

*Chamei-te anjo com azas, por lisonja!
Ophélia com bom senso e burguezinha,
Contrata um bacharel, ou faz-te monja!*

(PENHA, 1905: 241-242)

Por vezes, a catábese emotiva decorre das saudades da amada, após um regresso forçado às «regiões nataes» (PENHA, 1905: 151) e à apertada vigilância maternal (PENHA, 1923: 53-55), que deixam o sujeito «n'este inferno», «penando/ á beira-mar a dar ais» (PENHA, 1905: 151-152). Mais frequentemente, no entanto, o «atroz supplicio» de «Tântalo» (PENHA, 1914: 125-126) é motivado por um sórdido e cruel abandono, «quando sem um adeus, sem etiqueta,/ fria me despediste» (PENHA, 1905: 249), para seguir outro «nas sombras d'uma estrada» (*idem*: 227). A mulher-anjo revela-se afinal mulher-demónio, «uma fada,/ ou antes, uma deusa... mas de pau!» (PENHA, 1923: 85):

*Tinhas a branca plumagem
D'uma pomba aos ceus erguida,
Mas levou-a um dia a aragem,*

*Vi-te sem azas, despida,
Alma, busca outra miragem
Nos desertos d'esta vida!*

(PENHA, 1905: 170)

Confrontado com a dor, o tormento e a desilusão, o amante mergulha, à semelhança de Orfeu, na treva dos abismos infernais, onde pondera render a «alma de fogo» a «Satanaz» (PENHA, 1898: 65). Ao sujeito, enfim «succumbindo a tantos males» (*idem*: 66), restará apenas a evasão «para longe da triste realidade» (PENHA, 1906: 27); «afogar em vinho idéas méstas» (*idem*: 23) ou procurar refúgio na utopia «bucólica»¹⁹ (PENHA, 1905: 161), onde, disfarçado de pastor, poderá recriar, em tom elegíaco, a frustração amorosa dos Faunos diante das «galathêas esquivas» (PENHA, 1906: 106):

*Eu vou deixar a penna pelo arado,
 A lyra pela clássica sanfona,
 E por qualquer vermelha mocetona,
 As meninas subtis, que eu hei cantado.*

*Que seja lavrador o quer meu fado!
 [...]
 Adeus, pois, minha pállida andaluza!
 [...]
 Vou-me partir sem ti (como eu o sinto)
 «Ao som da campesina cornamusa»,
 Como dizia outr'ora o bom Filinto.*

(PENHA, 1923: 86)

Ao fechar-se um ciclo emotivo, todavia, a solução ilusória (mas recorrente) deverá estar sempre em partir de novo à «procura d'um sonho» (PENHA, 1914: 95); viajar como um D. Juan insaciável, «por montes e valles,/ de guitarra ao tiracollo», buscando «na vida airada,/ e na divina botelha,/ paz a esta alma torturada» (PENHA, 1898: 66). Quiçá um dia, ao demandar «outra miragem» (PENHA, 1905: 170), o «incerto palinuro» (PENHA, 1914: 85) do amor acabe atingindo «como um passarinho» as «esferas» celestes (PENHA, 1905: 217) do sempre utópico²⁰ e anelado País dos Sonhos:

19 Mais do que *utopia*, enquanto género literário, será pertinente falar aqui numa atitude mental que alguns autores denominaram de *utopismo*; i.e., o «modo ideal de efabular ou sonhar racionalmente uma condição social e existencial perfeita ou perfectível» (REIS, 2004: 9). Embora TROUSSON (1979: 28) excluísse a arcádia e a idade de ouro de um subgénero utópico *stricto sensu*, não deixa de ser verdade também que, na ilha de Thomas More, a agricultura e a vida pastoril eram uma obrigação à qual ninguém escapava. Seguindo o modelo das églogas virgilianas, a poesia bucólica permite encenar o amor através de figuras disfarçadas de pastores, que, num espaço de harmonia com a Natureza, exprimem uma aspiração *utópica* de regresso à concórdia primordial.

20 A utopia, por definição, é um país inalcançável; i.e., um *ou-topos* (um não-lugar), e por isso uma das obras incontornáveis nos estudos utópicos recebeu o título de *Voyages aux Pays de Nulle Part* (Trousson, 1979). A utopia, no entanto, pode ser também um *eu-topos* (um lugar feliz) – «cela pour autant qu'on puisse réellement dissocier ces deux étymologies, conjointes dès l'origine du mot *utopie*, puisque son créateur Thomas More dans son récit fondateur de 1516 (*De optimo reipublicae statu deque nova insula Utopia*, que nous connaissons mieux sous le titre abrégé de *L'Utopie*) se plaît déjà à jouer sur la double polarité sémantique de l'irréalité (*ou-topos*) et de l'idéalité (*eu-topos*)» (RACAULT, 2003: 15).

*Eis-me livre, qual ave nos espaços!
Quebrei os élos da fatal cadeia!
Da velha taça, de amarguras cheia,
Restam sómente os humidos pedaços.*

*Trazia a face triste, os olhos baços,
Do contínuo pensar na mesma idéa,
E a morte, que na orgia entre nós ceia,
Já me estendia os carcomidos braços.*

*Andava como a trémula andorinha
Em tórno de maléfica serpente,
E nem vergonha das injurias tinha!*

*Mas do resgate a aurora resplendente
Raiou emfim! Adeus, senhora minha:
Surge da lama o trovador plangente.*

(PENHA, 1906: 35-36)

O estudo das modulações ou metamorfizações da viagem na obra de João Penha permitirá enfim concluir da sua preponderância no imaginário deste autor. Muito para além dos macro-espacos que pontuam algumas das composições (Espanha, França, Itália, etc.), a viagem assume-se como tópico recorrente, alternando entre a *peregrinatio literaris* e os sentidos ascendente e descendente da *peregrinatio amoris*. Identifica-se, em suma, com o profundo *motus animi continuus* do autor, que muito expressivamente logrou condensar a chave interpretativa da sua Obra naquele que foi também o título mais *sui generis* e controverso: a *Viagem por Terra ao País dos Sonhos*.

FONTES DOCUMENTAIS

- Arquivo Distrital de Braga, *Espólio de João Penha*, Ms. 547, maço 8, fl. 6.
 Arquivo Distrital de Braga, *Espólio de João Penha*, Ms. 552, fls. 5-6.
 Arquivo Distrital de Braga, *Espólio de João Penha*, Ms. 552, fls. 9-10.
 Arquivo Distrital de Braga, *Espólio de João Penha*, Ms. 552, fls. 69-70.
 Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(2).
 Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(10).
 Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1144(13).
 Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1154(15b).
 Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1168.

BIBLIOGRAFIA ACTIVA

- CHAGAS, M. Pinheiro (1891) – «Echos da Havaneza». In *Correio da Manhã*, n.º 2007 (28 de Maio), p. 1. Lisboa: [s.n.].
- CRESPO, Gonçalves (1897) – *Obras Completas*. Lisboa: Tavares Cardoso.
- GARRETT, Almeida (1994) – *Viagens na Minha Terra*. 6.ª edição. Porto: Porto Editora.
- GUIMARÃES, Delfim de Brito (1897) – «Notas bibliographicas: Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos, por João Penha». In *Mala da Europa: Revista Quinzenal*, ano IV, n.º 97 (15 de Novembro), p. 4. Lisboa: [s.n.].
- GUIMARÃES, Delfim de Brito (1898) – *A «Viagem por Terra» do Sr. João Penha*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva.
- HUGO, Victor (2006) – *Les Orientales*. New York: Elibron Classics.
- PENHA, João (1923) – *O Canto do Cysne*. Paris/Lisboa: Aillaud e Bertrand.
- PENHA, João (1914) – *Ecos do Passado*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- PENHA, João (1891a) – *A escola nephelibata*. «Novidades», ano VII, n.º 2180 (25 de Maio), p. 1. Lisboa: [s.n.].
- PENHA, João (1891b) – «A escola nephelibata». In *Novidades*, ano VII, n.º 2186 (2 de Junho), p. 2. Lisboa: [s.n.].
- PENHA, João (1905) – *Novas Rimas*. Coimbra: França Amado (1.ª ed. 1904).
- PENHA, João (1899) – *Por Montes e Valles*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão.
- PENHA, João (1898) – «A questão litteraria». In *Jornal do Commercio*, n.º 13219 (6 de Janeiro), p. 1-2. Lisboa: [s.n.].
- PENHA, João (1906) – *Rimas*. 3.ª edição. Braga: Cruz & Ca.
- PENHA, João (1919) – *Últimas Rimas*. Porto: Renascença Portuguesa.
- PENHA, João (1898) – *Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos*. Porto: Livraria Chardron (1.ª ed. 1897).

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

- RACAULT, Jean-Michel (2003) – *Nulle Part et Ses Environs: Voyage aux Confins de l'Utopie Littéraire Classique (1657-1802)*. Paris: Presses de L'Université de Paris-Sorbonne.
- REIS, José Eduardo (2004) – «O género da utopia e o modo do utopismo». JORGE, Carlos J. F. (coord.) In *Estudos Literários/Estudos Culturais: Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, vol. II. Évora: Universidade de Évora. Disponível em <URL: <http://www.eventos.uevora.pt/comparada/volume2.htm>> [Consult. 12.04.2010].
- RODRIGUES, Urbano Tavares (2005) – *O Mito de D. Juan e Outros Ensaios de Escrever*. Lisboa: INCM.
- SEIXO, Maria Alzira (1998) – *Poéticas da Viagem na Literatura*. Lisboa: Cosmos.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1999) – *Teoria da Literatura*. 8.ª edição. Coimbra: Almedina.
- TROUSSON, Raymond (1979) – *Voyages aux Pays de Nulle Part. Histoire Littéraire de la Pensée Utopique*. 2^{me} édition. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles.

A LIÇÃO DO NORDESTE. SEVERINO E BOA-MORTE

CABRAS MARCADOS PARA MORRER

ANA CATARINA OLIVEIRA MARQUES*

Resumo: O objectivo deste artigo consiste numa abordagem intertextual de *Morte e Vida Severina* (1956), de João Cabral de Melo Neto e *João Boa-Morte, Cabra marcado para morrer* (1962), de Ferreira Gullar. Denúncia social e reivindicação participativa na tematização do Nordeste brasileiro. A condição de severinidade e nordestinidade como idiosincrasia topológica. Géneros textuais: o auto de natal e o romance de cordel.

Palavras-chave: Literatura Brasileira do século XX; Nordeste brasileiro; J. C. Melo Neto; Ferreira Gullar.

Abstract: This article intends to develop an intertextual approach to João Cabral de Melo Neto's *Morte e Vida Severina* (1956) and Ferreira Gullar's *João Boa-Morte, Cabra marcado para morrer* (1962). Both texts are rooted in social protest and participation in the portrayal of the Brazilian Northeast Region. The condition of «severinidade» and «nordestinidade» as topological idiosyncrasy. Textual genres: the «auto de natal» and the «romance de cordel».

Keywords: 20th century Brazilian Literature of the; Brazilian Northeast Region; J. C. Melo Neto; Ferreira Gullar.

1. UMA GEOGRAFIA «SEVERINA»: A EDUCAÇÃO PELO NORDESTE

No panorama da Literatura Brasileira do século XX, João Cabral de Melo Neto (Recife, 1920-1999) e Ferreira Gullar (São Luís do Maranhão, 1930) firmaram poéticas ímpares que se consagraram sob a égide da ruptura pós-moderna.

O espelhamento do poético no social abriu novos horizontes, sobretudo no texto gullariano que, após a experiência neoconcreta da década de 50 (integrando, inicialmente, o projecto-piloto da Poesia Concreta do grupo paulista, cabecado pelos irmãos Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari, Ferreira Gullar entra em dissidência com o ideário estético-programático do grupo, a partir de 1958, lançando, no ano seguinte, «Manifesto neoconcreto» e «Teoria do não-objecto») vai privilegiar a poesia popular como fonte risomática da produção pós-vanguardista, em auge na década de 60.

A obra-prima que é *O Poema Sujo*, de 1976, leva Otto Maria Carpeaux a advogar que «Poema Sujo mereceria ser chamado Poema nacional, porque encarna todas as experiências, vitórias, derrotas e esperanças da vida do homem brasileiro. É o Brasil mesmo, em versos sujos e, portanto, sinceros» (CARPEAUX, 2008: lxi).

Neste sentido, também João Cabral de Melo Neto, cuja obra emerge no contexto da «Geração de 45», mas apenas como mera «incômoda convergência cronológica», como

* Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP, Portugal). É membro do CITCEM. Publicou na Revista *Desenredos* (online), editada no Brasil, o artigo «Da Volúpia da In-Compreensão – Entre Clarice Lispector e Hilda Hilst». Apresentou, em 2010, no Colóquio «Construção da Identidade Nacional», a comunicação «Quem na pátria fica de si mesmo sai? – A Utopia da Pátria na obra ficcional de Rui Nunes».

acusou José Guilherme Merquior (1965:40), publicará, em 1956, o volume *Duas Águas*, marco poético-crítico que estabelece as coordenadas da sua composição: por um lado, a vertente metatextual; por outro, o vínculo social e consciência cívica da condição do retirante nordestino. Assim nasce *Morte e Vida Severina* – obra encomendada por Maria Clara Machado, então directora do teatro *O Tablado*.

O percurso iniciático do Severino cabralino e de João Boa-Morte permite a leitura de dois textos cujo desfasamento intervalar de, aproximadamente, uma década, não deixa de tributar a «epopeia» nordestina: de como a viagem de Severino pelo sertão agreste rumo ao Recife (Melo Neto) ou a revolta de Boa-Morte contra o coronel fazendeiro (Ferreira Gullar) atestam o drama colectivo da sobrevivência diária na geografia nordestina.

É inegável que o texto *Morte e Vida Severina* (1956) de João Cabral de Melo Neto confirma, em pleno, a lição nordestina que a sua obra vem firmando desde a publicação de *O Cão sem Plumas* (1950) até à viagem do «Capibaribe da nascente à cidade do Recife», no livro *O Rio* (1954). Trata-se de mapear não só uma geografia dos afectos, mas também um espaço, este sim, afecto à aridez severina das gentes e do próprio território nordestinos. Esta peça dramática, subtitulada «auto de natal pernambucano», reitera e materializa essa vertente obsessiva de Pernambuco como a cidade-lâmina por excelência:

*O Brasil, qualquer Brasil,
quando fala do Nordeste,
fala da peixeira, chave
de sua sede e de sua febre.*

*Mas não só praia é o Nordeste,
ou o Litoral da peixeira:
também é o Sertão, o Agreste,
sem rios, sem peixes, pesca.
(...)*

*Lá no Agreste e no Sertão
é outra a faca que se usa:
é menos que de cortar,
é uma faca que perfura.*

(NETO, 1986: 53)

É neste cenário de agruras e agrestes que Severino se confronta com a realidade que o seu próprio nome espelha: essa condição de *severinidade* inerente a todo o nordestino. Mais do que uma mera finalidade didáctica, este auto de natal funciona como crítica contundente e incisiva ao vínculo precário do retirante. O itinerário de Severino é o itinerário dessas «gentes severinas» ossificadas por uma *educação da pedra pela pedra*.

Na perspectiva de Alfredo Bosi, «Morte e Vida Severina [constitui] o seu poema longo mais equilibrado entre rigor formal e temática participante, conta o roteiro de Severino, um

homem do Agreste que vai em demanda do litoral e topa em cada parada com a morte, presença anônima e coletiva (...). (BOSI, s/d: 526). É, justamente, a dimensão deste agreste colectivo que faz da viagem de Severino a viagem de uma «morte anunciada»:

*E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:*

(NETO, 1986: 294)

Como se pode constatar, há uma forte carga plurissignificativa que rege a cadeia homem (Severino) e lugar (também, aqui, severino), reforçada, ainda, pela cadência iterativa deste auto que, mais do que para ser lido, é para ser ouvido (representado), destriça feita pelo próprio Melo Neto. De igual modo, o texto de Ferreira Gullar faz de João Boa-Morte uma fonte potenciadora de sentidos ambivalentes, já que a ironia da «boa-morte» é o contraste exímio da «má (árdua) vida» que caracteriza o itinerário desta personagem. Aqui, a dimensão social, ou vertente interventiva de denúncia crítico-classista, eleva a condição do «cabra marcado para morrer» a porta-estandarte de uma revolução sócio-política «marcada para acontecer».

Tanto Boa-Morte como Severino movem-se numa geografia comum, o espaço nordestino, que ressalta, em ambos os textos, nas imagens humano-paisagísticas reveladas. Ainda que haja um vínculo de individualidade explícito nos traços destas personagens centrais, *Morte e Vida Severina* e *João Boa-Morte, Cabra marcado para morrer* constituem o canto «anti-epopeico» por excelência: é a glorificação do não ou, se quisermos, a negação do canto que leva à (auto) imposição da sua força afirmativa. Este processo dialéctico de construção colectiva pela via primeira do pólo negativo justifica a concretude visual da agrura e fissuras nordestinas. Poder-se-ia definir o relevo dado ao espaço físico como uma espécie de *síndrome nordestina*, já que se verifica, em Melo Neto e Ferreira Gullar, a existência de uma sinalética transversal – não é por acaso que «norte» rima com «morte»:

*Vou contar para vocês
um caso que sucedeu
na Paraíba do Norte
com um homem que se chamava
Pedro João Boa-Morte,
lavrador de Chapadinha:
talvez tenha morte boa
porque vida ele não tinha.*

(GULLAR, 2008: 103)

A referência geográfica tornada explícita no texto de Gullar – Paraíba do Norte – encaixa, de modo perfeito, nesse jogo simbólico em que o nordeste se constitui como «mapa da morte»:

(...)
que todo cabra da peste
ali se chama João
Boa-Morte, vida não.

(GULLAR, 2008: 103)

Esta obsessão pelo espaço físico transforma-se numa *distopização*: quebram-se as fronteiras entre regiões para dar lugar à mitificação de um Nordeste desmitificado, porque ecoado pela voz do «não» das suas gentes:

Dize que levas somente
coisas de não:
fome, sede, privação.

(NETO, 1986: 299)

A concepção imagética deste universo agreste está presente no roteiro de Severino e de João Boa-Morte, personagens que, vivenciando itinerários díspares, constituem o estandarte da «grandeza e miséria» da terra severina. Contudo, impõe-se uma destrinça do ponto de vista objectual: o texto cabralino, ironicamente apresentado sob a forma de um auto, revela, de forma figurada, a «morte» de Severino e de todos os «severinos», assistindo-se a uma consciencialização progressiva da personagem e da sua condição de retirante. De acordo com Óscar Lopes, «este Everyman nordestino, sangrado, bebido em todos os seus humores carnis pela terra latifundiária, ou então apodrecido na *água grossa e animal* da jusante, não tem um grito de revolta social no poema» (LOPES, 1970: 380-381).

Por outro lado, o texto de Gullar define-se pela via de uma politização participativa e reivindicativa, já que Boa-Morte pela *negação* (da sua condição de explorado) chega à *revolução*. Aqui, o poema fornece as palavras-chave intencionalmente audíveis: Boa-Morte é salvo pela «voz da união», activada pela luta da Liga Camponesa.

De facto, ambos os textos privilegiam uma estratégia mobilizadora quer pela via do simbólico, quer pela via da acção participativa-reivindicativa: é esta *educação do nordeste pelo nordeste* que aproxima Melo Neto e Ferreira Gullar – dois modos de dizer a árdua lição da gramática nordestina.

2. A MORTE ROTINEIRA: DAS ROTAS DE SEVERINO E BOA-MORTE

Em *Morte e Vida Severina* e *João Boa-Morte: Cabra marcado para morrer*, a «marcha da morte» acompanha e atravessa o itinerário (interior e exterior) dos protagonistas: deste cruzamento do espaço físico com o espaço humano resulta uma cosmovisão que, como supramencionado, constrói um ciclo *desmitificador* do Nordeste.

A travessia do retirante é, ao mesmo tempo, um acto de *emersão-imersão*: o primeiro porque o sujeito desafia o sertão, dele emergindo em busca de uma outra rota; o segundo porque, mesmo quando se liberta, possui, ainda, a natureza óssea e pétrea da matéria nordestina que nele se crava para sempre. É este vínculo paradoxal que sustenta e perpetua o «mito do sertão», já que entre o homem e a terra se estabelece uma espécie de pacto nupcial. Esta fuga do sertão é, então, ilusória, como se pode verificar pelo diálogo entre os dois coveiros que Severino encontra ao chegar ao Recife:

(...)
*e uma coisa notei
 que jamais entenderei:
 essa gente do Sertão
 que desce para o litoral, sem razão,
 fica vivendo no meio da lama,
 comendo os siris que apanha;
 pois bem: quando sua morte chega,
 temos de enterrá-los em terra seca.*

(...)
*E esse povo lá de riba
 de Pernambuco, da Paraíba,
 que vem buscar no Recife
 poder morrer de velhice,
 encontra só, aqui chegando
 cemitérios esperando.*

(NETO, 1986: 313-314)

A descida que o retirante faz do Sertão para o Litoral corresponde a um processo de *reversibilidade pleonástico*: ao deixar a terra seca para alcançar o litoral (território da água), todo o «severino da vida» volta à mesma terra seca que abandonou (morte), encontrando, *no meio do caminho*, a mesma pedra, sempre a mesma, essa pedra de privação e negação.

Neste sentido, a viagem de Severino é, tautologicamente, a viagem severina dos severinos da vida. Esta particularidade polissémica é o pilar estruturante que propicia (e gera) a cadência iterativa que sustenta a fonossemânticidade presente ao longo do poema. Refira-se que a própria designação de auto confere ao texto, ou deixa antecipar, uma série

de elementos potenciáveis da sua dramaticidade ou encenação teatral. Desta forma, pretende-se que haja uma continuidade entre a legibilidade da peça e a sua transposição para a estrutura do palco.

Num texto intitulado «*Morte e Vida Severina* – Da tradição popular à invenção poética», Manuel G. Simões considera que «(...) na transposição destas sequências [do modelo litúrgico] para um contexto nordestino, o processo narrativo serve-se de elementos da poesia popular, com uma marcada veia irónica (...)» (SIMÕES, 1999: 102).

Ainda que de um modo díspar, este mecanismo de engrenagem visual é válido para o romance de cordel de Ferreira Gullar. A estratégia utilizada é análoga: por meio de um processo narrativo («Vou contar para vocês») a instância do ouvinte/espectador joga um papel de activador do discurso, por via do reforço do código proxémico, mas também do carácter performativo e representativo do mesmo (romance de cordel), na voz do cantador do nordeste.

Tanto Melo Neto como Ferreira Gullar cumprem os objectivos dos seus textos, através de uma maximização da potência expressiva e visual do poema. Seguidamente, reconstituir-se-á o percurso de Severino e João Boa-Morte, personagens que transgridem a morte rotineira para trilhar as rotas do (novo?) homem nordestino.

2.1. DA MORTE SEVERINA À EXPLOSÃO DA VIDA SEVERINA

Ao deparar-se o leitor com o intróito de *Morte e Vida Severina* encontra toda a informação catalogada de modo a trilhar, cronológica e simbolicamente, o itinerário de Severino. A propensão para uma simbiose (grau de identificação) entre o protagonista e o próprio leitor dá-se, precisamente, quando o «retirante explica ao leitor quem é e para onde vai».

Desde logo, sabemos tratar-se da viagem de um retirante cujo conhecimento da terra se espelhará no autoconhecimento do Severino-severino (filho da terra). Ao mapear essa rota que conduz ao litoral, o leitor participa do diálogo que se estabelece entre o protagonista e as restantes personagens que encontra pelo caminho. É o predomínio dialógico o vector que consolida (através de uma aprendizagem pela negação) a *condição de severinidade* daqueles viveres agrestes.

Importa, assim, referir que o macro-episódio que o próprio Severino significa se desdobra ou ramifica em micro-episódios cuja funcionalidade contribui para a visualização de cenas de *complementaridade contrastiva*: ao cruzar-se com figuras distintas (quer pela profissão ou modo de vida) Severino toma consciência dessa agrura «que é de lá e de cá», seja de onde vem ou para onde vai. É por isso que, ao acompanhar o seu próprio «enterro», Severino vivencia uma dupla percepção: o estar dentro e fora da morte *em simultaneidade*.

O carácter peregrinatório, ou deambulatório, da rota de Severino está construído e ancorado em pilares que sustentam índices-morte: em cada paragem o confronto com a morte (do próprio e do outro) só pode gerar, como no final, por meio de uma conceptualização simétrica, a explosão de um novo nascimento. Convém traçar, neste mapa, os «nós» centrais que religam Severino à vida severina, no sentido de visualizar o *modus*

operandi que confere ao poema a dimensão de uma geografia do retorno, já que cada lugar se volta para si próprio retornando, o retirante, ao lugar de partida.

De seguida, ir-se-á decalcar os pontos estratégicos do percurso de Severino:

- I. Encontro com os irmãos das almas que transportam o defunto Severino, lavrador de profissão (homologia com o protagonista);
- II. Segue pelo rio Capibaribe, mas perde o caminho e chega a uma casa onde se canta por um defunto. Ali chegado, procura trabalho;
- III. Diálogo com a mulher que está à janela, «rezadora» titular de profissão;
- IV. Retirante Severino chega à «zona da mata», onde assiste ao enterro de um trabalhador; prossegue caminho e apressa-se para chegar ao Recife;
- V. Chega ao Recife; junto a um alto muro (cemitério) ouve a conversa de dois coveiros;
- VI. Severino aproxima-se de um cais do Capibaribe; aí, aparece «seu» José, morador de mucambo e pai do menino que vai nascer;
- VII. Chegam, à casa, pessoas que trazem presentes (atentar na sua simbologia) para o menino;
- VIII. Fala do «carpina», que ultimata a «morte e vida severina».

Ao nível da macroestrututa, *Morte e Vida Severina* compõe-se de 18 cenas/fragmentos que se subdividem em 12 cenas iniciais que atestam a toponímia da morte (seis monólogos intercalados com seis diálogos ou encenação a vozes) e 6 cenas (coro/vozes do colectivo) que retratam a toponímia da vida ou representação do Presépio, popularmente designado por Pastoris, como indicado no estudo de Pereira da Costa (sobre o folclore pernambucano) que Cabal de Melo Neto reabsorveu e remodelou.

Em função de uma *toponímia da morte*, o texto constrói laços de circularidade entre os que participam da encenação da morte: o defunto, os transportadores do defunto, os cantadores/rezadoras que acompanham o defunto e os coveiros – que entregam «à terra» o homem severino. Como se pode verificar, existe uma sequenciação programática em cena: a cada uma destas entidades cumpre *ritualizar* o exercício de tornar dizível, por tematização da morte, a severinidade da vida.

O texto cabralino encontra-se, assim, pontilhado por sequências de humor negro que atestam não só a resiliência ao absurdo do mundo severino, mas também denunciam a sua própria falibilidade. Se há, neste texto, uma radicalidade implícita do sujeito, é pela via do discurso que se opera a explicitação do projecto cabralino: a linguagem como mola de com-pressão entre a fala severina (individual) e as falas severinas (universal-plural). Não se trata, porém, de uma construção dicotómica, mas antes de um processo que só *actua* em rede: porque o Severino da «morte» só é o Severino da «vida» em virtude de uma *refracção do dizível* – ao compartilhar das outras vidas severinas, Severino reelabora a própria *idiosincrasia* severina.

A complexidade do poema desvela, assim, a exacta medida da sua construção, atingindo, deste modo, a sua *utopia do não* que se transforma, analogicamente, em *distopia do sim*:

*De sua formosura
deixai-me que diga:
é tão belo como um sim
numa sala negativa.*

(NETO, 1986: 323)

A resolução do poema, pela via do nascimento (do menino), reforça, positivamente, a premissa anterior: o lugar do *não*, exaurido pela morte, ressurgue como lugar do *sim*: a terra fertiliza-se através de uma cosmogonia explosiva que se tornará, tautologicamente, a «explosão da vida severina».

2.2. DE COMO BOA-MORTE SE TRANSFORMA EM «NOVA LUTA»

Numa perspectiva diferenciadora (da de *Morte e Vida Severina*), o poema de Gullar investe numa cadência rítmica que, apesar da carga simbólica explanada, rumo ao seu objectivo, desde logo declarado nas primeiras estrofes: a construção de Boa-Morte como chave da revolução. Ao contrário de Severino, cujo itinerário faz dele um indivíduo em «tomada de consciência», trata-se de um processo de afirmação (Boa-Morte tem plena consciência da sua situação de oprimido) e participação interventiva (o protagonista lidera a nova luta, integrando a Liga Camponesa, tornando-se, assim, a bandeira de uma oposição engajada).

Deste modo, a composição do poema enuncia a sua *tese* (reacção de Boa-Morte contra a exploração do fazendeiro) que reverte na sua *antítese* (ao desafiar o Coronel Benedito, Boa-Morte é expulso da terra, travando uma dura luta pela sobrevivência familiar), para moldar a sua *síntese* (reformulação da tese: agregação e integração do protagonista na Liga Camponesa).

Como se pode verificar, existem três forças em tensão que constituem o cerne do poema, considerados, assim, como núcleos de classe:

- 1) Boa-Morte, família e restantes trabalhadores – núcleo dominado/os explorados;
- 2) Coronel Benedito e restantes fazendeiros – núcleo dominante/exploradores;
- 3) Liga Camponesa – veículo da revolução/núcleo politicamente engajado.

O projecto de Boa-Morte (plano individual) só se redefine pelo colectivo: a consciência de que só a *união faz a força*. Boa-Morte reescreve a imagem do filho expulso da terra: rebelando-se contra o «seu» senhor, cuja impunidade o protagonista não pode jamais perfiar, é expulso, não do paraíso, mas do inferno (fazenda do Coronel) para outros infernos, de que acaba sempre expulso (as fazendas dos outros «senhores»), até que redescobre o sentido da vida (e da terra) ao lado dos seus «irmão», os outros filhos da terra.

Quando Boa-Morte se dirige ao colectivo, por meio da palavra reivindicativa, entra em ruptura com a prática repressiva exercida pelo patrão, tecendo, deste modo, o discurso pela libertação, que incita à criação de uma voz cívica participativa:

*Nisso pensando, João,
falou com seus companheiros:
«Lavradores, meus irmãos,
esta nossa escravidão,
tem que ter um paradeiro.
Não temos terra nem pão,
vivemos num cativoiro.
Livremos nosso sertão,
do jugo do fazendeiro.*

(GULLAR, 2008: 106)

Os dois versos finais funcionam, assim, como *leitmotiv* do poema, na fala do protagonista – e só desta maneira poderia ser, pois mais do que um acto de heroicidade, Boa-Morte alcança a aliança dos homens (trabalhadores). Não é um ser divino que, à semelhança de Prometeu, rouba o fogo criador para benesse dos humanos. Não, aqui, a revolução é mais profunda: é do meio dos homens que surge o homem capaz de moldar o fogo em palavra de luta, compondo o canto que vencerá o «jugo do fazendeiro».

No plano onomástico, João Boa-Morte e Coronel Benedito atestam semanticidades adversas ou, se se preferir, traços desviantes, senão mesmo antitéticos, face à caracterização das suas respectivas identidades: por um lado, o apelido Boa-Morte é o reverso da «má vida» do núcleo familiar de João; por outro, o Coronel Benedito nada tem de «bendito», mas, sim, de maldito, e muito menos de beneditino, reforçando, a ironia, o escopo do próprio texto.

Ora, no decorrer do *romance*, assiste-se a *intermezzos* estratégicos cuja finalidade consiste em consolidar, através da indignação e da revolta, o princípio activador da revolução (paradigma da transformação): o *não* ao jugo do coronel maldito! Neste sentido, há um forte paralelismo entre o drama familiar de João (peregrina pelo sertão com a família, assistindo à morte de um dos filhos, devido à fome) e o relato de «mortes» de líderes camponeses, violentamente chacinados a mando dos patrões (episódio que narra a morte de Pedro Teixeira, «homem de dedicação/que lutara a vida inteira/contra aquela exploração.») Esta simultaneidade de acontecimentos reactiva o programa ideológico que sustenta a luta de Boa-Morte e, por metonímia, dos líderes da Liga Camponesa: a resistência (quer pela via da fome e da privação, quer pela via da morte) ao monopólio dos meios de produção, na figura dos fazendeiros-ditadores.

Em entrevista concedida aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, Ferreira Gullar revela a génese do poema, num momento de profunda viragem da sua concepção estético-poética:

(...) Eu tinha chegado a um tal nível de depuração da experiência que a realidade sumira. Eu estava novamente sem linguagem, sem instrumento. Aí fui para o CPC [Centro Popular de Cultura] da UNE [União Nacional de Estudantes], no Rio. Vianinha [Oduvaldo Viana Filho] me procurou: «Vamos fazer uma peça sobre reforma agrária e gostaríamos que você

fizesse a estrutura dessa peça em versos, para usarmos um cantador do Nordeste». Então escrevi Cabra marcado para morrer. Eu estava voltando para a forma mais primitiva da literatura, da poesia.

(*Cadernos de Literatura Brasileira*, 1998: 40)

O desenlace do poema acontece pelo engajamento de João Boa-Morte no movimento da reforma agrária, para aí conduzido pelo companheiro Chico Vaqueiro, que o liberta de cometer o homicídio familiar, num acto de desespero *in extremis*. Ao despertar de uma longa e febril vigília, Boa-Morte transforma-se em «nova luta», redefinindo-se como «boa-sorte».

Cumpre, desta forma, ao leitor co-participar na luta de João, através de um processo de *compreensão-reformulação*:

*E assim se acaba uma parte
da história de João.
A outra parte da história
vai tendo continuação
não neste palco de rua
mas no palco do sertão.
Os personagens são muitos
e muita a sua aflição.
Já vão todos compreendendo,
como compreendeu João,
que o camponês vencerá
pela força da união.
(...)
que o caminho da vitória
está na revolução.*

(GULLAR, 2008: 114)

Considera-se pertinente a transcrição quase total da estrofe que ultima o poema, por conter, do ponto de vista *objectual* as forças motoras que coordenam e unificam o texto: *afirmação-emancipação* (no plano individual, a história de João), *agregação-colectivização* (no plano colectivo, união dos trabalhadores) e *ideologização paradigmática* (no plano político-ideológico, o estádio da revolução).

É deste modo que Ferreira Gullar, recorrendo ao romance de cordel, modela a personagem de Boa-Morte como síntese do seu projecto poético: a construção de uma voz plural ou união colectiva que se ergue contra a prepotência e jugo de um sistema capitalista monopolizante e asfíxiante:

*Vou avisar todo o mundo
que esse “cabra” é comunista.
Quem mexe com Benedito
bem caro tem que pagar.*

(GULLAR, 2008: 107)

Assim como para o Coronel Benedito é necessário destruir a palavra de ordem – Comunismo –, assim para Boa-Morte e seus companheiros é necessário destruir o Coronel Benedito. Contudo, para além de uma base binária ou de uma lógica dicotómica, há uma força mediadora emergente que se interpõe como *metástase* ou reconstrução – no texto, a Liga Camponesa que, mais do que a destruição dos «Beneditos», pretende a sua destituição, por um processo de transformação e relegitimação de um modelo enviesado, porque opressivo para a maioria, o colectivo.

Neste poema narrativo, é revelado o poder da *utopia* que, embora nunca pronunciada, está *escrita* no corpo de Boa-Morte, pois como dirá o poeta em «Homem Comum»:

*Mas somos muitos milhões de homens
comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos de sonho e margaridas.*

(GULLAR, 2008: 154)

3. SEVERINO E BOA-MORTE: DUAS PERSONAGENS À PROCURA DO SEU TEXTO. ESTRATÉGIAS COOPERANTES: O «AUTO DE NATAL» E O «ROMANCE DE CORDEL» OU DA ENCENAÇÃO DISCURSIVA

Parafraseando um título de Pirandello, *Seis personagens em busca do autor*, procedeu-se à alteração do núcleo autor para o núcleo texto, já que Severino e Boa-Morte só poderiam concretizar o seu propósito por meio de uma encenação discursiva que espelhasse (em potência) o objecto-fala reivindicado e transformado em fala objectivada. Efectivamente, o cerne desta problemática coloca-se na interrogativa: «que texto (ou pela negativa, que anti-textos) ou textos encaixariam no “dizer” destes “cabras” marcados para acontecer?»

É inegável que as conquistas do Modernismo de 22 pautaram o seu rumo por uma «desparalisa» ou «desmonopolização» da linguagem. Este carácter de *ruptura* e, consequentemente, de *abertura* encontra-se bem presente nos textos de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, posteriormente reelaborado pela poética drummondiana. Contudo, a aplicação deste exercício de libertar a linguagem, nem sempre foi consensual, gerando focos polémicos que abriram, por sua vez, novos olhares *de e pela* renovação linguística.

Como se pode abalizar, não só Cabral de Melo Neto, mas também Ferreira Gullar, participaram deste processo de desfocalização e reenfoque na abordagem do texto-linguagem. Deste modo, cumpre relevar o «porquê» das modalidades genológicas textuais escolhidas para dar voz, respectivamente, a Severino e Boa-Morte. Num primeiro plano, aquilo que aparentemente, e só aparentemente, constitui um retorno à forma primeva da composição poética, pela preferência de moldes tradicionais – o auto de natal e o romance de cordel – acaba por exercer uma funcionalidade co-textual e contextual que, de outra forma, desviaria e desvirtuaria a exigência que ambos os textos perfilham.

Assim sendo, consideram-se as opções de Melo Neto e Ferreira Gullar como «estratégias cooperantes», próximas da acepção umbertiana de «cooperação textual», pois, como se verá adiante, a proximidade com o leitor/público é uma das chaves para a *funcionalidade maximizante* do texto.

Em Melo Neto, a perspectiva do auto de natal exhibe uma dupla vertente: por um lado, recuperação da função social (transposição do «nascimento do menino», reconvo-cando o auto dos Reis Magos, para o «nascimento do menino *severino*») e remodelação da função textual (transformação do prisma didático-moral em força sociopolítica, pela consciencialização progressiva de Severino).

Ao reflectir sobre a tática cabralina de reposição do «auto de natal» dentro do Auto propriamente dito, Benedito Nunes declara que «o personagem de *Morte e Vida Severina* é uma figura exemplar, como soem ser, nos Autos, as *personae dramatis* (...), mas provido êste [o auto], como se verá depois, de um nôvo conteúdo, que inverte o estrito sentido religioso e sobrenatural de sua mensagem natalina» (NUNES, 1971: 83).

Morte e Vida Severina não se constitui como mero exercício de dizer o homem nordestino em estrutura que convoca (em jeito de homenagem) a tradição ibérica do *romancero*, como explanou Marly de Oliveira no «Prefácio» à *Obra Completa* de Melo Neto: «Morte e Vida Severina é uma homenagem às várias literaturas ibéricas: os monólogos do Retirante têm em comum com o romancero ibérico o uso do heptassílabo e a assonância (...),» (OLIVEIRA, 2006: 18), mas, antes, um reforço da planificação geométrica conceptualizada na sua poesia: a preferência pelo número quatro e seus múltiplos na construção do texto revela, desde logo, essa consciência da unidade que cimenta o edifício de Melo Neto.

É sobretudo no plano dialógico (os diálogos encenados no próprio texto) que se consolida o «signo da quaternidade», já que a entrada de cada fala, graficamente materializada pelo uso do travessão, corresponde, não raro, a uma quadra, também ela *espacialmente* conotada na arquitectura do texto. Existem, por outro lado, estrofes organizadas programaticamente numa sequência de dísticos cuja ressonância é a preponderância do elemento quatro.

A estrutura deste auto de natal corrobora uma outra faceta da poesia cabralina: a narratividade ou pendor narrativo na construção do enunciado, o que não obscurece ou contradiz a sua concepção dramática. Aqui, a *narração colectiva* (todos narram os «severinos» da vida) transforma-se em «colectivo narrado», já que os próprios narradores são co-protagonistas da sua narração. É por isso que existe uma implicação mútua entre

as directrizes *severinidade* e *nordestinidade*; porém, a primeira é transtextual, a última, iminentemente, contextual.

Ora, o que foi dito, objectivamente, para Severino reverte, também, a favor do processo construtivo de Boa-Morte. Ferreira Gullar, ao eleger o romance de cordel como forma privilegiada de expor a luta de Boa-Morte até ao seu engajamento político, alcança, assim, o reforço do vínculo *texto-protagonista*: este romance de cordel surge como «escrita da revolução» ao potenciar a figura do herói como revolução escrita/inscrita no texto.

Por outro lado, dois factores abonam a favor da legibilidade estrutural: Ferreira Gullar serve-se, estrategicamente, do facto de este “subgénero” constituir-se, nos seus moldes tradicionais, como *fonte anónima e colectiva*. Esta predisposição tornar-se-á, com efeito, uma chave de leitura ou cavidade de ressonância maximizada ao longo do poema: deste modo, *este* romance de cordel é, simbolicamente, *escrito por todos* (concretização pelo “todo”) e *para todos*.

Nesta perspectiva, pode-se verificar uma certa disseminação objectual: o poema cumpre o seu propósito de denúncia e crítica social, ao mesmo tempo que fomenta e propicia a activação de um *corpus* sociopolítico proto-revolucionário. Há, claramente, uma *concepção utopista* do social: não se trata da utopia severina, mas, antes, de uma «utopia revolucionária», engendrada pela própria reformulação do conceito utopia.

O trajecto de Boa-Morte corresponde à queda do anjo destituído (da terra e de si mesmo) e respectiva ascensão do homem revolucionário (novamente na posse dos instrumentos da luta), vejamos: o protagonista ultrapassa e supera etapas que conduziriam à sua «morte anunciada», consignadamente: afronta ao patrão e expulsão da terra e, por consequência, das «terras» dos outros fazendeiros, o périplo errante pelo sertão com a família, a morte do filho mais novo, intenção de matar (homicídio e suicídio) como escape ao “mundo-cão” que não o deixa ser *livremente* «filho da terra»... e eis que, ao quase ultimar o seu intento, surge Chico Vaqueiro que impede o acto de desespero de Boa-Morte, levando-o para a Liga Camponesa. A inversão da queda em ascensão só podia acontecer pela via da revolução. É por isso que esta palavra-ordem não enceta o poema, figurando, antes, como chave final: o texto prepara as várias fases que antecedem o «grito claro» da força revolucionária.

Neste sentido, João Boa-Morte supera o medo da fala pela sua concepção discursiva anti-capitalista. É a cosmovisão da *utopia comunista* que se impõe: esse não é um fim em si mesmo, mas o princípio que tutela a nova luta. Ocorrem, ao longo do texto, cadeias sintagmáticas que apontam núcleos-chave que corroboram a tese do lexema *revolução*: «cativeiro», «trabalhador», «fazendeiro», «preço da venda», «patrão», «escravidão», «jugo», «comunista», «exploração», «luta», «burguês», «Liga Camponesa», «latifundiário», «força da união» e a própria «revolução».

Através desta óptica enumerativa, pode-se concluir acerca de uma construção discursiva *ideologicamente* direccionada: a força do texto reside, precisamente, na coordenação e coesão da *palavra escrita* que dará lugar à irrupção da *palavra dita*, operação indispensável à alteração da estrutura social dominante, *id est*, a queda do império fazen-

deiro. Por outro lado, o texto pretende inverter a lógica de que todo o «cabra nordestino» é, metonimicamente, «cabra morredor»:

*Essa guerra do Nordeste
não mata quem é doutor.
Não mata dono de engenho,
só mata cabra da peste,
só mata o trabalhador.
O dono de engenho engorda,
vira logo senador.*

(GULLAR, 2008: 104)

A construção desta estrofe põe em evidência, pela nomeação concreta das suas entidades, a oposição entre «trabalhador» e «dono de engenho», recorrendo aos pólos da *negação* (valorada positivamente porque a favor do patrão) e da *exclusão* (carga negativa porque «só mata o trabalhador»). Esta «guerra do nordeste» só pode ser vencida pela união dos trabalhadores, já que o «cabra morredor» se transforma, *necessariamente*, em «cabra lutador».

Ferreira Gullar estabelece, assim, através do texto poético, uma profunda confrontação paradigmática, ao (des)nivelar a tensão entre poesia, ideologia, poder e sociedade, colocando a tónica numa abordagem que, por sua vez, interroga a própria *missão social da poesia* a par da sua *finalidade estética*, bem como da sua *praxis social*.

Em *João Boa-Morte Cabra marcado para morrer* mais do que uma «missão» a poesia é uma *necessidade*, já que se constitui como voz do colectivo oprimido. No seguimento deste estudo, é curioso notar que, ao nível do paratexto – TÍTULO –, os textos estabelecem, não propositadamente, *equivalências quiasmáticas* que os aproximam e relacionam intertextualmente. Coloquemos, então, os dois títulos em paralelo:

Morte e Vida Severina
João Boa-Morte Cabra marcado para morrer

O esquema apresentado (sublinhados nossos) permite-nos observar como a disposição titular obedece a uma sequência programática ratificada pela própria estrutura textual. À cabeça do título cabralino surge o sintagma, aparentemente plural, «morte e vida», cuja adjectivação «severina», não concordando em número com o anterior, se liga, inevitavelmente, ao substantivo «vida». Numa acepção lógica, esta «morte» resulta das condições da «vida severina».

Ao contrário do poema de Gullar (que encabeça com o nome do protagonista), aqui não figura o nome «Severino», mas antes a condição desse nome. Há, efectivamente, uma distensão e difusão, por um processo de generalização, da natureza idiossincrática da *ontologia severina*.

Já Ferreira Gullar coloca o nome «João Boa-Morte» à cabeça do texto, revelando a lucidez e clarividência do seu conteúdo programático: a luta pela vida e, porque não, pela morte cabe ao próprio homem definir e executar. Para Tristão de Athayde, é nos romances de cordel que Ferreira Gullar «fala pelo povo e com o povo sofrido do sertão e das cidades nordestinas, com a linguagem mais autêntica dos *cantadores*» (ATHAYDE, 2008: lviii).

A coerência poética e a elaboração da composição como ofício e veículo instrumental estão presentes em Melo Neto e Ferreira Gullar como pilares do artefacto verbal; porém, os laços que unem *Morte e Vida Severina* e *João Boa-Morte, Cabra marcado para morrer* colocam em evidência o empenhamento na denúncia da precariedade quotidiana do homem nordestino, accionando, deste modo, a mudança das próprias estruturas sociais.

Se a lição cabralina consagra esse «Severino, objecto e sujeito de um verdadeiro poema *oral*, para ser dito em voz alta, falado, teatralizado» (ASSIS BRASIL, 1990: 188), a lição gullariana move a dimensão colectiva do engajamento participativo, já que «o poeta participante jamais é um só (...), mas sim uma inumerável e anônima multidão – seu povo, sua pátria, a humanidade» (JUNQUEIRA, 2008: lxxvi).

Esse povo – sertanejo, agreste – que João Cabral de Melo Neto celebrou como natureza caprina: «A cabra deu ao nordestino/esse esqueleto mais dentro:/o aço do osso, que resiste/quando o osso perde seu cimento» (NETO, 1986: 266).

BIBLIOGRAFIA ACTIVA

- GULLAR, Ferreira (2008) – «João Boa-Morte, Cabra marcado pra morrer». SECCHIN, António Carlo (org.) – In *Poesia Completa, Teatro e Prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2008.
NETO, João Cabral de Melo (1986) – «Morte e Vida Severina», In *Poesia Completa: 1940-1980*. Lisboa: INCM.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

- ATHAYDE, Tristão de (2008) – «Um muro no muro». In GULLAR, Ferreira – *Poesia Completa, Teatro e Prosa*. Antonio Carlos Secchin (org.), p. lvi-lix. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
BOSI, Alfredo (s. d.) – *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3.^a ed., 17.^a tiragem. São Paulo: Editora Cultrix.
BRASIL, Assis (1990) – *Manuel e João, Dois Poetas Pernambucanos*, Rio de Janeiro, Imago Editora.
GULLAR, Ferreira (1998) – «Cadernos de Literatura Brasileira», n.º 6. S. Paulo: Instituto Moreira Salles.
CARPEAUX, Otto Maria – «Poema Sujo». In GULLAR, Ferreira – *Poesia Completa, Teatro e Prosa*. Antonio Carlos Secchin (org.) 2008, p. lxi. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
JUNQUEIRA, Ivan – «A luz da palavra suja». In GULLAR, Ferreira – *Poesia Completa, Teatro e Prosa*. Antonio Carlos Secchin (org.) 2008, p. lxx-lxxxvii. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
LOPES, Óscar (1970) – *Ler e Depois*, p. 377-382. Porto: Editora Inova.
MERQUIOR, José Guilherme (1965) – «Falência da Poesia», In *Razão do Poema*, p. 33-40. RJ: Civilização Brasileira.
NUNES, Benedito (1971) – *João Cabral de Melo Neto*. Petrópolis: Vozes.
OLIVEIRA, Marly (1994) – «João Cabral de Melo Neto: Breve Introdução a uma leitura de sua obra». In NETO, João Cabral de Melo – *Obra Completa*, p. 15-24. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
SIMÕES, Manuel G. (2000) – «Morte e Vida Severina: Da tradição popular à invenção poética». In *Revista Colóquio/Letras, Paisagem Tipográfica – Homenagem a João Cabral de Melo Neto*, n.º 157-158, p. 99-103 (Julho-Dezembro). Lisboa.

VIAGEM, URBANIDADE E TURISMO NO RIO DE JANEIRO

COM JOÃO CHAGAS, *DE BOND* (1897)

JORGE FERNANDES ALVES*
ELSA PACHECO**

Resumo: Este artigo desenvolve uma nova leitura, baseada na interdisciplinaridade entre história, geografia e turismo, usando uma lógica de desconstrução do discurso, de uma obra editada em 1867 por João Chagas, *De bond* – Alguns aspectos da civilização brasileira. Trata-se de um livro de viagem, obra algo esquecida, que nos remete para os novos comportamentos de observação sobre a cidade e o seu universo social, fazendo uso do conceito de *flâneur*, em transição para o fenómeno do turismo então em emergência. A análise permite-nos visitar o Rio de Janeiro dos finais do século XIX, na sua funcionalidade e reordenamento espacial.

Palavras-chave: Viagem; Interculturalidade; Urbanidade; Turismo.

Abstract: This paper develops a new reading, based on interdisciplinary intersections between history, geography and tourism, making use of a logic of deconstruction of the discourse of a book edited in 1867 by João Chagas, *By tramway* – Some aspects of Brazilian civilization. This somewhat forgotten work, a travel book in essence, brings us new practices of observation on the city and its social universe, making use of the concept of *flâneur*, in transition to the phenomenon of tourism, then just emerging. The analysis allows us to revisit Rio de Janeiro in the late nineteenth century in its functionality and spatial reorganization.

Keywords: Travel; Interculturalism; Urbanity; Tourism.

A viagem, plasmando-se numa grande variedade de narrativas, é um tópico que se presta a múltiplas abordagens interdisciplinares. Na perspectiva que nos anima, a viagem que se fez e seus nexos interessam-nos, sobretudo, pela mediação de temporalidades, espacialidades e materialidades, enquanto dimensões relativas ao processo histórico de construção do espaço social¹, realizadas através de um observador interessado que, sentindo o binómio paisagem/sociedade numa determinada fase da estruturação do Rio de Janeiro, no-lo transmite, ainda que na sua forma filtrada de ver a realidade. Essa filtragem ganha especial acuidade quando o observador é alguém cujos percursos e sentidos perseguimos, na busca de compreender a complexidade de um autor e suas deambulações, naquilo que exterioriza e naquilo que oculta: é o caso do curioso livro *De bond* – *Alguns aspectos da civilização brasileira*, texto algo inesperado de João Chagas (Rio de Janeiro, 1.9.1863 – Estoril, 28.5.1925). Trata-se do conhecido jornalista e político republicano, irredutível e persistente conspirador, ligado à revolta de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, e por isso preso, desterrado para África, fugitivo para Espanha e França, de novo preso e amnistiado, depois ligado à revolução de 5 de Outubro de 1910, vindo a ocupar a embaixada em Paris e a chefiar o primeiro ministério constitucional da República.

* Historiador, FLUP – CITCEM.

** Geógrafa, FLUP – CEGOT.

¹ LAW e HETHERINGTON, 2002; BARROS, 2005.

Nas atribuições políticas de João Chagas, *De bond* é um livro algo exótico, que foge ao registo típico da sua extensa obra, conhecida pelo texto político militante, plumitivo, incisivo, denunciador. A viagem ao Brasil não terá fugido ao quadro das atribuições políticas do autor, mas, de forma inesperada, surge-nos um Chagas *flâneur*, de espírito *baudelairiano*, qual vagabundo ocioso imerso na cidade, percorrendo as ruas do Rio de Janeiro, transitando por espaços sociais diversificados e contrastantes, aparentemente sem objectivo expresso que não seja o prazer de conhecer a urbanidade no seu caleidoscópio, observar lugares e ambientes em suas territorialidades sobrepostas, cedendo à ilação social, ao olhar estético ou ao comentário erótico, atribuindo sentidos ou recriando estereótipos sobre a organização urbana ou mesmo a sua etnicidade².

Certamente haveria um factor político a acrescentar ao *flâneur* que João Chagas personificava: a implantação da República no Brasil despertara um grande interesse nos intelectuais republicanos, num movimento de curiosidade e de conhecimento, bem como de aproximação e busca de apoio para a revolução em Portugal. Nada como ir lá para conhecer os reflexos da implantação da república na sociedade e tactear solidariedades. Já ali se tinham refugiado vários dos perseguidos pela participação na revolta do 31 de Janeiro, após fugas para Espanha e França (no Brasil, o próprio Chagas se encontrou com o tenente Coelho, então integrado no movimento do marechal Floriano Peixoto e dando instrução militar a brigadas no Paraná³). A aproximação dos republicanos ao Brasil tinha, pois, várias dimensões, nomeadamente intelectuais: Sampaio Bruno, correligionário e companheiro de Chagas na aventura da nova imprensa republicana que conduziu à revolta de 31 de Janeiro, como ele exilado em Paris, ambos hóspedes no Hotel d'Edimbourg⁴, publicava, em 1898, o *Brasil Mental*, onde se debruça sobre o movimento positivista neste país.

Recorde-se que João Chagas tinha sido condenado, em 1891, a quatro anos de prisão celular ou seis de degredo, tendo sido levado para Moçâmedes, de onde fugiu para França: fez então duas viagens clandestinas a Portugal, sendo preso da segunda e enviado para Luanda. Foi abrangido pela amnistia de 1893 para a componente civil da revolta, o que permitiu o seu regresso livre a Portugal (11 de Maio). Todavia, em 1893 e 1894, publicou os *Panfletos*, textos que foram logo objecto de querela judicial. A viagem de João Chagas ao Rio de Janeiro, abordada no livro *De bond*, ocorreu no Outono de 1895, ou seja, num período aparentemente de menor actividade política de Chagas. Todavia, a 4 de Agosto de 1896, já estava a publicar o primeiro número de um novo e impetuoso jornal, em Lisboa, *A Marselhesa*, que duraria até 12 de Janeiro de 1898. Neste quadro, será lícito supor que a ida ao Brasil, de cuja acção política não fala senão muito esparsamente noutros volumes (encontro com o tenente Coelho, visita a ministro brasileiro), terá, porventura, contemplado alguma expectativa de solidariedade militante, tanto mais que, também em 1896, era iniciado na maçonaria, inserindo-se, assim, em redes mais vastas⁵.

² RIO, 1908: 5.

³ CHAGAS, 1900: 94.

⁴ CHAGAS, 1900: 89.

⁵ Grande Oriente Lusitano. Disponível em <http://loja.ocidente.eu/?p=87> (consulta realizada em 28.06.2010).

Curiosamente, o livro *De bond* acaba por ser um reencontro com a terra de nascimento, pois Chagas nascera no Rio de Janeiro, filho de portugueses. Mas o texto é inexpressivo a este respeito, embora se saiba que, tendo ficado órfão muito cedo, veio para Lisboa e depois para o Porto, sendo educado em colégios, sob responsabilidade de familiares. Distanciamento real ou apenas técnico para uma observação mais neutra?

Editado em 1897, o livro desenha um interessante fresco apenas sobre a cidade do Rio de Janeiro, fruto das observações dos dois primeiros dias de estadia, a que se seguem considerações gerais. A cidade surge-nos em diferentes perspectivas, nas persistências e transformações das diversas áreas e usos sociais. Fazendo jus ao título principal, o autor confere relevo ao papel do *bond* ou *tramway* na expansão urbana e respectivo sistema de circulação, então em pleno afirmação e crescimento de uma rede designada no Brasil por «trilhópolis», complexo de estruturas de transporte sobre carris, fundamental, desde os finais do século XIX, para ligar a cidade aos subúrbios e dissociar o alojamento dos núcleos centrais votados à actividade económica e considerados insalubres. Mas o *bond* é também um dispositivo fundamental na produção de novos olhares sobre a urbanidade, ao penetrar no miolo das cidades em viagem acelerada, fomentando o relance a varrer o horizonte, permitindo captar o interior das casas através de portas e janelas abertas ao rés-do-chão, multiplicando a sucessão de ruas percorridas numa falsa satisfação de observação total da cidade, o que se faz naturalmente a um nível epidérmico e simbólico, mas de forma a perceber o pitoresco e os traços largos da sociedade, produzindo novos imaginários.

1. AS IMPRESSÕES DO PRIMEIRO DIA

1.1. Para um europeu meridional, como Chagas se sentia, chegar ao Brasil e alcançar a perspectiva do alto do tombadilho do paquete tocava o sentimento de descoberta de uma «terra misteriosa», num reencontro com a história e os primitivos descobridores: «ver do mar o Brasil é parecer tê-lo descoberto». Um deslumbramento iniciado com o avistamento, ao entardecer, do prodigioso Cabo Frio e seu farol, e prolongado na manhã seguinte, pelas «massas gigantescas de pedra, monstruosas e maciças», à entrada do porto do Rio de Janeiro, com o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara. Na suave deslocação do navio, surge a primeira impressão de uma

Cidade a desdobrar-se na vertente de uma alta cordilheira, sumida ainda no céu por uma espessa confusão de névoas brancas, plantada um pouco ao acaso, na linha tortuosa da beira-mar e invadindo sem plano todos os mil acidentes do litoral, espraiando-se aqui, retraindo-se acolá, desaparecendo para reaparecer, intercalada de serros cobertos de casaria, ora cortada de vegetação, ora sumida em arvoredos, como se fora interrompida e recomeçada, e tendo assim de longe o aspecto de uma cidade provisória⁶.

⁶ CHAGAS, 1897: 7.

E, sublinhando o contraste entre a paisagem natural, descrita com base no recorte majestoso da topografia, e a ocupação humana, realçava alguns pormenores no conjunto: a baía de Botafogo, o morro da Glória, as praias do Russel e do Flamengo, mais além Nitéroí e Praia Grande, a Ilha Fiscal com seu edifício aparatoso. Encarando a beleza natural da paisagem como um potencial foco de atracção para o turismo então emergente, afirma, em premonição:

O Brasil raro é visitado por literatos e artistas. Daí a saber-se a seu respeito pouco mais do que o que nos revelam as suas safras de café e as flutuações do seu câmbio. Todavia, esse Brasil, que eu mal conheço, mas cuja magnificência suspeito pelo pouco que vi, é dos países do mundo que melhor remunerariam a curiosidade do touriste, ávido de grandes impressões⁷.

Contribuindo desta forma para a produção de sentido e de imagem de um lugar turístico⁸, Chagas vai regulando o obturador sobre a paisagem. No deslizar do transatlântico, surgem, em abertura panorâmica, as primeiras observações: o cruzamento com outros *steamers*, os navios da armada brasileira ancorados (entre eles, o cruzador República, já retocado dos efeitos da guerra civil), a aproximação dos botes de remadores e de lanchas de fiscalização (alfândega, saúde)... E a agitação das despedidas, os reencontros da chegada, a separação das sociabilidades de viagem: «uns aos outros, os companheiros de bordo esqueceram-se, já não se encontram, não se verão mais, e cada um trata de sair o mais depressa que pode»⁹. Por entre a vitalidade portuária «a receber e despedir vapores», a agitação, a gritaria numa «alegria que surpreende», mas num ambiente atraente: funcionários de bom porte, embarcações limpas e asseadas, «mulheres lindas e perfeitas, homens elegantes e, o que é bem natural que surpreenda a quem chega da Europa importadora de todas as indústrias de luxo – as mais belas e recentes *toilettes*». Primeiras impressões a retocar posteriormente, com a descida à terra, logo que «o pasmo cedeu lugar à curiosidade», pois «nem tudo é tão agradável como o primeiro aspecto dos mensageiros de terra, nem tudo deslumbra como o espectáculo de uma manhã assim, no belo porto»¹⁰.

No desembarque, depois de percorrer um sem número de docas, diques e estaleiros em laboração, a entrada na alfândega, um casarão alto «todo crivado de balas de espingarda», a denotar os efeitos dos tumultos que se seguiram à implantação da República. E a surpresa de uma cidade em festa: filas de raparigas vestidas de branco, munidas de *bouquets*, ruas embandeiradas, colchas nas varandas, repiques de sinos, chão coberto de folhas: «ouço que chega um bispo e, mal repostado da surpresa, de ver assim receber um bispo nesse país de livres pensadores, salto para um trem e faço-me conduzir a um restaurante»¹¹.

Assim, em mudança de escala, a linha do horizonte dos acidentes topográficos deu lugar à identificação das baías e dos principais aglomerados até desembarcar e iniciar o

7 CHAGAS, 1897: 9.

8 PIMENTEL, 2009.

9 CHAGAS, 1897: 14.

10 CHAGAS, 1897: 16.

11 CHAGAS, 1897: 20.

percurso pelas ruas da cidade. Mas do deslumbramento da natureza à percepção do sintoma da continuidade das práticas sociais vai um instante, decepcionando quem buscava a modernidade: um republicano militante, que vai ao Brasil na expectativa de ver os reflexos do «livre pensamento» veiculado pelas maçonarias e pelo espírito racionalista dos meios positivistas, defronta-se, desde o desembarque, com a persistência de formas arcaicas de ritualização e dependência religiosa na veneração concedida ao bispo. Práticas que contrastarão, pouco depois, com a observação de algumas condutas sociais mais excessivas.

1.2. E chega a imersão na cidade, tomando uma velha caleche de postigo aberto. Confessa: «não tenho a menor ideia do plano da cidade, de forma que tudo o que vejo é para mim desconhecido e não sei se estou muito longe se perto do ponto a que destino»¹². Sucedem-se as ruas estreitas, escuras, casas velhas, servindo de lojas e armazéns de comércio, nomes de firmas nos umbrais e população atarefada, sobraçando embrulhos ou empurrando carroças carregadas, pavimentos de lajes mal colocadas, águas empoçadas e detritos, obstáculos na circulação a cada passo, superados pelos solavancos da caleche, que galga passeios. Finalmente uma larga avenida, «sulcada de pequenos *tramways* tirados por mulinhas espertas que sacodem ao pescoço campainhas de metal», mas com passeios largos, quiosques, jornais e folhas ilustradas, cafés, engraxadores, e também comércio, negócio, agências, portas gradeadas de bancos, vitrines de cambistas, tabuletas em cada porta, enfim, «firmas, apelidos, sociedades, companhias, comanditas»¹³.

E surgem os grandes edifícios! E sucessivas ruas transversais que se cruzam com a avenida, mas são ruas estreitas e sujas, com mau ar, e «tem-se a impressão que o velho bairro, outrora compacto, foi cortado às talhadas», indiciando traços de modernização e/ou renovação da cidade:

A correr aos solavancos de uma traquitana como a que me levava através desse dédalo lóbrego, tendo ainda os olhos plenos do panorama admirável da enseada, a impressão que experimento, longe de ser penosa, é agradável, e sinto-me divertido e compensado, cheio de curiosidade e de interesse, porque a vida das ruas faz-me esquecer as ruas; o transeunte disputa a minha atenção, os costumes, em que logo suspeito uma grande vivacidade, atraem já o meu espírito, e o movimento, a agitação, o passo apressado de toda a gente, os pequenos tramways passando a todo o trote carregados de passageiros, os carregadores a empurrarem carretas de mão, as carroças descarregando às portas, o ruído, o burburinho, o ar que todos têm de quem vai a negócios, de quem tem que fazer – uma aparência de fartura, de riqueza de bom lucro, de abundância geral, dispõem-me bem para essa nova civilização, que poderá não ser brilhante, mas que desde logo suspeito sólida e feliz¹⁴.

¹² CHAGAS, 1897: 21.

¹³ CHAGAS, 1897: 23-24.

¹⁴ CHAGAS, 1897: 27.

A cidade recompunha-se, ganhava contrastes: a área velha persistia, mas permitia cortes e demolições para se arejar, para garantir salubridade e circulação, emergindo, parceladamente, uma nova cidade na fruição do progresso material. Mas as campanhas sanitaristas ainda não tinham atingido o fervor destrutivo que, alguns anos depois, fizeram eclodir movimentos populares como a revolta da vacina (1904) contra a chamada «ditadura higienista» de Oswaldo Cruz, a modernização portuária de Lauro Müller e a linha urbanística da escola de Haussmann, esta representada no Rio por Pereira Passos, que, em simultâneo, desenvolviam acções demolidoras no seu afã de promover a regeneração da cidade antiga através das grandes demolições que se verificaram¹⁵.

1.3. Enfim, o restaurante. Como expressão de sociabilidade: «hoje em dia, comer já não é como outrora – alimentar-se. Comer é revelar-se»¹⁶. A gastronomia adquire para Chagas uma forma de expressão do ser e sentir de um povo, a partir daquilo que come e da forma como come. Elogia a gastronomia francesa, os seus pratos delicados, os queijos frescos e a manteiga sem sal, a sua cozinha de fórmulas transparentes e fáceis. Critica a cozinha inglesa, atascada em carne e encharcada em líquidos, carneiros às postas, carne em sangue... Uma cozinha pesada! Para se embriagarem os franceses fizeram o champanhe, os ingleses o gin! Para os franceses, *les beaux jours viendront*, para os ingleses *time is money!* E há ainda os espanhóis, resistentes à influência dos estrangeiros, sem vocábulos franceses nas ementas, uma alimentação marcada pela ferocidade, com uso de alimentos crus, tomates e pimentões comidos à talhada, a revelar um povo de carácter. Enfim, «diz-me o que comes, dir-te-ei quem és».

Com estas representações, Chagas entrou no restaurante *Mongini*: agradável de aspecto, com comidas frias à espera de escolha pelo cliente que não quer perder tempo, e serviço à lista, que solicita. Duas longas folhas eivadas de vocábulos estrangeiros e grande uso de diminutivos (*mãozinha de carneiro*, *picadinho*, *coxinha de frango*) e referências locais que atrapalham (moqueca, farofa, churrasco). O serviço fornecido: ervas picadas com carne picada, à mineira, camarões picantes com talos de palmito cozido, bananas fritas em manteiga, açúcar e canela, vinhos europeus, Camembert e um «delicioso café». E «um charuto da Baía que fazem a reputação universal do tabaco brasileiro». Conclusão?

O brasileiro – pensei – deve ser isto. Sensual e guloso. Estas comidas traiçoeiras o indicam; esta lista de iguarias o diz. Diagnostiquemos: as comidas picantes e açucaradas denunciam paladar viciado, hábitos de gozo, sibaritismo. Os povos que abusam do açúcar são essencialmente voluptuosos. (...) Para o brasileiro, a mesa é um dos bons regalos da vida. (...) Pedir mãos de carneiro é querer comer; pedir mãozinhas é querer gozar¹⁷.

¹⁵ SEVCENKO, 1998: 22-26.

¹⁶ CHAGAS, 1897: 29.

¹⁷ CHAGAS, 1897: 36.

Mas, além dos vocábulos franceses, ingleses e italianos, a lista revelava uma enunciação desordenada, com as iguarias referidas ao acaso, sem ordem ou agrupamentos, com anotações nas margens. Ilação social: «pareceu-me que em tudo existiria, como nessa lista de restaurante, desordem, confusão, anarquia (...) a sua administração deve ser má, o lar, o cidadão turbulento». Acrescia que o criado o servira com fastio, tal como o cocheiro da caleche o tratara com rudeza: «recompondo impressões, cheguei a esta fórmula – indisciplina, rebeldia de classes, vida civil desregrada»¹⁸.

1.4. Duas da tarde de um dia de Setembro: eis a «famosa rua do Ouvidor», referência de orientação para o autor, com uma multidão faladora, circulando aos magotes, pregões no ar, venda de flores no meio da rua, lojas animadas, passagem de mulheres cobertas de jóias e *toilettes* aparatosas, grupos a lerem boletins e a discutirem política, ricos estabelecimentos de moda, perfumistas, jóias, chapéus de Paris, sedas de Lyon que «toda a mulher brasileira arrasta e de que cobre todo o seu corpo». Pastelarias cheias de gente em torno de grandes variedades de doçaria, gelados, vinho do Porto e acepipes. Imagens de prosperidade, ostentação, elegância, luxo. Na rua passam indivíduos atarefados e, sobretudo, mulheres:

*Quantas mulheres! Em geral vestem todas com requintado luxo: Observo isto: que a mulher vem ver ou mostrar alguma coisa. (...) A rua do Ouvidor é o rendez-vous da beleza feminina, e não creio haver no Brasil mulher bela que não tenha passado por ali*¹⁹.

Nem todas belas, nem todas brasileiras, mas o Brasil, disseram-lhe, «é o paraíso das mulheres. Assim o fico crendo. A mulher deve ser, entre esta raça, superior a todas as coisas (...) é a mulher ídolo, a mulher sacrário»²⁰. Mas, interroga-se, porquê nesta rua estreita e sombria tanta concentração de riqueza e beleza?

De *tilbury* segue para a pensão, afastando-se do centro, rodando ao longo de um canal de água negra e gordurosa, o canal do Mangue, bordado de palmeiras, foco propício à infecção, a fazer lembrar as prevenções contra o clima e a febre que qualquer recém-chegado ao Brasil temia antes das campanhas sanitaristas levadas a cabo por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas nos inícios do século XX, em combate contra a varíola, a febre-amarela e outras epidemias²¹. Ao longo do canal, rareavam as pessoas, surgiam os *tramways* abertos, sobre carris, em ruas mal calçadas ou mesmo abandonadas de bairros pobres dos arrabaldes. Enfim, surge uma rua larga, cheia de sol, com ricas residências e palacetes. A mudança na paisagem é exuberante: «dir-se-ia que a cidade acaba aqui e que uma outra cidade ia começar»²².

¹⁸ CHAGAS, 1897: 39.

¹⁹ CHAGAS, 1897: 46.

²⁰ CHAGAS, 1897: 48.

²¹ SEVCENKO, 1998: 24.

²² CHAGAS, 1897: 55.

E, finalmente, a pensão que lhe fora indicada, com atendimento por criados franceses, numa sumptuosa vivenda, rodeada de canteiros, palmeiras e estátuas, que fora propriedade de um capitalista português: disponível apenas uma alcova, com janela a abrir sobre uma vertente do Corcovado, de aluguer caro.

Mas depois do jantar, impunha-se nova partida para o centro da cidade, pois lá ficavam os espaços de diversão. Aceita a recomendação para tomar o *bond*, expressão brasileira, ouvida então pela primeira vez:

O bond que passou vinha vazio. Era um destes carros americanos, abertos, em plateia, como os que circulam nas ruas de Lisboa, de verão. O cocheiro não vestia uniforme especial. Trazia na cabeça um grande chapéu de feltro de abas largas e o condutor usava um boné, de grande pala de tartaruga. Paguei com um níquel de 200 réis e sentei-me no banco da frente para ver melhor o aspecto das ruas, de noite. A cada passo o carro parava para receber ranchos de senhoras em cabelo, vestidas com luxo e acompanhadas de indivíduos em trajos de soirée, que pareciam dirigir-se a algum espectáculo ou baile, mas, em geral, os homens subiam sem mandar parar, com uma agilidade e uma segurança pasmosas, apesar de as mulas trotarem rijamente e o carro seguir com grande velocidade²³.

Mais carros se cruzavam, trazendo gente dos arrabaldes para o centro, em busca da diversão. Na entrada da cidade velha, o *bond* já levava passageiros pendurados nos estribos, deixando para trás ranchos que faziam paragem. Finalmente uma praça, «picada de candeeiros», onde «dois torreões de uma gare iluminada a globos eléctricos apareciam monumentais sob uma luz branca que vinha derramar-se em derredor»²⁴. Uma estação de *tilburys*, a fachada de uma caserna, circulação de muita gente, trens e *bonds* e silvos de locomotivas manobrando à distância. A rua do Ouvidor estava agora deserta, não tinha vida nocturna. Eis outras ruas ao acaso e uma nova praça, já com *tramways* eléctricos que arrastam «uma longa cauda de *bonds* e fazendo ouvir o retinir de uma forte campanha de alarme»²⁵.

Um botequim para tomar café e indagar sobre teatros: «o criado falou-me na rua da Carioca e na praça da Constituição». A rua da Carioca era marcada pela prostituição nocturna, à hora dos teatros: «em todas as portas há uma ou mais mulheres, sentadas ou de pé, encostadas ao umbral, insinuando em mau português, palavras de sedução»: húngaras, italianas, alemãs, russas, francesas. Surpreende a impudência, a indiferença para com essa exibição nos centros mais frequentados, mas «na capital do Brasil a prostituição é livre, é franca. Instala-se onde quer, exerce-se como quer. Não tem postura, não tem fiscalização. O estado ignora-a, a polícia também»²⁶. O espectáculo reproduz-se em ruas como Gonçalves Dias, Sete de Setembro, Senhor dos Passos, no coração da cidade.

²³ CHAGAS, 1897: 66.

²⁴ CHAGAS, 1897: 67.

²⁵ CHAGAS, 1897: 70.

²⁶ CHAGAS, 1897:7 3.

A praça da Constituição, com jardim e a estátua do Imperador, concentrava agora o movimento apenas num dos lados, mas parecia ser o centro de maior vida nocturna, próxima de teatros e restaurantes:

*Tendo curiosidade em conhecer o teatro fui a dois ou três (...) Por uma senha de entrada paga-se uma bagatela e assim, na mesma noite, é fácil percorrer diversas casas de espectáculo, sem grande desembolso*²⁷.

Teatros em quintais, discretos, barracões de tábuas... Ambientes e representações foram decepção, porque «os aspectos galantes e buliçosos da vida de dia, fizeram-me supor uma vida de noite igualmente atraente, elegante, aristocrática – alegres teatros, amplas avenidas, algum *boulevard* com *terrasses* e gente *chic*, bem vestida e bem acompanhada. Em vez disso, um bairro de comborças e, nos seus meandros sombrios, nas suas ruelas ínvias, uma população inclassificável de *souteneurs*, contratadores de bilhetes, soldados rasos, negros descalços, vivendo entre tabernas e lupanares, constantemente em briga»²⁸.

Entrada num novo restaurante, cheio de gente... e um empregado pouco agradável:

*De resto, todos os serviços domésticos são, pelo que pude ver, maus, e muita gente, conhecendo essa deficiência, manda vir criados de fora, o que lhes custa um dinheirão. Segundo parece, os brasileiros, esquecendo o prólogo francês que diz que – il n’y a pas de sales métiers, mais des sales gens, não se prestam a exercer misteres que se lhes afigurem deprimentes, e quando os exercem é com má vontade e de mau humor que o fazem. O estabelecimento da República, trazendo consigo a fórmula triunfante da Igualdade, não contribuiu pouco para alimentar estes preconceitos, originariamente gerados numa grande indisciplina de classes, e ultimamente o espírito público achava-se tão eivado de anacronismos revolucionários, que se tratavam os criados dos cafés por cidadãos, como se não soubéssemos todos que eles o eram tão bem como nós*²⁹.

Uma hora e um quarto. Toca a correr para o último *bond* que partia à 1h30, perder o *bond* seria um desastre, dado ser único meio aceitável de transporte e as distâncias enormes, pois sobraria apenas o *tilbury*, o agitado carro de dois lugares puxado por um só cavalo, caro e desagradável nos seus solavancos. O *bond* cheio? No Rio de Janeiro, o *bond* não enche: «Quando não há lugares dentro, vai-se para as plataformas, e quando as plataformas estão ocupadas, pendura-se a gente nos estribos. Não há lotação: Cada qual aloja-se como pode»³⁰. Só já perto da pensão, o autor conseguiria lugar sentado, para depois se recolher tiritando, como se fosse Dezembro em Lisboa.

Terminava o primeiro dia da chegada ao Rio de Janeiro, com circulação que, em termos reais, se cartografa num perímetro de 10 km² da cidade velha, a uma distância de

²⁷ CHAGAS, 1897: 76.

²⁸ CHAGAS, 1897: 81.

²⁹ CHAGAS, 1897: 84-85.

³⁰ CHAGAS, 1897: 86.

cerca 4 km da pensão. Esta parte da narrativa ocupa cerca de 43% das páginas do livro. As primeiras impressões são as mais meticulosas e sugestionáveis nos percursos de um *flâneur*, com traços que se tornam marcantes no seu imaginário sobre o território e a sociedade.

2. AS IMPRESSÕES DO SEGUNDO DIA

O segundo dia de estadia ainda contém algumas descrições de pormenor. A manhã de vilegiatura na vivenda que servia de pensão, passeando na propriedade. A troca de impressões com um comensal argentino, que não morria de amores pelo Brasil e que seria sua companhia na viagem de *bond* ao centro da cidade, com explicações cáusticas sobre os transportes, os hábitos, a incúria na higiene pública e a gulodice dos brasileiros. «Comem doce em toda a parte», dizia o argentino, perante vendedores de rebuçados, comentando o elevado consumo de doçarias, com os mais humildes a chuparem pedacitos de cana-de-açúcar. E apontava as consequências negativas para a dentição: «uma das melhores profissões a exercer no Brasil é a de dentista. Percorra essas ruas e não haverá uma única onde não encontre um dentista, e sempre com a casa cheia, a transbordar. O dentista, no Brasil, faz fortuna»³¹.

Chegada a hora de retirar a bagagem da alfândega, o narrador usa uma das várias cartas de recomendação que trouxera, expediente habitual para os candidatos a caixeiros que partiam em contexto de emigração, mas também para os que viajavam em negócios ou visitas. A carta de recomendação apresentava o visitante a uma casa de negócios, habitualmente de um português, em procura de facilidades para instalação, neste caso para cedência de um empregado para cicerone. É essa apresentação, um tanto burlesca mas hospitaleira que surge na narrativa, com convite para almoçar e jantar. Declinada essa oferta, seguiu o visitante com o cicerone rumo à alfândega, «um rapazote dos seus vinte anos, ainda imberbe, português das províncias», falando pelos cotovelos, mas afável. Os armazéns da alfândega não surpreendem pela confusão e formalidades obrigatórias, com centenas de pessoas a procurarem bagagens soltas, entre malas de couro de ricos e arcas de pinho de emigrantes (acabados de chegar em três vapores). Nota positiva, não havia qualquer taxa a pagar, nenhuma insinuação para gratificações: «certas impressões más são sempre atenuadas por impressões boas, e os brasileiros fazem-se perdoar grandes defeitos por excelentes qualidades»³².

E uma constatação sobre a diferença entre viajantes, entre os turistas e os outros:

Os viajantes como eu não são frequentes no Brasil. Em geral, quem vai a esse país tem alguma coisa urgente a fazer. Uns querem ganhar e não perdem um minuto; outros querem enriquecer e não tardam uma hora. É chegar e lançar mãos à obra. Muitos nem têm tempo de reconhecer o país em que estão. Chegam e começam. O viajante como eu, meio touriste e sem pressa, é raro. Por isso vive isolado, não tem companheiros, nem guias. Em toda a capital do

³¹ CHAGAS, 1897: 91.

³² CHAGAS, 1897: 105.

Brasil não se encontra talvez um único ocioso capaz de acompanhar um flâneur, ido em férias a ver a terra do ouro. Toda a gente, mais ou menos, tem em que se ocupar e se não tem um negócio tem hábitos, vícios, paixões que lhe tomam o tempo. Estar na rua do Ouvidor é um hábito e, para o brasileiro, esse hábito é uma ocupação. O jogo, que desempenha um tão grande papel nos hábitos da população fluminense, é um vício e é igualmente uma ocupação. O jogo da pelota toma o tempo a muita gente³³.

Mas é o negócio que predomina. No Brasil, diz, todas as iniciativas permitem ganhar dinheiro. Das dez às cinco todos estão ao serviço (comerciante, banqueiro, advogado, médico), não se deixando atrair para outras coisas, depois procuram o *bond*, ou seja, o retorno a casa nos arrabaldes, para junto da família e dos prazeres caseiros. Seguindo a repartição geográfica da urbe:

A própria disposição da cidade não se presta a uma vida de flânerie. Em todo o seu vasto recinto há duas zonas: uma, que é aquela em que se trabalha; outra, que é aquela em que se repousa; uma que é a loja, o armazém, o escritório; outra que é a casa, a habitação, o lar. Esta divisão de zonas limita a vida, que assim se reparte em dois estados: o negócio e a família³⁴.

Só ao domingo se descansa, fechando todos os estabelecimentos comerciais. Abrem-se então os hipódromos, os salões particulares, os clubes de bailes, com a juventude a folgar, enquanto negociantes, banqueiros e médicos ficam em casa, no jardim, a ler jornais: «entre o negócio e o repouso, a maioria dos habitantes não conhece diversão». Os teatros são frequentados pela juventude ou pelos capitalistas que vão à ópera. O «homem que trabalha» raramente vai ao teatro, fica em casa quando não tem que fazer, essa é a sua diversão, diz Chagas, sublinhando uma ideologia do trabalho muito comum nos territórios de imigração.

Sem companhia, restava ao autor, para sentir a cidade, andar sozinho, o que, no Brasil, excluindo o bairro comercial, significava andar de *bond*, meio barato e cómodo para circular no perímetro da cidade. Usando para isso as duas categorias deste transporte: o *bond* urbano ou *bondinho*, que corria a cidade velha, por isso era pequeno para circular em ruas estreitas, e o *bond* grande que faz as longas distâncias, cujo único obstáculo sério era a montanha. Daí trajectos que eram verdadeiras excursões, como a linha de Copacabana ou a das Águas Férreas. Um serviço que, na altura, era explorado por três companhias: a do Jardim Botânico, a de Vila Isabel, a de S. Cristóvão. E o autor sublinha a intensidade do tráfego de uma cidade populosa como era o Rio, onde a casa e o negócio se situavam em pontos diametralmente opostos, com partidas sucessivas e paragens breves, com uma procura avassaladora durante o dia. Mas «tomar o *bond* é ter a certeza de partir a uma hora precisa e, a menos que pelo caminho se não levantem

³³ CHAGAS, 1897: 108.

³⁴ CHAGAS, 1897: 109.

embarços, a certeza de chegar a hora igualmente certa. O *bond* não falta, não engana, não atraiçoa»³⁵.

João Chagas apercebe-se da excelente organização dos serviços do *bond*, que «faz o orgulho dos fluminenses», de tal forma que

*O bond é um detalhe característico da vida brasileira. Constitui um laço permanente entre a existência do cidadão e a rua; é um constante traço de união entre a colectividade e a família. Toma proporções de instituição e se a iniciativa particular não o criasse, o Estado teria forçosamente de o promulgar; (...) uma interrupção súbita no serviço dos bonds seria motivo para suspender por um momento todo o tráfico entre os cidadãos*³⁶.

O autor sublinha a sua longa divagação sobre o *bond*, puxado para título do livro, pelo papel social que este meio de transporte desempenhava na vida quotidiana do Rio de Janeiro e que lhe permitiu, num assomo de curiosidade e em curto espaço de tempo, vislumbrar alguns aspectos da civilização brasileira:

*Vi depressa, como o viajante que, tocando em um porto de escala, desce a terra a aproveitar as poucas horas de demora do barco e volta para bordo com a cabeça cheia de impressões e os olhos cheios de panoramas. Não obtive conhecimento exacto, fórmula decisiva ou juízo seguro, e na minha memória, como no meu espírito, tudo ficou tumultuário e vago, como numa chapa fotográfica por muito tempo exposta a sucessivas imagens*³⁷.

3. IMPRESSÕES GERAIS

Como João Chagas afirma, o seu texto é o de «um livro de viagem: não é um guia de viajante». Deu mais corda ao «capricho de fixar aspectos» do que à preocupação de elucidar viajantes, o que fez através de fugazes impressões que lhe produziram «visões nítidas». O *bond* permitiu-lhe interpretar uma paisagem de contrastes, entre o natural e o construído, o pobre e o rico, o velho e o novo. Permitiu-lhe, em parte, uma leitura da paisagem rápida, elementar, intensa, sustentado amplamente nos cinco sentidos, por isso o considera um «aspecto» da civilização brasileira que lhe favoreceu a percepção de «outros aspectos».

E o autor completa o livro com esses «outros aspectos», numa segunda parte, com 40% do total da paginação. Estas abordagens são já fruto de uma reflexão mais aturada e não das impressões imediatistas de uma viagem em velocidade acelerada pelas ruas da cidade, cujos traços ficaram apenas para as páginas dedicadas aos dois primeiros dias de uma estadia que se prolongou por alguns meses.

³⁵ CHAGAS, 1897: 113.

³⁶ CHAGAS, 1897: 114.

³⁷ CHAGAS, 1897: 115.

Num primeiro tópic, discute a expressão «país do trabalho», geralmente atribuída ao Brasil, sublinhando que neste caso a palavra trabalho significa apenas negócio, não abrangendo outras modalidades, como introdução à questão da condição do intelectual brasileiro: «num país em que o negócio assim absorve tudo, a vida intelectual é necessariamente penosa»³⁸. Aponta escritores brasileiros (Aloísio de Azevedo, Coelho Netto, Artur de Azevedo, Valentim de Magalhães, Olavo Bilac) cuja «febril actividade» não é considerada trabalho. A poetas ouviu chamar vagabundos (talvez no sentido de boémio) e os artistas eram personalidades não faladas, não discutidas, quando não desprezadas. Só alcançavam prestígio alguns escritores de jornal que se ocupavam de política (Ferreira de Araújo, Bocayuva, Patrocínio), pois «o grosso de uma população de negociantes, como a permanente absorção de uma vida de negócio, pesa sobre todas as tentativas de emancipação intelectual»³⁹. Mas, diz, há brasileiros ricos que não fazem negócio, que vivem dos proventos da agricultura: são os brasileiros do *Café de la Paix*, em Paris, onde se encontrou com alguns. São filhos de famílias que estudam nas universidades de França, Bélgica, Suíça, e que, regressando, o seu pensamento continua na Europa, ou seja, na França, «porque a civilização francesa é a que mais os fascina pelo aparato do seu luxo e do seu brilho»⁴⁰. Reconhece, assim, uma elite «evada de estrangeirismo», que vive nos lindos subúrbios do Rio, «em palacetes e pavilhões construídos à sombra de gigantescas montanhas ou à beira de quietas baías de água salgada, numa amena e regada vilegiatura», não se confundindo com negociantes: um Brasil diferente «discretamente chauvinista, mas profundamente internacional», fruindo!

Um outro aspecto: o Brasil como quimera para a emigração portuguesa, a qual se baseia, assim, num erro, num «resto de sonho antigo». Um mal que urgia remediar. Houve tempo em que se emigrava por ambição, mas agora emigrava-se «por miséria». Antes a emigração seria exclusivamente rural, agora emigravam também homens das cidades. Dantes levavam uma arca de pinho, agora malas de coiro, excelente roupa branca, algumas libras, mas também o desalento e a dúvida. Desenha os percursos da emigração num tom lúgubre, a que já não valem as cartas de recomendação, reconhecendo, porém, que ainda se faziam fortunas ligadas à tradicional casa de negócio: para isso era necessário ser novo e seguir a rotina no comércio, fora disso só excepcionalmente enriqueceriam. Mas, a par destes, uma legião sucumbia à miséria, à nostalgia, à infecção. Se não retornava ou sucumbia, o português dispersava-se, deixava-se assimilar, desligava-se da pátria de origem, a sua única ligação era o Banco para transferir mesadas: não lia jornais portugueses, não lhe interessava a vida portuguesa; lia os autores do passado (Herculano, Garrett, Castilho), ignorando a novíssima literatura portuguesa, «ficou amando um Portugal que já não é o de hoje (...) embezerrou num ferrenho conservantismo»⁴¹. Os portugueses casavam com brasileiras, tomavam partido, envolviam-se nas lutas políticas da implantação da República: «o elemento republicano exaltado, a que também chamam

38 CHAGAS, 1897: 120.

39 CHAGAS, 1897: 122.

40 CHAGAS, 1897: 125.

41 CHAGAS, 1897: 141.

jacobino, habituou-se a ver na colónia portuguesa um foco de reacção contra as novas ideias, e tal prevenção foi o ponto de partida de uma campanha de hostilidades, que desceu dos jornais e dos panfletos à rua e deu lugar a conflitos graves»⁴². Nas movimentações republicanas, a colónia portuguesa foi, de facto, acusada de reacção anti-republicana e de apoiar as acções reaccionárias do almirante Custódio de Melo, sendo atacada violentamente pelos nativistas, que já defendiam a nacionalização de bens pertencentes a portugueses e encontraram novo argumento com o asilo concedido pelo comandante Augusto de Castilho aos revoltosos fugitivos e seu acolhimento nas duas corvetas portuguesas (11 de Março de 1894), o que levou ao corte de relações diplomáticas, só reatadas um ano depois⁴³. Entretanto, afirma Chagas, estes emigrantes ignoram as evoluções do seu país e, se retornam a Portugal, encontram-se deslocados num meio que também não os reconhece. Alguma desilusão no militante republicano, enquanto apregoador de ideias novas, junto da emigração que apresentava como uma massa conservadora!

O crescimento urbano do Rio de Janeiro, com a atracção do subúrbio pelos ricos e remediados era outro aspecto a merecer alusões do autor. Fugia-se do centro da cidade, com medo da infecção, só o habitava quem não tinha recursos: caixeiros, marçanos, comerciantes em início de carreira, mulheres de vida airada, gente pobre. Ricos e remediados potenciavam subúrbios elegantes (Laranjeiras, Botafogo), de rica arquitectura, ruas largas, servidos já pela viação eléctrica, aristocrática, com percurso quase sempre à beira-mar, mas com *tramways* de segunda classe para gente de cor e descalça. E valorizavam-se já os pontos de referência turística: a Tijuca e o Corcovado, a cujas visitas João Chagas não faltou, percursos que considerou surpreendentes e misteriosos. Acrescente-se ao modo de ser da sociedade brasileira, a informalidade como norma, nas refeições, nos acessos aos serviços públicos, incluindo aos ministros, no parlamento, com a contrapartida de uma «profunda indisciplina de classes», sendo frequentes a desordem, a rixa, o motim. E revela-se novamente o republicano militante que João Chagas corporizava, disfarçando a agitação lusófoba que na altura se verificava:

*O império corrompeu; é mister que a República o moralize (...) A República tem de ser exigente se quer salvar o Brasil. A obra do sectarismo está finda; o que urge é começar a obra da Reforma, esquecendo por um momento que existem partidos, para se recordar que existe a sociedade, definindo as Constituições, mas não cessando de promulgar posturas (...) Posturas – quer dizer: ordem. Com um bom código de posturas e uma polícia em termos, o Brasil fica como novo*⁴⁴.

O Carnaval do Rio de Janeiro, a que não pôde assistir, era um tópico a que não podia fugir, tratando-o a partir das referências que lhe fizeram. «Acto de loucura colectiva», com

⁴² CHAGAS, 1897: 143.

⁴³ GONÇALVES, 1995: 151-180; MAGALHÃES, 1997: 49-52.

⁴⁴ CHAGAS, 1897: 186.

a iniciativa a ser assumida por clubes carnavalescos, associações de recreio fundadas por gente de comércio, «para dançarem durante o ano e saírem aparatosamente nos dias épicos do Entrudo». Nos cortejos, sustentados em carros alegóricos e alusões políticas, se gastavam fortunas, suscitando acesas rivalidades, que, por vezes, degeneravam em motins de rua. Dessas associações faziam parte grande número de portugueses.

Dada a sua frequência mensal, teve o autor oportunidade de assistir a bailes dos dois clubes (transcrevendo convites de Setembro e Outubro de 1895) e observar Existiam ainda os bailaricos semanais (*fandanguassú* e *forrobódó*). O baile era o vício do brasileiro, onde dançava o *machiche*: «enlace impúdico de dois corpos, (...) o *machiche* é um tango, dançado à espanhola, por brasileiros (...) a sua música é música dos tangos, com um ritmo novo, introduzido no Brasil por compositores brasileiros; mas na realidade, dança-se ao som de todas as músicas (...) porque o *machiche* é o acto de dançar e não a própria dança»⁴⁵. E, numa observação carregada de erotismo, João Chagas descreve os movimentos, que tanto podiam ser executados com doçura ou com frenesim, numa passagem que, ainda hoje, é muitas vezes transcrita em textos brasileiros sobre a dança, não deixando, assim, de notar a sensualidade de danças marcadas pela tradição africana que a República haveria de proibir, favorecendo a sua substituição por danças de salão, na sua ânsia de europeizar a sociedade do Rio de Janeiro.

4. PARTIDA

No correr dos dias, chega a nostalgia, apesar do «Brasil tão belo», quiçá a decepção! No Brasil, a natureza, grande de mais, esmaga-o, sente a necessidade de outra mais humana, a «saudade terna dos países simples em que fomos criados, da paisagem meã, dos outeirinhos baixos, dos olivedos e das vinhas». O estio abrasador, os rebates de febres e pânicos, num permanente sobressalto, fazem olhar para a saída da barra:

*Não é a nostalgia da Pátria, é a nostalgia da Europa, de Paris, de Londres, das ideias, dos factos (...) Queremos o Figaro, o Intransigent, o Times, o Imparcial, chegados de fresco, com os seus dois rápidos dias de viagem, contando-nos as coisas palpitantes da civilização (...) as últimas revistas e os últimos livros, acabados de sair dos prelo*⁴⁶.

Também os costumes do Rio de Janeiro pesam, pois «há demasiado tumulto, demasiada agitação, gente de mais, palavras de mais (...) tanto comércio, tanto negócio, tanto tráfico, acabam por nos acabrunhar, e sentimos que nos falta, com a pachorrenta ociosidade da nossa terra, a questãozinha literária à mesa do café e a rica palestra erudita, a desoras, à luz do gás»⁴⁷.

E, numa manhã, partiu, tomando outro navio.

⁴⁵ CHAGAS, 1897: 193.

⁴⁶ CHAGAS, 1897: 198.

⁴⁷ CHAGAS, 1897: 199.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dandy em viagem de turismo, João Chagas produziu, de forma deliberada, um texto diferente do seu habitual jornalismo panfletário ou das suas crónicas políticas e diplomáticas, assumindo os comportamentos, então em voga, de *flâneur*. No entanto, *De bond* não é um livro totalmente desligado da escrita do autor, pois, na sua faina jornalística, João Chagas notabilizou-se inicialmente, antes de abraçar a causa republicana, por fazer reportagens de ambientes e de viagens para *O Primeiro de Janeiro*, a que conferia um colorido reconhecido, sendo um intelectual que saía da sua secretária e partia para o terreno, assumindo o trabalho que habitualmente era atribuído a jovens em iniciação ou a jornalistas menores, pois o prestígio social era atribuído, na altura, aos autores de artigos de opinião e de análise política. E se, enquanto repórter, contribuiu para revolucionar a forma de fazer jornalismo, com reportagens de qualidade, atraindo novos leitores para essa produção, também contribuiu para outra revolução no jornalismo, a partir de 1890, ainda na cidade do Porto, na sequência do *Ultimatum* inglês, através de artigos panfletários e militantes em *A República* e, principalmente, em *A República Portuguesa*, a que outros títulos se seguiram, já depois da revolta de 31 de Janeiro, como foi o caso, naturalmente efémero, de *A Portuguesa*, que saiu nos inícios de 1892, com o longo espaço em branco no título a inculcar o jornal anterior proibido pelo tribunal, passando Chagas a assinar com o pseudónimo de Ivan e dirigindo o jornal a partir do exílio em Paris⁴⁸.

O livro *De bond* configura, então, uma reportagem de uma visita ao Brasil, embora a descrição fique circunscrita ao Rio de Janeiro, viagem que terá acontecido no Outono de 1895, vindo o texto a ser editado em livro em 1897. Reportagem eivada de uma atmosfera intelectual simbolista, tanto nos tópicos que aborda, como na forma como o faz, retratando, sob a configuração de sucessivos *clichés*, a cidade, nos seus traços mais salientes (as paisagens, os grandes movimentos, os grupos, os solavancos, os cheiros, os contrastes), raramente se preocupando com o monumento histórico, o pormenor ou a identificação minuciosa de lugares ou pessoas. Considerando-se um *flâneur*, figura de observador ocioso da urbanidade criada à imagem maldita de Baudelaire, João Chagas olha a paisagem e a sociedade do Rio de Janeiro em relance, primeiramente a partir do navio que o transporta, em perspectiva panorâmica, e depois a partir do *bond* que utiliza no miolo urbano e nos subúrbios, sem esquecer outros meios tradicionais de transporte, procurando reificar as «fugazes impressões» em «visões nítidas – aspectos» da sociedade brasileira.

Naturalmente, o Rio de Janeiro não era o Brasil, mesmo na sua lata faixa litoral, e muito menos na sua longitude, dissociando-se o país litoral do país interior, então envolto na Guerra dos Canudos, de resistência rural ao republicanismo⁴⁹. O título assume, assim, o tropo da sinédoque, pois o essencial do livro corresponde às impressões de viagem apenas ao Rio de Janeiro nos dois primeiros dias, utilizando velhas e novas condições de mobilidade. Mas a verdade é que a observação rápida da capital federal, de escrutínio leve e necessariamente superficial, visão típica do estrangeiro em viagem de

⁴⁸ CHAGAS, 1900: 148-164.

⁴⁹ CUNHA, 1957.

turismo, que, por isso, privilegia a espacialidade numa altura em que a discussão sobre os modos de viver a urbanidade estava na ordem do dia, ajudando a divulgar novas representações da «cidade maravilhosa». Imagens de bilhete-postal, embora com conteúdo social, que se tornarão depois marcas para os roteiros do turismo de massas, assimilando os traços do Rio de Janeiro ao país inteiro, num fenómeno de alastramento que perdurou longamente no imaginário europeu relativamente ao Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- AMIROU, Rachid (2007) – *Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem*. Porto: Estratégias Criativas.
- BARROS, José D’Assunção (2005) – «História, região e espacialidade». In *Revista de História Regional*, n.º 10 (1). Ponta Grossa: UEPG, p. 95-129. Disponível em <URL: <http://www.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/2010/06/Historia-regi%C3%A3o-e-espacialidade.pdf>> [Consult. 28.06.2010].
- CHAGAS, João (1897) – *De bond. Alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna.
- ____ (1900) – *Trabalhos forçados*. Lisboa: Folha do Povo.
- ____ (1913) – *Diário de um condenado político*. 2.ª ed. Porto: Livraria Chardron.
- CRISTÓVÃO, Fernando (coord.) (2009) – *Literatura de Viagens. Da tradicional à nova e à novíssima*. Coimbra: Almedina.
- ____ (coord.) (2002) – *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*. Coimbra: Almedina.
- CULPEPPER, Joe (2009) – «Flâneurs and Infiltrators (How to Read Cityscapes via Textscapes)». In *Reconstruction – Studies in contemporary culture*, n.º 9 (2). Disponível em <URL: <http://reconstruction.eserver.org/092/culpepper.shtml>> [Consult. 16.06.2010].
- CUNHA, Euclides da (1957) – *Os Sertões: campanha de canudos*. 25.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- DUNLOP, Charles (1973) – *Os meios de transportes do Rio antigo*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Grupo de Planeamento Gráfico Editores.
- EDMUNDO, Luís (2003) – *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal. Disponível em <URL: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000059.pdf>>.
- GONÇALVES, Eduardo Cordeiro (1995) – *Ressonâncias em Portugal da Implantação da República no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Grande Oriente Lusitano. Disponível em <URL: <http://loja.ocidente.eu/?p=87>> [Consult. 28.06.2010].
- LAW, John; HETHERINGTON, Kevin (2003) – *Allegory and Interference: Representation in Sociology*. Lancaster University: Department of Sociology, on-line papers (Lancaster LA1 4YN). Disponível em <URL: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Hetherington-Allegory-Interference.pdf>> [Consult. 28.06.2010].
- MAGALHÃES, José Calvet de (1997) – *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores.
- MENESES, Afonso Bourbon e (1930) – *O Diário de João Chagas. A obra e o homem*. Lisboa: J. Rodrigues & C.ª.
- MESQUITA, Alfredo de (1930) – *João Chagas*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- PIMENTEL, Maurício R. (2009) – «A sociedade urbana e a espacialidade turística». In *Turismo & Sociedade*, vol. 2, n.º 2. Curitiba, p. 128-143. Disponível em <URL: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/article/viewFile/15832/10475>>. [Consult. 28.06.2010].
- RIO, João do (1908) – *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <URL: <http://www.scribd.com/doc/33639677/Joao-do-Rio-A-alma-encantadora-das-ruas>>.
- SVCENKO, Nicolau (org.) (1998) – *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras.

ALBERT T'SERSTEVENS, OLIVIER ROLIN E MAX ALHAU EM PORTUGAL

APROXIMAÇÕES A UM PAÍS*

MARIA DE FÁTIMA OUTEIRINHO**

Resumo: *Albert T'Serstevens, Olivier Rolin e Max Alhau, escritores de língua francesa, cruzaram Portugal, em diferentes momentos do século XX: Albert T'Serstevens na década de 40, Olivier Rolin e Max Alhau, na segunda metade do século. Itinéraire portugais, «Lisbon revisited» e Retour à Lisbonne são resultado desses momentos viáticos. No presente estudo e num quadro teórico imagológico, propomo-nos, com base nesses textos, reflectir sobre processos de construção de representações culturais, formas de aproximação ao outro inevitavelmente reveladoras duma definição identitária do eu textual.*

Palavras-chave: *Viagem; T'Serstevens; Rolin; Alhau; Representações culturais.*

Abstract: *Albert T'Serstevens, Olivier Rolin and Max Alhau, French language writers, travelled through Portugal at different moments of the 20th century: Albert T'Serstevens in the 1940s, Olivier Rolin and Max Alhau, in the second half of the century. Itinéraire portugais, «Lisbon revisited» and Retour à Lisbonne are the outcomes of those travel experiences. In this paper our main goal is to reflect on the construction processes of cultural representations, ways of approaching the Other, that inevitably reveal an definition of the identity of the textual I, from an imagological perspective.*

Keywords: *Travel; T'Serstevens; Rolin; Alhau; Cultural representations.*

A prática cultural da viagem vulgarizada, num primeiro momento, com o *Grand Tour*, protagonizado pela jovem aristocracia inglesa e, num segundo momento, com o advento e progressivo desenvolvimento do fenómeno turístico, no século XIX, resultou numa prática literária ancorada na viagem acontecida, levando ao reconhecimento, por parte do leitor e da instância crítica, de um objecto textual genericamente identificado como literatura de viagens. Tal objecto, para além de se constituir como literatura de mediação¹ não negligenciável no campo das relações interculturais, apresenta-se como espaço fértil na construção, perpetuação ou redescrição de representações, na medida em que trabalha aproximações, por parte do escritor-viajante, a uma cultura de chegada, a partir da sua própria cultura de pertença. Assim, a abordagem imagológica de tais textos revela-se extremamente produtiva pela presença intensa de imagens em torno do Outro estrangeiro, imagens que acabam por reflectir construções identitárias relativas ao sujeito textual e que, com frequência, sendo da ordem do estereótipo, se inscrevem numa *longue durée* a marcar todo um imaginário cultural. Como lembra Daniel-Henri Pageaux,

* Este estudo foi elaborado no âmbito do Projecto «Interidentidades» do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Unidade I&D financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, integrada no Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI 2010), do Quadro Comunitário de Apoio III (POCI 2010-SFA-18-500).

** Professora Auxiliar, Universidade do Porto.

¹ Sobre literatura de mediação, consulte-se PAGEAUX, 2003: 281-282.

Les images appartiennent au temps long, et plus particulièrement les images stéréotypées, parce que le stéréotype est foncièrement anachronique, ou mieux a-chronique, en ce qu'il sert à montrer (et à démontrer), en dehors d'un temps historiquement défini, l'essence, ou une part essentielle, de la culture (et de la nature) d'un peuple².

Tais ocorrências podemos encontrá-las em Albert T'Serstevens, Olivier Rolin e Max Alhau, escritores de língua francesa que cruzaram Portugal, em diferentes momentos do século XX: Albert T'Serstevens na década de 40, Olivier Rolin e Max Alhau, já na segunda metade do século. *Itinéraire portugais*, «Lisbon revisited» e *Retour à Lisbonne*, resultado desses momentos viáticos, servir-nos-ão como base de análise e reflexão em torno de representações culturais, nestas aproximações a um país que foi/é Portugal.

O ITINÉRAIRE PORTUGAIS: UMA ABORDAGEM ESSENCIALISTA

O escritor francês de origem belga, Albert T'Serstevens³, percorre Portugal continental, no ano de 1939, no período do Estado Novo, não pretendendo a sua obra ser vista como um guia de viagem⁴. Não chegará a conhecer o Portugal do pós 25 de Abril⁵. O país que é de imediato dado a ver ao leitor apresenta-se sob o signo do mar, não apenas numa referência a uma situação geográfica⁶, mas ainda no que toca à construção de um império, a partir de travessias marítimas:

J'ai quelques fois pensé que le Portugal pourrait s'appeler Atlantis.

Son climat, son paysage, sa végétation, sa vie côtière et même sa vie agricole, son histoire, ses découvertes, ses conquêtes, son architecture propre – le manuelin –, une grande partie de sa littérature, sa race, son caractère et son langage, s'expliquent en un seul mot: l'Atlantique⁷.

É ainda a estreita ligação ao mar que, em *Itinéraire Portugais*, caracterizará Lisboa. Deste modo, «Entrer à Lisbonne par la route, comme nous l'avons fait, ou par chemin de fer, c'est prendre la ville à rebours. Née de la mer, ou du Tage maritime, elle commence par le large perron de la place du Commerce (...)»⁸. E no Terreiro do Paço, o narrador-viajante não se esquiva a explorar uma imagética viática e marítima que, por metonímia, poderá apontar para todo o Portugal:

² PAGEAUX, 2003: 13.

³ Sobre T'Serstevens e Portugal consulte-se Quaghebeur (2002) e Almeida

(<URL: http://www.ilcml.com/?searchText=ars&sortBy=nome&page=base_recorddetail&baseid=2&recordid=46>).

⁴ Cf. afirmações sobre a descrição das igrejas de Coimbra: «J'en laisse aux manuels de voyage (...)». Ou sobre o mosteiro de Alcobaça: «J'abandonne aux guides et manuels la description de cet énorme monastère» (T'SERSTEVENS, 1940: 40; 48).

⁵ É de facto o Portugal do Estado Novo com um povo ligado ao mundo rural e ao mar que encontramos neste *Itinéraire Portugais* e, nesse quadro político a figura de António de Oliveira Salazar será objecto de todo um discurso de simpatia face ao seu carácter e acção.

⁶ Cf. «Tout le pays n'est qu'un rectangle littoral» (T'SERSTEVENS, 1940: 11).

⁷ T'SERSTEVENS, 1940: 7.

⁸ *Idem*: 79.

Le déploiement de ce paysage marine en face d'un forum monumental, cette découverte de flots glauques, de navires et d'horizon bleuté entre des façades de municipes, cette ouverture majestueuse d'une ville sur l'évasion, font de ce Terreiro le décor du voyage, comme si la cité entière appareillait⁹.

O olhar atento de T'Serstevens não reflecte porém uma mera imagem do outro visitado. Com efeito, toda a aproximação descritiva e judicativa a Portugal decorre, por um lado, de um imaginário construído em torno do estrangeiro de que o narrador-viajante é portador e, por outro lado, traduz a representação que o mesmo narrador faz do seu espaço de pertença. Assim, escrever sobre Portugal implica o seu enquadramento num espaço mais alargado, o espaço ibérico. Com efeito, o *Itinéraire Portugais* ergue-se com a Espanha ao fundo e o povo português é caracterizado, numa abordagem essencialista, através de processos de comparação com o espanhol e o francês:

L'esprit de l'Atlantique anime la race portugaise, l'aère et la tempère. Rien de moins espagnol, si l'on veut admettre avec moi que la véritable Espagne commence au sud de la Montagne Cantabrique. Le Portugais, par son équilibre, sa réserve, son sens critique et son goût de l'ironie, ressemble beaucoup plus au Français (...) de la côte océane, pondéré, gagne-petit, assidu au travail, récompensé, d'ailleurs, par la fertilité du sol et de la mer¹⁰.

A presença reiterada duma visão essencialista da cultura de chegada também revelada pelo uso frequente do verbo ser¹¹, manifesta-se, igualmente, através do estereótipo cultural, por vezes questionado:

Je n'ai pas trouvé dans l'âme portugaise ce fatalisme désabusé que l'on attribue quelque fois./ Cela vient sans doute de la place excessive que l'on donne généralement au fado, qui est la seule création de la musique populaire du Portugal qui ait passé la frontière¹².

O lugar-comum ocorre ainda na referência ao «jardin portugais»¹³, ao terramoto¹⁴, à saudade¹⁵ e, de modo iterativo, na emergência de uma ancoragem a um imaginário intimamente eivado de memória passada, com figuras como Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Camões, D. Pedro e Inês de Castro¹⁶ ou Henrique, o Navegador: «(...) il

⁹ *Idem*: 81.

¹⁰ *Idem*: 20. Cf. «Rien de plus dissemblable que ces deux pays voisins et qui ont une commune origine» (*idem*: 26-27) e «C'est le même silence dépeuplé que dans les villages français: tout le monde est à gratter le sol pour y trouver des sous» (*idem*: 30). Cf. ainda *idem*: 75 e 76.

¹¹ Cf. «C'est un peuple actif. (...) Ce n'est pas un peuple très bruyant. (...) Le Portugais est frondeur (...)» (*idem*: 23-24).

¹² *Idem*: 22.

¹³ *Idem*: 30.

¹⁴ Cf. *idem*: 80.

¹⁵ Cf. *idem*: 108.

¹⁶ Cf. *idem*: 13, 44.

donnait l'impulsion aux conquêtes maritimes qui devaient faire du Portugal un magnifique et éphémère empire»¹⁷. Não por acaso tais figuras ora apontam para o momento áureo da gesta marítima dos portugueses, ora recuperam personagens que viveram uma história de amor de potencial romanesco indubitável. Em ambos os casos porém, trata-se na sua maioria de vultos familiares para o leitor francês pela circulação que foram conhecendo no seu espaço cultural.

«LISBON REVISITED»: GEO-GRAFIA LITERÁRIA

Em 1999, Olivier Rolin publica em Portugal *O meu chapéu cinzento. Pequenas geografias*. Não se trata de uma mera tradução de *Mon galurin gris. Petites géographies* (1997), mas de uma selecção de alguns dos textos saídos na versão francesa e que se apresentam enquanto «Recolha de pequenos escritos inspirados esporadicamente, desde há quinze anos, pela fantasia geográfica»¹⁸. Para não existirem equívocos, o autor esclarece em texto liminar que não crê ser um viajante-escritor e não vem solicitar a sua «(...) inscrição na categoria bem-cheirante, a sândalo e a orangotango, dos *travel writers*»¹⁹. Se a génese destes textos se situa numa vivência de viagens efectivamente acontecidas, tal não significa para Rolin a justificação de subclassificações para identificar objectos literários que ilustrariam actualizações singulares da literatura. Em seu entender, apenas há literatura e tal facto lança luz para o texto preambular a *O meu Chapéu cinzento. Pequenas geografias*, no qual se desenvolve toda uma reflexão sobre o fazer literário que explora analogias com a viagem:

(...) entre o facto de escrever e o de viajar há realmente algumas relações secretas. A primeira que nos vem ao espírito é a de que ambas as actividades atestam uma espécie de instabilidade essencial. (...) Escrever, é coisa que começa pelo sentimento de estar deslocado²⁰ (...)»²¹.

E quando, em entrevista de 2003, lhe era dito que a viagem na sua obra parecia fazer-se tanto num país real quanto na imagem que dele dava a literatura ou a história²², Rolin comentava:

Les deux comptent. Segalen écrit à peu près, c'est dans Equipée, je crois, qu'il faut affronter, parcourir, connaître le monde physique, le monde matériel, le monde qui est un obstacle à la pensée, pour connaître celui de la pensée. Il y a, dit-il encore, la montagne décrite par le poète, celle qui est

¹⁷ *Idem*: 13.

¹⁸ ROLIN, 2001: 18.

¹⁹ *Idem*, 9.

²⁰ Esta ideia de instabilidade e de deslocação encontramos-a de algum modo explicitada, em entrevista de 2003: «Dans ma petite théorie personnelle, ce qui m'a fait écrire depuis le début, c'est la tension entre un mouvement centrifuge, de non-adhésion, de non-appartenance, d'inclination à l'exil, et une tendance lâche, pour la qualifier psychologiquement, ou, pour la qualifier physiquement, centripète, qui mène à essayer d'adhérer, d'appartenir. C'est cette tension contradictoire qui crée l'énergie nécessaire à l'écriture» (<http://www.olivier-rolin.fr/entretiens.html>).

²¹ ROLIN, 2001: 10. Lembremos ainda a seguinte metáfora a propósito da busca e do trabalho com a palavra: «Gosto dos dicionários, são um meio de transporte cómodo» (*idem*: 20).

²² Sobre estas questões, consulte-se *Olivier Rolin: Literature, histoire, voyage* (2008).

*conquise par une métaphore, et celle qui est «lourdement gagnée par les jambes», et c'est dans le transfert de l'une à l'autre que se connaît quelque chose. Alors, le monde imagé, archivé, stylisé par la littérature compte pour moi, mais aussi le monde contingent, ardu, crasseux, sale, dangereux, opaque: j'ai besoin, je crois, de leur interférence pour connaître, construire un monde de mots*²³.

A circulação entre representação de uma realidade empírica de que se faz a experiência e outras representações literárias de autores e obras outras, a todo o momento convocados, são uma constante ao longo de todas estas «pequenas geografias»²⁴ de *O meu chapéu cinzento*, logo a partir do título, em diálogo com Blaise Cendrars, mais especificamente, com o poema «Bagages»²⁵. Os dois textos em torno de Portugal que o livro encerra, um texto sobre os Açores, «Suplemento ao “Roteiro Náutico sobre o Arquipélago dos Açores”», e outro sobre Lisboa, «Lisbon revisited», igualmente ilustram essa abordagem²⁶. Sobre Portugal afirmará Rolin, em 2003:

*(...) J'aimerais bien être associé à Lisbonne... Le Portugal a été ma patrie littéraire d'adoption, presque plus que la France. À un moment, je me sentais mieux accueilli au Portugal qu'en France. J'aime Lisbonne pour ça, et puis pour les bateaux dans la ville, enfin pour des tas de raisons, j'ai écrit des pages sur cette ville, mais je ne suis pas sûr qu'elles suffisent à faire de moi un écrivain de Lisbonne*²⁷.

Serão algumas dessas páginas, «Lisbon revisited», inicialmente publicadas no jornal *Le Monde*, em 1989, e relativas a um espaço visitado cerca de quarenta anos após o périplo de Albert T'Serstevens, o objecto da nossa atenção.

Os diversos textos breves de *O meu chapéu cinzento* apresentam-se todos eles com títulos em itálico, à excepção, precisamente, de «Lisbon revisited». Tal tratamento diferencial não pode deixar de nos alertar para um possível relação dialógica com Pessoa, ao lembrar o poema homónimo de Álvaro de Campos. Com efeito, todo o texto se estriba numa constante referência e mesmo citação em torno da figura e obra pessoanas. Visitar Lisboa, falar de Lisboa é fazê-lo na sombra e com a sombra de Pessoa, viajando com Pessoa ortónimo, Pessoa heterónimo ou Pessoa via Ricardo Reis de José Saramago. Não por acaso, convoca-se a *Mensagem*²⁸ ou, numa multiplicação especular, Pessoa acompanha as redescições de Lisboa de Olivier Rolin: «Pequenos Pessoas, de gabardina e chapéu pintados com molde caminham nas paredes com passo apressado, dispersam-se em todas as direcções, bando negro de poetas vivos (...)»²⁹.

23 ROLIN, 2003 (<<http://www.olivier-rolin.fr/entretiens.html>>).

24 ROLIN, 2001: 24.

25 Cf. «Ma malle pèse 57 kilos sans mon galurin gris» (CENDRARS, 1968: 33).

26 No texto sobre os Açores, lembramos as referências a Pedro da Silveira, Melville, Tabucchi, Cendrars ou Antero de Quental.

27 ROLIN, 2003. Sobre Olivier Rolin e Portugal, consulte-se BARBEITA, Magda – *Olivier Rolin*. In <URL: http://www.ilcml.com/?searchText=olivier+rolin&sortBy=nome&page=base_recorddetail&baseid=2&recordid=37[Base]>.

28 Cf. ROLIN, 2001: 90.

29 *Idem*: 92.

Numa deambulação por Lisboa, o narrador-viajante convoca um conjunto de *topoi* que insufla de nova vida, aproveitando o ensejo para uma defesa do lugar-comum:

*(...) uma cidade sem lugar-comum seria uma cidade dispersa, absolutamente submetida ao diverso, reduzida a pó, uma cidade invisível. (...) há no lugar-comum qualquer coisa que participa do princípio, da ordem do espírito, ou, para ser completamente inequívoco, da alma*³⁰.

Assim, lembra-se Pessoa e a sua obra, refere-se o fado, as sardinhas e o bacalhau, o terramoto de Lisboa, os azulejos e a saudade. Porém, vai-se mais além de uma simples alusão aos estereótipos que são roteiro para o leitor. Na verdade, das sardinhas que se comem em Lisboa e de que se sente o cheiro agradável, passa-se rapidamente para a descrição duma cidade-sardinha que é Lisboa, «(...) a única cidade do mundo, que [ele] saiba, que é totalmente recamada de milhões de escamas brilhantes, esse famoso pequeno empedrado a branco e negro(...)»³¹. Da proverbial referência à vocação marítima de Portugal e a um império ultramarino, criativamente sugere-se uma intervenção nas ruínas do Grandella – seriamente afectado por um incêndio em 1988 – que, fechado por vidro, aproveitaria o que resta da arquitectura do ferro – agora retorcido – para relembrar um espaço de um passado imperial:

*No meio expandir-se-ia essa mata de lianas luxuriantes, ou algas, de ferro, no meio das quais se fariam crescer (...) outras lianas, ingenuamente vegetais essas, palmeiras, e todas as plantas cuja curvatura, fantasia ou graciosidade fariam lei. Papagaios garridos voariam por lá. Essa ruína grandiosa relembraria assim, discretamente, a antiga vocação ultramarina de Portugal*³².

Não se trata em Olivier Rolin de dar a conhecer Lisboa, descrevendo a cidade, contando a sua história, mas outrossim de partilhar uma deslocação no espaço indissolivelmente ligado a uma deslocação /rememoração na geo-grafia mental, literária do eu textual.

RETOUR À LISBONNE: COM PESSOA E O LUGAR-COMUM

Sob o signo de Pessoa constrói-se também o texto de Max Alhau, *Retour à Lisbonne*. Texto que se apresenta como o resultado do seu diário de bordo, nele se faz referência a anteriores visitas a Lisboa³³: uma ainda durante o regime salazarista, outra por volta de 1998 e aquela, mais recente, de que se faz agora o relato. Se Albert T'Serstevens tem a preocupação de lembrar que o seu texto de viagem não é um guia ou roteiro turístico e Olivier Rolin não quer ser visto como viajante-escritor, Max Alhau procura, por sua vez, distinguir-se e estabelecer uma distância com o outro que viaja e com o qual se cruza nos

³⁰ *Idem*: 90.

³¹ *Ibidem*.

³² *Idem*, 96.

³³ O autor faz mesmo referência a «mains voyages» (ALHAU, 2007: 58).

mesmos espaços: o turista. Assim por exemplo, deambulando por Alfama, sobressalta-se de repente o narrador: «Est-ce que je ne ressemble pas trop à un touriste en quête d'aventure avec ma caméra, mon guide du Routard dissimulé dans une poche?»³⁴.

Não será porém o guia do Routard o roteiro maior a seguir pelo viajante. Na verdade, é Pessoa, a sua poesia, a sua redescção por José Saramago ou o seu guia de Lisboa³⁵, só recentemente publicado na década de 90³⁶, que servirão de roteiro, talvez porque, em seu entender, «Il [Pessoa] est à l'image de Lisbonne ou peut-être que la ville est à son image: insaisissable, diverse, immense comme le poète»³⁷.

Depois de ter subido ao miradouro de Santa Catarina o narrador-viajante observará: «Il est temps de quitter le miradouro et de poursuivre ma promenade en compagnie des ombres de Ricardo Reis et de Pessoa auxquelles je suis désormais accoutumé»³⁸. *O Guardador de Rebanhos, Lisboa: o que o turista deve ver e O ano da morte de Ricardo Reis* conduzem-no na errância por Lisboa. Da obra de Saramago dirá: «C'est à une sorte de jeu de piste que je me livrerai dans ces rues où fiction et réalité se mêlent»³⁹. Deste modo, grande parte do percurso será feito com e a partir de Pessoa – «De Pessoa qui, il y a quelques années encore, était inconnu, je me promets de suivre les traces sans toutefois tomber dans l'idolâtrie»⁴⁰. – e boa parte do périplo apontará para um passado de glória, um tempo áureo de descobertas marítimas e de construção de um império, com marcas até hoje visíveis nas pedras da cidade: «Toujours le même rappel d'une époque de gloire qui colle à la mémoire des Portugais»⁴¹.

Todavia, *Retour à Lisbonne* apresenta-se também como a tomada de contacto com a Lisboa do presente e do futuro: a visita aos espaços da Fundação Calouste Gulbenkian e o passeio ao Parque das Nações⁴², momento este que dá lugar à comparação; no caso presente, permitindo pensar a relação com a cultura de pertença: «Quand on débarque à la station de métro Oriente (...) la mémoire fait retour sur le quartier de la Défense à Paris (...)»⁴³. Há que reconhecer porém que nesta viagem no fio do tempo de uma cidade, o sentimento reiteradamente experimentado é o da miscigenação temporal – passado/presente – que parece caracterizar Lisboa: «Le mélange des siècles»⁴⁴.

34 *Idem*: 47. Iterativamente ao longo do texto, o narrador fala, na qualidade de observador, do turista, figura com frequência apresentada como incómoda. Cf., por exemplo, *idem*: 16, 42.

35 Trata-se de um guia de Lisboa elaborado por Fernando Pessoa, provavelmente datado de 1925, e que integraria um projecto mais amplo com o fim de dignificar Portugal no contexto europeu.

36 Cf. *Lisboa: O que o turista deve ver*. Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

37 ALHAU, 2007: 117-118.

38 *Idem*: 105.

39 *Idem*: 90.

40 *Idem*: 48. Daniel-Henri Pageaux observa, em estudo sobre imagens de Portugal, que «(...) à partir des années 1980 le statut "imagologique" du Portugal en France a considérablement évolué à la faveur de nouveaux voyageurs, c'est-à-dire de nouveaux regards (...)» (PAGEAUX, 2003: 77). Um desses viajantes referidos por Pageaux é Olivier Rolin. Se para Albert T'Serstevens não é ainda possível pensar Portugal ou pensar Lisboa com Pessoa, na aproximação ao final do século ou já no século XXI a obra e figura pessoanas tornam-se presença obrigatória na aproximação a uma cidade e a um país.

41 Cf., por exemplo, *idem*: 30, 37, 51.

42 Sobre a arquitectura aí desenvolvida afirmará: «(...) les tentatives architecturales (...) font figure d'expérimentation» (*idem*: 55).

43 *Idem*: 57.

44: *Idem*: 21. Cf. ainda, por exemplo, *Idem*: 33.

Fazer a experiência de Lisboa, e apesar da recusa do estatuto de turista, é, igualmente, fazer a experiência do lugar-comum. Contudo, e ao contrário do que sucede em «Lisbon revisited», o lugar-comum, o estereótipo é tão só rememorado e não reinvestido de novas concretizações. Para além de Pessoa, são referência obrigatória, os eléctricos, os azulejos, o fado, a saudade: «Il y a à Lisbonne une constante mélancolie, la saudade, qui ne déprime pas, mais qui appartient au caractère portugais, d'un fatalisme enjoué»⁴⁵.

Para o eu textual de *Retour à Lisbonne*, fazer a experiência do estrangeiro é então pensar o outro a partir da sua biblioteca mental em que autores contemporâneos portugueses traçam caminhos de encontro com o outro, é ainda mergulhar num imaginário em circulação recebido em herança, onde o estereótipo ocupa um lugar considerável, funcionando como filtro na percepção da cultura visitada.

Face ao exposto, podemos pois afirmar que textos de mediação entre culturas como *Itinéraire Portugais*, «Lisbon revisited» e *Retour à Lisbonne* se apresentam como espaço de construção, perpetuação ou redescrção de representações em torno do outro estrangeiro, na medida em que trabalham aproximações a uma cultura de chegada, por parte do narrador-viajante; no entanto, e porque o fazem a partir da sua própria cultura de pertença, tais imagens resultam igualmente em construções e representações identitárias relativas ao sujeito textual, conduzindo a um movimento de sentido duplo: do eu para o outro e do outro para o eu.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2008) – *Olivier Rolin: Littérature, histoire, voyage*. «CRIN», vol. 49, Amsterdam: Rodopi.
- ALHAU, Max (2007) – *Retour à Lisbonne*. Montauban: Tertium Éditions.
- ALMEIDA, José de (s.d.) – «Albert t'Serstevens». In *Ulyssei@s. Escritores e outros criadores em deslocação*. Disponível em <URL: http://www.ilcml.com/?searchText=ars&sortBy=nome&page=base_recorddetail&baseid=2&recordid=46>.
- BARBEITA, Magda (s.d.) – «Olivier Rolin». In *Ulyssei@s. Escritores e outros criadores em deslocação*. Disponível em <URL: http://www.ilcml.com/?searchText=olivier+rolin&sortBy=nome&page=base_recorddetail&baseid=2&recordid=37[Base]>.
- CENDRARS, Blaise (1968) – «Bagages», *Au Coeur du Monde*, p. 32-33 (1.ª ed. 1947). Paris: Gallimard.
- CLÉMENT, Marie; ROUX, Laurente; OMONT, Sébastien (propos recueillis par) (2003) – «L'Ironie de Tantale. Entretien avec Olivier Rolin», In *La Femelle du requin*, n.º 20. Disponível em <URL: http://www.olivier-rolin.fr/page_requin.html>.
- ROLIN, Olivier (2003-2008) – *Entretiens*. Disponível em <URL: <http://www.olivier-rolin.fr/entretiens.html>>.
- PAGEAUX, Daniel-Henri (2003) – *Trente Essais de Littérature Générale et Comparée ou la corne d'Amalthée*. Paris: L'Harmattan.
- QUAGHEBEUR, Marc (2002) – *Présences du Portugal dans les lettres belges de langue française*. In *Portugal e o Outro: uma relação assimétrica?*, p. 127-154 Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ROLIN, Olivier (2001) – *O meu chapéu cinzento* (1.ª ed. 1999). *Pequenas geografias*. Porto: Edições Asa.
- T'SERSTEVENS, Albert (1940) – *L'Itinéraire Portugais*. Paris: Éditions Bernard Grasset.

⁴⁵ *Idem*: 99.

O “RETÁBULO” DO «VIAJE DELA TERRA SANCTA» (SARAGOÇA, 1498)

UMA PEREGRINAÇÃO INTERIOR AOS LUGARES EVANGÉLICOS
E A REPRESENTAÇÃO DE DEUS UNO E TRINO

FR. ANTÓNIO-JOSÉ DE ALMEIDA O. P.*

Resumo: Em Saragoça, saída dos prelos de Paulo Hurus a 16 de Janeiro de 1498, aparece o Viaje dela Tierra Sancta da autoria de Bernardus de BREIDENBACH (?-1497), deão de Mogúncia (Mainz), traduzida para castelhano por Martín MARTÍNEZ DE AMPIÉS. Esta edição tem a particularidade de ilustrar os lugares evangélicos descritos na 2.ª parte, através de estampas xilográficas. Nalgumas destas, figura a representação de Deus, que o autor analisa em pormenor neste trabalho.

Palavras-chave: Peregrinação à Terra Santa; Estampas xilográficas; Iconografia cristã; Representações de Deus.

Abstract: The work *Peregrinationes in Terram Sanctam* by Bernhard von BREYDENBACH (?-1497), dean of Mainz, and translated into Spanish by Martín MARTÍNEZ DE AMPIÉS, was published on the 16th January 1498 in Zaragoza, at Paul Hurus' printing house. This edition has the particularity of illustrating the evangelical places described on the 2nd part of the book, by means of woodcut prints. There are representations of God on some of them, which the author analyses in detail on this paper.

Keywords: Pilgrimage to the Holy Land; Woodcut prints; Christian Iconography; Representations of God.

O título deste artigo é inspirado numa frase utilizada por Pedro Tena para caracterizar as ilustrações da edição em castelhano da II.ª parte do livro de Bernardo de Breidenbach, *Viaje dela Tierra Sancta*, saída dos prelos de Paulo Hurus, em Saragoça, em 16 de Janeiro de 1498 (a seguir: *VdITS* 1498). Este autor chama-lhe, muito apropriadamente, «*retablo tipográfico*»¹. O texto latino do deão de Mogúncia, traduzido por Martín Martínez de Ampieés, é ilustrado, nesta II.ª parte, por um conjunto de estampas que podemos bem comparar a um retábulo coetâneo, em que desfilam frente ao olhar do fiel vários episódios da História Evangélica. O texto do relato e descrição da peregrinação à Terra Santa (*Peregrinatio in Terram Sanctam*, no título original) efectuada por Breidenbach é ilustrado intensamente a partir da chegada à Terra Santa, o que ocorre precisamente nesta II.ª parte do livro.

Outros investigadores antes de mim se interessam pelas origens das imagens aqui estampadas. Na sequência dos trabalhos de Hugh Davies, Martin Kurz e Pedro Tena², e de maneira semelhante ao que fiz em outros meus escritos anteriores³, apresentarei à

* Investigador de pós-Doutoramento nas Universidades de Estrasburgo e do Porto. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Interdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Convento de Cristo Rei, PORTO.

¹ TENA, 2000: 221.

² DAVIES, 1911: 35-36; KURZ, 1931: 54-57; e TENA, 2000: 224-225, 226, 230-232.

³ ALMEIDA, 2005: 65-191 (a II.ª parte da tese), onde apresento o elenco das imagens ilustrativas de *FsLP* 1513, *FsRos* 1567, *FsRos* 1577, *FsRos* 1585 e *FsRos* 1590; e artigos posteriores onde retomo os livros antigos aí abordados.

partida um elenco das imagens deste “retábulo”. Por ele o leitor ficará a conhecer os episódios sublinhados na edição espanhola do texto pela presença de ilustrações. Serão assinaladas a origem e/ou a(s) estampagem(-ens) anterior(es) ou posterior(es) da mesma entalhadura⁴, sempre que isso se conseguiu apurar. As cópias posteriores que encontrei (tanto nos territórios pertencentes às coroas de Aragão e de Castela, mas também em Portugal) serão igualmente assinaladas⁵.

1. ELENCO DAS IMAGENS⁶

O RETÁBULO TIPOGRÁFICO

- (1.) Cristo e os discípulos de Emaús, na Fracção do Pão (88 x 65 mm) – f. 58 (h 4) *c*.
- (2.) Jesus, perante Anás, é esbofetado (90 x 67 mm) – f. 59 (h 5) *a*.
 < Cópia, abreviando, uma gravura de Martin Schongauer (Lehrs 21)⁷.
 = Estampagens anteriores: *aEH Z* 1492, f. [6] (a 6) *r*.; *TdIP* 1494, ff. 53 (h 3) *v*. e 66 (k ij) *r*.
 > Cópia fiel: *PasMon* 1493 BL, ff. (A 8) *b*, (A 8) *d*, (B 1) *c*, (B 2) *a*, (B 3) *a*; *PasMon* 1493 BPL, ff. (A 8) *b*, (A 8) *d*, (B 1) *c*.
 > Cópia invertida: *LsFs* 1520, f. [7] *v*.2; de cuja matriz (1511?) parece derivar *FsLP* 1513, f. A 5 *d*.
- (3.) Jesus perante Caifás e Negações de Pedro (90 x 65 mm) – f. 59 (h 5) *b*.
 = Est. anter.: *TdIP* 1494, ff. 54 (h 4) *v*. e 56 (h 5) *v*.
 > Cópia simplificada: *LsFs* 1520, f. [8] *r*.2; de cuja matriz (1511?) parece derivar *FsLP* 1513, f. A 6 *a*.
- (4.) A Dormição da Virgem Maria, rodeada pelos Apóstolos (87 x 67 mm) [1.ª estampagem] – f. 59 (h 5) *c*.
 < Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 16).
- (5.) Jesus pregando aos discípulos (90 x 66 mm) – f. 59 (h 5) *d*.
 = Est. anter.: *TdIP* 1494, f. 13 (b 5) *r*., f. 35 (e 7) *v*.
- (6.) Arrependimento de David (87 x 67 mm) – f. 60 (h 6) *b*.
- (7.) Última Ceia (88 x 65 mm) – f. 60 (h 6) *c*.
 = Est. – anterior: *TdIP* 1494, f. 29 (e 1) *r*., f. 32 (e 4) *v*., f. 34 (e 6) *r*.; posterior: *aEH Z* 1520, f. [44] (f 4) *v*.
 > Cópia meio invert.: *aEH S* 1499, rosto; *EiP* 1529, f. 74 (k 2); *LsFs* 1520, f. [6] *r*.
 > Cópia mais afastada, talvez através da anterior: *FsLP* 1513, f. A 3 *d*.

⁴ *Entalladura*, em castelhano. Designada pelo termo *taille d'épargne*, em francês, e por palavras formadas com o sufixo *-cut*, em inglês, ou *-schnitt*, em alemão Ver explicação da técnica em: BLAS, 1996; e ALMEIDA, 2005: 41-43.

⁵ A muitas destas estampagens e cópias já me referi na minha tese de doutoramento (ALMEIDA, 2005), bem como em outros artigos, neste momento no prelo.

⁶ Realizado a partir de KURZ, 1931: 54-57; DAVIES, 1911: 35-36; TENA, 2000: 224-225, 226, 230-232; e observação pessoal. Utilizarei a numeração das estampas dada por DAVIES, 1911: 36 e TENA, 2000: 224-225 («Grabados de temática religiosa, a»). A citação da coluna do fólio onde a estampa se encontra é indicada de modo diferente destes autores. Optei por dar o número dos fólios em algarismos. A seguir, entre parêntesis, a assinatura do fólio, com indicação da letra indicada na obra seguida do número de ordem em algarismos. Por fim, a coluna de texto em que a estampa se encontra. Na indicação da coluna utilizo a numeração seguida por letras minúsculas, em itálico, de *a* a *d*, correspondendo *a* e *b* ao lado recto do fólio e *c* e *d* ao seu verso.

⁷ *TIB*, vol. 8: 224.

- (8.) Jesus lavando os pés aos discípulos (80 x 67 mm) – f. 60 (h 6) *d*.
 = Est. anter.: *LaS* 1486, legenda 180; *TdLP* 1494, f. 31 (e 3) *r*.
 > Cópia: *PasMon* 1493 BL, f. (A 6) *a*; *PasMon* 1493 BPL, f. (A 6) *a*.
 > Cópia invert.: *LsFs* 1520, f. [5] *v*.; *OsND* 1530, rosto.
- (9.) Descida do Espírito Santo em Pentecostes (87 x 67 mm) – f. 61 (i 1) *a*.
 = Est. poster.: *A8Lme* 1504, rosto; *FsVeg* 1541, f. 121 *a*; *FsVeg* 1548, f. 120 *b*.
 > Cópia livre por I.D.V. (Jean de Vingles?): *FsVeg* 1551 e *FsVeg* 1554, f. 120 *r*.; *FsVill* I.^a 1555, f. 52 (G 4) *a*, *FsVill* II.^a 1556, f. 63 (H 7) *b*.
 > Cópia fiel: *FsRos* 1585, f. 218 (ee 2) *a* e *FsRos* 1590, f. 201 (Bb 8) *d*.
- (10.) Cristo ressuscitado e S. Tomé (89 x 66 mm) – f. 61 (i 1) *b*.
- (11.) O anjo e as três Marias, no túmulo de Jesus (89 x 67 mm) – f. 62 (i 2) *b*.
- (12.) Cristo ressuscitado aparece à Madalena (90 x 66 mm), com a inscrição: «Noli me tangere» – f. 63 (i 3) *b*.
 # Estampa de página inteira (256 x 147 mm): Calvário desenvolvido. <Mestre I.A.M. de Zolle. – f. 64 (i 4) *r*.
 > Cópia simpl.: *CEvMt* 1594, rosto.
- (13.) Descimento da Cruz (89 x 66 mm) – f. 64 (i 4) *c*.
 = Est. anter.: *TdLP* 1494, f. 112 (q 5) *v*.
 > Cópia: *PasMon* 1493 BL, f. (B 5) *a1*; *PasMon* 1493 BPL, f. (B 4) *c1*.
- (14.) Enterro de Jesus (89 x 68 mm) – f. 64 (i 4) *d*.
 < Cópia, abrev. grav. M. Schongauer (Lehrs 28).
 = Est. anter.: *aEHZ* 1492, f. [10] (b 2) *r*.
 > Cópia: *PasMon* 1493 BL, f. (B 5) *a2*; *PasMon* 1493 BPL, f. (B 4) *c2*.
 > Cópia invert. simplif.: *LsFs* 1520, f. [11] *v.1*.
- (15.) O pobre Lázaro e o rico Epulão (86 x 64 mm) – f. 66 (i 6) *a*.
- (16.) “Via Crucis”, Jesus com a cruz às costas (89 x 65 mm) – f. 66 (i 6) *b*;
 < Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 26).
 = Est. anter.: *aEHZ* 1492, f. [8] (a 8) *r*.; *TdLP* 1494, ff. 88 (n 4) *v*. e 90 (n 6) *v*.
 > Cópia quase igual: *PasMon* 1493 BL, f. (B 3) *c*; *PasMon* 1493 BPL, f. (B 3) *a*.
 > Cópia fiel: *FsRos* 1585, f. 152 (T 8) *d*; *FsRos* 1590, f. 140 (S 4) *c*.
 > Cópia algo modif.: *LsFs* 1520, f. [10] *r.3*.
- (17.) Pilatos lava as mãos (89 x 66 mm) – f. 66 (i 6) *c*.
 < Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 24).
 = Est. anter.: *TdLP* 1494, f. 87 (n 3) *r*.
 > Cópia invert.: *LsFs* 1520, f. [10] *r.1*; de cuja matriz (1511?) parece derivar *FsLP* 1513, f. A 8 *a*.
- (18.) Martírios de Cristo (Jesus, coroado de espinhos, é escarnecido) (89 x 65 mm) – f. 66 (i 6) *d*.
 < Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 23).
 = Est. anter.: *TdLP* 1494, ff. 61 (i 5) *r*., 79 (m 1) *r*., 80 (m 2) *r*.
 > Cópia quase igual: *PasMon* 1493 BL, f. (B 3) *b*; *PasMon* 1493 BPL, f. (B 2) *d*.
 > Cópia invert. simplif.: *LsFs* 1520, f. [10] *r.2*; de cuja matriz (1511?) parece derivar *FsLP* 1513, f. A 8 *b*.
- (19.) Jesus e Pilatos diante dos judeus (87 x 66 mm), *c/* inscrição: «Ecce homo» – f. 67 (k1) *a*.

- < Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 25).
= Est. anter.: *TdlP* 1494, f. 83 (m 5) r.
= Est poster.: *FsVeg* 1541, f. 86 a; *FsVeg* 1548, f. 85 c.
> Cópia fiel: *FsRos* 1585, f. 152 (T 8) c; *FsVeg* 1541, f. 140 b.
> Cópia algo modif.: *LsFs* 1520, f. [9] v.; de cuja matriz (1511?) parece derivar *FsLP* 1513, f. A 7 c.
- (20.) Jesus e Herodes Antipas (91 x 67 mm) – f. 67 (k1) b.
> Cópia fiel: *FsRos* 1585, f. 151 (T 7) b; *FsRos* 1590, f. 139 (S 3) a.
- (21.) Apresentação de Jesus menino no Templo de Jerusalém (88 x 65 mm) – f. 67 (k 1) d.
= Est. anter.: *ObMV* 1497, f. 51 v.
– Traço semelhante ao dos nn. 22 e 32.
- (22.) Jesus adolescente e os sábios, no Templo de Jerusalém (90 x 67 mm) – f. 68 (k 2) a.
– Traço semelhante ao dos nn. 21 e 32.
- (23.) Entrada de Jesus em Jerusalém (80 x 68 mm) – f. 68 (k 2) b.
= Est. anter.: *LaS* 1486, legenda 179; *TdlP* 1494, f. 23 (d 1) r.
- (24.) Dormição da Virgem Maria. – f. 68 (k2) c (*Repetição do número 4*)
- (25.) Agonia de Jesus em Getsémani (86 x 64 mm) – f. 68 (k2) d.
< Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 19).
= Est. anter.: *TdlP* 1494, f. 38 (f 2) r.
> Cópia: *PasMon* 1493 BL, f. [A 7] c; *PasMon* 1493 BPL, f. [A 7] c.
> Cópia 1/2 invert.: *LsFs* 1520, f. [6] v.
- (26.) Prisão de Jesus no Horto (90 x 68 mm) – f. 69 (k3) a.
< Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 20).
= Est. ant.: *TdlP* 1494, ff. 44 (g 2), 46 (g 4), 51 (h 1).
> Cópia: *PasMon* 1493 BL, f. [A 7] d; *PasMon* 1493 BPL, f. [A 7] d.
> Cópia c/ modif.: *LsFs* 1520, f. [7] r.; de cuja matriz (1511?) parece derivar *FsLP* 1513, f. A 5 b.
- (27.) Jesus chora por Jerusalém (91 x 67 mm) – f. 69 (k3) b.
= Est. anter.: *TdlP* 1494, f. 26 (d 4) r.
- (28.) Ascensão de Cristo (87 x 66 mm) – f. 69 (k 3) c.
= Est. anter.: *TfdM* 1495, f. 62 (h 6) v.
- (29.) O burro e os discípulos (87 x 66 mm) – f. 69 (k 3) d.
- (30.) Jesus ensina o Pai Nosso (88 x 68 mm) – f. 70 (k 4) a.
- (31.) Cura do cego (87 x 65 mm) – f. 70 (k 4) b.
(32.) Circuncisão de Jesus (88 x 65 mm) – f. 70 (k 4) d.
– Traço semelhante ao dos nn. 21 e 22.
- (33.) Nascimento de Jesus (86 x 67 mm) – f. 71 (k 5) a.
= Est. anter.: *TfdM* 1495, f. 57 (h 1) v.
- (34.) Adoração dos três reis magos (87 x 67 mm) – f. 71 (k 5) b.
= Est. anter.: *ObMV* 1497, f. 43 v.
- (35.) Anúncio aos pastores (86 x 68 mm), c/ inscrição: «Gl in excelsis deo» – f. 71 (k 5) c.
= Est. anter.: *ObMV* 1497, f. 35 v.

- (36.) Fuga da Sagrada Família para o Egípto (89 x 65 mm) – f. 71 (k 5) *d*.
= Est. anter.: *ObMV* 1497, f. 58 v.
- (37.) Visitação (86 x 64 mm) – f. 72 (k 6) *a*.
= Est. anter.: *ObMV* 1497, f. 18 v.
– Semelhanças *c/* Mestre do Gabinete de Amsterdão, cat. n.º 9⁸.
- (38.) Ressuscitação de Lázaro (90 x 68 mm) – f. 72 (k 6) *c*.
= Est. anter.: *TdlP* 1494, f. 17 (c 1) v.
- (39.) Jesus em casa de Simão (89 x 66 mm) – f. 72 (k 6) *c*.
= Est. anter.: *TdlP* 1494, f. 20 (c 4) v.
- (40.) Bom Samaritano (87 x 69 mm) – f. 73 (k 7) *a*.
- (41.) Baptismo de Jesus (87 x 68 mm) – f. 73 (k 7) *b*.
> Cópia livre: *FsVill* I.^a 1585, f. 12 (B 4) *d*.
- (42.) S. João Baptista assinala o “Cordeiro de Deus” (89 x 66 mm) – f. 73 (k 7) *d*.
- (43.) Tentações de Jesus (89 x 66 mm) [1.^a est.] – f. 74 (k 8) *a*. <Mestre ·L· M.
- (44.) Flagelação (88 x 66 mm) – f. 74 (k8) *c*.
< Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 22).
= Est. anter.: *aEHZ* 1492, f. [7] (a 7) r.; *TdlP* 1494, f. 77 v.
> Cópia: *PasMon* 1493 BL, f. [B 2] *b*; *PasMon* 1493 BPL, f. [B 2] *a*.
> Cópia invert.: *LsFs* 1520, f. [9] r.
- (45.) Piscina probática (87 x 66 mm) – f. 74 (k 8) *d*.
- (46.) Mulher cananea (88 x 66 mm) – f. 77 (l 3) *a*.
- (47.) Multiplicação dos pães e dos peixes (86 x 65 mm) – f. 79 (l 5) *d*.
- (48.) Cura do paralítico, doentes e endemoninhados (88 x 65 mm) – f. 80 (l 6) *a*.
- (49.) Cura do leproso (86 x 64 mm) – f. 80 (l 6) *b*.
- (50.) Cristo sobre as águas (87 x 65 mm) – f. 80 (l 6) *d*.
- (51.) Cristo e o endemoninhado de Gerasa (87 x 65 mm) – f. 82 (l 8) *a*.
- (52.) Milagre do vinho, nas Bodas de Caná (88 x 65 mm) – f. 82 (l 8) *d*.
- (53.) S. Jorge e o dragão (79 x 66 mm) – f. 83 (m 1) *b*.
= Est. anter.: *LaS* 1486, legenda 56.
- (54.) Jesus e Mateus (87 x 68 mm) – f. 83 (m1) *d*.
- (55.) Anunciação (86 x 68 mm) – f. 84 (m 2) *b*.
= Est. anter.: *TfdM* 1495, f. 56 (g 8) v.
- (56.) Jesus na Sinagoga de Nazaré e o livro de Isaías (85 x 68 mm), *c/* inscrição no livro: «ysayas»
– f. 84 (m 2) *c* 1.
- (57.) Jesus e os maus judeus, no monte de Nazaré, de onde o queriam precipitar (88 x 66 mm) – f. 84 (m 2) *c* 2.
- (58.) Transfiguração (90 x 68 mm) – f. 85 (m 3) *a*.
= Est. anter.: *TdlP* 1494, f. 15 (b 7) v.
> Cópia fiel: *FsRos* 1585, 293 (oo 5) *d*; *FsRos* 1590, f. 271 (Ll 6) *d*.
- (59.) Ressuscitação do filho duma viúva, em Naim (87 x 65 mm) – f. 85 (m 3) *c*.

- (60.) Morte (decapitação) de S. João Baptista, durante o banquete de aniversário de Herodes Antipas (78 x 66 mm) – f. 88 (m 6) *c*.
- (61.) Jesus e a Samaritana (88 x 65 mm) – f. 89 (m 7) *a*.
- (62.) Herodes o Grande e a matança dos inocentes (78 x 66 mm) – f. 90 (m 8) *c*.
- (63.) Morte de Jesus Cristo na cruz (88 x 66 mm) – f. 92 (n 2) *d*.
< Cópia, abrev., grav. M. Schongauer (Lehrs 10).
> Cópia fiel: *FsRos* 1585, f. 154 (U 2) *b*; *FsRos* 1590, f. 141 (S 5) *d*.
- (64.) Criação de Eva, do lado de Adão adormecido (85 x 68 mm) – f. 97 (n 7) *a*. <H. Schedel, *Liber chronicarum*.
- (65.) Tentações de Jesus. (Repet. n.º 43). – f. 100 (o 2) *c*.
- (66.) Transfiguração. (Repet. n.º 58). – f. 101 (o 3) *b*.

Como se pode verificar, além dos episódios evangélicos, só duas das estampas mostram episódios vetero-testamentários, a *Criação da mulher do lado de Adão* (est. 64) e o *Arrependimento de David* (est. 6). Relativas a episódios de vidas de santos, aparecem três imagens, uma das quais repetida: a *Degolação de S. João Baptista* (est. 60), a *Dormição da Virgem* (est. 4 e est. 24), e a lenda de *S. Jorge e o dragão* (est. 53).

As estampas colocadas ao longo do texto dessa II.^a parte da narrativa assinalam os lugares visitados pelo Padre Bernardo e seus companheiros de viagem.

Mas, continuando a abordagem da articulação entre o texto escrito e o texto iconográfico, que já efectuei em estudos anteriores, interessa-me sobretudo sublinhar, nesta edição, a articulação perfeita entre os locais descritos, e até as pedras que assinalam a presença de Cristo e dos seus interlocutores nos respectivos locais, e as imagens ilustrativas. As imagens têm aqui o sentido de evocar o que o texto descreve, não tanto em termos “fotográficos”, mas antes remetendo ao *in illo tempore*. É esta função anamnética que preside à sua inserção no texto, todo ele tecido de reminiscências evangélicas. Veja-se, por exemplo, a perfeita ligação entre a descrição das duas pedras e a imagem com as duas personagens que sobre elas estiveram no tempo evangélico, no caso da *Aparição de Cristo à Madalena*, no Jardim do Túmulo (est. 12). As imagens sublinham esse aspecto evocativo de uma peregrinação na fé transmitida pelos relatos evangélicos, que o texto do deão de Mogúncia pretende transmitir aos seus leitores. Este é uma guia espiritual mais que física, e que serve tanto para os que se deslocarem aos locais descritos como, e talvez sobretudo, aos que fizerem a peregrinação aos Santos Lugares só nas asas da imaginação. O fervor é por este meio aumentado; e o coração arde cá dentro, como acontecia com os discípulos de Emaús, quando o Ressuscitado falava com eles pelo caminho e lhes comentava vivencialmente as Escrituras. Não deixa de ser curioso que a imagem destes discípulos sentados à mesa com Cristo (est. 1) seja a primeira estampa ilustrativa desta II.^a parte do texto de Breidenbach. E estes discípulos estão ainda com as vestes de peregrinos, com chapéu na cabeça, aspecto proveniente possivelmente de dramatizações medievais.

A fina articulação entre texto e imagem não tinha sido pensada pelo autor do texto. Embora fosse acompanhado por um pintor, este tinha mais a função de repórter

“fotográfico”. A edição espanhola dá um salto muito significativo em relação à finalidade querida pelo *Urtext*, tanto literário como gráfico. O produto saído dos prelos de Paulo Hurus é uma “releitura” e não somente uma tradução em língua vulgar.

As imagens deste “retábulo” têm origem variada, como o assinalaram Davies e Tena, que identificaram a origem de muitas delas. Ficaram de fora umas quantas, correspondendo a maior parte delas ao 2.º grupo da classificação de Davies, desenhos de «Spanish style»⁹, que contêm a figura de Cristo com nimbo crucífero simples, i.e., em que a cruz de desenho cuneiforme não possui traços aos lados das cunhas¹⁰. Retirando duas imagens que se referem a cenas da infância de Jesus (est. 33 e 34), ficamos com um *corpus* de 21 imagens bastante homogéneo a nível do desenho (est. 6, 9, 15, 20, 29, 30, 31, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 57 e 59).

2. ANÁLISE DAS IMAGENS COM A REPRESENTAÇÃO DE DEUS UNO E TRINO E O SEU CONTEXTO

Dada a limitação natural de um artigo de revista, analisarei a seguir somente cinco estampas deste *corpus*. A razão de a minha escolha recair sobre estas estampas foi principalmente por entre elas se encontrar uma representação trinitária, que constitui o objecto primário da minha presente investigação a nível de um projecto de pós-doutoramento: *A representação iconográfica de Deus uno e trino*; mas também por se encontrarem entre elas imagens que foram copiadas mais tarde em entalhaduras impressas de modo particular em Portugal, já assinaladas no elenco.

Nesta análise, privilegiarei aquela em que são representadas as Pessoas da Santíssima Trindade, a que ilustra o *Batismo no Jordão* (est. 41). E será a partir desta que, numa análise comparativa, tecerei pontos de contacto com as outras do mesmo *corpus*, em que figuram Deus Uno ou figura a ele assimilada, bem como imagens da 1.ª e da 3.ª Pessoas da Trindade Santíssima. Mas abordarei em primeiro lugar a representação de Deus Uno.

2.1. A IMAGEM CRISTOMÓRFICA DE DEUS

Em Jerusalém, perto do lugar onde se realizou a Última Ceia de Jesus com os Seus discípulos, fica «el lugar donde el rey dauid hizo penitencia» (f. 60 (h 6) a). A imagem ilustrativa, estampa n.º 6 (f. 60 b) (87 x 67 mm) [Figura 1], mostra-nos uma praça, à frente da porta de um palácio coberta por um alpendre. Nela, encontra-se o rei David, ajoelhado e de mãos postas. Entre o rei e o parapeito de uma ponte, estão colocadas por terra as insígnias da realeza: a coroa ornando um chapéu, e o ceptro. A harpa, que é o principal atributo iconográfico de David, está colocada junto dele, à sua frente. A colocação do chapéu coroadado, do ceptro e da harpa no chão são expressão da humildade do

⁹ DAVIES, 1911: 36.

¹⁰ A lista de TENA, 2000: 230 não coincide com a de DAVIES, 1911: 36, pelo que elaborei uma própria, partindo das duas e da observação das estampas: est. 6, 9, 15, 20, 29, 30, 31, 33, 34, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 57 e 59.



Figura 1

representação da própria morte de Urias na frente de combate¹⁷. Na realidade, o rei, quando sabe que tinha engravidado Betsabé, chama o marido da frente de combate para que ele durma com a mulher, procurando arditosamente disfarçar o adultério. Como Urias não se deita com a esposa, David envia ao general do seu exército uma carta pelo próprio Urias para que o coloque no local mais duro da peleja e assim ele morra.

A tudo isto se refere o nosso texto:

es el lugar donde el rey dauid hizo penitencia: por el gran pecado del capitan suyo Urias: quando lo mando poner delantero en la batalla: porq(ue)¹⁸ muriessse: a causa d'los amores de Bersabee mujer del dicho su capitan: cuyo mal principio fue/ porque la vido lauar en el baño: dende adelante dauid no cesso/ fasta que houo essecutado su pensamiento y mal desseo: Despues ya siendo muy arepe(n)tido/ en satisfacion de sus pecados/ cõpuso ende los siete salmos penitenciales: por [est. 6] el spiritu diuino a el reuelados (f. 60 a-b).

¹¹ WIECK, 1997: 94.

¹² Assinalo com referência do n.º da estampa, entre parêntesis rectos, o local do texto onde foi colocada a imagem ilustrativa.

¹³ WIECK, 1997: 93-95.

¹⁴ SOLEIL, 1882: 108, est. X.

¹⁵ WIECK, 1997: 95.

¹⁶ SOLEIL, 1882: 108, est. IX.

¹⁷ SOLEIL, 1882: 52, est. III. Em *Hs 1577*, I, f. 250 *d*, é estampada uma entalhadura, assinada «idu», que conjuga estas duas cenas, “ilustrando” a «Historia da desaventura & destruyção de Jerusalem, segundo a escreue sancto Eusebio bispo de Cesarea no terceiro liuro da historia da igreja.»

¹⁸ Utilizou-se o parêntesis curvo para assinalar as abreviaturas desenvolvidas.

Na nossa imagem (est. 6), o rei David, ajoelhado, ergue os olhos para Deus, representado em busto sobre nuvens. É uma figura cristomórfica, com coroa imperial na cabeça e nimbo crucífero. Enverga túnica e capa. Na mão direita empunha um feixe de setas, enquanto, com a esquerda, aponta para elas, querendo chamar a atenção para o castigo que o pecado de David merece. Mas David, de mãos postas, implora a clemência do Altíssimo.

O salmo 6, colocado à cabeça dos Sete Salmos Penitenciais, começa com as palavras: «Domine ne in furore tuo arguas me: neque in ira tua corripias me»¹⁹. Isto explica a presença das setas nas mãos de Deus, alusivas ao furor ou ira divinas a que este versículo faz referência²⁰.

Uma entalhadura (67 x 60 mm) com a mesma temática, em que aparece a figura cristomórfica de Deus, é estampada em Portugal no fólio 117 das *Côstituições sinodales do bispado do Porto...*, de dō Baltasar Li(m)po, acabadas de imprimir no Porto, por Vasco Diaz Tanquo de Frexenal, a 1 de Março de 1541, antes dos «Canones penitenciaes. E casos reseruados ao Papa». [Figura 2] Trata-se de uma imagem bastante fruste, mas em que se



Figura 2

distingue o busto cristomórfico de Deus, não sustentando as setas na mão direita, como no caso da imagem saragoçana, mas o globo com a mão esquerda.

O busto de Deus, na estampa do nosso *VdlTS* 1498 tem uma coroa imperial na cabeça. Ora este é um motivo que, juntamente com o da tiara papal²¹, aparece no fim do século XIV e princípios do XV, de modo particular sobre a cabeça de Deus-Pai nas representações da Trindade²², mas também sobre a cabeça das outras Pessoas da Trindade, pelo que não identifica à partida este busto com Deus-Pai. Tanto no busto do *VdlTS* 1498 como no das *Constiuições* vemos um nimbo crucífero envolvendo-Lhe a cabeça. Ora este tipo de nimbo

19 WIECK, 1988: 139, est. 31. Na tradução de Frei João Claro O. Cist. e Luís Fernandes (HORAS, 1500/1501: [122]): «Senhor nō me reprehendas em a tua sanha: ne(m) me castigues em a tua ira». Por cima deste texto foi colocada uma estampa em que se vê David observando o Banho de Betsabé (DIAS, 2009: 103-106). A entalhadura aqui estampada, neste livro acabado de imprimir em 13 de Fevereiro de 1500 [i.é 1501], sê-lo-á novamente, v.g., no f. 107 do Livro de Horas impresso em Paris, por Philippe Pigouchet, a 20 de Julho de 1504, de que existe um exemplar na Catedral de Ciudad Rodrigo, tendo em face, no f. 106 v. a representação da Morte de Urias (RUIZ, 2003: 247-251). Esta última imagem da Morte de Urias já aparecia nas «Heures de Simon Vostre (16 Septembre 1408)» (SOLEIL, 1882: 52, est. III).

20 Lembremos o paralelismo sinónimo entre os dois hemístiquios do versículo, que aqui encontramos, é prática corrente na poesia hebraica (BALLARINI & REALI, 1985: 23).

21 Sendo o tipo imperial mais característico da área germânica (PANOFKY, Erwin (1997) – *Peinture et Dévotion en Europe du Nord à la fin du Moyen Âge*. Paris: Flammarion, 1997: 65-66).

22 BOESPFLUG, 2006: 27.

caracteriza em primeiro lugar a Deus-Filho, mas também foi alargado às outras Pessoas da Trindade²³. Não podemos, por isso, identificar por esses sinais nenhuma das Pessoas da Trindade, devendo tratar-se neste caso, na minha opinião, da representação de Deus Uno²⁴. É verdade que o rosto de ambos os bustos se assemelha com o rosto de Cristo, mas desde a Antiguidade cristã, a regra do cristomorfismo reinou nas representações de Deus²⁵.

2.2. MANIFESTAÇÃO DA SANTÍSSIMA TRINDADE NO BAPTISMO DE JESUS

O mistério da Santíssima Trindade, esse, é figurado na estampa n.º 41 (f. 73 (k 7) a) (87 x 68 mm), ilustrativa do *Baptismo de Jesus* por João Baptista nas águas do rio Jordão [Figura 3]. Esta está colocada precisamente no local do texto em que o autor descreve, seguindo a narrativa de S. Mateus, a visão que João teve então.

Vejam os texto em que a imagem está inserida:



Figura 3

«Cil Morando ende [jericho] por vna noche/ el otro dia en la mañana todos p(ar)timos al rio jordan: el qual se aparta de jericho. vj. leguas: y adreçamos nuestro camino para el lugar dõde fue jesu q(uan)do se partio de nazareth de galilea/ para que fuesse alla baptizado por sant iohan baptista: segun que parece por sant matheo a. iij. capitulos de su euã-llgelio. y como viesse el dicho sant johã al redemptor: no le queria el baptizar: viendo que deuia ser el baptizado primero por sus manos sanctas: y entonce chr(ist)o le demostro como se deuio por tal forma cu(m)plir todo aquel acto: assi que despues entro enel agua: y le baptizo el mismo san iohan: lo qual acabãdo: vio descender sobre si jesu el spiritu [est. 41] sancto como paloma: y oyo vna boz q(ue) dixo dende la nube. Hic est est filius me(us) dilectus &c» (f. 73 a-b).

Na imagem, vemos as águas do rio Jordão correndo entre as duas margens, nas quais estão colocados respectivamente um Anjo e S. João Baptista. O Anjo, com as pontas das asas elevadas, segura nas vestes de Jesus. João, nimbado, enverga uma veste feita de pele de camelo, cuja cabeça se vê perto do pé esquerdo do Profeta. Atrás dele, eleva-se uma árvore até à mesma altura das pontas das asas do Anjo, na margem oposta. Genuflectindo,

²³ Afirma Émile MÂLE: «L'art du Moyen Age est d'abord une écriture sacré dont tout artiste doit apprendre les éléments. Il faut qu'il sache que (...) le nimbe timbré d'une croix [sert à exprimer] la divinité» (MÂLE, 1968: I, 30).

²⁴ Partindo do caso bem documentado da Coroação da Virgem, Erwin PANOFKY, afirma que «du point de vue du dogme, la figure du Christ dans les représentations plus anciennes a toujours signifié la Divinité en tant que telle» (PANOFKY, 1997: 65). Creio que no caso presente se pode afirmar o mesmo.

²⁵ BOESPFUG, 1999: 167-169.

o Precursor derrama água com uma concha sobre a cabeça de Cristo. Este, de mãos postas, coberto somente por um *perizonium*, está imerso nas águas do rio até por cima dos joelhos. Junto do corpo de Jesus, apercebem-se as cabeças de dois peixes. Um nimbo crucífero envolve a cabeça de Cristo. Sobre ela plana uma pomba também com um nimbo crucífero à volta da cabeça. Rasgando o céu, sobre nuvens e irradiando raios luminosos, o busto do Pai. Este, envergando uma túnica coberta por um manto apertado na frente, abençoa com a dextra, enquanto segura com a esquerda a globo terráqueo dividido em três partes, correspondentes aos três continentes conhecidos na Antiguidade e Idade Média (Europa, Ásia e África) – a célebre representação T em O. Sobre a cabeça, circundada por um simples nimbo circular, uma coroa imperial. De notar, pois, a ausência da cruz no nimbo da figura do Pai, presente nas figuras das outras duas Pessoas da Santíssima Trindade. Mas as cabeças das três figuras estão alinhadas numa linha vertical, a meio de um triângulo invertido, cuja base é a margem superior do quadro e os outros dois lados são formados por linhas que partem das pontas dessa margem, seguindo o da esquerda a diagonal formada pela asa esquerda do Anjo e o da direita a copa da árvore e a frente do Baptista. Este fita a pomba que plana sobre a cabeça de Jesus.

Um pouco mais adiante, o texto refere-se à revelação trinitária de que João é objecto:

CII Despues ahu(n) san joan baptista enl jordan ver merecio los cielos abiertos y oyr la boz del su(m)mo dios padre: y p(ar)a mayor merecimie(n)to enel baptismo de chr(ist)o supo aquel muy ascondido dela trinidad: enla voz al padre: al hijoll en carne: al spiritu santo debaxo especie de paloma: com se scriue a. ij cap[itulos]. d' lucas (f. 73 c-d).

Segundo as minhas pesquisas, este tema tinha sido tratado anteriormente a nível xilográfico no rosto de um livro in-folio intitulado *Rudimentum Novitiorum*, acabado de imprimir em Lübeck, na oficina de Lucas Brandis, a 5 de Agosto de 1475²⁶. Mas, neste caso, não assistimos a uma apresentação das Pessoas da Santíssima Trindade na vertical, dado que o busto do Pai aparece no canto superior esquerdo da estampa.

Como nessa estampa, também na entalhadura estampada no verso do fólio [47] (f 7) da edição de 1492 da *Aurea Expositio Hymnorum*, impressa em Saragoça, nos prelos de Paulo Hurus, S. João derrama a água sobre a cabeça de Cristo com um jarro. Mas aqui o Precursor enverga já a pele de camelo com a cabeça. As Pessoas Divinas são mostradas na vertical. Esta entalhadura faz-nos lembrar o painel que Bernt Notke pintou, por volta de 1483 (1470-85), para o volante direito do Johannesaltar der Schonenfahrer (altar de S. João dos mercadores), da antiga igreja dos agostinianos de Lübeck dedicada a Santa Ana, hoje Sankt-Annem-Museum. Esta cena faz *pendant* com uma *Compassio Patris* pintada no volante esquerdo do mesmo retábulo. Tudo isto leva a indicar a área germânica como o local originário das imagens das entalhaduras saragoçanas.

²⁶ *TIB* 80: 350, n.º 1475/327.

Em terras da coroa de Aragão, encontramos uma pintura (ca. 1470) com grandes semelhanças às imagens já referidas. Trata-se duma tábuia pintada por Pere Garcia de Benavarri, procedente do retábulo-mor da igreja de Sant Joan del mercat de Lleida, hoje conservada no Museu d'Art de Catalunya (MNAC), em Barcelona. Nela, todas as três Pessoas da Trindade têm nimbo crucífero.

A imagem estampada no *VdlTS* 1498 será copiada em espelho numa xilogravura (89 x 69 mm) com toda a probabilidade entalhada por I.D.V. (Jean de Vingles?) e estampada no fólho 12 (B 4) *d* da I.ª Parte do *Flos Sanctorum* de Alonso de Villegas, impresso em Saragoça na casa de Simón de Portonariis, às custas de Joan Baptista de Negro, em 1585. [Figura 4] Aqui, a figura de Deus-Pai deixa o aspecto cristomórfico, que tinha sido o dominante até este século XV, para tomar o aspecto do Ancião de Dias (Daniel 7,9), que vai dominar de ora em diante.



Figura 4

As mais antigas representações trinitárias do Baptismo de Cristo aparecem na segunda metade do século VI²⁷. Nestas, uma mão representa a voz do Pai. A mão saindo do céu é um sinal convencional de origem judaica²⁸. A partir de finais do século XII, a imagem de Deus substitui, em toda a parte, o símbolo da mão de Deus²⁹. Mas mesmo neste caso Deus-Pai é representado comumente sob os traços do Filho encarnado, seguindo a regra do cristomorfismo. A representação cristomórfica de Deus-Pai só começará a ser suplantada pela do Ancião de Dias, de forma generalizada, a partir do século XV³⁰. Mas nas imagens ilustrativas do livro que nos ocupa a regra do cristomorfismo ainda se mantém.

2.3. O PAI NOSSO QUE ESTÁ NOS CÉUS

Encontramos uma figura semelhante à de Deus-Pai da estampa n.º 41 (o Baptismo de Jesus no Jordão) na estampa n.º 30 (f. 70 (k 4) *a*) (88 x 68 mm), que ilustra o ensinamento do Pai-Nosso por parte de Jesus [Figura 5]. O texto que ela ilustra refere-se a uma igreja situada «enla descendida del monte Oliueto» (f. 69 (k3) *d*), «la q(ua)l fue fundada porque

²⁷ BOESPFLUG, 2008: 93.

²⁸ Cf. v.g. BOESPFLUG, 1999: 167.

²⁹ SCHILLER, 1971: 139 *b*.

³⁰ BOESPFLUG, 2008: 276.

jhesu chr(ist)o ende enseño la forma de su oraciõ a los apòstoles/ q(ua)ndo les dixo. Si oraredes [est. 30] deid Pater noster qui es in celis &c.» (f. 70 a).

Mais à frente, o autor refere-se mais pormenorizadamente à oração do Pai-Nosso:

jesus entõce les dixo. Quãdo oraredes/ deid: pater noster &c. segu(n) san matheo a. vj. ca. Esta oracion es la mas alta de q(ua)ntas pensar ni dezir se puede(n): porq(ue) fue dicha/ y dezir mãdada por la muy p(re)ciosa y dulce boca del rede(n)tor de toda natura. emp(er)o assi como alcãça grã galdardõ q(ui)en justificado dezir la pudiere. lo mismo cõtrario gana q(ui)en la dize si sta obstinado en malos vicios. emp(er)o mire(n) quando llegamos en aq(ue)l passo. dexa nos seõnor n(uest)ros deudos siq(ui)er p(er) dona n(uest)ros pecados/ como nosotros assi hazemos a n(uest)ros deudores/ o a essos q(ue) nos injuriaron. por tal manera esto se dize/ q(ue) el bue(n) chr(ist)iano alcãça la gloria cõ lo q(ue) el malo a si condena por su boca misma. Esto es muy claro p(ar) a q(ua)lquiera q(ue) hazer lo q(ui)ere (f. 80 (16) a).



Figura 5

retestamentária do *Arrependimento do rei David* (est. 6).

A mais antiga ilustração do Pai-Nosso é um desenho feito à pena do Saltério de Utreque (*Utrecht*), realizado em Reims, por volta de 830, em que Jesus e os Seus apóstolos, todos de pé e Jesus no meio deles, oram ao Pai, simbolizado por uma mão descendo do céu³¹.

Algo semelhante à nossa estampa é a entalhadura que aparece estampada num *Plenarium*, escrito em latim e alemão, acabado de imprimir Estrasburgo, por Martin

³¹ BOESPFLUG, 2005: 115b e Fig. 1.

Schott, a 18 de Agosto de 1483, no fólho 60 r.; e depois será reestampada num outro *Plenarium* em baixo alemão, acabado de imprimir em Colónia, por Ludwig von Renchen, a 10 de Abril de 1489³². Nesta estampa xilográfica, Jesus também se encontra, de pé, atrás dos apóstolos (em número de três) ajoelhados, virados para um quarto de círculo (no canto superior direito), onde figura Deus-Pai cristomórfico abençoando com a mão direita e pousando a esquerda sobre o rebordo do círculo, no qual está pousada a pomba que simboliza o Espírito Santo. As três Pessoas da Trindade são representadas com nimbo cruciforme. Jesus Cristo, neste caso, não tem as mãos postas elevadas na direcção do Pai (como na nossa estampa), mas aponta para o círculo com a mão esquerda³³. Porém, neste caso, a estampa ilustra uma perícopie extraída do chamado Discurso do Adeus, no cap. XVI do Evangelho segundo S. João.

2.4. ABRAÃO COM NIMBO CRUCÍFERO

A 14 de Julho, na Via dolorosa, os peregrinos do nosso livro visitam as casas da Verónica (f. 65 d) e do rico Epulão (f. 66 a). Só o segundo local merece uma ilustração por parte do editor saragoçano.

Diz o texto:

CII *Despues q(ue) salimos de la veronica/ luego llegamos en otra/ q(ue) fue del rico Epulon: el qual cobro la sepultura enel infierno.*

CII *San lucas en su euãgelio a. xvj. ca. trahe dos ricos hõbres/ que jesu chr(ist)o dio por enxe(m)plo a sus discipulos. y el vn rico es aq(ue)ste epulõ/ de q(ui)en scriuimos: ahu(n) q(ue) lucas no lo ha nõbrado: emp(er)o parece ser aq(uel) mismo/ segu(n) la historia. Este como fuesse lleno de riquezas/ andaua siempre muy vestido: comia p(re)ciosas y buenas viãdas. Lazaro al tie(m)po de su comer staua sperando fuera dela puerta [est. 15] pobre y llagado/ q(ue) bien comiera delas migajas dela mesa caydas: y no jeles dierõ: emp(er)o los canes a el se llegãdo lamiã sus llagas. Quãdo morio este pobrezito/ fue por los angeles al cielo sobido. y el rico moriendo/ gano sepultura en los infierros: y q(ua)ndo vido al dicho lazaro puesto en la gloria: rogaua mucho al padre abraã/ q(ue) jelo embiasse por amatar sus grãdes tormentos del terrible fuego cõ sola vna gota d' agual Empero entõce no fue a tie(m)po (f. 66 (i 6) a).*

Na ilustração desta parábola do pobre Lázaro e do rico Epulão, estampa n.º 15 (f. 66 a) [Figura 6], pode surpreender o facto de o Abraão da parábola, em cujo seio está a alma do pobre Lázaro, tenha um nimbo crucífero, identificando-o com Deus. Mas esta identificação era habitual na Idade Média. Veja-se, por exemplo, a chamada *Biblia Pauperum de 40 páginas*, impressa com toda a probabilidade em Utreque, por volta de 1456 (ed. Schreiber I), na imagem central da página com a assinatura *t*³⁴. Assim, o

³² Vd. TIB 87 Suppl.: 74, n.º 1489/193.

³³ Cf. BOESPFLUG, 2005: 116a e Fig. 3.

³⁴ HENRY, 1987: 124, 126, 150.

“seio de Abraão” era identificado com o Paraíso e o banquete celestial, em casa do Pai. É aliás o que dá a entender o nosso texto, referindo-se-lhe como «cielo» e «gloria». A ilustração desta parábola aparece por vezes nos “Livros de Horas”, antes das Vigílias dos mortos³⁵.



Figura 6

na narrativa (Epulão e Lázaro) se encontram ambos despídos. Epulão, agora deitado no fogo dos infernos é atormentado por dois diabos. A colocação desta cena mesmo por cima do local onde Lázaro jazia, evoca o contraste entre a sorte terrena e a eterna dos dois homens.

Por cima de Epulão atormentado, aparece sobre nuvens o busto de Abraão, assimilado como disse a Deus através do nimbo crucífero, amparando com ambas as mãos a figura de um corpinho com as mãos postas, que representa Lázaro na bem-aventurança.

Enquanto, na terra, Epulão leva a comida à boca com a mão esquerda, no inferno, olhando para o pai Abraão, ele aponta com a mesma mão para a boca, a pedir que Lázaro lhe refresque a língua. O mesmo gesto reaparece numa iluminura da autoria de um seguidor do Mestre dos Triunfos de Petrarca, num Livro de Horas produzido em Ruão (França), no início do século XVI, conservado na Library of Congress, em Washington D.C. (E. U. A.), com a cota MS Rosenwald 15, no fólio 117³⁷.

³⁵ SOLEIL, 1882: 60, est. IV.

³⁶ Veja-se o que assinalo a este respeito na minha tese de doutoramento – ALMEIDA, 2005: 443-445.

³⁷ WIECK, 1988: 134, Fig.126.

2.5. A DESCIDA DO ESPÍRITO SANTO EM PENTECOSTES, E A POMBA COM NIMBO CRUCÍFERO

Prossigamos a análise da imagem do *Baptismo no Jordão* (est. 41) e da manifestação da Santíssima Trindade nessa ocasião, socorrendo-nos de uma outra imagem do mesmo *corpus*. Elevemos com o Precursor o nosso olhar para a representação da Terceira Pessoa, figurada aí por uma pomba. Sim, a pomba é um dos símbolos do Espírito Santo. Porque mais plástico e adaptável a vários contextos, este símbolo migrou da representação da Teofania do Jordão para as outras cenas do Novo Testamento que se referem à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. É o caso da descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos, reunidos com a Virgem Maria no Cenáculo, em dia de Pentecostes. O texto dos Actos não fala de nenhuma pomba, ao contrário da alusão a ela nos textos evangélicos que descrevem o Baptismo do Senhor. Mas a representação desta ave nimbada remete automaticamente o leitor da imagem para a Terceira Pessoa da Trindade.

Na imagem que representa o episódio da manhã de Pentecostes, estampa n.º 9 (f. 61 (i 1) a) (87 x 67 mm) [Figura 7], uma pomba com nimbo crucífero é representada sob as abóbadas que cobrem a sala do Cenáculo. Esta é bastante parecida com a que é representada na estampa n.º 41 (o *Baptismo de Jesus no Jordão*), pairando também, com as asas abertas, não já sobre Cristo mas sobre o Seu corpo místico, a Igreja.



Figura 7

A imagem em questão (est. 9) ilustra o passo da narrativa da viagem em que os peregrinos se dirigem «al lugar donde el spiritu sancto en len-ll guas de fuego illumino los apostoles llegãdo sobre ellos enel dia santo/ nombrado pe(n)thecostes: segun q(eu) jesu n(ues)tro rede(m)tor ya les hauia ofrecido p(ri)mero: como parece alos .xiiij.cap(itulos) de san johan eua(n)gelista/ dizie(n)do. El spiritu santo q(ue) [est. 9] embiara mi padre enel nõbre mio/ aq(ue)l os enseñara: y fara conocer todo aq(ue)llo que yo os dixiere &c. y bien se demuestra que recibierõ esta gracia cu(m)plida: segu(n) los actos y marauillas grãdes q(ue) despues fizierõ por todo el mu(n)do». (f. 60 (h 6) d – f. 61 (i 1) a)

A imagem representa, como disse, o interior de uma sala abobadada, onde estão reunidos os Apóstolos à volta de Maria, a mãe de Jesus. Nossa Senhora destaca-se do grupo apostólico somente por ter a cabeça coberta por um véu. Mas Ela não ocupa o centro da composição, como muitas vezes acontece na representação desta cena. Sob o tecto abobadado, e enquadrada pelas quatro colunas, destaca-se a figura da pomba com nimbo crucífero e de asas abertas, pairando sobre o grupo. Dela partem línguas de fogo, que vão pousar sobre treze pessoas, uma das quais assumo a uma porta, no lado esquerdo. Curioso

é notar a presença de um outro apóstolo sobre a parte direita de um balcão, com parapeito de madeira, que circunda a parte fundeira da sala, como se se tratasse de um andar superior de uma biblioteca, encostado à parede. Este apóstolo está a ler um livro, e sobre ele também pousa uma língua de fogo, mas que não provém da pomba. À frente de Maria e entre Ela e Pedro, encontra-se um banco, colocado na diagonal, sobre o qual repousa um livro aberto. Uma linha vertical, traçada pelo meio da pomba, desce até às mãos postas de Maria.

A mesma entalhadura aqui estampada, sê-lo-á de novo, por volta de 1504³⁸, na folha-de-rostro de uma colectânea conhecida internacionalmente como *Auctores octo* e em Espanha como *Libros menores emendados*, sem pé de imprensa, mas com toda a probabilidade impressa em Toledo, na oficina de Pedro Hagenbach³⁹. Aí, a estampa com a imagem é rodeada por quatro orlas fitomórficas, uma delas formada por duas vinhetas de desigual tamanho. Mas ela voltará a ser estampada em Saragoça, em edições do chamado *Flos Sanctorum* de Fr. Pedro de la Vega O.S.H., intitulado *La vida de nuestro señor Jesu Cristo...* (abrev.: *FsVeg*). Assim, na edição de 1541, saída dos pelos de Jorge Coci, no fólio 121 *a*, e na de 1548, impressa por Bartolomé de Nágera, no fólio 120 *b*.

Quase igual é a entalhadura (87 x 68 mm) estampada nas edições lisboetas de 1585 e 1590 do chamado *Flos Sanctorum* de Fr. Diogo do Rosário O.P. [Figura 8]. Esta aparece, pois, no fólio 218 (ee 2) *a* da *Historia das Vidas & feitos heroycos, & obras insignes dos sanctos...*, impressa por António Ribeiro em 1585 (abrev.: *FsRos 1585*); e no fólio 201 (Bb 8) *d* do *Flos Sanctorum das vidas e obras insignes dos Santos...* (abrev.: *FsRos 1585*), saído possivelmente da mesma oficina, mas agora dirigida por Baltasar Ribeiro, em 1590. A diferença mais notória entre as duas imagens (Figs. 8 e 9) encontra-se no parapeito dos balcões.



Figura 8



Figura 9

³⁸ MARTÍN, 2001, 918.

³⁹ MÉNDEZ, 1976, n.º 54, est. LII; MÉNDEZ, 1981: 36 (est.).

Na já assinalada oficina saragoçana de Bartolomé de Nágera vemos ser estampada uma imagem semelhante à impressa na edição de *FsVeg* 1548 (Figura 7). A nova imagem, assinada com o monograma I.D.V. (87 x 70 mm) [Figura 9], será estampada no lado recto do fólio 120 das edições de 1551 e de 1554 do já citado *Flos Sanctorum* de Vega⁴⁰. Esta mesma imagem será depois estampada na mesma capital de Aragão, mas agora em casa de Simón de Portonariis, nas primeiras edições das duas primeiras partes do novo *Flos Sanctorum* da autoria de Alonso de Villegas: no fólio 52 (G 4) a, da I.ª Parte, intitulada *Historia general de la vida y hechos de Christo...*, impressa em 1585 às custas de Joan Baptista de Negro; e no fólio 63 (H 7) b, da *Segunda parte, y historia general...*, vendida por Gil Martínez y Fanes em casa de Q. Iuan de la Cuesta, em 1586⁴¹. Nesta entalhadura assinada por I. D. V. (a branco sobre fundo negro, no capitel da nossa esquerda, próximo da Pomba), a arquitectura do Cenáculo é mais renascentista. A pomba não tem nimbo crucífero, sendo as línguas de fogo reduzidas a três.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA O. P., Fr. António-José (2005) – “*Imagens de Papel*”. «*O Flos Sanctorum em linguagem português, de 1513, e as edições quincentistas do de Fr. Diogo do Rosário OP – A problemática da sua ilustração xilográfica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- BALLARINI, Teodorico; REALI, Venanzio (1985) – *A poética hebraica e os Salmos*. Petrópolis: Vozes.
- BLAS BENITO, Javier, coord. (1996) – *Diccionario del dibujo y la stampa: vocabulario y tesouro sobre las artes del dibujo, grabado, litografía y serigrafía*. Madrid: Real Academia de San Fernando – Calcografía Nacional.
- BOESPFLUG (O. P.), [Fr.] François (1998-1999) – *Dieu le Père en vieillard dans l’art occidental. Histoire d’une dérive vers l’insignifiance*. «Revue catholique internationale COMMUNIO», XXIII, 6; XXIV, 1; n.º 140-141, p. 165-178 (novembre-février). Paris: Communio.
- ____ (2005) – *Le “Notre Père” en images. La prière du “Pater” dans l’art d’Occident*. «Cahiers Évangile», supplément, n.º 182: *La Prière du Seigneur*, p.115-119. Paris: Service Biblique Catholique Évangile et Vie.
- ____ (2006) – *La Trinité dans l’art d’Occident (1400-1460)*. *Sept chefs-d’œuvre de la peinture*. 2.ª ed. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg.
- ____ (2008) – *Dieu et ses images: une histoire de l’Éternel dans l’art*. Montrouge: Bayard Éditions.
- GARCÍA VEGA, Blanca (1984) – *El grabado en el libro español. Siglos XV-XVI-XVII (Aportación a su estudio con los fondos de las bibliotecas de Valladolid)*. Valladolid: Institución Cultural Simancas. 2 vols.
- DAVIES, Hugh WM. (1911) – *Bernhard von Breydenbach and his journey to the Holy Land 1483-4: a bibliography*. London: J. & J. Leighton.
- DIAS, João José Alves (2009) – *Rezar em Português: Introdução ao Livro de Horas de Nossa Senhora segundo costume Romano... Paris: Narcisse Brun, 13 de Fevereiro de 1500 [i.é 1501]*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- HENRY, Avril, ed., (1987) – *Biblia Pauperum: a facsimile and edition*. Aldershot: Scholar Press.
- HORAS (1500/1501) – *Horas de Nossa Senhora segundo costume Romano...* Paris: Narcisse Bruno.
- KOK, J. P. Filedt, compiled by (1985) – *Livelier than Life: the Master of Amsterdam Cabinet or the Housebook Master, ca. 1570-1500*. Amsterdam: Rijksprenten-kabinet/ Rijksmuseum; Maarssen: Gary Schwartz.

⁴⁰ THOMAS, 1949: 46-47, 73 e Fig. 28.

⁴¹ Segundo minhas observações, na sequência do que afirma THOMAS, 1949: 73. Consultei os exemplares conservados, respectivamente, na Biblioteca Universitaria de Zaragoza (cota: H-7-55) e na Biblioteca Central de Capuchinos de la Provincia de Navarra, Cantabria y Aragón, em Pamplona (cota: 1178-4-24).

- KURZ, Martin (1931) – *Handbuch der iberischen Bilddrucke des XV. Jahrhunderts*. Leipzig: Karl W. Hiersemann.
- MÂLE, Émile (1968) – *L'Art religieux du XIII.^e siècle en France. Étude sur l'iconographie du moyen âge et sur ses sources d'inspiration* [reimpressão da 8.^a ed. (1948)]. Paris: Le Livre de Poche – Librairie Armand Colin (Le Livre de Poche. Série Art). 2 vols.
- MARTÍN ABAD, Julián (2001) – *Post-Incunables Ibéricos*. Madrid: Ollero & Ramos.
- MÉNDEZ APARICIO, Julia (1976) – *Catálogo de los Incunables de la Biblioteca Publica de Toledo (Colección Borbón-Lorenzana)*. Madrid: Servicio de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia.
- ____ (1981) – *Impresos de Pedro Hagenbach que se conservan en la Biblioteca Pública de Toledo. Discurso de apertura del curso 1978-1979*. «Toletum: boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo», 2.^a época, n.º 12, p. 9-41. Toledo: Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo.
- PANOFSKY, Erwin (1997) – *Peinture et Dévotion en Europe du Nord à la fin du Moyen Âge*. Paris: Flammarion.
- RUIZ MALDONADO, Margarita (2003) – *Libro de horas. Felipe Pigouchet. Impresor y librero jurado de la Universidad de París, imprimió esta obra en París, el 20 de Julio de 1504*. Salamanca: Caja Duero.
- SCHILLER, Gertrud (1971) – *Iconography of Christian art* vol. I. London: Lund Humphries.
- SOLEIL, Félix (1882) – *Les Heures gothiques et la littérature pieuse aux XV^e et XVI^e siècles*. Rouen: E. Augé.
- TENA TENA, Pedro (2000) – *Los grabados del Viaje de la Tierra Santa (Zaragoza, 1498)*. «Boletín de Museo e Instituto “Camón Aznar”», n.º 81, p. 219-241. Zaragoza: Museo e Instituto Camón Aznar.
- THOMAS, Enrique (1949) – *Juan de Vingles, ilustrador de libros españoles en el siglo XVI*. Valencia: Castalia.
- WIECK, Roger S. (1988) – *The Book of Hours in Medieval Art and Life*. With essays by Laurence R. Poos, Virginia Reinberg, John Plummer. London: Sotheby's Publications.
- ____ (1997) – *Painted Prayers: The Book of Hours in Medieval and Renaissance Art*. New York: George Braziller.

SIGLAS BIBLIOGRÁFICAS

- aEH Z 1492 = *Aurea expositio hymnorum una cum textu*. Zaragoza: Paulo Hurus, 26 Jan. 1492.
- aEH S 1499 = *Aurea espositio hymnorum vna cum textu*. Sevilla: Tres Compañeros Alemanes, 1499.
- aEH Z 1520 = *Aurea expositio hymnorum una cum textu*. Zaragoza: Jorge Coci, 1 Jan. 1520.
- A8Lme 1504 = *Auctores octo ou Libros menores emendados*. [Toledo: Pedro Hagenbach, ca. 1504].
- CEvMt 1594 = D. João SOARES, bispo de Coimbra – *Commentarivm in Sacrosanctvm Domini nostri Iesu Christi Euangelium secundùm Matthaeum, rectum & syncerum sensum explicans*. Coimbra, João de Barreira, 1594.
- EiP 1529 = Fr. Alonso de MADRID, O.F.M. – *Espejo de illustres personas*. Sevilla: Juan Varela, 1529.
- FsLP 1513 = *Ho flos sanctorum em lingoajem portugues*. Lisboa: Hermão de Campos e Roberto Rabelo, 15 Março 1513. Exemplar único existente na Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa: RES. 157 A.
- FsRos 1567 = Fr. Diogo do ROSÁRIO, O.P. – *Historia das vidas e feitos heroicos e obras insignes dos sanctos...* (obra conhecida por *Flos Sanctorum*, expressão que aparecerá no título somente a partir da edição de 1590). Braga: António de Mariz, 1567.
- FsRos 1577 = Fr. Diogo do ROSÁRIO, O.P. – *Historia das vidas e feitos heroicos e obras insignes dos sanctos...* Coimbra: António de Mariz, 1577.
- FsRos 1585 = Fr. Diogo do ROSÁRIO, O.P. – *Historia das vidas e feitos heroicos e obras insignes dos sanctos...* Lisboa: António Ribeiro, 1585.
- FsRos 1590 = Fr. Diogo do ROSÁRIO, O.P. – *Flos Sanctorum das vidas e obras insignes dos Santos...* Lisboa: Baltasar Ribeiro, 1590.
- FsVeg 1541 = Fr. Pedro de la VEGA, O.S.H. – *La vida de nuestro señor Jesu Cristo...* (obra conhecida por *Flos Sanctorum*, expressão que estava no início do título na 1.^a ed.). Zaragoza: Jorge Coci, 1541.
- FsVeg 1548 = Fr. Pedro de la VEGA, O.S.H. – *La vida de nuestro señor Jesu Cristo...* Zaragoza: Bartolomé de Nágera, de 1548.

- FsVeg 1551 = Fr. Pedro de la VEGA, O.S.H. – *La vida de nuestro señor Jesu Cristo*. Zaragoza: Bartolomé de Nágera, 1551.
- FsVeg 1554 = Fr. Pedro de la VEGA, O.S.H. – *La vida de nuestro señor Jesu Cristo*. Zaragoza: Bartolomé de Nágera, 1554.
- FsVill I.ª 1585 = Alonso de VILLEGAS – *Flos Sanctorum. Historia general de la vida y hechos de Christo...* [I.ª Parte]. Zaragoza: impreso en casa de Simón de Portonariis, a costa de Joan Baptista de Negro, 1585.
- FsVill II.ª 1556 = Alonso de VILLEGAS – *Flos Sanctorum. Segunda parte, y historia general...* Zaragoza: impresa en casa de Simón de Portonariis; vendese en casa de Q. Juan de la Cuesta, por Gil Martínez y Fanes, 1586.
- LaS 1486 = Bto. Jacobo de VORÁGINE, O.P. – *Legenda aurea sanctorum*. Lyon: Mathias Huss, 1486.
- LSfs 1520 = *Leyenda de los Santos: que vulgarmente Flossanctorum llaman...* [Sevilla, Juan Varela de Salamanca, ca. 1520-1521?]. Exemplar único existente na Biblioteca do Santuário de Loyola, Azpeitia (Guipúzcoa): 0001,2-428.
- Lehrs = Max LEHRs – *Geschichte und kritischer Katalog des deutschen, niederländischen und französischen Kupfertichs im XV Jahrhundert*. Nendeln [Liechtenstein]: Kraus Reprint, 1969. (Reprodução da ed. de Viena, Gesellschaft für Vervielfältigende Kunst, 1908-1934).
- ObMV 1497 = *Officium beatae Mariae Virginis*. Zaragoza: Paulo Hurus, 1497.
- OsND 1530 = Pedro NÚÑEZ DELGADO – *Orationes sacre...* [Sevilla]: Juan Varela de Salamanca (marca), [ca. 1530].
- PasMon 1493 BL = João de GERSON – *La passion del eterno principe Jhesu*. Paixão do Monotessaron. [Burgos: Fradique de Basilea (Friedrich Biel), Burgos, ca. 1493]. Exemplar da British Library: IB.53235.
- PasMon 1493 BPL = João de GERSON – *La passion del eterno principe Jhesu*. Paixão do Monotessaron. [Burgos: Fradique de Basilea (Friedrich Biel), Burgos, ca. 1493]. Exemplar da Boston Public Library: Q.403.88.
- TdLP 1494 = Andrés de ELI – *Thesoro dela passion sacratissima de nuestro redemptor*. Zaragoza: Paulo Hurus, 2 Out. 1494.
- TfdM 1495 = Martín MARTÍNEZ de AMPIÉS – *Triumpho de Maria. Amores de la Madre de Dios*. Zaragoza: Paulo Hurus, 1495.
- TIB = Walter L. STRAUSS (ed. geral) – *The Illustrated Bartsch*. [New York]: Abaris Books, 1979.
- VdITS 1498 = Bernardo de BREIDENBACH – *Viaje dela Tierra Sancta*. Zaragoza: Paulo Hurus, 16 Jan. 1498.

POR TERRAS DE FRANÇA

VIAGEM PEDAGÓGICA DE UM PROFESSOR CASAPIANO

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO*

Resumo: *Prática comum desde os finais do século XIX, as viagens de educadores portugueses ao estrangeiro inflacionaram no decorrer da centúria seguinte, graças à consciencialização da necessidade de se conhecer o que se fazia lá fora para avaliar a distância percorrida ou ainda a percorrer. A Casa Pia de Lisboa, instituição modelar no panorama nacional, não representou excepção. Por isso, a viagem de um eminente professor casapiano, Fernando Pinto Ferreira, a terras de França não ofereceu dúvidas, nem ao Director da Casa Pia que a propôs, nem ao Ministro do Interior que a autorizou, em 1917. Tratava-se, afinal, dos preparativos para o pleno funcionamento do primeiro instituto de Educação Especial em Portugal – o Instituto Médico-Pedagógico.*

Palavras-chave: *Instituto Médico-Pedagógico; Viagem pedagógica; Crianças anormais; Inovação pedagógica.*

Abstract: *A common practice since the end of the 19th century, the travels of Portuguese educators to foreign lands increased in the following century, due to the growing awareness of the need to find out about what was being done outside Portugal, so as to evaluate the distance travelled and the distance yet to go. The Casa Pia de Lisboa, a model institution at national level, was no exception. Therefore, the journey to France by one of its most eminent teachers, Fernando Pinto Ferreira, raised no doubts, neither to the Casa Pia's Director, who first proposed it, nor to the Minister of the Interior, who authorized it in 1917. It was, after all, part of the preparation for the full operation of the first Special Education institute for Special Education in Portugal ? the Instituto Médico-Pedagógico.*

Keywords: *Instituto Médico-Pedagógico; Pedagogical travel; «Abnormal» children; Pedagogical innovation.*

O INSTITUTO MÉDICO-PEDAGÓGICO

No Verão de 1912, a Direcção da Casa Pia de Lisboa tratou de instalar no extinto convento de S. Bernardino, em Atouguia da Baleia, concelho de Peniche, uma Colónia Agrícola que servisse de dependência para onde se pudessem canalizar todos aqueles que, por suas condições específicas, constituíam um estorvo ao regular andamento da instituição de Belém. «Nada havia sido feito no país sobre a educação e instrução dos anormais pedagógicos, anteriormente à data em que pela Direcção da Casa Pia foi estabelecida, com a feição de Colónia Agrícola, a primeira instituição destinada à educação de alguns menores naquelas condições»¹.

Inaugurada com pompa e circunstância no segundo aniversário da República, a Colónia Agrícola de S. Bernardino produziu resultados benéficos, pois «a disciplina na Casa Pia melhorou e o ensino escolar, livre daqueles entraves, tomou mais regular andamento». Também os alunos internados na Colónia Agrícola, no princípio preguiçosos e «insofridos», começaram a dar indícios de regeneração, dedicando-se com *boa vontade*

* Doutorada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

¹ Ofício n.º 822, dirigido à Provedoria da Assistência de Lisboa, 1913/10/25.

aos trabalhos, que constavam da aprendizagem de diversos ofícios e de trabalhos rurais na cerca anexa ao edifício².

Contudo, este *laboratório* podia, apenas, acolher as crianças *anormais*³ que estivessem em idade de começar a sua aprendizagem profissional, e muitas havia que, não tendo ainda chegado a essa idade, se encontravam no estabelecimento e careciam também de ser *removidas* do internato. Tornava-se, pois, da máxima conveniência estabelecer um anexo apropriado onde pudessem ser alojados estes menores que, pelas suas circunstâncias, se não podiam acomodar ao regime ordinário do estabelecimento. Mas, mais importante do que arrancá-los ao marasmo das instalações de Belém, onde nada aproveitavam, era poder proporcionar-lhes uma instrução e educação especiais, racionalizadas a partir das suas necessidades e que potenciassessem uma futura inserção na sociedade, desta vez como cidadãos úteis a si e aos outros.

E assim nasceu o Instituto Médico-Pedagógico que, em meados de 1915, já se encontrava a funcionar na Travessa das Terras de Sant'ana, a Santa Isabel, em Lisboa. A *República* publicitava o acontecimento com uma entrevista ao Director, António A. da Costa Ferreira⁴, porque apesar de «limitada a importância que entre nós se liga, geralmente, às questões de educação (...), parece não dever constituir motivo de grande estranheza o facto de não serem suficientemente conhecidas certas obras de vulto, que na penumbra se têm conservado por se furtarem os seus autores ao exibicionismo»⁵.

No externato havia uma consulta médico-pedagógica, a cargo de Costa Ferreira, uma classe de educação a ministrar aos *anormais* pedagógicos, regida pelos professores Palyart Pinto Ferreira e esposa, Lucília de Santa Clara, e uma outra de ortofonia para os que fossem portadores de vícios de pronúncia, da qual se encarregava o professor da secção de surdos-mudos, José da Cruz Filipe, e, mais tarde, a aula da «Arte de Dizer», da competência do actor Joaquim Almada.

Tornar o *outro* o *mais normal possível* era a meta perseguida. Procurava-se seleccionar os pequenos *anormais*, também chamados *educáveis*, indivíduos que por meio de tratamentos adequados e de uma educação especial, conseguiam

² Ofício n.º 822, da Direcção da Casa Pia, dirigido à Provedoria da Assistência de Lisboa, 1913/10/25.

³ Das diversas definições e caracteres atribuídos às crianças anormais, diversidade explicada pelo à-vontade com que cada autor se apropria do termo para construir uma designação que considera mais completa, salientamos a de A. Binet, que define anormal «todo o indivíduo que se separa muito nitidamente da média para constituir uma anomalia patológica», e Eugéne Chazal que considera anormal «toda a criança portadora de taras cerebrais, orgânicas e funcionais, susceptíveis de lhes produzir perturbações mais ou menos profundas no desenvolvimento das suas faculdades intelectuais e morais». FONSECA, 1930: 21. Vítor Fontes caracterizou anormal «toda a criança que por deficiência funcional (física ou psíquica) reage aos estímulos exteriores de uma maneira diversa daquela que em regra se nota na maioria das crianças». FONTES, 1933: 28. Não restam dúvidas, portanto, de que se trata de um afastamento, leve ou mais profundo, da norma.

⁴ Médico e pedagogo português que se destaca por uma grande sensibilidade votada para as questões relacionadas com os *anormais*.

⁵ «Uma nova instituição da Casa Pia – Os *anormais* – O que se diz do Instituto Médico-Pedagógico o Sr. Dr. A. Aurélio da Costa Ferreira» – Notícia de uma entrevista publicada no Jornal A REPÚBLICA, n.º 1.796, Ano V, de 29 de Novembro de 1915, p. 1.

(...) por vezes atingir a normalidade, mas que entregues aos processos vulgares de educação, pouco beneficiam dela, ficando com uma preparação falha e seguindo pela vida fora com as maiores dificuldades, transviando-se por vezes para as mais baixas e abjectas situações⁶.

O Instituto Médico-Pedagógico estava destinado a «preencher uma lacuna que de há muito se fazia sentir no nosso meio: a da educação dos anormais por processos intuitivos, que no nosso país constituem uma apreciável inovação»⁷.

Não é de estranhar, portanto, que, apesar do pouco tempo decorrido desde que começara a funcionar, a consulta externa no Instituto Médico-Pedagógico, em Março de 1916, fosse frequentada por 30 menores, que patenteavam resultados bastante animadores, principalmente quando comparados «com os que se obtêm em institutos similares do estrangeiro mais bem dotados»⁸.

Com o passar dos meses, o projecto foi amadurecendo e tornou-se evidente a necessidade de conhecer o que se passava lá fora. Como Costa Ferreira justificara, o Professor Palyart Pinto Ferreira fora designado pela natureza dos serviços que lhe estavam confiados – «ensino dos trabalhos manuais, educação sensorial e motriz dos anormais» – e por ser um eminente professor do recém-criado Instituto Médico-Pedagógico. A experiência de Palyart, em França, permitiu traçar o panorama geral acerca da pedagogia de *anormais*, naquele país. Precursora na educação dos *atardados*, desde Itard e Séguin, a França era, provavelmente, o cadinho de vanguarda na Europa⁹, e o reconhecimento da sua autoridade nesta matéria tornou a visita coerente. Seguindo as passadas de Palyart, torna-se possível conhecer a desilusão de quem alimentava elevadas expectativas relativamente aos estabelecimentos de ensino de *anormais*. Pouco se impressiona o professor português, muito embora desculpe a desorganização dos serviços por coincidir com o período da guerra.

A VIAGEM EXPLORATÓRIA DE PALYART EM FRANÇA

Em correspondência com o seu amigo F. Palyart Pinto Ferreira, dizia Costa Ferreira, em carta de 11 de Setembro de 1916, escrita de Lisboa:

Ando congeminando um projecto que se prende com questões de guerra e em que penso aproveitá-lo. Talvez que até arranje maneira de você ir estar três meses em França. Precisava de pessoa com conhecimento de trabalhos manuais, aptidão para os ditos, e cultura para ir aprender o moderno fabrico de aparelhos de prótese para mutilados da guerra. Lembrei-me de você. Ao mesmo tempo veria alguma coisa sobre anormais. Queria ver se montava uma oficina

⁶ FONTES, 1933: 23.

⁷ FERREIRA, Costa, 1916: 410-412.

⁸ Ofício n.º 184, dirigido ao Provedor da Assistência de Lisboa, 1916/03/02. FERREIRA, Costa, 1916: 208-209.

⁹ Foi com Jean Itard, em 1801, e Edouard Séguin, 1846, que se deram os primeiros passos, com a publicação de estudos sobre esta matéria. Contudo, é a Suíça que tem a glória da fundação do primeiro instituto para *anormais*, em 1841, em Abendberg, por Guggenbuhl. FERREIRA, Pinto, 1930: 5.

*de prótese na Casa Pia. Que diz ao projecto? Por enquanto, porém, não o revele. Nem eu sei como o Ministro do Interior o receberá*¹⁰.

Quatro meses depois, as dúvidas de Costa Ferreira estavam dissipadas. Palyart interessou-se pelo projecto, o Ministro deu o seu aval e o Director concretizou a promessa. Em Janeiro de 1917, o professor de trabalhos manuais seguia para França, na companhia da mulher¹¹, a fim de estudar a organização do ensino profissional dos estropiados da guerra, para, na medida do possível, «montar um serviço de exame de aptidões, escolha de profissão e reeducação profissional preparatória, no seu Instituto Médico-Pedagógico, a Santa Isabel»¹².

A viagem, que decorreu entre 18 de Janeiro e 20 de Março, realizou-se graças ao patrocínio do Ministério da Guerra, interessado no desenvolvimento dos serviços de reeducação dos mutilados da guerra¹³. A oportunidade serviu, igualmente, para visitar algumas «classes especiais para atardados», em Bordéus, Paris e Lyon, experiência que se pautou por uma certa desilusão, até porque a partida de Lisboa fizera-se acompanhar de um sentimento de elevada expectativa que se veio a revelar infundada, de acordo com as impressões de Palyart¹⁴.

A pátria de Montaigne, de Rollin, de Jules Simon, Jean Macé e Felix Pécaut, a pátria de Binet, de Itard-Séguin-Bournevilli, e de tantos nomes grandes como estes, deveria ser uma terra invejável onde a instrução fosse mais alguma coisa do que em qualquer outra parte. Mas não assim!

*A moderna pedagogia é mais para exportação do que para uso próprio em França. O ensino é um tanto livresco, rotineiro, não é melhor do que o nosso*¹⁵.

A primeira parte do relatório apresentado por Palyart à Direcção da Casa Pia debruça-se sobre a visita realizada a algumas escolas primárias de Paris e Bordéus. Nessas escolas não era permitido entrar-se sem licença superior, concedida, apenas, para deter-

¹⁰ MALPIQUE, 1962: 95.

¹¹ Em ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Director da Casa Pia dá conhecimento da viagem que o professor Palyart Pinto Ferreira irá realizar a França, pedindo autorização para que a esposa do professor, também professora oficial do ensino primário, possa acompanhar o marido nesta viagem, pedindo que o seu salário continue a ser pago durante a sua ausência. Ofício n.º 973, da Direcção da Casa Pia, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, 1916/12/11.

¹² FERREIRA, Costa, 1917: 37.

¹³ Palyart visitou sete escolas de reeducação profissional de mutilados da guerra: a de Bordéus, a de Lyon – a funcionar desde 1914 – e cinco escolas de Paris: Escola de Reeducação do Grand-Palais, Maison Blanche, Puits de l’Ermite, Atelier de préapprentissage – Rue des Épinettes, Institut National Professionnel des Invalides de la Guerra – Saint Maurice. A visita a estes estabelecimentos saldou-se pela produção de um relatório detalhado sobre o que apurara junto destas instituições. Neste artigo, deter-nos-emos, principalmente, sobre o que se refere ao ensino das crianças anormais no Instituto Médico-Pedagógico.

¹⁴ «Eu tinha para mim que a França era uma terra onde a pedagogia havia alcançado um grande desenvolvimento, consequentemente onde a ciência da educação desempenhava realmente o seu verdadeiro papel na sublime arte, onde, enfim, julgava que o ensino havia alcançado o seu máximo grau de perfeição. (...) Eu julgava, pois, ir encontrar modelos, escolas que se impusessem ao mundo como as melhores dos tempos actuais: julgava ir ver o máximo». FERREIRA, Costa, 1918: 248.

¹⁵ FERREIRA, Costa, 1918: 249.

minados grupos de estabelecimentos, seleccionados entre os que representavam um bom cartão-de-visita. «Quer dizer que quem vê, só vê o melhor, e nunca de surpresa. Foi o que me aconteceu». O roteiro de impressões colecionadas nesta visita dificilmente se afasta da decepção de quem elevava «às maiores culminâncias a pedagogia francesa». As escolas que visitou deram a ideia de que «o ensino é muito livresco, muito dogmático, pouco ou nada experimental. Os próprios edifícios, conquanto construídos propositadamente para escolas, são monótonos, tristes, geométricos de mais»¹⁶.

Seria, contudo, às classes de atardados que Pinto Ferreira votaria a sua melhor atenção, até porque esta visita de reconhecimento destinava-se, essencialmente, a conhecer as práticas pedagógicas empregues no ensino dos *anormais*. Em Bordéus, a experiência teve um saldo negativo, uma vez que, por efeito da mobilização dos professores, estavam encerradas. Faltou ver a classe em contexto de aula ou entrevistar o professor, soldado nesse momento, mas, pelos trabalhos consultados e pelo material empregue, o professor da Casa Pia depreendeu «que não era o ensino aí ministrado muito diferente do dos normais»¹⁷.

A abertura das classes de Bordéus era mais recente do que as de Paris, e realizara-se em Maio de 1907, logo a seguir à visita de M. Bager¹⁸, «o ilustre director do grande instituto de Asnières» e inspector-geral das classes de *anormais* de toda a França, com quem tivera oportunidade de travar conhecimento, «e M.^{lle} Stupuy, encarregados pelo Ministério da Instrução Pública» de suscitar um movimento em favor das classes de *anormais* nos grandes centros.

Em Paris, Pinto Ferreira teve oportunidade de visitar duas classes especiais, na Rue Leconte, uma classe de rapazes, e na Rue de Belzunce, dirigida ao ensino de raparigas. Em ambos os casos, a experiência mostrou a Pinto Ferreira que, apesar de conceituadas¹⁹, estas classes especiais não destacavam qualquer elemento inovador, limitando-se a seguir os métodos utilizados no ensino convencional²⁰.

Bastante material, mas pouco utilizado. Trabalhos manuais, cujas potencialidades Palyart demonstrara em diversos estudos, realizados esporadicamente, uma vez que o cálculo ocupava a maior parte do tempo. «Algum desenho, sendo os trabalhos escritos, algumas vezes, ilustrados. Sala de classe e mobiliário péssimos. Disciplina rigorosa (...). As crianças, carregadas de livros». Eis o cenário pintado por Palyart.

¹⁶ FERREIRA, Costa, 1918: 251.

¹⁷ «Era uma na escola da Rue St. Charles e a outra para os lados do Jardin Public, na escola da Rue Montgolfier, em cujo edifício teve também seu princípio, a Escola de Reeducação dos Mutilados, hoje na Rue du Hamel». FERREIRA, Costa, 1918: 257.

¹⁸ «(...) um dos mais ilustres educadores dos tempos modernos, que n'a pas été seulement un administrateur et un directeur excellent de cette grande maison [Instituto Departamental do Sena], il n'a pas eu seulement à triompher des difficultés d'ordre administratif et matériel qu'il a nécessairement rencontrés chaque jour dans une entreprise aussi vaste que celle-ci, il a été véritablement un inspirateur, un initiateur des méthodes dont nous voyons aujourd'hui le succès». FERREIRA, Costa, 1918: 258.

¹⁹ «É esta considerada como uma das melhores classes especiais, tendo aqui vindo, ultimamente, fazer o seu exame prático, a professora da escola da rua Belzunce». FERREIRA, Costa, 1918: 258.

²⁰ «Existe uma coleção do material montessoriano mas; segundo a professora, não produz os resultados que se apontam, e por isso poucas vezes serve. Os jogos de A. Descoedres são pouco usados pelo mesmo motivo». FERREIRA, Costa, 1918: 258.

O ensino das raparigas, ainda que realizado por uma professora «inteligente e trabalhadora, estudiosa, conhecendo o movimento pedagógico», não se revelava muito diferente. O material existente, «mais para vista do que para outra coisa», não era muito utilizado e ler, escrever e contar eram exercitados «pelos métodos e processos correntes». Na classe feminina, o trabalho manual também não abundava e, «quando muito», desenvolviam os trabalhos próprios das raparigas, os labores²¹.

A visita, pouco proveitosa, aliás, daria ainda para levantar a suspeita quanto à especificidade da selecção da população estudantil: «pareceu-me uma classe de crianças pouco anormais, bem podendo algumas passar por normais, se era certo que entre elas não as havia».

Seria, contudo, com a visita ao Instituto Departamental do Sena²² que o ânimo de Pinto Ferreira recuperaria da desilusão encontrada nas classes de Paris. A pequena distância daqui, em Asnières, encontrou, «sem dúvida, uma das melhores casas de educação que a França possui», que se destacou pela forma como recebeu o professor português, com «muito amor, muita competência profissional e honestidade».

O Instituto de Asnières era votado à educação de surdos-mudos²³ e atardados, tendo recebido, também, surdos-mudos-cegos. Fundado em 1893, por uma deliberação do Conselho Geral do Sena, de 16 de Junho, e de um pedido da prefeitura de 20 de Julho, tinha como missão acolher, gratuitamente, as crianças surdas e semi-surdas dos dois sexos a partir dos seis anos de idade. Sob a direcção dos serviços de ensino do Sena, o estabelecimento tomaria, mais tarde, o nome do seu primeiro director, Gustave Bager, que o dirigiu até 1918, e com quem Palyart privara durante a sua visita^{24/25}.

As crianças cegas e idiotas eram canalizadas para Bicêtre. A julgar pelas palavras de Palyart, tudo era bom em Asnières.

Tem boas salas de classe, um bom museu pedagógico da casa, e uma biblioteca que bem pode dizer-se rica. A instalação é na Rue de Nanterre, 29, num grande edifício, se não bom, pelo menos, mais do que regular. (...) É de Asnières donde guardo as mais gratas recordações. Foi o melhor estabelecimento de educação que visitei²⁶.

Asnières mereceu a admiração de Palyart por diversos motivos e, quando comparado com os outros estabelecimentos que visitara, percebe-se qual o ponto fundamental para ganhar o respeito do professor da Casa Pia: os trabalhos manuais. Ora, nas duas

²¹ FERREIRA, Costa, 1918: 258.

²² Institut Départemental de Sourds-Muets et de Sourdes-Mouettes de la Seine.

²³ «(...) quando se fala de *anormais*, e lá me não refiro a atardados mas a surdos-mudos, que é a especialidade mais em voga». FERREIRA, Costa, 1918: 259.

²⁴ À semelhança do Instituto Departamental do Sena, sito em Asnières, que tomou o nome do seu primeiro director, G. Bager, também o Instituto Médico-Pedagógico denominar-se-á, a partir 1929, Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, em homenagem ao seu fundador.

²⁵ O Instituto G. Bager funciona desde 2006 no n.º 35 da Rua de Nanterre, em Asnières, num edifício totalmente construído para o efeito. As instalações visitadas por Palyart servem, actualmente, para albergar um colégio. In <URL: <http://www.institutbager.fr/historique.html>>. [Consult. 14.05.2009].

²⁶ FERREIRA, Costa, 1918: 259.

classes visitadas anteriormente, o ensino teórico prevalecia sobre o ensino manual, sendo o cálculo, a leitura e a escrita mais trabalhados pelos professores. Aliás, nas escolas de Paris não seguiam os preceitos de Binet por considerarem imperfeitos e pouco práticos, contestando a eficácia dos métodos e processos apontados por aquele psicólogo²⁷.

Asnières, em contrapartida, empregava extrema importância ao trabalho manual, ocupando os alunos durante a tarde, estando a sua direcção, como toda a secção dos rapazes, entregue a M. Elie Debray que «faz executar aos alunos séries de modelos muito suas, seguindo os princípios do *sloojd*²⁸, seja no papel, como no cartão, na madeira e no ferro»²⁹.

As oficinas para o ensino profissional dos educandos, ministrado por «hábeis operários, mestres competentíssimos, com belíssimo ferramental», garantiam a saída de parte do material escolar do Instituto. O trabalho, executado pelo aluno na oficina, implicava o esboço de um *croquis à main levée* de um modelo de uma «bem organizada série, e o desenho de um conjunto de cortes indispensáveis à sua boa execução». Por ocasião da visita de Palyart, executava-se na carpintaria uma «grande quantidade de pequeninas mesas, das chamadas mesas de costura, para as classes de trabalhos manuais femininos, e quem as faziam eram os alunos»^{30/31}.

As salas ofereciam todas as garantias, tanto pedagógicas como higiénicas, salas com ar e com luz, e com as bancadas, na serralharia e na carpintaria, dispostas por tal forma que permitiam ao aluno poder assistir às lições do mestre sem sair do seu lugar ou quase sem grande incómodo. A disciplina também era facilmente imposta, porque a disposição das carteiras possibilitava a vigilância constante³².

De modo idêntico, os trabalhos manuais femininos mereciam grande atenção por parte da professora. Superiormente organizados, o seu ensino era, como em nenhuma outra escola visitada por Palyart, metodicamente feito. Da costura ao bordado, do mais sóbrio croché ao mais primoroso, das pinturas mais modestas aos mais difíceis trabalhos com tintas fundentes sobre porcelana, tudo era organizado e conduzido de modo harmonioso, como se revelava no aproveitamento das crianças, e nos álbuns que se conservavam em exposição no museu do Instituto.

Aliás, o museu patenteava tudo o que se produzia na casa, o material empregue no ensino, instrumentos e aparelhos em uso nas observações de ordem médico-pedagógica. E também alguns exemplares para o estudo das ciências naturais. Mas o museu servia,

27 FERREIRA, Costa, 1918: 258.

28 O *sloojd* ou *slöjd* – palavra que quer dizer trabalho manual caseiro – tem as suas origens nas ocupações familiares durante as longas noites de Inverno dos países do Norte, trabalhos que de princípio eram muito simplesmente a decoração dos móveis. Otto Salomão modificou-o e, sob a sua direcção, na escola de Nâas, Suécia, transformou-se num sistema perfeitamente definido, que brotou e desenvolveu raízes em todo o mundo. No *sloojd*, os modelos são seleccionados de forma a despertar um interesse máximo no aluno, originando o esforço voluntário e mobilizando todas as faculdades. FERREIRA, Pinto, 1915: 40-41.

29 FERREIRA, Costa, 1918: 260.

30 FERREIRA, Costa, 1918: 261.

31 «As aulas começam às 9 horas e terminam às 11 __, havendo de tarde, apenas, trabalhos manuais, tanto para rapazes como para raparigas, trabalhos a cargo de pessoal diferente do que as classes da manhã». FERREIRA, Costa, 1917: 291

32 FERREIRA, Costa, 1918: 261.

essencialmente, para salientar o aluno-artista, para abrilhantar o percurso académico da criança *anormal*. A sua obra de arte, exibida no museu da escola, resgatava da meia-luz o aluno que se via elevado à condição de artista merecedor do pasmo dos outros. Os muitos álbuns, encerrando numerosos trabalhos de alunos, constituíam os vestígios de «como se faz o ensino, como ele é ordenado e qual o aproveitamento».

A *educação integral* do aluno fazia-se também pela música, que não era desprezada. Para o seu ensino, e todos os atardados a aprendiam, era empregue *La Méthode Modale Chiffrée*³³, método que já Rousseau preconizava, fácil para as crianças, e de resultados seguros, mormente se conciliado com a fonomímica como acontecia no Instituto^{34/35}.

Os exercícios de observação, de ortopedia mental, as lições de coisas, ocupavam uma grande parte do tempo. As lições de coisas eram tomadas como ponto de partida, base de todo o ensino, girando em torno delas a composição francesa, o cálculo, etc. À semelhança das outras escolas, o Instituto de Asnières dispunha de bastante material para o ensino das lições de coisas, possuindo cada classe a sua colecção, e havendo no museu uma outra para demonstração e estudo. A diferença residia no facto de que, nesta escola, esse material era usado e o ensino em Asnières tomava um carácter «atraente, o mais prático possível, o mais económico e proveitoso».

*É ainda hoje, com prazer, que me lembro duma encantadora lição feita por M.^{lle} Germaine Louette, que é também a bibliotecária, feita numa linguagem insinuante e clara, sobre o açúcar e a sacarina, durante a qual não vi uma única criança desatenta, e, contudo, ... eram anormais pedagógicos*³⁶.

A biblioteca, gerida por M.^{lle} Louette, era uma vasta sala «onde reina a calma indispensável», e que reunia um número de livros avultado e de qualidade valiosa, ostentando uma grande e muito completa colecção de obras sobre surdos-mudos, bem como sobre *anormais* pedagógicos.

O que mais desencantava Pinto Ferreira era o desprezo a que Asnières estava votado, por parte da comunidade científica. Pelos seus corredores, haviam passado Pioger, Saint-Hilaire e muitos outros grandes vultos a quem a educação de surdos-mudos e de atardados bastante devia³⁷.

33 *La Méthode Modale Chiffrée*, comumente conhecido por J.-J. Rousseau-Galin-Paris-Chevé, nomes dos seus autores, consiste, basicamente, em substituir as notas musicais por códigos. «Ce qui frappe, en effet, lorsqu'on ouvre un manuel d'enseignement musical conçu d'après les doctrines du galénisme, c'est la prédominance du chiffre». PIERROT, 1908: 314.

34 No Instituto de Asnières empregavam-se os preceitos da moderna pedagogia, o que não significava que se desprezassem os processos ainda que antigos mas de bons resultados. «Assim, a fonomímica de Grosselin, tão discutida mas de efeitos sem dúvida importantes, é usada tanto nas classes de surdos-mudos como nas de atardados, e para todas as disciplinas». FERREIRA, Costa, 1918: 259.

35 Augustin Grosselin inventou a fonomímica, método ou processo de ensinar leitura aos surdos, que consiste em pôr de parte, não apenas os textos, mas a palavra, utilizando trinta e três gestos onomatopéicos que remetem para as ideias que os sons e as articulações da voz transmitem à audição. Eugène Brouard. «Phonomimie». fb, document.php?id=3386.

36 FERREIRA, Costa, 1918: 259.

37 FERREIRA, Costa, 1918: 259.

*E por isso é para lastimar que de Asnières pouco ou nada se diga, fazendo-se, parece que proposadamente, um grande silêncio em torno do Instituto, inclusivamente no Dicionário de Pedagogia de Buisson, onde deveria aparecer a ocupar o lugar que lhe compete*³⁸.

Muito semelhante a Asnières, a *Institution Municipale de Lyon, pour sourds-muets, aveugles et arriérés da Rhône et des départements voisins*, era dirigida por M. Lafontaine, e fora fundada por M. Hugentobler, director honorário e que vivia paredes-meias com a instituição^{39/40}.

Aquando da sua visita, e exceptuando a secção de crianças cegas, dirigida por M.^{lle} Extrait, as diferentes classes funcionavam pouco regularmente, em virtude do afastamento de certos elementos importantes, pela mobilização de uma grande parte do professorado francês em virtude da guerra, e ainda porque havia uma certa perturbação na vida do estabelecimento pelo internamento e reeducação de mutilados da guerra, surdos e cegos, à semelhança do que se pretendia fazer no Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa.

Por estes motivos, as classes de atardados da escola de Lyon estavam «nas mãos de pessoal não especializado, por isso incompetente para a sua regência, ainda que com uma boa preparação geral»⁴¹.

No que se refere a instituições particulares, Palyart teve oportunidade de visitar dois estabelecimentos dos arredores de Paris, em Creteil, sob a direcção do Dr. Bérillon, e em Vitry, sob a direcção do Dr. Paul Boncour.

Creteil fica às portas de Paris. O Instituto Médico-Pedagógico do Dr. Bérillon ficava situado num arruamento recente, «em um magnífico palacete, dentro de um belo parque. Se a educação e ensino aí ministrados fossem em harmonia com a casa, sem dúvida, seria este um dos primeiros do género»⁴².

Contudo, o Instituto de Creteil configurava-se mais com uma casa de saúde do que com um estabelecimento pedagógico. As crianças *anormais* não estavam organizadas em classes, eram acomodadas numa sala, que não tinha mobiliário apropriado e «onde se dão umas lições quando o aluno quer e durante o tempo que quer». Como não havia classes regulares, também não existia material didáctico, algo que, na expressão de M. Quinques, professor da parte educativa, não tinha utilidade alguma, servindo apenas para gastar dinheiro.

Outra matéria sensível ao espírito de Palyart residia na realização de trabalhos manuais, aspecto que já merecera veementes críticas na avaliação das classes de Paris e Bordéus. Em Creteil, o cenário era desolador:

38 FERREIRA, Costa, 1918: 259.

39 É de Hugentobler «a melhor monografia sobre a história da educação dos *anormais* na Suíça, trabalho conciso mas preciso – *Développement et situation actuelle de la protection et de l'éducation des anormaux en Suisse*», exemplar oferecido a Palyart, cuja consulta se revelou impossível uma vez que a sua localização é desconhecida.

40 Palyart não teve oportunidade de privar com M. Hugentobler por se encontrar ausente, na Suíça, «parece que tratando da fundação de um novo estabelecimento para atardados».

41 FERREIRA, Costa, 1918: 264.

42 FERREIRA, Costa, 1918: 262.

Dentro do parque, próximo do palacete central, existe um barracão com várias bancadas e alguma ferramenta que, disseram-me, era empregue, outrora, na prática do trabalho manual pelos alunos. Não sei o que possa haver de verdade nisto, dadas as condições de educação no estabelecimento, o que eu pude observar e M. Quinques me declarou⁴³.

Mas o que mais surpreendia Palyart era a excessiva liberdade que habilitava os alunos a fazer o que quisessem e a circularem à sua vontade, sem prestar contas a ninguém. Aliás, «em Creteil não havia só crianças, mas adultos. E tudo faz o que quer, e anda por onde quer»⁴⁴.

Ao luxo do palacete de Creteil opunham-se os vários pavilhões que se levantavam num grande parque, alguns deles já do tempo do antigo instituto do Dr. Bourneville, em Bicêtre. Como não fora possível visitar as classes, que funcionavam num pequeno barracão no meio do parque, as informações que recebera de um antigo funcionário do instituto pareciam assegurar que «alguma coisa aqui se realiza, se não muito bom, pelo menos muito regular, e dando-se a cada aluno a educação que lhe convém, segundo o meio em que ele terá de viver»⁴⁵.

Ficava, assim, completo o roteiro de visitas realizadas em França. Palyart tivera ainda oportunidade de conhecer alguns institutos vocacionados para o ensino de surdos-mudos e cegos, como o Instituto Nacional de Paris e as Écoles des Aveugles, em Lyon. Contudo, como esta não era a sua especialidade, o professor da Casa Pia resolvera não dispensar muita atenção a estes espaços educativos, até porque reservara alguns dias da sua deslocação ao estrangeiro para conhecer grandes vultos da pedagogia moderna: Edouard Claparède e M.^{lle} Alice Descoedres. A visita ao Instituto Jean-Jacques Rousseau⁴⁶ seria a *cereja no topo do bolo*, por se tratar, talvez, do expoente máximo no que se refere à constituição de uma base segura de estudos de psicologia infantil e modos de os aplicar na educação⁴⁷.

A modéstia das instalações do Instituto Rousseau, «uma casa de aparência medíocre, e as suas salas nem são nem grandes nem belas, nem possui um mobiliário por aí além (...)», que deixariam ao visitante comum uma má impressão, não chocam a sensibilidade de Palyart, devidamente prevenido com o «conhecimento das obras que daí têm saído, do que muito aí se tem feito»⁴⁸.

Contudo, ao percorrer as linhas do seu relatório, observa-se que a benevolência da opinião inicial não permanece na avaliação final da instituição, revelando alguma

⁴³ FERREIRA, Costa, 1918: 263

⁴⁴ «Os pensionistas pagam entre 400 e 800 fr. por mês, segundo os cuidados que as famílias reclamam, havendo para os mais velhos quartos particulares». FERREIRA, Costa, 1918: 263

⁴⁵ FERREIRA, Costa, 1918: 263

⁴⁶ Em 1912, por iniciativa de E. Claparède foi criada a Escola das Ciências da Educação a que deu o nome de Instituto Jean-Jacques Rousseau, iniciando aí o curso de pedagogia e de orientação profissional e, logo em seguida, criou a Maison des Petits com a colaboração de M.^{lle} Descoedres, Audemar e outros técnicos. FONTES, 1976: 125.

⁴⁷ Os portugueses Alves dos Santos e António Sérgio já haviam visitado o Instituto Rousseau e privado com o «grande psicólogo de Genève».

⁴⁸ «(...) o laboratório de psicologia e a biblioteca, ambos interessantes, se bem que não muito ricos». FERREIRA, Costa, 1918: 272.

desilusão pela relativa consonância entre a teoria e a prática. Conquanto um espírito menos atento ficasse asfíxiado com a autoridade científica dos anfitriões, Palyart revelase um crítico astucioso, lamentando que a aula da M.^{lle} Descoedres não fosse o que «supunha, não o é a sala, não o é a classe, não o é o material. E, conseqüentemente não o é o ensino», salientando-se a preocupação em «demonstrar que se faz uma coisa e na realidade pratica-se outra bem diferente»⁴⁹.

A sala da classe especial da escola de Malagnou⁵⁰, para não empregar termos dúbios, com toda a franqueza, é péssima, a única condição que tem é ser grande, mas como recebe pouca luz, isso mesmo lhe é prejudicial. Como mobiliário tem o que se usa nas nossas escolas primárias, e não nas mais modernas, umas carteiras pesadas, de dois lugares cada, uma grande ardósia sobre cavalete, e, ao fundo, a mesa da professora, empoleirada num grande estrado de dois degraus⁵¹.

À parte a pobreza das instalações, aspecto que se revela pouco consentâneo com o seu carácter privado, já que pressupõe um maior movimento de verbas, o que mais desconcertou Palyart foi a «falsa pedagogia de exibição» que acompanha os livros de médicos e professores que, em contexto efectivo, não aplicam na sala de aula os métodos que preconizam nas suas obras. «Eu não quero dizer que esta ilustre professora não faça como diz, pratique o que defende nos seus trabalhos; mas somente que não é tanto como se pode supor, nem em tudo, como também se pode e deve inferir da leitura das suas obras»⁵².

A experiência na classe especial de M.^{lle} Descoedres preencheu o aparente fosso cavado entre a actividade desta pedagoga e o que se praticava em Paris, Bordéus ou Lisboa. A percepção de que das palavras às coisas percorre-se uma grande distância, provocou em Palyart a confirmação de uma opinião que há muito suspeitava: «de que o réclame que os livros fazem a muito material didáctico, apontado como indispensável, se baseia, muitas vezes, numa falsa pedagogia de exibição, e nem sempre é próprio e prático; por vezes, a sua apresentação deriva mais do espírito mercantil do que do espírito científico»⁵³.



O balanço da viagem revelou-se, parece-nos, positivo, valendo pela experiência de constatar as fragilidades das práticas pedagógicas empregadas nas escolas francesas. À defraudação das expectativas sobrepõe-se o conforto de notar que o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia não se encontrava a anos-luz do que se dizia ser, à época, o baluarte da vanguarda europeia.

49 FERREIRA, Costa, 1918: 274.

50 Classe especial a cargo da M.^{lle} Descoedres, na dependência do Instituto Jean-Jacques Rousseau.

51 FERREIRA, Costa, 1918: 275.

52 FERREIRA, Costa, 1918: 275.

53 FERREIRA, Costa, 1918: 275.

Apenas o Instituto de Asnières conseguira cativar a admiração de Palyart, provavelmente, também, devido à marginalidade a que estava votado pela comunidade científica que o arredara do rol de tributários para o desenvolvimento da moderna pedagogia.

(...) *quanta maior franqueza, maior seriedade, não vi eu em Asnières nessas belas classes de que ninguém fala, por esses competentíssimos e dedicados professores que as regem, e que ninguém conhece!*⁵⁴.

O regresso a Lisboa e à realidade portuguesa não transportou a desilusão de voltar a casa. Acarreou a certeza de que nas salas de Santa Isabel «muito se fazia», com o pouco de que se dispunha. À semelhança de Asnières, e daí os rasgados elogios dirigidos a esta instituição, o Instituto Médico-Pedagógico favorecia a *educação integral* do aluno, privilegiando a componente manual do ensino, imprescindível quando se trata de crianças *anormais*. As suas salas amplas, luminosas, desafogadas, apanágio de uma *Escola* que se pretendia salutar, aproximavam-se das que visitara em Asnières e que lhe tinham roubado a sua melhor atenção. Era, por isso, alvo do seu respeito.

Dos restantes institutos, pouco ou nada aproveitou. Das suas palavras regista-se a aspereza de quem desmistificou um «embuste». Como se a «falsa pedagogia de exibição» mais não fosse do que uma bem montada campanha de marketing que apenas pretendia publicitar livros e materiais didáticos que não eram, mais tarde, transportados pelos seus autores para a sala de aula. O que se fazia no Instituto Médico-Pedagógico seria, na sua opinião, mais honesto do que vira nestas paragens.

Saliente-se, por último, que a viagem do professor Palyart Pinto Ferreira a estabelecimentos de ensino de crianças anormais, em França e na Suíça, comprova a preocupação em conhecer o que se faz além-fronteiras. Tem-se, desde sempre, a consciência da necessidade de visitar outros espaços educativos para avaliar o atraso ou avanço em que se encontra a realidade portuguesa, de modo a poder progredir ou a constituir exemplo de modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- BROUARD, Eugène (1911) – «Phononimie». In BUISSON, F. (ed. lit.) – *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction primaire publié sous la direction de Ferdinand Buisson*. [Versão electrónica]. Paris: Librairie Hachette et Cie. [Consult. 14.05.2009].
- FERREIRA, António A. da Costa (1916) – *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1915-1916*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- ____ (1917) – *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1916-1917*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- ____ (1918) – *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1917-1918*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- FERREIRA, F. Palyart Pinto (1915) – «As colecções entomológicas na escola primária». In *Boletim Pedagógico*, ano 1, n.º 1. [S.l.]: [s.n.].

⁵⁴ FERREIRA, Costa, 1918: 275.

- ____ (1930) – *A criança anormal – 10.^a lição do curso de aperfeiçoamento para professores de anormais... em 15 de Maio de 1930*. In FERREIRA, F. Palyart Pinto (dir.) – «A criança anormal», 1.º ano, n.º 4. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- FONSECA, Joaquim A. F. (1930) – *Estudos Médico-Sociais sobre protecção a menores anormais e delinquentes*. Lisboa: Tip. do Reformatório Central de Lisboa.
- FONTES, Vítor (1933) – *Crianças anormais*. Lisboa: Livraria Féris.
- ____ (1976) – *No centenário do nascimento do Professor Edouard Claparède*. Separata de «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», tomo XVIII. Lisboa: Academia das Ciências.
- LEMOS, A. Tovar de (1919) – *Como é feita a reeducação dos mutilados da guerra no Instituto Militar de Arroios*. Lisboa: [Tip. de J. Teixeira].
- ____ (1920) – *Terminada a guerra: a obra de reeducação dos mutilados da guerra: sua integração na vida social: resultados obtidos: o que é preciso fazer*. [Lisboa]: Instituto de Arroios.
- MALPIQUE, M. Cruz (1962) – *O Doutor António Aurélio da Costa Ferreira*. Matosinhos: Tip. Leixões.
- NÓVOA, António (dir.) (2003) – *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições Asa.
- PIERROT, A. (1908) – «L'enseignement du chant a l'école primaire et la méthode modale chiffrée». In DUPONT, Paul (ed.) – *Journal des Instituteurs*, n.º 28, 52^{ème} année (5 Avril), p. 314-316. Paris: Librairie Générale.
- PINTASSILGO, Joaquim (2007) – «Imagens e leituras da educação nova em Portugal: os relatórios de bolsiros portugueses em visita a instituições educativas europeias (1907-1909)». In MIGNOT, Ana Christina Venâncio; GONDRA, José Gonçalves – *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez.

PEREGRINOS E VIAJANTES NO NORTE DE PORTUGAL

AS ESMOLAS DISTRIBUÍDAS PELA ORDEM TERCEIRA FRANCISCANA DE BRAGA AOS IRMÃOS «PASSAGEIROS» (1720-1816)*

JULIANA DE MELLO MORAES**

Resumo: Durante o período moderno muitas pessoas estiveram em Braga como viajantes ou peregrinos. Nesta cidade eles encontravam diversas instituições, algumas auxiliavam materialmente e espiritualmente os viajantes. Este é o caso da Ordem Terceira de São Francisco. A partir dos registros contábeis efetuados pela Ordem Terceira foi possível detectar a doação de esmolas a viajantes e peregrinos, o que permitiu analisar o volume e o ritmo das doações e algumas características daqueles que recorreram à associação franciscana em busca de auxílio. Também, as disposições normativas a respeito dessa atividade, a distribuição de esmolas, e a sua gestão pelos irmãos terceiros bracarense foram avaliadas, revelando uma prática assistencial pouco conhecida na historiografia atual.

Palavras-chave: Ordens Terceiras; Viajantes; Assistência; Peregrinações.

Abstract: During the 18th century many people came to Braga as travellers or pilgrims. In this town they found several institutions, some of which helped the travellers materially and spiritually, such as the Third Order of Saint Francis. Based on this Order's records, it was possible to draw a profile of those who sought out the secular order for help. At the same time, this information allowed us to analyze, from a quantitative and qualitative perspective, some relevant characteristics of travellers in northern Portugal during that period. Besides the specifics of those whom the brothers assisted, this paper also evaluates the management of this activity, that of the distribution of alms, by the secular Franciscans of Braga, revealing a welfare practice that is practically unknown in current historiography.

Keywords: Third Orders; Travellers; Welfare; Pilgrimages.

INTRODUÇÃO

Diferentes motivos poderiam animar as pessoas a saírem de suas moradias rumo aos locais de devoção. Entre os peregrinos, durante o período moderno, destacava-se o de pedir proteção e auxílio para aplacar as dificuldades do cotidiano. Igualmente significativos eram os pagamentos de promessas, devido a doenças. Para além das razões diversificadas que estimulavam o ato de peregrinar¹, importa salientar as vicissitudes envolvidas nessa atividade que incluía o imprevisto e o diverso. Os caminhos e as estradas poderiam ocultar perigos e dificuldades, destacando-se os assaltos ou o aparecimento de doenças, muitas vezes provocadas pela fome e cansaço².

* Este texto foi elaborado segundo as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

** Doutora em História e investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». O seu campo de investigação versa sobre a História Social e Religiosa no Período Moderno, com ênfase em Portugal e na América portuguesa. Apresentou e publicou diversos trabalhos sobre a configuração social e as práticas religiosas e assistenciais nas Ordens Terceiras franciscanas do Império português.

1 Um perdão real, determinando o final de um degredo, poderia justificar uma peregrinação, tal como fez Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, em 1640. Cf. OLIVEIRA, 1997: 487-505.

2 MORENO, 1986: 84-85; MARQUES, 1997: 98.

Para apoiar os viajantes nos caminhos encontravam-se variadas instituições, as quais proviam assistência àqueles que viajavam, tais como os hospitais criados exclusivamente para atender os peregrinos³. Os conventos e os mosteiros também proporcionavam asilo e alimentação aos viajantes, desempenhando um papel crucial nessa atividade desde a Idade Média⁴. Durante o período moderno, além dessas instituições, encontravam-se as Santas Casas da Misericórdia⁵.

De facto, estas instituições também atendiam peregrinos, destacando aqueles que seguiam para Santiago de Compostela. Nas Misericórdias os viajantes recebiam assistência hospitalar, sendo possível, após este atendimento, solicitar uma «carta de guia»⁶. Este documento atestava a pobreza do viajante e garantia-lhe o auxílio em instituições congêneres. Para a obtenção da «carta de guia», o interessado deveria elaborar uma petição dirigida à instituição na qual expunha a sua condição e necessidade⁷. A assistência e os valores disponibilizados aos viajantes variavam consoante o tipo de solicitação, podendo inclusive ser fornecido o transporte aos solicitantes. Em Ponte da Barca, por exemplo, a esmola para o pagamento de uma cavalgadura até a vila dos Arcos de Valdevez custava 120 réis à Santa Casa⁸.

Em Braga, a Misericórdia atendia viajantes e peregrinos distribuindo a cada solicitante, em média, 20 réis⁹. O auxílio prestado aos viajantes pela Santa Casa, em Braga, merece destaque, pois a presença de peregrinos que seguiam em direção a Santiago de Compostela era bastante comum entre os bracarenses¹⁰. A cidade, desde o período medieval, fazia parte dos trajetos que ligavam Portugal à Espanha, utilizados pelos devotos tanto portugueses quanto estrangeiros¹¹. Não era apenas a localização geográfica que favorecia a presença de peregrinos e viajantes em Braga, pois a cidade possuía importantes centros de devoção e diversas instituições religiosas, os quais atraíam os peregrinos em busca de alento espiritual ou auxílio material, durante sua jornada¹². Entre os variados templos da cidade, a igreja da Sé constituía-se num «ponto de passagem obrigatório dos romeiros»¹³.

A ORDEM TERCEIA DE SÃO FRANCISCO DE BRAGA E OS IRMÃOS «PASSAGEIROS»

A centralidade de Braga no Norte de Portugal e a valorização dos seus centros devocionais estimulavam, assim, a afluência de viajantes, que encontravam instituições, como a Santa Casa da Misericórdia, com eventual disponibilidade para os assistir. Neste contexto,

3 SÁENZ TERREROS, 1986: 418.

4 BLAZQUEZ, 1998: 115; MARQUES, 1991: 17-22.

5 LOPES, 2009: 49-66.

6 ARAÚJO, 1997: 128.

7 PEREIRA, 2008: 263-264; ARAÚJO, 2003: 32-33;

8 PEREIRA, 2008: 264.

9 CASTRO, 2006: 108-114.

10 PENTEADO, 2000: 358.

11 MORENO, 1986: 77-89.

12 MARQUES, 2006: 243-262.

13 OLIVEIRA, 1997: 500.

o estudo aqui desenvolvido propõe-se analisar o papel assistencial protagonizado pela Ordem Terceira de São Francisco de Braga.

A pesquisa realizada no arquivo desta Ordem Terceira revelou o pagamento de esmolas a viajantes e peregrinos desde 1720 até, pelo menos, 1816¹⁴. Com efeito, entre os registros contábeis elaborados pela associação secular, em meio às despesas efetuadas, localizam-se informações sobre a distribuição constante de esmolas àqueles viajantes. Estes são denominados irmãos «passageiros».

Os dados sobre a doação de esmolas facultadas pelos livros financeiros da instituição mostram-se, no entanto, em sua maioria, lacônicos. A falta de precisão nos apontamentos não permite, pois, identificar com fiabilidade a origem de todos os viajantes que receberam auxílio¹⁵. A documentação indica fundamentalmente a quantidade e o valor das esmolas distribuídas, sendo possível, pelo menos, apurar o número total de viajantes que solicitaram o auxílio no decorrer do período.

A partir desses elementos é possível, então, começar a analisar a expressividade dessa prática assistencial entre os irmãos terceiros de Braga e tentar reconstituir as relações dessas instituições com o contexto no qual funcionavam. Perspectiva tanto mais interessante quanto os estudos elaborados sobre as Ordens Terceiras franciscanas, tanto em Portugal quanto no Brasil, até a atualidade, não revelarem entre as práticas assistenciais promovidas por essas associações o auxílio a viajantes¹⁶. O que sugere, adiantamos como hipótese, a existência de eventuais diferenciações nas atividades assistenciais desenvolvidas pelas ordens seculares franciscanas, pois parecem variar de acordo com a realidade circundante. Este trabalho visa, assim, analisar um aspecto ainda pouco explorado na historiografia dedicada aos estudos das Ordens Terceiras franciscanas ou às práticas de assistência no período moderno, a saber: a relação com os irmãos «passageiros»¹⁷.

Além dos livros dedicados às finanças do sodalício¹⁸, para analisar a distribuição de esmolas aos viajantes foram utilizados textos normativos tanto de caráter geral, ou seja, as disposições normativas redigidas para a globalidade das Ordens Terceiras franciscanas em Portugal¹⁹, quanto os estatutos elaborados pelos irmãos seculares de Braga²⁰.

A «PATENTE» DO VIAJANTE E A SELEÇÃO ASSISTENCIAL

Importa começar por salientar que a distribuição de esmolas para os viajantes, realizada pela Ordem Terceira bracarense, não decorria indiscriminadamente, sendo necessária a apresentação da «patente» pelo solicitante antes de receber o auxílio.

14 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*.

15 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760; Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787; Livro de Recibo do Sindico da Ordem Terceira 1801-1820*.

16 ARAÚJO, 2004: 47-60; BARREIRA, 2002: 100-101; MARTINS, 2001: 169-221; ARAÚJO, 2000: 350; EIRAS, 1980: 21-35.

17 MORAES, 2010a: 187-195.

18 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760; Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787; Livro de Recibo do Sindico da Ordem Terceira 1801-1820*.

19 SÃO LUIS & MONTE OLIVETE, 1669; SÃO FRANCISCO, 1684.

20 AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742*.

No universo das Ordens Terceiras franciscanas, independentemente da sua localização, os textos normativos gerais para as agremiações seculares e as determinações estatutárias de cada instituição prescreviam a confecção da «patente»²¹. A «patente» comprovava a ligação de homens e mulheres à Ordem Terceira franciscana. Entregue no momento da filiação na instituição, após a profissão, esse documento indicava fundamentalmente o local e a data de associação à ordem secular e os dirigentes da instituição naquele momento²². Recomendava-se que levassem «sempre consigo esta Patente os irmãos, para onde quer que forem, para que conste na terra onde chegarem, que sam Terceiros e sejam admitidos como taes aos exercicios e sufragios da Ordem nas ditas terras»²³.

A identificação proporcionada pela «patente», tal como por uma «carta de guia», disponibilizada pelas Misericórdias, denotava aos viajantes maior segurança na sua jornada, tanto no âmbito espiritual quanto material. Estes documentos comprovativos da condição do viajante ou peregrino configuravam-se num elemento essencial, pois a desconfiança fazia parte do cotidiano das populações de antanho.

A pobreza generalizada aliada ao temor aos mendigos e vagabundos incentivava, portanto, a criação de estratégias por parte das instituições para reconhecer aqueles que mereciam apoio. É que, refira-se, a inevitabilidade ou a eventual encenação da pobreza²⁴ pressionava, pela extensão do fenómeno, a própria capacidade financeira das instituições²⁵.

A precariedade econômica justificava o temor a mendigos e vagabundos. Estes vagavam pelos núcleos urbanos, sendo considerados «pobres voluntários, sem auréola de santidade»²⁶. Detentores de pecados, vícios e outras características desvalorizadas, tornavam-se pobres que não mereciam auxílio ou a assistência tanto de particulares quanto de instituições. Neste sentido, as associações leigas ou religiosas escolhiam cautelosamente os seus beneficiados, fazendo parte do cotidiano das mais diversas instituições a seleção dos receptores da assistência. A prestação de auxílio decorria mediante uma avaliação dos solicitantes, sendo utilizados critérios relacionados aos distintos serviços prestados pelas associações²⁷.

21 SÃO FRANCISCO, 1684: 550. AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742*, fls. 8-9; *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Xabregas*. Lisboa: Oficina Silviana e da Academia Real, 1742, p. 26; *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do nosso serafico padre São Francisco da cidade*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787, p. 9.

22 A entrada nas Ordens Terceiras franciscanas constituía-se num processo complexo marcado pelo noviciado e profissão. O noviciado se configurava num período de um ano, no qual o candidato a irmão terceiro aprendia as disposições normativas da Ordem, acompanhava as cerimônias religiosas e demonstrava a sua obediência aos dirigentes da instituição. A profissão marcava a entrada definitiva do noviço na Ordem Terceira e decorria num evento de grande valor simbólico no qual o professo jurava diante da comunidade secular a sua disposição em viver de acordo com as premissas religiosas e em obedecer a hierarquia administrativa do sodalício. A respeito do noviciado e da profissão nas Ordens Terceiras franciscanas consultar SÃO LUIS & MONTE OLIVETE, 1669: 77; MORAES, 2010b: 215-223.

23 SÃO FRANCISCO, 1684: 550.

24 ARAÚJO, 2003: 19-20; WOOLF, 1989: 35.

25 ARAÚJO, 2003: 13, 17, 19; SÁ, 2002: 315.

26 XAVIER, 1999: 71.

27 SÁ, 2000: 140.

Durante o século XVII, no caminho de Santiago, por exemplo, a presença constante de falsos peregrinos atraídos pelas múltiplas oportunidades de usufruir dos benefícios prestados pelas organizações, no decorrer do trajeto, incentivou a criação de métodos mais rigorosos para a seleção dos beneficiados. Ladrões, mendigos ou foragidos encontravam, nos caminhos jacobeus, oportunidades de sobrevivência e auxílio, o que provocou inclusive a queda do prestígio da peregrinação a Santiago, evidenciado pela literatura espanhola da época²⁸.

Diferentes métodos faziam parte da identificação dos viajantes. Em Zaragoza, por exemplo, os peregrinos deveriam adquirir um atestado comprovando a sua situação. Este documento lhes permitia obter atendimento hospitalar e esmolas, nos séculos XVIII e XIX²⁹. Em França, durante o século XVIII, aquele que desejasse seguir até Santiago de Compostela deveria primeiramente solicitar uma identificação ao pároco da sua residência para fazer a viagem, explicitando os motivos para a sua deslocação. No seu retorno estava obrigado a entregar, ao mesmo pároco, a «compostela» para atestar a sua peregrinação³⁰. A «compostela» era um documento elaborado pelo cabido da catedral de Santiago que confirmava a chegada do fiel à cidade e garantia ao peregrino acesso à assistência no seu retorno para casa.

Possuir identificação confirmando as razões do deslocamento e a ligação a instituições permitia ao viajante obter auxílio nos mais variados locais. Nesse sentido, a posse da «patente» pelos irmãos terceiros franciscanos que se encontravam em trânsito configurava-se numa mais valia excepcional, pois com este documento atestavam a sua condição de católicos, através da sua ligação a uma instituição religiosa vinculada à Ordem mendicante. Também afastavam as suspeitas de vagabundagem ou mendicância, pois provavam pertencer a uma instituição que requeria de seus membros capacidade financeira e boa conduta moral.

Em Braga, após provar pertencer à comunidade de irmãos seculares franciscanos, usando para isso a «patente», o ministro (principal responsável da Mesa Administrativa) autorizava a entrega de uma esmola ao viajante. Este valor, entregue aos irmãos terceiros pela associação bracarense alterou-se no decorrer do tempo. Mas, a partir de 1742, foi fixado em 50 réis³¹.

Os textos normativos gerais e particulares, produzidos por distintas Ordens seculares de São Francisco, em Portugal, não relatam essa prática de dar esmola aos viajantes³². Sem resultados assentes na análise sistemática das práticas assistenciais a viajantes, para poder comparar, cabe apenas, de momento, reforçar a necessidade de estudar em detalhe

28 SINGUL, 1999: 245.

29 ESPARZA URROZ, 2002: 94.

30 SINGUL, 1999: 74, 244-245; DENIS & MILLOT, 2004: 20.

31 AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742*, fls. 36, 89.

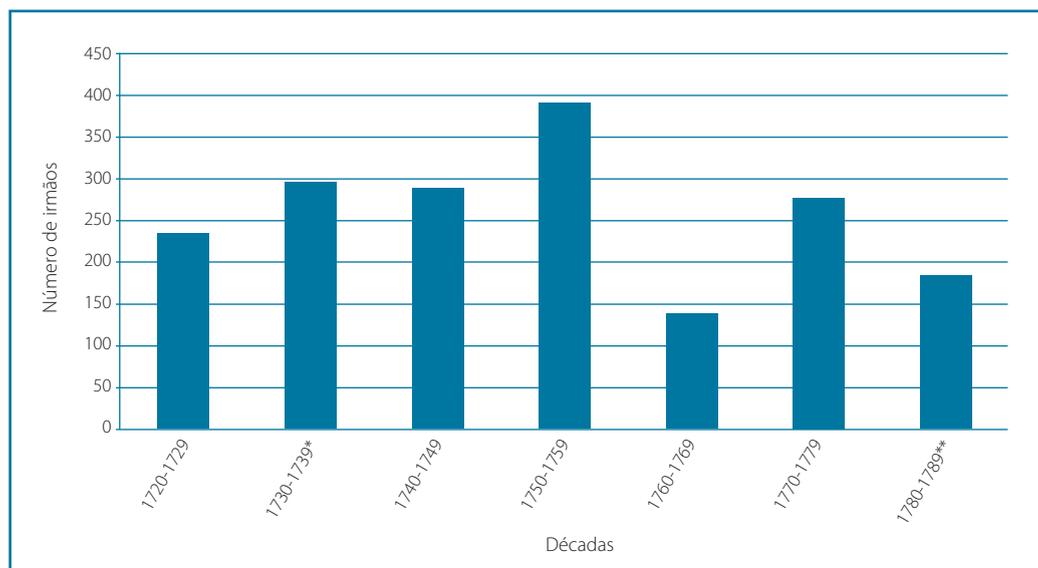
32 AOTB – *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742; Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Xabregas*. Lisboa: Oficina Silviana e da Academia Real, 1742; *Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do nosso serafico padre São Francisco da cidade*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787; *Estatutos e Regra da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares Vivas, 1751.

estas instituições de forma a estruturar com clareza a especificidade dos diversos contextos de acção³³. Os resultados que apresentaremos em seguida, não podem, assim, ser generalizados, como reflexo (ou não) de uma prática comum em Portugal.

AS ESMOLAS AOS IRMÃOS TERCEIROS «PASSAGEIROS»

Romeiro e peregrino foram as palavras encontrados no rol de contas para designar esses viajantes. Entre 1720 e 1786, a Ordem Terceira de São Francisco de Braga distribuiu esmolas a 1805 viajantes. Os livros de despesa dos síndicos, apesar dos lapsos temporais devido ao extravio de documentação, permitiram calcular com alguma fiabilidade a distribuição dessas esmolas entre 1720-1786.

Gráfico 1: Número de irmãos terceiros atendidos com esmolas pela Ordem Terceira de São Francisco de Braga (século XVIII)



Fonte: AOTB – Livro da despesa do síndico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760; Livro da despesa do síndico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787.

* Nos anos de 1731 e 1733, não foram discriminados os gastos, constando somente os valores sem indicações ao que foi pago.

** O número corresponde somente ao intervalo de 1780-1786, pois não há livros de despesa dos síndicos para os últimos anos do século XVIII.

Apesar de atender um número significativo de irmãos terceiros franciscanos, durante todo o século XVIII, foi durante a década de 50 que os pedidos tornaram-se mais expressivos. Em 1751, registam-se 85 esmolas, e no ano de 1755 são 80, atingindo-se

33 Apesar dos estudos dedicados as Ordens Terceiras franciscanas, tanto em Portugal quanto no Brasil, não tenham evidenciado a distribuição de esmolas a viajantes e peregrinos, convém ressaltar a existência de bibliografia que analisa a execução dessa tarefa entre os irmãos seculares espanhóis. Algumas Ordens Terceiras de São Francisco, em Espanha, forneciam auxílio aos viajantes, tal como seculares de Braga. Portanto, entre os espanhóis a «patente», comprovando a filiação a uma instituição secular franciscana também permitia ao viajante obter assistência. Em Santiago de Compostela ou Padrón, por exemplo, parte dos rendimentos das associações seculares franciscanas destinava-se a auxiliar os irmãos terceiros oriundos de outras ordens seculares que estavam viajando. Cf. REY CASTELAO, 1998: 35; GONZÁLEZ LOPO, 2005: 582.

assim o patamar mais elevado³⁴. A relação deste patamar provavelmente relaciona-se com o Terramoto de Lisboa de 1755.

A quase total ausência de características, tanto sociais quanto da naturalidade, dos viajantes, não permite, como já referimos, fixar e aprofundar os motivos ou a origem da maioria dos assistidos, dificultando a interpretação dos ritmos de evolução de viajantes.

Nas anotações financeiras do sodalício, em alguns momentos, foi expressa a origem dos viajantes. Essas informações, contudo, foram elaboradas sem rigor, sendo mencionados indistintamente reinos, cidades ou vilas. Deste modo, entre aqueles que receberam esmolas da Ordem Terceira bracarense encontravam-se pessoas oriundas da Alemanha, Itália, Espanha, Polónia e França³⁵. Em outros registros foram especificados núcleos populacionais como Barcelona, Roma, Madrid, Nápoles, Sevilha, Murcia³⁶.

Não foram somente os viajantes estrangeiros auxiliados pela Ordem Terceira de Braga. Portugueses também solicitaram esmolas como viajantes ou peregrinos à instituição, refletindo a difusão das ordens seculares franciscanas e a mobilidade no interior do reino. A formação de novas Ordens seculares franciscanas, a partir de 1650, terá proporcionado o crescimento do número de irmãos terceiros em Portugal³⁷. Paralelamente, o reforço do sentido penitencial característico das peregrinações, a partir do século XVII, adapta-se perfeitamente à vivência religiosa dos irmãos terceiros, pautada fundamentalmente nas variadas práticas sacramentais³⁸. No que diz respeito à geografia de origem dos assistidos, Évora, Setúbal, Guimarães, Porto, Lisboa, Estremoz, Torres Vedras e Almeida foram algumas das localidades referidas³⁹.

Em alguns anos, os registros foram realizados com maior cautela e indicam a origem de todos os viajantes que receberam esmolas. Isso ocorreu em 1725, quando alguns viajantes que traziam a «patente» receberam a esmola destinada aos «irmãos passageiros». Foram atendidas naquele ano 29 pessoas, sendo que 20 residiam além das fronteiras de Portugal. Os irmãos terceiros de Portugal, auxiliados pela ordem secular de Braga, eram originários de Évora, Aveiro, Tomar, Vila Real e Lisboa, revelando a variedade nos pontos de partida, os quais englobavam tanto o Norte quanto o Sul de Portugal. Quanto aos estrangeiros foram registradas 15 pessoas originárias da Catalunha, Galiza, Andaluzia, Castela e dos núcleos urbanos de Murcia, Barcelona, Sevilha e Zaragoza. Roma, Milão, Florença e o «Reino de Sabóia» foram outras das origens apontadas por cinco viajantes⁴⁰. Apesar da pequena representatividade desses dados, não deixa de ser importante salientar a presença maciça de estrangeiros solicitando esmolas à Ordem Terceira bracarense.

34 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 144v-194v.

35 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 36v., 116, 133v., 148, 165.

36 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 34v., 107v., 133v., 134v., 136v.

37 RÊGO & JESUS & AMORIM, 2005: 111-133.

38 PENTEADO, 2000: 349.

39 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 134, 136v., 139, 141, 148.

40 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1760-1787*, fls. 31v.-36.

Além da proveniência, foi possível saber o gênero daqueles que receberam a esmola da Ordem Terceira bracarense. Em 1725, somente duas mulheres constaram entre os viajantes, sendo as duas assistidas juntamente aos seus maridos. Apesar da enorme presença das mulheres entre os receptores da assistência nas instituições da época⁴¹, no que se refere às esmolas entregues aos irmãos «passageiros», seu número parece ser bastante restrito. Normalmente acompanhadas de homens, na maioria dos casos de seus maridos, ou muito provavelmente outros familiares⁴², as informações disponibilizadas pela documentação sugerem, talvez, uma fraca participação feminina nesta modalidade de peregrinações ao longo da época moderna.

Como já foi referido, a presença de peregrinos que seguiam em direção a Santiago de Compostela mostrava-se recorrente entre os bracarenses⁴³. Todavia, o movimento de pessoas em direção a Santiago de Compostela diminuiu consideravelmente no século XIX⁴⁴. Esta tendência talvez justifique o favorecimento de somente dez irmãos «passageiros», entre 1801 e 1816, pela Ordem Terceira⁴⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui estudados mostram a prática, ao longo de mais de um século, de assistência aos viajantes por parte de uma Ordem Terceira franciscana. A posse da «patente», comprovando a filiação a ordem secular, poderia garantir o acolhimento nas localidades onde havia uma Ordem Terceira. Desse modo, os irmãos terceiros franciscanos participavam de uma comunidade mais ampla, a qual lhes propiciava vantagens nos momentos de viagens e peregrinações, lhes assegurando melhores condições financeiras durante o seu trajeto.

O forte impacto da peregrinação entre os bracarenses, comprovando a centralidade deste núcleo urbano nos caminhos jacobeus portugueses, refletia-se obviamente nas suas instituições. Neste contexto, a Ordem Terceira franciscana de Braga sugere a existência de especificidades nas formas assistenciais realizadas pelas associações seculares franciscanas, nomeadamente no intuito de atender os que estavam de passagem.

Importará, no futuro, no quadro geral da investigação sobre este tema de assistência em viagem, alargar o espaço de observação, e abranger as instituições que, de forma complementar ou concorrencial, asseguravam as modalidades de acolhimento dos que viajavam, proporcionando-lhes esmolas e outro tipo de auxílio. As redes configuradas por este tipo de práticas, os esquemas de inter-conhecimento que se iam fixando no horizonte das vilas e cidades, os ritmos, os padrões e as motivações das próprias viagens, são outras tantas questões a merecer maior atenção por parte da historiografia.

41 ARAÚJO, 1997: 123.

42 AOTB – *Livro da despesa do sindico da Ordem Terceira de Braga 1710-1760*, fls. 29v.-30, 35.

43 PENTEADO, 2000: 358.

44 PENTEADO, 2000: 358.

45 AOTB – *Livro de Recibo do Sindico da Ordem Terceira 1801-1820*, fls. 46-46v., 60, 63v., 69v., 71.

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE BRAGA (AOTB)

Livros da despesa do síndico da Ordem Terceira de Braga, 1710-1760, 1760-1787, 1801-1820.

FONTES IMPRESSAS

Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da cidade de Braga 1742.

Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de São Francisco de Xabregas. Lisboa: Oficina Silviana e da Academia Real, 1742.

Estatutos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia do nosso serafico padre São Francisco da cidade. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1787.

Estatutos e Regra da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto. Lisboa: Oficina de Manoel Soares Vivas, 1751.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, António de Souza (2000) – «Ordens Terceiras». In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (1997) – «Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias do alto Minho». In *Diálogos*, vol. 9, n.º 2, p. 121-142.

____ (2003) – *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

____ (2004) – «Vestidos de cinzento: os irmãos terceiros franciscanos de Vila Viçosa, através dos Estatutos de 1686». *Revista de Cultura Callipole*, n.º 12, p. 47-60.

BARREIRA, Aníbal José de Barros (2002) – *A assistência hospitalar no Porto 1750-1850*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto.

BLAZQUEZ, Adrian (1998) – «L'Espagne de Jean Bonneze et de Jean-Pierre Racq». In BONNECAZE, Jean; RACQ – *Voyage de deux pelerins à Compostelle au XVIII siècle. Collection «pour mémoire»*. Pau: Cairn.

CASTRO, Maria de Fátima (2006) – *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

DENIS, Vincent; MILLOT, Vincent (2004) – *Police et identification dans la France des Lumières*. «Genèses», n.º 54, p. 4-27.

EIRAS, José Aníbal Guimarães da Costa (1980) – «A obra assistencial dos terceiros franciscanos portugueses». In *Actas do Colóquio «O Porto na Época Moderna»*, vol. III, p. 21-35. Porto: Centro de História da Universidade do Porto.

ESPARZA URROZ, José María (2002) – «Hospitalidad al peregrino dentro de La diócesis de Zaragoza entre los años de 1771 al 1807». In *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, n.º 76-77, p. 91-128.

GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. (2005) – «Balance y perspectivas de los estudios sobre la VOT franciscana en Galicia (siglos XVIII-XIX)». In *El franciscanismo en la Península Ibérica. I Congreso Internacional*, p. 567-584. Barcelona: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos.

LOPES, Maria Antónia (2009) – *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARQUES, José (1991) – «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média». In *Revista da Faculdade de Letras – História*, n.º 11, p. 9-22.

____ (1997) – «Viajar em Portugal, nos séculos XV e XVI». In *Revista da Faculdade de Letras – História*, n.º 14, p. 91-121.

____ (2006) – «Os santos dos caminhos portugueses». In *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. 7, p. 243-262.

- MARTINS, William de Souza (2001) – *Membros do corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*. Tese de Doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MORAES, Juliana de Mello (2010a) – «As práticas assistenciais entre os irmãos seculares franciscanos nas duas margens do Atlântico (século XVIII)». In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra – *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, p. 185-196. Porto: CITCEM.
- ____ (2010b) – *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- MORENO, Humberto Baquero (1986) – «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média». In *Revista da Faculdade de Letras*, vol. 3, p. 77-89.
- OLIVEIRA, Aurélio de Araújo (1997) – *Peregrinação em Portugal meados de seiscentos (Olhares e impressões das terras e das gentes)*, p. 487-505. Porto: [s.n.].
- PENTEADO, Pedro (2000) – *Peregrinações e Santuários*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, p. 346-359 Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Maria das Dores de Sousa (2008) – *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.
- RÊGO, Célia; JESUS, Elisabete; AMORIM, Inês (2005) – «Uma confraria urbana à sombra de um espaço conventual – os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco do Porto – espiritualidade e sociabilidade (1633-1720; 1699-1730)». In *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos: Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*, p. 111-133. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto.
- REY CASTELAO, Ofélia (1998) – «La Orden Tercera franciscana en el contexto del asociacionismo religioso gallego del Antiguo Regimen. La V.O.T. de la villa de Padrón». In *Archivo Ibero-Americano*, n.º 58, p. 3-48.
- RIBEIRO, Bartolomeu (1952) – *Os terceiros franciscanos portugueses. Sete séculos da sua história*. Braga: Tipografia Missões Franciscanas.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2000) – «Assistência». In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, p. 140-148. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ____ (2002) – «Estatuto social e discriminação: formas de seleção e de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime». In LEANDRO, Maria Engrácia; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; COSTA, Manuel da Silva (org.) – *Saúde: as teias da discriminação social. Actas do Colóquio Internacional «Saúde e discriminação social»*, p. 303-334. Braga: ICS Uminho.
- SÁENZ TERREROS, Victoria (1986) – «El hospital de peregrinos y La cofradia de Santo Domingo de La Calzada hasta La crisis del Antiguo Regimen (s. XI-XVIII)». In *Actas Segundo Coloquio sobre Historia de La Rioja*, vol. 1, p. 409-419.
- SÃO FRANCISCO, Luís de (1684) – *Que contem tudo o que toca a origem, regra, estatutos, cerimonia, privilégios, progressos da sagrada Ordem Terceira de nosso seraphico padre São Francisco*. Lisboa: Oficina Miguel Deslandes.
- SÃO LUIS, António de; MONTE OLIVETE, Manoel do (1669) – *Regra dos Irmãos Terceiros da Sancta, & veneravel Ordem Terceira da Penitencia, que instituhio o Seraphico P. S. Francisco & decisoes e resoluçoens de algus duvidas, sobre o estado da mesma Ordem Terceira*. Lisboa: Oficina de João da Costa.
- SINGUL, Francisco (1999) – *Historia Cultural do Camiño de Santiago*. Vigo: Editorial Galaxia.
- WOOLF, Stuart (1989) – *Los pobres en la Europa*. Barcelona: Editora Cútica.
- XAVIER, Ângela Barreto (1999) – «Amores e desamores pelos pobres: imagens, afectos e atitudes (sécs. XVI e XVII)». In *Lusitania Sacra*, tomo XI, p. 59-85.

DA IMPERFEIÇÃO, OU O COMPLEXO DE BABEL

LUÍS ADRIANO CARLOS*

Resumo: *Servindo-se de um romance do início do milénio – A Imperfeição, de João Paulo Sousa –, o autor desenvolve uma reflexão crítica acerca do problema da comunicação ética e estética, perspectivado à luz de uma reinterpretação do mito de Babel como origem simbólica e bendita do universo literário e cultural. As personagens do romance em análise, tomadas como símbolos da sociedade contemporânea, debatem-se com a tragédia da «imperfeição das palavras», representando-se como seres estrangeiros devorados pelo mal-entendido da comunicação, mas é na viagem através do sonho de uma língua perfeita que acabam por naufragar, vítimas da sua crença incondicional na ideologia da identidade e da unicidade que marca os nossos tempos de globalização.*

Palavras-chave: Babel; Comunicação; Estética; Imperfeição.

Abstract: *Based on a novel published in the beginning of the Millennium – A Imperfeição, by João Paulo Sousa –, the author critically reflects on the problem of ethic and aesthetic communication, framed by a reinterpretation of the myth of Babel as the symbolic and blessed origin of the cultural and literary universe. The novel's characters, taken to be symbols of contemporary society, struggle with the «imperfection of words», representing themselves as foreign beings devoured by the misunderstanding of communication. However, it is on the journey across the dream of a perfect language that they are marooned, victims of their unconditional belief in the ideology of identity and unicity that characterize our times of globalization.*

Keywords: Babel, Communication, Aesthetics; Imperfection.

O romance *A Imperfeição*, de João Paulo Sousa, interroga um dos grandes temas da metafísica universal, a imperfeição humana, com repercussões profundas na teoria da comunicação ética e estética¹. A cadeia narrativa representa o ciclo evolutivo de um trio de personagens portuenses: Renato, Helena e Isabel, respectivamente tradutor, jornalista e empregada de bar, figuras delineadas como mundos interiores e estanques, debatendo-se com sucessivas mudanças de estado até ao limiar intransponível da fluidez e da porosidade. São criaturas que gritam por dentro como os filhos de Tiestes, enclausuradas no desespero da mais profunda e insuportável solidão. A linguagem é a sua segunda pele, mas pele tatuada pelas aporias da comunicação, opaca e imporosa, mera superfície diáfana de uma enfermidade ontológica sem cura possível – daí a tragédia que dilacera as suas vidas.

O leitor acede sem esforço ao universo oculto destas existências moribundas graças à rigorosa técnica cinematográfica da narrativa, que esbate a fronteira entre os mundos interior e exterior por meio de focalizações variáveis de grande mobilidade. Porém, num certo sentido, este narrador faz com as palavras o que o cinema dificilmente consegue realizar com os seus materiais específicos, filmando em detalhe, quase até à morbidez, o corrimento e as coagulações da interioridade psicológica sem a intrusão das formas

* Universidade do Porto.

¹ SOUSA, 2001. Além deste romance, o autor publicou, no mesmo género, *Os Enganos da Alma*, em 2002, e *O Mundo Sólido*, em 2009.

corporais e da parafernália dos seus adereços. Narrador mais ou menos omnisciente, em termos académicos, prefiro concebê-lo como câmara oculta que se apossa da intimidade dos seres, uma *câmara de pensar* apropriando-se dos pensamentos das personagens para urdir a sua trama com a arte do mais refinado pudor, capaz de desvendar as ebulições secretas das suas cabeças perdidas e todavia relutante em magnificar o esplendor da carne e dos poros cutâneos. Através das sedas diáfanas que apenas sugerem a própria sugestão das cintilações dérmicas, investindo a força do desejo na Babel das ideias que ameaça desabar dentro das personagens atormentadas pelo pensamento sensível do Nada e do Absurdo, a câmara do narrador capta com precisão as sombras mais tenebrosas destas existências em diagonal inclinadas para o colapso da luz («As palavras são oblíquas à visão, pensa Renato, apenas percebemos a sua sombra»²). Em suma, o que visionamos no ecrã das palavras é uma comunidade de seres nimbadados por um halo de vazio semiológico, que fecham o mundo sobre si mesmos e que nessa medida encenam uma parábola romanesca da incomunicação humana.

Este panorama difuso não ilude a evidência dos temas existenciais, que integram João Paulo Sousa numa genealogia concreta em que avulta Vergílio Ferreira como ascendente directo, mas que não deixa de ter um alto preço para um autor da sua geração literária. Com efeito, os escritores existencialistas viveram e vivem, em Portugal, duas espécies de maldição relapsa que só os nobilita, a da insídia ideológica e a da anacronia estilística. A acusação e a culpa são de resto dois dos seus temas favoritos, aliás não ausentes deste romance. Em todo o caso, os existencialistas sabem, desde Camus, que ninguém é inocente e que todos somos culpados, razão pela qual não devem levar a mal as incompreensões e os projecteis. Pelo contrário, eles têm bons motivos de orgulho na sua nobre linhagem, porque quem se filia na interrogação filosófico-literária da existência, questionando poeticamente a própria linguagem que lhe dá ou retira o sentido, respira o ar poluído de alguns dos maiores criadores da Modernidade, de Dostoievsky a Musil, de Kafka a Sartre, de Camus a Beckett. Sendo estas as referências nucleares de João Paulo Sousa, não surpreende que os grandes temas existenciais percorram *A Imperfeição*: o ridículo, a farsa, a hipocrisia e a impostura; a liberdade de escolha e a responsabilidade da acção; a culpa e a punição; o sentimento do abandono, a solidão, a angústia e o absurdo da condição humana; a revolta e o desespero; o silêncio irracional do mundo, a vivência trágica do Nada, a náusea e o suicídio. Os mitos de Sísifo e de Ícaro, timbrados por Camus, são aliás explícitos, em todos os quadrantes da narrativa, como modelos de inteligibilidade para a compreensão do sentido da existência. Tal como Sísifo e Ícaro, as três personagens vivem uma extrema condenação à rotina sem esperança e à queda das alturas, uma vez que o Homem é por natureza um *estrangeiro* exilado no *mal-entendido*, para tirar proveito de dois títulos de Camus. Renato, Helena e Isabel são, assim, *estrangeiros* devorados pelo *mal-entendido*, isto é, pela imperfeição do entendimento humano, dolorosamente vivida, *ab origine*, porque dela têm plena consciência e, sobretudo, porque se representam a si mesmos como autoconsciências dessa consciência sem saída.

² SOUSA, 2001: 115.

Subentendido este contexto, o romance adquire uma arquitectura temática que clarifica sensivelmente o andamento da sua trama. Os mundos estanques, cristalizados nas três personagens e nos seus satélites, flutuam pela atmosfera de um universo filosófico dotado de um sistema de valores subjacente a uma dada visão do mundo. Dir-se-ia que, tal como assimilar o princípio da gravidade ajuda a mover os pés com segurança na superfície da Terra, compreender a visão existencialista, bem como as suas fundações fenomenológicas e dialécticas, é um incremento de monta para o entendimento do mundo povoado por Renato, Helena e Isabel. É certo que *A Imperfeição* consiste antes de mais num romance de personagem, mas acaba sem dúvida por se consumir como romance filosófico. Um leitor que nele procure uma narrativa de entretenimento sairá defraudado e poderá culpar o autor, e eventualmente pedir indemnização por danos financeiros e morais. Não significa isto que a presuntiva falta constitua um *handicap* de que o autor deva lamentar-se, pois a profundidade conceptual e ideológica do texto é largamente compensada pela leveza sintáctica e arquitectónica da sua matéria estilística. A leveza, recordemos ao consumidor, é uma das seis propostas de Italo Calvino para este milénio.

Um romance filosófico não implica, como este não implica, um romance repassado de próteses, enxertos, citações, paráfrases, circunlóquios ou empastes, e muito menos um romance notavelmente pesado com capacidade para emular o típico romance histórico. Um romance filosófico, porque é romance, ou poesia narrativa em prosa, distingue-se radicalmente de um tratado de filosofia. Além disso, os romances filosóficos dos existencialistas são em geral objectos leves, que não desenrolam a meada dos acontecimentos intermináveis nem desdobram conceitos infinitos em toda a extensão da prosa. O romancista filosófico não filosofa, conforme advertiu Camus em *Le Mythe de Sisyphe*, visto estar persuadido «da inutilidade de todo o princípio de explicação» e entender a obra como «resultado de uma filosofia muitas vezes inexprimida»³. Mas o romancista filosófico também não expõe uma tese, dado que a sua escrita, existente no regime estético da imagem, resiste às falsas evidências com a carga negativa dos mundos possíveis. João Paulo Sousa enfileira nesta classe de escritores ao assumir o romance como criação de linguagem destinada a enquadrar problemas universais em situações concretas do quotidiano. O que ele questiona está, afinal, alojado na origem da sua própria criação: as palavras que se supõe ligarem os seres tal como o betume ligou os tijolos da Torre de Babel, e que no seu discurso interrogativo se negam a si mesmas para exprimirem a máxima reverberação. Se a filosofia existencialista conflui, toda ela, nas palavras que tecem e destecem o discurso que a sustenta, cede entretanto o centro do ecrã ao departamento da filosofia da linguagem e ao problema específico da comunicação. Nesta perspectiva, *A Imperfeição* é uma parábola da comunicação em ruínas, que nos alerta para os actos imperfeitos do conhecimento intersubjectivo e do contacto humano através da linguagem.

As nossas três criaturas são as vítimas gloriosas desta tragédia de que todos nós possuímos maior ou menor experiência. De facto, o que elas nos revelam pelas suas próprias vozes é escasso, muito escasso, em diálogos imperfeitos que criam sucessivos

³ CAMUS, 1942: 138.

efeitos de síncope e estrangulamento. As suas frases breves e sincopadas não andam longe do Grito a que as representações de Munch (e, entre nós, na ficção literária, de Raul Brandão ou Rui Nunes) conferiram uma ressonância existencial pela força sensível da expressão artística. O fundamento moral deste Grito encontra-se expresso numa fórmula do desespero: «Assumir a imperfeição humana – mas se nos censuram sempre os erros?»⁴. Esta contradição existencial, com um travo sartriano, acaba por gerar uma dinâmica do refluxo grotesco que distancia as personagens do seu mundo familiar, do absurdo do Não-Ser para a matéria íntima do Ser. A imperfeição, escreveu Greimas em *De l'Imperfection*, é «um trampolim que nos projecta da insignificância para o sentido»⁵. Por outras palavras, ela consiste na Aparência que oculta o Ser em vias de revelação pela vivência constituinte, numa promessa infinita em estado aberto e inacabado, numa ordem do imprevisto e do irregular onde convivem o defeito e o excesso, modulados pelo princípio orgânico da intensidade estética. Já a perfeição, como evidencia Eça de Queiroz num dos seus contos mais fascinantes, representa uma eterna imobilidade, uma medida sem variação, uma forma de beleza insípida e langorosa, um sistema fechado que expulsa sem rodeios a vibração turbulenta do sentimento vivo da existência⁶.

Contudo, os habitantes deste romance vivem intensamente a nostalgia do Paraíso perfeito, em compulsiva evasão de colorações platónicas que fermenta o desejo de refundar o mundo desde as origens mais arquetípicas, lá onde a linguagem permanece em estado puro e cristalino como as almas sublimadas que conhecem a beleza do bem e da verdade. O pânico do mundo sensível encontra refúgio num imaginário paradisíaco miticamente situado antes da Queda, como forma de dar resposta ao Mal metafísico de Leibniz, a imperfeição do mundo e dos homens, que Hegel iria enquadrar na problemática da Consciência Infeliz. Ora, à luz da *Fenomenologia do Espírito*, o homem moderno é infeliz na medida em que vive dolorosamente, sem subterfúgios metafísicos, a consciência da radical contradição que o separa do mundo⁷. Renato é um herói desta condição moderna, porquanto entrega o seu destino à vivência dilacerada da contradição existencial. Helena, por seu turno, abandona-se à probabilidade da morte, que se confirmará. E Isabel, ao decidir evadir-se para o *estrangeiro*, para um país cuja língua desconhecida resgatasse um estado de pureza significativa, escolhe afinal o regresso ao *day after* da interrupção da Torre de Babel, da perda da linguagem original e da multiplicação das línguas. Em termos hegelianos, Helena e Isabel abraçam os dois graus de liberdade que precedem a Consciência Infeliz: o estoicismo e o cepticismo, ou o afastamento para um estado abstracto e a negação da veracidade do mundo, que podemos traduzir, respectivamente, pelas posições solipsista e esquizofrénica. A morte e o exílio, a que o narrador submete Helena e Isabel, representam com grande fidelidade estas duas condições de solipsismo e esquizofrenia enquanto formas foragidas de experienciar a

4 SOUSA, 2001: 53.

5 GREIMAS, 1987: 99.

6 Cf. *A Perfeição* (QUEIROZ, 1999).

7 Sobre o problema da Consciência Infeliz e a sua centralidade no romance moderno, ver especialmente HEGEL, 1993, FONDANE, 1936, e CHARDIN, 1998.

perfeição, porque num mundo habitado pela imperfeição humana toda a perfeição será desumana.

Indo mais longe, a imperfeição de que verdadeiramente trata este romance é a «imperfeição das palavras», expressão de recorrência quase obsidiana. O autor parece repetir a interpelação de Jorge Luis Borges no conto *A Biblioteca de Babel*: «Tu, que me lês, estás seguro de entender a minha linguagem?»⁸. É esta interrogação que espreita, maliciosa e perversa, em cada simulacro de diálogo. O demónio da linguagem é isto mesmo: *diábolo*, separação, ruptura do símbolo. A queda do Anjo é a queda do Homem e da linguagem divina, ou de Babel e da língua universal, e o mundo é imperfeito mercê da imperfeição pós-babélica das palavras – eis a cadeia de mitos de origem bíblica que suporta todo um imaginário milenar da demanda da língua perfeita, ou «completa»⁹, em que estas criaturas se mortificam e dissolvem. O esquema mental repousa no dualismo platónico, segundo se lê a dado passo: por um lado, há as palavras ideais, perfeitas, que permanecem em silêncio para não se corromperem; por outro, existem as palavras imperfeitas, que «morrem um pouco na sua concretização»¹⁰. Lemos mais adiante: «As palavras projectadas no papel dissolviam a perfeição quando se tornavam concretas. O texto sem mácula é o texto sonhado – como lidar com a corrupção humana?»¹¹. O esquema é exactamente o mesmo que configura as duas Marias, a ideal e a real ou a perfeita e a imperfeita, visionadas por Renato numa vaga telescopagem da imagética cristã e do filme *Metropolis*, de Fritz Lang. Aqui a manobra dialéctica manifesta um pendor para desmembrar a existência e procurar refúgio na ordem das essências, como se, contraditando Sartre, a essência precedesse a existência. João Paulo Sousa afasta-se do Existencialismo para mergulhar num fundo neoplatónico entediado com a miséria da existência humana, cujo rosto sensível é a linguagem nas suas imperfeições sem resolução.

Nos finais do século XVII, em 1690, o empirista John Locke consagrava um capítulo do *Ensaio sobre o Entendimento Humano* à «imperfeição das palavras». A origem do defeito residia na ambiguidade e na incerteza das significações, geradoras de obscuridade e confusão¹². A réplica do racionalista Leibniz, nos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, de 1765, redigidos nos primórdios de Setecentos, atribuía todos os males da imperfeição da linguagem ao equívoco, à indeterminação das significações, à dupla referência e à incerteza, originadas pelo efeito Torre de Babel¹³. Leio estes grandes autores desavindos, mas convergentes no essencial, à luz da agonia de Renato, Helena e Isabel, e dou comigo a meditar sobre o princípio da incerteza de Heisenberg, que me interpõe uma questão crucial: se o comportamento das partículas atómicas obedece estruturalmente ao princípio da incerteza, na medida em que é afectado pela presença do observador, por que razão não podem as palavras ser incertas sem que o entendimento

8 BORGES, 1985: 93.

9 SOUSA, 2001: 74.

10 SOUSA, 2001: 27.

11 SOUSA, 2001: 81.

12 LOCKE, 2004: 424-436.

13 LEIBNIZ, 1993: 233-237.

humano saia prejudicado ou sem que a vida fique ameaçada? Esta inquirição, que reenvia ao grande tópico da natureza ambígua da linguagem literária, acaba por me recentrar no romance e na metáfora do calor que a dado momento rodeia as palavras e as suas ligações interpessoais: «Sabes o que é supor que se encontrou uma fonte de energia capaz de transmitir calor à vida?»¹⁴. Sensíveis às variações térmicas, as três personagens medem a fiabilidade das palavras segundo o princípio termodinâmico da entropia, que gera perdas progressivas de calor e condena o universo romanescos ao arrefecimento e à morte lenta. A imperfeição das palavras é portanto a origem da desagregação do mundo e do intermundo, apesar de fundamento estético da própria literatura. E a culpa é inevitavelmente de Babel, o *big-bang* das línguas que atravessam o universo em lenta agonia.

Com efeito, é possível figurar este universo romanescos como uma imensa Babel que condena a humanidade a um progressivo desentendimento. Nesse caso, estaremos a repisar uma longa tradição a que Leibniz deu a voz e o sal: a maldição de Babel é o Mal das línguas, e portanto do mundo, de Renato, de Helena, de Isabel. Recordemos que o termo «Babel» significa «porta do céu»¹⁵ e designa a torre construída pelos descendentes de Noé na Babilónia, segundo o *Génesis*, visando preservar a unidade da língua universal e do poder político. Este acto de soberba provocou a ira de Deus, que manteve a torre inacabada, dispersou os homens pela Terra e multiplicou as línguas¹⁶. Não é difícil fazer o levantamento dos vestígios topológicos de Babel ao longo do romance. Vejamos os mais aparentes. Num primeiro momento: «Porque é que uma casa térrea parece mais acolhedora do que um arranha-céus? A proximidade do solo tranquiliza, a escalada rumo aos céus angustia». Num segundo momento: «Quando [Helena] regressou ao jornal, sentia-se mais calma – consciente da imperfeição da palavra, dispunha-se a usá-la com moderação e paciência. Sabia então que há uma parte do ser humano que permanece sempre na mais funda solidão e que a incomunicabilidade é um castigo dos deuses por um qualquer atrevimento terreno». Por fim: «O homem é pequeno para o espaço entre o céu e a terra – impossível tocar ambos em simultâneo. A necessidade de optar, sem que a opção seja definitiva»¹⁷. Daqui resulta uma inferência confirmada pela análise em extensão: o esquema inteligível mais profundo do universo romanescos repousa no mito de Babel. Não me refiro a uma situação de intertextualidade mais ou menos superficial, como poderia fazer em relação aos mitos de Sísifo e de Ícaro, ou a uma nova Guerra de Tróia na Bósnia-Herzegovina sugerida pela figura da bela Helena. Refiro-me a um esquema empírico-transcendental que o espírito do escritor assimilou nas profundezas da sua consciência literária, um formante anónimo e oculto como uma marca de água que só se torna visível se lermos o romance à transparência. Este tipo de leitura revelará que Babel é a ferida infantil que sarou na pele da linguagem de João Paulo Sousa, imprimindo nela uma tatuagem indelével.

¹⁴ SOUSA, 2001: 93.

¹⁵ «A exegese científica [...] explica que o sentido original de “Babel” é “porta do céu”, sendo o de “confusão” nada mais do que uma “etimologia popular» (MARTY, 1990: 102).

¹⁶ Acerca de Babel como símbolo do inacabamento e do imperfeito como essências positivas da história humana, ver ZUMTHOR, 1998: *passim*.

¹⁷ SOUSA, 2001: 28, 39-40, 71.

A tradição cabalística, como é sabido, atribui a separação das línguas e a ruptura da comunicação ao episódio de Babel. Os seres não comunicam porque falam línguas distintas, a felicidade não é possível porque o Mal de Babel destruiu a língua perfeita. Vale a pena sublinhar, a propósito, que a profissão de Renato, tradutor, deve a sua necessidade existencial ao desastre de Babel. Como pode haver comunicação sem tradução? No já clássico *After Babel*, George Steiner relembra que «a tradução está inteiramente implícita na comunicação mais rudimentar»¹⁸. Por seu lado, Umberto Eco, no quadro da teoria peirciana do interpretante, postula com propriedade que comunicar, interpretar e compreender são puros actos de inferência¹⁹. De facto, estamos condenados a traduzir, traduzir, traduzir, à imagem de Sísifo na sua interminável tracção do rochedo. Porém, não podemos dizer o mesmo dos homens pré-babélicos. A famosa língua adâmica, uma e única, motivada e mágica, de ascendência divina e portanto perfeita na sua relação com as coisas do mundo, consistia afinal num sistema pré-programado pelo Criador. Era por conseguinte uma língua unívoca, presidida pelo Mesmo, pela repetição sem diferença, pela pura tautologia. Língua do Senhor, fechada sobre a perfeição de si mesma, uniforme e homonímica, representava uma clausura do mundo e uma prisão do homem desprovido de subjectividade individual. Pelo contrário, a erecção de Babel e a catástrofe da multiplicação das línguas criaram uma abertura à diferença, à alteridade e à individualização humana, enraizando as fundações da Cultura na revolta do Escravo contra a palavra do Mestre e na libertação da linguagem como faculdade humana. A maldição de Babel, esse grande lugar-comum do Ocidente, foi afinal uma bênção e uma benção, como demonstrou François Marty²⁰.

A língua pré-babélica simboliza bem o estado embotado de Helena e Isabel, revelador de uma irremediável incapacidade de entendimento humano, só possível enquanto entendimento do Outro. Sim, *l'Enfer, c'est les Autres*. Elas sonham no fim de contas com o «monolinguismo do outro» e a «hegemonia do homogéneo», para usar as fórmulas de Derrida²¹, uma vez que, no limite, não suportam a essência contraditória da realidade existencial e a Consciência Infeliz. A sua demanda de uma língua perfeita não é senão o repúdio da língua materna – a *Lalangue*, no sentido de Jean Claude-Milner²² –, uma utopia condenada ao equívoco do Unívoco e do Uniforme, que nos convida a reflectir sobre questões actuais como a globalização, o pensamento único e outras novas formas de totalitarismo que ameaçam o nosso tempo em todos os níveis da acção humana. Quando se pensa em língua perfeita, há que ter presente a sua afinidade não só com o Uno platónico mas também com toda uma cadeia de conceitos psicossociais, como artificialismo, standardização e unicidade, que redundaram historicamente num *Ersatz* falacioso do espírito cosmopolita²³.

¹⁸ STEINER, 1992: 496.

¹⁹ Cf., por exemplo, ECO, 1980: *passim*, e ECO, 1996: 314-326.

²⁰ MARTY, 1990: *passim*.

²¹ DERRIDA, 2001: 56.

²² Cf. MILNER, 1978 e 1983: *passim*.

²³ Cf. BRUCKNER, 2000: 62.

Assim perspectivadas, Helena e Isabel desprezam o problema orwelliano do Mestre e do Uniforme, a corda de cânhamo que estrangula a liberdade individual e o génio criador. Poderíamos mesmo acusá-las, pois não são inocentes, de terem suspenso a solidariedade devida ao Outro, já que premeditaram o desemprego de Renato e do próprio autor. Num mundo dominado por uma língua perfeita e universal, não teria sentido algum a existência do tradutor e do romancista, avatares da vertiginosa criação de novas linguagens desde os pais da Modernidade, de Baudelaire a Joyce, todos eles «assombrados por Babel», na expressão de Sylvie Parizet, que propõe o mito do *Génesis* como mito literário para o século XXI²⁴. Renato e João Paulo Sousa falariam a língua do Mestre para dizer o mesmo do Mesmo, até à náusea, como dois condenados ao inferno de Sísifo.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Jorge Luis (1985) – «A Biblioteca de Babel». In *Ficções*. Lisboa: Livros do Brasil.
- BRUCKNER, Pascal (2000) – *Le Vertige de Babel*. Paris: Arléa.
- CALVINO, Italo (1998) – *Seis Propostas para o Próximo Milénio*. Lisboa: Teorema.
- CAMUS, Albert (1942) – *Le Mythe de Sisyphe*. Paris: Gallimard.
- CHARDIN, Philippe (1998) – *Le Roman de la Conscience Malheureuse*. Genebra: Droz.
- DERRIDA, Jacques (2001) – *O Monolinguismo do Outro ou a Prótese de Origem*. Porto: Campo das Letras.
- ECO, Umberto (1980) – *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- ____ (1996) – *A Procura da Língua Perfeita*. Lisboa: Presença.
- FONDANE, Benjamin (1936) – *La Conscience Malheureuse*. Paris: Denöel et Steele.
- GREIMAS, Algirdas-Julien (1987) – *De l'Imperfection*. Périgueux: Pierre Fanlac.
- HEGEL, G. W. F. (1993) – *Phénoménologie de l'Esprit*. Paris: Gallimard.
- LEIBNIZ, G. W. (1993) – *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Colibri.
- LOCKE, John (2004) – *An Essay Concerning Human Understanding*. Londres: Penguin.
- MARTY, François (1990) – *La Bénédiction de Babel*. Paris: Cerf.
- MILNER, Jean-Claude (1978) – *L'Amour de la Langue*. Paris: Seuil.
- ____ (1983) – *Les Noms Indistincts*. Paris: Seuil.
- PARIZET, Sylvie (2001a) – «Présentation». In PARIZET, Sylvie (org.) – *Le Défi de Babel*, p. 9-21. Paris: Desjonquères.
- ____ (2001b) – «Enjeux Politiques et Philosophiques d'une Langue Perdue». In PARIZET, Sylvie (org.) – *Le Défi de Babel*, p. 155-171. Paris: Desjonquères.
- PIERSSENS, Michel (1976) – *La Tour de Babil*. Paris: Minuit.
- QUEIROZ, Eça de (1999) – «A Perfeição». In *Contos*. Lisboa: Livros do Brasil.
- SOUSA, João Paulo (2001) – *A Imperfeição*. Porto: Campo das Letras.
- ____ (2002) – *Os Enganos da Alma*. V. N. Famalicão: Quasi.
- ____ (2009) – *O Mundo Sólido*. Porto: Deriva.
- STEINER, George (1992) – *After Babel*. Oxford: Oxford University Press.
- ZUMTHOR, Paul (1998) – *Babel ou o Inacabamento*. Lisboa: Bizâncio.

24 PARIZET, 2001a: 10. Noutro lugar, a autora recorda com inteira evidência que «os escritores da época moderna exprimem a sua desconfiança, não para com a multiplicidade das línguas, mas para com o seu contrário – a língua única» (PARIZET, 2001b: 155). Acerca da ficção babélica do Signo na Modernidade literária, ver o notável estudo *La Tour de Babil*, de Michel Pierssens.

UMA ÉPOCA HISTÓRICA, UMA CIDADE, TRÊS MOTINS

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MOTINS DO PORTO DE 1592, 1661 E 1757*

BRUNO PINHEIRO**
MARCELO MAGALHÃES***
TIAGO REIGADA****

Resumo: Ao longo da época moderna, a cidade do Porto foi cenário de várias manifestações populares. Estas têm despertado algum interesse da historiografia portuguesa, que tende a analisar cada motim como um fenómeno isolado, originando estudos que perdem os traços gerais que orientavam todas estas manifestações.

Deste modo, o objectivo deste estudo é, então, analisar comparativamente três motins da Cidade do Porto (1592; 1661; 1757), utilizando, para a sua concretização, as descrições existentes sobre estas manifestações.

Foi, assim, possível concluir que, por detrás destes motins na cidade do Porto, existiam evidentes motivações, espaços, lideranças e consequências característicos que propiciavam a sua eclosão.

Palavras-chave: Época Moderna; Porto; Motins; História Social.

Abstract: During the early modern era, the city of Porto was the scenario of several popular uprisings, which have come to attract the interest of Portuguese historiography. This historiography however tends to analyse each riot as an isolated phenomenon, losing sight of important broad aspects which led to all these popular uprisings.

Thus, this study aims to examine comparatively three riots in the city of Porto (1592, 1661, 1757), based on the existent descriptions of these popular uprisings.

It was thus possible to conclude that, beyond the riots in the city of Porto, there were many clear motivations, featured places, leaderships and consequences encouraging their outbreak.

Keywords: Early Modern Era; Porto; Riots; Social History.

INTRODUÇÃO

A temática dos motins continua a despertar o interesse da historiografia. No entanto, tendem a ser estudados como um fenómeno individual. Os motins da cidade do Porto na Época Moderna não fogem a esta regra e, apesar de já existirem alguns estudos sobre o tema, nunca foram tratados de uma forma comparativa e globalizante, fazendo por isso com que se percam algumas das *praxis* destas manifestações sociais. Deste modo, pretendemos, através de uma análise comparativa, perceber os pontos comuns entre três movimentos sociais deflagrados na cidade do Porto e, conseqüentemente, rever algumas das teorias existentes na historiografia sobre o tema. Aspectos como as motivações e os

* Este artigo resulta de um trabalho de investigação realizado no âmbito do Seminário do Curso de Especialização em Ensino da História (2009/2010).

** Licenciado em História com Curso de Especialização em Ensino da História. Doutorando em História na FLUP; investigador do CITCEM; Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

*** Licenciado em História com Curso de Especialização em Ensino da História. Doutorando em História na FLUP; investigador do CITCEM; Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

**** Licenciado em História com Curso de Especialização em Ensino da História. Doutorando em História na FLUP; investigador do CITCEM; Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

interesses escondidos por detrás dos seus intervenientes, lideranças materiais e ocultas, bem como as características do espaço onde decorreram estas manifestações serão alguns dos itens abordados neste estudo.

A selecção dos motins que iremos analisar prendeu-se com o facto destes ocorrerem em séculos diferentes marcados por quadros políticos distintos (domínio filipino, período pós restauração e despotismo esclarecido).

As fontes que sustentam este artigo foram seleccionadas tendo como objectivos, em primeiro lugar traçar os percursos onde decorreram as sublevações e, em segundo lugar, a visão do poder sobre os mesmos acontecimentos.

ALGUMAS NOÇÕES EM TORNO DOS MOVIMENTOS POPULARES – MOTIVAÇÕES, LIDERANÇAS, ESPAÇOS

Assumindo, desde logo, que os movimentos sociais a comparar se inserem na categoria de motins ou revoltas populares, comecemos por definir estes conceitos. O dicionário Houaiss entende como motim uma «insurreição, organizada ou não, contra qualquer autoridade civil (...), caracterizada por actos explícitos de desobediência, (...) de desordem e geralmente acompanhada de (...) grande tumulto [...]»¹. Relativamente ao conceito de *revolta*, Luís Torgal, define-o como um conjunto de «movimentos espontâneos, com uma significativa participação popular, à partida sem claros objectivos políticos mas que podem vir a assumir o carácter de uma contestação do poder, que reagem contra situações abusivas de carácter administrativo, mormente de índole fiscal, e que se enquadram numa situação de penúria, agravada com as crises económicas»².

Assim, como explicitamos anteriormente, iremos ver se estes movimentos são, ou não *organizados* – abordando as questões da liderança nos motins; veremos ainda, como referia Torgal, se existiam, ou não, *objectivos políticos*, e se, concomitantemente, resultam do binómio acção-reacção, onde factores como a fiscalidade ou a administração podem despoletar acções em cadeia – analisando, para isso, as motivações presentes em cada um dos motins; finalmente, centraremos ainda a nossa atenção na importância dos *espaços* no desenrolar da sublevação popular.

Com efeito, em movimentos sociais aglutinadores como foram os motins que vamos analisar, terão necessariamente que existir interesses particulares (sejam individuais ou colectivos) e motivações concretas daqueles que surgem à cabeça destes movimentos. Deste modo, para o primeiro caso, Josep Fontana³ defende que muitas vezes as revoltas são lideradas e impulsionadas por um grupo (no exemplo dado por este autor, a burguesia), necessitando do povo em geral para levar avante os seus intentos (devido ao seu número). No entanto, não é certo que depois o mesmo grupo não perca o controlo dessa enorme massa popular, e estes passem a lutar pelos seus próprios interesses, o que

¹ VVAA, 2003: 2551.

² TORRAL, 1984: 301.

³ FONTANA, 1990: 125-133.

nos leva de encontro ao conjunto de teorias sintetizadas por Santos Julia⁴ relativamente ao modo como uma sociedade age perante um movimento de sublevação. Este autor classifica a acção popular segundo três categorias: a primeira é a da «conduta colectiva», que admite uma mobilização massiva e espontânea por parte das pessoas sustentada numa «crença» comum. A segunda categoria é a da «violência colectiva», onde defende que a sociedade reflecte as tensões exercidas sobre ela, aspirando, por isso, a melhores condições de vida. Por fim, temos a categoria da «revolução como acção colectiva de luta pelo poder», que contraria a primeira e segunda categorias aqui apontadas, pois, por um lado defende que as revoluções não acontecem pela adesão a uma crença generalizada, mas sim através da mobilização de um grupo de indivíduos na defesa dos seus interesses; por outro lado, defende que estas revoluções não são resultado de uma violência colectiva, mas sim relativa, pois são feitas sobre um grupo que então luta pelos seus interesses. Trata-se assim de uma revolução em que um grupo social tenta lutar pelos seus interesses políticos, uma vez que entende que estes estão a ser atacados.

Relativamente às questões da liderança, Yves-Marie Bercé considera haver dois grupos distintos de líderes – os que organizam a discórdia e a perturbação e os que organizam as mudanças⁵. Os primeiros são reconhecidos como líderes e agitadores das manifestações sociais, impulsionando a acção dos revoltosos ao longo da manifestação. No caso dos líderes de mudança, Bercé considera-os os inspiradores das revoltas. São eles que alertam as pessoas para um determinado problema e as orientam rumo à sua resolução.

Para além destes intervenientes, mais ou menos explícitos, é muito importante o papel dos jovens, sobretudo no que diz respeito à violência exercida, mas também se realça o papel das mulheres, até porque gozavam de uma impunidade relativa⁶.

Por último, é também importante ter em conta, para além das motivações ou dos intervenientes, os espaços onde decorrem os motins. Como refere Michel Trebitsch, uma revolta é uma reacção de defesa a uma ameaça contra o equilíbrio de uma comunidade e portanto do seu espaço social⁷. Nestes mesmos espaços existem alguns comportamentos característicos deste tipo de levantamentos, nomeadamente a fuga dos locais por parte dos amotinados, perturbação e bloqueio do espaço, através da «destruição de bens públicos e privados, entrave à circulação, para interferir no funcionamento normal do poder»⁸. Porém, há também que referir as mutações nos espaços urbanos, sendo que Michel Trebitsch identifica dois tipos de espaços urbanos: os espaços de dissidência, e os espaços de proximidade (estes estão relacionados com a convivência nos mesmos locais de certos e determinados grupos étnicos ou sociais)⁹.

⁴ JULIA, 1990: 156.

⁵ Cf. BERCÉ, 1980: 75. Francisco Ribeiro da Silva designa os primeiros como «líderes de acção» e os segundos como «líderes de opinião». Cf. SILVA: 1990: 67-75.

⁶ Cf. BERCÉ, 1980: 126.

⁷ TREBITSCH, 1990: 7.

⁸ TREBITSCH, 1990: 11.

⁹ TREBITSCH, 1990: 8-9.

Obviamente que as condições espaciais terão que fazer parte da análise dos motins seleccionados, não só porque todos partilham a mesma localização espacial, mas também porque será importante, e não menos interessante, perceber até que ponto a cidade do Porto deverá ser considerada um espaço de tensão.

1592: MOTIM DOS PORTOS SECOS

A ascensão ao trono português por parte de Filipe II acarretou um conjunto de prerrogativas, nomeadamente a concessão de algumas promessas que facilitaram a sua aceitação pelo povo português como soberano de Portugal. Uma dessas promessas foi a abolição de «mais de sessenta postos aduaneiros, nos quais, desde 1559, se cobrava um imposto de 10% sobre as importações e exportações realizadas entre ambos os reinos (...)»¹⁰. Esta medida tinha como objectivo «aumentar o comércio e a boa correspondência com os de Castela (...) para que a mercadoria passe livremente e (...) se faça a graça possível na entrada de pão de Castela para provisão destes reinos»¹¹.

Contudo, em 1590, e face aos «apertos financeiros da coroa»¹², Filipe II percebe que tem de voltar atrás com a sua medida de abertura dos portos secos e comunica-a à cidade de Lisboa a 6 de Outubro e a 12 do mesmo mês à cidade do Porto. Enquanto Lisboa aceita essa medida sem grande contestação, a resposta do Porto será diametralmente oposta. Sendo o Porto «o principal núcleo de um Portugal Atlântico em construção ou em reconstituição»¹³ a burguesia comercial da cidade beneficiava largamente da ausência de fronteiras aduaneiras no trato comercial com Espanha. Com efeito, nobreza, mestres e povo decidem enviar ao rei as suas intenções relativamente à questão dos portos secos – «os direitos dos portos secos E os deixasse estar no estado E de maneira que estiuerao – protestauão não lhes prejudicar mas antes serem providos de sua M. e sendo melhor informado»¹⁴.

As pretensões da elite da câmara encontram a intransigência do rei e nem mesmo novas eleições irão alterar este cenário. Todavia, a aprovação do restabelecimento dos portos secos pela cidade do Porto foi conseguida mediante a apresentação de uma compensação monetária. O rei oferecia 15 contos e duzentos mil réis de juros perpétuos ao reino, para aceitar a existência de alfândega nos portos secos¹⁵. Ao conjunto de levantamentos populares de rua entre 4 e 8 de Julho de 1592 segue-se uma carta do próprio monarca à cidade, datada de 23 de Agosto de 1592, dizendo que tomou conhecimento da «desordem e excesso que tem cometido dous procuradores dos mestres contra o que nessa cidade se assentou sobre a materia dos portos secos»¹⁶.

¹⁰ LAPEYRE, Henri – *El comercio exterior de Castilla a través de las aduanas de Filipe II*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1981. In BOUZA, 2005: 135.

¹¹ PRAÇA, José Joaquim Lopes – *Collecção de Leis e Subsídios para o estudo do Direito Constitucional Portuguez*. Coimbra: T. I. Coimbra, 1893, p. 204. In OLIVEIRA, 2002: 124.

¹² OLIVEIRA, 2002: 123.

¹³ OLIVEIRA, 2002: 123.

¹⁴ AHMP, *Livro de Vereações n.º 29*, f. 299.

¹⁵ Cf. AHMP, *Livro de Vereações de 1592*, f. 218-219.

¹⁶ AHMP, *Livro de Próprias*, A-PUB 779, f. 243.

Os procuradores dos mesteres vão ser, posteriormente, acusados de fomentar, não só este motim, como outros que brotaram por vários lugares no norte do país, e os mendicantes da ordem de São Domingos serão acusados de «convivência ou participação nesta revolta e neste motim»¹⁷. No entanto, não são conhecidos quaisquer registos de penas atribuídas aos acusados.

Embora o acontecimento careça de descrições, há um aspecto a destacar no comportamento da cidade: a solidariedade desta no que respeita à manutenção de uma posição. Com efeito, lembremo-nos que a posição dos vereadores – ao se demarcarem dos mesteres e se submeterem à vontade do rei – foi amplamente condenada pela cidade.

Sobre a actividade comercial, constatamos ainda que o grupo social que mais tempo se mantém na luta contra a imposição dos portos secos é a classe dos mesteres. Esta constatação leva-nos a admitir a possibilidade da existência de outros grupos implicados para além dos mesteres: nomeadamente os comerciantes e mercadores de grosso trato que eventualmente estariam a influenciar os mesteres.

Há também que destacar que este motim se insere no âmbito da disputa de lideranças no interior da cidade do Porto, uma vez que a vereação, a partir de determinado momento (talvez quando percebeu que os portos secos iriam ser aplicados de qualquer maneira) recua na sua posição e cede às exigências do monarca. Deste modo, a partir desse momento, os mesteres passam a estar sozinhos na contestação e, quando se dá o motim, são imediatamente apontados pela vereação como os cabecilhas do mesmo. Assim, os vereadores aproveitam-se deste motim para um «oportuno ajuste de contas com a corporação dos Vinte e Quatro cortando as suas prerrogativas e ambições crescentes dentro da administração municipal»¹⁸. Esta característica será visível nos motins a analisar posteriormente, podendo mesmo apontar-se como sendo uma das principais características dos motins na cidade do Porto, ou seja, a *disputa pela liderança simbólica da cidade*.

1661: MOTIM DO PAPEL SELADO

Após sessenta anos de domínio filipino, Portugal restaurava, em 1640, a sua independência. Porém, o prolongamento das guerras com Espanha e a diminuição das receitas do Estado consequentes deste cenário, bem como das provenientes de circuitos comerciais enfraquecidos, levou à necessidade de se lançarem novos impostos. Esta era, então, a única forma de conseguir retirar as receitas necessárias para fazer frente a um *deficit* que em 1642 era de «394425 cruzados anuais»¹⁹. Para além de novos «tributos», D. João IV recorre, à semelhança do que acontecia em Espanha desde 1637²⁰, ao imposto do Papel Selado.

¹⁷ OLIVEIRA, 2002: 137.

¹⁸ OLIVEIRA, 1998: 115.

¹⁹ DIAS, 1985: 44.

²⁰ João José Alves Dias refere que, aquando do lançamento do imposto do Papel Selado em Espanha, Filipe IV tentara também que este imposto fosse adoptado em Portugal, embora infrutiferamente (cf. DIAS, 1985: 46-47).

A concretização da aplicação deste imposto tornar-se-ia, porém, realidade por Alvará 24 de Dezembro de 1660, instituído por D. Luísa de Gusmão, regente do reino, dando como justificação o «perigo de uma invasão por parte do reino vizinho»²¹. Este imposto foi aplicado de imediato, mas sofrerá alguma contestação em vários locais do reino, como foi o caso da cidade do Porto («O Porto foi a cidade que maiores preocupações causou à Coroa»²²).

A revolta no Porto decorreu no dia 4 de Maio de 1661. Nessa manhã decretou-se a ordem «para que não despachaze papel, que não fosse do Sellado»²³. Perante este facto, os procuradores do povo resolveram dirigir-se à Câmara «aonde se estava tratando d'escrever a sua Mag.de»²⁴ para nomear aqueles que iriam à Corte expressar as preocupações do povo.

Dessa forma, entraram na câmara os procuradores do povo, ficando fora da mesma «o povo [que] herão Rapazes, alguas mulheres, e poucos Homens»²⁵. Com a notícia de que os procuradores estariam a ser coagidos a aceitar o imposto, logo o povo se amotinou, gritando as palavras de ordem usuais «Viva El Rey D. Affonço – e morrão Traydores»²⁶. Uma vez iniciado o motim, este não parou de crescer, quer no número de pessoas, quer no grau de violência («bradando ao povo se ajuntou mais gente» (...)) «Quebraram as janelas e portas com pedradas, (...) [e] tomado pelos Rapazes e mulheres, com unhas e dentes (como ouvia muitas pessoas) o [papel selado] fizerão em pedaços»²⁷).

Os percursos da revolta levaram os amotinados até junto daqueles que estivessem directa ou indirectamente implicados na aplicação do imposto do papel selado, como o tesoureiro da cidade, o recoveiro, o juiz da alfândega, ou o corregedor da comarca. Paralelamente, com o intuito de credibilizar a sua acção, o povo tenta dar força à sua manifestação através da implicação dos procuradores no motim. Em todo este processo, para além da escalada de violência, não podemos deixar de destacar o papel do clero ao longo do motim que, «com boas palavras»²⁸ conseguiu «atalhar o furor do povo»²⁹. Contudo, na noite seguinte surgia a notícia de um segundo motim, desta vez por parte dos clérigos. Mas, chamado o procurador «p.^a por cobro a couza, (...) elle desculpando aos Clerigos lhe afirmou, forão estes m.ta parte em pacificar ao Povo a quem Sua Sn.ria tratou de aquietar»³⁰.

As consequências práticas deste motim implicaram, em primeiro lugar, a mobilização para a cidade de 4000 soldados de infantaria 500 de cavalaria; depois a extinção da Casa dos Vinte e Quatro, declarada pela rainha, explicando que «esquecida da obrigação que tinha de quietar e sossegar esse pouo fora a principal causa dos motins [...]»³¹;

21 DIAS, 1985: 50.

22 DIAS, 1985: 67.

23 DIAS, 1985: 76.

24 DIAS, 1985: 76.

25 DIAS, 1985: 76.

26 DIAS, 1985: 76.

27 DIAS, 1985: 76.

28 DIAS, 1985: 77.

29 DIAS, 1985: 77.

30 DIAS, 1985: 77.

31 AHMP, *Livro de cartas e proviões*, f. 162. A Casa dos Vinte e Quatro é restabelecida e, 1668, após o município ter pedido em Cortes a sua restauração (cf. CRUZ, s/d: 516).

em terceiro lugar procedeu-se à destituição dos procuradores do povo, alterando-se a designação dos representantes do povo para «zeladores», para que não ficasse na memória a palavra «mester»³²; foram ainda decretadas penas menores para os participantes do motim, sendo perdoada a participação das mulheres («as mulheres faço merce de perdoar»³³).

Analisando, agora, as questões de liderança, surgem, inevitavelmente, questões relacionadas com a autoria e comando destas acções. Segundo as descrições da fonte utilizada, a agitação começa quando surge o rumor de que, dentro da câmara, estariam a obrigar os procuradores do povo a assinar a autorização para se impor o papel selado.

Por aquilo que nos foi dado a perceber, a posição extremada do povo poderá ter sido agudizada pela posição indefectível dos mesteres em rejeitar o tributo. A este facto somar-se-á ainda a questão da solidariedade da cidade, mais concretamente do povo, em relação aos seus representantes. Por isso, e embora para o povo o imposto sobre o papel selado não se traduzisse em perda efectiva, a afinidade para com os seus procuradores gerou a revolta.

Eram, pois, as classes sociais privilegiadas quem mais perdia com a imposição do papel selado. A utilização do papel selado recaía, essencialmente, sobre actividades cuja prática pertencia, maioritariamente, às pessoas mais abastadas, fossem elas, mercadores, clero, grandes proprietários ou letrados³⁴.

A revolta de 1661 pode enquadrar-se na teoria de *conduta colectiva*, descrita por Santos Julia. Esta mobilização espontânea surge como reacção face aos rumores que indicavam coacção sobre os procuradores do povo para a aprovação do papel selado.

Ora, se a autoria moral e intelectual pertence, no nosso entender, aos procuradores do povo, temos que relevar, como autoria material, a participação de algumas mulheres e crianças. Sabemos, no entanto, que esta situação se deve apenas ao facto destes serem, como refere Bercé³⁵, inimputáveis aos olhos da lei pelo que é compreensível que surjam conotados como autores efectivos do tumulto, resguardando aqueles que teriam um papel mais importante no decorrer da revolta, nomeadamente elementos do sexo masculino, mais facilmente condenados.

Paralelamente, é também referido que os clérigos tiveram uma actuação de relevo no decorrer destes episódios. Se, numa primeira fase, podemos comprovar (pela fonte citada anteriormente) que estes tiveram um papel importante na acalmia dos populares há, numa segunda fase, a insurreição do clero contra o papel selado. Analisando este facto, é fácil perceber a importância deste imposto para uma classe como o clero, uma vez que a sua condição social – proprietários de terras, elaboração de registos – obrigava a uma utilização frequente do papel selado. Esta posição do clero poderia, no nosso entender, ser

32 AHMP, *Livro de cartas e proviões*, f. 164. No *Dicionário de História de Portugal*, António Cruz refere que esta determinação da rainha acontece «um ano depois» (cf. CRUZ, s/d: 516).

33 DIAS, 1985: 69.

34 A utilização de folhas timbradas era obrigatória, por exemplo, em escrituras de alvarás, proviões, licenças, passaportes, salvos condutos, contratos e arrendamentos, guias de mercadorias, registo de embarcações, escrituras públicas, testamentos, etc. (cf. DIAS, 1985: 51-52).

35 Cf. BERCÉ, 1980: 126.

transmitida ao povo³⁶, e este tê-la tomado como sua sendo, por isso, o principal impulsionador da revolta.

Uma vez mais, neste motim, são visíveis as lutas pela liderança da cidade. Apesar de não termos acesso à versão da vereação do Porto, não deixa de ser surpreendente que a rainha mande extinguir a Casa dos Vinte e Quatro após este motim. À semelhança do que acontecera em 1592 com o corte das prerrogativas desta instituição, alguém terá apontado os mesteres como líderes da revolta.

1757: MOTIM DA COMPANHIA

Marquês de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios do Reino nomeado por D. José, em 1756 decide criar a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. De acordo com Fernando Oliveira, esta companhia tinha como objectivo «salvar da ruína e nacionalizar o mais precioso dos nossos ramos mercantis – a indústria vinícola do Alto Douro»³⁷ e «proteger e desenvolver, em benefício dos viticultores, e do Estado em geral a arruinada indústria vinícola duriense»³⁸. Esta companhia tinha ainda como propósito tentar resolver o problema da quebra de qualidade que ia afectando os vinhos durienses e, para isso, o ministro vai dotá-la de uma «forte capacidade de fiscalização e de intervenção nas áreas definidas»³⁹.

Esta companhia será, desde logo, do desagrado de grande parte da população da região, nomeadamente oficiais que tivessem, directa ou indirectamente, relacionados com a produção ou a comercialização de vinhos⁴⁰, uma vez que, como considera Fernando de Oliveira, esta companhia favoreceu apenas os «magnates da empresa»⁴¹. Face a este desagrado, a cidade do Porto irá, uma vez mais, desafiar «na rua os poderes dominantes, em defesa dos valores em que acreditava»⁴².

Assim, «no dia de Quarta-feira de Cinza, 23 do corrente [Fevereiro] pelas dez horas e meia da manha se congrarão varios rapazes com algumas mulheres no Terreiro da Cordoaria desta cidade, e entrando amotinados pela Porta do Olival com um lenço alvorado em uma vara, romperaõ em altas vozes dizendo Viva El Rei, Viva o Povo e morra a Companhia dos Vinhos»⁴³.

Uma vez mais, à semelhança do que acontecera em 1661, procurou-se legitimar o motim através da incorporação do procurador do povo. Com a multidão a aumentar em número⁴⁴, percorreram os espaços ao encontro daqueles que entendiam ser os responsáveis pela introdução da Companhia dos Vinhos, a saber: o desembargador e corregedor

³⁶ Em qualquer tipo de contacto, litúrgico ou não, que o clero poderia ter com o povo.

³⁷ OLIVEIRA, 1930: 25.

³⁸ OLIVEIRA, 1930: 27.

³⁹ CARDOSO, 1996: 70.

⁴⁰ Cf. CARDOSO, 1996: 73.

⁴¹ OLIVEIRA, 1930: 33.

⁴² CARDOSO, 1996: 76.

⁴³ AHMP, *Livro de Suplemento às próprias n.º 17*, f. 3.

⁴⁴ «incorporadas mais de sinco mil pessoas, cujo número constava de rapazes, gallegos, marinheiros, mulheres e alguns oficiais e homens de capote que mostraraõ ser pessoas de baixa esfera» (AHMP, *Livro de Suplemento às próprias n.º 17*, f. 3).

do crime, e o vereador da câmara e simultaneamente provedor da Companhia. Face ao aumento progressivo da revolta, começaram a ser distribuídos pela cidade soldados com o intuito de acalmar o povo. Porém, esta medida levou a um acréscimo da violência. Apesar disto, pelas «tres horas da tarde comessou a socegar o mesmo tumulto»⁴⁵, tomando-se a resolução de fazer sair a procissão dos Terceiros de São Francisco, prevista para esse dia, tentando assim evitar que a população se amotinasse novamente, através do auxílio do regimento de armas.

As consequências deste motim serão, também elas, violentas, tendo D. José dado ordens para «usar de máxima intransigência e prender imediatamente os cabeças de motim, mesmo antes da culpa formada»⁴⁶ e os processos deviam ser «simplesmente verbais, e summarissimos»⁴⁷. A primeira consequência prática foi a chegada de um corpo efectivo de soldados à cidade⁴⁸. Depois, foi extinta a Casa dos Vinte e Quatro dos Mesteres e suprimido o cargo de procurador do povo. Nem mesmo os vereadores da Câmara saíram impunes. Logo após o motim, procedeu-se à substituição dos vereadores, uma vez que este conjunto governativo perdera a «confiança política da corte»⁴⁹, e ainda «para se expiar um corpo tão nobre como o da mesma cidade, da infâmia com que a maculou a sedição que a encheu de horror»⁵⁰, resultando deste facto uma clara intromissão por parte do poder central nos poderes e nos privilégios municipais. As penas aos participantes do motim variaram entre a execução, penas de açoites, galés, confiscação de bens, degredo, penas pecuniárias e palmatoadas⁵¹.

Resta-nos agora analisar as questões de liderança e motivações relativas a este motim. Segundo a descrição, surgem a encabeçar motim, e neste aspecto é algo recorrente, mulheres e crianças. Francisco Ribeiro da Silva responde a essa questão: os rapazes «(...) do sexo masculino, que pela própria condição psicológica, generosidade inata e circunstâncias demográficas apareceriam naturalmente nos tumultos, surgem postos de propósito na primeira fila (...)»⁵² e as mulheres, «a maior parte delas, estando ligadas de uma forma ou de outra ao mundo das tabernas e dos armazéns de vinhos, defendiam interesses próprios ou familiares»⁵³. No entanto, à medida que este levantamento popular se vai desenvolvendo, surgem novos dados acerca daqueles que foram incorporados nesta rebelião. É o caso «dos gallegos, marinheiros, mulheres e alguns oficiais e homens de capote que mostrarão ser pessoas de baixa esfera»⁵⁴.

Surgem, agora, nesta descrição pessoas de baixo nível compreendendo-se, portanto, não só a sua presença no motim como também, inversamente, estranhar-se-ia a sua ausência. Contudo, a última parte que refere os «homens de capote» poderá significar

45 AHMP, *Livro de Suplemento às próprias n.º 17*, f. 4.

46 SILVA, 1990: 87

47 OLIVEIRA, 1930: 38.

48 Cf. OLIVEIRA, 1930: 38.

49 SILVA, 1990: 104.

50 SILVA, 1990: 104.

51 Cf. OLIVEIRA, 1930: 59-63.

52 SILVA, 1990: 80.

53 SILVA, 1990: 80.

54 AHMP, *Livro de Suplemento às próprias n.º 17*, f. 3.

duas coisas: ou os homens visados temiam pelas represálias e, concordando com os motivos da revolta, optaram por nela participar não comprometendo, todavia, a sua imagem; ou, por outro lado, dada a posição que os ditos homens ocupavam na sociedade, não era, de todo, apropriado imiscuírem-se no alvoroço sob pena de virem a ser julgados tal qual os restantes participantes, dada a sua posição na esfera do poder.

Ora, se estes são os líderes materiais, falta apurar responsabilidades no que toca à liderança de opinião.

A primeira ligação efectuada é ao Clero, pois tinha um contacto assíduo com a plebe e decerto participou e foi mentor dos tumultos. Embora nenhum clérigo tenha sido condenado, a sua presença é descrita em alguns relatos.

Paralelamente, os jesuítas foram acusados de mobilizarem o povo, argumentando que o vinho da Companhia era impróprio para a missa, sem qualquer prova credível.

Outros dos acusados foram os ingleses, que se manifestaram contra a Companhia desde o primeiro momento. Embora não haja nenhuma condenação, a correspondência do Marquês de Pombal «permite supor que as suas responsabilidades foram intencionalmente ignoradas, porque os ingleses, apesar de tudo, continuavam a ser os melhores clientes do vinho do Porto»⁵⁵.

Assim, através desta análise, encontramos alguns pontos de contacto com o enquadramento teórico das manifestações populares realizado por Yves-Marie Bercé referidos anteriormente relativamente às questões de liderança.

Em primeiro lugar, são visíveis diferentes tipos de líderes – se, por um lado, aparecem os «líderes de discórdia»⁵⁶, ou seja, os intervenientes na revolta, por outro lado aparecem os mentores da mesma, considerados líderes de opinião. Nos primeiros, destacam-se as mulheres e as crianças, apesar de podermos ainda conjecturar acerca da presença de elementos importantes da cidade nas manifestações de rua (homens de capote). Relativamente aos líderes de opinião, a análise feita neste sentido vai também ao encontro das conclusões apresentadas por Bercé, comprovadas pela *presença ausente* do clero nestes motins.

No que diz respeito às motivações, as conceptualizações de Santos Julia apontam para a categoria da «revolução como uma acção colectiva de luta pelo poder». Esta opinião é fundamentada pelo facto de, mais uma vez, a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro prejudicar directamente uma parte da população do Porto (mercadores de vinhos do Douro), e, indirectamente, todos os elementos que depois se vão juntar ao motim (população, como um todo, consumidora de vinhos).

Estamos assim, claramente, perante a defesa dos interesses político-económicos de um grupo que estava directamente ligado ao comércio do vinho do Porto e, ao ver esse acesso ser limitado por uma companhia monopolista, lança-se o *medo e o rumor* na cidade de que a Companhia iria limitar o acesso de vinho à população, para a fidelizar à sua causa.

⁵⁵ SILVA, 1990: 69-70.

⁵⁶ BERCÉ, 1980: 75.

Podemos ainda dizer que também se tratou de uma defesa por parte da autoridade governativa da cidade que via na criação da Companhia parte dos seus privilégios serem limitados pelo poder central, o que se traduzirá, de igual forma, na perda do *controlo* sobre uma das principais fontes de receitas da cidade.

ANÁLISE COMPARATIVA

Descritos e analisados que estão os três motins, resta-nos proceder à comparação dos mesmos.

Em primeiro lugar, é visível através destes três exemplos de motins na cidade do Porto que as causas que levavam a um motim são bastante semelhantes, estando, por norma, ligadas a novas imposições por parte do poder central junto das populações. No primeiro e no segundo motins, estamos perante uma imposição de ordem fiscal, onde o monarca tenta resolver problemas do erário régio com a criação de novos impostos que prejudicam os negócios dos comerciantes (como vimos nestes dois casos); no terceiro motim temos uma imposição administrativa de um recurso económico essencial para a cidade e mercados do Porto – o vinho do Douro – que passa a ser gerido por uma companhia monopolista, o que vai levar ao descontentamento geral por parte da cidade.

Com efeito, podemos afirmar que por detrás dos motins há claros interesses económicos e políticos, pois, apesar dos principais lesados não estarem, na maior parte dos casos, directamente ligados às ocorrências do motim, são eles os maiores beneficiados pelo sucesso do mesmo. Isto é comprovado pelo facto das pessoas envolvidas nas manifestações de rua não serem directamente prejudicadas por nenhuma das novas imposições. No motim do Papel Selado estas pessoas não realizavam nenhuma acção legal que obrigasse ao pagamento deste imposto e, por outro lado, no motim da Companhia, a grande maioria dos amotinados eram consumidores de vinho e não os seus comerciantes, logo, a criação da Companhia não os prejudicava directamente.

Em segundo lugar, não podemos deixar de referir que, em todos os movimentos populares analisados sobressai, desde logo, a acção da cidade e das suas gentes. Num movimento solidário e de entreatajuda, a população portuense une-se em torno de um objectivo comum que atenta contra as liberdades e garantias municipais que perduravam nas estruturas sociais há vários séculos. Se em 1592 se medem forças com o poder real e a sua autoridade em tributar a cidade e, paralelamente, em 1661, o imposto do Papel Selado vai obrigar a uma determinada parte da população a um esforço para suportar a crescente tributação, em 1757, apesar do cenário não incorporar nenhum imposto régio, o facto é que a cidade se une contra a instituição de uma autoridade suprema no trato e comercialização dos produtos vitivinícolas do Alto Douro.

Assim sendo, quando as pessoas partem para um motim, as suas motivações estão mais ligadas a prestar a solidariedade com os seus representantes e com os interesses da cidade do que em saber objectivamente os motivos pelos quais serão lesados pelas novas imposições feitas à cidade.

Em terceiro lugar, se há, como ficou exposto anteriormente, solidariedade ao nível da população, esse sentimento existe também ao nível das elites mesterais da cidade. Senão vejamos: em 1592, são os procuradores do povo os únicos que se impõem face à tributação filipina; sensivelmente um século mais tarde serão, uma vez mais, os procuradores do povo a despoletar na cidade um sentimento de revolta em torno da introdução do Papel Selado; finalmente, mais um século volvido vemos que, a título da credibilização de um movimento popular que versava a Companhia dos Vinhos, surge, a encabeçar este levantamento, o juiz do povo.

Nas questões da liderança destes movimentos populares e, apesar de para o primeiro motim não haver qualquer referência a este aspecto (pelo menos no que diz respeito a acções populares de rua), podemos observar que, quer em 1661, quer em 1757, os participantes destes motins são, aparentemente, mulheres, crianças e pessoas de baixa condição social. Contudo, e como fomos referindo ao longo do trabalho, os impulsionadores intelectuais destes movimentos, isto é, os líderes de opinião, alteram-se conforme os interesses que estão em jogo. Se, por um lado, em 1661 vemos que os principais lesados com a medida régia de imposição do Papel Selado são o clero, a alta e média nobreza, e a burguesia em geral – aqueles que iriam fazer uso mais abundante do Papel Selado – por outro lado, em 1757, quer a população no seu todo – consumidora de vinho – quer ingleses, clero, e burguesia – para além de consumidores, tinham certamente interesses económicos no negócio vinhateiro – fazem com que os ideais que presidem ao início destas sublevações variem dependendo da esfera de interesses que será afectada em cada momento.

Em quarto lugar, há, nos dois últimos motins, a tentativa por parte dos amotinados de fazer justiça pelas próprias mãos. Este cenário é visível através dos percursos estabelecidos durante as manifestações de rua. Temos, portanto, em 1661 o deambular dos amotinados pelas ruas do burgo, indo ao encontro daqueles que achavam ser os responsáveis pela imposição do Papel Selado na cidade; do mesmo modo, em 1757 procura-se ir ao encontro dos responsáveis da Companhia atribuindo-lhes a culpa pela monopolização do negócio dos vinhos.

Em quinto lugar, podemos observar que as consequências entre o primeiro e o segundo motins são muito semelhantes, uma vez que não há grandes penas para os sublevados, pois, no primeiro motim há apenas a acusação de culpa dos procuradores dos mesteres e dos monges dominicanos e, no segundo, apenas é condenado um mulato e um marujo; pelo contrário, no motim da Companhia, as repercussões serão mais pesadas que nos anteriores, uma vez que, como vimos, ocorreram várias execuções, deportações, confiscação de bens, penas de prisão, entre outras, e que foram aplicadas sem ter em conta o género, idade e condição social dos condenados.

Há ainda a referir que, todos estes movimentos, em virtude da participação de um ou mais membros da elite social do povo, se traduzem em consequências para a própria cidade, pois, em 1592 a Casa dos Vinte e Quatro foi ameaçada de extinção e, quer em 1661, quer em 1757, acaba mesmo por ser extinta. Para além disto, como referimos, em 1757, as consequências vão ser ainda estendidas à vereação da cidade, pois esta será imediatamente substituída por outra que estivesse mais de acordo com os interesses do poder central.

Relativamente à questão espacial, a primeira constatação a retirar é que a cidade do Porto teria tendência para ser um *espaço de tensão*. Este facto é comprovado não só pelos três casos analisados neste trabalho, mas também por outros casos que ficaram para a história da cidade⁵⁷.

Esta característica deve ser equacionada com o facto da existência de uma grande concentração de população nas freguesias intramuros da cidade do Porto⁵⁸ que favoreceria, inclusivamente, a transmissão das notícias entre as várias pessoas. Temos ainda, neste espaço, o centro político, económico e social da cidade, pelo que era este o local privilegiado para o eclodir de manifestações de rua. Sobrepoem-se, assim, no seio da cidade, os espaços de dissidência e de proximidade definidos por Trebitch, criando-se, na nossa opinião, condições singulares para a ocorrência dos motins

Esta situação é observável nos mapas das rotas destes motins, pois, como é possível verificar no Mapa 1, os amotinados percorrem este espaço central da cidade dirigindo-se aos principais centros políticos da mesma, contra quem estavam a protestar, nomeadamente à Câmara da cidade e à casa do Tesoureiro e do Juiz da Alfandega junto à Misericórdia. Dirigiram-se ainda a locais emblemáticos da cidade, como a Cadeia da Relação e o Colégio dos Jesuítas porque aí estariam presos amotinados.

De destacar que através da análise dos espaços percorridos é possível verificar que este motim não obedeceu a uma organização preestabelecida, uma vez que os amotinados percorrem muitos espaços e, em alguns casos, repetem-nos só porque obtêm notícias de que algo se passava em determinado local.

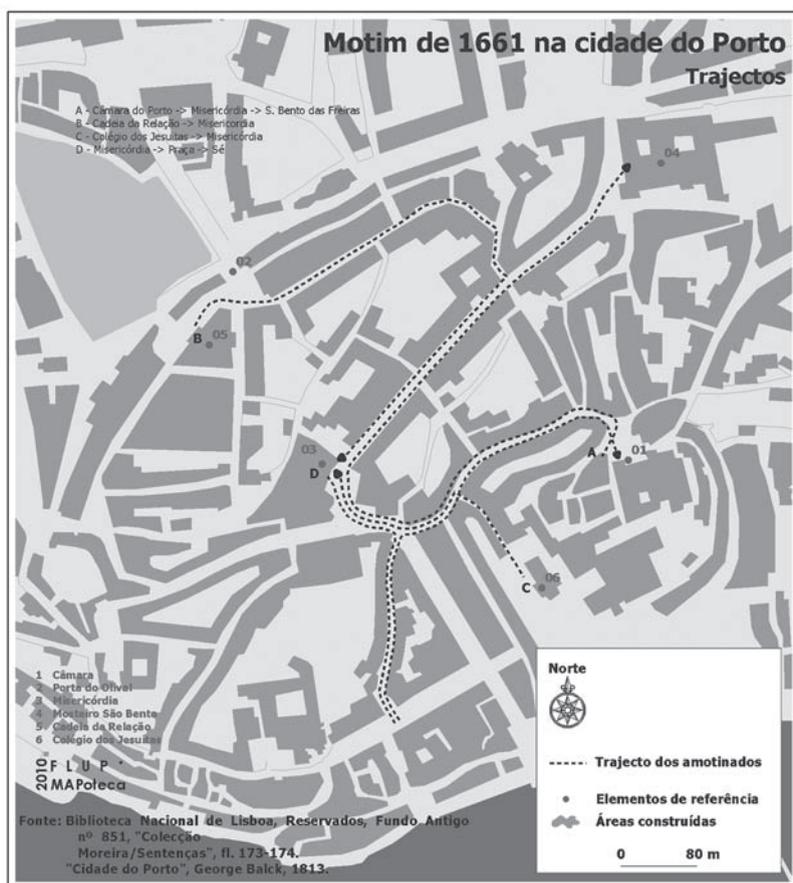
Pelo contrário, no motim de 1757, como é possível ver no Mapa 2, denota-se uma premeditação uma vez que os amotinados percorrem quer os espaços políticos da cidade quer as habitações das figuras políticas da cidade (Câmara; casa do provedor da Companhia), fazendo-o de modo directo e sem dispersão ao longo desse trajecto. Esta ideia é realçada também pelo facto de os sublevados terem ido ao encontro da procissão que teve lugar nesse dia, aproveitando o aglomerado de pessoas para intensificarem os protestos.

Assim, as características espaciais destes motins vão ao encontro daquilo que Trebitch postula, quando refere que os motins dos centros urbanos ocorrem nos espaços de poder, e a cidade do Porto, como referimos, não é excepção.

Finalmente, outra característica dos motins da cidade do Porto, de acordo com os princípios defendidos por este autor, é a destruição de bens públicos e privados nos espaços onde ocorriam as manifestações. Prova disso é o apedrejamento e incineração de bens móveis e imóveis de figuras e de poderes contestados.

⁵⁷ A título de exemplo, podemos elencar outros motins acontecidos na cidade (como o motim das Maçarocas em 1629 ou o motim do Real d'Água em 1638), e também revoltas de maior dimensão sociopolítica acontecidas no século XIX, como o início da Revolução Liberal (1820), a «Janeirinha», a 1 de Janeiro de 1868, que levou à queda do governo do reino, e mesmo a primeira tentativa de implantação da República em Portugal, a 31 de Janeiro de 1891.

⁵⁸ Agostinho Rebelo da Costa dá-nos indicação que, em 1787 (trinta anos depois do último motim analisado), cerca de 45% da população das oito freguesias da cidade residia nas freguesias da Sé, São Nicolau e Vitória, ou seja, as freguesias que constituíam a urbe (COSTA, 2001: 62-63).



Mapa 1

CONCLUSÃO

Recuperando o quadro teórico inicialmente abordado, apesar de podermos inserir os motins analisados dentro das teorizações enunciadas por Santos Julia, essas mesmas teorizações pareceram-nos um pouco vagas, uma vez que, apesar de no início de uma sublevação poderem existir líderes de opinião que orientam a multidão num propósito determinado de luta pela obtenção das suas reivindicações, numa fase posterior dessa sublevação, a mesma multidão pode adoptar como suas essas reivindicações, passando, por isso, a ser *crença* de todos os envolvidos no tumulto.

Neste sentido este estudo dá-nos a conhecer a especificidade da cidade do Porto neste tipo de manifestações sociais. Se assumirmos que, como refere António Manuel Hespanha, em Portugal, por detrás de um motim, não existia uma prévia organização e ainda, que durante o Antigo Regime, as penas capitais pela participação em motins eram pouco comuns⁵⁹, quanto à primeira posição pudemos demonstrar que, pelo menos, no

⁵⁹ Cf. HESPANHA, 1993: 401-407.



Mapa 1

motim de 1757, existe uma clara organização do mesmo⁶⁰, e que quanto à segunda posição, se os dois primeiros motins vão ao seu encontro, o motim de 1757 mostra um cenário totalmente diferente, uma vez que são condenados à morte vários participantes, inclusivamente pessoas ligadas à elite da cidade.

Outra das conclusões a que chegamos com este trabalho é que, por detrás de todos os motins, existem interesses por parte da burguesia menor da cidade, ou seja, os mestres⁶¹. Esta burguesia tentava defender, a todo o custo, não só os interesses da cidade como, sobretudo, os seus próprios interesses. Por isso mesmo, após todos os motins, a casa dos vinte e quatro corre o risco de ser encerrada ou é mesmo extinta pela coroa.

Como é lógico, esta situação também se deve à luta entre as distintas esferas de poder que dominavam a cidade, pois também vimos que a vereação da cidade, após as manifestações de rua, não perde tempo em acusar, junto do monarca, a Casa dos Vinte e Quatro como sendo a instituição promotora dos tumultos.

⁶⁰ Francisco Ribeiro da Silva, na obra citada anteriormente, corrobora esta opinião.

⁶¹ Cf. MACEDO, (s.d.): 397.

Finalmente, o facto de os burgueses serem os mentores intelectuais/líderes de opinião destes casos concretos de manifestações sociais, também nos permitiu, ao longo do trabalho, chegar à conclusão de que os interesses económicos e comerciais são a principal fonte de motivação para a perpetração deste tipo de levantamentos. Este facto é facilmente explicável pelas características das várias actividades económicas da cidade pois a agricultura e a indústria portuguesa encontravam-se bastante atrasadas⁶². Assim, o rei tendia a lançar novos impostos sobre a actividade mais rentável do reino, prejudicando assim o lucro dos burgueses (habitualmente ligados ao comércio) que, por isso, faziam tudo o que estivesse ao seu alcance para defender os seus negócios.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2003) – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BERCÉ, Yves-Marie (1980) – *Revoltes et révolutions dans l'Europe moderne. XVI^e-XVIII^e siècles*. Paris: PUF.
- BOUZA, Fernando (2005) – *D. Filipe I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- CARDOSO, António Barros (1996) – «O Alvará de Instituição da Companhia e os Motins do Porto de 1757». In *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I., n.º 1, p. 55-76. Porto: GEHVID.
- COSTA, Agostinho Rebelo da (2001) – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. Lisboa: Frenesi.
- CRUZ, António (s.d.) – «Casa dos Vinte e Quatro». In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Porto: Figueirinhas.
- DIAS, João José Alves (1985) – «Para a História dos impostos em Portugal. O papel selado no século XVII». In *Nova História*, n.º 3-4, p. 41-78. Lisboa.
- FONTANTA, Josep (1990) – «La Burguesia española, entre la reforma y la revolución (1808-1868)». In *Revueltas y Revoluciones en la Historia*. Ediciones Universidad de Salamanca: Salamanca.
- HESPAÑA, António Manuel (1993) – *A resistência aos poderes*. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores.
- JULIA, Santos (1990) – *Sociologias de la Revolucion*. In *Revueltas y Revoluciones en la Historia*. Ediciones Universidad de Salamanca: Salamanca.
- MACEDO, Jorge Borges de (s.d.) – «Burguesia». In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Porto: Figueirinhas.
- MENESES, Avelino de Freitas de (coord.) (2001) – «Nova História de Portugal». In *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, vol. VII. Lisboa: Editorial Presença.
- OLIVEIRA, Aurélio de (2002) – «As revoltas do Porto em 1591-92». In Separata da *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Âncora Editora.
- _____ (1998) – «Filipe II e a “Revolta dos Portos Secos”» 1591-1593. In *Congreso Internacional Las Sociedades Ibéricas y el mar a finales del siglo XVI. Tomo V. El Área Atlántica. Portugal y Flandres*. Lisboa: Pabellón de España Expo 98.
- OLIVEIRA, Fernando de (1930) – *O Motim Popular de 1757. Uma página na história da época pombalina*. Porto: Instituto de Estudos Históricos.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1990) – *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa: INCM.
- TORGAL, Luís Reis (1984) – «Acerca do significado sociopolítico da “Revolução de 1640”». In *Revista de História das Ideias*, vol. 6 («Revoltas e revoluções»). Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TREBITSCH, Michel (1990) – «Revolte et Société: les espaces de la revolte». In *Les Espaces Révolutionnaires. Actes du 114^e congrès national des sociétés savantes*. Paris: Editions du CTHS.

⁶² A título de exemplo Cf. MENESES, 2001: 226-301.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP)

Livro de cartas e provizões

Livro de Próprias, A-PUB 779

Livro de Suplemento às próprias n.º 17

Livro de Vereações n.º 29, 1591

Livro de Vereações de 1592

Livro de Vereações de 1757

PROPAGANDA ANTICANCEROSA, MOBILIZAÇÃO DE ELITES E CONSCIÊNCIA SANITÁRIA EM PORTUGAL

DESPERTAR CONSCIÊNCIAS E EDUCAR PARA A SAÚDE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX*

RUI MANUEL PINTO COSTA**

Resumo: O objecto deste artigo é a propaganda anticancerosa portuguesa realizada na primeira metade do século XX. Pretendeu-se mostrar que apesar do maior esforço propagandístico ter assumido a sua forma mais expressiva a partir da fundação do Instituto Português para o Estudo do Cancro em 1923, seria mais intenso durante o Estado Novo. O impacto do discurso médico junto dos diferentes agentes sociais e políticos, materializou-se na realização de uma campanha de persuasão social constante. A atitude preventiva da luta contra o cancro tornou-se num dos principais agentes da conquista de uma consciência sanitária nacional, num país ainda carente de progressos em matéria de educação para a saúde das massas e com défices na socialização da medicina.

Palavras-chave: Cancro; Propaganda; Educação; Saúde.

Abstract: The object of this article is the Portuguese anticancer propaganda in the first half of the 20th century. It intends to show that although greater propagandistic efforts were made following the foundation of the Instituto Português para o Estudo do Cancro in 1923, it would become more intense during the Estado Novo period. The impact of medical discourse on social agents and politicians, materialized into a campaign of constant social persuasion. The preventive attitude of the fight against cancer became one of the main agents in the conquest of national health awareness, in a country still devoid of relevant achievements in areas such as health education for the masses.

Keywords: Cancer; Propaganda; Education; Health.

Atacando pobres e ricos, fracos e fortes, velhos e novos (...), o cancro é uma doença que a todos interessa muito particularmente, e a cujo combate todos teem não só o dever como a conveniência de dar toda a colaboração¹.

Marck Athias, 1941

* Este artigo é um segmento narrativo de uma problemática mais extensa: a inserção do Instituto Português de Oncologia na luta contra o cancro. Nesse sentido, é parte integrante de um projecto de doutoramento onde o autor aborda historicamente a estruturação e normalização da oncologia em Portugal entre meados do século XIX e a segunda metade do século XX.

** Doutor em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

¹ ATHIAS, 1941: 16.

O CANCRO COMO NOVO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Foi na primeira década do século XX que o cancro passou a ser encarado pelos decisores políticos como uma verdadeira doença social. Foi graças ao discurso médico, mas também à mentalização progressiva do público para a emergência de um «flagelo» novo e perigoso, capaz de destronar a prazo as habituais maleitas infecciosas e parasitárias que ainda afligiam as populações. Com efeito, a luta contra o cancro não pode ser desligada de uma linha de força que povoava a mentalidade higienista dos políticos e principais responsáveis sanitários portugueses. Desde que os princípios higienistas revestiram o quadro legal expresso na reforma sanitária de Ricardo Jorge em 1901, que uma parte do esforço dos poderes públicos se materializou na abordagem das doenças passíveis de serem evitáveis com recurso a medidas profilácticas, fosse através da educação sanitária, fosse pela adopção de princípios de vida saudável.

Se bem que a educação da população sobre a doença oncológica tivesse começado de forma incipiente em 1907, o problema necessitava ainda de uma abordagem muito mais intensa e desde logo voltada para o diagnóstico precoce. Este desafio assumiu uma acuidade particular na primeira metade do século XX, quando a mortalidade que lhe estava associada se tornou numa preocupação de saúde pública significativa, divulgada pelos dados compiladas em 1904 por Azevedo Neves, naquele que ficou conhecido como o primeiro estudo estatístico de grande alcance realizado em Portugal sobre o cancro².

Os casos incuráveis eram numerosos, sendo habitual recorrer-se apenas ao tratamento paliativo. As curas eram poucas e sempre associadas a actos cirúrgicos mais ou menos mutilantes e de desfecho incerto.

Numa altura em que habitualmente eram os médicos e filantropos quem promovia dentro da sociedade civil a luta contra o alcoolismo e a tuberculose, as interrogações sobre a luta contra o cancro começam a despontar: «Porque não fazer o mesmo a respeito do cancro, verdadeiro flagello da humanidade, mais terrível do que qualquer d'aquellas doenças?»³. Mas se o controle dos demais flagelos sanitários era assunto para prevenção e profilaxia, o fulcro do combate ao cancro assentava mais na eficácia da terapêutica e no diagnóstico precoce. Faltava quase tudo: centros de tratamento equipados, competências especializadas, e uma organização social capaz de promover um diagnóstico atempado.

O maior problema em 1908 residia no habitual estado avançado da doença, altura em que os doentes finalmente recorriam aos cuidados médicos. No dizer do professor José Gentil, «Exceptuando os cancros externos, que mais ou menos chegam em bom estado às mãos do cirurgião, de modo a poderem tentar as curas radicais, nos casos de cancros viscerais, compreendendo os do útero, estamos nas circunstâncias de quase todos os países, em que a propaganda no sentido de serem cedo diagnosticados se tem vindo a fazer nos últimos anos; as intervenções, por exemplo, nos cancros uterinos são relativamente pouco frequentes, sendo de esperar que a vulgarização de noções próprias

² Cf. NEVES, 1906: 393-401.

³ LIMA, 1907: 395.

no público e o maior cuidado em observação médica consigam corrigir este estado de coisas»⁴.

Cerca de 25 anos mais tarde, a análise circunstanciada de Luís Adão parece já mostrar uma mudança positiva no tocante à precocidade do tratamento e informação do público sobre a doença, mas toca, se bem que discretamente, na própria preparação dos médicos para a realização de um correcto diagnóstico:

*De regra não se pode dizer, tanto para o cancro mamário como para o dos órgãos internos, que os doentes portadores compareçam nas clínicas numa fase mórbida perante a qual a terapêutica se encontre inteiramente desprovida de recursos. (...) Alguns, todavia, por pusilanimidade ou por negligência e até mesmo por um falso pudôr, demoram o seu exame e aparecem, finalmente, com invasões cutâneas e musculares profundas, contaminados, também os sistemas linfáticos axilares, supra-claviculares e transtorácicos. E é, dêste modo, por indiferença do próprio doente, por característica de intrínseca malignidade ou até por imperícia clínica, algumas vezes, que a cifra do obituário mais se avoluma*⁵.

Esta mudança na atitude do doente, expressa numa procura mais precoce da medicina científica, decorreu ao longo de um período em que a propaganda anticancerosa foi tomando forma: inicialmente com apoio estatal limitado, mas posteriormente muito mais intensa e coordenada pelo Instituto Português para o Estudo do Cancro.

UM CAMINHO NOVO PARA UMA DOENÇA ESPECIAL: O PAPEL DO INSTITUTO PORTUGUÊS PARA O ESTUDO DO CANCRO

Fundado em 1923 no seguimento de uma janela de oportunidade política aproveitada por um pequeno grupo de médicos ligados à Universidade de Lisboa, o Instituto Português para o Estudo do Cancro recebeu desde o início a incumbência legal de promover a educação das populações para o problema do cancro. Dois anos mais tarde, no seguimento de um incremento nas verbas que o financiavam, teve lugar a primeira campanha de propaganda, inicialmente dirigida aos clínicos, informando-os das mais recentes e testadas indicações terapêuticas, como pródromo de uma mais alargada divulgação dirigida ao grande público. Optou-se por fazer uso de material informativo já existente noutros países, distribuindo junto dos médicos a tradução do *Essential Facts about Cancer*, publicação norte-americana editada pela *American Society for the Control of Cancer* (ASCC), que tinha igualmente sido distribuída em largos números pelos médicos dos EUA⁶. A responsabilização pelo papel do clínico generalista foi um dos primeiros vectores explorados pelo *Boletim do Instituto Português de Oncologia* (IPO),

⁴ GENTIL, 1908: 626.

⁵ ADÃO, 1933: 131 (sublinhado nosso).

⁶ Cf. EUA, 1930.

onde abundam os exemplos de sensibilização dirigidos à classe médica, sobretudo na década de 30.

Se por um lado a informação colocada à disposição dos clínicos os despertava para o problema do cancro, por outro conferia-lhes uma maior possibilidade de realizar diagnósticos precoces, e de remeter os seus doentes aos cuidados do Instituto, com o que se legitimava e reforçava o papel deste estabelecimento no tratamento especializado ao doente oncológico.

As primeiras verbas afectas ao esforço propagandístico partiram do Estado, mas sempre no contexto do IPO, organismo ao qual se destinavam. Contudo, o montante atribuído era manifestamente escasso: da verba de 60 000 escudos proposta em 1925, 5000 seriam remetidos mensalmente ao pagamento de uma «(...) preparadora, à gratificação do assistente e às despesas de publicidade que é necessário fazer para chamar o doente à convicção de que necessita tratar-se»⁷.

Se bem que o maior esforço de propaganda sanitária tomasse forma mais expressiva a partir da fundação do Instituto, sê-lo-ia sobretudo durante o Estado Novo, o que revela não só a adopção política de um princípio de profilaxia sanitária, mas também de um princípio de profilaxia social. Morrer de cancro podia deixar de ser uma fatalidade: «Julgamos lícito dizer que se pode e se deve fazer profilaxia do cancro, pois, se não é canceroso quem quer, morrem de cancro, com mais frequência, os imprevidentes, os pusilânimes, os desmazelados e os ignorantes, como afirmou, há alguns anos, Ewing»⁸.

Este princípio profiláctico, assente sobretudo no vetusto discurso higienista, mas também na perda progressiva do carácter fatalista de muitas afecções preveníveis, traduz-se num empenho não só do poder político, mas também de alguns cidadãos na luta desenvolvida contra problemas coevos, tais como a tuberculose, o sezonismo, as doenças venéreas ou o cancro. As campanhas sanitárias que estão associadas a todos e cada um destes problemas, conformam o paradigma da acção social da medicina, e a construção de uma cultura sanitária. Habitualmente, os discursos sobre estes «flagelos» entrecruzavam-se, revelando uma frente profiláctica comum. Em muitos casos, o discurso médico fazia uma associação entre o cancro e a sífilis, ou até mesmo entre o cancro e a tuberculose, colocando no controle e prevenção destas últimas uma esperança de redução da própria patologia cancerosa. A sífilis, em particular, era considerada precursora de lesões pré-cancerosas, pelo que se supunha que a erradicação da doença venérea poderia, em muito, reduzir o próprio surgimento do cancro.

Imperava a ideia que era uma doença própria da civilização, ou pelo menos própria de sociedades ditas civilizadas. A intervenção do Estado em matéria preventiva era solicitada e considerada essencial para alterar o rumo sanitário que se desenhava no seio dessas sociedades:

⁷ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão n.º 109, em 10 de Agosto de 1925: 9.

⁸ ATHIAS, 1941: 107.

De resto, se o Estado quisesse combater e fazer desaparecer as doenças venéreas e em especial a sífilis, fazia excelente profilaxia do cancro. Basta, para o provar, lembrar o caso dos Bazurtos da guerra anglo-Boer, que tem o valor de uma observação experimental. Povo sem cancro, foi contaminado de sífilis, que também desconhecia, por imigrantes Boers, e, passados 20 anos, os médicos já podiam observar carcinomas nesse povo!⁹.

Mas apesar de uma eventual conexão em alguns tipos de cancro, a doença era mais lata do que este tipo de afirmações poderia sugerir. Ao contrário da sífilis ou tuberculose, não era uma entidade única e contagiosa, mas um grande grupo de doenças devidas a causas diversas e de evolução muito diferente.

Possuía um apelo próprio: era uma doença universal, atravessando transversalmente as barreiras de classe e posição social, mais do que qualquer outra patologia do seu tempo. Não era a doença predominante das classes desfavorecidas, com baixos recursos, ou a viver em situações de insalubridade e malnutrição, como até então parecia ter acontecido com a tuberculose pulmonar ou o tifo. Ao contrário das outras patologias até então referenciais, prevalentes em classes baixas, e como tal, mais sujeitas a factores adjuvantes de perigosidade, não escolhia vítimas preferenciais do ponto de vista social, e estava a tornar-se no emergente «flagelo» dos tempos modernos, favorecido pelo medo e pela negligência. Não era sinónimo de pobreza, apesar de as más condições de vida e de trabalho, combinadas com uma dieta desadequada e pouco saudável, contribuírem de modo aparente para uma incidência mais elevada entre a população trabalhadora.

Num sentido mais estrito, o cancro era uma área da patologia que não se podia comparar às demais doenças prevalentes, requerendo uma orientação própria e autónoma, tanto mais que no dizer de Francisco Gentil: «É tão diferente da tuberculose o cancro, que nada podemos ir buscar à Assistência Nacional dos Tuberculosos, essa organização Portuguesa de tão belas tradições, para orientar entre nós a luta anticancerosa»¹⁰. O pensamento norteador de Gentil rejeitava a «colagem» a projectos ou abordagens de natureza alheia. A sistematização do apoio social deveria provir de organismos diferentes, mentalmente desafectos dos esquemas institucionais tão característicos de outras patologias ainda prevalentes.

A FILANTROPIA RENASCIDA: UMA TRADIÇÃO PORTUGUESA AO SERVIÇO DE UMA NOVA CAUSA

À semelhança do que entretanto acontecia em muitos países, os esforços filantrópicos para o combate ao cancro congregaram-se em redor de associações de pendor benévolo-caritativo, claramente despertas para a natureza da doença e para os novos métodos a utilizar na abordagem médica do cancro. O enlace filantrópico não se reduzia aos seus alvos sociais habituais, mas visava sobretudo o controle da doença. Neste sentido, a luta

⁹ ATHIAS, 1941: 107.

¹⁰ GENTIL, 1937: 3.

contra o cancro interessava tanto às classes dominantes como às menos favorecidas, mas foi inicialmente o recrutamento da elite social que interessou, pelo necessário e indispensável apoio financeiro que poderiam aportar.

Ainda antes da formulação legal do Instituto, já no início dos anos 20 o médico Marques dos Santos propunha a criação de uma comissão capaz de congregar e coordenar os apoios privados, considerando que era a estes que se impunha o dever moral «(...) de auxiliarem, à americana, a luta contra essas doenças, fazendo caridade e auxiliando eficazmente o Estado, cujos recursos, evidentemente, não podem chegar para tudo»¹¹. Se nos EUA os principais apoios provinham de fundações particulares criadas por magnates, na Europa partiam da mais destacada elite social. Fazendo uso da sua situação e influência, o patrocínio que algumas casas reais europeias conferiam à luta contra o cancro, permitia-lhes proporcionar receitas avultadas e facilidades sob todos os pontos de vista, inclusive no apoio à investigação. Ontem, como hoje, a filantropia era uma porta para o poder, cuja dimensão e significado transcendia o acto benemérito em si.

Os melhores exemplos filantrópicos não deixavam de ser notados pela elite social e económica nacional, imbuída de um espírito caritativo de beneficência cristã. Perpetuava-se uma tendência desde sempre costumeira na sociedade portuguesa, e que já se desenhara com maior intensidade no século transacto.

Sob a esfera da caridade, a relação de proximidade que se estabeleceu entre as necessidades da luta anticancerosa e a filantropia é reveladora de uma ampla interpenetração entre os membros de duas elites: tanto a médica como a social. A primeira, reunia professores universitários que dirigiam os destinos do Instituto, ao passo que a segunda reuniu o apoio financeiro e/ou político de destacados elementos da sociedade da altura, incluindo membros proeminentes do Estado Novo. Vários notáveis com responsabilidades políticas de primeiro plano apoiavam publicamente a luta contra o cancro sob a forma de actuação benemérita, o que também trazia boa publicidade para o regime.

Constituída em 1931, a Comissão de Iniciativa Particular de Luta contra o Cancro foi a primeira organização de solidariedade social para com o doente oncológico em Portugal, estruturada com base no voluntariado e na solidariedade. Da autoria de Mécia Mouzinho de Albuquerque e coadjuvada por um grupo de colaboradoras ligadas à elite de proveniência aristocrática, não negava a matriz feminina e o papel de destaque da mulher portuguesa da alta sociedade no tocante à beneficência pública. Esta associação mostra bem os laços que se estabeleceram entre a comissão directora do Instituto e outros membros do campo do poder socioeconómico. Estes laços congregavam interesses comuns em campos de influência paralelos, formalizados pelo estabelecimento de uma associação de cariz filantrópico, que permitiu o financiamento de uma fatia importante das actividades do IPO.

A Comissão tornava-se rapidamente num elemento incontornável de financiamento das diferentes actividades desenvolvidas no seio do Instituto, mas também de sensibilização social para a doença, eventualmente o mais importante de todos os papéis desempenhados

¹¹ SANTOS, 1925: 42.

desde então. Também privilegiou a formação médica e o esforço de investigação, atribuindo verbas para premiar os melhores trabalhos realizados pelos médicos assistentes em 1937, a par do financiamento integral da *I.ª Série de Lições sobre o Cancro e seu Tratamento*, que decorreu em 1938, reunindo no IPO a nata dos investigadores europeus na área da radioterapia. O subsídio atribuído nesse mesmo ano a Manuel Prates para realizar o seu projecto de investigação sobre o cancro nos nativos de Moçambique, é outro exemplo do investimento realizado. Os cerca de 100 000\$00 que aportou em 1937, e os 200 000\$00 em 1938, são bem expressivos quando comparados com o magro subsídio de 2740\$00 conferido pelo Estado através do Instituto para a Alta Cultura para esse último ano.

Do recrutamento de voluntários para o acompanhamento dos doentes e das famílias, à edição de cartazes, letreiros e prospectos distribuídos por ocasião do peditório, a Comissão Particular chegou ainda a distribuir pelos professores de todo o país um suplemento especial do Boletim do IPO, a par de um prospecto aos alunos das escolas primárias.

A organização de peditórios aumentou as contribuições financeiras obtidas, e que no seu total atingiam valores muito significativos. Os peditórios nacionais, que começaram a realizar-se às portas das igrejas e cemitérios no dia de finados de 1931, apelavam a um sentimento caritativo de matriz católica que associava a luta contra o cancro à imagem de piedade inspirada pelo canceroso sofredor e necessitado, e que se revelou muito eficaz. Em 1935, admitia-se que cerca de 20% dos fundos obtidos pelo IPO eram provenientes dos aportes obtidos por interferência directa da Comissão junto dos particulares. Os restantes 80% eram provenientes do financiamento estatal. Em 1937 a contabilização acumulada das ajudas financeiras particulares totalizava mais de 2 500 000\$00¹².

Do projecto organizacional apresentado ao Governo em 1937 por Francisco Gentil para o desenvolvimento da luta contra o cancro, fazia parte a constituição de um novo organismo que tomou o nome de Liga Portuguesa de Luta Contra o Cancro (LPCC).

Esta Liga, criada pela Portaria n.º 9.772 em 1941¹³, era independente do IPO, mas funcionava como serviço de apoio integral à causa do combate à doença. As actividades que desenvolveu organizavam-se em redor de um plano de apoio directo e indirecto, mormente nas áreas da educação do público e na promoção da investigação científica.

Financiada através de doações, peditórios regulares, ou rendimentos provenientes de activos próprios, a LPCC conseguiu desde sempre contar com um conjunto muito considerável de meios financeiros capazes de suportar sem grandes constrições os seus objectivos programáticos.

ONCOLOGIA E FILANTROPIA: AS TEIAS DE UM PODER ASSIMÉTRICO E CONTROLADO

O relacionamento estratégico estabelecido entre a filantropia e a causa do IPO era a prova viva de uma relação de subordinação directa do poder das elites da Liga ao poder médico

¹² Cf. «A obra da comissão de iniciativa particular de luta contra o cancro». In *Boletim do IPO*, vol. 4, n.º 12 (1937): 3.

¹³ Cf. *Diário do Governo*. I.ª Série, n.º 78, de 4 de Abril de 1941: 317-318.

da comissão directora do IPO. A interpenetração entre ambos era total, tanto mais que a primeira direcção da Liga foi constituída por Raposo de Magalhães na figura do presidente, Mário Neves como secretário e Bénard Guedes como tesoureiro, ou seja, alguns dos mais proeminentes dirigentes e colaboradores do IPO. O controlo financeiro estava, em última instância, nas mãos do Instituto, e assim permaneceu ao longo de várias décadas, ao longo dos anos 50, 60 e 70. Recordemos apenas que em 1953 o administrador do Instituto Joaquim da Silveira Botelho entrou na Liga como tesoureiro, cargo que ocupou até 1974, ou ainda que Bénard Guedes, que desde 1923 fazia parte da comissão directora do IPO, foi inicialmente tesoureiro da Liga, tendo-a posteriormente secretariado por longos anos. Numa fase posterior, a presidência da LPCC teria na pessoa de Lima Basto outro destacado membro do Instituto (director clínico), cargo que ocupou até à sua morte, em 1971. A uma delimitação formal de funções e competências, sobrevinha uma comunhão plena nos objectivos e na coordenação do investimento dos fundos disponibilizados.

Esta ligação entre organismos de natureza diferente era de facto simbiótica, com os benefícios primários a recaírem sobre o Instituto: o produto resultante dos peditórios, entretanto tornados regulares e alargados a todo o país desde a década de 50, permitiu adquirir terrenos para a construção de um Centro em Évora, bem como participar a aquisição de novos equipamentos de radioterapia em 1954 e 1958, com ênfase particular para a Bomba de Cobalto, a primeira a ser instalada na Península Ibérica. Esta trama institucional/financiadora em que assentou a campanha anticancerosa, serviu para dotar o IPO do instrumental necessário à introdução da terapêutica mais dispendiosa, sobretudo da radioterapia.

Se bem que havia outros apoios particulares, a expressão da Liga na angariação e canalização desses recursos financeiros era quase completa. Outros apoios institucionais passavam igualmente pela Liga, caso da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), mas sem atingir o grau de cumplicidade já existente. De facto, o difícil relacionamento entre Francisco Gentil e Azeredo Perdigão (presidente da fundação) manteve-se até à incapacidade do primeiro nos finais da década de 60, altura em que a contribuição da FCG passa a ser decisiva para a concretização de vários projectos seminais do IPO.

Muito mais tardia do que as suas congéneres europeias entretanto surgidas no período entre-guerras, a LPCC bebeu desde logo os mesmos princípios orientadores às demais associações coevas, sobretudo das congéneres belga e francesa, no sentido de sensibilizar a população e os poderes públicos para uma doença que consideravam ser um problema de saúde incontornável¹⁴. A actividade mobilizadora dos seus dirigentes, impulsionou a divulgação e projecção social da doença, mas também de si própria. A implicação directa de destacados agentes políticos, industriais, financeiros, bem como de outros associados com manifesto poder social e económico, tornou a Liga num poderoso grupo de pressão e numa organização capaz de assumir a luta social contra o cancro em relação muito estreita com as necessidades do Instituto, e, por longos anos, sob a sua batuta directa.

¹⁴ A título de exemplo, a Liga francesa foi criada em 1918, a da Suíça remontava a 1910, e a de Espanha foi fundada em 1924.

OS INSTRUMENTOS DA PROPAGANDA ANTI-CANCEROSA E A SOCIALIZAÇÃO DA MEDICINA

Às campanhas públicas levadas a cabo nos anos 20 e 30 contra a tuberculose, as doenças venéreas e o sezoniismo (malária), vinha-se-lhes juntar uma nova patologia, que apesar de não se encontrar no rol das doenças contagiosas ou parasitárias, se enquadrava cada vez mais na categoria dos flagelos sanitários. Tão importante como saber diagnosticar e tratar a doença, era igualmente necessário colocar atempadamente todos os atingidos, junto dos meios que entretanto se preparavam para debelar especificamente a patologia oncológica.

Esta percepção da importância fundamental do diagnóstico precoce esteve muito associada à capacidade de divulgação do jornalismo médico, sendo sempre assumida pela direcção do IPO. Atestam-no a emissão de vários folhetos de divulgação, mas sobretudo a fundação de revistas médicas de matriz científica e/ou de divulgação propagandística. O risco de promover um eventual estado de cancerofobia era assumido pelos responsáveis, mas o voluntarismo e optimismo tecnológico dos médicos sobrepôs-se sempre a qualquer atitude de eventual receio psicológico. Em nenhum caso se atrasou nem diminuiu a escala da propaganda, que desde o início se manteve num patamar muito comparável ao de vários países que compunham a *Union International Contre le Cancer*, ao contrário de outros, como a Holanda, onde os receios de espoletar uma eventual cancerofobia no público atrasaram a educação das populações até aos anos 50¹⁵.

O principal mentor do esforço propagandístico foi Mário Neves, jornalista que começou a colaborar com Francisco Gentil a partir de 1932, quando assumiu a direcção dos serviços da Secção de Publicidade e Propaganda do Instituto, com vista à intensificação da luta contra o cancro, sendo posteriormente nomeado como secretário da comissão incumbida de planificar os hospitais escolares de Lisboa e Porto. Bebendo a influência de muitos exemplos de propaganda anti-cancerosa em curso na maioria dos países europeus e nos EUA em viagens que realizou entre 1935 e 1937, estudou com bastante profundidade o desenvolvimento da propaganda contra o cancro, da administração hospitalar e de construção de hospitais.

Rapidamente introduziu a prática da realização de conferências um pouco por todo o país, acrescidas da introdução de artigos em vários jornais¹⁶, cartazes de diversas dimensões e até um manifesto, com textos idênticos aos que eram publicados pelos países aderentes à UICC.

Reproduzindo uma prática corrente a nível internacional, um dos elementos mais utilizados na propaganda era o *Boletim do IPO*, órgão informativo onde se procurava dar ao público noções fundamentais sobre o cancro. Revista editada mensalmente desde 1932 e destinada ao público em geral, tornou-se num instrumento educativo/informativo largamente espalhado pelo continente e colónias. Focando repetidamente todos os aspectos da luta contra o cancro feitos a nível nacional e internacional, abundava ainda a informação

¹⁵ Cf. o atraso das campanhas anticancerosas na Holanda em SNELDERS, *et al.*, 2006: 271-289.

¹⁶ Os jornais que mais artigos do IPO publicavam eram: *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã*, *A Voz*, *O Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto*, *Notícias de Coimbra*, *Diário de Coimbra* e *O Setubalense*.

sobre profilaxia, funcionando ao mesmo tempo como mostruário do trabalho entretanto desenvolvido. Incluía uma estatística mensal que reflectia a actividade clínica e assistencial, tendo exercido uma considerável influência sobre a opinião pública, junto da qual pretendia estabelecer uma atmosfera de confiança, capaz de corrigir o pavor inconsciente suscitado pela doença, as falsas notícias, e a renitência a uma colaboração eficaz.

Empregavam-se ainda toda a espécie de instrumentos, que iam das publicações especiais aos folhetos, panfletos e desdobráveis, brochuras, artigos de jornais e cartazes, sem esquecer as comunicações e palestras difundidas pela rádio a partir de 1934¹⁷, e até exposições. A 1.ª Exposição de Propaganda da Luta Contra o Cancro, realizada em Outubro de 1940 numa sala cedida pelo jornal Diário de Notícias, colocava o Instituto no centro de todas as atenções, fossem elas médicas ou sociais. Era um meio desusado e inédito, que dilatava os habituais meios de difusão, servindo o duplo propósito de informar e propagandear o próprio regime.

Projectando uma imagem de modernidade sanitária, era uma forma de promoção do Estado Novo, não tendo faltado na sessão de inauguração a presença do Presidente da República e os ministros das pastas da educação e obras públicas. Os cerca de 15.000 visitantes e a distribuição de milhares de folhetos, constituem um número assaz representativo do impacto do evento junto do público. Para além disso, o destaque que recebeu por parte do dito jornal foi extensivo ao resto da imprensa, que não deixou de introduzir artigos ou notas de imprensa sobre o evento, um pouco por todo o país.

Obviamente, o Estado Novo não ignorava o papel da propaganda, da sua legitimidade e utilidade como meio de informar, educar e instruir o espírito público, ao mesmo tempo que fazia do IPO uma bandeira destacada da modernidade médico-científica lusitana. Já o fizera antes, na Exposição Internacional de Paris em 1937¹⁸, onde mostrava os resultados de recentes investigações de cientistas portugueses, que para além de Egas Moniz e Reinaldo dos Santos, incluía uma destacada referência ao Instituto do Cancro. Fazia-o de novo, a título interno, na exposição lisboeta de 1940.

Se o uso da propaganda se fazia desde a década de 30, tornou-se mais intenso a partir dos anos 40 e sobretudo 50, desta feita por parte da LPCC. Por alturas dos peditórios, os filmes de propaganda do IPO passavam nos cinemas lisboetas, como o Tivoli, S. Luiz, Cinearte, Eden, Odeon e Palácio, e Politeama¹⁹. O objectivo era o de despertar a opinião pública para a necessidade de valorizar eventuais sinais da presença da doença oncológica e promover os serviços especializados do IPO, com o que se reforçava o papel dos especialistas que nele se destacavam como parte significativa da elite médica portuguesa.

E neste aspecto, o IPO fazia parte de uma nova forma de materialização e de abordagem dos avanços da medicina. Com efeito, desde os anos 40 que a classe médica se vira afectada pelo fulgurante desenvolvimento experimentado pela medicina, a que não era alheia a generalização pela população da *consciência da saúde*, potenciada pelos progressos e

¹⁷ Cf. *Boletim do IPO*, vol. 1, n.º 11 (1934): 1-2.

¹⁸ Cf. ACCIAIOLI, 1998.

¹⁹ Cf. *Boletim do IPO*, vol. 8, n.º 8 (1941): 5.

reconhecida eficácia da medicina no pós-guerra. Neste contexto, a medicina conectava-se cada vez mais com a vida económica, social e cultural das populações, tornando-se num serviço social que evoluía conjuntamente nos seus aspectos científicos e técnicos com a sociedade. É a denominada *socialização da medicina* que se vai progressiva e inexoravelmente afirmando no contexto internacional, e ao qual o nosso país também não fica imune.

Esta nova tendência apontava necessidades cada vez maiores no sentido de apetrechar convenientemente as instituições em termos materiais e humanos, de acordo com o progresso técnico e científico realizado nos domínios biomédicos. Se por um lado as diversas campanhas publicitárias procuravam transformar a atitude da população face ao cancro, também permitiram dar a conhecer os planos de organização da comissão directora do IPO. Em Portugal, como noutros países, a luta contra o cancro acabou por beber da legitimidade atribuída à socialização da medicina, o que conferia força à pretensão de criar uma rede hierarquizada de centros anti-cancerosos alargada ao restante território nacional. No que ao cancro concernia, a autonomia e autoridade do IPO queria-se total e indiscutível.

OS PERIGOS DA PSEUDO-CIÊNCIA PARA UMA DOENÇA FATALISTA

Na década de 40 verificava-se que a maioria da população mantinha uma noção nitidamente fatalista da doença. Como nos diz Athias, «Ao passo que a maior parte das doenças são confessadas e delas se fala à vontade e mesmo por vezes com singular complacência, quando se trata do cancro, e apesar de não ser uma doença contagiosa, nem se poder mesmo considerar uma tara familiar, a tendência geral, determinada por um pudor pouco inteligente, é a de esconder a sua existência, é a de mantê-lo secreto, (...) São historiados os cancerosos que morrem, guarda-se silêncio sobre os que foram curados. E isto, como se compreende, vem igualmente reforçar ainda mais a lenda sinistra da incurabilidade do cancro»²⁰.

Esta mesma impressão se pode colher das palavras de Maria Carolina Silveira Botelho ao recordar a sua vivência diária no Serviço Social do IPO, aquando da fundação do mesmo em 1948: «Todo o doente que chegava ao instituto do cancro (não resultava então chamar Oncologia ou Palhavã; o nome era do Cancro, e só isso assustava familiares e pacientes) vinha, ontem como hoje, cheio de enorme angústia – angústia pela vida, pela família ausente, pelo tratamento assustador, pelo hospital desconhecido, em vários casos, pela escassez económica»²¹.

Os especialistas acreditavam que uma parte substancial do problema provinha da medicina alternativa que afastava as pessoas da medicina tradicional, prometendo-lhes uma cura meramente ilusória. Essas alternativas, que recaíam no cômputo da charlatanice, desviavam numerosos doentes, atrasando o diagnóstico e aumentando o

²⁰ ATHIAS, 1941: 18-19.

²¹ BOTELHO, 2000: 61.

número de incuráveis. Tornava-se assim impossível melhorar as estatísticas, o que constituía um dos principais objectivos da luta anticancerosa.

O problema do recurso das populações à «medicina paralela» não era exclusivamente português, e foi o exemplo seguido nos EUA pela ASCC contra os curandeiros, charlatães e droguistas, que serviu de guia orientador para o que entretanto se planeou e reproduziu em Portugal. A propaganda anti-cancerosa desta colectividade norte-americana era muito intensa, com uma extensão reconhecidamente superior à da maior parte dos países europeus:

Não consta que, na Europa, este aspecto do problema tenha sido encarado como é mister que o seja, pois é sabido como, em certos países, os curandeiros ainda exercem largamente e em plena liberdade a sua nefasta acção. A educação do público deve visar, pois, a fazer também compreender os perigos que resultam para os doentes do uso de pomadas, águas, emplastros, ervas e outros paliativos ineficazes, que os fazem perder tempo, quando deveriam, desde o aparecimento de sintomas indecisos ou suspeitos, procurar um médico competente para os aconselhar e tratar sensata e honestamente²².

Por essa razão, as campanhas públicas e os apelos feitos pelos instrumentos propagandísticos oficiais recomendavam o repúdio desses «terapeutas», recomendando apenas a cirurgia e a radioterapia, reforçando ao mesmo tempo a confiança nos oncologistas e sedimentando a sua autoridade enquanto únicos e reais especialistas em matéria oncológica.

Não era tarefa fácil num país ainda de forte matriz rural, marcado por taxas de analfabetismo elevado e de assistência sanitária muito limitada, sobretudo em largas franjas do interior. Combater o charlatanismo era, de facto, uma das tarefas mais difíceis de lograr no Portugal dos anos 30 e 40, onde a prática do curandeirismo era ainda habitual não só nos meios rurais, mas também nas cidades de maior dimensão.

A desinformação causada pelas práticas destes pseudo-terapeutas minava a credibilidade da luta anticancerosa, factor de forte desestabilização dos esforços da medicina científica, sendo combatido com muita frequência.

No passado de muitos doentes incuráveis que compareciam, enfim, diante do médico, havia um longo rosário de toda a espécie de curandeiros, bruxos, mulheres de virtude e charlatães. Os recursos eram assaz extensos: desde drogas miraculosas de receita secreta, casca de bétula, esponjas de radiação atómica e outros tantos sortilégios, de tudo se serviam para atrasar o recurso à medicina científica. Mesmo para os que se apresentavam no Instituto, a taxa de abandono dos tratamentos propostos era preocupante, uma realidade que se prolongou por longos anos, como é possível aduzir a partir dos resultados apresentados por alguns artigos de natureza revisionista. Num desses trabalhos, onde se procedeu à revisão de 533 casos detectados de cancro da mama, 97 deles desapareceram sem sequer iniciar tratamento²³.

²² ATHIAS & RAMOS, 1930: 123.

²³ Cf. *Boletim do IPO*, vol. 18, n.º 1 (1951): 4.

Ainda antes da introdução de medidas legislativas mais severas contra a prática ilegal da medicina, o que só teria lugar em 1942 com a Lei do Exercício da Medicina²⁴, a luta contra o cancro emulou de forma muito directa o combate ao charlatanismo. A análise do *Boletim do IPO* permite obter constatações interessantes sobre esse assunto, que sendo tema muito frequente e até obrigatório antes dessa data, se vai tornando cada vez menos referido daí em diante, em relação inversa com a eficácia da propaganda e da legislação protectora do exercício da medicina.

Não se perderam, contudo, o recurso às práticas não ortodoxas, a medicamentos milagrosos ou a mezinhas de toda a espécie. A vivência dos clínicos da província permitia continuar a suscitar relatos eivados de um obscurantismo perene, que por longo tempo esteve imbricado na psique do português que habitava o interior.

Por outro lado, tão perniciosas como as práticas charlatanescas eram as descobertas pseudo-científicas de novos tratamentos que surgiam periodicamente na imprensa, da mais credível à mais sensacionalista e panfletária:

E o pior é que estes «descobrimientos», obra por vezes de médicos, são vulgarizados na Imprensa, que contribui assim para dar uma falsa esperança a tantos doentes que poderiam ser salvos pelos meios usuais, se não tivessem tido a infelicidade de ler essas notícias em jornais pouco escrupulosos²⁵.

Não passa uma semana sem que de qualquer canto do mundo surja um senhor a gritar jubilosamente que obteve resultados surpreendentes na cura do cancro. (...) Decorrem dias e o sistema entra no rol das coisas esquecidas, para ser substituído por outro melhor, cujo destino é o mesmo²⁶.

Raro é o dia em que a arrepiante palavra cancro, desembainhada com frivolidade por uns tantos, não se imprime nos jornais, quase sempre a propósito de mais um manipulador de quimeras ou de grosseiras interpretações da verdade²⁷.

Alguns desses pretensos agentes curativos chegaram a suscitar a troca de correspondência entre os descobridores e os abalizadores dessas descobertas, que eram rapidamente desacreditadas²⁸. Nesse sentido, passava-se em Portugal o que também tomava lugar noutras partes do mundo, onde cada vez com maior frequência os estabelecimentos anti-cancerosos recebiam apelos de doentes, rogando que os salvassem com as drogas miraculosas que as gazetas recomendavam e outros, ainda, pedindo informações sobre aparelhos que os jornais asseguravam capazes de liquidar o problema do cancro e que nem sequer existiam.

²⁴ DL n.º 32.171, de 27 de Julho de 1942.

²⁵ ATHIAS, 1937: 3.

²⁶ «Revista de Imprensa». In *Boletim do IPO*, vol. 19, n.º 12 (1952): 5.

²⁷ NAMORA, 1963: 1.

Com efeito, a campanha sanitária portuguesa contra o cancro assumiu uma assinalável e agressiva luta contra o curandeirismo, processo que se materializou sobretudo nas publicações periódicas.

De molde a reforçar a confiança no Instituto, as campanhas visavam igualmente informar os médicos generalistas. Aos olhos de numerosos especialistas, a ignorância dos clínicos podia ser tão perigosa como a dos charlatães: ao promover a desinformação ou ao tentar curar a doença de modo desadequado, minavam o controlo e autoridade médica que se pretendia instituir. Alguns episódios caricatos demonstram a existência de alguma desinformação, sobretudo no tocante à aplicação e armazenamento do rádio, tema que também era utilizada pelos que viviam de práticas paralelas à medicina científica²⁹. A ignorância ou mera falta de informação sobre este tema prolongar-se-ia por largos anos, mesmo após o pós-guerra, suscitando a publicação regular de artigos e notas de imprensa, da parte do director do Instituto. As propriedades pretensamente radíferas de algumas águas medicinais portuguesas, que a todo custo tentaram usar supostas informações médicas para vender o seu produto, também foram alvo de regular desmistificação:

Não pode obter-se resultado positivo no cancro com as doses contidas nas águas. Outras acções terapêuticas se lhes poderiam atribuir, mas isso não nos pertence. «Beba e cure-se» não deve dizer-se, pois nada até hoje o autoriza. Esta a razão de não podermos ceder à nova tentativa de se usar no IPO a água indigitada, nem de darmos opinião sobre águas contendo rádio ou emanação³⁰.

Neste contexto, importava convencer os clínicos a assumirem uma atitude prudente e correcta aquando de uma qualquer suspeita oncológica. E não só. Também os farmacêuticos, dentistas, enfermeiras e parteiras eram referidos como alvos da educação do público, pelo papel informativo que poderiam dispensar.

Para os responsáveis pelo projecto anticanceroso, o sucesso do esforço propagandístico media-se não só pela afluência crescente de casos reportados ao IPO, o que de facto aconteceu desde a sua entrada em funcionamento, mas também pela relação entre aqueles a quem era de facto diagnosticada a doença, e os que tendo ocorrido com uma suspeita, não viam esse diagnóstico confirmado. Ainda de acordo com Athias, «Se (o doente) veio foi porque a propaganda o tornou cauteloso e prudente ao último grau, como aliás nós desejamos. (...) Quanto maior no total fôr o número daqueles que não sofrem de doença neoplásica, quanto maior fôr também o número dos tumores benignos, tanto melhor terão sido os resultados obtidos pela propaganda»³¹.

28 Cf. «O cancro e o seu tratamento». In *Boletim do IPO*, vol. 18, n.º (1951): 6.

29 Cf. «Inconsciência ou ignorância?». In *Boletim do IPO*, vol. 1, n.º 9 (1934): 7, e «O Rádio, os Raios X e as “Boas Almas”». In *Boletim do IPO*, vol 8, n.º 3 (1941): 1-2.

30 GENTIL, 1952: 1.

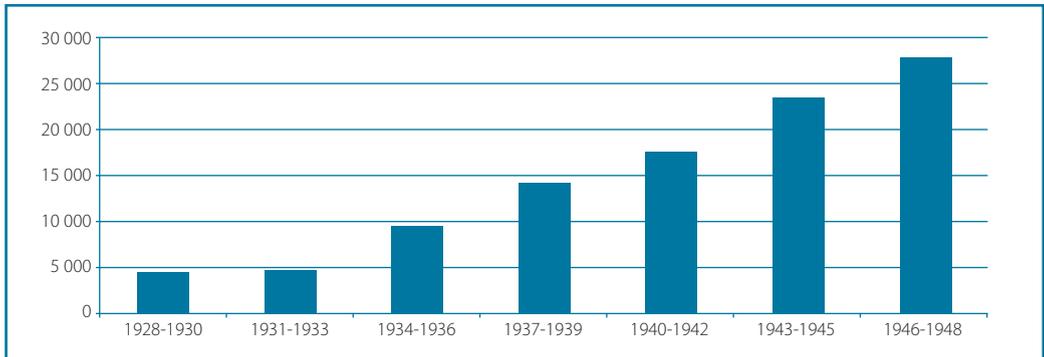
31 ATHIAS, 1941: 28.

OS PARADOXOS DO SUCESSO E OS GANHOS PARALELOS: CANCEROFOBIA, EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE E AUTORIDADE CIENTÍFICA

A consciencialização social é visível não só nos números crescentes dos que voluntariamente se faziam observar no IPO, mas também na crescente percentagem dos rastreados sem qualquer doença detectada. Estas duas tendências mostram o impacto e efeito psicológico das campanhas, além da progressiva tomada de consciência das populações para o problema.

Recorrendo directamente, ou sendo-lhe medicamente referenciados, o sucesso do único estabelecimento convenientemente preparado para o tratamento oncológico diferenciado, foi uma realidade. O número sempre crescente de doentes assistidos nas instalações de Palhavã é sobejamente revelador dessa tendência (ver Gráfico 1).

Gráfico 1: Total de doentes assistidos no IPO (1928-1948)



Fonte: *Boletim da Assistência Social*, n.º 71 a 73 (Janeiro a Março de 1949: 63). É nítido o aumento consistente de doentes assistidos a partir de 1933, altura em que entra em funcionamento o Pavilhão do Rádio. Até 1948, altura em que o Pavilhão Hospitalar entra em funcionamento, as instalações tornaram-se claramente insuficientes para dar resposta a um número sempre crescente de doentes, colocando problemas acrescidos de gestão de verbas e de utilização dos espaços.

Entre 1935 e 1938 verificou-se um aumento regular de cerca de 600 doentes por ano, e se compararmos o total de doentes em 1932 com o de 1938, verifica-se que em seis anos a população do Instituto duplicou. Mais significativa é a comparação entre doentes cancerosos face aos não cancerosos. Os números absolutos demonstravam um predomínio marcado da afluência de doentes sem neoplasia, (que em 1938 ultrapassou o dos realmente afectados) o que pode ser considerado como um indicador expressivo do sucesso da propaganda anticancerosa. Revelam a adesão do público relativamente aos princípios preventivos que preconizavam a avaliação atempada de qualquer lesão suspeita, mas também da sensibilização dos clínicos, que cada vez mais remetiam os cancerosos aos cuidados especializados do Instituto. Nas décadas de 40, 50 e 60 esta tendência acentuou-se³².

Paradoxalmente, é interessante notar que a propaganda serviu para reforçar a egrégia reputação e angústia cancerosa, involuntariamente potenciando comportamentos ambíguos que à partida se pretendiam eliminar. Nos anos 50, altura em que a informação

³² Cf. os números apresentados para o período entre 1945 e 1960 no *Boletim do IPO*, vol. 28, n.º 7 (1961): 10.

sobre o cancro tinha já entrado no senso comum da grande maioria da população, era ainda habitual que muitos doentes atrasassem a ida ao médico após detectarem um eventual sinal de alerta, fruto de um temor quase irracional de verem confirmados os receios de terem contraído uma doença oncológica:

Ainda hoje muitas pessoas que, por um critério absolutamente injustificável e por um temor absolutamente incompreensível entre as primeiras manifestações duma lesão que suspeitam ser cancro, em regra não procuram o médico com medo dum diagnóstico afirmativo e esperam sempre o dia de amanhã na esperança de que uma evolução favorável lhes venha modificar e dissipar os seus receios, e assim só 6 ou 8 meses depois nos aparecem em condições de uma miséria física que não nos permite já que toquemos e então quando se lhes pergunta: «porque não veio mais cedo?» a resposta é invariavelmente esta: «eu tinha medo que fosse cancro»³³.

Mas a consciencialização fez-se, e disso não restam dúvidas. A mobilização do público era sintomática de uma verdadeira tomada de consciência para o problema do cancro e a necessidade de tratamento atempado. O assunto vulgarizou-se.

Contudo, a disseminação do discurso anticanceroso exigiu a realização de uma campanha de persuasão constante, num contexto em que a atitude preventiva assente na educação sanitária se tornou num dos principais agentes da conquista de uma autoridade científica e de legitimação social da medicina contemporânea portuguesa.

Despertar e educar as massas sobre a doença, fazê-las conhecer os meios de tratamento existentes, incentivar a rejeição absoluta dos recursos da medicina paralela e promover a atenção individual aos sinais de alerta, eis a base da propaganda anticancerosa. Se a protecção contra o flagelo passava pela construção de um dispositivo de tratamento altamente especializado, passava igualmente por uma evolução cultural sanitária.

A utilidade das campanhas de sensibilização implicou que a sociedade civil não se reduzisse à intervenção dos profissionais, sem que no entanto a iniciativa desse esforço formativo e informativo deixasse de ter tido no IPO o seu primeiro e principal agente. Colocaram-se então em marcha alguns dos instrumentos mais importantes na educação para a saúde até então experimentados e sedimentados no país. Inicialmente através de canais de comunicação informal, como eram os jornais, boletins, panfletos, folhetos e cartazes, tornaram-se progressivamente mais abrangentes. A repercussão social dos avanços científicos na área oncológica fez-se, em boa medida, através destes expedientes de comunicação de massas, moldando condutas médico-sanitárias em redor de valores que passavam pela auto-vigilância e pelo recurso imediato à medicina científica. Paradoxalmente, em alguns casos o medo da doença tomou um carácter quase místico, que desembocou numa espécie de cancerofobia colectiva, por vezes apenas quantificável no habitual atrasar da realização do diagnóstico precoce.

Mas a luta contra o cancro passou a ser encarada como um desígnio social, sendo uma das poucas áreas em que a mobilização de instituições públicas e privadas obteve um

33 RODRIGUES, 1954: 7.

sucesso palpável. A emergência da cancerologia como especialidade médica e as estratégias de diagnóstico precoce contribuíram para a criação de uma verdadeira consciência sanitária nacional, num país ainda carente de progressos em matéria de educação para a saúde das massas e com défices evidentes na socialização da medicina.

FONTES

Arquivo de Patologia (1925-1974)
Boletim da Assistência Social (1946-1963)
Boletim do IPO (1934-1961)
Diário da Câmara dos Deputados (1925)
Diário do Governo (1941)

BIBLIOGRAFIA

- ACCIAIUOLI, Margarida (1998) – *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ADÃO, Luís (1933) – «Diagnóstico e tratamento dos cancros do seio». In *A Medicina Contemporânea*, ano LI, n.º 20 (14 de Maio), p. 131.
- ATHIAS, M. (1941) – *O problema do cancro*. Lisboa: Biblioteca Cosmos.
- ____ (1937) – «Organização geral da luta contra o cancro». In *Boletim do IPO*, vol. 4, n.º 2, p. 3.
- ATHIAS, M.; RAMOS, C. (1930) – «Os meios de luta contra o cancro em alguns países europeus. Relatório de Viagem – Fevereiro-Abril de 1929». In *Arquivo de Patologia*, vol. 2, n.º 1, p. 123.
- BOTELHO, Luís da Silveira (2000) – *O Instituto Português de Oncologia e a luta contra o cancro em Portugal: 75 anos*. Mafra: Elo.
- EUA, American Society for the Control of Cancer; PORTUGAL, Instituto Português de Oncologia (1930) – *O que todos devem saber de cancro: manual para toda a gente ler*. Lisboa: IPEC.
- GENTIL, Francisco (1937) – «Conferência inaugural do 3.º Ano de Reuniões Semanais do Instituto». In *Boletim do IPO*, vol. 4, n.º 11, p. 3.
- ____ (1952) – «O Instituto Português de Oncologia e as suas responsabilidades». In *Boletim do IPO*, vol. 19, n.º 10, p. 1.
- GENTIL, José (1908) – «A cirurgia em Portugal». In *Notas sobre Portugal. Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908*, vol. 1. Secção Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LIMA, José de Oliveira (1907) – *O problema do cancro: etiologia e tratamento*. Tese de doutoramento. Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza & Irmão.
- NAMORA, Fernando (1963) – «O romantismo, o público e as doenças». In *Boletim do IPO*, vol. 30, n.º 3, p. 1.
- NEVES, Azevedo (1906) – «O cancro em Portugal». In *A Medicina Contemporânea*, II.ª série, ano XXIV, p. 393-401.
- PORTUGAL, Instituto Português de Oncologia (1939) – *Instituto Português de Oncologia. Actividade em 1938*. Lisboa: IPO.
- RODRIGUES, Álvaro (1954) – «O estado actual da luta contra o cancro em Portugal». In *Boletim do IPO*, vol. 21, n.º 3, p. 7.
- SANTOS, João Marques dos (1925) – *A Luta Anti-Cancerosa em Portugal. Conferência realizada em 26 de Fevereiro de 1925, na Associação dos Médicos do centro de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SNELDERS, Stephen; MEIJMAN, Frans J.; PIETERS, Toine (2006) – «Cancer Health Communication in the Netherlands 1910-1950: Paternalistic Control or Popularization of Knowledge?». In *Medizin Historisches Journal*, 41, p. 271-289.

NOTÍCIAS

APRESENTAÇÃO DO LIVRO *DUAS VILAS UM SÓ POVO. ESTUDO DE HISTÓRIA URBANA (1250-1389)*, DE MARIA DA CONCEIÇÃO FALCÃO FERREIRA¹

MARIA MANUELA DOS REIS MARTINS
(UNIVERSIDADE DO MINHO/CITCEM)

Editado pela Universidade do Minho, no âmbito do CITCEM, em Junho de 2010, este livro encerra o texto da dissertação de Doutoramento de Maria da Conceição Falcão Ferreira, discutida e defendida, em 1997, na Universidade do Minho.

Trata-se de uma obra singular, produzida por uma investigadora muito especial, num contexto também ele deveras excepcional. Parafraçando as duas citações com que a autora nos brinda logo no início, na página 19, de que «todo o livro tem a sua história» (Jean Glenisson) e, ainda, «cuidadinho com o livro, qualquer que ele seja, porque esse livro leva uma pessoa dentro e essa pessoa é o autor» (José Saramago), é forçoso que me debruce primeiro sobre a história do texto, que o livro leva dentro, ou seja, sobre o contexto da sua produção, história essa intimamente ligada à singular pessoa que o escreveu, para, depois, me debruçar sobre o seu conteúdo, também ele a reclamar uma inevitável singularidade.

Devo reconhecer a minha profunda satisfação por ver finalmente publicado este trabalho de história urbana medieval, centrado na cidade de Guimarães, que honra a pessoa que o escreveu, bem como a Universidade do Minho, instituição que enquadrou a sua produção, a sua discussão pública e, finalmente a sua publicação. Todavia, a minha satisfação não é um simples enunciado, um lugar comum em situações semelhantes, mas sim uma expressão de alguém que acompanhou de perto, e ao logo

de 10 anos, a produção do texto que deu origem à obra agora editada, devido a uma convivência muito próxima, partilhada com a autora, quase diariamente, entre 1987 e 1997. O seu objectivo não era então a publicação de um livro, mas tão só a produção de um texto académico para obtenção do grau de Doutor em História Medieval, tendo-me sido possível acompanhar de perto os avanços e recuos, as dúvidas e hesitações, as pequenas conquistas, as reflexões, mas também as sucessivas paragens e arranques, a que Conceição Falcão submeteu o seu trabalho.

Ao longo de 10 anos foi-me possível apreciar a invulgar capacidade da autora em escrever 150 páginas limpas, num mês, de rajada, dia e noite, num frenesim que a punha quase febril, mas, também, observar as longas paragens de escrita, que pareciam nascer de uma profunda insatisfação com os documentos e consigo própria, que a prostravam, tornando-a avessa a qualquer tentativa exterior de lhe incutir força ou confiança. Afinal, ritmos normais, próprios de uma investigadora exigente, que tende sempre a questionar, mais que a afirmar, que busca novas questões, que formula novos juízos, que lê e relê tudo o que escreve, mas sobretudo que vai crescendo e amadurecendo em termos intelectuais e científicos, mas também em experiência humana, por vezes dolorosa. Foram esses 10 anos um tempo de criação e de espera, entrecortado com o ritmo mais sazonal da vida académica, também ela exigente em tempos, dispendidos entre aulas, leituras, atendimento de alunos, reuniões. Assim se foi alongando o tempo de produção desta tese, que foi crescendo com a sua autora, passo a passo, numa convivência constante, qual obra de arte que o artista teima em não terminar, desenvolvendo com ela

¹ Este texto reproduz, com ligeiras adaptações, a intervenção que fiz na sessão de apresentação do livro em apreço, no dia 14 de Julho de 2010, no Museu Nogueira da Silva, em Braga, numa iniciativa promovida pelo CITCEM.

uma cumplicidade que rasa a náusea, sempre que nela se toca.

Sem dúvida que esta experiência poderá parecer estranha às gerações mais jovens, que realizam as suas teses em tempos bem mais curtos, obrigados que estão por novos modelos de formação, originários das áreas das ciências mais duras, em que as teses constituem amiúde simples partes de projectos mais amplos que, por vezes, apenas têm sentido na cabeça dos orientadores que as dirigem, conformando-se como peças que se encaixam numa mesa de montagem. Mas, não foi esse o contexto da produção da tese aqui publicada, porque há cerca de vinte anos os doutoramentos no âmbito das ciências históricas eram mapeados por modelos não escritos, mas que os seus autores sentiam como mais adequados, por referência a outros trabalhos que consideravam como exemplares. Frequentemente, eram os próprios doutorandos a imporem-se ritmos e exigências, quase sempre à revelia dos orientadores, que raramente assumiam verdadeiramente esse papel, limitando-se, amiúde, a ser meros ouvintes de dúvidas ou de decisões já tomadas. Eram outros tempos, cujo *ethos* se pautava pela exigência permanente. Tempos de autodisciplina, de auto-aprendizagem, que permitia o tempo da liberdade, para procurar novos caminhos, apesar das dúvidas, e o tempo da criação, apesar das angústias e solidão, que assistem a qualquer acto criativo, num ciclo, invariavelmente longo, de crescimento que facultava o amadurecer das ideias, a reflexão e a paulatina validação dos resultados.

Foi esse o tempo que Conceição Falcão concedeu a si própria. Dez longos anos que lhe permitiram interrogar milhares de documentos, dispersos por vários arquivos, realizar leituras sobre velhas e novas temáticas da história urbana, ensaiar novos olhares sobre as fontes, reflectir sobre o exercício de historiador e dar expressão a uma escrita madura que constitui o texto final da sua tese.

Tive a rara oportunidade de conviver com essa fase de criatividade e amadurecimento,

convivência que não foi um mero acto passivo, pois nela encontrámos ambas um espaço e um tempo onde convergiram interesses comuns. O espaço da Unidade de Arqueologia e o tempo da experiência do Mestrado de Arqueologia, nas suas sucessivas edições entre 1992 e 1997, no âmbito da leccionação conjunta da disciplina de Arqueologia e História urbana, sem dúvida um dos mais interessantes laboratórios pedagógicos da nossa experiência docente. Pelo debate que se tornou possível com alunos de diferentes formações académicas, entre arquitectos, informáticos, arqueólogos e historiadores, e que permitiu entrever novos horizontes, gerar novos desafios e pensar a cidade na sua dimensão material. Se a história urbana constituía já uma área de interesse maior da investigação de Conceição Falcão, ela viu-se enriquecida pela sua curiosidade por outros olhares sobre a cidade como facto histórico. Essa foi a encruzilhada científica que nos permitiu reforçar a convivência nascida da vida académica e fazer florescer a amizade.

Entre aulas, debates e conversas, a autora jamais esquecia a sua tese, que amadurecia nas cuidadas transcrições dos documentos, na avidez das leituras, nas páginas sucessivamente escritas e reescritas. Porque de tantos arranques e paragens, os seus textos iam-lhe soando pouco insatisfatórios, ou pouco eloquentes, apressando-se então a dar-lhes a volta, quanto um novo arranque sobrevinha. O resultado final que hoje todos podem apreciar constitui um trabalho científico maduro, denso e rigoroso, escrito numa linguagem fluente e incisiva que prende e deleita o leitor, oferecendo conceitos e ideias claras, mas também muitas interrogações e hipóteses avisadas, que soube expor com invulgar clareza.

Treze anos passaram entre a conclusão do texto e a defesa do seu doutoramento, em 1997, e a sua publicação, neste ano de 2010. Treze longos anos que poderiam tê-la conduzido a integrar mais informação, a introduzir alterações ao texto, a actualizar a bibliografia. Mas não o fez, e ainda bem.

O livro agora editado reproduz, assim, na íntegra, o texto original da sua dissertação de Doutorado, possuindo uma arquitectura interna exemplar, que não carece de retoques, nem de acrescentos, encontrando-se dividido em três partes principais, que corporizam quatro capítulos com títulos reveladores de uma estrutura discursiva, assaz idónea. Às cerca de 700 páginas de texto, somam-se dois apêndices e um anexo a que se sucede o elenco das fontes documentais usadas e da bibliografia citada, só ela a ocupar cerca de 80 páginas. Não tendo sido actualizada posteriormente a 1997, a listagem bibliográfica publicada oferece-se, ainda assim, como uma boa matriz de referências para qualquer trabalho que verse a história urbana medieval.

A primeira Parte da obra, designada de «Percurso e protagonismos», subdivide-se em dois capítulos, que ocupam cerca de 180 páginas. No Capítulo I, subordinado ao título «Escolhas e motivações. Um espaço e um tempo, entre fontes e perguntas», a autora situa o âmbito geográfico e cronológico da sua investigação, rastreando, de seguida, as fontes que utilizou e as questões que nortearam a sua investigação, a saber: o espaço construído; os homens e a sua relação com esse mesmo espaço; a relação entre os homens, os poderes e as solidariedades. O Capítulo II dedica-se aos «Percurso e protagonismos», onde elabora sobre as vilas de Guimarães, entre o século X e o século XIII, traçando de seguida a sua evolução entre 1250 e 1389.

A segunda Parte do seu trabalho, que designou de «Espaço construído», compreendendo o Capítulo III, oferece ao leitor 200 páginas de excelente literatura histórica, sobre o meio natural e o espaço edificado. Nele, a autora procurou responder a uma das três questões que constituem o cerne da sua investigação, concretamente o espaço construído, no que respeita à articulação física das duas vilas, entre a colina e o burgo, realizando uma aproximação à morfologia urbana de cada um dos núcleos, valorizando muralhas, portas e ruas, os arrabaldes, bem como as construções e

as destruições. Interessou-lhe a ordenação dos espaços, os traçados das ruas, os caminhos marginais e a relação com as áreas extra-muros e com o mundo rural envolvente, a configuração dos espaços públicos e privados, com as respectivas construções, religiosas, administrativas, ou correntes, bem como as infra-estruturas e as evidências de poços, de fornos, de adegas e de cavalariças. Enfim, um vasto mundo de informações que formaliza o espaço medieval de Guimarães.

A terceira e última parte da obra, que recebeu o título de «Homens, poderes e solidariedades», integra o Capítulo IV, que se desenvolve ao longo de 278 páginas. Nele são equacionados os dados documentais que respondem à sua segunda questão, relacionada com a identidade dos homens que deram forma e expressão ao espaço construído, desde os senhores aos pobres «envergonhados», tendo em vista estabelecer as áreas de investimento estratégico dos diferentes agentes sociais, as suas residências preferenciais, bem como a teia de solidariedades verticais e horizontais, que se estruturaram entre as elites e entre estas e os restantes estratos da população. A abordagem da terceira questão que colocou às fontes, relacionada com o funcionamento das instituições urbanas, designadamente, os concelhos, as igrejas, os mosteiros, as confrarias, as albergarias e hospitais, e a sua articulação com a hierarquia institucional e funcional vimaranense, constitui-se como o objecto do ponto 2 do Capítulo IV, que se designa apropriadamente de «Poderes e solidariedades».

O Capítulo III é porventura o Capítulo onde as fontes compulsadas pela Doutora Conceição Falcão falam mais alto. Começando por valorizar a componente populacional e demográfica, e a sua relação com os fenómenos da Peste Negra e da guerra, a autora elabora, de seguida, um interessante ensaio de sociotopografia urbana, que se lê com grande agrado, apesar da sua extensão. Nesse ensaio fixam-se os homens ao espaço, delineando-se as preferências locativas das elites eclesíásticas e admi-

nistrativas, entre as quais nos vão surgindo a R. de Santa Maria, onde residiram elementos do alto clero e outras famílias prestigiadas, ou a Praça da Igreja, os Açougues, ou as Tendas, cujos prédios eram mais caros e apetecidos pelos senhores religiosos e pelos oficiais do poder local. Também aí são avaliados os lugares de residência de outras franjas da população urbana, designadamente de mercadores e mestrais. A leitura deste capítulo permite-nos percorrer as ruas e os espaços e encontrar as gentes que animavam a vida económica e o quotidiano de Guimarães medieval. Sem dúvida que a articulação dos homens com o espaço constitui uma das temáticas preferidas da autora, que se adivinha no rigoroso e loquaz quadro que nos traça das diferentes componentes da sociedade urbana vimaranense, graças ao cruzamento dos dados de inúmeras fontes e à sua extraordinária capacidade de síntese.

Para elucidar sobre o interesse do Capítulo III, nada melhor que dar voz ao seu texto, que nos adverte sobre o que procura, mas também sobre as suas dúvidas, sobre as fragilidades da investigação, ou sobre o carácter truncado das fontes, e mesmo sobre a evolução do seu pensamento e sobre a sua descrença em metodologias instaladas, numa linguagem quase intimista que facilmente envolve o leitor. Permitimo-nos, por isso, seleccionar alguns excertos que se afiguram ilustrativos do modo como vê os homens e os espaços, e as dúvidas que a perseguem em tão importante matéria.

Assim, na página 453, a autora afirma uma vontade e um horizonte de busca: «Se falar dos homens, sem saber quantos, é uma limitação que, na falta de elementos fiáveis se haverá que assumir, pensamos que o mesmo não pode suceder quando se fala de um espaço construído, em termos de quem o procurou. Guimarães da Vila Baixa, e Guimarães do castelo só existiram porque, em última análise, os homens quiseram. Tivessem sido quantos fossem. Abriram as ruas, deram corpo às casas, organizaram os espaços e ocuparam-nos ao sabor das suas opções e possibilidades. Imprimam-lhe formas e ditaram-lhe funções, entre governantes e governados. E permitiram-nos ver o fervilhar do quotidiano, entre a paz, a peste e a guerra. Cada um no lugar que lhe coube, um universo de pequenas histórias, a compor a história que se procura descobrir».

Mais à frente, na página 454, pode ler-se como as suas dúvidas acicatam o seu método (*ostinato rigore!*): «Após a resposta frustrada, no que se refere a quantos vimaranenses teriam dado expressão à vila e ao Castelo, muitas direcções se nos abriram, no que toca aos homens. Há uns anos contentar-nos-íamos e bastar-nos ia percorrer uns quantos nomes, anotar profissões, arrumar foreiros, proprietários e locatários, calcular umas médias, e definir tendências, para atingir a sensação de que conhecíamos os homens. Ao contrário do que pode supor-se, com mais dez anos a ler documentos, e a estudar a vida urbana de Guimarães, muito maior passou a ser a imensidão das dúvidas, e a descrença dos cálculos, a partir de indicadores de frequência aleatória, e de proveniência direccionada. Muito maior, outrossim, a noção da precariedade do que é possível redefinir-se. E de quão frágeis e transitórias se revelam as nossas afirmações. Tratámos milhares de nomes, recolhemos profissões, procurámos famílias, olhámos as testemunhas e, entre muitos outros exercícios, atentámos nos indicadores de riqueza e pobreza, nos prestígios urbanos, na dimensão e alcance dos negócios, em suma, na vida dos homens. Todavia, quanto mais se apurou, mais cresceu a certeza das lacunas, a par de informações comprometidas, estereotipadas e formais. Sentimos o peso dos hiatos, perdemos o rasto aos homens vezes sem fim, reconstituímos cenários mutilados, decisões acobertadas que não lográmos compreender. A certeza de que visionámos uma panóplia de gestos que diríamos “travestidos” levou-nos a resistir à sedução de manipular homens em cálculos redutores, de números enganoso e espartilhos esquemáticos. Fáceis de conseguir, infundiram-nos tamanha insegurança no presumível valor do exercício, que nos furtámos a fazê-lo, por agora».

320

E na página 455, eis-nos perante a decisão e a convicção do *modus operandi*: «Então decidi-se percorrer rua a rua, tal como se havia feito ao tratar do espaço construído. Em cada rua, os homens que nos chegaram e no enredo em que nos chegaram, ou soubemos descobrir. Anotaram-se elementos socioprofissionais, no ensejo de redesenhar a paisagem possível, entre o espaço e os homens...

Ficou, segundo cremos, um esboço da sociotopografia urbana, ou seja a tentativa de conhecer a sociologia dos espaços, sempre que a informação o permitiu, e compor o cenário socioprofissional. Algo entre espaço e homens e homens e funções...

Mesmo com grandes cortes informativos, alguns cónegos, mercadores, sapateiros, e alfaiates mostraram um dinamismo comercial que explicou, em grande medida, uma outra faceta da distribuição e redistribuição dos poderes. Alguns deles a assumir os traços típicos das oligarquias urbanas».

Assim escreveu Conceição Falcão, podendo ler-se nas suas Conclusões finais, na página 677, uma ou outra frase que julgamos reveladora da investigadora que vive e viverá sempre dentro desta obra:

«Os anos correram. E as Guimarães de 1250 a 1389, que nos surgiam tratáveis com a desejada amplitude e profundidade, foram crescendo. Incontrolavelmente, diríamos. E à medida que se ia caminhando, algo mais crescia, também: a consciência deste edifício interminável, entre o fazer e o refazer a história».

Mais à frente, na mesma página pode ainda ler-se:

«Na hora de desenvolver o que sempre se afigurou, para nós, como mais sedutor, quase encantatório – o estudo dos homens – o minuar apertado do tempo frustrou-nos aturados anos de estudo. Sabíamos que olhar os homens não seria algo a esgotar, nunca, porque eles são a história. Mas foi surpreendente o mundo que

os diplomas lidos nos foram revelando. Milhares de vidas desfilaram perante as nossas perguntas. Cada uma delas, uma história».

... Se agora fosse tempo de começar, corrigir-se-iam, de novo as opções, e limitar-se-ia, bem mais, o projecto que se pensou; se tivéssemos apenas estudado os homens, resultaria; se nos houvésemos circunscrito ao espaço, não teríamos exaurido as fontes; se nos detivéssemos, tão só, entre poderes e solidariedades, terminaríamos, outrossim a desperdiçar informações. Se... Mas de intenções agora não se cuida, por muito que nos aprazasse dilatar mais um pouco, esta reflexão... Como urge terminar, deixa-se, apenas, algo que para nós são inquestionáveis evidências:

Que por mais acabado que seja qualquer estudo, o seu fim será eternamente provisório.

Que por mais cientificidade que se busque, o universo das certezas é de uma incontrolável fragilidade.

Que na reconstrução de algo não experimental, no mundo exacto dos ensaios laboratoriais, haverão que soerguer-se hipóteses, face às certezas, sem nunca se poder dimensionar a relação entre a história que foi e a que dela se faz.

Que, por fim, fica o mais gigantesco dos «ses»: se pudéssemos cambiar o que sabemos, com o que ignoramos, este estudo talvez se aproximasse da obra-prima. Miragem que a todos escapa. Como escrevera, um dia Saint Exupery, «o homem descobre-se quando se confronta com o obstáculo».

São conclusões deste livro, datadas de 1997, que podem considerar-se modestas, tendo em conta o acervo documental compulsado, o rigor da análise e da interpretação dos textos e o imenso conhecimento que nos trás sobre Guimarães medieval, entre 1250 e 1389.

Mas muito se pode ler na modéstia das palavras que encerram o livro da Doutora Conceição Falcão. Porque conheço o contexto de elaboração deste trabalho, porque conheço a pessoa que com ele cresceu, porque conheço a obra, porque a li duas vezes, permito-me visitar nas

suas palavras uma importante lição de humildade, que é apanágio dos grandes mestres.

Permito-me, assim, interpelar directamente a autora. Obrigado por nos teres legado esta obra que contigo caminha há mais de duas décadas. Sem dúvida que tardou a sua publicação, entre outros numerosos compromissos que referes, mas, sobretudo, entre as muitas dúvidas que te assaltaram, que em ti permaneceram longos anos e que te levavam sistematicamente a questionar se poderias ter dado mais voz aos documentos e aos homens, mas também aos espaços. Dúvidas, sempre dúvidas, mas também cansaço que naturalmente assiste a todos os autores de trabalhos de grande fôlego, que os terminam quase sempre exauri-

dos. Mas, apesar do tempo, mais uma vez longo, entre a conclusão do texto e a sua edição, durante o qual navegaste por outros rios, satisfizestes outras curiosidades e desenvolveste outras paixões, nada se perdeu. Foi um privilégio ser tua colega, trabalhar e crescer contigo e ter tido oportunidade de ler esta obra, que leva dentro boa parte dos melhores anos da grande medievalista que és.

Concluo, num convite rápido à leitura. Na verdade, não estamos perante uma obra datada, mas perante uma obra de referência. Fundamental para todos os que trabalham ou pretendem trabalhar em história urbana e exemplo de rigor a seguir na investigação histórica.

CONGRESSO «OCEANS CONNECT: NEW DIRECTIONS IN MARITIME STUDIES». HYDERABAD, 2-4 FEVEREIRO 2010

AMÉLIA POLÓNIA (FLUP/CITCEM)
AMÂNDIO BARROS (BOLSEIRO FCT/CITCEM)

Subordinado ao tema «Oceans Connect: New Directions in Maritime Studies», realizou-se em Hyderabad, Índia, um Congresso Internacional, organizado por Rila Mukherjee, da Universidade de Hyderabad, em colaboração com Maulana Abul Kalam Azad, do Institute of Asian Studies (Kolkata), vocacionado para a análise das relações e transferências inter-oceânicas entre os séculos XV e XIX. O «call for papers» do Congresso é claro quanto aos seus objectivos e orientações científicas: «*We undertake, in this conference, to study oceanic systems as a global whole without losing sight of specific attributes and connections. Flows, rather than mere interactions, will be emphasized.*»

Entre os temas propostos destacamos os tópicos:

1. *Regimes of law: laws of the seas, maritime codes, custom, customary law.*

2. *The rule of finance: who finances and for what?*
3. *Social, cultural, scientific, religious networks.*
4. *Political and economic networks from the first global age to the present.*
5. *New frontiers? How can we (re)vision oceanic linkages between the Indian Ocean, the Mediterranean, Atlantic and Pacific worlds?*
6. *Rules of time, regimes of history: how can we move out of the straitjacket of the early modern to understand links and networks in the first global age?*
7. *Can we talk of an earlier global age? In what is this spatially and conceptually distinct from the first global age of 1400-1800?*

No programa do evento destacava-se a presença de consagrados historiadores, especia-

listas em estudos do Oceano Índico. Entre outros, estiveram presentes Om Prakash, da Delhi School of Economics, New Delhi, com vasta e reconhecida obra sobre a economia asiática na Época Moderna, e Paul D'Arcy, Senior Fellow, membro da Division of Pacific and Asian History, Research School of Pacific and Asian Studies, da Australian National University, autor de diversos estudos se centram nas dinâmicas do Pacífico. Enquanto estudiosos do Atlântico, encontravam-se presentes Ana Crespo Solana (CSIC, Madrid), Amândio Barros e Amélia Polónia (CITCEM, Universidade do Porto).

Adequando as suas apresentações aos principais tópicos propostos pelo «call for papers», Ana Crespo Solana falou de «Network versus national communities in the first global Hispanic Atlantic. Comparative Visions and literature»; Amélia Polónia apresentou uma comunicação intitulada «Jumping frontiers, crossing barriers. Technical and human transfers between the Mediterranean, the Atlantic and the Indian Oceans. A Case Study of the Portuguese overseas expansion», enquanto Amândio Barros se centrou na análise de «Self-organized merchants within State structures. Comparing Portuguese merchants' performance in the Atlantic System and in the Indian Ocean (16th-17th centuries)».

O estudo dos portos, das suas dinâmicas de implantação, de consolidação e de projecção foram objecto de um painel intitulado *Ports, Routes and Hinterlands, Oceanic Systems e Information networks as highways of communication*. Das diversas comunicações apresentadas neste painel, destaque-se, no âmbito do último subtema, a de Radhika Seshan, da Universidade de Pune, Índia, sobre «Human Networks in the pre-modern world: Rumours of piracy in Surat», a qual constituirá potencial alavanca para um futuro encontro científico sobre o boato em meios marítimos, com o título provisório «Gossip and maritime dynamics».

O cruzamento de olhares interoceânicos, inter-continentais e interculturais foi uma permanente deste Congresso, que só tornou ainda mais óbvia a necessidade de fomentar diálogos, capazes de propiciar a ultrapassagem de fronteiras entre escolas historiográficas, e, mais ainda, entre investigadores que se dedicam ao estudo e ao debate interdisciplinar dos diferentes processos de globalização. Outros encontros ficaram na forja, em ordem a alimentar este desiderato.

Numa última nota: deve referir-se que está prometido um volume de actas relativo a este Congresso, «Oceans connect», cuja publicação ocorrerá em finais de 2011.

CONGRESSO INTERNACIONAL «QUARTO CENTENARIO DELLA MORTE DI PADRE MATTEO RICCI (1552-1610). IMMAGINI DI MACAO E DELL'ORIENTE NELLE LETTERATURE DI LINGUA PORTOGHESE: TIMORI E SEDUZIONE». FLORENÇA, 10-11 MARÇO 2010

ZULMIRA SANTOS
(UNIVERSIDADE DO PORTO/CITCEM)

Matteo Ricci [1552-1610], o missionário jesuíta que de si dizia «mi sono fatto barbaro per l'amore di Christo», morreu em Pequim, em 11 de Maio de 1610, no mesmo ano da publicação do *Sidereus nuncius* de Galileu. Tinha cinquenta

e sete anos de idade e vivia desde há vinte e oito na China. Quando faleceu, não eram muitas as conversões conseguidas, mas eram-no, seguramente, as críticas às estratégias missionárias que tinha vindo a desenvolver, num enorme esforço

de adaptação cultural – objecto, mais tarde, no início de Setecentos, da conhecida querela dos «ritos chineses» –, e que o tinham levado, como ele próprio afirmava, a actuar «fatto Cina», plenamente consciente de que «dopo la Cina è Cina mai vi è memoria che nessun forestiere stesse in essa come noi stiamo».

Evocando os 400 anos da sua morte, a *Cattedra de Letteratura Portoghese e Brasiliana* do Dipartimento di Letteratura Comparata da Facoltà di Lettere della Università degli Studi di Firenze organizou, com o apoio do Instituto Camões e de outras organizações italianas e portuguesas, o colóquio intitulado «Quarto Centenario della morte di Padre Matteo Ricci (1552-1610). Immagini di Macao e dell'Oriente nelle Letterature di Lingua Portoghese: Timori e Seduzioni». As conferências que iniciaram e encerraram o colóquio, proferidas por docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Isabel Pires de Lima («Macao e o Oriente: transficcionalidade e identidade do romance português contemporâneo») e Arnaldo Saraiva («A *Peregrinação* de Fernandes Mendes Pinto e a teoria da literatura de viagens»), investigador do CITCEM, emolduraram simbolicamente a inversa cronologia da presença portuguesa no Oriente, objecto das diferentes intervenções de um conjunto de estudiosos oriundos da Universidade do Porto (para além de Isabel Pires de Lima e Arnaldo Saraiva, já referidos, Maria de Fátima Marinho, Isabel Morujão, Maria João Reynaud e Zulmira Santos, todos investigadores do CITCEM, e Maria de Fátima Outeirinho, do ILC – Instituto de Literatura Comparada), da Universidade Nova de Lisboa (Maria do Rosário Santos e Maria Pimentel), do Istituto Universitario Europeo di Fiesole (Lúcio de Sousa) da Fundação Macau (Wu Zhiliang), da Universidade de Macau (Yufan Hao, George Wei, Christopher Kelen, Yao Jingming), da Universidade de Chieti – Pescara (Sílvia La Regina), da Universidade de Torino (Alain Tournier), Universidade de Lisboa (Marta Pacheco Pinto, Egídia Souto, Serafina Martins,

Rogério Puga), da Sorbonne Nouvelle – Paris III (Egídia Souto), da Universidade de São Paulo (Monica Simas), da Universidade de Bristol (Gustavo Infante e David Brookshaw), da Universidade de Nuim of Maynooth Irlanda (John Kinsella), da Universidade del Salento-Lecce (Gina Luigi da Rosa), da Universidade de Pádua (Barbara Gori) e da Universidade de Florença (Michela Graziani). Examinando o diálogo entre Ocidente e Oriente, ao longo de mais de cinco séculos, este encontro científico, que Piero Ceccucci e Michela Graziani organizaram com tanto empenho, recordou, de muitos modos, e também pelos diferentes tipos de projecção em tempos mais recentes, a actividade «intercultural» de Matteo Ricci, chegado a Goa em 15 de Setembro de 1578, depois de ter estado em Lisboa e em Coimbra, onde terá aprendido a falar Português. Camilo Pessanha, Wenceslau de Moraes, Agustina Bessa Luís, Yao Feng, Luís Gonzaga Gomes, Fernanda Dias, Sarmiento de Beires, Bernardo de Carvalho, Ana Maria Amaro propiciaram, através dos respectivos textos, olhares cruzados nesse universo de encontro entre Ocidente e Oriente, mas Ricci e o seu tempo também foram evocados pelo belo e estimulante *Tratado sull'amicizia*, pela obra do dominicano Gaspar da Cruz, *Tratado das Cousas da China* (1570), ou pela acção dos comerciantes toscanos na China no século XVI. A apresentação de comunicações, que versaram temas e formas diversas da relação da literatura portuguesa com o Oriente, e muito especialmente com Macau e a China, e o debate suscitado tornaram-se uma forma de recordar a figura deste jesuíta, aluno do célebre matemático Cristóforo Clavio, para quem ensinar «ciência» – dos mapas, aos relógios... – se foi tornando uma forma de sociabilidade, no sentido de um encontro de culturas, mas também, e essencialmente, no espírito das lusas «letras», um meio privilegiado de evangelização.

A criação da Cátedra Fernando Pessoa, na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Florença, vocacionada para a formação

científica e pedagógica de docentes, investigadores e estudantes, em áreas do ensino do Português Língua Estrangeira, Literatura Portuguesa e dos Países Africanos de Língua Portuguesa,

terá sido o relevante corolário deste encontro que promoveu a evocação de um italiano, também ele falante de Português, nas terras do celeste império.

II WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS

FLÁVIO MIRANDA
(UNIV. PORTO/BOLSEIRO FCT/COLAB. CITCEM)

O Grupo Informal de História Medieval (GIHM) da Universidade do Porto organizou, com o apoio do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) e com a co-operação do Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Universidade Nova de Lisboa, a segunda edição do Workshop de Estudos Medievais (WEM), que decorreu nos dias 29 e 30 de Abril de 2010.

O WEM dividiu-se em três sessões teóricas nas quais dez oradores provenientes de várias universidades de Portugal (Porto, Coimbra e Nova de Lisboa) e de Espanha (Cantábria) apresentaram os seus trabalhos a uma vasta plateia composta não só por licenciandos, mestrandos e doutorandos, mas também por investigadores e docentes universitários de todos os graus. Estiveram presentes quatro dos cinco catedráticos em História medieval, merecendo destaque a presença de José Mattoso.

Uma mesa-redonda sobre o futuro dos jovens investigadores em Estudos Medievais, sob a coordenação de Maria de Lurdes Rosa (IEM/UNL), reuniu grande parte dos medievistas nacionais, maioritariamente historiadores, tendo-se discutido os obstáculos existentes ao acesso à carreira académica. O ponto alto da discussão centrou-se na inexistência de representantes dos estudos medievais nos painéis de avaliação de projectos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que nos últimos anos tem rejeitado os projectos de História Medieval colocados a concurso.

O sucesso e originalidade do WEM, que tem congregado investigadores de todo o país e de várias áreas científicas, espera continuar a atrair jovens mestrandos e doutorandos para a sua terceira edição, que se realizará nos dias 14 e 15 de Abril de 2011. Informações, programa e imagens em <URL: <http://www.gihmedieval.com>>.

COLÓQUIO «O FAIAL E A PERIFERIA AÇORIANA NOS SÉCULOS XV A XIX»

PAULO TEODORO DE MATOS
(COLABORADOR DO CITCEM – GRUPO DE HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES)

O Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, organizado pelo Núcleo Cultural da Horta e pela Câmara Municipal, realiza-se desde 1993 e conta já com 5 edições.

O seu objectivo central é o da promoção da historiografia das ilhas com menor destaque económico e político. Com efeito, apesar da ampla renovação historiográfica ocorrida após

a Autonomia, a análise histórica tem incidido sobretudo sobre as ilhas de S. Miguel e Terceira. Esta orientação, certamente também justificada pela maior abundância documental, tem negligenciado o conhecimento da história local dos espaços mais remotos do arquipélago e, conseqüentemente, contribuído para uma visão algo enviesada da história dos Açores.

As contribuições do Colóquio enquadram-se em diversas temáticas com destaque para a «Exploração do Atlântico e descobrimento das ilhas», «Modelos, soluções e contradições do povoamento insular», «Organização administrativa e desenvolvimento económico», «Sociedade, população e diáspora» e «Quotidianos, cultura e património». O Colóquio também assinala e promove o estudo de acontecimentos estruturantes da realidade insular. Foram os casos das últimas três edições dedicadas aos «550 anos do descobrimento das Flores e Corvo» (2003), ao «Bicentenário do Consulado dos EUA nos Açores: o tempo dos Dabney» (2006) e, mais recentemente, quer às comemora-

ções do I centenário da República quer aos quinhentos anos da criação do município do Topo na ilha de São Jorge (2010).

A quinta edição do Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana* ocorreu em Maio de 2010 nas ilhas do Faial e São Jorge, reunindo cerca de 40 participantes. Além das entidades mencionadas foi co-organizada pelo Centro de História de Além-Mar das Universidades Nova de Lisboa e Universidade dos Açores e pela Santa Casa de Misericórdia de Velas. Como vem sendo tradição, o colóquio contou com a presença de várias gerações de estudiosos de Portugal e do estrangeiro com domínios de especialização na história açoriana, literatura, linguística, arquitectura, ciência política e ciências exactas. Realce-se, também, a participação de consagrados académicos como Eugénio dos Santos, Maria Filomena Mónica, Onésimo de Almeida e Sérgio Campos de Matos, alguns dos quais, não sendo especialistas da história açoriana, a ela dedicaram importantes contributos.

OFICINA SOBRE RELAÇÕES ANGLO-PORTUGUESAS E FORMAS DE CONTACTO NA EUROPA MEDIEVAL. OXFORD, MAIO 2010

TIAGO VIJLA DE FARIA
(ST. JOHN'S COLLEGE, OXFORD/BOLSEIRO FCT/COLAB. CITCEM E IEM)

Decorreu no passado dia 28 de Maio, organizada por um membro do CITCEM e com a participação de dois outros, uma oficina de investigação e debate intitulada «*in Portugalia... trans Neptunum – English and Portuguese in Exchange (1100-1500): a one-day workshop on forms of international contact in medieval Western Europe*». Este encontro teve lugar no Colégio de S. João Baptista (St. John's College), na Universidade de Oxford, e teve cerca de 25 participantes. O mote foi, então, dado pelo tema «exchange» (traduzível por «troca»).

O cenário anglo-português medieval é caracterizado por eventos-charneira como a assinatura de tratados e a negociação (em dois casos bem sucedida) de casamentos entre membros das duas casas reinantes, mas também por um relacionamento continuado a vários níveis (económico, social e cultural, entre outros). Esta história, feita da combinação de acontecimentos pontuais significativos e de uma interacção diacronicamente ampla, permitiu que se usasse o caso anglo-português como ponto de partida para uma discussão alargada sobre a plurivalência e a caracteriza-

ção de formas de contacto «internacional» na Europa medieval.

Os principais objectivos do encontro foram o debate orientado para a questão do contacto e da interacção neste período, tomando como principal exemplo o caso anglo-português, e, ao mesmo tempo, procurar actualizar o questionário de investigação em torno das relações entre Portugal e Inglaterra na Idade Média – «requalificá-las» no seu estudo, para usar uma expressão corrente. Pretendeu-se também, com esta iniciativa, estimular o interesse, no meio académico britânico, e nesta universidade em particular, pela História e Cultura Portuguesas (e, claro, Anglo-Portuguesas), fomentando, igualmente, o diálogo entre historiadores especializados em áreas relacionadas.

As intervenções dos participantes ordenaram-se em torno de dois painéis. No primeiro, «Society and space», moderado por Hannah Skoda (Univ. Oxford), entrevistaram os membros do CITCEM, Luís Miguel Duarte (Univ. Porto) e Flávio Miranda (Univ. Porto/Univ. Valladolid), que abordaram, respectivamente, as dinâmicas dos contactos comerciais entre os dois países e a criação, manutenção e significado do mito da aliança anglo-portuguesa. Catherine Holmes (Univ. Oxford), na sua reacção a estas comunicações, trouxe à discussão elementos do Levante europeu, acrescentando também perspectivas da história monetária e da arqueologia.

No segundo painel, intitulado «Individuals at intersections», que eu próprio moderei, Olga Cecilia Méndez (Univ. East Anglia) alargou o espectro geográfico para Castela e Norte de África, apresentando o caso do bispo Lope Fernández, agente diplomático em Inglaterra, enquanto Manuela Santos Silva (Univ. Lisboa) falou das transformações operadas na corte portuguesa por influência da Rainha Filipa de Lencastre. A análise e discussão iniciais estiveram a cargo de Maria João Branco (Univ. Aberta), que apontou várias premissas comuns ao relacionamento e cooperação institucional entre estados, dando exemplos de Portugal, Castela e Inglaterra.

Antes de se dar início a um debate geral envolvendo os oradores e os restantes participantes inscritos, John Watts (Univ. Oxford) sintetizou os temas abordados durante o dia numa intervenção final – «Negotiating the *other*: identities and exchange». Nesta intervenção, e mais tarde no debate, foram ampliadas as perspectivas sobre os temas em análise, introduzindo-se, por exemplo, a questão da utilização da língua e do texto em contexto(s) medieval (ou medievais), a questão da definição de fronteiras (perguntando-se o que constitui e define, afinal, uma fronteira), ou a questão de ter realmente existido – ou não – uma relação privilegiada entre a Inglaterra e Portugal nesse período. Foi também notória, no conjunto das intervenções, a importância dada à necessidade de serem ponderadas várias disciplinas científicas e métodos historiográficos complementares para se levar a cabo caracterizações mais rigorosas e «realistas» da interacção e das formas como ela se expressa, na Idade Média.

É de assinalar a composição variada da audiência, entre investigadores e especialistas em História Medieval (ibérica e norte-europeia), em História Moderna e em História Contemporânea, em Linguística Portuguesa, em Literatura Portuguesa, em História Militar e em História da Arte. Vários destes participantes viajaram de outras partes do país. Alunos de licenciatura estiveram, infelizmente, ausentes.

Na sequência do encontro, os oradores puderam deleitar-se com a igualmente variada gastronomia disponível em Oxford, conseguindo de uma forma geral escapar com sucesso à cozinha autóctone. Tivemos também a inesperada oportunidade de admirar uma mostra de livros antigos portugueses, espólio de uma das bibliotecas colegiais. Estas e outras ocasiões sociais complementaram um evento que (exceptuando a referida ausência de estudantes não-especializados) cumpriu todos os objectivos previamente traçados.

Antevê-se a publicação de trabalhos de investigação baseados nos resultados desta oficina e nas ideias que aí foram partilhadas e

discutidas. O artigo «Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média», incluído neste número da *CEM*, é o primeiro resultado visível.

O encontro «in Portingalia... trans Neptunum» pôde concretizar-se graças ao apoio das seguintes entidades: Oxford Centre for Medieval History; Oxford University Faculty of History

Research Committee; St. John's College, Oxford; The Royal Historical Society. Devem-se ao CITCEM e à Fundação para a Ciência e Tecnologia apoios complementares à deslocação de oradores. «Not the least», o aconselhamento, a ajuda e a amizade de Maria João Branco, Flávio Miranda e John Watts foram imprescindíveis – obrigado!

IX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

ANTERO FERREIRA

(MEMBRO DO CONSELHO DIRECTIVO DA ADEH/INVESTIGADOR DO CITCEM – GRUPO DE HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES)

Realizou-se na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, de 16 a 19 de Junho de 2010, o IX Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH), dando corpo ao principal objectivo desta associação: promover o estudo e o conhecimento das populações do presente e do passado, numa perspectiva interdisciplinar. A organização esteve a cargo da ADEH e do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

O congresso teve início no dia 16 de Junho, com uma sessão plenária intitulada «Demografia das Ilhas», em que foram apresentados os últimos estudos sobre espaços insulares: Açores, Baleares, Madeira e Canárias. Nos dias seguintes, o congresso estruturou-se em trinta sessões paralelas, possibilitando a apresentação e debate dos temas que estão presenteemente a ser investigados. O número de sessões paralelas e de comunicações apresentadas são um sintoma da vitalidade da ADEH e deste campo interdisciplinar de investigação. Não sendo possível, neste espaço, expor em detalhe os múltiplos contributos apresentados neste encontro, destacaríamos algumas das temáticas que foram abordadas: Paleodemografia em Espanha e Portugal; novos métodos e fontes em Demografia Histórica; estudos de mobilidade e migrações, mortalidade, fecun-

didade e nupcialidade; população e condições de vida; assistência social; políticas de população; etc.

Destacamos ainda a conferência proferida por Michel Oris, da Universidade de Genève, no dia 18 de Junho, intitulada «Démographie historique et sociale: Les arbres et les forêts». Michel Oris apresentou uma genealogia teórica dos dois grandes campos de investigação representados neste congresso: a Demografia histórica e a História da família. Constatou ainda a dificuldade que as linhas de investigação actuais têm em produzir grandes sínteses ou sistemas explicativos da realidade que estudam (é tal o volume de informação, «as árvores», que dificilmente são conseguidas explicações sistemáticas e globais, impedindo uma visão da «floresta»).

O congresso foi considerado um êxito por organizadores e por participantes, não só pela qualidade da organização, mas, fundamentalmente, pelo número, diversidade e qualidade das comunicações apresentadas, que brevemente poderão ser consultadas na página Web da ADEH (<URL: <http://www.adeh.org/>>).

Após a sessão de encerramento, foi votada, em Assembleia-Geral de sócios da ADEH, a realização do próximo congresso em 2013, na cidade de Albacete.

DESLOCAÇÕES CRIATIVAS: COLÓQUIO INTERNACIONAL

ANA PAULA COUTINHO (FLUP/DEPER)

Apoiado pelo eixo programático «República das Letras» das Comemorações do Centenário da República, com o objectivo de articular questões como «Nação», «Literatura» e «Cidadania», teve lugar, nos dias 18 e 19 de Junho de 2010, o Colóquio Internacional «Deslocações Criativas», organizado por Ana Paula Coutinho, Maria de Lurdes Sampaio e Paulo Eduardo Carvalho, investigadores do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILC), uma I&D sediada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O evento, que contou com a participação de dezassete investigadores, dos quais quatro de universidades estrangeiras (Brasil, Espanha, França e Grã-Bretanha), integrou-se na linha de pesquisa «Interculturalidades», que reúne alguns dos membros do ILC e cujas actividades se cruzam em torno da ideia de deslocação, tendo inclusive começado a desenvolver uma base digital *Ulyssesi@s*, alojada no site do ILC, sobre escritores e outros criadores em deslocação.

Encarada nas suas diferentes modalidades e consequências estéticas, conjugada com o conceito de liminaridade, a investigação em torno da deslocação apresenta a particularidade estratégica de concentrar em si realidades e desafios galvanizadores da contemporaneidade, pelo que o Instituto de Literatura Comparada tem procurado acompanhar esta questão através de uma análise relacional, teórica e culturalmente contextualizada.

O Colóquio desenrolou-se em dois momentos e espaços distintos: ao longo do dia 18 e na manhã do dia 19, teve lugar na Faculdade de Letras do Porto o encontro científico e interdisciplinar, de recorte mais assumidamente académico, onde foi possível escutar e discutir vários casos de (re)criações literárias de deslo-

cações físicas e metafóricas que marcaram de algum modo o panorama cultural português e/ou estrangeiro ao longo do último século.

Na tarde do dia 19, o Encontro deslocou-se para o auditório da Biblioteca Almeida Garrett, de molde a alargar a reflexão e a implicar também os próprios criadores, abrindo ao mesmo tempo o diálogo a um público mais vasto e diversificado. Aí tiveram lugar as designadas «Conversas Cruzadas», reunindo um conjunto expressivo de oito criadores portugueses das mais diversas áreas (Lídia Jorge, Mário de Carvalho, Margarida Cardoso, Luís Quintais, Duarte Belo, Manuel Graça Dias, Nuno Carinhas e Pedro Abrunhosa), que foram convidados a explorar e a partilhar as motivações e consequências artísticas das diferentes «deslocações» que têm pontuado os respectivos percursos nas áreas da Literatura, do Teatro, do Cinema, da Música, da Arquitectura e da Fotografia.

Todos os participantes e o público em geral puderam, entretanto, ver no átrio do auditório a exposição de fotografia de João Tuna sobre os espectáculos do Teatro Nacional de São João no estrangeiro, montada expressamente para esta ocasião.

A vertente intrinsecamente performativa deste Colóquio sobre «Deslocações Criativas» viria a culminar com a leitura encenada de um texto dramático inédito de Ana Luísa Amaral, *Próspero Morreu*, onde a autora convoca, deslocando-as, vozes de tempos diferentes e tradições diversas.

Os *Cadernos de Literatura Comparada*, no seu número de Dezembro de 2010, reunirão os principais contributos e momentos deste Colóquio, incluindo um trabalho audiovisual sobre as referidas Conversas Cruzadas.

COLÓQUIO «O PAPADO LIMITADO: LEGADOS, JUÍZES DELEGADOS, LIMITES / THE LIMITED PAPACY: LEGATES, JUDGE DELGATES, LIMITS». LISBOA, 9-10 JULHO 2010

MARIA CRISTINA CUNHA (FLUP/CITCEM)

O Colóquio anunciado em epígrafe, uma co-organização do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, da Akademie der Wissenschaften zu Göttingen e do Projecto «Pontificado Romano» da Universidade de Santiago de Compostela, teve lugar numa sala da Biblioteca da Universidade Católica de Lisboa e contou com a presença de investigadores oriundos de diversas universidades, bem como de outras instituições de investigação científica. Conforme o tema enunciado, procurou-se, nestes dois dias, analisar o complexo mundo do poder pontifício, com especial incidência na reflexão sobre o papel dos juizes delegados e dos legados papais, mas não esquecendo a importância do estabelecimento dos limites diocesanos.

Tendo em conta os objectivos enunciados, as comunicações apresentadas foram divididas em quatro secções, começando, naturalmente, por uma dedicada a «questões gerais», a que se seguiram outras dedicadas aos limites (secção II), aos legados (secção III) e, finalmente, aos juizes delegados (secção IV).

A primeira comunicação apresentada versou sobre «O alcance das decisões pontifícias depois da viragem na História do Papado», na qual o Prof. Rudolf Schieffer, da Universidade de Munique, se dedicou à análise do modo como os decretos e decisões papais eram difundidos na cristandade (sobretudo durante e após o pontificado de Gregório VII) através de privilégios e *epistolae decretales*, bem como nos concílios onde bispos, abades, leigos e vários reis cristãos se congregavam para promulgar decisões que todos deveriam observar. Ainda dentro da Secção I, o Prof. Thomas Deswarte lembrou que as relações entre os cristãos do Norte da Península Ibérica e o papado antes de Alexandre II eram raras, o que

é patente nos livros litúrgicos chegados até nós. A análise do *Liber Ordinum RAH 56*, proposta por aquele professor da Universidade de Poitiers no trabalho apresentado («Les liturgies hispanique et romaine dans le Liber Ordinum RAH 56»), mostra claramente as vicissitudes motivadas pela supressão do rito hispânico num livro específico: por um lado, o códice foi objecto de manipulações, que reflectem a recusa «consciente e explícita» do primado romano, e, por outro, é nele patente a vontade de manter o rito tradicional, dando ao manuscrito apenas um aspecto romano. A Secção I do Colóquio terminou com o estudo do Prof. Werner Maleczek, de Viena, sobre «O cardinalato de meados do século XII a meados do século XIII». Constituído, durante todo este período, por um universo de 170 homens, observa-se que a composição do colégio cardinalício diminuiu sensivelmente (de 30 para 15 cardeais), provavelmente por ser mais fácil ao Papa controlar um grupo mais pequeno de oficiais detentores de muito poder, já que estavam envolvidos na administração pontifícia sob múltiplas formas, como a fórmula documental *de fratrum nostrorum consilium* deixa entrever.

A secção dedicada aos limites diocesanos iniciou-se com a intervenção do Prof. F. Lopez Alsina, de Santiago de Compostela. No estudo «El Parochiale Suevum y su presencia en las cartas pontificias», foi analisada a forma como muitos bispos do ocidente peninsular utilizaram a *divisio Teodomiri* como instrumento de prova quando apelavam a Roma para garantir os seus direitos, não hesitando as sés mais antigas em acrescentar um ou mais nomes à lista de *parrochiae* pertencentes à sua diocese. Já relativamente ao território português, e partindo das questões que opuseram os bispos

do Porto aos seus vizinhos da margem sul do Douro por motivos relacionados com as fronteiras diocesanas, entre 1114 e os finais do século XII, a signatária da presente notícia apresentou um estudo («Coimbra e Porto: episcopados e formação da identidade nacional no contexto das querelas sobre limites diocesanos») no qual se procurou perceber o modo como essas questões se podem integrar na evolução eclesiástica que acompanhou o processo político da formação de Portugal.

A Dr.^a Úrsula Vones-Liebenstein, da Universidade de Colónia, dedicou-se ao lado oriental da Península Ibérica, estudando «Narbona metropolis: fronteiras entre os interesses espirituais e temporais na construção de um senhorio», contrapondo uns e outros aspectos, e acompanhando as vicissitudes da formação daquela metrópole. Já o Prof. José Luis Martín (Universidade de Salamanca) se dedicou a outra zona do território peninsular, apresentando a evolução das fronteiras políticas e eclesiásticas do ocidente peninsular («Problemas de límites en las diocesis vecinas de Castilla y Portugal en la Edad Media»), abordando a intervenção do Papa, dos reis de Portugal e de Castela, bem como de outras autoridades no estabelecimento de um mapa diocesano «definitivo».

O segundo dia do Colóquio começou com a secção dedicada aos legados pontifícios. Com vista à divulgação dos resultados da investigação que efectuou no âmbito do projecto «Censimento», que visa o levantamento dos documentos pontifícios originais de 1198 a 1417, o Dr. Gerhard Sailer apresentou «Documentos pontifícios em Portugal entre 1198 e 1304: um contributo para o *Censimento*», e analisou, sob diferentes aspectos, os cerca de 430 exemplares que reuniu.

Como representantes da Cúria, foram muitos os cardeais que foram enviados para todas as regiões da cristandade ocidental e da Terra Santa para implementar o primado da jurisdição papal. A Prof.^a Claudia Zey, da Universidade de Zurique, estudou os limites

deste processo em «Legados nos séculos XII e XIII: possibilidades e limitações», através da comparação de várias legacias para áreas remotas (como a Península Ibérica, a Escandinávia e a Terra Santa).

No contexto do papel desempenhado pelos legados pontifícios, foi apresentado pelo Professor da Universidade de Colónia, Ludwig Vones, um “estudo de caso”: a actividade de Ricardo de Marselha, legado na segunda metade do século XI, foi analisada em «Legação e Concílio: o legado Ricardo de Marselha e a actividade conciliar na Península Ibérica», tendo em atenção aspectos essenciais como a reestruturação da igreja hispânica, a introdução do rito romano, a reforma de mosteiros, etc.

A cargo do Prof. Santiago Domínguez Sánchez, da Universidade de Léon, esteve «El papel de los legados y de los jueces pontifícios en la lucha de los obispos de Léon y Lugo por Triacastela». Mais um “estudo de caso”, em que se mostra as vicissitudes da luta pela posse de um território, o arceidiagado de Triacastela, na qual intervieram vários pontífices, cujas decisões colidiam com os interesses das duas dioceses em questão. Intervenções pontifícias que se repetiram em diversas ocasiões, e que foram analisadas para o caso concreto de um cardeal da maior importância para a evolução da igreja peninsular: trata-se do estudo «A legacia de Jacinto na Península Ibérica» no qual o Dr. Ingo Fleish, apresentou os diferentes aspectos de que se revestiu a presença daquele legado no território peninsular.

As três últimas comunicações foram dedicadas aos juizes delegados. A Prof.^a Maria João Branco, da Universidade Aberta, reflectiu «Acerca dos critérios para nomeação de juizes delegados para as questões portuguesas», procurando descobrir a lógica e a razão de ser da nomeação de algumas personagens em detrimento de outras, em diferentes questões ocorridas entre os meados do século XII e o fim do pontificado de Honório III.

Vindos da Academia das Ciências de Göttingen, os Drs. Daniel Berger e Frank Engel

abordaram igualmente o papel dos juizes delegados em dioceses hispánicas. O primeiro estudou «O labor dos juizes delegados na Diocese de Burgos, durante o século XII e os inícios do XIII: motivos, procedimentos e efectividade», tendo verificado que os bispos tanto usaram o instrumento da jurisdição delegada para consolidar ou clarificar os seus direitos na sua diocese, como ignoraram as sentenças dos delegados. Frank Engel, por seu lado, analisou «A diocese de Ávila e o trabalho dos juizes delegados durante o século XII».

O Colóquio terminou com a Conferência de encerramento proferida pelo Prof. Agostino Paravicini, da Universidade de Lausanne.

Numa abordagem globalizante, foram colocadas questões comuns a todos os processos de intervenção de Roma numa área geográfica tão extensa como era a da cristandade medieval. «Colocou o Papado limites à sua “plenitudo potestatis”?» foi o título desta intervenção, que analisou, do ponto de vista da Santa Sé, as condicionantes que se punham à implementação das determinações pontifícias.

Para terminar, cumpre registar o interesse com que os participantes neste Colóquio seguiram as abordagens apresentadas, mostrando que, em Portugal, a História da Igreja, em geral, e do papado, em particular, são objecto de uma atenção crescente entre os investigadores.

RECOVERING THE STORY: CHICAGO HOUSE AND ITS LIBRARY

ROGÉRIO SOUSA
(INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – NORTE/BOLSEIRO FCT/INVESTIGADOR CITCEM)

Em 19 de Julho de 2010, Marie Bryan, membro da missão epigráfica do Instituto Oriental da Universidade de Chicago, proferiu uma palestra na Biblioteca Central da FLUP, intitulada «Recovering the Story: Chicago House and its Library». Esta iniciativa foi resultado de uma organização conjunta entre o CITCEM e a Biblioteca Central, integrando-se no plano de actividades promovidas no âmbito do acordo bilateral celebrado entre a Biblioteca Central e a Bibliotheca Alexandrina.

A Chicago House foi fundada em 1924 pelo Instituto Oriental da Universidade de Chicago, com o intuito de proceder ao levantamento epigráfico dos monumentos de Luxor, uma das mais importantes e extensas áreas arqueológicas do mundo. A ameaça crescente de deterioração dos monumentos faraónicos, em virtude do desgaste acelerado provocado pelas

alterações ambientais e crescente pressão demográfica, tornou a missão de registo das inscrições e das cenas representadas nos monumentos cada vez mais valiosa e urgente.

A missão epigráfica da Chicago House é empreendida por uma equipa constituída por egiptólogos, artistas, fotógrafos, conservadores e bibliotecários. A Biblioteca da Chicago House é uma biblioteca universitária criada para apoiar a investigação egiptológica no terreno e possui um dos melhores espólios bibliográficos da especialidade. Para além do seu valor científico, a Biblioteca da Chicago House constitui um importante ponto de encontro da comunidade científica internacional, promovendo o debate e a troca de experiências entre as diferentes missões que trabalham na região arqueológica de Luxor. Marie Bryan é a Bibliotecária-chefe da Chicago House desde 2004.

CONGRESSO INTERNACIONAL «AS ILHAS DO MUNDO E O MUNDO DAS ILHAS / THE ISLANDS OF THE WORLD AND THE WORLD OF THE ISLANDS». FUNCHAL, 26-30 JULHO 2010

INÊS AMORIM (FLUP/CITCEM)

O Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), sediado no Funchal, organizou, de 26 a 30 de Julho de 2010, o Congresso internacional subordinado ao tema *As Ilhas do Mundo e o Mundo das Ilhas*. Com a participação de investigadores das *Universidades de Espanha, França, Brasil, Estados Unidos, Japão e Portugal*, no âmbito dos 25 anos daquele centro, correspondeu à vontade de realizar uma viragem organizacional e uma reflexão acerca do seu percurso futuro, fruto da programação preparada já em 2009 (<URL: <http://www.madeira-edu.pt/tabid/1236/language/pt-PT/Default.aspx>>), com a criação, inclusivamente, de uma comissão científica internacional.

São bem conhecidos os encontros organizados por esta instituição e as múltiplas publicações que, entretanto, foram surgindo, destacando-se o papel empenhado do seu presidente, Doutor Alberto Vieira. De alguma forma, este encontro, com destaque para o mundo insular (Madeira, Açores, Cabo Verde, Canárias, Córsega, Sardenha e ilhas da costa sul-americana), sublinhou esta herança projectiva. Apostada na reunião de especialistas no domínio dos estudos insulares que, a par de outros tantos contributos de investigadores, de múltiplas proveniências científicas, nomeadamente de jovens investigadores, pareceu fundamental à organização criar um ambiente de debate.

Os estudos apresentados foram produzidos por investigadores de diferentes áreas disciplinares, como sejam a Geografia, a História, a Literatura, a História de Arte, o Direito, a Arquitectura, a Economia, a Biologia, a Engenharia, assim como por mediadores das áreas do Turismo e Comunicação.

O encontro tornou-se, assim, uma plataforma interdisciplinar, que surtiu numa sur-

preendente e dinâmica troca de experiências científicas e operacionais. Espera-se que, num futuro, este modelo frutifique, tanto mais que, pessoalmente, encontrámos ex-alunos de licenciatura e de mestrado, que têm desenvolvido excelente trabalho científico e pedagógico, dinamizadores das comunidades mais jovens e empenhados em tecer redes internacionais.

A estrutura do programa proporcionou tempo e espaço para a discussão científica. Conferências de fundo e mesas redondas, organizadas segundo um modelo de apresentação e debate final, moderado por um especialista, colocaram, frente a frente, estudos de jovens investigadores, projectos e metodologias de investigação. Entre as primeiras, as de Carlos MARTINEZ SHAW (UNED-Espanha): *La multifuncionalidad de las islas en la primera mundialización*; Xosé Manoel NUÑEZ SEIXAS (USC-Espanha): *Escritas Ausentes: Os Soldados, os Emigrantes e os Desafios da História Cultural em Contextos de Mobilidade Geográfica*; e Antonio CASTILLO GÓMEZ (AL-Espanha): *Cambios epistolarios en el siglo XIX*. Entre as segundas, destaque para a sugestiva *Insularidades. Uma leitura transversal/ Insularity. A cross-reading*, com os contributos de Raimundo QUINTAL (CEG-UL, Madeira): *A Insularidade e a Geografia*; João JESUS (UMa-Madeira): *Insularidades e Biologia*; Susana FONTINHA (UMa-Madeira): *Insularidades e a Botânica*; e Paulo RODRIGUES (UMa-Madeira): *Da insularidade: paradigmas da madeirensidade*.

Poderemos apontar algumas ideias transversais que atravessaram as 52 comunicações e que servirão, certamente, para debates futuros:

– em que medida a insularidade foi e é espaço de oportunidades (fuga, privilég-

- gio) ou de limitações (como prisão, limite de recursos, etc.) e como, na longa duração, se lidou com esta(s) realidade(s);
- em que medida se podem encontrar comportamentos socioeconómicos, políticos e culturais comuns ou derivações relativamente às «metrópoles», do ponto de vista administrativo e financeiro;
 - em que medida os recursos insulares, nas suas diferentes formas, se bastaram, serviram múltiplos usos e formas de exploração (pesca, sal, águas, floresta, etc.), foram e são geridos, à luz do direito, da economia e da história do ambiente;
 - em que medida se processaram transferências de espécies animais ou vegetais, quais as adaptações tecnológicas;
 - em que medida a evolução do consumo se posicionou frente à alteração dos

- recursos insulares, ou estes frente à presença de estrangeiros e outros, e à sua instalação, mais ou menos duradoura;
- em que medida se podem assinalar mobilidades sociais (entre ilhas) e oportunidades de ascensão social;
 - em que medida se observou uma mobilidade de elites artísticas (artes decorativas) e de transferências de modelos;
 - em que medida o turismo tem contribuído para que o património se torne factor de desenvolvimento sustentável, de revalorização da memória e de preservação dos traços da história (arquivos, património material e imaterial).

As Actas, que se encontram já em fase de revisão, serão, certamente, um excelente instrumento de trabalho para muitos.

SIMPÓSIO TEMÁTICO «ARTICULAÇÕES PORTUGAL/BRASIL. REDES INFORMAIS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ATLÂNTICO». COORD. AMÉLIA POLÓNIA E AMÂNDIO BARROS. IN 3.º ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. RECIFE, 4-7 SETEMBRO 2010

AMÉLIA POLÓNIA (FLUP/CITCEM)
AMÂNDIO BARROS (BOLSEIRO FCT/CITCEM)
HÉLIO COSTA LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA)

No Recife, e na Universidade Federal de Pernambuco, decorreu o 3.º Encontro Internacional de História Colonial. Como se explica no *website* do Congresso, «O III EIHC dá continuidade às bem-sucedidas experiências do II Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Natal em 2008, e do I Encontro Nordeste de História Colonial, em João Pessoa, em 2006, eventos pioneiros que reuniram departamentos e programas de pós-graduação em História de diversas universidades nordestinas, para promover o debate sobre pesquisa e produção de conhecimento em História Colonial».

Tendo como subtítulo «Cultura, Poderes e Sociabilidades no Mundo Atlântico (Século XV-XVIII)», o Congresso integrava Minicursos, Sessões Temáticas e Mesas-Redondas.

Revelando-se não só internacional, mas intercontinental, integrou centenas de comunicações, em sessões simultâneas e três conferências-chave, marcantes do evento: as de Joaquim Romero Magalhães, Serge Gruzinski, da École de Hautes Études en Sciences Sociales, e António Manuel Hespanha, que lançou, na ocasião, a obra «*Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*» (S. Paulo, Annablume, 2010).

O Congresso contou com 11 minicursos, 22 mesas redondas e 17 sessões temáticas, cujo teor pode ainda ser consultado em <URL:http://www.eihc2010.com.br>.

Uma específica sessão temática, a ST3, foi proposta por dois investigadores do CITCEM (Amélia Polónia e Amândio Barros), sobre «Articulações Portugal/Brasil. Redes informais na construção do sistema Atlântico (séculos XVI-XVIII)». O painel contou com 21 participantes, distribuídos por três sessões de trabalho intensivas. Os seus pressupostos teóricos e os desafios que formulava encontravam-se expressos no *call for papers*, em que se afirmava: «A historiografia europeia sobre o fenómeno colonial tem estado centrada em aproximações que conferem prevalência ao estudo dos desempenhos políticos, militares, económicos dos Estados europeus. Partindo desta perspectiva, as interpretações das interações globais estabelecidas nesse período remetem para as estratégias do poder central e para jogos de rivalidade/conflicto entre potências coloniais. É convicção dos organizadores deste simpósio que esta visão é, não só redutora, mas também incapaz de explicar o dinamismo das trocas efectuadas a um nível global, independentemente de fronteiras e de políticas coloniais. Na Época Moderna, o dinamismo transcontinental era caracterizado pela disseminação de uma activa cooperação que ia para além das fronteiras dos reinos e dos continentes, a qual tornou possível a implantação de dinâmicas, económicas, demográficas, sociais e culturais, viabilizadas pela acção de redes, não só formais, mas também informais, multinacionais, em que assumem destaque as comunidades marítimas. A organização deste simpósio parte ainda do pressuposto teórico de que os indivíduos e os grupos contribuíram extensiva-

mente para essas dinâmicas, por vezes ainda mais do que o próprio poder central.

Algumas destas premissas teóricas têm directas implicações na análise da construção colonial do Brasil no período em análise, conferindo particular destaque ao desempenho dos centros portuários portugueses e ao carácter auto-organizado da sua actuação. Focando-se no relacionamento entre Portugal e o território brasileiro, é objectivo deste simpósio promover uma discussão alargada destes pressupostos, envolvendo investigadores e académicos portugueses e brasileiros (aberta, logicamente, a toda a comunidade científica internacional)».

Dando sequência a este desiderato e desafio científico, a apresentação de estudos de caso das duas margens do Atlântico foi não só bem-vinda mas condição necessária para se atingirem os objectivos propostos, vindo a suscitar um debate alargado sobre a complexa realidade em análise: a dos fenómenos coloniais. A sessão, que contou com um considerável número de estudantes de pós-graduação, revelou-se dinâmica e capaz de gerar desafios futuros.

Como balanço, reproduz-se a avaliação feita por um dos notáveis participantes, o arquitecto Hélio Costa Lima, professor na Universidade Federal da Paraíba:

«Não duvido de que todos os Simpósios Temáticos do III EIHC tenham sido interessantes. Mas tenho certeza de que nenhum teve um cardápio mais diversificado e divertido que o nosso: carne seca, sal, pimenta e frutas cítricas, arquitetura e ourivesaria, tráfico e contrabando no lombo de mulas e nos porões dos navios, tudo financiado e segurado por cristãos-novos que casaram com cristãos-velhos para obter títulos nobiliários e imobiliários... O Sistema Colonial do Atlântico merece, sim, o título de “primeira idade da globalização”. Já estou na expectativa do próximo...».

COLÓQUIO INTERNACIONAL «250 ANOS DA RUPTURA DIPLOMÁTICA ENTRE PORTUGAL E ROMA. RELIGIÃO E POLÍTICA NO MUNDO PORTUGUÊS (SÉCULOS XVI-XIX)». UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAÍA. SALVADOR, 8-10 SETEMBRO 2010

ZULMIRA SANTOS
(UNIVERSIDADE DO PORTO/CITCEM)

Evocando os acontecimentos de Junho de 1760, que provocaram o corte de relações entre Portugal e Roma, a Universidade Federal da Baía organizou, em Salvador, entre os dias 8 e 10 de Setembro de 2010, um Colóquio Internacional intitulado «250 anos da ruptura diplomática entre Portugal e Roma. Religião e política no mundo português (séculos XVI-XIX)». No quadro da pressão que a Coroa portuguesa vinha exercendo sobre a Santa Sé, no sentido da extinção da Companhia de Jesus, expulsa de Portugal em 1759, a suspensão de tais relações potenciava a implementação de diferentes modelos eclesiológicos e até devocionais, no contexto das reformas pombalinas. Neste sentido, este colóquio, em que intervieram investigadores de várias nacionalidades, permitiu que fossem examinadas formas de relação entre o Estado e a Igreja, ao longo dos séculos XVI-XVIII. Enquanto Giuseppe Marcocci (Scuola Normale Superiore di Pisa) desenvolveu o tema «O Papado e o Império português. Diplomacia e teologia no século XVI», propondo uma interpretação global das teorias do imperialismo português de Quinhentos, tendo em conta as relações internacionais com as grandes monarquias de Espanha, França e Inglaterra, Charlotte de Castelnaud-Éstoile (Paris Ouest – Nanterre La Défense) examinou a questão de Roma e as «necessidades espirituais do Brasil», estudando a documentação da Propaganda Fide e do Santo Offizio, no século XVII e início do XVIII.

«Regalismos» e «Galicanismos» mereceram a reflexão de Alain Talon (Université Paris IV – Paris-Sorbonne), evidenciando que, embora a defesa das liberdades da Igreja galicana e dos privilégios do rei da França face ao Papa tenha

sido um dos elementos constituintes da identidade política da monarquia francesa, tal questão deve ser bem mais matizada, pois que não se trata apenas de um simples «complexo anti-romano», tendo os «galicanismos» globalmente contribuído para uma reflexão sobre o poder da Igreja e do Estado, não sem relevância para suas respectivas evoluções. Andrea Smidt-Sittema (Geneva College) estendeu a questão à realidade espanhola do século XVIII: «El regalismo borbónico y la importación del galicanismo: El camino político hacia una religión de estado en la España del siglo XVIII».

Noções como «disciplinamento» e «confessionalização» concentraram a atenção de José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra), que pensou as relações entre a monarquia e a Igreja portuguesa, propondo uma reflexão global sobre os sentidos dessas mesmas relações, numa comunicação intitulada «As duas espadas do poder no império português (séculos XVI-XVIII)», e de Federico Palomo (Universidad Complutense de Madrid), que reflectiu sobre «Confessionalização e formas de disciplinamento em Portugal e no seu Império na época moderna».

A realidade brasileira foi analisada, sob vários ângulos de investigação, por Ângela Domingues (Instituto de Ciências Tropicais – Lisboa), com a comunicação intitulada «Averse feito fruto muyto e nenhum prejuízo ao sigillo da confissão: missionários, índios e comunicação»; por Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (UFBA), «Os Índios da Capitania de Porto Seguro sob o Diretório Pombalino»; por Iris Kantor (USP), «Festas públicas na década de 1760: ecos da ruptura na urbe colonial»; por Luís Filipe Silvério Lima, «Produção, circulação

e censuras de panfletos e manuscritos proféticos no século XVIII e a formulação de projetos políticos e messiânicos para a monarquia portuguesa (Unifesp)»; e por Giuseppina Raggi (CHAM – FCSH/UNL), «Pintura monumental no Terreiro de Jesus: jogo de espelhos entre política e religião».

Os investigadores do CITCEM, Pedro Tavares e Zulmira Santos, privilegiaram, respectivamente, «Molinismo e política» e «Os oratorianos na década de 60 do século XVIII: luzes e sombras», estudando, neste caso, diferentes orientações eclesiológicas e devocionais de vários membros da congregação do Oratório,

nos anos 60-70 do século XVIII. Tiago C. P. dos Reis Miranda (CHAM – FCSH/UNL) visou «O discreto valimento de um purpurado. D. João da Mota e Silva (1691-1747)» e Bruno Feitler (Unifesp) «A Inquisição pombalina: aspectos jurídicos».

A intervenção de Evergton Sales Souza (UFBA), «Os homens de Igreja e a construção de uma nova relação entre Igreja e Estado no período pombalino», estimulou o balanço final de um encontro científico pautado pelo debate de ideias e perspectivas sobre as relações entre o Estado e a Igreja, na época Moderna, no âmbito do império português.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ASSINALA A APOSENTAÇÃO DE MALCOLM VALE. OXFORD, SETEMBRO 2010

TIAGO VIÚLA DE FARIA
(ST. JOHN'S COLLEGE, OXFORD/BOLSEIRO FCT/COLAB. CITCEM E IEM)

Começou no final da década de 1960 a longa e distinta carreira de Malcolm Vale, pautada por importantes e influentes estudos, entre livros e muitos artigos sobre variados aspectos da cultura, da política e das relações entre regiões e estados na Idade Média. Desde a publicação a que deu origem a sua tese de doutoramento, sobre a presença inglesa na Gasconha, até à sua mais recente obra, que avalia as relações entre as coroas da Inglaterra e da França, desde o chamado império angevino até meados do século XVI, as monografias de «M.G.A. Vale» abrangem um estudo de referência sobre a cultura cavaleiresca medieval e um outro em que a cultura das cortes norteeuropeias é vista através da complementaridade nos seus aspectos sociais, rituais, administrativos e materiais. Vale escreveu também uma biografia do rei francês Charles VII e, recusando uma despedida efectiva às suas actividades como investigador, prepara neste

momento uma outra – a de Henry V de Inglaterra¹.

Um grupo de cinco antigos e actuais alunos de doutoramento orientados por Malcolm Vale (nos quais me incluo) tomou a iniciativa de conceber e coordenar uma conferência alusiva à aposentação deste académico, com o patrocínio de The British Academy, para além

¹ Monografias referidas, pela ordem em que se apresentam no texto:

VALE, M. G. A (1970) – *English Gascony, 1399-1453. A Study of War, Government and Politics during the later Stages of the Hundred Years War*. Oxford: Oxford University Press.

Idem (2009) – *The ancient enemy: England, France and Europe from the Angevins to the Tudors, 1154-1558*. Londres: Hambledon Continuum.

Idem (1981) – *War and Chivalry: Warfare and aristocratic culture in England, France and Burgundy at the end of the Middle Ages*. Londres: Duckworth.

Idem (2001) – *The princely court: medieval courts and culture in North-West Europe, 1270-1380*. Oxford: Oxford University Press.

Idem (1974) – *Charles VII*. Berkeley: University of California Press.

do de instituições vinculadas ao seu colégio e à sua universidade. Os interesses científicos de Vale e o escopo das suas contribuições ficaram espelhados no tema escolhido para a conferência; como descrito no plano de trabalhos, identificou-se «the need to recognise the multiple intersections between political units which have all too often been considered separately rather than through their interaction. The aim of our conference is to take this debate a step further... by assessing the conceptual and historical implications of the new map of [late medieval] Europe that is being drawn».

Os conferencistas foram catorze colegas e amigos do homenageado, cada um contribuindo com uma comunicação: Paul Booth (Univ. Liverpool), Maria João Branco (Univ. Aberta), Gottfried Croenen (Univ. Liverpool), Jean-Philippe Genet (Univ. Paris I – Sorbonne), Rita Costa Gomes (Univ. Towson), Mario Damen (Univ. Leiden e Amesterdão), Jan Dumolyn (Univ. Ghent), Jean Dunbabin (Univ. Oxford), Michael Jones (Univ. Nottingham),

Maurice Keen (Univ. Oxford), Frédérique Lachaud (Univ. Paris IV), Werner Paravicini (Univ. Kiel), Guilhem Pépin (Univ. Oxford) e John Watts (Univ. Oxford).

Os trabalhos decorreram durante os dias 10 e 11 de Setembro, no St John's College de Oxford. Para além de uma resenha biográfica, no início, e da apresentação final de conclusões, as comunicações foram distribuídas por três grandes áreas temáticas – «Political exchange», «Space and itineracy» e «Literature, language and material culture». O debate nas duas últimas sessões foi co-moderado pelo membro do CITCEM presente.

Outros amigos e interessados (perto de 40) compuseram a audiência e contribuíram para o debate que, como seria de prever, beneficiou imenso das experiências e conhecimentos de um grupo variado e muito internacional.

Deverá sair em 2011, pela editora Boydell & Brewer, um *festschrift* dedicado a Malcolm Vale, contendo as comunicações apresentadas nesta conferência.

ALEXANDRIA AD AEGYPTUM: A EXPERIÊNCIA DE MULTICULTURALISMO NA ANTIGUIDADE

ROGÉRIO SOUSA (INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – NORTE/BOLSEIRO FCT/INVESTIGADOR CITCEM)
NUNO SIMÕES RODRIGUES (FLUP/CENTRO DE HISTÓRIA)
ISABEL PEREIRA LEITE (BIBLIOTECA DA FLUP/CITCEM)

Nos dias 21 e 22 de Outubro, o Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras do Porto acolheu o colóquio *Alexandria ad Aegyptvm: A experiência de multiculturalismo na Antiguidade*. O colóquio, organizado pelo CITCEM, reuniu dezenas de investigadores nacionais e estrangeiros com o intuito de vincar a importância do estudo da Antiguidade para a compreensão das transformações culturais, quer científicas quer religiosas, que se verificaram em Alexandria e de dar a conhecer o estado actual da investigação que se tem desenvolvido em torno desta temática.

Os investigadores envolvidos na iniciativa contam-se entre os especialistas mais reputados em Portugal no estudo das civilizações da Antiguidade e desenvolvem os seus trabalhos na Universidade de Alexandria, na Universidade de Coimbra, na Universidade de Lisboa, na Universidade Aberta, na Universidade de Évora e na Universidade do Porto.

As sessões organizaram-se de modo a ilustrar a multiplicidade de áreas de estudo que se desdobram em torno da cultura alexandrina. Em cada uma das abordagens, seja através da história, da ciência, da religião, da literatura ou

da arte, o multiculturalismo da cultura de Alexandria fica bem patente, mesclando civilizações e criando entre elas um denominador comum que determinou indelevelmente as culturas ocidentais. O colóquio sobre o multiculturalismo alexandrino não só abriu questões relevantes para a compreensão da civilização helenística como contribuiu significativamente para compreender alguns dos dinamismos que caracterizam os desafios que se colocam nas actuais civilizações da contemporaneidade.

A convite da organização, a arqueóloga egípcia Mona Haggag apresentou algumas das recentes descobertas efectuadas por missões arqueológicas desenvolvidas em Alexandria, as quais lançam novos e decisivos contributos para a compreensão do multiculturalismo

alexandrino. Também a especialista em Antiguidade Clássica, Omnia Fathallah, participou no evento, apresentando o projecto *The Alexandrian Project*, um dos maiores projectos de investigação empreendidos pela Bibliotheca Alexandrina, cujo intuito é o de promover a investigação relacionada com a antiga Biblioteca de Alexandria.

A realização deste colóquio inseriu-se numa cadeia de iniciativas organizadas no âmbito do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura Espaço e Memória» (CITCEM), que visa desenvolver o estudo transdisciplinar da Antiguidade, bem como estreitar os laços institucionais entre as Universidades portuguesas envolvidas no projecto com a Universidade de Alexandria e a Bibliotheca Alexandrina.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA A COR É A LUZ – DETALHES DA FASCINAÇÃO. BIBLIOTECA DA FLUP, OUTUBRO 2010

MARIA DO CARMO SERÉN (INVESTIGADORA DO CITCEM)

Fascinação é a palavra síntese com que resumimos uma vagabundagem pelo Egipto ou pelos vários milhares de imagens fotográficas que, ao longo do tempo da Fotografia, acabamos por conhecer.

Esta exposição fotográfica inclui-se no projecto desenvolvido a partir do Colóquio *Alexandria ad Aegyptum* e junta os fotógrafos amadores Katherina Uelman, Christel Kruget, Rogério de Sousa e Marie Bryan que, este ano, ainda no âmbito deste projecto, fez uma palestra sobre o papel do Clube de Chicago, em Luxor, de que é bibliotecária. Torna-se claro que estes fotógrafos aderiram a esse fascínio da cor e da luz que, gostamos de o dizer, tanto explica as origens da sua civilização milenária.

É difícil percorrer livremente o Egipto, seja por um imperativo de segurança sempre avivado, seja porque interiorizámos itinerários

seculares devidamente actualizados com as descobertas sobre o Antigo Egipto, a sua helenização e romanização, a ocupação árabe e turca e as vagas mas insistentes presenças cristãs. Não se passeia pelo Egipto à procura do «momento decisivo», mas acompanhados por imagens a preto e branco ou a cor.

A originalidade desta exposição realizada pela Comissão Organizadora do Colóquio é contrapor a luz e as cores que evocamos da pintura do Antigo Egipto com a cor e a luz que tudo ilumina claramente e se distribui no céu, no solo, no calcário, na mancha do Nilo, no verde carregado dos papiros, nos produtos do mercado, nos remedos de tinta dos prédios, no vestuário e, com uma variedade de forma e cor extraordinárias, na colecção de borboletas que, do Nilo ao Golfo de Accaba, o levantamento que Christel Kruget efectuou com bastante sucesso.

Reconhecemos o olhar ocidental na minúcia das tomadas de vista que distinguem a organização do desleixo, os excessos e as pequenas misérrias, as gentilezas mal entendidas e a oferta feérica de uma cidade totalmente dourada pelo sol.

Para um olhar contemporâneo distinguem-se as imagens isoladas nos tripés, que revelam boa composição e sentido estético, uma ou outra perspectiva horizontal, sem perspectiva geométrica, dos contentores na margem do

Nilo, a imagem de uma Alexandria doirada, o estético enquadramento da série de cadeiras encaixadas ou da tempestade de areia, mas o mais importante da selecção é a aproximação antropológica que norteia os autores. Destacam-se ainda algumas das borboletas mais identificáveis de Christel Krugot.

O confronto termina com uma captação da cor caótica do Cairo e uma bela perspectiva de Alexandria.

1.º CONGRESSO INTERNACIONAL: POVOAMENTO E EXPLORAÇÃO MINEIROS NA EUROPA ATLÂNTICA OCIDENTAL

CARLA BRAZ MARTINS (CITCEM-ICS-UM/BOLSEIRA FCT)

O 1.º Congresso Internacional: Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental é uma organização do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (grupo Paisagens, Fronteiras e Poderes), da Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário (APEQ) e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), que irá decorrer no Auditório do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, a 10 e 11 de Dezembro de 2010.

Este Congresso pretende dar a conhecer os mais recentes trabalhos na área da mineração e suas implicações ao nível do povoamento e sociedade, da arqueometalurgia, nomeadamente análise de materiais e ourivesaria, e das novas metodologias aplicadas à arqueologia, principalmente a prospecção geofísica e os sistemas de informação geográfica aplicados à Arqueologia.

Apresenta quatro temas, nomeadamente

«Povoamento e Sociedade», «Mineração e Tecnologias Mineiras», «Arqueometalurgia» e «Novas Metodologias Aplicadas à Arqueologia», a cargo de diferentes especialistas nas áreas apresentadas, como sejam Paul T. Craddock (British Museum, London), Cármen Fernandez Ochoa (Univ. Autónoma, Madrid), Ángel Morillo Cerdán (Univ. Complutense, Madrid), Javier Sánchez-Palencia (CSIC, Madrid), Barbara Armbruster (CNRS), Fernando Rocha Almeida (Univ. Aveiro), Jorge Carvalho (FEUP) e William O'Brien (Univ. Cork, Cork).

O programa deste congresso, assim como os resumos das conferências e comunicações poderão ser consultados no site: <URL:<http://www.mineracaoantiga.com>>.

Congresso no âmbito do projecto de investigação «Organização territorial romana e exploração de recursos no Convento Bracarense», com o apoio da FCT (SFRH/BPD/41771/2007).

OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA VILLA ROMANA DE VALE DO MOURO (CORISCADA, MÊDA)

PEDRO PEREIRA
(INVESTIGADOR DO CITCEM/UMR 5138 ARCHÉOMÉTRIE ET ARCHÉOLOGIE – ULLI/CNRS)

A escavação do sítio de Vale do Mouro foi iniciada em 2003, após uma visita de António do Nascimento Sá Coixão¹ ao local. Seguiram-se prospecções na zona, que permitiram identificar o potencial arqueológico do sítio, vários materiais domésticos e de construção e uma ara dedicada a Júpiter encontrada na aldeia da Coriscada. Nesse mesmo ano, na primeira campanha de escavação, foi encontrada a estrutura das termas, localizadas no extremo sudeste da zona escavada.



Imagem 1 – Panorama geral das termas, 2009.

Nas campanhas seguintes, dirigidas por António do Nascimento Sá Coixão e Tony Silvino², com uma equipa composta por estudantes e arqueólogos portugueses e franceses, descobriu-se toda uma série de edifícios e estruturas que permitiram identificar Vale do Mouro como uma *villa* romana.

Uma *villa*, no seu sentido clássico, divide-se em várias zonas, cada uma com finalidades específicas. Em Vale do Mouro podemos identificar as três zonas em que uma *villa* clássica estaria normalmente dividida: a *pars urbana*, a *pars rustica* e a *pars fructaria*.

¹ Arqueólogo da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.

² Arqueólogo luso-francês, UMR 5138 Archéologie et Archéométrie – Archeodunum. Colaborador do CITCEM.

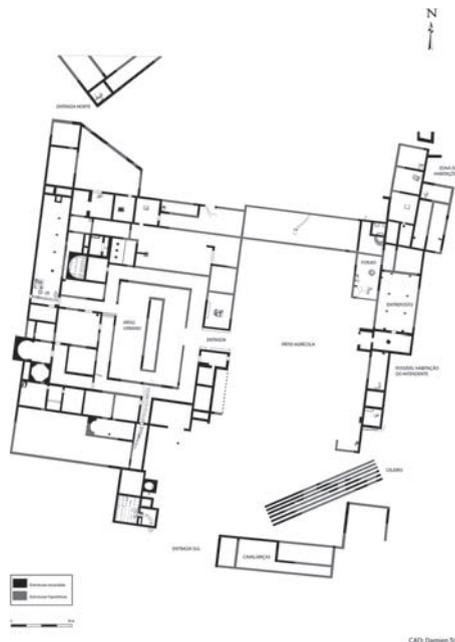


Imagem 2 – Planta de Vale do Mouro, 2009.

A *pars urbana* consiste numa série de edifícios construídos em torno de um pátio central, rodeado por um corredor em peristilo, com um reservatório de água central. Seria na *pars urbana* que o *dominus*, ou proprietário da *villa*, viveria com a sua família e alguns servos domésticos. Aqui também encontramos os escritórios, cozinhas, salas de convívio e jantar e o lagar de vinho.



Imagem 3 – Corredor da entrada principal da *pars urbana*, 2009.

A *pars rustica* seria a zona de habitação dos trabalhadores rurais e a principal zona de transformação de matérias-primas (como mineral, fibras ou cereais) em produtos (como objectos em metal, tecidos ou farinha). No caso de Vale do Mouro, é possível observar um pátio central que acomoda também todos estes edifícios, embora com muito menos ostentação e luxo do que aqueles que compõem a *pars urbana*.

Finalmente, a *pars fructuaria* compõe-se de todos os terrenos de exploração e obtenção de matérias-primas. Sabemos hoje que na época de ocupação da *villa*, entre os séculos II e IV da nossa Era, a *pars fructuaria* se estenderia entre o rio Massueime e uma zona próxima da capela de Santa Bárbara, ocupando uma área não inferior a 3,5 ha. Seria nestes terrenos que se cultivava o cereal, a vinha e o olival e que se praticava a caça, a pastorícia e mineração.

A campanha de 2010, que durou três semanas, teve como objectivo principal a

delimitação de algumas zonas que anteriormente haviam sido escavadas e verificar as passagens da rede hidráulica na *pars urbana*. O outro objectivo deste ano foi a abertura de uma sondagem intra-quadrícula na zona a Norte do lagar de vinho, para estabelecer o seu carácter utilitário e comprovar a existência de um *fumarium* vinário. Como vem sendo habitual, as escavações tiveram o apoio de uma série de estruturas locais³, contando, igualmente, com a participação voluntária de estudantes, um campo internacional do IPJ e arqueólogos. Paralelamente, iniciaram-se os estudos para a implementação de sinalética e material de apoio para a musealização do arqueio-sítio. Iniciou-se também o processo para a futura publicação de um estudo monográfico sobre a *villa*.

³ Câmara Municipal da Mêda, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão e Associação Cultural e Desportiva da Coriscada.

DOIS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO EM CURSO NO ÂMBITO DO CITCEM

AMÉLIA POLÓNIA (FLUP/CITCEM)

1. MEMORANDUM DE UM PROJECTO IMPLEMENTADO

DynCoopNet – Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Networks in the First Global Age, aprovado pela European Science Foundation – Programa EUROCORES TECT 2006 (Financiamento conjunto ESF/FCT. Ref.^a ESF. 06-TECT-FP-004/ Ref.^a FCT – TECH/0002/2007)

O projecto, internacional e multidisciplinar, enquadra o programa TECT (The Evolution of Cooperation and Trade) da EUROCORES, através do exame da cooperação, analisando a acção de redes auto-organizadas durante a chamada 1.^a Idade da Globalização (1400-1800). O projecto, a decorrer entre 2007

e 2010 – na verdade, no caso português, entre 2008 e 2011, dada a data tardia de início de financiamento –, propõe-se produzir novos quadros teóricos em torno das redes no terreno e dos mecanismos de cooperação implementados no decurso da Época Moderna.

Através da convergência de metodologias pouco usuais no domínio da investigação histórica e das Ciências Sociais em geral, o projecto propõe-se estudar os mecanismos de cooperação que permitiam a comerciantes e outros agentes estabelecer e manter redes, que actuavam em contexto intercontinental. Em oposição a leituras tradicionais que centram no poder central e nos circuitos de poder institucionalizados a análise do expansionismo marí-

timos e comerciais europeus, o DynCoopNet propõe uma leitura centrada na análise da acção dos indivíduos e de redes auto-organizadas, caracterizadas por uma forte difusão de autoridade, que frequentemente ultrapassavam fronteiras políticas. Mais ainda, estas redes funcionavam como fonte de criatividade e proporcionavam a inovação necessária para responder, de uma forma flexível, aos problemas de circulação de capital, transporte e informação próprios da época. Baseando-se numa extensa pesquisa centrada no arquivo da casa comercial e financeira de Simón Ruiz, sob tutela do Arquivo Provincial de Valladolid, em particular nas séries de letras de câmbio e correspondência comercial, a equipa produziu, utilizando como *software*, o *timelink*, aplicação informática desenvolvida na Universidade de Coimbra por Joaquim Carvalho, uma base de dados a ser brevemente disponibilizada on-line.

O projecto prossegue uma análise multidisciplinar de redes de comércio atlânticas, com recurso a vastas massas de dados documentais e cartográficos, visando proceder à sua projecção espacial, através da utilização de metodologias GIS (Geographical Information System) e à sua modelização matemática, com o objectivo de analisar a projecção espaço-temporal da rede em estudo, bem como o de identificar e de interpretar os indicadores e variáveis que interferem na constituição de redes e nos mecanismos de cooperação no período em estudo.

A equipa do projecto é composta por investigadores integrados procedentes de Portugal, Estados Unidos e Espanha e por parceiros associados e colaboradores procedentes de Portugal, Espanha, Itália, EUA, Austrália, Grã-Bretanha, Japão, Índia, Noruega, Suíça, Holanda, Moçambique e Alemanha. São membros da equipa portuguesa: Amélia Polónia (coordenadora), Joaquim Carvalho, Amândio Barros, Miguel Nogueira, Helena Osswald e Nuno Camarinhas (investigadores integrados das Universidades do Porto, Coimbra e Nova de Lisboa); Ana Sofia Ribeiro e Sara Pinto (bolseiras de investigação), João Carvalho e Sandra Brito (colaboradores).

Este projecto foi lançado ainda no âmbito do Instituto de História Moderna, que se integrou no CITCEM, em 2007. Oportunamente serão divulgados alguns dos seus resultados provisórios, já apresentados na TECT Final Conference (Budapest, 15-17 Setembro de 2010). Mais pormenores podem ser consultados em <URL: <http://dyncoopnet-pt.org/>>.

2. MEMORANDUM DE UM PROJECTO NÃO FINANCIADO

Memória(s) e identidade(s) marítima(s).

Culturas, práticas sociais e representações de comunidades marítimas (MEMIMAR)

Projecto submetido a concurso à FCT, em Janeiro de 2009 e não financiado

O projecto que se apresenta conta com uma equipa multidisciplinar, maioritariamente constituída por investigadores integrados e estudantes de doutoramento do CITCEM.

Centrado na análise multidisciplinar das memórias e identidades marítimas, desenvolvida numa perspectiva diacrónica e multidisciplinar, os seus objectivos eram os de apresentar um programa de investigação centrado na análise de dinâmicas históricas, inclusive as do tempo presente, capazes de conduzir à discussão do tema da memória e identidade de grupos socioprofissionais, nomeadamente daqueles ligados ao mar (SUTTON, 2008: 23-48).

Partindo dos componentes estruturantes da identidade apresentados por Pierre Tap (TAP, 1980, reed. 1986), a par do conceito de cultura de classe, sustentado pela «Teoria da Prática» de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1979), pretendia-se estudar alguns indicadores que permitam discutir a forja e a consolidação de identidade(s) marítima(s), tomando como objecto de estudo comunidades marítimas do litoral português, em perspectiva comparativa com estudos feitos para outros espaços europeus.

Pretendia-se analisar práticas sociais, comportamentos demográficos, cultura material e imaterial, apropriação dos espaços urbanos, sistemas de valores, práticas e sensibilidades

religiosas, formas de representação e auto-representação. Iniciando a análise pelas dinâmicas do expansionismo europeu, no período moderno, esta pretendia-se desenvolvida na longa duração, abrangendo o universo dos navegadores e pescadores, em ordem a captar, em simultâneo, especificidades e permeabilidades entre estes dois grupos, bem como linhas de tendência que identificassem continuidades e/ou linhas de evolução entre o período moderno e o contemporâneo.

Metodologicamente, o projecto assumia uma perspectiva vincadamente teórica, sempre suportada por dados empíricos já recolhidos ou a recolher, sob a forma de documento escrito (bases de dados paroquiais, notariais, registos de irmandades e confrarias), registo oral (entrevista), filmografia, iconografia, planos de implantação urbana, capazes de ser interrogados e analisados, em simultâneo, pela História, pela Sociologia e pela Antropologia, pelos Estudos Culturais e Literários, accionando as respectivas metodologias de trabalho, discutidas em *workshops* conjuntos. Esta metodologia de trabalho de equipa deveria contribuir para uma publicação de síntese, em que se compendiassem as conclusões de um Congresso Internacional com que se pretendia encerrar o projecto, em Dezembro de 2013.

Conscientes da complexidade envolvida pelo projecto, este contaria como mais-valia com a colaboração de um grupo de investigadores de formação multifacetada na área da História, da Cultura, da Espiritualidade, da Demografia, disponível na ID – CITCEM, capazes de contribuir, tanto para a discussão teórica, quanto para uma eficaz e representativa base empírica, e contaria também com a colaboração de consultores, incluindo investigadores nacionais e externos, provindos da França, Grécia, Canadá e Holanda.

O projecto integrava, para além de uma componente académica de investigação e de discussão, em reuniões científicas de especialidade (*workshops* e cursos de formação para pós-graduados) e em reuniões internacionais alargadas (congresso internacional de encerramento), eventos directamente projectados para a comunidade, como exposições, visionamento de filmes e vídeos, debates e registo de depoimentos de protagonistas do presente. A Museologia, a Cinematografia, a Antropologia eram, para além da História e da Sociologia, áreas disciplinares-chave.

O projecto era e é, sem dúvida, ambicioso, de uma ambição só possível de ser abrangida pela integração de bolsheiros de investigação, a nível de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, pela convergência, numa plataforma informática on-line, de materiais e de informação já disponíveis, a ceder por cada um dos membros da equipa em benefício de uma plataforma comum. A adesão de instituições culturais, como Museus e centros de documentação, estava também assegurada. Todavia, só um financiamento de vulto viabilizaria o projecto. E a FCT não entendeu o projecto merecedor desse financiamento, apesar de os membros do painel de avaliação o terem valorizado com uma ponderação de 85%. Não foi, pois, entendimento da FCT financiar este projecto, como não tem sido por norma o seu entendimento o de constituir painéis de avaliação ou dar suporte financeiro capazes de promover projectos de natureza inter e multi-disciplinar, para os quais só o financiamento internacional, da ESF ou da Comunidade Europeia, através dos seus programas-quadro, têm contribuído (Cf. notícia prévia sobre o projecto DynCoopNet, financiado pela FCT, mas aprovado pela ESF).

REFEREES 2010

Ana Luísa Amaral (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Ana Paula Coutinho (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Ana Raquel Portugal (UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Carlos Teixidor (Archivo Fotográfico Ruiz Vernacci, Instituto del Patrimonio Histórico Español, Ministerio de Educación y Cultura de España)
Fátima Sequeira Dias (Universidade dos Açores)
Francisco Ribeiro da Silva (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Jorge Osório (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
José Augusto Sottomayor Pizarro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
José Pedro Paiva (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)
Lúcia Rosas (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Luís Araújo (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Luís Paulo Saldanha Martins (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria da Conceição Meireles Pereira (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria de Lourdes Cândia (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
Marinha Carneiro (Escola Superior de Enfermagem do Porto)
Pedro Eiras (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Petar Petrov (Universidade do Algarve)
Rogélio Ponce de Leon (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Rosa Bizarro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Tereza Siza (Especialista em fotografia)
Tiago Miranda (Universidade Nova de Lisboa, Centro de História de Além-Mar)
Vítor Serrão (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

